

Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina



**Diário Oficial
dos Municípios**
de Santa Catarina



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1507

Sexta-feira - 13 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	6	Grão Pará	210	Pinheiro Preto	379
Água Doce	7	Herval d'Oeste	225	Pomerode	382
Antônio Carlos	8	Ibiam	230	Porto Belo	392
Arroio Trinta	9	Ilhota	231	Rio do Sul	393
Ascurra	10	Imbituba	231	Salto Veloso	401
Balneário Rincão	10	Iomerê	234	Santa Rosa do Sul	402
Barra Velha	11	Ipumirim	243	São Bento do Sul	402
Benedito Novo	11	Irineópolis	245	São Carlos	406
Biguaçu	12	Itá	249	São Domingos	406
Bom Jesus do Oeste	14	Itapiranga	251	São José	407
Braço do Trombudo	15	Itapoá	252	São José do Cedro	408
Brunópolis	107	Jacinto Machado	257	São Lourenço do Oeste	408
Brusque	107	Joaçaba	258	São Pedro de Alcântara	410
Caçador	115	Lauro Muller	265	Schroeder	411
Camboriú	146	Lebon Regis	268	Serra Alta	422
Campo Alegre	147	Leoberto Leal	271	Sombrio	422
Campos Novos	158	Luzerna	276	Timbó	427
Canelinha	159	Mafra	279	Três Barras	431
Canoinhas	160	Maracajá	280	Treze Tílias	431
Capinzal	160	Massaranduba	330	Trombudo Central	440
Catanduas	185	Meleiro	342	Turvo	509
Concórdia	186	Modelo	343	Vargeão	510
Coronel Freitas	189	Morro da Fumaça	345	Videira	510
Coronel Martins	189	Navegantes	348	Vitor Meireles	511
Corupá	190	Nova Trento	350	Xavantina	514
Curitibanos	192	Novo Horizonte	352	Xaxim	517
Doutor Pedrinho	194	Ouro Verde	352		
Ermo	197	Palhoça	353	Consórcios	
Faxinal dos Guedes	198	Palmitos	364	CIGA	518
Forquilha	198	Papanduva	374	CIM-AMAVI	519
Fraiburgo	199	Passo de Torres	375	CIMCATARINA	520
Garopaba	206	Passos Maia	375	CIMVI	520
Garuva	207	Paulo Lopes	378	CIS/AMFRI	521
Gaspar	209	Penha	378	CIS/AMURES	522

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



13 DE JUNHO

Parabéns, Tijucas, por seus 154 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

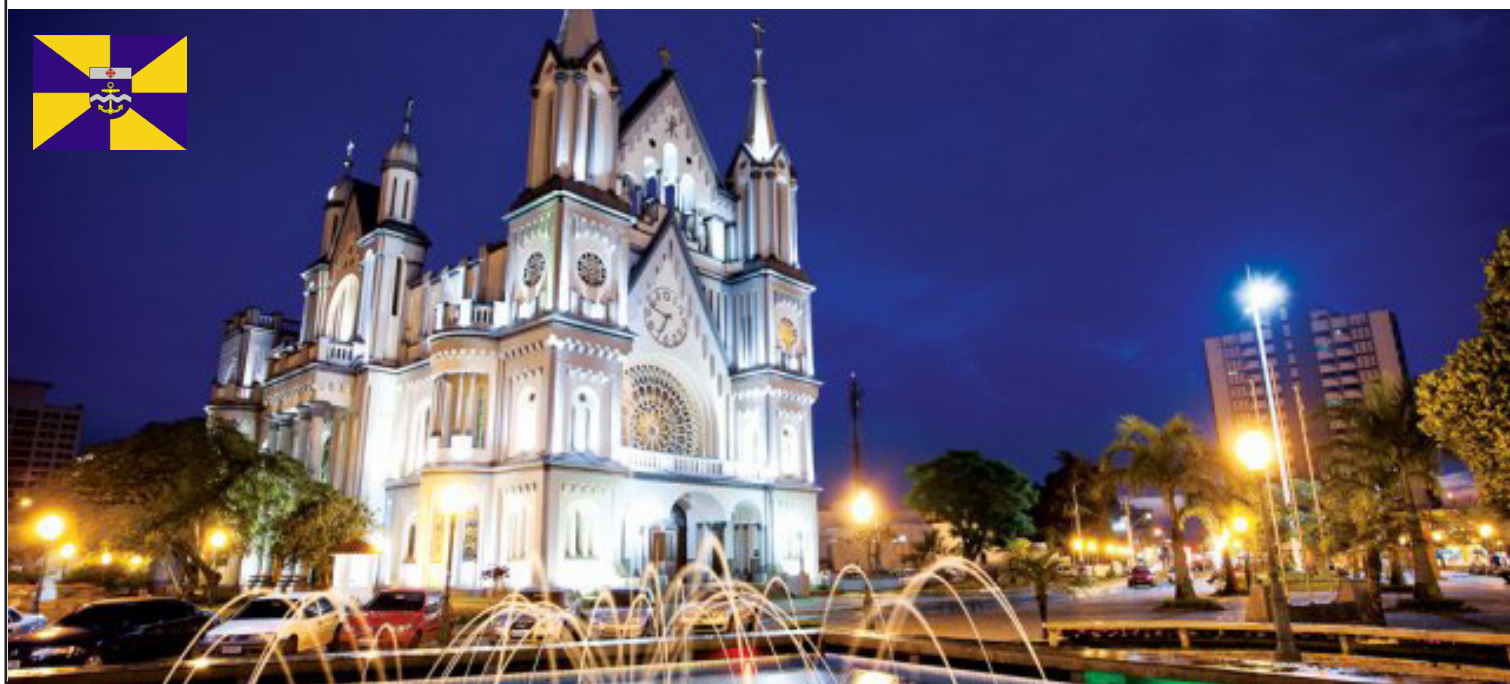




15 DE JUNHO

Parabéns, Itajaí, por seus 154 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





15 DE JUNHO

Parabéns, Witmarsum, por seus 42 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Abdon Batista

PREFEITURA

Processo 92/2014 PP 82/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 92/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 82/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBAS DOSADORAS PARA INSTALAÇÃO NAS CAIXAS DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO MUNICIPIO.
TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 26/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 04 de junho de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 91/2014 PP 81/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 91/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 81/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ANALISES E TRATAMENTO DA AGUA DISTRIBUIDA A POPULAÇÃO.
TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 27/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 04 de junho de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 75/2014 PP 65/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 75/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 65/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS E MOVEIS PARA INSTALAÇÃO NA COZINHA DO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO LUIZ ZANCHETT.
TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 15:30hs. do dia 27/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura

Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 07 de maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 12/2014 PP 11/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 11/2014

Objeto: Contratação de Fonoaudióloga para pacientes com deficiência do município, para atendimento na Unidade Sanitária Jose Mocelin..

TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 27/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 93/2014 PP 83/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 93/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 83/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE NA COMUNIDADE COLONIA DO SALTO.

TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 27/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 04 de junho de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 13/2014 PP 12/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 12/2014

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA CONFORME PROPOSTA Nº 10509952000113003 CONVENIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.

TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 30/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 05 de junho de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 12/2014 PP 11/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 11/2014

Objeto: Contratação de Fonoaudióloga para pacientes com deficiência do município, para atendimento na Unidade Sanitária Jose Mocelin..

TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 27/06/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de maio de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 174/2014

PORTARIA CONJUNTA Nº 174/2014 DE 12 DE JUNHO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO DE OUTRO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Noveli Sganzerla, Prefeito Municipal de Água Doce (SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município assim determina

Orlando Fávero, Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social do Município de Água Doce (SC), no uso das atribuições inerentes a secretaria que representa, de forma conjunta ao Senhor Prefeito Municipal assim determina

CONSIDERANDO

Que a servidora municipal efetiva Priscila Hoffelder Corradi que pediu exoneração do cargo na data de 04 de maio de 2014.

Que a servidora municipal Caroline Lampert, efetiva no cargo de técnico de enfermagem, desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, possui formação acadêmica em Enfermagem.

Que a disponibilidade da profissional de enfermagem é indispensável ao serviço de saúde.

Tendo em vista a inexistência de classificados em concurso cadastro de reserva ou teste seletivo.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomeia funcionária Caroline Lampert inscrita no CPF nº036.562.839-58, RG nº 4.005.998 matrícula nº 21347 ao cargo de Enfermeira em caráter provisório, passando a receber os vencimentos de enfermeira, deixando de receber seus vencimentos originais de técnica de enfermagem até que seja

contratado funcionário efetivo para este cargo, ou pelo período em que desempenhar esta função.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor e gera efeitos a partir de sua publicação.

Artigo 3º - Registre -se e archive-se na ficha funcional da servidora a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.

Artigo 4º - As despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos da servidora especificada no artigo 1º devem ser atribuídas ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde

Água Doce, 12 de junho de 2014.

Noveli Sganzerla
Prefeito Municipal

Orlando Fávero
Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social

Antônio Carlos

PREFEITURA

Resultado Chamamento Nº 008/2014

Antonio Carlos, em 12 de junho de 2014.

Estado de Santa Catarina

Município de Antonio Carlos

Chamamento Público nº 008/2014

Esta municipalidade torna público o seguinte Ato:

Segue abaixo a lista de candidatos que compareceram ao Chamamento Público nº 081/2014 que exercerão em caráter temporário, o Cargo de MEDICO - 40H.

MEDICO - 40H

1º FERNANDO HENRIQUE MOMM

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Portaria N 287/2014

PORTARIA Nº 287/2014.

Prorroga Contratação Temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de VALERIO CARDOSO, no cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 12 de junho de 2014 a 30 de dezembro de 2014, e/ou até a realização do Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de junho de 2014.

Portaria N 288/2014

PORTARIA Nº 288/2014.

Prorroga Contratação Temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de NATALINO JOAO WEBER, no cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 12 de junho de 2014 a 30 de dezembro de 2014, e/ou até a realização do Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de junho de 2014.

Lei Nº 1.460/2014

LEI Nº 1.460/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR NO SALDO DEVEDOR DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.381/2012 O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2014, altera artigo de lei que especifica, INSERE O ANEXO ÚNICO NA LEI MUNICIPAL Nº 1.381/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do Plano de Amortização instituído nos termos da Lei municipal nº 1381/2012 o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2014, que totaliza R\$ 4.657.740,75 (quatro milhões seiscentos e cinquenta e sete mil setecentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos) posicionado em 31/12/2013, devendo ser atualizado para 30/06/2014.

§1º - O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado, no período de diferimento, compreendido entre 31/12/2013 a 30/06/2014, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº 1381/2012.

§2º - A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no caput deste artigo será no mês de julho de 2014, com vencimento até o dia 10/08/2014.

§3º - O valor de cada parcela será calculado nos termos do §1º do art. 4º da Lei municipal nº 1381/2012.

Art. 2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo único - Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPREANCARLOS.

Art. 3º Se os critérios do Plano de Amortização previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do IPREANCARLOS, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 4º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 5º O art. 10 da Lei nº 1381/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei e no seu Anexo Único, poderá ser revisto a qualquer tempo, seguindo as orientações estabelecidas na Avaliação Atuarial e respectivo Parecer."

Art. 6º Fica inserido na Lei nº 1381/2012 o Anexo Único, que dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de Amortização.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 10 de junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1615

DECRETO Nº 1615, de 12 de junho de 2014.

Publica a Classificação do Processo Seletivo Edital nº 001/2014 do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Publicado a Classificação dos Aprovados do Processo Seletivo, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto, conforme Edital nº 001/2014.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vi-gente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014
ARROIO TRINTA - SC

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Vanessa Aparecida de Brito	15	6,0	1º
Manoel Wanderlei de Moraes	13	5,2	2º
Meliza Sabini	12	4,8	3º

CARGO: FARMACEUTICO

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Lisiane Flavia Locatelli	14	5,6	1º
Alexandre Bahir de Andrade	13	5,2	2º
Lidiane Stedille	11	4,4	3º

CARGO: ENFERMEIRO

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Ataize Zuffo	16	6,4	1º
Kamila da Silva	14	5,6	2º

CARGO: FISIOTERAPEUTA

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Karoline Favero Simioni	18	7,2	1º
Marina Morena Seba Muller	15	6,0	2º
Celina de Bortoli	14	5,6	3º
Maria Luisa Cesca	12	4,8	4º

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Leomar da Silva	13	5,2	1º

Arroio Trinta - SC, 12 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº 0022/2014

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DA FESTIVITÁ ALL´ITALIANA EDIÇÃO 2014, COM CONTRATAÇÃO DE SHOWS, EQUIPE DE SEGURANÇA, MATERIAIS PARA ORNAMENTAÇÃO, FORNECIMENTO DE LANCHES E REFEIÇÕES, FORNECIMENTO DE CAMISETAS, FAIXAS PARA RAINHAS E PRINCESAS, RAMALHETES DE FLORES E MATERIAIS GRÁFICOS.

Regimento: Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 30/06/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 30/06/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 12 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Ascurra**PREFEITURA****Extrato Tac - Lei Acesso A Informação E Lei da Transparência**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TAC 02/2014 - MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC - LEI DE TRANSPARENCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O Município de Ascurra/SC, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Moacir Polidoro. Termo torna público o Termo de Acordo e Compromisso que entre si fazem o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Ascurra/SC. Objeto: a adequação do COMPROMISSÁRIO à Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/09) e à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) em virtude da obrigatoriedade da divulgação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira e a viabilização de pedido de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na rede mundial de computadores (internet). Da vigência do Termo - indeterminado, contados a partir da data de assinatura - assinado em 29 de abril de 2014, pelo Promotor de Justiça Sr. Eliatar Silva Junior e Prefeito de Municipal Sr. Moacir Polidoro.

Balneário Rincão**PREFEITURA****Decreto/Gp/Nº 153 de 11 de Junho de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO/GP/Nº 153 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, NA COPA DO MUNDO FIFA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial pelo art.83, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O expediente nas repartições públicas do Município de Balneário Rincão, nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo FIFA 2014, funcionará da seguinte forma:

I - Paço Municipal: 07h00min às 13h00min;

II - Central do Cidadão: 08h00min às 12h00min; 13h00min às 15h00min;

III - Secretaria de Obras e Serviços Públicos: 07h00min às 13h00min;

IV - Secretaria de Saúde: 08h00min às 12h00min; 13h00min às 15h00min;

V - Secretaria de Educação: 07h00min às 13h00min (departamento administrativo), sendo dispensados os alunos do turno vespertino e noturno da rede pública municipal de ensino e Educação de Jovens e Adultos - EJA, respectivamente;

VI - Secretaria de Assistência Social: 07h00min às 12h00min;

Parágrafo Único - Sendo a fase final do evento desconhecida, quanto à participação da Seleção brasileira de futebol, fica estabelecido que os horários estipulados nos incisos do artigo anterior poderão ser reduzidos, para 1 (uma) hora de antecedência da realização das partidas, nos termos da tabela da Copa do Mundo FIFA 2014, caso a seleção do Brasil seja classificada para as respectivas fases e o horário de início dos jogos coincidirem com o do expediente municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 11 de junho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 11 de junho de 2014.

Barra Velha**PREFEITURA****Chamada Publica 001/2014**

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2014
EDITAL CHAMADA PUBLICA DE COMPRA Nº 001/2014

O Prefeito de Barra Velha/SC, em atendimento a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 Torna Público que realizará Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Barra Velha/SC, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de abertura: 14/07/2014
Horário de abertura: 08:30 horas

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Benedito Novo**PREFEITURA****Decreto Nº 40/2014**

DECRETO Nº 40/2014, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA PELAS ENXURRADAS.

OSNIR FLORIANI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XVIII, do artigo 50, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A enxurrada, os deslizamentos e alagamentos ocorridos nos dias 07 e 08 de junho de 2014, atingindo partes do Município, conforme Mapa das áreas afetadas, anexo a este Decreto;
- O comprometimento do bem-estar da população em função dos danos e prejuízos resultantes do desastre, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- A recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, a deficiência de estrutura da Defesa Civil local frente ao desastre, agravadas pela ocorrência de deslizamentos e inundações bruscas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo mapa/croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do plano emergencial de resposta aos DESASTRES, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início ao processo de desapropriação, por utilidade pública de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de construção das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de vigência deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Município de Benedito Novo - SC, aos 09 de junho de 2014.
OSNIR FLORIANI
Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Decreto nº 40/2014 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 09 de junho de 2014.
Marília Panoch
Agente Administrativo

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 1603/2014

PORTARIA nº 1603 de 12 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1305/2014, de admissão da servidora Glaucia Farias de Melo, ocorreu um equívoco quanto à ação.

Portaria nº 1305 de 12 de maio de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GLAUCIA FARIAS DE MELO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2014 a 19/12/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLAUCIA FARIAS DE MELO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 15/04/2014 a 19/12/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1602/2014

PORTARIA nº 1602 de 12 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1309/2014, de admissão da servidora Osnilda Kuhn Haskell, ocorreu um equívoco quanto à ação.

Portaria nº 1309 de 12 de maio de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) OSNILDA KUHN HASKEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSNILDA KUHN HASKEL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1601/2014

PORTARIA nº 1601 de 12 de junho de 2014
ERRATA:

Na portaria 1417/2011, de averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição do servidor Afonso Pedro Borba, ocorreu um equívoco quanto ao período averbado.

Portaria 2417, de 15 de junho de 2011:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) AFONSO PEDRO BORBA, detentor(a) da matrícula 458 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00027/11-0, da qual se extraiu o período de 03 (três) anos, 4 (quatro) meses e 02 (dois) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) AFONSO PEDRO BORBA, detentor(a) da matrícula 458 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00027/11-0, da qual se extraiu o período de 04 (quatro) anos e 02 (dois) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1609/2014

PORTARIA nº 1609 de 12 de junho de 2014
Designar o (a) Servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, para ocupar 01 (uma) aula excedente de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, para ocupar 01 (uma) aula excedente de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1608/2014

PORTARIA nº 1608 de 12 de junho de 2014
Designar o (a) Servidor (a) TITO BATINGA, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) TITO BATINGA, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1607/2014

PORTARIA nº 1607 de 12 de junho de 2014
Designar o (a) Servidor (a) SANDRO ROGERIO LOURENÇO, para ocupar 06 (seis) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) SANDRO ROGERIO LOURENÇO, para ocupar 06 (seis) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1606/2014

PORTARIA nº 1606 de 12 de junho de 2014
Designar o (a) Servidor (a) SABRINA SILVA RICARDO, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) SABRINA SILVA RICARDO, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1605/2014

PORTARIA nº 1605 de 12 de junho de 2014

Designar o (a) Servidor (a) ADRIANO ANTONIO DE SOUZA, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) ADRIANO ANTONIO DE SOUZA, para ocupar 04 (quatro) aulas excedentes de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1604/2014

PORTARIA nº 1604 de 12 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Kamilla Bittencourt, ocupante do cargo temporário de Professor III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Kamilla Bittencourt, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº. 0038/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1479/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 30 de Junho de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de Lixeiras Monobloco e de coleta seletiva e bancos para a praça municipal.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 13 de Junho de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

ERRATA DE EDITAL COM REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1424/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO que, de acordo com o Decreto nº. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a lei federal nº.10.520 de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, e demais legislações aplicáveis a errata do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1424/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2014, com designação de nova data para a sessão de julgamento do dia 23/06/2014 as 10:30 hrs para o dia 30/06/2014 as 10:00 hrs e altera os valores da presente licitação onde lê-se:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
1	2.000	cpr	Diclofenaco sodico 50mg	0,06
2	6.000	cpr	Nimesulida 100 mg	0,75
3	500	cpr	Simeticona 40mg	0,18
4	2.000	cpr	Norfloxacino 400mg	0,82
5	1.000	cpr	Cetoprofeno 100mg	0,42
6	2.000	cpr	Cinarizina 75 mg	0,25
7	500	Pct	Plantago Ovata 3,5 gr	1,82

8	500	cpr	Anlodipino 10mg	0,60
9	1.000	cpr	Diacereina 50 mg	2,98
10	2.000	cpr	Cimetidina 200 mg	0,20
11	200	Fra	Nimesulida 50 mg/ml	5,75
12	500	cpr	Candesartana Cilexetila 16 mg	1,90
13	1.000	cpr	Metoprol+hidroclorotiazida 100/12,5mg	0,85
14	200	cx	Luva de latex não esteril talcada caixas com 100 unid. tamanho P	14,49
15	200	cx	Luva de latex não esteril talcada caixas com 100 unid. tamanho PP	14,49
16	100	cx	Luva de latex não esteril talcada caixas com 100 unid. tamanho M	14,49
17	100	cx	Luva de latex não esteril sem pó caixas com 100 unid. tamanho M	26,00
18	100	cx	Luva de latex não esteril sem pó caixas com 100 unid. tamanho PP	26,00

Passa a ler -se

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
1	2.000	cpr	Diclofenaco sodico 50mg	0,06
2	6.000	cpr	Nimesulida 100 mg	0,75
3	500	cpr	Simeticona 40mg	0,18
4	2.000	cpr	Norfloxacino 400mg	0,82
5	1.000	cpr	Cetoprofeno 100mg	0,42
6	2.000	cpr	Cinarizina 75 mg	0,25
7	500	Pct	Plantago Ovata 3,5 gr	1,82
8	500	cpr	Anlodipino 10mg	0,60
9	1.000	cpr	Diacereina 50 mg	3,90
10	2.000	cpr	Cimetidina 200 mg	0,20
11	200	Fra	Nimesulida 50 mg/ml	5,75
12	500	cpr	Candesartana Cilexetila 16 mg	1,90
13	1.000	cpr	Metoprol+hidroclorotiazida 100/12,5mg	0,85
14	200	cx	Luva de latex não esteril talcada caixas com 100 unid. tamanho P	14,49
15	200	cx	Luva de latex não esteril talcada caixas com 100 unid. tamanho PP	14,49
16	100	cx	Luva de latex não esteril talcada caixas com 100 unid. tamanho M	14,49
17	100	cx	Luva de latex não esteril sem pó caixas com 100 unid. tamanho M	26,00
18	100	cx	Luva de latex não esteril sem pó caixas com 100 unid. tamanho PP	26,00
19	300	Fra	Protetor Solar FPS 30 c/ UVA e UVB c/120 ml	9,00

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 13 de Junho de 2014.
 Airton Antonio Reinehr
 Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 39/2014

EXTRATO DE CONTRATO 39/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
 Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Radio Educadora de Taió Ltda
 CNPJ 83.481.762/0001-84, Sito a Rodovia SC 422 - Centro

Cidade de Taió - SC

Objeto: Contratação de empresa especializada em publicação semanal de matérias informativas de ações realizadas pela administração municipal de Braço do Trombudo na Web Site; Entrevista mensal ao vivo/gravada no estúdio da Rádio para divulgação das realizações do executivo e após veiculação através de vídeo do portal; Divulgação semanal das ações realizadas pela administração em empresa de Radiodifusão em amplitude Modulada com abrangência regional, devidamente licenciada junto ao Ministério das Comunicações, através de informativo, com duração prevista de 10 (dez) minutos.

Valor: R\$ 4.000,50 (quatro mil e cinquenta centavos).

Vigência até 31.12.2014

Data da assinatura: 06.06.2014

Charles Rafael Schwambach
 Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 42/2014

EXTRATO DE CONTRATO 42/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
 Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri.
 CNPJ 83.052.191/0027-00, Sito a Rua Jaraguá, Nº 145 - Bairro Canoas.
 Cidade de Rio do Sul- SC

Objeto: Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Valor: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Vigência até 31.12.2014

Data da assinatura: 06.06.2014

Charles Rafael Schwambach
 Prefeito Municipal

Portaria 0105/2014

PORTARIA Nº 0105/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para repouso a gestante, a servidora Regiane da Silva Neumann ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 23.05.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 23.05.2014.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0106/2014

PORTARIA Nº 0106/2014

CONCEDE LICENÇA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Josiane Fatima Gembro Lang, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de 30.05.2014 a 15.06.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 30.05.2014.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0107/2014

PORTARIA Nº 0107/2014

CONCEDE LICENÇA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Alef da Silva, ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias, a partir de 01.06.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.06.2014.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0108/2014

PORTARIA Nº 0108/2014

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Ademir Pacher, para exercer o cargo de motorista, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 03.06.2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 03.06.2014.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Lei 0799/2014

LEI Nº 0799/2014

Concede auxílio financeiro ao Centro Cultural 25 de Julho Dr. Hermann Blumenau e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro ao Centro Cultural 25 de Julho Dr. Hermann Blumenau deste município, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.035/0001-19, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à Instalação do SPDA - Sistema de Proteção de Descargas Elétricas (Para-raios), conforme projeto em anexo, parte integrante da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Lei 0800/2014

LEI Nº 0800/2014.

Anula e Suplementa Dotações do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

06 - SECRETARIA DE ESPORTES

01 - DESPORTO AMADOR

2.050 - Manutenção do Desporto Amador

(162) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

06 - SECRETARIA DE ESPORTES

01 - DESPORTO AMADOR

1.032 - Reequipamento do Desporto Amador

(160) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 12 de junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 069/2014

DECRETO Nº 069/2014.

Anula e Suplementa Dotações do Orçamento Vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0800/2014 de 12.06.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

06 - SECRETARIA DE ESPORTES

01 - DESPORTO AMADOR

2.050 - Manutenção do Desporto Amador

(162) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

06 - SECRETARIA DE ESPORTES

01 - DESPORTO AMADOR

1.032 - Reequipamento do Desporto Amador

(160) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 46 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 46/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Veículo autônomo novo, no mínimo ano 2013 - modelo 2014, quatro portas, cor branca biocombustível, com potência mínima de 140 CV, com no mínimo 6 marchas, rodas de liga leve com no mínimo Aro 16, Freios ABS com no mínimo distribuição de força EBD, Air Bag no mínimo duplo, ar condicionado, direção elétrica, computador de bordo, volante com regulagem de altura, console central dianteiro com no mínimo porta objetos, porta lata e apoio de braço integrado, sistema de áudio AM/FM com no mínimo CD Player /MP3/ WMA, cinto de segurança dianteiros reguláveis e três cintos traseiros de três pontos, vidros dianteiros e traseiros elétricos, travas elétricas nas portas e no porta mala, faróis de neblina. (12492)	UND	REPECON VEICULOS LTDA (9216)	Ranault	0	64.900.0000	1
---	---	-----	------------------------------	---------	---	-------------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 46/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2013
PROCESSO Nº 86/2013
(9216) - REPECON VEICULOS LTDA

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 47 2013 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de arbitragem/jogos (9632)	JG	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)		0	111,6379	1
			LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI (6603)		0	114,0862	2
2	Deslocamento de arbitros/rodadas (10288)	UND	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)		0	53,4483	1

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 47/2013	Data do Registro: 13/12/2013	Válido até: 13/12/2014
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.		

LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI (6603)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2013

PROCESSO Nº 76/2013

- (6603) - LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI
- (9217) - Liga Desportiva da Microregião da Cebola

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 3 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 1/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	FINASTERIDA 5 MG (1487)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Aurobindo Pha	0	0.1600	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Aurobindo	0	0.1700	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	AUROBINDO	0	0.2000	3
2	Captopril 50mg (1866)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0.0300	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0.0300	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0.0300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0.0300	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0.0300	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Balm Labor	0	0.0300	6
3	PROPANOLOL 40 MG (1145)		COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0.0200	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0.0200	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0.0200	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0.0200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 20MG (1727)		DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	0,0200	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	0,0200	6
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	7
			COMP Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Zydus	0	0,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zydus	0	0,0900	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1100	3
5	Succinato sódico de hidrocortisona pó liófilo 500mg (1876)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	4,9900	1
6	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI (1885)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4200	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,5500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,8000	3
7	Diclofenaco sódico 75mg solução injetável - ampola 3ml (1870)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	0,6000	1
8	Levotiroxina sódica 100mg (1838)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 3/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Cloridrato de amilorida + Hidroclorotiazida 5mg+25mg (1869)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	3
			DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MERCK	0	0,1500	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Merck	0	0,2000	5
			COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Gerned	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1
10	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica e num excipiente aquoso, transparente e viscoso, tubo com 85 g. (3041)	TB	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1
11	Nistatina suspensão oral 100.000U/ml frasco com 50ml+conta gotas (1858)		DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CONVATEC	0	54,4600	2
		FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,4700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,5000	2
12	METFORMINA 500 MG (654)	CP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0500	1
			DIMACI IMG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aurobindo Pha	0	0,0500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	AUROBINDO	0	0,0500	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 4/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG (877)		COMP Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1600	3
14	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG (1289)		COMP Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1700	3
15	Alopurinol 300mg (1840)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1100	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1300	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400	5
16	PREDNISONA 20 MG (834)		COMP MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 5/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Clopidrogel 75mg (1587)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1200	3
			COMP. Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,4000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,4200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANDOZ	0	0,5100	3
			FR. Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,6400	1
18	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/ml (1852)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,7600	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MEDQUIMICA	0	0,8500	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	NATULAB	0	0,9100	4
			FR. Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	4,8000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	6,9500	2
19	Amoxicilina+clavulanato de potássio suspensão oral 50mg+12,5ml (1855)		MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GSK	0	7,3400	3
			COMP. DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1900	2
20	FLUCONAZOL 150 MG (1140)						

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 6/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
21	Nistatina creme vaginal 100.000 UI/4g 60gr c/ aplicador (1597)		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2000
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,2000
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MEDQUIMICA	0	0,2000
		BISN	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	1,3600
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	1,4600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,5200
		COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0600
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0600
22	Losartana potássica 50mg (1868)		Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0600
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 7/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Ciprofibrato 100 mg (2619)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	UCI FARMA	0	0,4900	1		
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	NEO QUIMICA	0	0,5100	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ucl Farma	0	0,6400	3		
			DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	UCI-FARMA	0	0,6400	4		
24	Levotiroxina 75 mg (2623)	COMP	DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MERCK	0	0,1900	1		
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1900	2		
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,2000	3		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,2200	4		
25	Alendronato de sódio 70mg comprimido, cartela com 4 comprimidos. (3039)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	E M S	0	0,3100	1		
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Delta	0	0,3300	2		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	DELTA	0	0,3400	3		
26	Deltametrina schampoo 20mg fr c/100ml (1845)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Santa Terezin	0	1,2800	1		
			DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	1,6200	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 8/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
27	Dexclorfeniramina 0.4mg/ml 120ml (1585)	FR	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,9500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0700
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1000
28	Benzoato de benzila 200mg/ml 100ml (1856)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	5,6100
29	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G BISNAGA C/ 50 GRAMAS C/ APLICADOR (1720)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	1,5400
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,5900
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	1,6600
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	TEUTO	0	1,6900
30	CLORPROPAMIDA 250 MG (1721)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Química	0	0,4100
31	CARVEDILOL 6.25 MG (1371)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0800
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1100
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 9/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	CARVEDILOL 12,5 MG (1372)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0900	1
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1600	3
33	ISOSSORBIDA MONIDRATO 10MG (1728)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,0600	1
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,0700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0900	3
34	Cloridrato de prometazina 50mg/2ml solução injetável - ampola 2 ml (1871)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	0,8500	1
35	Cetoprofeno 100mg/2ml solução injetável - ampola 2ml (1872)	AMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	UNIAO QUIMICA	0	1,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	1,5300	2
36	Cloridrato de dobutamina 250mg/20ml solução injetável - ampola 20ml (1879)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Novafarma	0	2,1900	1
37	Furosemda 10mg/ml solução injetável - ampola de 2ml (1882)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4200	1
38	Sulfato de atropina 0,25mg/1ml solução injetável - ampola de 1ml (1883)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isolafarma	0	0,2400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 10/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	METOCLOPROPAMIDA 4MG/ML 10ML (1701)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,4000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Mariol	0	0,4100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,4500	3
40	CEFALEXINA 250 MG SUSP. 60ML (1716)	FR	Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	1,6900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	1,7000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	1,8800	3
41	NEOMICINA + BACITRACINA 10 GR (1718)	BISN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,7700	1
			DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,8100	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,9100	3
42	NORFLOXACINO 400MG (880)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Mutliab	0	0,1200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mutliab	0	0,1400	2
			DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 11/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
43	CARVEDILOL 25 MG (1373)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1200	1		
44	PROPATILNITRATO 10MG (1729)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BRISTOL	0	0,3200	1		
	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)		FQM		0	0,3400	2		
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Fqm		0	0,3700	3		
45	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ P/SOL. INJ 1.200.000 (1208)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,5200	1		
	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)		TEUTO		0	0,5900	2		
	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)		TEUTO		0	0,8100	3		
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Teuto		0	0,8400	4		
	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)		TEUTO		0	0,8400	5		
46	PARACETAMOL 200 MG C/10 ML (1070)	UND	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,4700	1		
	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)		TEUTO		0	0,4800	2		
	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)		SOBRAL		0	0,5000	3		
	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)		NATULAB		0	0,5200	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
47	ALBENDAZOL 400MG (1554)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,5300	5		
			COMP. MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,2600	1		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,2600	2		
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,2700	3		
			FR. Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM	0	1,0200	1		
48	Metronidazol (benzimidazolidol) suspensão oral 200mg/5ml frasco com 80 ml (1857)		DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,3600	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,4200	3		
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,5900	4		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,5900	5		
			AMP. DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,1900	1		
49	Cloridrato de metoclopramida 10mg/2ml solução injetável - am (1874)		DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	ISO FARMA	0	0,2200	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isófarma	0	0,2400	3		
			AMP. ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,1100	1		
50	Succinato sódico de hidrocortisona pó liófilo 100mg (1877)								

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 13/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	4,3100
						2
51	Ginkgo biloba 80mg (1837)		COMP DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,1600
						1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1700
						2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,1800
						3
52	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 100ML (1707)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	1,0200
						1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOBRAL	0	1,0300
						2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	1,0400
						3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sobral	0	1,0500
						4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1400
						5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,1400
						6
53	ATENOLOL 50 MG (865)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300
						1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300
						2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 14/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689);	VITAPAN	0	0,0300
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300
54	Rosuvastatina cálcica 10 mg (2622)	CPM	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,6000
55	ÁCIDO FÓLICO 5MG (1704)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0200
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0200
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0200
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	HIPOLABOR	0	0,0200
56	CIMETIDINA 200 MG (152)	CP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0400
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0500
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0500
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689);	PRATI	0	0,0500
57	IODETO DE POTASSIO 100 ML (1142)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	1,5400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
58	Alopurinol 100mg (1839)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0400
59	COMPLEXO B (POLIVITAMÍNICO) (1706)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Medquímica	0	0,0400
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	NATULAB	0	0,0500
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BELFAR	0	0,0500
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,0500
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BELFAR	0	0,0500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0600
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	MEDQUIMICA	0	0,0600
60	Ibuprofeno 600mg (1853)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0600
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0700

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 16/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	PARACETAMOL 750 MG (587)		MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0700	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0700	4
			DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0800	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0800	6
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati+Donaduz	0	0,0800	7
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Marlot	0	0,0600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0600	2
			COMP DIMENSAAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0200	1
			DIMACI IMG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MEDQUIMICA	0	0,0200	3
62	GLIBENCLAMIDA 5 MG (1722)		Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Geolab	0	0,0200	4
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Geolab	0	0,0500	1
63	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG (1204)						
64	SULFATO FERROSO 40 MG (1708)						

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 17/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	DIMETICONA 40MG (1460)		DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0400	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	6
			COMP DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0500	1
66	NIMESULIDA 100 MG (1292)		Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0500	2
			COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0400	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	0,0400	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400
						7
67	IVERMECTINA 6MG (876)		COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2800
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,2900
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,3200
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIFARMA	0	0,3400
						4
68	NIFEDIPINA 20 MG (1724)		COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0700
			DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Geolab	0	0,0700
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	GEOLAB	0	0,0800
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,0800
						4
69	Atenolol 25mg (1599)		COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0200
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300
						4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 19/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	CINARIZINA 75 MG (217)		DIMACI IMG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0300	6
			COMP DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARC,	0	0,1100	1
71	Dipirona gts 10ml (1850)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	FARMACE	0	0,4300	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,4400	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FARMACE	0	0,5000	3
72	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG (1711)		COMP Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Vitamed	0	0,0200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	VITAMED	0	0,0200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	0	0,0200	3
			DIMACI IMG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Vitamed	0	0,0200	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAMED	0	0,0200	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAMED	0	0,0200	6
73	PIROXICAN 20 MG (1468)		COMP Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 20/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Mebendazol 20mg/ml 30ml (1595)		DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0800	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0800	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	5
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	GEOLAB	0	0,0800	6
		FR	DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,6300	1
75	VERAPAMIL 80 MG (1147)		Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	SOBRAL	0	0,6400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,6800	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,7000	4
		COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	3
		Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	4	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 21/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	METOCLOPROPAMIDA 10 MG (225)		DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0600	6
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0600	7
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0400	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HIPOLABOR	0	0,0400	4
77	PARACETAMOL 500 MG (1144)		COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0400	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TKS	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0500	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM LABOR	0	0,0500	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0500	5
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Mariol	0	0,0500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 22/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
78	DEXODIF+FIBRINO+CLORANFENICOL TB C/ 30 GR (869)	TB	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CRISTÁLIA	0	28.8800	1		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	28.8900	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	30.8800	3		
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CRISTALIA	0	31.0200	4		
79	TIMOLOL, MALEATO 0.5% SOLUÇÃO OFTALMICA (1719)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0.9600	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0.9700	2		
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	1.3200	3		
80	AMIODARONA 100 MG (1375)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0.1300	1		
81	Dipirona sódica 500mg/ml solução injetável - ampola 2ml (1873)	AMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0.5800	1		
82	Butilbrometo de escopolamina/dipirona sódica 20/2500mg/5ml solução injetável - ampola 5ml (1875)	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0.6400	1		
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FARMACE	0	0.6800	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmace	0	0.7600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 23/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
83	Cloreto de potássio 19,1% solução injetável - ampola de 10ml (1878)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isolafarma	0	0,2200
84	PREDNISONA 5 MG (254)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0500
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0700
85	Sulfato ferroso sol. oral 25mg/ml 30ml (1590)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,5100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,5600
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HIPOLABOR	0	0,5800
86	METRONIDAZOL 250 MG (162)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0600
87	Glimepirida 4mg (1861)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MABRA	0	0,0900
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	EMS	0	0,1300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 24/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
88	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG (1141)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PHARLAB	0	0,0200
89	DOXAZOSINA 2 MG (1376)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	E.M.S	0	0,0900
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1000
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1100
90	AZITROMICINA 600MG SUSP (1715)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Pharlab	0	1,6800
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PHARLAB	0	2,3000
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	2,3900
91	SECNIDAZOL 100MG (883)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,5000
			Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,5000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,5200
92	Aciclovir 200mg (1859)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1000
			Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 25/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

93	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG (511)		Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz:	0	0.1000	3
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0.0200	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0.0200	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0.0200	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0.0200	4
			COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0.0500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM LABOR	0	0.0600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Balm Labor	0	0.0600	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0.0600	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0.0600	5
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BALM-LABOR	0	0.0600	6
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0.0600	7
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SOBRAL	0	0.0600	8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 26/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG + 80MG (1075)		Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz:	0	0,0700	9
		UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0600	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,0600	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0600	5
96	Amoxicilina+clavulanato de potássio comprimido 500mg+125mg (1854)		Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	6
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz:	0	0,0600	7
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0700	8
		COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glaxosmithklin	0	0,4600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	0,6800	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GSK	0	0,7200	3
97	Óxido de zinco+retinol+colecalfiferol (150 mg+5000UI+900 UI) G pomada, bisnaga de 45g. (2624)	BISN	Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	1,5400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 27/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	FUROSEMIDA 40 mg (109)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	1,6100	2
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	1,6900	3
			COMP DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	HIPOLABOR	0	0,0300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0300	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0300	3
99	Salbutamol 2mg/ml xarope 80 ml (1844)		MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0300	4
		FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,8700	1
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,9000	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	1,0000	3
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0300	1
100	AMINOFILINA 100MG (1703)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,0400	2
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0900	1
101	AMPICILINA 500mg (COMP) (96)		Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 28/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Sulfametoxazol+trimetopina 4%mg+0,8% 50ml (1593)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1100	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1100	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,1100	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1100	6
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1100	7
103	CAPTOPRIL 25 MG (830)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,6800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,8200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8600	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MARIOL	0	0,0200	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0200	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	BALM-LABOR	0	0,0200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 29/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marjol	0	0,0300	6		
104	Benzilpenicilina procaina + benzilpenicilina potássica pó para suspensão injetável 300.000U+100.000UJ (1886)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	0,8500	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8700	2		
105	Etinilestradiol+levonorgestrel comprimido 0,03mg+0,15mg cartela com 21 comprimidos. (1841)	CART	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U QUIMICA	0	0,6300	1		
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIFARMA	0	0,7000	2		
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIFARMA	0	0,7100	3		
106	DEXAMETASONA 0,1% CREME TB C/ 10 GR (870)	TB	DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,4400	1		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,5100	2		
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MULTILAB	0	0,5300	3		
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,5600	4		
107	DICLOFENACO DE RESINATO GTS FR 10ML (1712)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	1,5900	1		
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	1,6000	2		
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	1,7500	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 30/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	1,7600
108	CEFALEXINA 500 MG (153)		COMP Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,0900
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1200
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,1200
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,1200
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Teuto	0	0,1300
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,1300
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,1300
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1800
109	Cefoticonazol 200mg (1594)		COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0900
110	ANLODIPINA 5 MG (1378)		COMP Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200
111	ENALAPRIL, MALEATO 10MG (1723)		COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 31/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	METILDOPA 500 MG (326)		DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0400	4
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	TKS	0	0,1500	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	LABORIS	0	0,1600	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,1600	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1700	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	LABORIS	0	0,1700	5
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aspen	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ASPEN	0	0,1000	2
113	ESPIRONOLACTONA 25 MG (1462)		MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	E.M.S	0	0,1100	3
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0900	1
114	SINVASTATINA 40 MG (1377)		Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 32/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Enalapril. maleato 20mg (1598)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1100	3
			COMP DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0500	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0500	3
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0500	4
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Belfar	0	0,0500	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0600	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0600	7
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Royton	0	0,0600	8
			COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	1
116	DIGOXINA 0,25 MG (164)		Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,0300	2
		FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,9400	1
117	AMOXICILINA 250 MG SUSP 60ML (1713)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 33/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
118	CIPROFLOXACINO 500 MG (527)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Química	0	1,1200
						3
		COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BRASTERAPI	0	0,1200
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRASTERAPI	0	0,1300
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1300
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400
119	METFORMINA 850 MG (328)		MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BRASTERAPI	0	0,1400
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6890)	Prati-Donaduz	0	0,1400
		CP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0500
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,0500
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,0500
						5
						6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 34/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
120	Acido acetilsalicílico tamponado 100mg (2620)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGNA PHAR	0	0,0900
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1000
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1400
121	Sais para reidratação, envelope 27.9g (1586)	ENV	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,3800
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,3800
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,4300
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,4400
122	OMEPRAZOL 20MG (881)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,0400
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0400
123	Dimeticona emulsão oral 75ml/ml frasco com 15 ml (1848)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,6900
124	MEBENDAZOL 100 MG (1152)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	0,0300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 35/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
125	Acidovir 50mg/g creme - bistraga 10 gramas (1860)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0300
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,0300
			BISN Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,6300
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,6400
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	1,7600
126	Antidopina 10mg (1865)		COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0400
127	Epinefrina 1g/1000ml solução injetável - ampola de 1ml (1881)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400
			AMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0400
128	SINVASTATINA 20MG (882)		COMP DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0500
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,0500
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,0700
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0700

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 36/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
129	Complexo B (polivitamínico) frasco c/ 30ml (1846)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BELFAR	0	1,2700
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	1,3900
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BELFAR	0	1,4700
130	IBUPROFENO 300 MG (1296)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0500
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,0500
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Multilab	0	0,0500
131	Nimesulida 50mg/ml 15ml (1591)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,5900
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,6700
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,6800
132	AMOXICILINA 500 MG (1136)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0600
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0700
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 37/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	METILDOPA 250MG (878)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0800	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0800	6
			COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TKS	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,0900	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TKS	0	0,1000	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	LABORIS	0	0,1000	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	TKS	0	0,1000	6
			COMP Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,1700	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,1800	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,2000	3
134	AMIODARONA 200 MG (1374)		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,2200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 38/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
135	Carbonato de cálcio+colecalfiferol 500mg CaCO3+400UI (1849)	COMP (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6039)	NATULAB	0	0,5200
136	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML (1135)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	0,5300
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM#	0	0,7600
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	1,0400
			DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,0400
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	1,0500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,1200
137	CLORIDRATO DE AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 5MG + 50MG (1725)	COMP (6136)	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6039)	VITAPAN	0	0,0700
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0800
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	VITAPAN	0	0,1100
138	Acetato de medroxigesterona 150mg/ml inj. c/1 seringa pré-enchida de 1ml (1843)	AMP (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6039)	E M S	0	9,8000
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	UNIÃO QUIMI	0	9,8500
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	E M S	0	13,1200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 39/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.			
139	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG (1134)		COMP DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Imec	0	0,0100	1			
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	IMEC	0	0,0100	2			
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	IMEC	0	0,0100	3			
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	IMEC	0	0,0100	4			
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	IMEC	0	0,0100	5			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	0,0100	6			
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Imec	0	0,0100	7			
140	Ácido acetilsalicílico 500 mg (1847)		COMP DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	IMEC	0	0,0300	1			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0400	2			
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0400	3			
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	0,0400	4			
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sobral	0	0,0400	5			
141	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG (871)		COMP MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0200	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 40/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cimed	0	0,0300	3
			DIMACI IMG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0300	4
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0300	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Multilab	0	0,0300	6
142	Bloqueador solar FPS 50 frasco com no mínimo de 120 a 200 ml (1889)	UND	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOFTSUN	0	10,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cosmoderma	0	15,0900	2
143	DIPIRONA SÓDICA 250MG+BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG (3040)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM	0	0,1100	1
			DIMACI IMG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1300	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1300	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1400	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,1400	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 41/45

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1400
						7
144	AMPICILINA 250MG SUSP 60ML (1714);	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM#	0	1,5900
			DIMACI MG MATERIAL CIRURGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	1,7800
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689);	PRATI	0	1,8300
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,8500
						4
145	AZITROMICINA 500 MG (1381)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689);	PRATI	0	0,3900
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz;	0	0,4000
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,4100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,4300
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,4400
						5
146	Losartana potássica 100mg (1867)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	EMS	0	0,1800
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1800
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,2200
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 42/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	ATENOLOL 100 MG (1361)		Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,2200	4
			COMP PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0400	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	7
			COMP Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	E.M.S	0	0,1300	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1300	2
148	Acido acetilsalicílico tamponado 200mg (2621)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,2400	3
		FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nutriex	0	4,2100	1
149	Loção oleosa a base de girassol, vitamina A e ácido linoleico, ácido caprílico, ácido caprílico, lecitina de soja e ácidos graxos essenciais/tcm, que revitaliza a pele auxiliando na prevenção de escaras, frasco de 200ml. (2830)						

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 43/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

150	Losartana potássica 25 mg (3042)		DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	KELLDRIN	0	4,3200	2
			COMP DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0900	2
151	Pomada oftálmica estéril. Composição: Acetato de retinol 10.000UI, aminoácidos 2,5%, metionina 0,5%, cloranfenicol 0,5%, Bismaga de 3,5g. (2832)	BISN	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	ALLERGAN	0	9,7200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Allergan	0	10,6500	2
152	Cânfora 4gr, essência de terebentina 10ml, mentol 1gr, salicilato de metila 4ml, veículos q.s.p, tubo de aerosol contendo 120ml. (Essência de mostarda, essência de alfazema, álcool etílico 96 GL e propelente Isobutano). (2833)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neoquimica	0	13,0500	1
153	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica e num excipiente aquoso, transparente e viscoso, tubo com 85 g. (3041)	TB	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 44/45

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CONVATEC	0	54,4600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Página: 45/45

Número do Registro de Preços: 3/2013							Data do Registro: 13/06/2013		Válido até: 13/06/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2013
PROCESSO Nº 6/2013

- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6331) - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6648) - Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda
- (6649) - DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
- (6677) - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA
- (6688) - DIMENSÃO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA
- (6689) - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda
- (6690) - Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.

Braço do Trombudo, 13 de Junho de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 4 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 1/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013	Válido até: 17/06/2014
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água deionizada (destilada) gl 5 litros (1612)	GL	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dental Tec	0	5,1400	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DENTAL TEC	0	5,1500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	5,2000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	5,5800	4
2	Água B1-destilada estéril para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/5ml. Com registro ne Anvisa. (3069)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isotarma	0	0,1400	1
3	Agulha desc. 13x4,5 26G ½, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3070)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1300	1
4	AGUA OXIGENADA 1 LT (139)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	2,6800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	2,7100	2
5	Agulha desc. 13x4,5 26G ½, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3070)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3900	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 2/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Aguilha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3071)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,4500	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
7	Aguilha desc. 25x7 22G1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100 (3072)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,3800	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
8	Aguilha desc. 25x8 21G 1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3073)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3500	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
9	Aguilha desc. 30x7 22G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3074)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 3/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
10	Agulha desc. 30x8 21G1 ¼, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3075)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3000	1		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3		
11	Agulha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (3076)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3500	1		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,8600	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	4,0300	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Flop'S	0	3,5700	1		
12	Álcool 70%, 1 lt. (3077)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mega	0	3,5800	2		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CICLO FARM/	0	3,7800	3		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	3,8000	4		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	7,2500	1		
13	Álcool Iodado, 1 lt. (3078)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3800	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 4/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Álcool 92 %, 1lt (3079)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mega Quimica	0	4,3700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	4,9500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ciclo Farma	0	6,3700	3
15	Álcool em Gel Anti-séptico 500grms. Acompanha válvula pump, utiliza álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes. Produto biodegradável, elaborado como complemento na higienização de mãos. Gel a base de álcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (3080)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mega Quimica	0	3,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	4,9900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Chord	0	5,5500	3
16	Algodão hidrófilo 500g. (3081)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	COTTON	0	7,5000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	FAROL	0	7,5300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jr-Textil	0	8,3900	3
17	Algodão hidrófilo em bolas. Pct 100gramas. (3082)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DELICATO	0	1,5000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nathalya	0	2,3900	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	CREMER	0	2,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 5/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Almotolia transparente bico reto 100ml. (3083)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	JB	0	0,8900	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	J. PROLAB	0	0,9000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	1,1000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	J Prolab	0	1,1200	4
19	Atadura Crepom 6cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (3084)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,1300	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,1400	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,1800	3
20	Atadura Crepom 10cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (3085)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,2400	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,2900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,3500	3
21	Atadura Crepom 12cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (3086)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,2800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 6/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,3500	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,4100	3			
22	Atadura Crepom 15cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056, (3087)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA, (6156)	ANDREONI	0	0,3100	1			
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,4400	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,5300	3			
23	Atadura Crepom 20cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056, (3088)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA, (6156)	ANDREONI	0	0,4800	1			
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,5900	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,6900	3			
24	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10, (3089)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sky	0	8,8400	1			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MEDGAUZE	0	8,8500	2			
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	9,0000	3			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA, (6156)	CLEAN	0	9,5000	4			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 7/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
25	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros (Descartável e estéril. Possui conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica, apirrogênica e descartável. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termolamável. Esterilizada em óxido de etileno). (3090)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	STARMED	0	2,0000	1		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	STARMED	0	2,1000	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SOLIDOR	0	2,3500	3		
26	Bolsa de resgate confeccionada em nylon 600, contendo dois bolsos laterais, um bolso frontal e um bolso na parte traseira, e tampa com abertura em 180 graus com divisórias internas para material de resgate e primeiro socorros, acompanhando pochetes para acomodação de materiais de resgate, com alças para mãos e ombros, possui fitas reflexivas de alta visibilidade para trabalhos noturnos, bolsa grande e resistente. Medidas: 0,50 X 0,35 X 0,25m (3091)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	268,0000	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fibra Resgate	0	294,6200	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	340,0000	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	340,0000	4		
27	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (3092)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNOFIO	0	40,0000	1		
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Johnson	0	48,0000	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofo	0	65,9500	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 8/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
28	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 4-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (3093)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNOFIO	0	60,0000	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofo	0	65,9500	3		
29	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3,0. cx c/24. (3094)	CX	PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Johnson	0	48,0000	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDLINE	0	60,0000	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofo	0	65,9500	4		
30	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3,0. cx c/24. (3095)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNOFIO	0	60,0000	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofo	0	65,9500	3		
31	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção-adulto. (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (3096)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MARIMAR	0	59,9000	1		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	65,0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 9/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	69.0000	3			
32	Clorexidina. Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (3097)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	10.1200	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	10.2400	2			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	RIOQUIMICA	0	11.8000	3			
33	Clorexidina. Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (3098)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	5.6100	1			
34	Cloridrato de lidocaina 2% sem vasoconstritor injetável. Frasco 20ml. (3099)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	5.1200	1			
35	Cloridrato de lidocaina 2% gel. Tubo de 30 gramas. (3100)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	5.1600	1			
36	Colar cervical regulável. ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (3101)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13.7000	1			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	20.0000	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	24.2300	3			
37	Colar cervical regulável. INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (3102)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13.7000	1			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	20.0000	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 10/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	24,2300	3
38	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento pratico e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (3103)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cartoon	0	1,4900	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	EMBALAIRE	0	1,6000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cartoonbox	0	1,7200	3
39	Compressa cirúrgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50cm, pct c/50 unidades. (3104)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospitex	0	37,1500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	37,2000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ALIANDI	0	37,3000	3
40	Compressa de gaze 7,5x7,5, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 465 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa. (3105)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MED BLANC	0	8,8900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ALIANDI	0	8,9000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MEDBLANC	0	11,3000	3
41	Compressa de gaze 10x10, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 980 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa. (3106)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MED BLANC	0	19,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ALIANDI	0	19,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 11/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Curativo redondo para punção steeper. Cx com 500 unidades. (3107)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MDA	0	22,9000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	9,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LABOR IMPOI	0	9,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Blood Stop	0	10,6100	3
43	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (3108)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	WALTEX	0	20,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MADEITEX	0	20,7000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MADEITEX	0	26,0000	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXICOR	0	5,6700	1
44	Eletrodo adulto descartável em espuma hipoalergênica. Pacote com 30und. (3109)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxicor	0	6,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxicor	0	6,7300	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	10,7600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	12,1900	2
45	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (3110)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	13,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 12/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 90mmx260mm. Cx c/ 100 unidades (3111)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	15,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	18,0800	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	18,9000	3
47	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (3112)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	26,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	26,1000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	28,3000	3
48	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3113)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	48,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	50,4300	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	53,2700	3
49	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3114)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	48,4000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	48,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	53,2700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 13/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
50	Equipo macrogotas para infusão de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de gotejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc lendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autocicatrizante, conector de plástico com tampa protetora, a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA/MS e RDC nº 59. (3116)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	FARMATEX	0	0,5600
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RM Desc	0	0,6700
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medplast	0	0,8600
51	Equipo para nutrição enteral c/ 1,2m. NBR 14041/1998. (3117)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,8600
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	EQ FLEX	0	0,9000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	1,0900
52	Escova cervical descartável, para coleta de material endocervical. Pct com 100 unidades. (3118)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	11,8000
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	KOLPLAST	0	12,4000
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	12,6000
53	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrapo de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina. (3119)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MISSNER	0	3,9500
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	3,9900
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	4,4400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 14/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Espátula de Ayres p/coleita de preventivo. Pct c/100. (3120)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Estilo	0	4,2000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	4,2500	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	THEOTO	0	4,5500	3
55	Especulo vaginal descartável Tam P.Não lubrificado. (3121)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	KOLPLAST	0	0,6300	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,6500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	0,6800	3
56	Especulo vaginal descartável Tam M. Não lubrificado (3122)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	KOLPLAST	0	0,7200	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	0,7300	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,8000	3
57	Fio de sutura 4-0 comprimento do fio45cm, agulha de ½, com corte reverso e 16mm de espessura, poliglactina. Incolor/françada absorvível, (sutura sintética, absorvível, estéril, composta de copolímero obtido a partir de glicolida e lactida, revestida com poliglactina 370 e estearato de cálcio. Incolor, construída por trancamento, esterilizados por óxido de etileno). Cx c/12 unidades. (3123)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Point Suture	0	260,9300	1
58	Fio de sutura 4-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon). (3124)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	14,6000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	16,0200	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PROCARE	0	16,4100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 15/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
59	Fio de sutura 2-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon). (3125)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	14,6000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	16,0200
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PROCARE	0	16,4100
60	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (3126)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	2,3500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ciex	0	2,7200
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ciex	0	2,8300
61	Fita micropore 1,2cm x 10,0 mts. com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrílico hipolagênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. (3127)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	1,0000
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	1,0800
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	1,0900
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MISSNER	0	1,1000
62	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts. com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrílico hipolagênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. (3128)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	1,4400
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	1,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

63 Fralda Geriátrica Tam P. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filigrante suave, sem perfume e componentes hipoalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3129)

UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MISSNER	0	1,4600	3
UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	1,5900	4
UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MARDAN	0	0,6000	1

64 Fralda Geriátrica Tam M. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filigrante suave, sem perfume e componentes hipoalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3130)

PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ALY	0	0,7600	2	
ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTERFRAL	0	0,8800	3	
UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MARDAN	0	0,8000	1
PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ALY	0	0,8100	2	
PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,9300	3	

Página: 17/39

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

67	Fralda Infantil Tam P - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoaerênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico.	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0,2800	1
68	Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoaerênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3133)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO L.TDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3000	2
	Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoaerênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3134)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO L.TDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3400	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0,3500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 19/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

69	Fralda Infantil Tam G - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante, razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico.0.51PROHOSPI 0.52 (3135)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0.3800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mardam	0	0.4200	3
70	Fralda Infantil Tam EG - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante, razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3136)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0.3900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0.4100	1
71	Frasco de alimentação enteral 300ml. (3137)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0.4200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mardam	0	0.5400	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	FBM	0	0.5200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 20/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
72	Frasco de alimentação enteral 500ml. (3138)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0.6600	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0.6900	3			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	FBM	0	0.6300	1			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	0.8500	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0.8600	3			
73	Gaze hidrófia tipo queijo (gaze hidrófia tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (3139)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MED BLANC	0	24.9000	1			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MEDBLANC	0	34.6000	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M GAUZE	0	39.9000	3			
74	Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresente alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente removido. Polímero carboxivinílico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100grms (3140)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Carbogel	0	1.6500	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dental Tec	0	1.7300	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CAITHEC	0	1.8000	3			
75	Hastes flexíveis antigerme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (3141)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	1.8000	4			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	COTTON	0	0.7300	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 21/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
76	Imobilizador de cabeça impermeável (Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tabua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável.) (3142)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	0,7700	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Baby/Piss	0	0,8000	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	148,0000	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Romed	0	181,0000	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	186,3800	3		
77	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 cx c/100. (3143)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	11,9000	1		
78	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 12 cx c/100. (3144)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	15,4400	3		
79	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100. (3145)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 22/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

80	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 21 cx c/100. (3146)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	15,4400	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADVANTIVE	0	14,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	3
81	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3147)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ANADONA	0	6,3400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CELAN	0	7,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M GAUZE	0	7,1500	3
82	Lençol descartável sem elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3148)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	5,7000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ANADONA	0	6,3400	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		0	7,1500	3
83	Lubrificante para instrumentos de alta e baixa rotação para uso odontológico. Conteúdo de 200ml. (3149)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	38,1400	1
84	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5. (3150)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 23/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0. (3151)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXITEX	0	0,8400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,8600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8200	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXITEX	0	0,8400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,8600	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,8300	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXITEX	0	0,8400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,8600	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Plastluvas	0	4,9800	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LUPLAST	0	4,9900	2
86	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho PP, cx c/100 und. (3154)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Luplast	0	5,0200	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7900	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpack	0	11,8000	2
87	Luva ginecológica estéril. Pct c/100. (3153)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 24/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
89	Luva de procedimento tipo látex c/ talco Iamarinho P, cx c/100 (3155)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,9000	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	12,0000	4		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	12,1500	5		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	11,7500	1		
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpack	0	11,8000	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,9000	3		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	12,4900	4		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	12,5000	5		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,7800	1		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	11,7900	2		
90	Luva de procedimento tipo látex c/ talco Iamarinho M, cx c/100 (3156)	CX	PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpack	0	11,8000	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	12,0000	4		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	12,4900	5		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 25/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, cx c/100 (3157)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	11,7800	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	11,7900	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpack	0	11,8000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,9000	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	12,4900	5
92	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressucitação de parada cardio-respiratoria (rcp) contem uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cupula transparente, e alça Elastica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estojo para guardar. (3158)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	21,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	33,6900	2
93	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3159)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	59,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Polar Fix	0	59,6900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	59,7000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLAR FIX	0	64,0000	4
94	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3160)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Polar Fix	0	62,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	64,2300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 26/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades. (3161)		PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLAR FIX	0	112,3500	3
		CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLAR FIX	0	241,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Polar Fix	0	242,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	251,9000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	256,0000	4
96	Papel lençol desc. BRANCO 70cm x 50mts. (3162)	RL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	4,2000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DALY	0	5,2500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clean	0	5,4500	3
97	Pinça anatômica dissecação com serrilha normal 14cm. (3163)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Richards	0	4,8000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	5,0000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	5,5000	3
98	Pinça Kocher hemostática 14cm. (3164)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	11,6000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	15,7300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 27/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
99	Pinça Kelly reta 14cm. (3165)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	15,7300	3		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	18,0000	4		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	11,5000	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Richards	0	11,5200	2		
100	Polvidine PVPI - Tintura Iodopolividona 1000 ml: produto a base de polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) em solução hidroalcolica, contendo 1% de iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente.É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus.É indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatório e preparação pré-operatória. Com Registro na Anvisa. (3166)	LT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	11,9000	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,7900	1		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	VIC PHARMA	0	14,1000	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	RIOQUIMICA	0	15,4000	3		
101	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões. (3167)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. Prolab	0	0,2000	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	0,2500	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	J PROLAB	0	0,3400	3		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	8,9000	1		
102	Protetor ocular infantil. Cor bege. cx c/12 (3168)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	8,9000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 28/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
103	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12 (3169)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	9,7500	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clear Passage	0	10,0400	3		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	8,9000	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clear Passage	0	10,0400	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	12,7000	3		
104	Scalp para infusão intravenosa nº 19g. Com registro na Anvisa. (3170)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3		
105	Scalp para infusão intravenosa nº 21g. Com registro na Anvisa. (3171)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3		
106	Scalp para infusão intravenosa nº 23g. Com registro na Anvisa. (3172)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 29/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

107	Scalp para infusão intravenosa nº 25g. Com registro na Anvisa. (3173)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	STARMED	0	0,1300	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2
			METROMED.COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3
108	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária. Aplicação: A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (3174);	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RAVA	0	0,1100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1100	3
109	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (3175);	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,2600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 30/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
110	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L, Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (3176)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1300	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1500	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1500	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RAVA	0	0,1600	4		
111	Sabonete líquido anti-séptico. 1 lt. (3177)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Wirath	0	3,1500	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ricle	0	3,5700	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	4,8000	3		
112	Seringa 1ml c/agulha 13x4,5 descartável. Com registro na Anvisa. (3178)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TKL	0	0,1100	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	DESCARPAC	0	0,1200	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpac	0	0,1300	3		
113	Seringa descartável 3ml. Com Registro na Anvisa. (3179)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,0800	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,1000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 31/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
114	Seringa descartável 5ml. Com Registro na Anvisa. (3180)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,1100	1		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,1400	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1480	3		
115	Seringa descartável 10ml. Com Registro na Anvisa (3181)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,1800	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,2200	2		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,2400	3		
116	Seringa descartável 20ml. Com Registro na Anvisa (3182)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,3000	1		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,3200	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,3500	3		
117	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 100ml (3183)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marjol	0	0,8600	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	0,9000	2		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	0,9400	3		
118	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 250ml (3184)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	1,0700	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 32/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
119	Solução glicofisiológica 5%+0,9%.(Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 500ml. (3185)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marjol	0	1,0800	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	1,2500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fresenius Kab	0	2,3100	1
120	Solução isotônica de cloreto de sódio 0.9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 100ml. (3186)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Basa	0	2,3200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Basa	0	1,6100	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	1,6200	2
121	Solução isotônica de cloreto de sódio 0.9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 250ml. (3187)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Equiplex	0	1,6300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eur	0	1,8800	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	1,8900	2
122	Solução isotônica de cloreto de sódio 0.9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 500ml. (3188)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO L.TDA. (6156)	EUROFARMA	0	2,2000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Basa	0	1,9300	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 33/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
123	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias), 1 litro (3189)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eur	0	2,1800	3		
		UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Chord Sudest	0	6,3100	1		
			METROMED-COM-DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Chord	0	12,8300	2		
124	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (3190)		ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,5400	1		
		UND	METROMED-COM-DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,6400	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	1,7300	3		
125	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (3191)		ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,3500	1		
		UND	METROMED-COM-DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,6400	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	1,7300	3		
126	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (3192)		ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,3500	1		
		UND	METROMED-COM-DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,7300	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	1,7300	3		
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	2,3500	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 34/39

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
127	Sonda uretral de alívio nº 12. (3193)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3200
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	0,3300
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3600
128	Sonda uretral de alívio nº 8. (3194)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	0,3000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3300
129	Suporte para coletor material perfurocoortante para 7 litros (3195)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	26,0000
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DESCARPAC	0	28,8000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OLIMEDIC	0	30,0000
130	Tala fácil em papelão. Tamanho PP (20x10). Pacote com 10 talas. (3196)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	8,0000
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	13,2800
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	14,3400
131	Tala fácil em papelão. Tamanho P (30x10). Pacote com 10 talas. (3197)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	8,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 35/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
132	Tala fácil em papelão. Tamanho M (45x10). Pacote com 10 talas. (3198)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	8,6000	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	13,6000	3			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	9,0000	1			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	9,9000	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	18,9100	3			
133	Tala fácil em papelão. Tamanho G (60x10). Pacote com 10 talas. (3199)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	9,9000	1			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	21,8600	3			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	24,8700	2			
134	Tala fácil em papelão. Tamanho GG (80x10). Pacote com 10 talas. (3200)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	9,9000	1			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	21,8600	3			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	24,8700	2			
135	Termômetro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35 42: 0,1°C Enchimento: Mercúrio (Hg) (3201)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	9,9000	1			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	21,8600	3			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	24,8700	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 36/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
136	Tesoura Iris curva 10cm delicada. (3202)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PREMIUM	0	4,9800	3			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	8,3500	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	8,4400	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	8,5200	3			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	8,3000	1			
137	Tesoura Iris reta 10cm delicada. (3203)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	8,3500	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	8,4400	3			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call Plus	0	23,4000	1			
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ON CALL PLU	0	25,0000	2			
			ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO (6433)	Glicomed	0	51,6100	4			
138	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 40 aparelhos em comodato. (3204)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,5000	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glicomed	0	51,6100	4			
			ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO (6433)	Glicomed	0	51,6100	4			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1			
139	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (3205)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,5000	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glicomed	0	51,6100	4			
			ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO (6433)	Glicomed	0	51,6100	4			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 37/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

140	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (3206)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2.6300	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3.6000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3.5000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3.7000	3
141	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (3207)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2.6300	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3.5000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3.6000	3
142	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (3208)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2.6300	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3.4000	2
143	Vaselina liquida. 1 lt (3209)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	14.8700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	15.0300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 38/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	19,3300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Página: 39/39

Número do Registro de Preços: 4/2013		Data do Registro: 17/06/2013		Válido até: 17/06/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2013
PROCESSO Nº 7/2013

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6072) - ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME
- (6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.
- (6262) - PRODIET FARMACEUTICA LTDA.
- (6433) - ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO
- (6542) - PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL
- (6692) - EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES

Braço do Trombudo, 17 de Junho de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 35/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 02/2014

Objeto: Pavimentação de ruas e execução de passeios. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 09h30min do dia 30/06/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Ata Nº 074/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 074/2013, entre o Município de Brusque e as empresas IBV Gráfica Ltda e Gráfica Guarimir Ltda, em 27/05/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade dos itens 8.04, 12.08, 12.15 e 17.03. Valor: R\$ 6.125,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 103/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 002/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Regis Comércio de Brinquedos Ltda Me, Skina 1820 Indústria e Comércio Ltda Me, L. Mohr Ltda Epp, Gislane de Oliveira Cardoso Me, Foot Artigos Esportivos Ltda Me, Adbx Comércio e Serviços Ltda, Zermiani Comércio de Artigos Esportivos Ltda Me, em 05/06/2014. Objeto: aquisição de material esportivo. Valor: R\$ 30.133,00. Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 002/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Deivis da Silva.

Contrato 083/2014 SAMAE**Contrato 083/2014**

Termo de Contrato que entre si celebram a Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito no CNPJ nº 82.985.003/0001-96, ora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa Gaiatec Comércio e Serviço de Automação e Sistemas do Brasil Ltda, inscrita no CNPJ nº 06.176.620/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, para aquisição de kit de sensores-armazenadores e coletor-analisador inteligente de ruídos com transmissão e recepção de dados por rádio para pesquisa de vazamentos não visíveis em rede de distribuição de água, na forma do Processo Licitatório 022/2014, modalidade de pregão Presencial.

Pelo presente instrumento particular, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ N.º 82.985.003/0001-96, estabelecida na Rua Doutor Penido, 297, centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO RISTOW, brasileiro, casado, CPF nº 887.304.259-72, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves, nº 292, apto. 401, Edifício Fernando, Bairro Centro, Brusque/SC, e a empresa GAIATEC COMÉRCIO E SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS DO BRASIL LTDA, pessoa Jurídica de direito privado com sede à Rua Heróis da Força Expedicionária Brasileira, 22, Parque Novo Mundo, São Paulo - SP, inscrita sob CNPJ nº 06.176.620/0001-62, neste ato representada pelo Sr. MARCELO DIAZ, portador(a) do CPF nº 089.228.508-76, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de fornecimento de material, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, a ser regida pela Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes e Pregão nº 022/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de kit de sensores-armazenadores e coletor-analisador inteligente de ruídos com transmissão e recepção de dados por rádio para pesquisa de vazamentos não visíveis em rede de distribuição de água



Item	Descrição	Quantidade / Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	<p>KIT DE SENSORES-ARMAZENADORRES E COLETOR-ANALISADOR INTELIGENTE DE RUÍDOS COM TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE DADOS POR RÁDIO PARA PESQUISA DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA</p> <p>Marca sewerin</p> <p>O KIT DE EQUIPAMENTOS DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:</p> <p>1) ESPECIFICAÇÕES DO SENSOR-ARMAZENADOR (OU LOGGER)</p> <ul style="list-style-type: none"> - QUANTIDADE: 10 UNIDADES; - GRAU DE PROTEÇÃO: IP 68; - BATERIA INTERNA PARA 05 ANOS DE FUNCIONAMENTO SEM NECESSIDADE DE RECARGA, COM POSSIBILIDADE DE RECARGA APÓS ESTE PERÍODO OU SUBSTITUIÇÃO DA BATERIA EM TERRITÓRIO NACIONAL SEM NECESSIDADE DE ENVIO AO EXTERIOR; - CORPO DO SENSOR EM AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMÍNIO; - TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE DADOS POR RÁDIO SEM NECESSIDADE DE DESINSTALAÇÃO DO SENSOR EM CAMPO; - CAPACIDADE DE INSTALAÇÃO DO SENSOR EM QUALQUER PONTO DA REDE OU RAMAL PREDIAL COM CONTATO DIRETO OU SISTEMA DISTRIBUIDOR DE ÁGUA; - POSSIBILIDADE DE SER UTILIZADO EM REDES E RAMAIS DE QUALQUER TIPO DE MATERIAL COM DISPOSITIVO APROPRIADO PARA SUA FIXAÇÃO (FERRO FUNDIDO, PVC, PEAD, AÇO GALVANIZADO, CIMENTO AMIANTO, ETC). - SENSIBILIDADE MÍNIMA NA PRÉ-AMPLIFICAÇÃO DE NO MÍNIMO 2,0 V/G; - CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DO RUÍDO CAPTADO EM PERÍODO PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO; - CAPACIDADE DE MEMÓRIA PROGRAMÁVEL, PARA PELO MENOS UM PERÍODO DE 15 DIAS SEGUIDOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, COM AQUISIÇÃO DE PELO MENOS UMA LEITURA POR SEGUNDO EM INTERVALO DE DUAS HORAS SEGUIDAS; - O LOGGER DEVERÁ POSSUIR POTÊNCIA SUFICIENTE PARA TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE DADOS, QUANDO INSTALADOS DENTRO DE CAIXAS METÁLICAS (PV); - POSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO EM QUALQUER POSIÇÃO SEM PERDA DE COMUNICAÇÃO COM O COLETOR DE DADOS; - CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO DOS SEGUINTE DADOS: NÍVEL MÉDIO DO RUÍDO, DISPERSÃO, INDICAÇÃO DE CONDIÇÃO DE VAZAMENTO OU NÃO VAZAMENTO E O NÚMERO DE SÉRIE DO SENSOR; - SENSIBILIDADE PARA DETERMINAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE VAZAMENTOS EM UM RAIO DE NO MÍNIMO 50 METROS; - SINAL COM INDICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE VAZAMENTO OU NÃO VAZAMENTO DETECTADA (VISUAL, SONORO, OUTROS); - CAPACIDADE DE EMISSÃO DE SINAL PARA LEITURA DO COLETOR EM MOVIMENTO COM ALCANCE DE CAPTAÇÃO DE PELO MENOS 200 METROS; - POSSIBILIDADE DE SER "RESETADO" EM CAMPO SEM NECESSIDADE DE UTILIZAR COLETOR DE DADOS, OU COMPUTADOR. <p>2) ESPECIFICAÇÃO DO COLETOR-ANALISADOR</p> <ul style="list-style-type: none"> - QUANTIDADE: 01 UNIDADE; - GRAU DE PROTEÇÃO: IP 65; - POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DOS DADOS DOS SENSORES INSTALADOS ATRAVÉS DE RÁDIO COM ANTENA PORTÁTIL E/OU ANTENA VEICULAR COM IMÃ PARA FIXAÇÃO NO VEÍCULO; - BATERIA RECARREGÁVEL E SUBSTITUÍVEL; - CARGA: POSSIBILIDADE DE CONEXÃO DIRETA OU INDIRETAMENTE AO ACENDEDOR DE CIGARROS DO VEÍCULO 12 VDC, ASSIM COMO 	01un	62.000,00	62.000,00

Rua Doutor Penido, 297 - Centro
 CEP: 88350-460 - Fone: (47) 3255-0500
www.samaebru.com.br



<p>CARREGAMENTO EM PONTO DE CORRENTE ALTERNADA (127/220 V), DEVENDO SER FORNECIDAS TODAS AS CONEXÕES, CABOS OU DISPOSITIVOS AUXILIARES (CASO NECESSÁRIO);</p> <ul style="list-style-type: none"> - POSSIBILIDADE DE OPERAÇÃO COM ATÉ 50 SENSORES SEM PERDA DE INFORMAÇÃO OU NECESSIDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS DADOS COLETADOS; - LEITURA AUTOMÁTICA DOS SEGUINTE DADOS: NÍVEL MÉDIO DO RUÍDO, DISPERSÃO, CONDIÇÃO DE VAZAMENTO OU NÃO VAZAMENTO, NÚMERO DE SÉRIE DO LOGGER; - GERAÇÃO DE INTERFACE GRÁFICA EM TELA OU DISPLAY, PARA ANÁLISE, TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS DOS SENSORES QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE VAZAMENTO EVENTUALMENTE DETECTADAS; - INDICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE VAZAMENTO OU NÃO VAZAMENTO DO SENSOR (SONORA, VISUAL, OUTROS); - LEITURA DE DADOS PELO COLETOR EM MOVIMENTO COM ALCANCE DE CAPTAÇÃO DE PELO MENOS 200 METROS; - DEVERÃO SER FORNECIDAS AS CONEXÕES, CABOS OU DISPOSITIVOS AUXILIARES NECESSÁRIOS PARA TRANSFERÊNCIA DOS DADOS COLETADOS PARA MICROCOMPUTADOR ATRAVÉS DE PORTA USB/RS232. - DEVERÁ ACOMPANHAR SOFTWARE INTERPRETATIVO PARA ANÁLISE DE DADOS, - TRATANDO-SE O COLETOR DE UM COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK), O MESMO DEVE TER TAL CONFIGURAÇÃO QUE PERMITA INSTALAÇÃO DE SOFTWARE DE ANÁLISE GRÁFICA DOS DADOS COLETADOS DE TODOS OS SENSORES. NESSE CASO DEVERÃO ACOMPANHAR TAMBÉM TODOS OS DISPOSITIVOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA COMUNICAÇÃO DESTES COM OS SENSORES, ASSIM COMO, CABOS, CONEXÕES E INTERFACES DE HARDWARE NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS; <p>3 - REQUISITOS ADICIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - O COLETOR E SENSORES DEVERÃO SER COMPATÍVEIS EM TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS E DE COMUNICAÇÃO. - O EQUIPAMENTO DEVERÁ DISPOR DE MALETA PARA TRANSPORTE FABRICADA A PARTIR DE MATERIAL RESISTENTE A CHOQUES E IMPACTOS, INTEGRAL OU INDIVIDUALIZADO PARA SENSORES E RECEPTOR. - TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO NECESSÁRIO COM CARGA MÍNIMA DE OITO HORAS PARA A OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO EM SITUAÇÃO REAL OU SIMULADA DENTRO DA CIDADE DE BRUSQUE/SC; - MANUAL DE OPERAÇÕES DO CONJUNTO SENSORES E COLETOR EM PORTUGUÊS; - OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO TER UMA GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES A SEREM CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DEFINITIVA DOS MESMOS. 			
---	--	--	--

Rua Doutor Penido, 297 - Centro
 CEP: 88350-460 - Fone: (47) 3255-0500
www.samaebru.com.br

CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

A execução do presente Contrato será pelo regime de fornecimento de menor preço por item.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

O valor global deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 62.000,00 (Sessenta e Dois Mil Reais), ir-reajustável, sendo o valor unitário descrito na tabela da cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa, observado o que consta no referido instrumento convocatório e neste contrato.

4.2 - O pagamento será:

4.2.1 - Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAE de Brusque - SC.

4.2.2 - Realizado através SAMAE - Brusque, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e aceite.

4.3 - O SAMAE, exigirá, no ato do pagamento, do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

4.4 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

4.5 - Ficamos expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material no SAMAE, sito Doutor Penido, 297, Centro, Brusque - SC, constituindo-se na única remuneração devida.

4.6 - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

4.7 - Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SAMAE procederá à atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

4.8 - Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.9 - De conformidade com as legislações tributárias e previdenciárias vigentes, a Administração fica obrigada a fazer as retenções legais sobre valor do faturado.

4.10 - É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

CLÁUSULA QUINTA - Prazos

5.1 - O item objeto deste contrato será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.

5.1.1 - O Objeto deste contrato será fornecido de acordo com a necessidade de consumo do SAMAE, durante o ano de 2014.

5.2 - O prazo para entrega dos objetos, depois de enviada Autorização de Fornecimento por Fax, deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias.

5.2.1 - Os Materiais deverão ser entregues no SAMAE, sito Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque - SC, no horário de expediente do órgão.

5.2.2 - A descarga do material é de responsabilidade da proponente.

5.3 - O Objeto deste contrato serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital e anexos, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da

entrega.

5.4 - Em caso de não aceitação do item objeto deste contrato, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções previstas neste contrato.

5.5 - Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA, obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções previstas neste contrato.

5.6 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento do exercício de 2014 cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação: 80.002.017.512.0301.2293.44905299000.00060000

CLÁUSULA SÉTIMA - Direito de Fiscalização

7.1 - A Contratada deverá permitir a visita de técnicos do SAMAE às suas instalações quando da fabricação dos materiais, bem como permitir o acesso dos técnicos para inspecionar o processo de fabricação, a qualquer tempo.

7.2 - Caso a Contratada seja distribuidor, revendedor ou representante, a inspeção, quando solicitada pelo SAMAE, será realizada nas instalações do fabricante da marca proposta.

7.3 - Os materiais acompanhados do competente documento fiscal deverão ser entregues dentro do prazo indicado em 5.1, no SAMAE, localizado à Rua Doutor Penido, 297, Centro - Brusque-SC - SAMAE, em dias úteis e dentro do horário comercial de funcionamento da autarquia anteriormente mencionado, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Proponente vencedora.

7.4 - No ato da entrega, os materiais serão verificados e deverão estar de acordo com as especificações deste edital. Verificado defeito de fabricação em qualquer uma das unidades entregues, o SAMAE procederá à imediata devolução.

7.5 - Os materiais entregues que não tiverem a identificação exigida pelas normas da ABNT serão imediatamente recusados para efeito de recebimento.

7.6 - O SAMAE somente aceitará materiais com no máximo 02 (dois) anos de fabricação, ou seja, do ano correspondente ou do imediatamente anterior.

7.7 - O SAMAE deverá aceitar ou rejeitar os materiais, total ou parcialmente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Não o fazendo, serão considerados aceitos.

7.8 - Caso os materiais sejam rejeitados, a Proponente vencedora deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação expedida pelo Setor de Controle de Perdas do SAMAE com anuência da Diretoria, retirá-los no local indicado no item 5.4 e entregar novos materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da citada notificação, livres das causas da rejeição.

7.9 - A rejeição total ou parcial dos materiais pelo SAMAE sujeitará a Proponente vencedora à penalidade "advertência por escrito" prevista no item "Penalidades" deste edital e a devolução da nota fiscal/fatura.

7.10 - Caso a nova remessa, entregue em substituição à rejeitada, seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da Proponente vencedora de entregar os materiais nas condições e especificações pactuadas e sujeitá-la-á à multa de 10 % (dez por cento) aplicada sobre o valor total do contrato, além da sua rescisão unilateral pelo SAMAE e suspensão temporária da Proponente vencedora de participação em licitações e impedimento de contratar com o SAMAE por prazo não superior a 02 (dois) anos, prevista no item "Penalidades" deste edital.

7.11 - Se no prazo de garantia, os materiais apresentarem vício oculto ou defeito a Proponente vencedora deverá substituí-los no

prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da notificação do SAMAE sem qualquer ônus para esta autarquia.

7.12 - A CONTRATANTE designa o Sr. Fausto Murilo Diegoli, como gestor do presente contrato, o qual será o responsável perante a CONTRATADA para notificá-la da aceitação ou recusa dos materiais, através de laudo, autorizando o pagamento ou encaminhando ao setor jurídico para a aplicação das penalidades previstas na Clausula Décima.

CLÁUSULA OITAVA - Responsabilidades da CONTRATADA

8.1 - Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem durante a validade do presente contrato, inclusive para com e perante terceiro.

8.2 - A aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato

8.3 - Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

9.1 - A licitante que dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de retirar a nota de empenho, ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

9.2 - Pela inexecução parcial ou total do contrato, a licitante vencedora ficará sujeita a uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a ser(em) aplicada(s) pela autoridade competente do SAMAE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados a Administração, e das cabíveis cominações legais.

9.3 - A aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e de competência exclusiva do Diretor Presidente do SAMAE.

9.4 - Caso a licitante vencedora não execute os serviços nas condições e prazo avençados, estará sujeita a multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 30 dias. Após o 30º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório.

9.5 - Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 10% (dez por cento), por inexecução do contrato, sobre o valor total da contratação, e de 5% (cinco por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.6 - No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou da fatura, ou ainda cobrada judicialmente consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

9.7 - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 1 deste capítulo e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no mural oficial do SAMAE.

9.8 - Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste capítulo, e assegurada defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação a licitante vencedora ou contratada, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

9.9 - Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no item 1 deste capítulo e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, poderão ocorrer no prazo

máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

9.10 - No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato. (conforme inciso III do art. 109 da Lei de Licitações).

CLÁUSULA DÉCIMA - Rescisão

10.1 - A rescisão do presente poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;

a) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

c) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;

d) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

e) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

10.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o SAMAE pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do SAMAE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Foro

11.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Brusque -SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

11.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Brusque/SC, 11 de junho de 2014.

Rogério Ristow Diretor Presidente SAMAE - Brusque	Marcelo Diaz Sócio - Diretor
TESTEMUNHAS:	
1) Lenomir de Farias	2) Leandro Bolognini

Contrato Nº 045/2014

Espécie: Contrato nº 045/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Carcaças Blumenau Ltda Me, em 30/04/2014. Objeto: Prestação de serviços de tornearia mecânica. Valor: R\$ 28.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 027/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Gilmar Vilamoski e Josinaldo de Souza Lima.

Contrato Nº 056/2014

Espécie: Contrato nº 056/2014, entre o Município de Brusque e A empresa BAR Propaganda e Marketing Ltda, em 04/06/2014. Objeto: serviços de agência publicitária. Valor: R\$ 2.500.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 017/2013. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Leandro Maçaneiro e Fernando Hercílio Barni.

Extrato Processo Licitatório Nº 005/2014 - Fezb

CONCORRÊNCIA nº 001/2014 - FEZB

Processo Licitatório nº 005/2014 - FEZB

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Fundação Ecológica e Zootônico de Brusque (FEZB), Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a permissão de uso para exploração comercial de espaço público (lanchonete) no interior das dependências do Parque Ecológico e Zoo Botânico de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/07/2014, às 09h00min.

Informações e retirada do edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: <http://www.brusque.sc.gov.br> 10/06/2014

VILSON AFONSO MORESCO

Superintendente

Extrato Processo Licitatório Nº 007/2014 - FMS

PREGÃO nº 005/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 007/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais gráficos para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 15/07/2014, às 09h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 10/06/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 013/2014 - FMS

PREGÃO nº 009/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 013/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de larvícida biológico para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/07/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 12/06/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 014/2014 - FMS

PREGÃO nº 010/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 014/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de equipamentos e materiais odontológicos para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/07/2014, às 09h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 10/06/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 016/2014 - FMS

PREGÃO nº 012/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 016/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de medicamentos para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/07/2014, às 09h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 10/06/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 075/2014

PREGÃO nº 042/2014

Processo Licitatório nº 075/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de roçadeiras, motores estacionários e motoserras.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 04/07/2014, às 09h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 10/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 076/2014

PREGÃO nº 043/2014

Processo Licitatório nº 076/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de insumos para pavimentação asfáltica (cimento asfáltico de

petróleo; emulsão; asfalto diluído; massa asfáltica).
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque,
no dia 02/07/2014, às 14h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 10/06/2014

GILMAR VILAMOSKI
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Extrato Processo Licitatório Nº 077/2014

PREGÃO nº 044/2014
Processo Licitatório nº 077/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de locação sanitários químicos portáteis/móveis.
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/07/2014, às 09h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 11/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 079/2014

PREGÃO nº 046/2014
Processo Licitatório nº 079/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de defensas e lixeiras metálicas.
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 23/07/2014, às 14h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 12/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 081/2014

PREGÃO nº 047/2014
Processo Licitatório nº 081/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de vidros e espelhos.
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/07/2014, às 14h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 11/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 085/2014

PREGÃO nº 048/2014
Processo Licitatório nº 085/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de banheiras, cadeiras para alimentação, cadeiras tipo "bebe conforto" e carrinhos de bebe, para a Rede Municipal de Ensino.
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/07/2014, às 09h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 12/06/2014

GLEUSA LUCI FISCHER
Secretária de Educação

Extrato Processo Licitatório Nº 086/2014

PREGÃO nº 049/2014
Processo Licitatório nº 086/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de painéis de tela soldada.
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 23/07/2014, às 09h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 12/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 087/2014

PREGÃO nº 050/2014
Processo Licitatório nº 087/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais de reposição e equipamentos de atendimento pré hospitalar.
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/07/2014, às 09h00min.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 11/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 094/2014

PREGÃO nº 052/2014
Processo Licitatório nº 094/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação, para o preparo e fornecimento de lanches e "coffee break" para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/07/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 11/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato de Anulação Pregão 030/2014

Prefeitura Municipal de Brusque. Extrato de anulação. Pregão 030/2014. Lotes 1 e 7. Objeto: aquisição de materiais elétricos. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmula 247 do TCU. Data: junho/2014.

Caçador

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 56-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES, CÂMERAS FOTOGRAFICAS DIGITAIS, TRENAS DIGITAIS, PROJETORES E CAIXA DE SOM. empresa FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.599/0001-32, com sede na cidade de União da Vitória, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	36	UNID	Micro Computador com Processador Core i5 3330 com cooler e Clock, Monitor de 18.5 Pol. Led. Conforme Termo de referência Anexo VI.	ASUS/NHS	2.425,00	87.300,00
11	100	UNID	Transformador para impressora, Potência 750 VA, entrada 220 V, saída 110 V, frequência de operação: 60 Hz. SAÚDE.	FORCE LINE	195,00	19.500,00
12	70	UNID	Licenças de uso windows 7 profissional, Licenciamento por volume Microsoft Open Value. SAÚDE	MICRO-SOFT	880,00	61.600,00
13	2	UNID	Impressoras Plotter 36", esignjet - Jato de tinta térmica 1 GB de memória. Conforme Termo de referência Anexo VI. IPPUC.	HP	10.540,00	21.080,00
15	3	UNID	Trena digitail a laser - 50 metros ou superior. IPPUC.	FLUKE	850,00	2.550,00
17	3	UNID	Notebook Core i5 8GB HD 1TB, Video 2 GB DDR3 Dedicado AMD Radeon HD 8850M Win8, Led 15.6. PROCON	SAMSUNG	3.980,00	15.920,00
TOTAL GERAL R\$						207.950,00

Ata de Registro de Preços Nº 57-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES, CÂMERAS FOTOGRAFICAS DIGITAIS, TRENAS DIGITAIS, PROJETORES E CAIXA DE SOM. empresa ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.240.869/0001-66, com sede na cidade de São José, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses

oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	100	UNID	Micro Computador com processador Core i5 3330 com Cooler e Clock. Conforme Termo de referência Anexo VI.	ILHAWAY/WP8007	1.755,00	175.500,00
9	70	UNID	Micor computador Desktop, Processador Cores i5 3330, clock de 3.20 GHZ, cache de 6M, Litografia 22 nm. Conforme Termo de referência Anexo VI.SAÚDE	ILHAWAY/WP8007	2.425,00	169.750,00
TOTAL GERAL R\$						345.250,00

Ata de Registro de Preços Nº 58-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES, CÂMERAS FOTOGRAFICAS DIGITAIS, TRENAS DIGITAIS, PROJETOES E CAIXA DE SOM. empresa LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.129.024/0002-90, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	3	UNID	Notebook com tela sensível ao toque Processador AMD Dual Core. Conforme Termo de referência Anexo VI.	ASUS	1.553,00	4.659,00
4	3	UNID	Impressora colorida com cartuchos compatíveis. Conforme Termo de referência Anexo VI.	HP	315,00	945,00
5	10	UNID	Impressora-copiadora/scanner/fax. Conforme Termo de referência Anexo VI.	HP	1.545,00	15.450,00
6	10	UNID	Estabilizador normatizado de entrada 220 saída 115.	NHS	249,00	2.490,00
7	25	UNID	Micro Computador, intel Core i3 2120, HD 500 GB, Memória 4GB, Windows 7 ultimate Original 64-bit em Português. EDUCAÇÃO	NTC	1.798,00	44.950,00
8	2	UNID	Micro computador PC Intel Core i7 3770s, 8 GB, HD 1TB, H520g, Leitor cartão - Win 7 profissional + Monitor LED 20" - Fonte de 500W real bivolt Automático. EDUCAÇÃO	NTC/LG	3.400,00	6.800,00

10	20	UNID	Impressora a Laser, velocidade de impressão 18 ppm, primeira página impressa em até 8,5 segundos. Qualidade de impressão preto(ótima) atpe 600 x 600 x 2 dpi (saída efetiva 1200 dpi). Conforme Termo de referência Anexo VI.SAÚDE	HP/MAS-TER-PRINT	580,00	11.600,00
14	3	UNID	Câmera fotográficas digital.Conforme Termo de referência Anexo VI. IPPUC	SONY	508,00	1.524,00
16	1	UNID	Pojetor formato de exibição 4:3; tecnologia DLP. PROCON	BENQ	1.579,00	1.579,00
18	1	UNID	Camera fotográfica digital resolução 16,1 megapixels, com cartão de memória de 8GB, com bateria e carregador, estojo. PROCON	SONY	539,00	539,00
19	5	UNID	Painel Senha Guiché com impressora. Conforme Termo de referência AnexoVI.	KIN-TEKNIK	4.790,00	23.950,00
TOTAL GERAL R\$ 114.486,00						

Ata de Registro de Preços Nº 59-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014,REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS, HIDRÁULICAS E TERMINAIS, empresa CASA DAS VEDAÇÕES COMÉRCIO DE VEDAÇÕES DE BORRACHAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.980.632/0001-23, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	15	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R- 2 3/4" COM 1.60 MT E TERMINAIS 212-12-12	Manuli	73,00	1.095,000
2	30	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R- 21/2" COM 2,60 MT E TERMINAIS 200-10-08	Manuli	59,00	1.770,00
3	15	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R-21/4" COM 0,90 MT E TERMINAIS 560-04-04	Manuli	19,00	285,00
4	20	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R-23/8" COM 1,20 MT E TERMINAIS 212-08-06	Manuli	34,00	680,00
5	20	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R-25/8" COM 1,40 MT E TERMINAIS SP E SP 90°-10-10	Manuli	60,00	1.200,00

6	15	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R-2 1" COM 1,20 MT E TERMINAIS 200 E 212-16-16	Manuli	103,00	1.545,00
7	15	UNID	MANGUEIRA HIDRÁULICA R-12 5/8" COM 1,20 MT E TERMINAIS 555 E 810-24-10	Manuli	108,00	1.620,00
TOTAL GERAL R\$						8.195,00

Ata de Registro de Preços Nº 60-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR E URBANAS, empresa AGROPECUÁRIA DRESCH LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.606.260/0001-17, com sede na cidade de Água Doce, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
4	1.150	horas	Locação de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 15.000, concha de 0,65 a 1,2m3, potencia mínima de 100 hp e ano acima de 2010 com combustível, operador habilitado, transporte e manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora. (agricultura)	Caterpillar	133,00	152.950,00
TOTAL GERAL R\$						152.950,00

Regimento Interno Ccspbf

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADES.

Art. 01 - O Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família - (CCSPBF), é órgão de instância, deliberativa e de natureza permanente, criando pela Lei Municipal nº. 2221 de 14 de setembro de 2005. Instrução Normativa nº. 01, de 20 de Maio de 2005, com base no disposto na lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, artigo 2º do Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004 e, o artigo 8º da lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, artigo 14 e 30 do Decreto nº, 5.209, de 17 de setembro de 2004 e Lei nº 3.059 de 12 de novembro de 2013, que altera, revoga e acrescenta dispositivos na Lei 2.221 de 2005.

Art. 02 - O Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família - (CCSPBF), tem por finalidade atuar na formulação e controle, com as funções de acompanhar, avaliar, fiscalizar e deliberar, a execução da política Municipal do Programa Bolsa Família.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS

Art. 03- A Diretoria do CCSPBF é composta por representante do Poder Executivo, Legislativo, Representações Sindicais, Associação de Bairros, Conselhos Municipais, Associações de Classes Profissionais e Empresariais, instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no município, movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais, nomeados pelo Poder Executivo Municipal. Dentre estes representantes serão escolhidos um Presidente, um Vice-Presidente, Comissões, Secretária, Consultoria Técnica, Assessoria Jurídica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 04 - Compete ao Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família - (CCSPBF):

- I. Elaborar seu Regimento Interno;
- II. Analisar leis, decretos e regulamentos relacionados ao Programa Bolsa Família (PBF);
- III. Cumprir a legislação aplicável ao (PBF);
- IV. Elaborar e aprovar normas de controle da aplicação do (PBF);
- V. Emitir pareceres sobre questões de natureza da aplicação dos recursos do (PBF), cumprindo a lei em vigor;
- VI. Fazer cumprir a Instrução Normativa nº 01, de 20 de maio de 2005 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme Capítulo II, art. ° 7 e 8º; e que abaixo estão relacionados.

VII. No que se refere ao cadastramento único:

- a. Contribuir para a construção e manutenção de um cadastro qualificado, que reflita a realidade socioeconômica do município, e assegure a fidedignidade dos dados e a equidade no acesso aos benefícios das políticas públicas, voltadas para as pessoas com menor renda;
- b. Identificar os potenciais beneficiários do PBF, sobretudo às populações tradicionais e em situações específicas de vulnerabilidade e aquelas que se encontra em situação de extrema pobreza, assim como solicitar ao Poder Público Municipal seu cadastramento;
- c. Conhecer e revisar periodicamente os dados cadastrais dos beneficiários do Bolsa Família e sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso das informações;

VIII. No que se refere à gestão dos benefícios:

- I. Avaliar, periodicamente, a relação de beneficiários do PBF;
- II. Solicitar, mediante justificativa, ao gestor municipal, o bloqueio ou o cancelamento de benefícios referentes às famílias que não atendam aos critérios de elegibilidade do Programa;
- III- Acompanhar os atos de gestão de benefícios do PBF e dos Programas Remanescentes realizados pelo gestor municipal;

XIX. No que se refere ao controle das condicionalidades:

- 1- Acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços públicos necessários ao cumprimento das condicionalidades do PBF pelas famílias beneficiárias;

2- Articular-se com os conselhos setoriais existentes no município para garantia da oferta dos serviços para o cumprimento das condicionalidades;

3- Conhecer a lista dos beneficiários que não cumpriram as condicionalidades, periodicamente atualizadas e sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso da informação;

4- Acompanhar e analisar o resultado e as repercussões do acompanhamento, do cumprimento de condicionalidades no município;

5- Contribuir para o aperfeiçoamento da rede de proteção social, estimulando o Poder Público a acompanhar as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades.

X. No que se refere aos programas complementares, acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas que favoreçam a emancipação das famílias beneficiárias do PBF, em especial das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades, de suas condições de exclusão social, articulação entre os conselhos setoriais existentes no município, os entes federados e a sociedade civil.

XI. No que se refere à Fiscalização, Monitoramento e Avaliação do (PBF);

1. Acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização e o monitoramento do processo de cadastramento no município, da seleção dos beneficiários, da concessão e manutenção dos benefícios, do controle do cumprimento das condicionalidades, da articulação de ações complementares para os beneficiários do programa, e da gestão do Programa como um todo;

2. Exercer o controle social articulado com os fluxos, procedimentos, instrumentos e metodologias de fiscalização dos órgãos de controle estatais;

3. Comunicar às instituições integrantes da rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família, (Ministério Públicos Estaduais e Federais, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União) e à SENARC a existência de eventual irregularidade no município no que se refere à gestão e execução do (PBF);

4. Contribuir para a realização de avaliação e diagnósticos que permitam aferir a eficácia, efetividade e eficiência do Programa Bolsa Família.

XII. Exercer quaisquer outras competências que lhes forem delegadas por lei.

XIII. No que se refere à participação social:

a. Estimular a participação comunitária no controle da execução do PBF, em seu respectivo âmbito administrativo;

b. Contribuir para a formulação e disseminação de estratégias de informações à sociedade sobre o programa.

XIV. No que se refere à capacitação:

1. Identificar as necessidades de capacitação de seus membros;

2. Auxiliar os governos Federal, Estadual e Municipal na organização da capacitação dos membros das instâncias de controle social e dos gestores municipais do PBF.

Art. 05 - A Função dos membros do Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família (CCSPBF), é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art.06 - Organização do Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família (CCSPBF):

- I. Plenária;
- II. Presidência;
- III. Vice-Presidência;
- IV. Comissões;
- V. Secretária;
- VI. Secretaria Executiva;
- VII. Consultoria Técnica;
- VIII. Assessoria Jurídica.

Art. 07- Da Plenária:

I. O Plenário do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família - (CCSPBF) é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento conforme capítulo - II e art. 7º.

Art. 08- Da Presidência e Vice-Presidência:

a) O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Controle e Participação do Programa Bolsa Família, (CCSPBF), serão eleitos dentre os membros do Conselho;

§- 1º A eleição do Presidente e Vice-Presidente acontecerá no dia da posse dos novos membros do Conselho.

§- 2º Os mandatos do Presidente e Vice-Presidente serão de dois anos, com alternância de Governo e Sociedade Civil.

§- 3º Em caso de vacância da Presidência, o Presidente será sucedido pelo Vice-Presidente até a conclusão do mandato respectivo.

§- 4º Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, a sessão será presidida pela Secretária do Conselho.

Art. 09- Compete ao Presidente, autoridade administrativa superior do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família. (CCSPBF):

a) Pela interlocução com o gestor municipal e demais Instâncias/instituições relacionadas à gestão do programa, representado o Conselho;

Convocar e presidir as reuniões do Conselho;

b) Pela organização das reuniões, convocação de seus membros, controle sobre a confecção de pauta e atas, registro de suas deliberações, arquivamento de documentos e demais procedimentos necessários ao seu regular funcionamento;

c) Pelo acompanhamento do documento semestral com informações sobre o acompanhamento do PBF no Município e envio à SENARC; (Serviço Nacional de Renda de Cidadania) dos gestores da Assistência, Educação e saúde;

d) Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;

e) Solicitar as providências e os recursos necessários ao bom funcionamento do Conselho;

f) Distribuir os processos às Comissões Competentes;

g) Conceder licença aos membros do Conselho, quando requisitada formalmente e aprovada pelo plenário;

h) Comunicar a instituição/entidade quando do término do mandato dos membros do Conselho;

i) Convocar o Consultor Técnico, quando julgar necessário, atribuindo-lhe tarefas de assessoria;

j) Decidir sobre as questões de ordem, cabendo recurso ao Plenário; 1. Desempenhar todas as funções inerentes ao cargo.

Art. 10- A fim de desincumbir-se de encargos não Específicos, das Comissões Permanentes, pode o Presidente constituir Comissão Especial para a tarefa determinada.

Art. 11- Caberá ao Vice-Presidente do conselho de Controle e

Participação Social do Programa Bolsa Família (CCSPBF), desempenhar as atribuições do Presidente, quando este lhe transmitir o exercício do cargo por estar impedido ou licenciado.

Art.12- Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental do início dos trabalhos ou deles se ausentar, o Vice-Presidente substitui-lo-á, no desempenho de suas funções, cedendo-lhe lugar logo que estiver presente.

CAPÍTULO V DAS COMISSÕES

Art. 13- As Comissões Especiais serão compostas de no mínimo quatro e máximo seis membros, respeitando a paridade entre governo e sociedade civil, com um presidente;

1. Nenhum Conselheiro poderá integrar mais de duas Comissões;

2. Cada Comissão escolherá um Presidente que designará os relatores para os diversos processos à discussão e votação do Plenário;

3. As deliberações das Comissões serão tomadas com a presença de no mínimo 2/3 dos seus membros;

4. A Comissão Especial estará automaticamente dissolvida, uma vez concluída a tarefa de que foi incumbida.

Art. 14- Os pronunciamentos das Comissões terão caráter explicativo e serão submetidos à discussão e votação do Plenário.

Parágrafo Único: Compete ao relator apresentar parecer na reunião aquela em que lhe foi distribuído o processo.

Art. 15- Reuniões conjuntas de duas ou mais Comissões poderão ser realizadas, quando houver interesse comum.

Art. 16- Poderão participar dos trabalhos das Comissões, sem direito a voto, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades interessadas, convidadas pelo Presidente do Conselho.

TÍTULO I DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Capítulo I Do Plenário

Art. 17 - O Plenário é órgão deliberativo do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família e a ele compete:

I. Discutir e deliberar sobre os assuntos Art.º 2º e 4º, deste regimento;

II. Decidir sobre a interpretação das normas e sobre casos de omissão do regimento;

III. Aprovar por mínimo, dois terços de seus membros o regimento interno e alterações do mesmo;

Parágrafo Único: As resoluções do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família tem eficácia após a publicação.

Art. 18- O plenário reunir-se-á, ordinariamente, em sessão plena mensalmente, independente de convocação, sempre na primeira Terça-feira do mês às 14hs.

§1º. Em caso de feriado ou ponto facultativo, a sessão realizar-se-á na Primeira terça-feira subsequente;

§ 2º_ As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que necessário convocado pelo Presidente ou por metade mais um de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, limitando-se a sua pauta ao assunto que justificou sua convocação;

§ 3º_ O "quórum" exigido para a instalação de qualquer reunião será de metade mais um dos membros do Conselho;

Art. 19- A sessão com duração máxima de duas horas, abrangerá:

I. Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior, salvo em casos extraordinários, quando há necessidade de assinar a ata no mesmo dia da sessão por motivos de decisões urgentes, urgentíssimas que tenha que tomar;

II. Aviso, comunicações, apresentações de correspondências e documentos de interesse do plenário;

III. Assuntos de caráter geral e interesse do Conselho;

IV. Oportunizar palavra livre aos Conselheiros, por até 5 minutos para as manifestações de livre escolha;

Art. 20- A ordem do dia abrangerá discussão e votação da matéria para tal fim designada pelo Presidente, que colocará em primeiro lugar as proposições em regime de urgência seguidas das prioridades, por último às da tramitação ordinária.

Parágrafo Único - As matérias distribuídas em sessão serão votadas na seguinte reunião, salvo requerimento do Conselheiro, aprovado em plenário, que define a forma de inclusão na ordem do dia.

Art. 21- Relatada a matéria será colocada em discussão, facultando-se a palavra, por tempo não superior a 5 minutos, a cada um dos membros do conselho, que para tal se inscrevem:

I. O conselheiro dentro de seu prazo regimental pode conceder apartes;

II. As proposições incluídas em pauta poderão receber emendas, por escrito, que serão supressivas, substitutivas ou aditivas por proposição de Conselheiros;

Art. 22 - O relator terá o direito de dispor de mais 5 minutos após o encerramento da discussão.

Parágrafo Único - Antes da votação de qualquer matéria, será concedida vista ao Conselheiro que o pedir, devendo o processo ser devolvido a Secretaria Executiva do Conselho, antes da sessão plenária seguinte. (Conforme previsto no Art.º 47).

Art. 23 - As deliberações de qualquer natureza, em sessão plenária, serão tomadas somente por maioria simples dos Conselheiros.

Parágrafo Único - A votação será simbólica, salvo, quando requerida e aprovada outra forma de pronunciamento.

Art. 24 - Os titulares dos órgãos do sistema de controle social programa nacional de renda mínima - Bolsa Família, e ou outros Conselhos e Secretarias que estão inter-relacionados com esse controle e que exercem cargos de presidência, chefias ou funções de assessoramentos, deverão comparecer às sessões do Conselho (CCSPBF) para prestarem esclarecimentos e fornecerem informações quando convocados:

a- Pelo Presidente;

b- Pela maioria dos membros presentes a sessão.

Art. 25 - A dúvida sobre a interpretação do Regimento Interno, na sua prática, constitui questão de ordem que poderá ser suscitada em qualquer fase da reunião.

§- 1ºAs questões de ordem serão formuladas no prazo de 2

minutos com clareza e com a indicação das disposições que se pretende elucidar;

§- 2º Todas as questões de ordem suscitadas durante a reunião serão resolvidas pelo Presidente do Conselho;

§- 3º As decisões sobre questões de ordem serão consideradas como simples precedentes e só adquirirão força obrigatória quando incorporadas ao Regimento Interno,

Art. 26 - As explicações pessoais ocorrem depois de encerrada a ordem do dia, pelo restante da sessão, por 10 (dez) minutos no máximo, quando será dada a palavra aos conselheiros que solicitarem, para versar assuntos de sua escolha, em até três minutos.

Art. 27 - As comissões poderão ser compostas por membros Titulares e Suplentes do Conselho. Serão compostas de no mínimo quatro e máximo seis membros, respeitando a paridade entre governo e sociedade civil, com um presidente;

Capítulo II Das Comissões

Art. 28- Competem as Comissões:

- a. Dar parecer e promover estudos técnicos e pesquisas sobre assuntos encaminhados ao Conselho;
- b. Baixar processos em diligências para completar suas instruções ou para determinar o cumprimento de exigências.

Art. 29- O Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família (CCSPBF), terá as seguintes comissões:

1. Comissão de Legislação e Normas;
2. Comissão de Planejamento;

§ 1º A Comissão de Legislação e Normas, presidida pelo Presidente do Conselho, compete à elaboração de estudos e proposições de caráter técnico-jurídico, com vistas à adequação das decisões do Conselho à Legislação Vigente.

§ 2º A fim de desincumbir-se de cargos não específicos, das Comissões Permanentes, pode o Presidente constituir Comissão Especial, para a tarefa determinada.

§ 3º A Comissão de Planejamento, tem a responsabilidade de efetuar o planejamento das atividades que o CCSPBF, Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família, deve desenvolver durante o exercício do mandato. Tendo como elementos informativos as solicitações e informações dos diversos Conselhos, entidades e ou denúncias apontadas, para verificações, acareações, fiscalizações, que se fizerem necessárias, para assegurar a integridade e a imparcialidade dos fins do (CCSPBF), Cabe também a Comissão de Planejamento, elaborar atividades emergenciais, quando o caso requer.

Parágrafo Único: Todas as Comissões Permanentes e ou Especiais, tem a obrigatoriedade de informar e intermediar junto a Comissão de Planejamento, seus propósitos e fins a serem alcançados, num tempo mais rápido e adequados possíveis, para que, quaisquer dúvidas ou verificações possam ser desenvolvidas no menor tempo possível, para resolver as ocorrências e irregularidades apontadas.

Art. 30- As Comissões Permanentes e Especiais, logo após a sua constituição, reunir-se-ão para eleger o seu Presidente:

1. Compete ao membro mais idoso convocar e presidir a eleição.
2. A eleição de que trata esse artigo será feita por maioria, considerando-se eleito, em casos de empate, o mais idoso.

Art. 31- Se por qualquer motivo, o Presidente deixar de fazer parte da Comissão ou renunciar à função, proceder-se-á nova eleição para a escolha do seu sucessor.

Art. 32- Ao Presidente da Comissão compete:

- a. Convocar reuniões extraordinárias, de ofícios ou a requerimento de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Comissão;
- b. Designar relatores e distribuir-lhes a matéria sobre a qual devem emitir parecer;
- c. Conceder a palavra aos membros da Comissão e aos membros credenciados que a solicitarem em termos regimentais;
- d. Submeter o voto às questões sugeridas à Comissão e proclamar o resultado da votação;
- e. Solicitar ao Presidente do Conselho a substituição do membro da Comissão em caso de vaga, ausência ou impedimento;
- f. Representar a Comissão perante o Plenário, e as outras Comissões quando necessário;
- g. Resolver as questões de ordem suscitadas nas reuniões.

Art. 33- Quando o membro da comissão não puder comparecer à reunião, dará ciência do fato ao Presidente para os efeitos de eventual substituição.

Art. 34- As vagas nas Comissões verificar-se-ão com a renúncia, perda ou término de mandato.

Parágrafo Único- A vaga será preenchida por designação do Presidente do Conselho.

Art. 35- As reuniões serão realizadas em dia e hora pré-fixadas, devendo as extraordinárias para os conselheiros ser convocadas com, pelo menos de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e para esclarecimento com no mínimo sete dias de antecedência limitando-se a sua pauta ao assunto que justifica a convocação;

- a. As reuniões terão a duração no máximo de 2 (duas) horas;
- b. O Presidente da Comissão dará ciência prévia ao Presidente do conselho das reuniões extraordinárias que convocar.

Art. 36- As reuniões serão públicas, mas por deliberação da maioria, poderão ser reservadas.

Art. 37- As Comissões Permanentes e ou Especiais, não poderão reunir-se no período dedicado à sessão plenária.

Art. 38- Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros.

Art. 39- O Presidente da comissão, à hora designada para o início da reunião, declarará abertos os trabalhos que observarão a seguinte ordem:

1. Leitura, pelo Secretário, da ata de reunião anterior;
2. Leitura sumária do expediente, pelo Presidente;
3. Distribuição das matérias aos relatores;
4. Leitura, discussão e votação de requerimentos, relatórios e pareceres.

Art. 40- As Comissões deliberarão, por maioria simples, computando os votos dos membros presentes, incluindo o do Presidente.

Parágrafo Único: Havendo empate, caberá voto de qualidade ao Presidente.

Art. 41- Para as matérias submetidas às comissões, deverão ser designados Relatores, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar de seu recebimento pelo Presidente, exceto para aquelas em regime de urgência, quando a designação será imediata.

Art. 42- As Comissões terão os seguintes prazos para a emissão do parecer:

1. 5 (cinco) dias, quando se tratar de matéria de urgência;
2. 15 (quinze) dias, nos demais casos.

Art. 43- O parecer será emitido até a primeira reunião subsequente ao término do prazo referido no Art. 20.

Art. 44- Esgotados os prazos concedidos sem ter sido exarado o parecer, o Presidente designará outro relator.

Art. 45- Durante a discussão poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão, por 15 (quinze) minutos, prorrogáveis a critérios do Presidente.

Art. 46- Rejeitado o parecer, o Presidente da Comissão designará outro relator, que terá prazo até a reunião seguinte para apresentar o parecer.

Art. 47- Irão à deliberação do Plenário o parecer vencedor, o vencido e as declarações do voto, se houver.

Art. 48- É assegurado o pedido de vista pelos seguintes prazos:

- a. 05 (cinco) dias, quando se trata de matéria em regime de urgência;
- b. 15 (quinze) dias, nos demais casos.

Parágrafo Único: Será concedido vista a cada processo uma única vez.

Art. 49- As Comissões, para o desempenho de suas atribuições, poderão realizar as diligências que considerarem necessárias, no entanto, respeitando sempre o código de ética.

Art. 50- As questões de ordem serão resolvidas pelo Presidente.

Art. 51- A distribuição da matéria às Comissões será feita pelo Presidente do Conselho.

Art. 52- As Comissões poderão realizar reuniões conjuntas, que serão presididas pelo Presidente do Conselho ou pelo Conselheiro mais idoso.

Parágrafo Único: Competirá ao Presidente do Conselho designar o Relator sobre a matéria, objeto da reunião conjunta.

Art. 53- A Comissão que pretender a audiência de outra, deverá solicitá-la ao Presidente do Conselho.

Art. 54- De todas as Reuniões, Conselho, Comissões Permanentes, Especiais, deverão ser lavradas às atas e serem devidamente assinadas pelos participantes.

Parágrafo Único: As retificações das atas serão inseridas na ata da reunião seguinte e em casos extraordinários em razão das Comissões Especiais, será anexado um aditivo de correção.

Art. 55- A ordem e organização do processo e papéis entregues à Comissão ficarão sob a responsabilidade do Secretário da respectiva Comissão.

Art. 56- A alteração deste Regimento Interno dependerá da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Capítulo III Da Secretária

Art. 57- O Conselho de Controle e Participação Social do Programa

Bolsa Família (CCSPBF), disporá de um (a) Secretário (a) eleito entre os conselheiros no dia da posse, juntamente com a eleição do presidente e Vice-Presidente.

Art. 58- Compete ao Secretário (a):

- a. Secretariar as sessões plenárias do Conselho;
- b. Lavrar atas das sessões e proceder a sua leitura;
- c. Dar conhecimento, na hora do expediente, dos serviços, comunicações e correspondências do interesse do Plenário;
- d. Examinar os processos a serem apreciados pelo Plenário, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;
- e. Providenciar a execução das medidas determinadas pelo Presidente;
- f. Prestar em Plenária, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros

Capítulo IV Da Secretaria Executiva

Art. 59- As atividades Administrativas e Técnicas do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família (CCSPBF), ficarão a cargo da Secretaria Executiva, subordinada diretamente ao Presidente do Conselho.

Art. 60- Compete especificamente ao Secretário (a) Executivo (a):

1. Superintender todo o serviço da Secretaria Executiva do Conselho;
2. Assessorar o Presidente do Conselho em assuntos de natureza técnica e administrativa;
3. Preparar o expediente do Presidente e assisti-lo na elaboração dos despachos;
4. Expedir convocação para as reuniões;
5. Organizar a pauta das reuniões;
6. Coordenar a organização e atualização da correspondência, arquivos, documentos e cadastro das entidades representadas no Conselho;
7. Oferecer suporte técnico-administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos dos Conselheiros, das Comissões e do Plenário;
8. Assinar a correspondência, juntamente com o Presidente, os documentos a serem expedidos;
9. Orientar e supervisionar as atividades de relações públicas, imprensa e divulgação;
10. Propor ao Presidente, anualmente, os programas de trabalho de acordo com as diretrizes pré-estabelecidas;
11. Orientar e controlar as funções administração auxiliar de pessoal, material, orçamento, patrimônio, arquivos, conservação e limpeza;
12. Elaborar relatório das atividades do conselho, anualmente ou sempre que solicitado pela Presidência;
13. Manter relacionamento com órgãos de administração, Conselhos, Entidades e outros, visando à integração, tomada de providências, coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos de competência do (CCSPBF);
14. Distribuir os processos para análise nas diversas Comissões;
15. Colaborar, quando solicitado, e com autorização do Presidente, com os órgãos técnicos, Comissões Permanentes e ou Especiais, e ou outras que estejam desenvolvendo atividades para o (CCSPBF);
16. Exercer outras atribuições delegadas pelo Presidente do Conselho.

Capítulo V Da Assessoria Jurídica

Art. 61- O Conselho de Controle e participação Social do Programa Família (CCSPBF), disporá de um Assessor Jurídico disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal, ao qual competirá:

I. Prestar assessoramento ao Presidente e demais órgãos do (CCS-PBF), em assuntos de natureza jurídica;
 II. Colaborar na preparação de documentos e trabalhos em que sejam relevantes as considerações de natureza jurídica;
 III. Elaborar projetos de lei com as respectivas justificativas e outros atos normativos;
 IV. Fazer estudos de natureza jurídica necessários ao embasamento legal dos pareceres dos membros do Conselho ou das Comissões;

TÍTULO II

Das Disposições Finais e Transitórias.

Capítulo I

Art. 62- Os encargos financeiros do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família, correrão a conta de dotação orçamentária da Prefeitura Municipal.

Art. 63- Será considerado renunciante o conselheiro que, sem justificativa, faltar a três reuniões, consecutivas ou a cinco alternadas no ano, devendo a Presidência comunicar o fato a Entidade/ Instituição/Conselho, para que esta providencie a substituição.

I. As justificativas deverão ser encaminhadas, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Conselho, que as submeterá ao Plenário. Uma vez aceitos deverão ser registrados em ata.

II. Em caso de reincidência de renúncia por falta de uma entidade, a referida entidade perderá a vaga neste Conselho

Art. 64- As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão federal, estadual, municipal, empresa privada, sindicatos ou entidades civis organizadas, Associações de Bairros, Organizações não governamentais, para comparecer às reuniões da plenária e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário.

Art. 65- Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Plenário do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Família (CCS-PBF), ou em casos de competência jurídica na Comarca do Ministério Público do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Art. 66- Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação

Art. 67- Revogam-se quaisquer disposições em contrário.

Aprovado e Homologado pelo Plenário do Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família, Caçador-SC, 06 de maio de 2014.

Ata de Registro de Preços Nº 61-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR E URBANAS, empresa JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.973.715/0001-07, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
1	100 (cem)	horas	Locação de 100 horas de caminhão prancha, com plataforma e rampa hidráulica para transporte de máquinas, do ano acima de 2000. o. (Infra Estrutura)	Ford	130,00	13.000,00
2	100 (cem)	horas	Locação de 100 horas de trator de esteira, com no mínimo 22 toneladas acima do ano de 1989.. (Infra Estrutura)	Komatsu	200,00	20.000,00
3	100 (cem)	horas	Locação de 100 horas de escavadeira hidráulica, 22 toneladas com rompedor, ano acima de 2013.. (Infra Estrutura)	New Holland	300,00	30.000,00
5	500	horas	Locação de trator de esteira com peso operacional de no mínimo 14.000 kg, potência mínima de 130 hp e ano acima de 2010, com operador, combustível e transporte.. (agricultura).	Komatsu	160,00	80.000,00
6	300	horas	Locação de retroescavadeira 4x4, peso operacional mínimo de 6.500kg, potência mínima de 78 hp,, capacidade de caçamba carregadeira de 0,67 m3, ano acima de 2010, com combustível, operador habilitado, transporte do equipamento (agricultura)	Dase	89,00	26.700,00
TOTAL GERAL R\$ 169.700,00						

Ata de Registro de Preços Nº 62-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PAREDE DIVISÓRIA, GESSO E PERSIANAS, DESTINADOS AS DIVERSAS ENTIDADES, empresa AGOSTINI & GERHARDT LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.370.224/0001-25, com sede na cidade de Curitiba, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	178	M²	Fornecimento e instalação de parede divisória em gesso acartonado (dry wall).	89,90	16.002,20
02	227	M²	Fornecimento e instalação de paredes divisória de Eucatex.	69,90	15.867,30
03	193,50	M	Persianas verticais em tecido lavável.	52,00	10.062,00
TOTAL GERAL R\$					41.931,50

Portaria Nº 23.999

PORTARIA Nº 23.999, de 02 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Aline Aparecida Fraga	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sininho	V.V. Luciane Catarina Carneiro - Licença Tratamento de Saúde	23/05/2014 a 11/06/2014
Caroline Marcelli Maurilio	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	V.V. José Osni Garipuna - Licença Prêmio	13/05/2014 a 02/08/2014
Edia Aparecida Pacztuch	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	V.V. Ivonete D'Agostini - disposição AEE	04/06/2014 a 19/12/2014
Gisele de Oliveira Moraes	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	V.V. Cintia Colussi Graeff - Licença Tratamento de Saúde	22/05/2014 a 02/06/2014
Jucilei Aparecida Scapinelli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	V.V. Marilene Coelho Gonçalves - Licença Prêmio	02/06/2014 a 01/07/2014
Maria Rosângela Chagas Faro	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Maria Luciana Moraes dos Santos - Licença Prêmio	02/06/2014 a 01/09/2014
Renata Padilha de Andrade	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	V.V. Elis Micheli Padilha Wegner - Licença Maternidade	02/06/2014 a 27/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Ata de Registro de Preços Nº 63-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GABIÕES E MACTEX - GEOTEXTIL, empresa ADRIANA HOBI - KERBER PRÉ-MOLDADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.938.670/0001-30, com sede na cidade de Porto União, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5	150	UNID	TUBO DE CONCRETO DE 1,50 M COM TELA DUPLA - 2 MALHAS	KERBER	517,00	77.550,00
9	100	UNID	TUBO DE CONCRETO COM 100 CM DE DIÂMETRO	KERBER	152,42	15.242,00
TOTAL GERAL						92.792,00

Ata de Registro de Preços Nº 64-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GABIÕES E MACTEX - GEOTEXTIL, empresa AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.534.807/0001-28, com sede na cidade de Rio das Antas, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	3.000	Unid	Tubo De Concreto Com 0,40 (quarenta) cm De Diâmetro	Agrimas-ter	29,50	88.500,00
6	200	Unid	Tubo De Concreto De 2m com tela dupla - 02 Malhas	Agrimas-ter	1.024,00	204.800,00
TOTAL GERAL R\$						293.300,00

Ata de Registro de Preços Nº 65-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GABIÕES E MACTEX - GEOTEXTIL, empresa BRITAGEM BONALDO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.548.401/0001-04, com sede na cidade de Videira, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
7	900	M3	Gabiões tipo caixa 8 x 10 (Galfan + pvc) em malha hexagonal de dupla torção, com resistência a tração de 34 kN/m, a partir de arames de aço BCT revestido com liga Galfan (Zn/5% alumínio-MM, conforme a ASTM A 856-98), mínima quantidade superior a 244 g/m² (ASTM A 856), no diâmetro de 2,40 mm e recobertos com PVC de espessura mínima de 0,40 mm (NBR 10514-88)	Maccaferri	148,00	133.200,00
TOTAL GERAL R\$						133.200,00

Ata de Registro de Preços Nº 66-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GABIÕES E MACTEX - GEOTEXTIL, empresa, DELCIR BOESING ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.006/0001-40, com sede na cidade de Pinheiro Preto, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	1.000	Unid	Tubo de concreto com 0,60 (sessenta) cm de diâmetro	Sidart	61,15	61.150,00
4	100	Unid	Tubo de concreto 0,80 cm de diâmetro	Sidart	119,99	11.999,00
TOTAL GERAL R\$						73.149,00

Aviso de Licitação PR - 62/2014- Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRISCO, PEDRA PULMÃO, CIMENTO e AREIA, destinados as diversas Secretarias, Fundos e Fundações de Caçador - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 26/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 26/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos

pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 67-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GABIÕES E MACTEX - GEOTEXTIL, empresa, ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.077.085/0001-80, com sede na cidade de Rio das Antas, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	3.000	UNID	TUBO DE CONCRETO COM 0,30 (TRINTA) CM DE DIÂMETRO	Comcre-mais	18,48	55.440,00
TOTAL GERAL R\$						55.440,00

Ata de Registro de Preços Nº 68-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GABIÕES E MACTEX - GEOTEXTIL, empresa, SPAZIO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.085.483/0001-50, com sede na cidade de Curitiba, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
8	2.000	M2	Mactex - Geotextil não tecido em poliéster N40.2	Bidim	2,70	5.400,00
TOTAL GERAL R\$						5.400,00

Ata de Registro de Preços Nº 69-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.006.650/0001-19, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 01 - Veículos Volkswagen

ITEM	DESCRIÇÃO	M.O.	PÇ
01	Kombi Volkswagen, MGZ-0346, 2010	61,10	5%
02	Kombi Volkswagen, MHL-8386, 2010	61,10	5%

Lote 02 - Veículos FIAT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
03	1,00	R\$	Doblô FIAT, MBT-1204, 2003	10.500,00	10.500,00
04	1,00	R\$	Pálio FIAT, MHE-5096, 2010	10.500,00	10.500,00
05	1,00	R\$	STRADA - FIAT, MKI-9336, 2012	10.500,00	10.500,00
06	1,00	R\$	STRADA - FIAT, MJO-1647, 2012	10.500,00	10.500,00

Lote 03 - Veículo Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
07	1,00	R\$	Escort - FORD, MCE-4708, 2001	5.000,00	5.000,00
08	1,00	R\$	Fiesta - FORD, MFD-1120, 2001	5.000,00	5.000,00

Lote 04 - Veículo Chevrolet

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
09	1,00	R\$	Corsa - Chevrolet, MBY-3781, 2001	7.000,00	7.000,00

Lote 09 - Moto Honda

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
18	1,00	R\$	Moto Honda CG Titan ks 125, MCY-7171, 2003	2.000,00	2.000,00

Lote 14 - Veículos Chevrolet

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
24	1,00	R\$	Corsa Hatch - Chevrolet, MHA -7996 , 2010	10.000,00	10.000,00
25	1,00	R\$	Corsa Sedan- Chevrolet, MIO - 3378, 2010	10.000,00	10.000,00
26	1,00	R\$	Meriva - Chevrolet, MCX-8399, 2002	10.000,00	10.000,00

Lote 15 - Veículos FIAT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
27	1,00	R\$	Pálio - Fiat, MFV-8962, 2006	10.000,00	10.000,00
28	1,00	R\$	Siena Attractive - FIAT, MLI-5746, 2013	10.000,00	10.000,00

Lote 16 - Veículos Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
29	1,00	R\$	Focus Ghia - Ford, MBD-1509, 2003	15.000,00	15.000,00

Lote 17 - Veículos Peugeot

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
30	1,00	R\$	Peugeot - 307 SD. MHE -5246, 2010	15.000,00	15.000,00

Lote 18 - Veículos Hyundai

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
31	1,00	R\$	Azera - Hyundai, MKQ 2412, 2013	50.000,00	50.000,00

Lote 20 - Veículos Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
34	1,00	R\$	Escort - GL - Ford, LZJ -3622, 1998	8.000,00	8.000,00

Lote 21- Veículos Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
35	1,00	R\$	Pálio - Fiat, DDS-3823, 2001	8.000,00	8.000,00

Lote 22- Veículos Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
36	1,00	R\$	Fiesta - Ford, MHO-7936, 2010	10.000,00	10.000,00

Lote 23 - Veículos Honda

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
37	1,00	R\$	Honda - Civic, DHF-5259, 2002	6.000,00	6.000,00

Lote 24 - Veículos Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
38	1,00	R\$	Pálio Fire - Fiat, MIY-7628, 2011	10.000,00	10.000,00

Lote 27- Veículos Mitsubischi

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
41	1,00	R\$	MMC Pajero glx , Mitsubischi, CHV 2476, 1996	30.000,00	30.000,00

Lote 28 - Veículos Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
42	1,00	R\$	Fiesta Ford, MFO - 9501, 2006	30.000,00	30.000,00
43	1,00	R\$	Fiesta Flex Ford, MHL- 8076, 2010	30.000,00	30.000,00

Lote 31 - VOLKSWAGEM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
46	1,00	R\$	GOL - VOLKSWAGEM, MHD-4146, 2011	10.000,00	10.000,00

LOTE 32 - FIAT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
47	1,00	R\$	STRADA, MJA-4523 , 2012	10.000,00	10.000,00

LOTE 33 - HONDA - MOTOS

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
48	1,00	R\$	NXR-150 BROS, MIE-9994, 2010	5.000,00	5.000,00
49	1,00	R\$	NXR-150 BROS, MID-5162, 2011	5.000,00	5.000,00
50	1,00	R\$	CG-125 CARGO, MCT-4309, 2002-2003	5.000,00	5.000,00
51	1,00	R\$	CG-125 CARGO, MCT-4219, 2002-2003	5.000,00	5.000,00
52	1,00	R\$	NXR-150 BROS, MLE-1454, 2013	5.000,00	5.000,00
53	1,00	R\$	NXR-150 BROS, MLE-1494, 2013	5.000,00	5.000,00

LOTE 34 - YAMAHA - MOTOS

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
54	1,00	R\$	XTZ-5312, MDZ-5312, 2004	5.000,00	5.000,00

Lote 35 - VOLKSWAGEM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
55	1,00	R\$	GOL-VOLKSWAGEM, LWW 4435, 1995	20.000,00	20.000,00
56	1,00	R\$	KOMBI-VOLKSWAGEM, MHL 8116, 2010	20.000,00	20.000,00
57	1,00	R\$	KOMBI-VOLKSWAGEM, MHL 8406, 2010	20.000,00	20.000,00
58	1,00	R\$	GOL-VOLKSWAGEM, MHE 6516, 2010	20.000,00	20.000,00

Lote 39 - FIAT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
76	1,00	R\$	STRAD, MHP 2136, 2010	10.000,00	10.000,00
77	1,00	R\$	STRAD, MLI 5856, 2013	10.000,00	10.000,00
78	1,00	R\$	UNO MILLE SX, MET 0466, 2008	10.000,00	10.000,00
79	1,00	R\$	FIORINO, MGL 2167, 2013	10.000,00	10.000,00

Lote 40 - Renault

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
80	1,00	R\$	CLIO Renault, KNS 3207, 2001	15.000,00	15.000,00

Lote 41 - HONDA

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
81	1,00	R\$	MOTO HONDA CG 125, MCY 6771, 2003	1.000,00	1.000,00

Lote 67 - Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
132	1,00	R\$	Kombi - MGZ-8066, 2010	15.000,00	15.000,00
133	1,00	R\$	Gol 1.6 4p AL/GAS. , MHE-4856, 2010-2011	15.000,00	15.000,00

Lote 68 - Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
134	1,00	R\$	Ford Ranger XLS 12A 4p 5 passageiros, MDM-9313.	26.000,00	26.000,00
135	1,00	R\$	Fiesta Hatch flex. MHF-2196, 2010-2011	26.000,00	26.000,00
136	1,00	R\$	Fiesta Hatch flex. MHL-8456, 2010-2011	26.000,00	26.000,00
137	1,00	R\$	Fiesta Hatch 1.6 flex. MJL-5285, 2012-2013	26.000,00	26.000,00
138	1,00	R\$	Ford transiti 350I TA, Diesel 15 passageiros, MKB-9784, 2011	26.000,00	26.000,00

Lote 69 - Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
139	1,00	R\$	Fiorino IE, MDK-6221, 2003/2004	30.000,00	30.000,00
140	1,00	R\$	Doblo attractiv 1.4 7 passageiros. MLC-7409, 2011/2012	30.000,00	30.000,00
141	1,00	R\$	Ducato multi, Diesel 16 passageiros. MHE-5136, 2010/2011	30.000,00	30.000,00
142	1,00	R\$	Ducato ambulância, Diesel 7 passageiros. MLC-7439, 2011/2012	30.000,00	30.000,00

Lote 70 - Chevrolet

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
143	1,00	R\$	Corsa Hatch maxx 1.4, MHA-8066, 2010	20.000,00	20.000,00
144	1,00	R\$	Corsa Hatch maxxm 1.4, MJS-7898, 2011/2012	20.000,00	20.000,00
145	1,00	R\$	Corsa Hatch maxxm 1.4, MJO-3708, 2011/2012	20.000,00	20.000,00
146	1,00	R\$	Corsa Hatch maxxm 1.4, MJO-8528, 2011/2012	20.000,00	20.000,00
147	1,00	R\$	Corsa Hatch maxxm 1.4, MJO-4008, 2011/2012	20.000,00	20.000,00
148	1,00	R\$	Corsa Hatch maxxm 1.4, MJO-3598, 2011/2012	20.000,00	20.000,00
149	1,00	R\$	Corsa Hatch maxx 1.4, MJU-0093, 2012	20.000,00	20.000,00

Lote 73 - Honda

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
152	1,00	R\$	Moto Honda/ biz 125 es. MKC-2536, 2012	10.000,00	10.000,00
153	1,00	R\$	Moto Honda/ biz 125 es. MKC-2506, 2012	10.000,00	10.000,00
154	1,00	R\$	Moto Honda/biz 125 es. MKD-1446, 2012	10.000,00	10.000,00
155	1,00	R\$	Moto Honda/CG cargo 125. MBU-0735, 2002/2003	10.000,00	10.000,00
156	1,00	R\$	Moto Honda/CG cargo 125. MBE-8642, 2000	10.000,00	10.000,00

Lote 74 - GM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
157	1,00	R\$	GM - Celta, MHH3747, 2010	8.000,00	8.000,00

Lote 75 - Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
158	1,00	R\$	Palio Weekend, MLJ3810, 2013	8.000,00	8.000,00

Lote 76 - Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
159	1,00	R\$	VW - Gol, MHE4786, 2010	8.000,00	8.000,00

Lote 77 - Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
160	1,00	R\$	VW - Gol, MHE4786, 2010	8.000,00	8.000,00

Lote 78 - Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
161	1,00	R\$	Fiat - Palio, MHE5186, 2010	8.000,00	8.000,00
162	1,00	R\$	Fiat - Strada, MHE5066, 2010	8.000,00	8.000,00

Lote 79 - Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
163	1,00	R\$	Ford Fiesta, MLD7938, 2012	8.000,00	8.000,00

Lote 80 - Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
164	1,00	R\$	Doblô Essence, MLT6971, 2013	8.000,00	8.000,00

Lote 81 - Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
165	1,00	R\$	Fiat Uno, MGR0784, 2009	8.000,00	8.000,00

Lote 82 - Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
166	1,00	R\$	Focus - Ford Flex, MIR-8664, 2011	10.000,00	10.000,00
167	1,00	R\$	Fiesta - Ford, MKM-7401, 2012	10.000,00	10.000,00
168	1,00	R\$	Fiesta - Ford, MKG- 8920, 2014	10.000,00	10.000,00

Lote 83 - Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
169	1,00	R\$	Gol vw - flex, MEK-7343, 2008	10.000,00	10.000,00
170	1,00	R\$	Polo Vw, MCC-0103, 2006	10.000,00	10.000,00
171	1,00	R\$	Gol vw - flex, MKB-0196, 2013	10.000,00	10.000,00
172	1,00	R\$	Polo Vw, MBX-9403, 2006	10.000,00	10.000,00
173	1,00	R\$	Gol vw - flex, MKB-0336, 2013	10.000,00	10.000,00

Lote 84 - Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
174	1,00	R\$	Fiat - Uno, MAF-3658, 1994	9.000,00	9.000,00

175	1,00	R\$	Pálio - Fiat, MLJ-8987, 2014	9.000,00	9.000,00
-----	------	-----	------------------------------	----------	----------

Lote 85 - RENAULT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
176	1,00	R\$	Logan - flex, MLP-3785, 2013	10.000,00	10.000,00
177	1,00	R\$	Logan, MGQ-4405, 2009	10.000,00	10.000,00

Lote 87 - Honda

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
179	1,00	R\$	Moto Honda XR, MDJ- 7916, 2005	8.000,00	8.000,00

Lote 88 - Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
180	1,00	R\$	VOLKSWAGEM/ GOL, MHD 3876, 2012	10.000,00	10.000,00

Lote 89 - PEUGEOT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
181	1,00	R\$	PEUGEOT/BOXER JAEDITUR, MHI 3386, 2010	30.000,00	30.000,00

Lote 90 - FORD

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
182	1,00	R\$	FORD FIESTA 1.6 FLEX, MHD 3816, 2010	10.000,00	10.000,00

Lote 91 - Fiat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
183	1,00	R\$	FIAT/FIORINO IE, MCR 4143, 2006	20.000,00	20.000,00
184	1,00	R\$	DUCATO CARGO-TETO BAIXO, MJK 6707, 2012	20.000,00	20.000,00

Lote 94 - CHEVROLET

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
188	1,00	R\$	SPIN, MLK 1617, 2013	10.000,00	10.000,00

TOTAL GERAL R\$
1.312.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/ Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
01	65,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
02	65,00	42.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
03	65,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
04	65,00	7.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
09	35,00	2.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
14	65,00	30.000,00	5%		
15	65,00	20.000,00	5%		
16	65,00	15.000,00	5%		
17	65,00	15.000,00	5%		
18	65,00	50.000,00	5%		
20	65,00	8.000,00	5%		
21	65,00	8.000,00	5%		
22	65,00	10.000,00	5%		
23	65,00	6.000,00	5%		
24	65,00	10.000,00	5%		
27	65,00	30.000,00	5%		
28	65,00	60.000,00	5%		
31	65,00	10.000,00	5%		
32	65,00	10.000,00	5%		
33	35,00	30.000,00	5%		
34	35,00	5.000,00	5%		
35	65,00	80.000,00	5%		
39	65,00	40.000,00	5%		
40	65,00	15.000,00	5%		
41	80,00	1.000,00	5%		
67	65,00	30.000,00	5%		
68	65,00	130.000,00	5%		
69	65,00	120.000,00	5%		
70	65,00	140.000,00	5%		
73	80,00	50.000,00	5%		
74	65,00	8.000,00	5%		
75	65,00	8.000,00	5%		
76	65,00	8.000,00	5%		
77	65,00	8.000,00	5%		
78	65,00	16.000,00	5%		
79	65,00	8.000,00	5%		
80	65,00	8.000,00	5%		
81	65,00	8.000,00	5%		
82	65,00	30.000,00	5%		
83	65,00	50.000,00	5%		
84	65,00	18.000,00	5%		
85	65,00	20.000,00	5%		
87	80,00	8.000,00	5%		
88	65,00	10.000,00	5%		
89	65,00	30.000,00	5%		
90	65,00	10.000,00	5%		
91	65,00	40.000,00	5%		
94	65,00	10.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 70-2014 - Prefeitura
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA.
Empresa - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.545/0001-55, com sede na cidade de Caçador, SC.

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 05 - Caminhão Volkswagen

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
10	1,00	R\$	Caminhão Volkswagen PIPA, MBA-4196, 1999.	20.000,00	20.000,00
11	1,00	R\$	Caminhão Volkswagen 8-120 CAÇAMBA, MDU-9842, 2003.	20.000,00	20.000,00
12	1,00	R\$	Micro-ônibus VW/ Comil Pia Volkswagem, MDH -7541, 2003.	20.000,00	20.000,00

Lote 06 - Caminhão Ford

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
13	1,00	R\$	Caminhão Ford 8-160 CAÇAMBA, MKF-1992, 2012.	45.000,00	45.000,00
14	1,00	R\$	Caminhão Ford 8-150 BAÚ, MLN-8139, 2011	45.000,00	45.000,00

Lote 07 - Caminhão Iveco

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
15	1,00	R\$	Caminhão Iveco Eurogargo 170 e 22, MJJ-4851, 2011.	50.000,00	50.000,00

Lote 08 - VOLVO

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
16	1,00	R\$	Caminhão VM - 270 VOLVO - 6 x 2, MJN - 9464, 2012.	40.000,00	40.000,00
17	1,00	R\$	Caminhão VM - 270 VOLVO - 6 x 2, MKL - 2396, 2012.	40.000,00	40.000,00

Lote 11 - Máquina Trator Valmet

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
20	1,00	R\$	Máquina Trator pneu Valmet Série 85, Maq. 64, 1985.	10.000,00	10.000,00

Lote 25 - Veículos Renault

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
39	1,00	R\$	Renault/Master 25DCI/ Furgão, MDK 2396, 2005	30.000,00	30.000,00

Lote 26 - Veículos Mercedes

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
40	1,00	R\$	Mercedes Bens 9012 C, MAI 2411, 1998.	50.000,00	50.000,00

Lote 29 - Máquinas Valmet

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
44	1,00	R\$	Valmet 68/Série Prata 4x2, 1988.	30.000,00	30.000,00

Lote 36 - VOLKSWAGEM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
59	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, MAY 7835, 2000.	61.000,00	61.000,00
60	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, MBS 5085, 2002.	61.000,00	61.000,00
61	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, MBW 5867, 2001.	61.000,00	61.000,00
62	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, MBA 0245, 2000.	61.000,00	61.000,00
63	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, MAN 1633, 1999.	62.000,00	62.000,00
64	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, MCC 8279, 2001.	62.000,00	62.000,00
65	1,00	R\$	CAMINHÃO-VOLKSWAGEM, LZV 6453, 1986.	62.000,00	62.000,00
66	1,00	R\$	CAMINHÃO VOLKSWAGEM, MBV 3046, 2002.	62.000,00	62.000,00
67	1,00	R\$	CAMINHÃO VOLKSWAGEM, MFN 9348, 2007.	62.000,00	62.000,00
68	1,00	R\$	CAMINHÃO VOLKSWAGEM, MAN 1623, 1999.	62.000,00	62.000,00
69	1,00	R\$	MICRO-ONIBUS, MDM 6072, 2003.	62.000,00	62.000,00
70	1,00	R\$	MICRO ÔNIBUS, MDH 7541, 2003.	62.000,00	62.000,00

Lote 37 - MERCEDES BENZ

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
71	1,00	R\$	CAMINHÃO-MERCEDES B, MDV 6940, 1978.	43.000,00	43.000,00
72	1,00	R\$	CAMINHÃO MERCEDES B, MIR 2529, 2010.	44.000,00	44.000,00
73	1,00	R\$	CAMINHÃO-MERCEDES B, MIR 2599, 2010	44.000,00	44.000,00
74	1,00	R\$	MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ, LZG 3093, 1978	44.000,00	44.000,00

Lote 38 - FORD

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
75	1,00	R\$	CAMINHÃO-FORD, MAD 7967, 1989	20.000,00	20.000,00

Lote 42 - HYUNDAI

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
82	1,00	R\$	CAMINHÃO, MHW 3811, 2003.	20.000,00	20.000,00

Lote 58 - SCANIA

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
114	1,00	R\$	SCANIA/ÔNIBUS, BWA - 6397, 1991.	15.000,00	15.000,00

Lote 59 - AGRALE

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
115	1,00	R\$	LZR - 7684, 1988.	10.000,00	10.000,00

Lote 61 - MERCEDES BENZ

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
117	1,00	R\$	SPRINTER/MICROÔNIBUS, MCA - 0310, 1997.	10.000,00	10.000,00

Lote 62 - MERCEDES BENZ

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
118	1,00	R\$	CAMINHÃO M.B 1113, LZN - 2747, 1977.	20.000,00	20.000,00

Lote 71 - Agrale

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
150	1,00	R\$	Agrale/MA expresso saúde, MLA-4937, 2012	50.000,00	50.000,00

Lote 72 - Mercedes Benz

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
151	1,00	R\$	Sprinter 413 GB4G com 20 passageiros. MKC-9224, 2011/2012.	50.000,00	50.000,00

Lote 93 - AGRALE

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
186	1,00	R\$	AGRALE MAXIBUS NEW ASTOR, MLE 4108, 2013.	30.000,00	30.000,00
187	1,00	R\$	AGRALE VOLARE V 8 L /ESCOLAR BUS, MKX 1716, 2012.	30.000,00	30.000,00

Lote 95 - RENAULT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
189	1,00	R\$	MASTER DE CARGA, MDK 2369, 2006.	20.000,00	20.000,00

Lote 96 - MERCEDES BENZ

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
190	1,00	R\$	CAMINHÃO 712 FURGÃO, MAI 2411, 1998.	30.000,00	30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 1.620.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
05	80,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
06	80,00	90.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
07	80,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
08	80,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
11	190,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
25	65,00	30.000,00	5%		
26	80,00	50.000,00	5%		
29	190,00	30.000,00	5%		
36	80,00	740.000,00	5%		
37	80,00	175.000,00	5%		
38	80,00	20.000,00	5%		
42	80,00	20.000,00	5%		
58	80,00	15.000,00	5%		
59	80,00	10.000,00	5%		
61	80,00	10.000,00	5%		
62	80,00	20.000,00	5%		
71	80,00	50.000,00	5%		
72	80,00	50.000,00	5%		
93	80,00	60.000,00	5%		
95	80,00	20.000,00	5%		
96	80,00	30.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 71-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, com sede na cidade de Chapecó, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários: Lote 12 - Máquina Minipácarregadeira Bob Cat

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
21	1,00	R\$	Máquina Minipácarregadeira Bob Cat S 175, Maq. 01, 2012.	30.000,00	30.000,00
22	1,00	R\$	Máquina Minipácarregadeira Bob Cat S 175, Maq. 03, 2012	30.000,00	30.000,00

Lote 13 - Máquina Retro Escavadeira Randon

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
23	1,00	R\$	Máquina Retro Escavadeira Randon, Maq. 02, 2012.	50.000,00	50.000,00

Lote 43 - CATERPILLAR

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
83	1,00	R\$	MOTONIVELADO-RA-CATERPILLAR, MAQ. 56, 2000.	150.000,00	150.000,00
84	1,00	R\$	MOTONIVELADO-RA-CATERPILLAR, MAQ. 54, 2000.	150.000,00	150.000,00
85	1,00	R\$	MOTONIVELADO-RA-CATERPILLAR, MAQ. 58, 2001.	150.000,00	150.000,00
86	1,00	R\$	MOTONIVELADO-RA-CATERPILLAR, MAQ. 69, 2010.	150.000,00	150.000,00
87	1,00	R\$	MOTONIVELADO-RA-CATERPILLAR, MAQ. 70, 2010.	150.000,00	150.000,00
88	1,00	R\$	ROLO COMPAC-CATERPILLAR, MAQ. 44, 2002.	150.000,00	150.000,00

Lote 44- MICHIGAN

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
89	1,00	R\$	PÁ CARREGA-DEIRA-MICHIGAN, MAQ. 52, 1994.	200.000,00	200.000,00

Lote 45- CASE

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
90	1,00	R\$	PÁ CARREGA-DEIRA-CASE W20, MAQ. 50, 1991.	200.000,00	200.000,00

Lote 46 - MULLER

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
91	1,00	R\$	ROLO COMPAC-MULLER, MAQ. AP 21, 1978.	100.000,00	100.000,00
92	1,00	R\$	ROLO COMPAC-TADOR MULLER V-48, MAQ. 13, 2004.	100.000,00	100.000,00

Lote 47 - WACKER

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
93	1,00	R\$	CORTADOR A DE ASFALTO-WACKER, CAM 02, 2006	10.000,00	10.000,00

Lote 49 - RANDON

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
95	1,00	R\$	RETRO ESCAVA-DEIRA RANDON RK 406, MAQ.66, 2010.	80.000,00	80.000,00

Lote 51 - JCB

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
97	1,00	R\$	RETROESCAVA-DEIRA JCB 214S, MAQ. 63, 2005.	120.000,00	120.000,00

Lote 52 - NEW HOLLAND

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
98	1,00	R\$	RETROESCAVA-DEIRA NEW HOLLAN LB 90, MAQ. 71, 2010.	70.000,00	70.000,00
TOTAL GERAL R\$ 1.890.000,00					

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
12	190,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
13	190,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
43	190,00	900.000,00	5%		
44	190,00	200.000,00	5%		
45	190,00	200.000,00	5%		
46	190,00	200.000,00	5%		
47	150,00	10.000,00	5%		
49	190,00	80.000,00	5%		
51	190,00	120.000,00	5%		
52	190,00	70.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 72-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.881/0001-04, com sede na cidade de Caçador, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 19- Veículos Toyota

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
32	1,00	R\$	Bandeirante -Toyota, LZJ -3622, 1994.	15.000,00	15.000,00
33	1,00	R\$	Bandeirante - Toyota, LXH- 1720, 1995.	15.000,00	15.000,00

Lote 63 - GM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
119	1,00	R\$	GM BLAZER, MHJ - 3784, 2009.	10.000,00	10.000,00

Lote 64 - TOYOTA

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
120	1,00	R\$	TOYOTA BAN- DEIRANTE, LXU - 0760, 1995.	10.000,00	10.000,00

Lote 86 - Chevrolet

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
178	1,00	R\$	Blazer - Flex, MHJ-3444, 2009.	15.000,00	15.000,00
TOTAL GERAL R\$					65.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
19	65,00	30.000,00	5%		
63	65,00	10.000,00	5%		
64	65,00	10.000,00	5%		
86	65,00	15.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 73-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0001-44, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 48 - Dynapac

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
94	1,00	R\$	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO CA 250, MAQ. 68, 2010.	100.000,00	100.000,00

Lote 50 - KOMATSU

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
96	1,00	R\$	ESCAVADEI- RA HIDR. PC 150-KOMATSU, MAQ. 61, 2003.	100.000,00	100.000,00
TOTAL GERAL R\$					200.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
48	190,00	100.000,00	5%		
50	190,00	100.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 74-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - WEGNER AUTO MECÂNICA EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.64.4605/0001-75, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 54 - FIAT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
101	1,00	R\$	FIAT PALIO WEEKEND, MLV - 1249, 2012.	13.000,00	13.000,00
102	1,00	R\$	FIAT PALIO WEEKEND, MLL - 4817, 2014.	13.000,00	13.000,00
103	1,00	R\$	FIAT PALIO WEEKEND, MLK - 9437, 2014.	14.000,00	14.000,00

Lote 55 - FORD

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
104	1,00	R\$	FORD FIESTA, MKG - 7562, 2012.	13.000,00	13.000,00

105	1,00	R\$	FORD FIESTA, MKG - 6972, 2012.	13.000,00	13.000,00
106	1,00	R\$	FORD FIESTA 1.6, MLL - 4290, 2014.	14.000,00	14.000,00

Lote 57 - RENAULT

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
111	1,00	R\$	RENAULT LOGAN, MLQ - 5895, 2013.	13.000,00	13.000,00
112	1,00	R\$	RENAULT LOGAN, MLQ - 5955, 2013.	13.000,00	13.000,00
113	1,00	R\$	RENAULT DUSTER, MLO - 9735, 2014.	14.000,00	14.000,00
TOTAL GERAL R\$					120.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/ Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
54	65,00	40.000,00	5%		
55	65,00	40.000,00	5%		
57	65,00	40.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 75-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - ELETRO DINAMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.756.125/0001-05, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 56 - GM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
107	1,00	R\$	GM CLASSIC, MJH - 5732, 2011.	11.000,00	11.000,00
108	1,00	R\$	GM CLASSIC, MJH - 5772, 2011	11.000,00	11.000,00
109	1,00	R\$	GM CLASSIC, MIZ - 4625, 2011.	11.000,00	11.000,00
110	1,00	R\$	GM CRUZE LT NB, MJH - 1125, 2012.	12.000,00	12.000,00

Lote 60 - GM

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
116	1,00	R\$	IMP. GM TRAFIC, LYU - 1543, 1996.	10.000,00	10.000,00

Lote 65 - Motocicletas HONDA

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
121	1,00	R\$	HONDA CG 125, MFT - 4790, 2002.	1.400,00	1.400,00
122	1,00	R\$	HONDA CG 125, MFT - 5240, 2002.	1.400,00	1.400,00
123	1,00	R\$	HONDA CG 125, MCA - 3485, 2003.	1.400,00	1.400,00
124	1,00	R\$	HONDA CG 125, MCA - 3565, 2003.	1.400,00	1.400,00
125	1,00	R\$	HONDA XRE 300, MGT - 6017, 2009.	1.400,00	1.400,00
126	1,00	R\$	HONDA XRE 300, MGT - 6027, 2009.	1.500,00	1.500,00
127	1,00	R\$	HONDA CBX 200, MCF - 2118, 2001.	1.500,00	1.500,00

Lote 66 - Motocicletas YAMAHA

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
128	1,00	R\$	YAMAHA YBR 125 ED, MBU - 1095, 2002	1.250,00	1.250,00
129	1,00	R\$	YAMAHA YBR 125 ED, MCI - 6997, 2002.	1.250,00	1.250,00
130	1,00	R\$	YAMAHA YBR 125 ED, MCI - 7037, 2002.	1.250,00	1.250,00
131	1,00	R\$	YAMAHA YBR 125 ED, MCI - 7027, 2002	1.250,00	1.250,00
TOTAL GERAL R\$					70.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/ Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
56	65,00	45.000,00	5%		
60	80,00	10.000,00	5%		
65	80,00	10.000,00	5%		
66	80,00	5.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 76-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA. Empresa - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.212.968/0001-20, com sede na cidade de Caxias do Sul, RS, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 92 - IVECO

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
			IVECO/CITY CLASS 70 C 17, MKW 5476, 2012.		
185	1,00	R\$		30.000,00	30.000,00
TOTAL GERAL R\$					30.000,00

Seguindo conforme proposta de preços logo abaixo:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
92	65,00	30.000,00	5%		

Ata de Registro de Preços Nº 77-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, empresa MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.691.264/0001-31, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QNTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
1	80	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS MÉDIOS TIPO MICRO-ÔNIBUS	95,00	7.600,00
2	450	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS PEQUENOS- AUTOMÓVEIS DE PASSEIO	25,00	11.250,00
3	50	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE MOTO	10,00	500,00
4	96	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO KOMBI, CAMIONETE, VAN E DUCATO.	30,00	2.880,00
5	50	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE TRATOR VALMET, CBT, RETRO ESCAVADEIRA. (COM ÁGUA QUENTE)	100,00	5.000,00
6	150	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO BASCULANTE (TIPO CAÇAMBA). (COM ÁGUA QUENTE).	100,00	15.000,00

7	30	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE MOTONIVELADORA (PATROLA). (COM ÁGUA QUENTE)	250,00	7.500,00
TOTAL GERAL R\$					49.730,00

Ata de Registro de Preços Nº 78-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, empresa DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.698.920/0001-74, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QNTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
03	20	UNID.	Gaveteiro Volante de 04 Gavetas Dimensões: 470Lmmx 450P mm.703mmA, tampo confeccionado em madeira MDP de 25 mm de espessura na cor cinza, com acabamento em fita de borda abs de 2 mm corpo costa, base inferior e laterais confeccionados em madeira MDP de 15 mm de espessura na cor cinza, frentes de gaveta: em madeira MDP de 18 mm de espessura na cor a cinza gavetas, gavetas internas confeccionadas em MDF de 15 mm de espessura na cor preta, com travamento simultâneo, 45 mm de espessura na parte inferior e superior da gaveta, rodízios de duplo giro com 50 mm de diâmetro na cor preta, a estrutura deve ser confeccionado em chapa de aço nº 16 colunas, nº 18 gavetas, nº 24, tampo e fundo , nº 26 corpo com acabamento tratado pelo processo anti-corrosivo à base de fosfato de zinco e pintura eletrostática a pó com camada de 30 a 40 microns com secagem em estufa a 240 °C na cor cinza cristal capacidade de 30 a 40 pastas por gavetas ou 25 kg, na cor cinza.	219,00	4.380,00

04	20	UNID.	Armário estante 02 portas em MDP. Largura: 900 mm Profundidade: 450 mm Altura: 1600 mm, estrutura do corpo em melamínico MDP de 15 mm e tampo superior em 25 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC e cola "hot melt" de secagem rápida, e fixação entre as partes através de conjunto minifix e cavilhas de madeira com prateleiras em melamínico BP de 15 mm, com bordas retas e seladas com fita de PVC e cola "hotmelt" de secagem rápida, e suportes injetados em polietileno, fundo em melamínico dupla face de 15 mm, sapatas niveladoras, rosca M6, injetadas em polietileno na cor preta, 02 portas inferiores com dobradiças metálicas com abertura de 110°, acabamento MDP 15 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC, cola "hot melt" de secagem rápida e puxador, chaveamento da porta através de fechadura cilíndrica frontal, chave com sistema anti-impacto e fecho interno tipo "gangorra", acabamento e cor cinza.	318,00	6.360,00
----	----	-------	---	--------	----------

05	20	UNID.	Armário Alto 2 Portas em MDP. Largura: 900mm Profundidade: 450mm Altura: 1600mm, estrutura do corpo em melamínico MDP de 15 mm e tampo superior em 25 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC e cola "hot melt" de secagem rápida, e fixação entre as partes através de conjunto minifix e cavilhas de madeira, prateleiras em melamínico BP de 15 mm, com bordas retas e seladas com fita de PVC e cola "hotmelt" de secagem rápida, e suportes injetados em polietileno. fundo em melamínico dupla face de 15 mm, sapatas niveladoras, rosca M6, injetadas em polietileno na cor preta, 02 portas com dobradiças metálicas com abertura de 110°, acabamento MDP 15 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC, cola "hot melt" de secagem rápida e puxador, chaveamento da porta através de fechadura cilíndrica frontal, chave com sistema anti-impacto e fecho interno tipo "gangorra". acabamento e cor cinza.	373,00	7.460,00
----	----	-------	--	--------	----------

06	20	UNID.	Balcão 02 portas com Largura: 900mm, profundidade 450mm Altura 7400mm, estrutura corpo em melamínico MDP de 15 mm e tampo superior em 25 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC e cola "hot melt" de secagem rápida, e fixação entre as partes através de conjunto minifix e cavilhas de madeira com prateleira em melamínico BP de 15 mm, com bordas retas e seladas com fita de PVC e cola "hotmelt" de secagem rápida, e suportes injetados em polietileno, fundo em melamínico dupla face de 15 mm, sapatas niveladoras, rosca M6, injetadas em polietileno na cor preta, 02 portas com dobradiças metálicas com abertura de 110°, acabamento MDP 15 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC, cola "hot melt" de secagem rápida e puxador, chaveamento da porta através de fechadura cilíndrica frontal, chave com sistema anti-impacto e fecho interno tipo "gangorra". acabamento e cor cinza.	199,00	3.980,00
----	----	-------	---	--------	----------

14	30	UNID.	Mesas Estação de trabalho cor cinza 1,50x1,50 25mm com pé ferro, estrutura em tampo tipo L em MDP de 25 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC de 2 mm, cola "hot melt" de secagem rápida, fixação através de parafuso auto-atarrachante, pé lateral em aço com calha para passagem da fiação na parte interna e perfurado na parte externa, na cor do tampo, painéis inferiores (saías) em melamínico MDP de 15 mm, com fita de PVC e cola "hot melt" de secagem rápida, fixadas nos pés laterais através de conjunto minifix M6 e com parafuso autoatarrachante no pé central, sapatas niveladoras, rosca M6, injetadas em polietileno na cor cinza, acabamento e cor cinza, largura: 1500 mm 01 para o lado direito e 01 para o lado esquerdo, profundidade 600 mm, altura 740 mm.	474,00	14.220,00
----	----	-------	---	--------	-----------

15	20	UNID.	Painel divisor na cor cinza, estrutura painel em MDP de 15 mm, bordas retas e seladas com fita de PVC de 2 mm, cola "hot melt", de secagem, medidas: largura 1,50 m, altura 0,45 m,	99,00	1.980,00
----	----	-------	---	-------	----------

TOTAL GERAL R\$
38.380,00

Ata de Registro de Preços Nº 79-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, empresa LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.129.024/0002-90, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
			Cadeira presidente com encosto em tecido telado de poliéster e assento revestido em tecido telado spacer, base excêntrica, chassi duplo em aço tubular cromado, pistão cromado, aranha em alumínio com ponteira protetora substituível e rodízios de PU, regulagem de altura do encosto, sendo o acionamento por botão, com 06 posições de travamento, assento com regulagem horizontal, que desliza por trilhos, sendo totalmente independente do encosto da cadeira, braços com estrutura em aço cromado e apoio emborrachado, que proporciona maciez e conforto possui regulagem de altura com 06 posições, regulagem horizontal frente/trás, regulagem lateral e regulagem de abertura entre os braços, tensor lombar para melhor apoio das costas, encosto de cabeça com três regulagens, altura da estrutura, inclinação da estrutura e inclinação do apoio de cabeça, couro ecológico ou courissímo na cor preta.	1.290,00	12.900,00
09	10	UNID.			
			Cadeira presidente anatômica em couro com costura branca, mecanismo com múltiplas posições do encosto, relax excêntrica com travamento, reclinagem 180º com acionamento do 2º pistão por botão, braços com apoio almofadado na cor da cadeira fixado apenas no assento da cadeira com estrutura na cor cinza metalizada, pistão gás com capa em nylon e aranha 350 mm em nylon com pintura prata reforçada produzida em nylon na cor cinza metalizada com ponteira na cor preta para proteção contra riscos. Recomendada para até 150Kg. medidas: altura 1,18, largura 0,60 prof 0,77, couro ecológico ou courissímo na cor preta	1.135,00	11.350,00
10	10	UNID.			

			Longarina de 03 lugares com aço mola, assento e encosto de madeira compensada multilaminada moldada anatomicamente com espessura de 12mm, recoberto por espuma injetada de 40mm de espessura, revestida couro ecológico ou courissímo na cor preta com acabamento nas bordas em PVC flexível, estrutura confeccionada em tubo de aço industrial, suporte do encosto contínuo em formato em tubo 7/8, acabamento com banho desengraxante, a quente e tratamento antiferruginoso de proteção, pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, na cor preta, soldagem os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si, topos de fechamento da tubulação, deverão ser confeccionadas em polipropileno de alta densidade, fixados na estrutura por meio de encaixe, considerando-se inclusive os pés, largura 1,55 prof Altura 0,85 Prof 60 em cm.	265,00	5.300,00
12	20	UNID.			
			Cadeira fixa 4 pés com grade, Couro ecológico azul, Braço corsa com prancheta escanotável, Espessura da espuma 50 mm, assento 44 x 40, encosto 40 x 30 estrutura preta.	255,00	5.100,00
16	20	UNID.			
TOTAL GERAL R\$					34.650,00

Ata de Registro de Preços Nº 80-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, empresa NELITA GOMES FARIAS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.943.540/0001-25, com sede na cidade de Balneário Camboriú, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
			Estante de aço com 6(seis) prateleiras em chapa 26 colunas em chapa 20, capacidade de peso 35 quilos cada prateleira, acompanha parafusos, porcas e pés plásticos antiatritos, pintura eletroestática e prateleiras com reforço central, nas medidas 1,98 m (altura)x0,90 cm (largura)x0,42 cm (espaço da frente até atrás) com 6 prateleiras, na cor cinza.	120,00	3.600,00
01	30	UNID.			

02	20	UNID.	Arquivo em aço com 04 gavetas para pasta suspensa tamanho ofício, porta etiqueta e puxadores estampados nas gavetas, puxadores com acabamento em PVC nas cores cristal ou grafite, fechadura cilíndrica tipo yale com travamento simultâneo das gavetas e sistema de deslizamento das gavetas em patins de nylon estrutura confeccionado em chapa de aço nº 16 coluna, nº 18 gavetas, nº 24 tampo e fundo, nº 26 corpo, acabamento, tratado pelo processo anticorrosivo à base de fosfato de zinco e pintura eletrostática a pó com camada de 30 a 40 microns com secagem em estufa a 240 °C na cor cinza cristal capacidade de 30 a 40 pastas por gavetas ou 25 kg.	229,00	4.580,00
07	20	UNID.	Cadeiras giratórias presidente executiva com BKG, com assento e encosto confeccionados em compensado multilaminado anatômico, moldado a quente sob pressão de alta resistência, com espuma injetada de alta densidade, espessura 55mm, com densidade de 50kgf metros cúbicos, modelo em costura gomada, estrutura em aço com acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, base giratória, com capa na estrela com rodízio de PU, ergonômica tipo back system 1, com regulagem de altura gás e alavanca de regulagem de inclinação, braços reguláveis, revestido em tecido 100% poliéster, preta/azul. Medidas mínimas, altura do assento 43cm a 54, altura total 90 cm a 104, largura total 65cm, profundidade total 60 cm, largura do assento 48 cm e profundidade 43, couro ecológico ou courissímo na cor preta.	274,00	5.480,00
08	20	UNID.	Cadeira de aproximação pé Skin sem regulagem de altura do assento, sem braços, com assento e espaldar confeccionados em compensado multilaminado anatômico, moldado a quente sob pressão de alta resistência, com espuma injetada de alta densidade, espessura 55mm, com densidade de 45kgf metros cúbicos, estrutura em aço com acabamento em pintura epóxi pó na cor preta. Acabamento em tecido 100% poliéster na cor preta, medidas mínimas: altura do assento 43 cm, altura total 88 cm, largura total 53cm, profundidade do assento 45 cm, couro ecológico ou courissímo na cor preta.	109,00	2.180,00

11	10	UNID.	Cadeira presidente revestida em courissímo, com espuma injetada, braços cromados com apoio almofadado, mecanismo relax excêntrico com trava, pistão com capa em nylon, aranha 320 mm cromada e rodízios de PU, medidas largura do encosto e do assento, 52cm Altura do encosto: 64cm comprimento do assento: 52cm comprimento do apoio de braço: 42cm Altura mínima do assento: 47cm, Altura máxima do assento: 57cm Altura mínima total: 104cm, Altura máxima total: 114 cm, couro ecológico ou courissímo na cor preta.	329,00	3.290,00
13	20	UNID.	Cadeiras giratórias secretaria-executiva com BKG, com assento e encosto confeccionados em compensado multilaminado anatômico, encosto com acabamento em plástico na parte de trás e parte de baixo do assento moldado a quente sob pressão de alta resistência, com espuma injetada de alta densidade, espessura 45mm, com densidade de 45kg metros cúbicos, modelo em costura curva vertical no assento e no encosto, estrutura em aço com acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, base giratória, com capa na estrela com rodízio de PU, ergonômica tipo back system, com regulagem de altura gás e alavanca de regulagem de inclinação, braços reguláveis através de botão na parte de baixo do braço, revestido em couro ecológico ou courissímo na cor preto, medidas altura do assento 53 cm, largura total 58 cm, profundidade total 59 cm, altura do encosto 38 cm, largura do encosto 46 cm, largura do assento 48 cm, profundidade do assento 44 cm	205,00	4.100,00
TOTAL GERAL R\$					23.230,00

Portaria Nº 24.000

PORTARIA Nº 24.000, de 02 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Camila Lenardt Pereira	Professor de Inglês	1.1/A	10	05h - EMEB Hilda Grannemann de Souza 05 - EMEB Esperança	Vaga Excedente	04/06/2014 a 19/12/2014
Candida Aparecida Antunes	Servente	1.5/A	44	EMEB Esperança	V.V. Vera Lucia Cristaldo de Oliveira - licença tratamento de saúde	29/05/2014 a 24/06/2014
Derli Ferreira dos Santos	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	44	EMEB Pe José Chamot	V.V. Claudia Aparecida Ramos - licença tratamento de saúde	20/05/2014 a 05/06/2014
Keila Cristina de Oliveira de Lima	Servente	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga excedente	02/06/2014 a 19/12/2014
Marcia Francieli Ferreira	Servente	1.5/A	44	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga excedente	02/06/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Resolução 28/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 28/2014 de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre os Planos de Ação do corrente ano e os Relatórios de Atividades do ano anterior das entidades e organizações de assistência Social e as que têm inscrição de serviços, programas e projetos ou benefícios no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 18/2011, de 22 de dezembro de 2011 que regulamenta a lei Municipal nº 2.869 de 22 de dezembro de 2011, para dispor sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais, em seu artigo 27, inciso I e II.

CONSIDERANDO os Pareceres nº 01/2014, 02/2014, 03/2014, 04/2014, 05/2014 e 06/2014 da Comissão de Fiscalização do CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os Planos de Ação do ano corrente e os Relatórios

de Atividades do ano anterior das entidades e organizações de assistência Social e as que têm inscrição de serviços, programas e projetos ou benefícios no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC:

- Associação Maria Rosa - AMAR;
- Associação Caçadoreense de Educação infantil e Assistência Social - ACEIAS;
- Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador- APAS;
- Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador - BVC;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE;
- Fundação Projeto Pescar - Frameport.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de junho de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução 29/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 29/2014 de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre o Cancelamento de Inscrição da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, Unidade Filial: Centro Social Marista Caçador/SC - CESMAR no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 18/2011, de 22 de dezembro de 2011 que regulamenta a lei Municipal nº 2.869 de 22 de dezembro de 2011, para dispor sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais, em seu artigo 23.

CONSIDERANDO o pedido de cancelamento da inscrição do Centro Social Marista Caçador/SC - CESMAR através do Ofício 012/2014 de 30 de abril de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Inscrição da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, Unidade Filial: Centro Social Marista Caçador/SC - CESMAR no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de junho de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução 30/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 30/2014 de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre o Cancelamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 e 6, 6 a 15, 15 a 17 anos e a partir de 17 anos - Proteção Social Básica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião

Plenária Ordinária, realizada dia 06 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 18/2011, de 22 de dezembro de 2011 que regulamenta a lei Municipal nº 2.869 de 22 de dezembro de 2011, para dispor sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais, em seu artigo 25.

CONSIDERANDO o pedido de cancelamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 e 6, 6 a 15, 15 a 17 anos e a partir de 17 anos - Proteção Social Básica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC através do Ofício 037/2014 de 16 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 e 6, 6 a 15, 15 a 17 anos e a partir de 17 anos - Proteção Social Básica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de junho de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução 31/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 31/2014 de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre o Cancelamento do Projeto Promoção a cidadania da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 18/2011, de 22 de dezembro de 2011 que regulamenta a lei Municipal nº 2.869 de 22 de dezembro de 2011, para dispor sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais, em seu artigo 25.

CONSIDERANDO o pedido de cancelamento do Projeto Promoção a cidadania da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC através do Ofício 048/2014 de 30 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar o Projeto Promoção a cidadania da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de junho de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução 32/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 32/2014 de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre o Cancelamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos e o Projeto de Integração do mundo do Trabalho - Proteção Social Básica da Fundação Projeto Pescar- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 18/2011, de 22 de dezembro de 2011 que regulamenta a lei Municipal nº 2.869 de 22 de dezembro de 2011, para dispor sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais, em seu artigo 25.

CONSIDERANDO o pedido de cancelamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos e o Projeto de Integração do mundo do Trabalho - Proteção Social Básica da Fundação Projeto Pescar- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador através do Ofício FPP - AD/QA - 78/2014 de 03 de junho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos e o Projeto de Integração do mundo do Trabalho - Proteção Social Básica da Fundação Projeto Pescar- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de junho de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução 33/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 33/2014 de 06 de junho de 2014.

Dispõe sobre o Plano de Ação 2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal 2.869, de 22 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO a análise e apreciação realizada por este conselho em reunião ordinária do dia 06 de junho de 2014, do Plano de Ação 2014 fornecido pelo órgão Gestor da Política de Assistência Social de Caçador, conforme Ata nº 229.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por unanimidade, o Plano de Ação 2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 06 de junho de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria Nº 23.913

PORTARIA Nº 23.913, de 21 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado e ainda na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema, e suas alterações,

RESOLVE

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, aprovados em Processo de Seleção Simplificado - Edital nº 04/2013, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.915, de 26/02/2014, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Alessandro Luiz Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44h	Aprovado em Processo Seletivo	21/05/2014 a 21/05/2015
Cecília Aparecida dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44h	Aprovada em Processo Seletivo	19/05/2014 a 19/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski

PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria Nº 23.823

PORTARIA Nº 23.823, de 30 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados durante o mês de Abril de 2014, especificando: código, nome dos servidores, cargo, total de dias de afastamento, dias lançados para pagamento como auxílio doença e período da licença, conforme segue:

segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Trat. Saúde a contar de:
12846	Angela Maria Borchatt	Auxiliar de Consultório Dentário	30	15	01/04/2014 a 15/04/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
11874	Irene de Fátima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	30	15	08/04/2014 a 22/04/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.909

PORTARIA nº 23.909, de 20 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 056/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de:
10897	Sabrina Zaffari Farias	Psicólogo	008	09/05/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.908

PORTARIA Nº 23.908, de 20 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, Licença Nojo, especificando: código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
9039	Minéia Mafioleti	Professora de Dança	8	11/05/2014
1101	Rejane Mara Sorgatto	Odontólogo	8	14/05/2014
1133	Rubens Reis da Silva	Odontólogo	5	14/05/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.798

PORTARIA Nº 23.798, de 28 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências

RESOLVE

RESCINDIR, a pedido, os contratos por tempo indeterminado, das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, secretaria, carga horária, motivo da contratação e período conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de
12019	Andressa Quintino da Silva	Agente Comunitário de Saúde	40	24/03/2014
11884	Luane Cristina Alves	Agente Comunitário de Saúde	40	11/04/2014
12768	Sirlene Rigo Stein	Agente Comunitário de Saúde	40	01/04/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.812

PORTARIA nº 23.812, de 30 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/04/2014 a 30/04/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Faltas
12682	Anderson Braun	30 dias
13197		
13198	Augusto Cezar de Carvalho Souza	30 dias
12706	Gabriel Nagel	30 dias
12774	Roberto Kendi Anzilerio Lanna	30 dias
12764	Thiago Muniz de Lima	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.809

PORTARIA Nº 23.809, de 29 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11945	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitária de Saúde	01/03/2014 a 31/03/2014	100,00
12032	Mirian Germano de Gois	Agente Comunitária de Saúde	01/03/2014 a 31/03/2014	100,00
11958	Tatiane de Fátima Amaral Soares	Agente Comunitária de Saúde	01/03/2014 a 31/03/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.804

PORTARIA nº 23.804, de 28 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município

de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 01/03/2014 a 31/03/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	24:30 horas
1964	Adelar Geraldo Piran	59:46 horas
7982	Adriana Bento Grobe	40 horas
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	37 horas
1836	Aldecir Barp	60 horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	51:15 horas
1453	Alvaro Santos de Castro	60 horas
11810	Ana Paula Simioni	40 horas
3287	Andrea Rui Pistore	03 horas
4953	Camilo Paganini	52:43 horas
10775	Cândice Valeida Goltz	18:30 horas
11056	Carla Ribeiro	18 horas
13347	Cerlei Maria Chaves	18:30 horas
13347	Cintia Aparecida Carvalho de Araújo	22 horas
11809	Clairton Mario Corrêa	36 horas
831	Clarice Abraão	24 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	36 horas
10773	Danielle Thaizi Zimini	02 horas
364	Delma Letícia Dri Ficagna	34 horas
12794	Doraci de Jesus Soares	40 horas
2027	Edezio Recalcatti	60 horas
10766	Edina Ferreira Lopes	40 horas
13319	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	40 horas
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	25 horas
830	Eloir do Carmo Antunes	40 horas
3745	Erenilda Americano	40 horas
12771	Erica Tasca	40 horas
11934	Fernanda Lizlaine Pereira	40 horas
769	Geni Aparecida dos Santos	40 horas
12593	Graziela Lea Gallina	40 horas
10485	Hélio Luiz Wirschum	40 horas
7707	Ivanir Weber	30 horas
12454	Jair de Azeredo	60 horas
11890	Jorge Jair de Moura Borges	40 horas
970	José Gomes de Mattos	60 horas
1039	Juçara Schneider Muller João	21:45 horas
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	40 horas
10831	Katia Possamai	31 horas
645	Klayton Strey	49:50 horas
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	40 horas

12858	Leandro Medeiro	60 horas
967	Leila Alves Speggorin	40 horas
11851	Leticia Maria Rostirolla	40 horas
12590	Loraine Borghetti Rotta	40 horas
10786	Lorete Aparecida Braun	20 horas
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	19 horas
12578	Lucimara dos Santos Correa	12:55 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	40 horas
7784	Mara Rúbia Cordeiro	40 horas
3852	Márcia de Araújo Mattia	40 horas
1214	Márcio Bassani	60 horas
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60 horas
9385	Maria Eva Martins	40 horas
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	40 horas
10816	Marjuri Paula Sgarbossa	35 horas
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	40 horas
11730	Mauro de Mello	40 horas
8331	Mônica Michele Witiuk	40 horas
1827	Odair Santana	51:35 horas
731	Odete Crivilatti	28 horas
12615	Odete Maria Deitos	12 horas
10225	Patricia Sara Antunes	12 horas
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	40 horas
10102	Rosa Meri Coluzzi	40 horas
110	Rutte Klava da Silva	40 horas
10764	Sandra Aparecida Correa	31 horas
3437	Sayonara Galina	40 horas
135	Sueli Terezinha Bueno	40 horas
10785	Vagner Gonçalves	40 horas
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	50 horas
749	Valdecir José Pereira da Silva	60 horas
1376	Veroni Salete Dalaqua	40 horas
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	19:20 horas
1535	Vilmar Miguel Dobner	58:04 horas
11814	Wania Aline Figura	39 horas
10790	Willian Cardoso Ribeiro	25 horas
12588	Willian Schroder	22 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Portaria Nº 23.805

PORTARIA nº 23.805, de 28 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/03/2014 a 31/03/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	09:58 horas
1964	Adelar Geraldo Piran	14:12 horas
7982	Adriana Bento Grobe	14 horas
1836	Aldecir Barp	37:25 horas
1453	Alvaro Santos de Castro	20:25 horas
11810	Ana Paula Simioni	28 horas
11056	Carla Ribeiro	03 horas
11813	Cintia Aparecida Carvalho de Araújo	07 horas
11809	Clairton Mario Corrêa	12 horas
831	Clarice Abraão	77 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	21 horas
364	Delma Letícia Dri Ficagna	14 horas
2027	Edezio Recalcatti	37:43 horas
10766	Edina Ferreira Lopes	23:36 horas
11816	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	07:54 horas
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	07 horas
11934	Fernanda Lizlaine Pereira	28 horas
7707	Ivanir Weber	12 horas
12454	Jair de Azeredo	13 horas
11890	Jorge Jair de Moura Borges	73 horas
970	José Gomes de Mattos	33:21horas
645	Klayton Strey	15:55 horas
967	Leila Alves Speggorin	11:50 horas
11851	Leticia Maria Rostirolla	14:30 horas
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	12 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	70 horas
7784	Mara Rúbia Cordeiro	08:48 horas
1214	Márcio Bassani	35:29 horas
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	11 horas
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	89 horas
8331	Mônica Michele Witiuk	10:37 horas
1827	Odair Santana	17:07 horas
731	Odete Crivilatti	14:10 hora
10225	Patricia Sara Antunes	05 horas
11886	Paula Francielly Zitkievicz	14 horas
110	Rutte Klava da Silva	24 horas
10764	Sandra Aparecida Correa	63 horas

10785	Vagner Gonçalves	56 horas
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	04:24 horas
749	Valdecir José Pereira da Silva	47:27 horas
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	03:03 horas
1535	Vilmar Miguel Dobner	09:16 horas
11814	Wania Aline Figura	17 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.806

PORTARIA nº 23.806, de 28 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/03/2014 a 31/03/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	43 hs e 13 min
7982	Adriana Bento Grobe	04 hs e 36 min
11866	Alcides Moraes Lemos	03 hs e 55 min
3421	Adriana Aparecida Pavloski	13 hs e 11 min
10463	Alice Regina Sturmer Blank	01 hs e 56 min
1771	Aurélio Luiz Arrabar	39 hs e 30 min
11937	Dirce Teresinha Montovani	03 hs e 10 min
11860	Edemir Januario da Costa	10 hs e 35 min
12021	Eliane Gouveia	09 hs e 52 min
12762	Eliane Aparecida dos Santos Correa	32 hs e 45 min
11855	Eliane de Fátima Voitach	48 hs e 00 min
395	Elisabeth Mary Kinceler	04 hs e 19 min
7744	Elizandra Driedrich	07 Hs e 19 min
12055	Franciele Carneiro	10 hs e 54 min
4116	Graziella De Barba	01 hs e 38 min
200	Ilse Maria Schmidt Drissen	01 hs e 05 min
4418	Janete de Fátima Pereira	06 hs e 56 min
12058	Jéssica Coradi	05 hs e 21 min
1092	João Gomes Soares	01 hs e 29 min
12885	Lenise Heinzmann	04 hs e 57 min
10786	Lorete Aparecida Braun	03 hs e 47 min
5635	Luciano Caregnato	02 hs e 21 min

7784	Mara Rúbia Cordeiro	26 hs e 30 min
3273	Maria Estela Cavichioli	14 hs e 36 min
11974	Maria Aparecida Alves	03 hs e 48 min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	07 hs e 06 min
378	Maricelda Rita Tonieto	02 hs e 14 min
10461	Mirian Ficagna Rodrigues	03 hs e 16 min
11876	Miriane Aparecida Galvão Kunzel	04 hs e 40 min
12056	Matheus Moro	07 hs e 33 min
03	Mauricio Zini	03 hs e 19 min
11885	Paulina Voleinik	01 hs e 15 min
7735	Rosane Boff	08 hs e 00 min
3266	Roselaine Aparecida Roesner	02 hs e 38 min
1053	Rosemaria Combin	18 hs e 02 min
12596	Rudyr Fausto Buba	14 hs e 45 min
11942	Sarita de Oliveira Zanoto	08 hs e 00 min
229	Sélia de Fátima Pandini	12 hs e 04 min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	14 hs e 07 min
11972	Sinara Salete Ribeiro Coelho	04 hs e 01 min
11963	Sirlene Ribeiro Tuchlinowicz	04 hs e 07 min
11871	Tatiana Moraes	30 hs e 00 min
11970	Tatiana dos Santos Oliveira Lyra	03 hs e 54 min
12795	Thiago Muniz de Lima	24 hs e 37 min
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	19 hs e 00 min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.785

PORTARIA Nº 23.785, de 23 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ROSINEI APARECIDA PEREIRA CARDOSO, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, no cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 07 de Abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.790

PORTARIA nº 23.790, de 24 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/03/2014 a 14/04/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
12857	Doraci Maia Ruppel	40h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	30h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h
15717	Iria dos Prazeres de Souza	20h
5791	Ivone Tibes de Lima	20h
13207	João Berthier Brasil Neto	52h
12892	Marcelo Vinicius Graeff	10h
1446	Otacílio de Jesus Amaral	17h
13206	Simone Casagrande	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria Nº 23.791

PORTARIA nº 23.791, de 24 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/03/2014 a 14/04/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	60h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	120h
13201	Gerson José Teles de Souza	60h
13207	João Berthier Brasil Neto	60h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h
7746	Santina Piacentini	232h
13206	Simone Casagrande	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 24 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria Nº 23.811

PORTARIA Nº 23.811, de 29 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas justificadas referentes ao período de 13/03/2014 a 12/04/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
12998	Alessandra Boeira	EMEB Morada do Sol	05 dias
12895	Dayane Trancoso Telles de Lima	EMEB Hilda Granemann de Souza	03 dias
13090	Enemir Corozzolla	EMEB Alcides Tombini EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	08 dias
4263		EMEB Henrique Julio	
13256	Franciele Marin Menzel	Berger	03 dias
3378	Iliane Silvia Pagotto dos Santos	EMEB Ulysses Guimarães	27 dias
3394	Janete Morais Nhaia	EMEB Henrique Julio Berger	12 dias
4268			3 dias
13105	Juliana Velasques Ferreira	EMEB Pierina Santin Perret	e ½
13241	Melina Pereira Scalabrin	EMEB Ulysses Guimarães	04 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.810

PORTARIA Nº 23.810, de 29 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente ao período de 13/03/2014 a 12/04/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
--------	------	--------	--------

13231	Dayane Trancoso Telles de Lima	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13226	Ivani Zarzeka	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
12905	Jailson de Oliveira	CEM Professora Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
1302	José Osni Garipuna	EMEB Hilda Granemann de Souza	04 dias
12979	Maria da Glória Gomes Pereira	EMEB Ulysses Guimarães	09 dias
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
8428	Roseli Bora	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 23.961

PORTARIA Nº 23.961, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal EDSON DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 29 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.834

PORTARIA Nº 23.834, de 02 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR NULO OS EFEITOS da Portaria nº 19.438, de 26 de Fevereiro de 2010, que Remover por Permuta as Servidoras ALZIRA SALETE PADILHA e LUCIA DE FÁTIMA PADILHA, conforme Orientação do Parecer nº 116/2014, expedido pela Procuradoria Geral do Município, no Processo Administrativo nº 4.575/2014, com efeitos retroativos a 26 de Fevereiro de 2010.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.927

PORTARIA Nº 23.927, de 23 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Saúde a Servidora Pública Municipal ANA CLAUDIA SERRA CARPES BIELA, matrícula 13312, ocupante do cargo de Fiscal de Postura, com carga horária 35 (trinta e cinco) horas semanais, para exercer suas funções junto a Vigilância Sanitária, a contar de 23 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú**PREFEITURA****Resultado do PR 14/14 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2014-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 12 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

PR 15/14 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2014-FUNDESB
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (GEOTEXTIL) PARA SER APLICADO NAS JUNÇÕES DAS TUBULAÇÕES E GALERIAIS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 30 (Trinta) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 12/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2014-FMAS
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, ATRAVÉS DAS CASAS DA COSTURA, PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 30 (Trinta) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de

Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata de Registro de PR 54/14 - PMC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 054/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 032/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA EM HORA MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA, CONFECÇÃO DE VALAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS EM REDES PLUVIAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/06/2015
1ª Publicação.

PR 3/14 - FMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2014-FMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR O SERVIÇO DE DECORAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ AFIM DE APRIMORAR O AMBIENTE, LOCAL ESTE, VISITADO PELA POPULAÇÃO E PARA EVENTOS "CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E MOSTRA DE CINEMA". CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 30 (Trinta) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Pregão Eletrônico 17/2014 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2014

MODALIDADE PREGÃO (Eletrônico), como Registro de Preços

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, do Decreto Municipal nº 4.116 de 21 de março de 2006, que Regulamento o Sistema de Registro de Preços no Município de Campo Alegre, na modalidade PREGÃO (Eletrônico) como Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792 de 03 de julho de 2007, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 13/06/2014, às 9 horas e 45 minutos do dia 27/06/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 27/06/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

1- DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores - INTERNET.

1.2 - A realização do procedimento estará a cargo do Serviço de Suprimentos e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto a Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, acessando o seguinte endereço: <http://www.cidadecompras.com.br/> e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2 - O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 - A Administradora do Pregão Eletrônico, conjuntamente com serviço de Suprimentos darão sequência ao processo de Pregão.

1.5 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1 - O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

2 - DOS PROCEDIMENTOS

2.1- Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1 - Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento indicando uma única marca para o produto ofertado, dos materiais constantes do Anexo I do Edital.

2.2 - O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4 - O julgamento das propostas será feito pelo menor valor de acordo com o especificado no Anexo I.

2.5 - O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6 - O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1 - No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9 - Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.10 - Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da menor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme

documentação exigida no item 7, na forma descrita no item.

2.11 - Após análise do menor lance, bem como da possibilidade de desempate nos termos dos artigos 44 e 45 da LC 123/06, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.11.1- Poderão se beneficiar do disposto na LC 123/06 todas as empresas cujos lances situarem-se dentro do limite estabelecido no artigo 44, § 2º da lei supracitada, ainda que, encerrada a sessão pública, não tenham vencido nenhum item.

2.11.2 - Somente poderá ser deferida a possibilidade de desempate às empresas que:

a) no momento do envio das propostas declararem, no campo específico criado pelo cidade compras, a condição de EPP, ME ou Cooperativas;

b) apresentarem novos lances no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento de cada lance e declaração do vencedor.

2.11.3 - Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.12 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

3 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

3.1.1 - Caberá, ao Pregoeiro, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.2 - Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3 - A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

3.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

3.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

3.6 - A falta de manifestação do licitante de interpor recurso no decorrer da sessão pública de abertura do pregão, importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

4 - DO OBJETO

4.1 - O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para aquisição de pneus novos para manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde do município. A descrição dos produtos e quantidade consta do Anexo I, parte integrante deste Edital.

4.1.1 - Os pneus, câmeras de ar e protetores, deverão ser novos, não podendo ser recauchutados ou remoldados.

4.1.1.1- O prazo de garantia contra defeito de fabricação deverá ser de no mínimo 5 (cinco) anos para os pneus e de 3 (três) anos para câmeras e protetores.

4.1.2- A entrega deverá ser feita conforme solicitação do serviço de frotas, no prédio da Garagem da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sem custo adicional de frete ou outros, num prazo máximo 10 (dez) dias consecutivos, contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento (via fax ou e-mail).

4.1.2.1 - O material só será considerado aceito após conferência pelo responsável, ficando sujeito à substituição quando comprovada a preexistência de defeito, má fé do fornecedor, condições de transporte que comprometam a integridade do produto ou produto que não atenda as exigências mínimas estabelecidas neste Edital.

4.1.2.1.1 - Os produtos que eventualmente sejam entregues em desacordo com o estabelecido neste Edital, deverão ser repostos num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da intimação, sob pena de causar a automática desclassificação da empresa, sem prejuízo da adoção das penalidades previstas no presente Edital e no ordenamento jurídico aplicável à espécie.

4.1.3 - As despesas com a devolução dos produtos em situação irregular ficam por conta da respectiva empresa vencedora, que será intimada do prazo para a retirada dos produtos, sob pena de perda dos mesmos.

4.1.4 - O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM (preço unitário de cada item).

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - É vedada a participação de:

a - empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;

b - empresas sob processo de falência ou concordata;

c - empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

d - empresas consorciadas; e

e - empresas que não possuam atividade compatível com o objeto da presente licitação.

5.2 As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

6 - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1 - O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, após a vírgula com arredondamento, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

6.1.1 - O preço unitário poderá ser aceito com até quatro casas decimais, desde que o valor final atenda ao disposto no item 6.1.

6.2 - Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

6.3 - O pagamento da empresa vencedora será feito após a emissão do empenho e por etapa, após a efetiva entrega dos produtos, mediante a Nota Fiscal, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira deste Município.

6.4 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento das notas fiscais da parcela entregue, desde que conferido e aceito.

6.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.6 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

6.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.8- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 00.01.0099 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde.

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica; Programa: 58 - Vigilância em Saúde; Projeto: 2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epid.; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 00.01.0112 - PPI Epidemiológica.

7- DA HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, ao final da Sessão Pública, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, através do fax (47) 3632-2266, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a Sessão, prorrogável por igual prazo a critério da Administração, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços, juntamente com a planilha (Proposta Financeira) do(s) item(s), contendo os valores (unitários e totais), descrição e marca/modelo, onde o valor deverá ser igual ou menor ao lance vencedor, conforme dispõe o item 7.1.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em cópias autenticadas, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o Serviço de Licitações, Rua Cel. Bueno Franco 292, Centro Campo Alegre/SC.

7.1.1 Na proposta financeira deverá ser indicado o nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas, bem como deverá constar o nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário.

7.1.2 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurar a Serviço de Licitações, Rua Cel. Bueno Franco 292, Centro Campo Alegre/SC, após a confirmação do vencedor para proceder a autenticação.

7.1.4 Os documentos deverão ser apresentados na ordem estabelecida no edital e numerados, não devendo ser entregues soltos.

7.1.5 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.1.6 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO e a PLANILHA DOS ITENS deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dados:

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS - PREF CAMPO ALEGRE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2014 FMS
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

7.2 - Cópia do contrato social ou Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do respectivo Estado.

7.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1.1 - Contrato social, ou documento constitutivo.

7.2.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

7.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.2.2.2 - Certidão Conjunta de Débitos e Tributos Federais;

7.2.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

7.2.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

7.2.2.5 - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, ou conjunta, na forma da lei;

7.2.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

7.2.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.2.3 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.2.3.1 - Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo constante do ANEXO II;

7.2.3.2 - Declaração da licitante, subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO II

7.2.3.3 Atestado (s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução de fornecimentos similares e compatíveis com o objeto da licitação.

7.2.3.4 - Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação,

observada as mesmas condições propostas pela vencedora.

7.2.3.5 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

8 - DO PRAZO PARA ENTREGA

8.1- O Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, quando não houver recurso. Ficará a cargo da Autoridade Competente, adjudicar o objeto quando houver interposição de recursos e, homologará o resultado da licitação. O vencedor terá até 10 (dez) dias consecutivos contados do recebimento do pedido (autorização de fornecimento), através de fax ou e-mail, para realizar a entrega.

8.2 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia posterior ao dia de abertura do Pregão.

8.3 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta e no prazo e condições estabelecidas no item 8.1, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a receber a Autorização de Fornecimento, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

8.4 - Decorrido o prazo do item 8.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado, será ele considerado como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

8.4.1 - multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

8.4.2 - impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.4.3 - A multa de que trata o item 8.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9 - DAS PENALIDADES

9.1- O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

a) o prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação;

b) caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial;

c) as penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no cidade compras, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;

d) somente a autoridade que registrou as penalidades no cidade compras poderá fazer a sua retirada.

9.2 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de

execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei

8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

9.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

9.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 9.2, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

9.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração, relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Pregoeiro, o qual o encaminhará à Secretaria requisitante do presente processo licitatório que deverá decidir sobre os mesmos no prazo de 03 (três) dias úteis.

10 - DAS OBRIGAÇÕES

10.1 - Do Município:

- 10.1.1 - Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 10.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 10.1.3 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 10.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada conforme disposto no item 6.3, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 10.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10.2 - Da Empresa Vencedora:

- 10.2.1 Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 10.2.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 10.2.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 10.2.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 10.2.5 Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 10.2.6 Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

11 - DA ENTREGA E DO PRAZO

11.1- Os produtos deverão ser entregues, conforme a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Frotas, através de Autorização de Fornecimento enviada para a empresa vencedora. O prazo para entrega é de 10 (dez) dias consecutivos.

11.2- Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

12.2- A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

12.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.5 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.6 - Os casos omissos no presente Edital serão analisados de acordo com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes à matéria.

12.7 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de São Bento do Sul/SC com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto O Setor de Licitações-. pelo telefone: (47) 3632-2266, bem como o envio de documentação, serão atendidos durante o expediente, de segunda a sexta-feira das 08h as 12h e das 13h às 17h, ou ainda no e-mail compras@campoalegre.sc.gov.br.

12.9 - Fazem parte deste Edital:

- ANEXO I - Modelo de Planilha para a apresentação da Proposta;
- ANEXO II - Modelo Declaração;
- ANEXO III - Minuta Ata de Registro de Preços;
- ANEXO IV - Valor Estimado.

Campo Alegre, 12 de março 2014.

Carolina da Costa Telma

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Edital devidamente aprovado pela assessoria jurídica deste Município, conforme fl. 26 constante do processo licitatório em epígrafe, em cumprimento ao § único, art. 38, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

ANEXO I

(Processo Licitatório nº 17/2014, modalidade Pregão Eletrônico)

MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	60	Unid.	Pneu novo 175/70R 13 radial				
02	24	Unid.	Pneu novo 205/75R 16C radial				
03	36	Unid.	Pneu novo 185R/14C radial				
04	24	Unid.	Pneu novo 185/65R 14C radial				
05	12	Unid.	Pneu novo 205/70R 15C				
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						R\$	

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO (ou identificação) E ASSINATURA:ANEXO II
(Processo Licitatório nº 17/2014, modalidade Pregão Eletrônico)

MODELO DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº, declara,
perante à Lei, que até a presente data:
a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;
e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e
f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

Cidade - (UF), de de 2014.

(nome do representante legal)

ANEXO III

(Processo Licitatório nº 17/2014, modalidade Pregão Eletrônico)

MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital.

Aos ____ dias do mês de ____ de 2014 no Serviço de Suprimentos

do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual _____, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa _____, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 17/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.
As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)

Pregoeiro Municipal
Representante legal da empresa

ANEXO IV
(Processo Licitatório nº 17/2014, modalidade Pregão Eletrônico)
VALOR ESTIMADO

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	60	Unid.	Pneu novo 175/70R 13 radial	R\$ 215,00	R\$ 12.900,00
02	24	Unid.	Pneu novo 205/75R 16C radial	R\$ 560,00	R\$ 13.440,00
03	36	Unid.	Pneu novo 185R/14C radial	R\$ 310,00	R\$ 11.160,00
04	24	Unid.	Pneu novo 185/65R 14C radial	R\$ 285,00	R\$ 6.840,00
05	12	Unid.	Pneu novo 205/70R 15C	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 49.140,00	

Portaria Nº 10.994 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.994 DE 11 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, RENINA DAS GRAÇAS CORDEIRO DA CRUZ DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000089, Registro no Sistema Sob nº 295480, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 1.075,33 (um mil, setenta e cinco reais e trinta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 18 de março de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 83,68 (oitenta e três reais, sessenta e oito

centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de março de 2014, já descontado o valor de R\$ 10,34 (dez reais, trinta e quatro centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 20,68 (vinte reais, sessenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.995 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.995 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, Matrícula Funcional nº 0202, Registro no Sistema Sob nº 308130, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 13,53 (treze reais, cinquenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2014, já descontado o valor de 1,65 (um real, sessenta e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 3,30 (três reais, trinta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.996 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.996 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, Matrícula Funcional nº 0202, Registro no Sistema Sob nº 308130, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 13,53 (treze reais, cinquenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2014, já descontado o valor de 1,65 (um real, sessenta e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 3,30 (três reais, trinta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.997 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.997 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO

PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, LÚCIA SALETE KUJASKY, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema Sob nº 297000, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 1.075,33 (um mil, setenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 27,89 (vinte e sete reais, oitenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2014, já descontado o valor de 3,45 (três reais, quarenta e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 6,89 (seis reais, oitenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.998 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.998 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, NADIR BUENO TELMA, matrícula funcional nº 000218, registro no sistema sob o nº 227501, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual,

passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência F para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 1.013,60 (um mil, treze reais, sessenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 03 de fevereiro de 2011.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, serão pagos os valores correspondente a Progressão concedida a partir do mês de fevereiro de 2011, devidamente corrigidos os quais constam na Portaria nº 10.999 de 11 de junho de 2014, já descontados os valores referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL e o valor referente a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de Junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.999 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.999 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, NADIR BUENO TELMA, Matrícula Funcional nº 000218, Registro no Sistema Sob nº 227501, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 1.043,99 (um mil, quarenta e três reais, noventa e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de março de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, serão pagos os valores correspondentes as seguintes Progressões: Vertical concedida através da Portaria nº 10.998 de 11 de junho de 2014 e Horizontal Por Desempenho Profissional, ambas devidamente corrigidas, apurado o valor total de R\$ 159,99 (cento e cinquenta e nove reais, noventa e nove centavos), já descontado o valor de R\$ 19,77 (dezenove reais, setenta e sete centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 39,55 (trinta e nove reais, cinquenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2011 e 03 de março de 2014 respectivamente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.000 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.000 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de novembro de 2013.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, no valor de R\$ 2.463,74 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais, setenta e quatro centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 510,93 (quinhentos dez reais, noventa e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de novembro de 2013, já descontado o valor de R\$ 63,15 (sessenta e três reais, quinze centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 126,30 (cento e vinte e seis reais, trinta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.001 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.001 DE 11 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - SIRLEY MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000159, Registro no Sistema sob nº 299040, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de maio de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência E, no valor de R\$ 2.692,20 (dois mil, seiscentos e noventa e dois reais, vinte centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 69,78 (sessenta e nove reais, setenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de maio de 2014, já descontado o valor de R\$ 8,63 (oito reais, sessenta e três centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 17,25 (dezesete reais, vinte e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.002 de 11 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.002 DE 11 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - SILVANIRA TELMA, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09 de abril de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência E, no valor de R\$ 2.692,20 (dois mil, seiscentos e noventa e dois reais, vinte centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 139,57 (cento e trinta e nove reais, cinquenta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 09 de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 17,25 (dezessete reais, vinte e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 34,50 (trinta e quatro reais, cinquenta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.003 de 12 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.003 DE 12 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e

Capacitação a Servidora Pública Municipal - NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000059, Registro no Sistema sob nº 293510, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência E, no valor de R\$ 2.692,20 (dois mil, seiscentos e noventa e dois reais, vinte centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 348,92 (trezentos e quarenta e oito reais, noventa e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de janeiro de 2014, já descontado o valor de R\$ 43,13 (quarenta e três reais, treze centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 86,25 (oitenta e seis reais, vinte e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.004 de 12 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.004 DE 12 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, ocupante do Cargo Público de Professor, no desempenho da função de Professor "extinção", Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de maio de 2013.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 1, Referência I, para o Nível de Vencimento 1, Referência J, no valor de R\$ 1.898,87 (um mil, oitocentos e

noventa e oito reais, oitenta e sete centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 324,77 (trezentos e vinte e quatro reais, setenta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 16 de maio de 2013, já descontado o valor de R\$ 40,14 (quarenta reais, quatorze centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 80,28 (oitenta reais, vinte e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.005 de 12 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.005 DE 12 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - SOLANGE REGINA DOS PASSOS, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de abril de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, no valor de R\$ 2.537,66 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais, sessenta e seis centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 131,58 (cento e trinta e um reais, cinquenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 15 de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 16,26 (dezesseis reais, vinte e seis centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 32,52 (trinta e dois reais, cinquenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.006 de 12 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.006 DE 12 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação ao Servidor Público Municipal - PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, ocupante do Cargo Público de Professor VIII, no desempenho da função de Professor de Geografia (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954546, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06 de abril de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P1, Nível de Vencimento 1, Referência B, para o Código P1, Nível de Vencimento 1, Referência C, no valor de R\$ 1.057,36 (um mil, cinquenta e sete reais, trinta e seis centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 54,82 (cinquenta e quatro reais, oitenta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 06 de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 6,78 (seis reais, setenta e oito centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 13,55 (treze reais, cinquenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 12/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.007 de 12 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.007 DE 12 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação ao Servidor Público Municipal - PAULO ALEXANDRE CRISTOFF, ocupante do Cargo Público de Professor IX, no desempenho da função de Professor de História (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000571, Registro no Sistema sob nº 954736, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de abril de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P1, Nível de Vencimento 1, Referência B, para o Código P1, Nível de Vencimento 1, Referência C, no valor de R\$ 1.057,36 (um mil, cinquenta e sete reais, trinta e seis centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 54,82 (cincoenta e quatro reais, oitenta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 16 de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 6,78 (seis reais, setenta e oito centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 13,55 (treze reais, cinquenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - PP 53/2014 Prefeitura Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01 de julho de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE UTENSÍLIOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME RELAÇÃO ANEXO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 11 de junho de 2014.
Prefeito Municipal
Nelson Cruz

Decreto Nº 7.036/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.036/14 DE 11/06/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.053 - Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
Elementos de despesa: 31 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0049.000000 - Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do projeto e atividade abaixo:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.053 - Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
Elementos de despesa: 3 - 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0049.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 11 de junho de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.035/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.035/14 DE 10/06/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 - Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 147 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0089.000000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, provenientes da Alienação de Bens no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de junho de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria 044/2014

PORTARIA SAMAE CNO 044/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Designar comissão para acompanhamento, recebimento e fiscalização da obra decorrente da Licitação nº 10/2014, Contrato nº 019/2014, Tomada de Preços nº 05/2014, referente contratação de empresa para construção de todos os elementos pertinentes ao pleno funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Aparecida. A Comissão será integrada pelo Coordenador Geral, Sr. Giovane Luiz de Alvarenga, sendo que o mesmo será o presidente desta comissão, pelo Engenheiro, Sr. Eduardo Bello Rodrigues e pelo Chefe de Redes e Ramais - Esgoto, Sr. Altamir Boff, ambos designados como vogais.

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Edital 71/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 71/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial 57/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à contratação de 90 horas de serviços de empresa especializada, para promover formação continuada de professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, conforme descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 27 de junho 2.014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 12 de junho de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Homologação dos Processos Licitatórios N. PMC 63/2014 E N. PMC 67/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/06/14

CONTRATADO: KERBER E CIA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO

TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL,

COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL

E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS

PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 332.500,00 (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais)

DATA: 12/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/06/14

CONTRATADO: PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA

DE RECARGA, RETESTE E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES

DESTINADAS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E

FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 265.294,00 (duzentos e sessenta e cinco mil duzentos e noventa e quatro reais)

DATA: 12/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

Publicação da Retificação do 2º Termo Aditivo do Termo de Contrato N. PMC 33/2013

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO DO TERMO

DE CONTRATO N.º PMC 33/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 142/2012

TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 36/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público a retificação do 2º termo aditivo referente ao contrato n.º PMC 33/2013. Data da retificação: 22/05/2014. Objeto Contratado: OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS NENE PEREIRA, AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, MIGUEL DAMORUS, JOSÉ LULU VIEIRA E JOÃO MARIA DOS SANTOS. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. ONDE SE LÊ: CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS -O prazo máximo para execução dos serviços previstos no contrato, que eram de 09 (nove) meses consecutivos a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, passará a ser de 15 (quinze) meses consecutivos com vigência até a data 11/06/2013. LEIA-SE: CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS - O prazo máximo para execução dos serviços previstos no contrato, que eram de 09 (nove) meses consecutivos a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, passará a ser de 15 (quinze) meses consecutivos com vigência até a data 11/06/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.126/2014

LEI Nº 3.126, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Institui o Plano Municipal de Cultura de Capinzal para 2013/2023.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Capinzal para o período de 2013/2023, constante no Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Anexo Único

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAPINZAL

Apresentação

Neste início de século as grandes cidades do mundo estão passando por profundas transformações, se renovando, se reinventando e ao mesmo tempo, na construção de suas identidades, buscando se reencontrar com as suas origens, com o seu passado. Neste processo complexo e conflitante, num ambiente de múltiplos tensionamentos, a cultura surge como o grande fator de criatividade e humanização do ambiente urbano, de coesão entre os diversos grupos e indivíduos que convivem nos seus espaços, se constituindo no verdadeiro elo de relacionamento entre o seu passado e futuro.

Capinzal viveu este momento e tem sido palco, nos últimos anos, de uma rica experiência de gestão cultural privada onde a cidade vem sendo repensada com ousadas propostas nas quais a cultura ocupa um papel de centralidade, precisamos contudo de políticas públicas implementadas em todas as suas áreas, com as mais diversas expressões e manifestações sendo devidamente valorizadas, com a cidade conquistando visibilidade como um importante polo cultural, se consolidando como a "A cidade que faz e preserva cultura" e entrando definitivamente nos circuitos nacionais e internacionais do setor registrando seus veículos e preservando seus costumes.

Este Plano representa o início de um ciclo, com um Plano Estratégico de Gestão Cultural para a cidade de Capinzal, onde estas políticas públicas de cultura, construídas democraticamente com a sociedade passem a ser consolidadas pelo Legislativo Municipal como Políticas de Estado de Direito.

É o principal legado que a atual Gestão e o Conselho Municipal de Política Cultural deixam à cidade de Capinzal, definindo conceitos e princípios de política cultural, apresentando um amplo diagnóstico e apontando os desafios a serem superados, pensando e estruturando o desenvolvimento cultural da cidade no horizonte dos próximos dez anos. Propondo uma política de transversalidade onde a cultura atue integrada às outras áreas da gestão e interagindo com a dinâmica da cidade e dos seus cidadãos.

Com este Plano Capinzal segue seguro no caminho de outras cidades do mundo que já têm uma tradição de planejar estrategicamente a gestão da cultura. As experiências destas cidades foram referenciais importantes na formulação de base deste documento. O significado deste Plano Municipal transcende a cidade de Capinzal e representa, também, uma importante contribuição à construção do Sistema Nacional de Cultura, estimulando outras cidades a seguirem o seu exemplo.

Este grande desafio foi vencido pelo total envolvimento dos integrantes de nossa equipe e de outros órgãos governamentais e, principalmente, dos representantes da sociedade civil, em todas as etapas de sua construção feita em Plenária.

Nos sentimos muito orgulhosos por este processo e pelo excelente produto resultante desta ousadia democrática.

Luiz Alcides Bareta Dambrós

Diretor de Cultura e Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

Plano Municipal de Cultura de Capinzal

1. Introdução

A Importância do Plano Municipal de Cultura

Os Planos Municipais, Estaduais e Nacional são peças fundamentais para a consolidação das políticas públicas de cultura como políticas de Estado, no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Este Plano Municipal de Cultura consolida o processo em curso na cidade de Capinzal.

Elaborado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, resulta do Plano Estratégico de Gestão Cultural para a Cidade de Capinzal, das diretrizes aprovadas na Plenária Final da Conferência Municipal de Política Cultural de Capinzal, das ideias e propostas apresentadas por intelectuais, artistas, produtores, gestores públicos e privados e dos cidadãos capinzalenses que participaram dos Fóruns Permanentes, dos debates públicos e das Pré-Conferências que antecederam a Conferência Municipal e, especialmente, das contribuições dos conselheiros que participaram das Comissões Temáticas responsáveis pelo aprofundamento das discussões sobre os seus cinco eixos estratégicos e das reuniões do Pleno que o aprovou, após um amplo, rico e democrático debate.

Construído democraticamente pelo Poder Público e Sociedade Civil representa a institucionalização das políticas públicas de cultura que agora ultrapassam o patamar de Políticas de Governo para tornarem-se Políticas de Estado. Este Plano significa a consolidação de um grande pacto político no campo da cultura que, transformado em Lei pela Câmara de Vereadores, dará estabilidade institucional, assegurando a continuidade das políticas públicas de cultura.

O Plano define os conceitos de política cultural, apresenta diagnósticos e aponta os desafios a serem enfrentados em cada área cultural da cidade de Capinzal, formula diretrizes gerais e estrutura a intervenção do governo municipal através de cinco programas estratégicos que agrupam tematicamente os planos, programas, projetos e ações a serem implementados nos próximos anos.

O Plano constitui o Sistema Municipal de Cultura e representa uma importante contribuição de Capinzal para implementação do Sistema Nacional de Cultura, estimulando que outras cidades e estados brasileiros também elaborem seus Planos de Cultura.

Tem como referenciais norteadores, a nível internacional, a Agenda 21 da Cultura e a Convenção da Unesco sobre a Proteção e

Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, e, a nível nacional, a proposta do Plano Nacional de Cultura aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural. Considerou, ainda, a nível local, as diretrizes de política cultural expressas neste documento e nas suas variações a nível de Federação.

Foi importante, também, para a sua fundamentação os dados socioeconômicos e de gestão pública resultantes dos estudos e pesquisas de âmbito nacional, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Cultura, e, localmente, as informações coletadas como forma de pesquisa, apresentadas e aprovadas em Plenária.

2. Concepção da Política Cultural

O Papel do Estado na Gestão Pública da Cultura

A cultura é um direito fundamental do ser humano e ao mesmo tempo um importante vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social. É uma área estratégica para o desenvolvimento do país. Sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e na estruturação da economia da cultura, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Cada vez mais a cultura ocupa um papel central no processo de desenvolvimento das cidades, exigindo das gestões locais o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo. Políticas que valorizem as raízes históricas e culturais das cidades, que reconheçam e promovam a diversidade das expressões culturais presentes em seus territórios, que intensifiquem as trocas e os intercâmbios culturais, que democratizem os processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais, que trabalhem a cultura como um importante fator de desenvolvimento econômico e de coesão social.

Uma Concepção Ampla de Cultura

A cultura deve ser considerada sempre em suas três dimensões: 1) enquanto produção simbólica, tendo como foco a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; 2) enquanto direito de cidadania, com foco na universalização do acesso à cultura e nas ações de inclusão social através da cultura; e 3) enquanto economia, com foco na geração de emprego e de renda, no fortalecimento de cadeias produtivas e na regulação da produção cultural e dos direitos autorais, considerando as especificidades e valores simbólicos dos bens culturais. Adotar essa concepção implica em reconhecer a cultura como fenômeno plural e implementar uma política capaz de responder às demandas oriundas das suas diferentes manifestações, desde os conhecimentos e as artes tradicionais até os mais elaborados produtos culturais da alta tecnologia. É, exatamente na condição de sujeitos e produtores de cultura, encarada nessas três indissociáveis dimensões, que os cidadãos devem ser chamados a participar da elaboração da política cultural da cidade.

Esta concepção ampla de cultura implica em considerar todos os indivíduos, e não apenas os artistas, como sujeitos e produtores de cultura. É nesta condição de agentes culturais, que o conjunto dos cidadãos deve se constituir no foco das atividades e projetos da administração governamental.

Capinzal Multicultural - A Valorização da Diversidade

Uma política cultural democrática reconhece a existência de múltiplas culturas dentro de uma mesma sociedade. Entendendo a cidade como o grande cenário da produção cultural contemporânea - um espaço de liberdade e de encontro dos diferentes - deve

buscar estimular a autonomia dos diferentes grupos culturais, facilitar os canais de comunicação com o poder público e, principalmente, promover um diálogo intercultural envolvendo todos os atores presentes na cena cultural da cidade. Um diálogo que ultrapasse as fronteiras territoriais do município e se estenda à outras cidades do Estado, País e do mundo.

Ao Estado cabe reconhecer, valorizar, dar visibilidade e apoiar as múltiplas expressões culturais, contemplando as diversas manifestações: eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes; e, reconhecendo as dinâmicas inovadoras, também aquelas gestadas nos diferentes movimentos sociais - comunitários, religiosos, étnicos, de gênero, entre outros.

O conceito de uma autêntica multiculturalidade deve estar associado umbilicalmente à valorização da diversidade cultural e ao fortalecimento da democracia cultural.

A cidade de Capinzal teve uma formação histórica caracterizada pelo encontro das culturas indígenas, gaúchas e europeias, com a forte presença dos colonizadores italianos, e, posteriormente, ao longo dos últimos anos, de migrantes das mais diversas localidades do Brasil. A cena cultural capinzalense é resultante desse processo histórico e as políticas públicas devem buscar prioritariamente fortalecer a sua identidade como cidade multicultural, valorizando todas as suas expressões culturais tendo como meta estratégica para os próximos anos consolidar Capinzal como a "Cidade Multicultural".

3. Plano Estratégico de Gestão Cultural

Histórico

O Departamento de Cultura de Capinzal, elaborou e implementou o Plano Estratégico de Gestão Cultural para a Cidade de Capinzal, o qual foi enriquecido com a sociedade civil, através das diversas instâncias de participação propiciadas pelo Governo Municipal.

O Plano Estratégico adotou como princípios básicos que orientaram todas as suas ações, a pluralidade, a participação e a valorização da cultura local, definindo objetivos estratégicos para a gestão cultural da cidade e assinalando os principais pontos de mudança que deviam marcar a política cultural.

Objetivos Estratégicos da Política Cultural

- Desenvolver a cultura em todos os seus campos como expressão e afirmação de identidade.
- Democratizar o acesso e descentralizar as ações culturais, num movimento de mão dupla centro-periferia-interior / interior-periferia-centro.
- Inserir a cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda.
- Consolidar Capinzal no circuito nacional e internacional da cultura.

Principais Pontos de Mudança na Política Cultural

- Implementar um modelo de gestão moderna, transparente e democrática.
- Viabilizar uma política cultural ampla e integrada no espaço interno.
- Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local.
- Estimular, através da cultura, o exercício da cidadania e da

autoestima dos capinzalenses, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade.

4. Recursos para a Cultura

Evolução do Orçamento da Cultura em Capinzal

Inserida no orçamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes a evolução prevê em seu devido espaço de tempo a criação de uma Secretaria de Cultura que irá gerir através de recursos próprios as suas prioridades determinadas e elencadas através do Plano Municipal de Cultura saindo do percentual de 1,33% do Orçamento do Município, para 3,73 % no ano de sua criação. Anualmente, se somarão a este orçamento os recursos do Sistema de Incentivo à Cultura, provenientes de renúncia fiscal do Município. Com a criação, na estrutura da Secretaria de Cultura, da Diretoria de Captação de Recursos e Marketing Cultural será possível com o seu trabalho ampliar ainda mais os recursos para a cultura, através de convênios com instituições governamentais e de patrocínios de empresas públicas e privadas. O SIC acrescenta ao orçamento da cultura, anualmente, recursos em torno de 2,0% e os patrocínios e convênios, em torno de 10,0% do orçamento da futura Secretaria de Cultura. É importante ressaltar, ainda, que outros órgãos da Prefeitura de Capinzal também investem na cultura, porém suas ações deverão ser norteadas pela aprovação do Conselho Municipal de Cultura.

Recursos do SIC - Sistema de Incentivo à Cultura

O Sistema de Incentivo à Cultura de Capinzal, que será instituído através de Lei, realizará, anualmente, uma seleção de Projetos Culturais através de Edital Público, utilizando a modalidade do mecenato, com o uso do mecanismo da renúncia fiscal do ISS, pelo Município. A Lei atual prevê como limite da renúncia o valor correspondente a 1,0% da receita do ISS do ano anterior. Outras iniciativas devem ser tomadas para estimular que todos os segmentos tenham uma participação no Edital e na partilha dos recursos, como a inclusão do artesanato, design, artes digitais, formação cultural, entre outros, bem como para promover as alterações necessárias para compatibilizá-la com as novas políticas culturais, especialmente às referentes ao financiamento público da cultura.

É urgente a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura, já previsto na atual legislação, inclusive para possibilitar as transferências de recursos dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura, como é previsto no processo de funcionamento do Sistema Nacional de Cultura. Orienta-se que o valor autorizado para captação percentual seja de, no mínimo, 1,00%, a posição mais equilibrada é dividir os recursos do SIC, permanecendo com 0,5% para o mecenato e disponibilizando mais 0,5% para o Fundo Municipal de Cultura, atingindo o mínimo de 1,00% proposto e possibilitando com o seu funcionamento a ampliação dos Editais Específicos para as diversas áreas da cultura, contemplando especialmente aquelas iniciativas de grande importância cultural e de pouco potencial de captação por não serem do interesse mercadológico das empresas.

No plano nacional, é importante assinalar as mudanças previstas para a Lei Rouanet e a criação de novos mecanismos de financiamento, a serem realizadas pelo Ministério da Cultura e, a nível local, as mudanças já implementadas nos dois últimos anos pelo Governo do Estado, através da SOL, com alterações no processo e nos critérios de seleção do Funcultural e, principalmente, com o aumento significativo dos recursos disponibilizados para os Editais Públicos.

Recursos de Patrocínios e Convênios

Os recursos provenientes de patrocínios são captados junto às

empresas públicas e privadas com a utilização da Lei Rouanet ou através de recursos de marketing direto das empresas. A captação via Lei Rouanet poderá ser iniciada imediatamente após a criação do Fundo Municipal de Cultura, tendo um crescimento gradativo e previsto com base na captação. Deverá ter peso consistente, representando parcela significativa dos recursos. A via marketing direto e a de convênios deverá representar variação ilimitada. Com relação à participação das empresas, tanto via Lei Rouanet quanto por marketing direto há probabilidade de uma presença um pouco maior de empresas estatais.

Composição do Orçamento da Diretoria de Cultura

Na composição do orçamento da Diretoria de Cultura os itens que apresentam os maiores custos são os referentes aos eventos dos ciclos culturais e à promoção de ações culturais que, juntos, somam percentuais de relevância e a seguir vem o item pessoal. Estes itens devem representar cerca de 80,00% do orçamento, restando apenas 20,00% para os demais.

Evidencia-se a necessidade de um reequilíbrio na composição do orçamento, com uma melhor distribuição dos recursos disponíveis, a fim de possibilitar que o conjunto dos projetos/atividades possa ser desenvolvido e as ações previstas realizadas.

Posicionamento de Capinzal no Plano Cultural

Com a economia da cultura crescendo num ritmo mais acelerado que o conjunto da economia mundial e a cultura ocupando um papel cada vez mais importante no desenvolvimento das cidades, esta área passou a ser tratada com prioridade pelos governos das mais importantes cidades do mundo, com reflexo direto na ampliação dos recursos destinados à cultura nos seus orçamentos. Nos reflexos da contemporaneidade as ações culturais revertem em benefício das administrações, bem como sua visibilidade, seu turismo e sua aceitação perante às comunidades em que se inserem. Não obstante das probabilidades, a cultura tem exercido papel fundamental para a sociedade civil manifestar-se de forma contundente as suas maiores necessidades. É fato, que nenhum cidadão quer sentir-se afastado de seus costumes e hábitos. Que nenhuma comunidade se sente satisfeita quando seus propósitos de atividades são afastados ou que suas metas de qualidade de vida estão à margem do aceitável ou que sua história é negligenciada pelo poder público. Toda e qualquer manifestação de nossa cultura deverá ser posicionada de forma regular e respeitada para o fiel cumprimento das diretrizes básicas que norteiam o convívio social, o que para tanto se fazem justificar os investimentos municipais na previsão orçamentária e nas políticas públicas que regem a cultura.

5. Diagnósticos e Desafios

Economia da Cultura

Hoje, num mundo globalizado, com o avanço tecnológico dos meios de transporte que encurtam cada vez mais as distâncias entre as cidades e, especialmente, dos meios de comunicação que possibilitam a circulação instantânea das informações a todos os pontos do planeta, a cultura passou a ser um dos ativos mais fortes da nova economia mundial, seja como conteúdo das informações veiculadas nos meios de comunicação, seja pela força das indústrias culturais no mercado global, seja pela crescente expansão do turismo cultural.

Capinzal, desde sua formação, abriga povos das mais diversas procedências, portadores de credos, valores e culturas diferenciadas. Esta diversidade propiciou a formação de uma cidade culturalmente rica e múltipla, com uma intensa e criativa produção cultural em todas as linguagens artísticas e uma fortíssima cultura popular.

Toda esta imensa riqueza cultural a situa numa excelente posição no novo cenário da cultura e da economia mundial e representa, hoje, um enorme potencial de desenvolvimento para a cidade com a criação de oportunidades para seus artistas, a restauração dos seus monumentos e bens culturais, a promoção da renovação urbana e da requalificação dos seus espaços públicos, o desenvolvimento das suas indústrias culturais, o incremento do turismo cultural e, especialmente, a melhoria material e espiritual dos seus habitantes.

Dois projetos estruturadores, tendo a cultura como eixo central, com papéis diferenciados e complementares, são fundamentais para a viabilização deste processo de desenvolvimento: o Complexo Centro de Eventos com sala de cinema e apoios e a implantação do Centro de Referência Multicultural de Capinzal que ampliará e implantará cursos de capacitação e oficinas permanentes.

O Plano do Centro de Referência Multicultural de Capinzal propõe um conjunto de ações estratégicas, apontando as intervenções prioritárias e a integração dos programas já existentes; as diretrizes de uso e ocupação de área com os usos e atividades recomendados e também os indicativos e regulação. Propõe ainda um modelo de gestão, com a definição dos papéis dos diferentes agentes públicos e privados que atuam na área e as formas de cooperação entre eles, bem como a participação da sociedade no processo.

No seu território, localizado na área central de Capinzal, encontram-se os bens mais significativos do patrimônio cultural material e imaterial de Capinzal. Tem como maiores referências A Estação Ferroviária e seu entorno, a Ponte Pênsil e a Ponte de Pedra da Estrada de Ferro como Marco Zero, berço da cidade, com sua área central, casarios ecléticos e extraordinária beleza da paisagem natural.

Possui ainda uma significativa concentração de equipamentos de grande porte já implantados e em implantação, voltados para a cultura, lazer, eventos, comércio, tecnologia, comunicação e uma enorme capacidade para atrair novos investimentos.

Por sua localização privilegiada e a existência de consideráveis áreas subutilizadas ou vazias, conta, hoje, com o maior volume de investimentos públicos e privados na cidade, se constituindo na área com maior potencial de desenvolvimento cultural. Observa-se entretanto que a área ainda desarticulada de interesses públicos, propõem uma substancial demanda de interesses ao que se observa necessários e fundamentais, como a revitalização da ferrovia e a exploração turística e cultural de todo seu entorno como fator de benefício social para toda a comunidade e visitantes.

Hoje, o nosso maior desafio é retomar o Modelo de Gestão, implementando um Núcleo Gestor integrado pelos Governos Municipal de Capinzal, o Governo de Santa Catarina e o Governo Federal, para definição conjunta do formato de uma ação responsável pelo desenvolvimento das operações urbanas e demais ações necessárias à sua modernização e instalação de um futuro voltado para a cultura e o turismo, visando facilitar o desenvolvimento de obras integradas para o bem comum de nosso município.

O Programa Multicultural de Capinzal, através dos eventos, feiras e demais manifestações, tem por objetivo central formar produtores, artistas e pessoal técnico para o novo cenário da economia da cultura na cidade de Capinzal. Tem como público alvo prioritário os jovens na faixa etária compreendida entre os 12 e os 25 anos, particularmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social - expostos a drogas, violência e marginalidade - visando despertar o interesse pela cultura e capacitá-los para atuar no mercado cultural. O Programa busca valorizar as manifestações culturais de cada lateralidade, contribuir para a criação, fortalecimento, formação

e articulação de redes culturais entre os grupos locais, estimular a pesquisa e a instalação de centros de referência e memória e criar espaços para elaboração de políticas de promoção de direitos culturais das comunidades.

A partir do Cadastro Cultural da Cidade e do perfil sócio econômico, histórico-cultural e urbanístico, é feito o mapeamento da região. São relacionados os artistas, produtores e instituições que atuam na área cultural e os locais apropriados para as atividades e eventos. A partir destas informações são identificados os potenciais participantes para cursos, oficinas e eventos, bem como os parceiros, em um processo amplamente debatido e decidido entre gestores e comunidade.

Ao final de cada mapeamento é realizado o Edital Multicultural onde acontecem investimentos em apresentações culturais e são expostas e/ou comercializadas as produções das oficinas.

A etapa mais avançada do Programa consiste, dentro de uma política de descentralização cultural, na implementação dos pontos de cultura, constituída por equipamentos culturais de grande porte e alta qualidade, voltadas para formação, produção e difusão cultural, localizados nas diversas áreas da cidade, interior e bairros. Os pontos de cultura são centros de referência e articulação da produção cultural de cada e pontos de conexão desta produção com os circuitos culturais e turísticos da cidade, inserindo-os nas cadeias produtivas da economia da cultura.

Os grandes desafios do Programa Multicultural, nos próximos anos, são: implementar os Pontos de Cultura, construir um modelo pedagógico que atenda às especificidades da formação cultural básica e se articular com centros de nível médio e superior, possibilitando uma formação continuada dos alunos, assegurando uma maior qualificação profissional e a consequente inserção no mercado cultural. Para vencer estes desafios é imprescindível uma maior articulação com os demais órgãos governamentais municipais, estaduais e federais envolvidos com estas questões, para numa atuação conjunta, como é prevista no Sistema Nacional de Cultura, construir um plano de formação cultural integrado.

A compreensão do papel estratégico que a cultura pode desempenhar para o desenvolvimento da cidade é fundamental para a definição das políticas públicas para a área, especialmente para os investimentos públicos e privados para o setor.

A maior barreira para o desenvolvimento da economia da cultura na cidade de Capinzal continua sendo a visão limitada que grande parte dos atores da política e da economia local tem da cultura, vendo apenas o seu papel simbólico, dando, ainda, pouca importância à sua dimensão econômica.

No entanto, alguns fatos são significativos para sinalizar que esta visão começa a mudar: Projetos de órgãos e/ou organizações privadas que criam vínculos com a comunidade oferecendo cursos e treinamentos, porém a Prefeitura de Capinzal é a que, hoje, proporcionalmente mais investe na cultura com seu espaço cultural voltado à capacitação de jovens e adultos nos cursos permanentes oferecidos no Centro Cultural; A recente experiência adquirida com o Carnaval de Capinzal que sobressaltou no cenário regional; a implantação do novo programa de São João de Capinzal e tantas outras ações culturais de menor expressão, porém de grande importância a ascensão de resultados positivos estruturação de um mapeamento de nossa cultura e suas potencialidades ou mesmo a intervenção cultural como forma de crescimento e renda na produção de arte e cultura exemplificado pela semana de Arte e Artesanato que atingiu vendas superiores aos produtos expostos.

Outra dificuldade para o fortalecimento da economia da cultura na cidade de Capinzal e no Estado de Santa Catarina é a falta de dados e indicadores sobre

o desempenho do setor, o que dificulta a implementação de políticas públicas para estimular o desenvolvimento das indústrias culturais e a atração de novos investimentos públicos e privados para a cultura, no entanto é necessária a realização de pesquisas mais específicas sobre o desempenho da cultura local, tendo um maior aprofundamento sobre a economia da cultura na cidade de Capinzal. Outro entrave é a fragilidade econômica e baixo nível organizacional dos empreendedores locais do setor cultural assim como sua obscuridade em desenvolver atividades clandestinamente ou mesmo sem a instrução do profissionalismo capaz de ampliar possibilidades de recursos de ordem financeira ou formativa.

A economia da cultura tem deixado a desejar muito nos últimos anos. Os indicadores apontam para excelentes oportunidades de mercado para a cultura capinzalense, estrategicamente posicionada em um corredor cultural e turístico, deverá ocupar lugar de destaque cada vez maior no cenário regional da cultura e do turismo cultural.

Música

A cidade do Capinzal mostra na música um grande potencial de sua diversidade cultural.

Com uma riqueza extraordinária de ritmos e gêneros, a música capinzalense já ocupou lugar de destaque no cenário regional e potencialmente retoma esse destaque de forma gradual com formações de novos grupos, contudo percebe-se a ausência de investimentos, tanto na modernização do acervo da Escola Municipal de Música, como também no incentivo através de Editais que propiciem qualidade nos projetos executados por particulares sem uma formação específica.

Os avanços tecnológicos têm provocado profundas mudanças no processo criativo e no mercado fonográfico em todo o planeta. Conhecido como um país de grande diversidade cultural e um dos mais importantes do cenário musical internacional, o Brasil passa por um momento de crise na indústria fonográfica e por uma redefinição da legislação dos direitos autorais e da propriedade intelectual, com reflexos na produção musical em todo o país.

Muitos compositores capinzalenses de diversos gêneros estão compondo, gravando e distribuindo suas músicas através de computadores ligados à rede. É uma forma de amenizar a atual situação do mercado, após o surgimento maciço da pirataria e a consequente crise das gravadoras, que não estão mais investindo no lançamento de novos talentos. Observa-se que o investimento adequado na participação e produção cultural em derivados de nossa cultura devam ser implementados de forma a incentivar a qualidade e o profissionalismo.

Investimentos em shows, coretos e audições entre outros irá possibilitar e incentivar esses artistas a investirem em uma carreira sólida além de tornar público seu talento e seu trabalho.

Esses shows nos espaços públicos devem ser de acesso gratuito e em sua maior parte realizados pela Prefeitura de Capinzal nos grandes ciclos culturais, como o Carnaval de Capinzal, São João de Capinzal, Festivais da Canção e Natal além utilização de espaços públicos para apresentações semanais.

A multiculturalidade também beneficia e incentiva a diversidade de estilos existentes na música capinzalense. Durante o Carnaval, o Natal e o São João, além das músicas tradicionais de cada ciclo, gêneros como o rock, a música eletrônica e gospel devem ter seu espaço garantido nos palcos, possibilitando novas trocas e experimentações musicais e a renovação, inclusive, dos próprios gêneros tradicionais.

A música instrumental, por sua vez, merece um incremento, com

realização de concertos da Banda Municipal de Capinzal, Este Plano deve definir estratégias para garantir a continuidade das políticas e ações bem sucedidas, implantando, implementando e superando este quadro de dificuldades, tendo como meta consolidar, nos próximos anos, a cidade de Capinzal como uma cidade de criação e inclusão da música em seus investimentos públicos e privados.

Artes Cênicas

O segmento de artes cênicas vem experimentando, nos últimos tempos, avanços na constituição de uma política para o setor. No âmbito do Governo Municipal uma experiência foi realizada em sintonia com iniciativa privada. Paralelamente houveram tentativas de implementação de grupos teatrais, porém sem investimento da municipalidade ou recursos externos observou-se a estagnação do grupo.

A ausência de Editais voltados para este setor, e a falta de investimentos públicos municipais na qualificação, incentivo e aparelhamento, bem como a ausência de festivais de teatro ou mesmo a falta de incentivo na participação de eventos fora do município são fatores que destroem qualquer interesse em desenvolver ações voltadas para as artes cênicas. É imperativo investimentos neste setor, principalmente no que tange a qualificação e formação de grupos com qualidade e gerenciamento. A motivação é baseada nas possibilidades de se assistir à espetáculos de qualidade - o que somente é possível através do investimento público em trazer espetáculos e garantir à população acessibilidade e conhecimento.

O desenvolvimento de editais de pesquisa, composição e formação de atores e artistas, bem como a de uma produção teatral é fundamental para desenvolvimento do setor que amparado pelo poder público em formato de incubadora para companhias deverá oferecer estrutura física e financeira para desenvolvimento de companhias de teatro e similares.

Essa política desdobra-se na criação dos Festivais de Teatro e Dança e na criação da Mostra de Circo de Capinzal no âmbito da gestão municipal. Tais iniciativas somadas às ações de outras instâncias como Mostra Internacional de Danças, promovido pela SCERB de Capinzal devem ser incentivadas com ênfase na obtenção de divisas da cultura e do turismo que vem atraindo no decorrer de sua existência.

Criação do Festival Estudantil de Teatro e Dança, investimento no surgimento de novos criadores, grupos e companhias, o crescimento e o fortalecimento de organizações e entidades de classes em Fóruns Permanentes a partir da nova constituição do Conselho Municipal de Política Cultural.

Ressaltamos a importância da política de fomento para a cadeia produtiva das artes cênicas, que gera aumento significativo na produção local de espetáculos variados. Na esfera municipal, além do apoio institucional aos diversos festivais, destacam-se ainda o Sistema de Incentivo à Cultura e o Fomento às Artes Cênicas. No âmbito estadual o Funcultural deverá contribuir também para o crescimento dessa produção e no Federal, sob a ótica dos programas existentes, oferecendo apoio na construção de projetos.

Os pontos de cultura devem servir de apoio tanto na formação como na descoberta e investimento de talento seguindo um percentual populacional relativos aos bairros e localidades do interior.

Apesar de todos os avanços na construção de políticas culturais focadas no fomento e incentivo à produção, outro aspecto que não pode ser negligenciado: a formação e a renovação de plateias através de mecanismos que aproximem o público dos bens culturais, com projetos de "Educação para o Teatro", com peças teatrais

de livre acesso ao público.

Necessário também se faz estabelecer uma política de ocupação dos espaços cênicos, a partir de ampla discussão com os segmentos da área, em consonância com o perfil e a identidade de cada um deles.

Literatura e Bibliotecas

Capinzal historicamente é bastante rico com suas publicações de escritores e artistas literários, sejam eles historiadores, poetas ou escritores de variados gêneros.

Muitos de nossos artistas escritores não tem o devido respaldo ou mesmo sob possibilidades dificultosas em publicar sua arte. Deverá ser constituído através dos mecanismos políticos o incentivo à criação e pesquisa de material, bem como apoio à publicação, comercialização e inclusão de obras capinzalenses em todas as bibliotecas do município, incluindo as de composição particular com frequência pública.

Contemporaneamente, o segmento de literatura vem obtendo avanços consideráveis a partir de políticas públicas para o setor no que tange aos órgãos do governo Estadual e Federal, contudo uma reforma administrativa deverá prever este investimento Editoração através dos Centros de Formação e Pesquisa Cultural e das Bibliotecas da Diretoria de Cultura; no plano executivo, com a implementação das metas previstas no Plano Estratégico de Gestão Cultural, como a criação de um programa editorial contemplando obras de interesse para Capinzal, com espaço para os autores locais, através de publicações coletivas contemplando todos os gêneros e a literatura popular, com abertura para a literatura contemporânea brasileira através dos concursos literários nacionais e editando ensaios de interpretação da história sociocultural do Brasil que tenham Capinzal como palco de ações e pólo irradiador de idéias, e editar mensalmente uma Agenda Cultural de Capinzal incluindo os títulos e créditos devidos aos autores e escritores; desenvolver atividades literárias contemplando a criação, , oferecendo maior visibilidade à literatura capinzalense e regional; realizar o lançamento de livros, debates, discussões e concursos literários; Cursos e oficinas literárias (em parceria com bibliotecas, livrarias, universidades, escolas e em eventos culturais); implementação de mais espaços literário para a cidade, e incluir em projetos de curto espaço de tempo a criação da Estação Leitura.

Na área de formação verificam-se avanços expressivos, através da gestão cultural de bibliotecas, considerando a democratização do acesso às Bibliotecas e a Formação do Público Leitor, com o desenvolvimento de projetos de fomento à leitura de forma permanente e que atenda às demandas de educação e cultura.

As Bibliotecas do interior do município merecer atenção especial com modernização de mobiliário, implantação de centros de pesquisa com computadores interligados à rede e qualificação dos profissionais de atendimento, bem como o investimento em acervo literário necessário para pesquisa dos frequentadores com acessibilidade total.

Destacam-se, ainda, a necessidade de alguns projetos que façam parte de um calendário permanente de ações que agreguem valor e visibilidade aos equipamentos, a exemplo da ampliação de frequência e uso das bibliotecas, a constante modernização e a aplicação de ações que fortaleçam o interesse do leitor como vem sendo amplamente apoiado nos espaços de contação de histórias, oficinas, feiras de livros etc.

A leitura de poesias em recitais é uma grande arma para mobilização de várias faixas etárias na frequência destes centros assim como a participação de interpretes para pessoas de baixa audição e livros em braile devem estar disponíveis para todos os frequentadores.

A criação, pelo Governo federal, do Plano Nacional do Livro e da Leitura/ MINC e ME, com a implementação de programas como o + Bibliotecas e os Pontos de Leitura, deverá proporcionar a integração das ações federais, estaduais e municipais e fortalecer os espaços de leitura como as Bibliotecas e os pontos de cultura.

Outro ponto fundamental é da exploração de locais públicos como fonte de inspiração para leitores eventuais ou pessoas que não dispõem de tempo para frequentar bibliotecas, como a exemplo a criação de bibliotecas móveis ou bibliotecas em pontos e paradas de ônibus.

Apesar destes avanços e das inúmeras parcerias já estabelecidas entre os setores público e privado, há que se cuidar cada vez mais da formação do leitor; dos espaços para se publicar a produção do autor regional; do fortalecimento da distribuição, circulação e venda dessa produção.

Evidencia-se a importância de um trabalho em rede a partir da articulação entre as bibliotecas escolares, as comunitárias e as bibliotecas públicas, na disseminação da leitura.

A articulação das políticas e iniciativas locais com o Plano Nacional de Cultura e especialmente com o Plano Nacional do Livro e da Leitura, deve proporcionar uma nova situação para desenvolvimento do setor, fortalecendo todos os elos da sua cadeia produtiva.

Artes Visuais

A cidade de Capinzal encontra-se em um momento muito positivo no circuito das artes visuais. A Prefeitura de Capinzal, por meio da Diretoria de Cultura, tem contribuído de forma decisiva através de Mostra de museus, de centros de formação, de festivais, de ações formativas, de exposições descentralizadas e de outras atividades culturais, que atuam na formação, exibição, divulgação, descentralização e incentivos. Uma das alavancas neste setor foi sem dúvida a inclusão do Museu Municipal Dr. Vitor Almeida nos registros do IPHAN no início de 2013 e sua atuação efetiva na 11ª Semana Nacional de Museus com a Mostra "Vozes que Ecoam" ampliando o número de visitas do acervo de forma significativa. Atividades deste calibre atingiram aproximadamente 2000 visitas em 4 dias de funcionamento.

Outra forma de atividades nas artes visuais que evoca resultados imediatos é a Exposição de arte e artesanato local, com participação de artesãos como evidenciado na Exposição "Narrativas de Mim" ocorrido no mês de maio com Lançamento do artista plástico Henrique Paim Filho entre outros expositores que culminou com a venda de 90% de toda exposição. Investimentos nas artes são de resposta imediata e caracterizam fomento do setor público na indústria da cultura, gerando renda e reconhecimento aos artistas além do incentivo à novos produtores de culturas que vislumbram a ideia de sobreviver com sua arte.

O Museu Municipal, contempla em seu acervo histórico inúmeras peças e equipamentos que constata a história de nossos antepassados e servem de base para consulta e pesquisa de alunos e historiadores. Em relação a esses equipamentos, sua atuação deve ser potencializada com a superação de alguns pontos críticos que, apesar de não engessarem as suas atividades, dificultam a sua plena realização. A manutenção dos seus acervos e da sua estrutura física necessita de aporte específico de recursos e de corpo técnico permanente especializado, principalmente em conservação. Linhas editoriais especializadas (impressas e digitais), alinhadas a estratégias de distribuição e animação eficientes, podem multiplicar os seus raios de abrangência, contudo o museu enfrenta dificuldades para cumprir plenamente sua missão, principalmente quanto à dinamização de seus acervos.

Por meio de um edital de seleção de projetos, a cada ano, é

possível premiar 2 artistas, cujas exposições individuais passam a ocupar a pauta de nossos espaços públicos. Além disso, realizar periodicamente seminários de formação para os arteeducadores das redes pública e privada, nos códigos da arte contemporânea e da arte folclórica da cultura de formação étnica. Os espaços expositivos privados ou que possam ser utilizados com essa finalidade têm suas ações pautadas pelo mecanismo privado e derivam das ações da municipalidade para uma intervenção cabível para que possa ser utilizada em determinadas finalidades. O local previsto para Formação em Artes Visuais, equipamento dedicado à formação cultural, tem como missão atender às demandas de todos os atores da cadeia produtiva das artes visuais: produtores, artistas, arte-educadores, críticos de arte, curadores, técnicos e o público em geral que buscam formação específica dentro de suas áreas de interesse.

Para atender plenamente a demanda do setor é importante o incremento das suas atividades com ampliação do seu quadro técnico e uma reserva de área permanente para sua execução; um desses espaços é o Centro Cultural e os pontos de cultura a serem espalhados pelo município. Anualmente, a criação do SPA das Artes de Capinzal, tem sua característica marcada pela necessidade em expor a produção dos trabalhos desenvolvidos pelos artistas no Centro Cultural ou nos Pontos de Cultura do município de Capinzal. Um evento bianual dedicado ao mapeamento, articulação, formação, intercâmbio e difusão da produção artística e crítica do segmento, insere-se no calendário de festivais promovidos e apoiados pelo município na multifeira denominada Expovale.

Outra ação que merece destaque é a realização de uma Semana de Fotografia de Capinzal, em que seja capaz de atribuir as riquezas e belezas de nossa cidade e seu entorno, pois vem contribuir com a estruturação, formação, intercâmbio e divulgação da produção fotográfica local. Outros concursos e editais, promovidos pelo governo federal e iniciativa privada, oferecem possibilidades de fomento.

A ampliação do número de equipamentos culturais que abriguem ações de artes visuais, principalmente com a implantação dos Pontos de Cultura ao mesmo tempo em que redimensionam as ações de fomento, exibição, intercâmbio, formação, pesquisa, experimentação e construção de pensamento crítico, demandam quadros técnicos profissionais, qualificados e atualizados. A formação de público é algo de suma importância, uma vez que o público é o destinatário final das ações institucionais. Discutir e elaborar estratégias, qualificar e garantir a atuação permanente de animadores/mediadores culturais faz-se urgente.

Dentre as ações complementares destaca-se a potencialização da atuação de equipamentos culturais vinculados a outros segmentos artísticos, como é o caso de teatro e das bibliotecas, para a realização de exposições e mostras temporárias. Assim como o Programa Multicultural, que promove atividades formativas descentralizadas, que ampliam e interligam o raio de abrangência da atuação dos equipamentos culturais. Nos últimos anos Capinzal perdeu seu maior produtor de Artes Visuais, a Escola Profissional Madre Fabiana de Fabiane, mas por sua vez seus equipamentos, mesmo que sucateados pela má conservação ou mau uso, foram neste último mês repassados para municipalidade e fazem parte dos equipamentos do Centro Cultural e em curto espaço de tempo será instalado e posto em funcionamento para ampliação das atividades na produção, capacitação e embrião de novos artistas, o que torna fundamental a sua participação no planejamento das políticas culturais para o setor e na estruturação da programação cultural da cidade.

Para a efetiva implementação destas políticas e ações, é imprescindível a participação do Governo Estadual e Federal, bem como da iniciativa privada, complementando a atuação do Governo

Municipal. Seja através da atuação das instituições vinculadas a essas esferas governamentais, dos seus mecanismos de fomento à cultura e/ou através de parcerias das mais diversas naturezas.

Artesanato

O Sul brasileiro e o Estado de Santa Catarina, em especial, têm uma significativa tradição de produção de artesanato. A cidade de Capinzal tem uma produção diversificada porém bastante humilde, envolvendo o artesanato de couro, madeira, palhas, tecidos, cestaria, adornos, bordado, culinária, entre outros.

Por não se tratar de uma região turística, grande parte deste artesanato é comercializado fora dos limites da própria cidade, o que não significa que não exista, porém é falhamente obscuro à maioria da população.

Este fato desfavorece a diversidade e riqueza da sua produção artesanal e a torna imune aos olhares do consumidor final. Frente a isso, faz-se a necessidade de divulgar e tornar pública a existência destes produtores de cultura, como também de criar uma frente de incentivo e fomento para a produção de um perfil artesanal próprio (típico) e então poder amplamente associar o produto ao município e seus criadores.

A atuação da Diretoria de Cultura de Capinzal na área do artesanato é recente, e baseia-se na nova administração sendo marcada, principalmente, pelo repasse dos equipamentos pertencentes à extinta Escola Profissional e que passará a oferecer ações formativas através de oficinas e mostras, e pelo fomento à geração de trabalho e renda, principalmente por meio da realização de Mercados Multiculturais e da ampla divulgação de um perfil artesanal definido por pesquisas. Esta parceria será fortalecida com a instalação dos cursos e oficinas artesanais que será montado no Centro Cultural Ponto Central.

Com a criação do Conselho Municipal de Política Cultural de Capinzal e a inclusão da representação do segmento de artesanato na sua composição, as políticas públicas para o setor ganharam novo fôlego e uma interface entre os campos da cultura e criação de emprego e renda mostrando ser um terreno fértil para a implementação de ações voltadas para esse setor.

Merece destaque o papel da sociedade civil, seja pela atuação individual dos artesãos e/ou através de associações, cooperativas e do terceiro setor (ONGs).

A atuação da Diretoria de Cultura no campo do Artesanato deve ter como foco principal os aspectos criativos da sua produção, seja no sentido da preservação das expressões artesanais tradicionais ou na renovação/ inovação de linguagens, materiais e tecnologias. A qualificação da produção do artesanato é fundamental não apenas do ponto de vista cultural, mas, também econômico, contribuindo para o aumento das vendas no mercado interno e ampliando as vendas deste produtos, levando o selo cultural de Capinzal.

É imprescindível para a melhoria da qualidade e o aumento da produção o acesso dos artesãos - individualmente ou organizados através de associações, cooperativas e ONGs - às linhas de financiamento dos bancos e demais instituições financeiras, destinados à área cultural.

A participação do Governo Estadual e Federal, bem como da iniciativa privada é de suma importância para o desenvolvimento e implementação de políticas para o setor. Seja através da atuação das instituições vinculadas a essas esferas governamentais, dos seus mecanismos de fomento à cultura e/ou através de parcerias das mais diversas naturezas, pois essas ações complementam e ampliam a atuação municipal.

Patrimônio Cultural e Arquitetura

Capinzal possui um riquíssimo patrimônio cultural, singular pela sua pluralidade, gerada pelo hibridismo etnográfico, social e religioso desde a sua formação. O seu patrimônio, constituído pelos bens tangíveis e intangíveis, tem seu significado e simbolismo preservado em função do patrimônio cultural representado por seu povo, comércio, arte, religião, culinária, manifestações culturais, festas e celebrações, os quais asseguram a preservação e dão sentido às suas ruas, pontes, praças, e igreja. Toda essa riqueza cultural, marcada pela grande diversidade, sobrevive graças à força e à resistência dos poucos grupos sociais que lutam para preservar as suas identidades culturais, através da prática de costumes e cultos de suas crenças e valores.

Procurando seguir as recomendações e os instrumentos legais (UNESCO e IPHAN) e a Constituição Brasileira, a qual estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro e compreendendo que essa imensa riqueza patrimonial representa um enorme potencial de desenvolvimento, inclusive econômico, a Prefeitura de Capinzal, por meio da Diretoria de Cultura, promoveu, uma reforma administrativa estruturando o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, COMPAC, instituído pela lei 064/2002 de 23/10/2002 de preservação do patrimônio cultural, com o intuito de consolidar uma política integrada de preservação do patrimônio material e imaterial. Esta diretoria tem a responsabilidade de fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, preservar e revitalizar o patrimônio capinzalense. A iniciativa fundamentou-se na necessidade de estabelecer alicerces, planos, processos de gestão e monitoramento, na ocupação e uso do território, com perspectivas de médio e longo prazo. A peça-chave na construção e viabilização desse processo é o bem como um conjunto de oportunidades e iniciativas tendo em vista a renovação urbana e requalificação dos seus espaços públicos, com o incremento do turismo cultural sustentável. Portanto, é na perspectiva de valorizar e dar visibilidade ao patrimônio material e imaterial que a Diretoria de Cultura tem atuado, buscando integrar as atividades econômicas, turísticas e culturais, procurando estabelecer diálogos entre os entes federados, a iniciativa privada e os diversos segmentos sociais e artísticos. Salienta-se que a visão integrada das duas dimensões patrimoniais, por se tratar de uma abordagem recente, em termos de políticas públicas nas três instâncias federativas, concorre para que os instrumentos de preservação, bem como os projetos e ações direcionados à valorização, divulgação e preservação dos bens culturais ainda estejam em processo de amadurecimento e consolidação. Entretanto, isso não impede a realização de atividades colaborativas, que buscam estabelecer uma política de Estado para o campo patrimonial.

Por ultimo, vislumbram-se algumas ações que podem ser incorporadas ao Plano Municipal de Cultura de Capinzal, objetivando melhor atendimento dos seus propósitos, como estreitar as relações e a atuação conjunta com os órgãos federais e estaduais, especialmente, com o IPHAN a promover levantamento e análise diagnóstica dos bens patrimoniais de Capinzal(bens tombados e não tombados), no sentido de estabelecer ações menos normativas e mais propositivas; estabelecer um Fórum Interno Técnico de Discussões Patrimoniais; editar publicações e outros suportes documentais e digitais com conteúdos relativos ao patrimônio; publicar um Guia Patrimonial da cidade de Capinzal; consolidar e ampliar o Cadastro Cultural de Capinzal, devendo este funcionar como uma Base de Dados Única (Cultura, Turismo, Educação, Desenvolvimento Econômico); promover encontros, debates e seminários sobre o patrimônio cultural de Capinzal; capacitar recursos humanos no setor patrimonial e especialmente na área gerencial.

Cultura Popular

A diversidade cultural é o maior patrimônio de Capinzal, uma cidade de inúmeras expressões culturais e forte produção da cultura popular. Sua característica diversa de uma cidade multicultural e pluriétnica possibilita a vivência de variadas manifestações culturais com identidades fortes.

O fortalecimento das festas populares de Capinzal- Carnaval, São João e Natal - com significativos investimentos da Prefeitura de Capinzal nestes eventos, teve um grande impacto na cultura popular na cidade e na região metropolitana, estimulando, promovendo e dando visibilidade a todas as suas manifestações. Especialmente o investimento destinado a apoiar às agremiações carnavalescas, investindo em sua regularização e regulamentação através da criação da Liga dos Blocos de Carnaval. Hoje a cidade vivencia a ampliação de um novo debate sobre as culturas populares que inclui os elementos da cultura afro-brasileira, e respeita a característica e a tradição vivida dos principais ciclos culturais (Carnavalesco, Junino, Natalino).

Esta dinâmica tem forte influência do trabalho dos diversos espaços de formação como os Seminários Nacionais de Culturas Populares e os cursos voltados para as categorias da cultura popular e os seminários realizados no âmbito do município. Bem como a qualificação dos equipamentos públicos existentes e a criação de setores da Diretoria de Cultura da Prefeitura de Capinzal que se responsabilizam diretamente pela política cultural, como a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (Material e Imaterial) onde estão situados órgãos estratégicos para a cultura popular como a Igreja Matriz de Capinzal.

Os avanços nas políticas para o setor, com uma atuação coletiva e democrática, refletem-se no crescimento das manifestações culturais, tanto do ponto de vista artístico como do ponto de vista da organização da sociedade. É importante ressaltar a sintonia entre as políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, contribuindo para que os grupos de cultura popular se credenciem para programas existentes e auto-mapeiem através dos Pontos de Cultura, o que favorece uma maior visibilidade da produção cultural popular em Capinzal.

Nos sistemas públicos de incentivo a cultura já se observa a participação de grupos populares com projetos que visam a formação, preservação e desenvolvimento de diversas categorias do segmento da cultura popular. Para avançar nesse processo é necessária a criação de novos mecanismos de incentivo fiscal e fomento da produção cultural popular. Embora seja necessária uma constante avaliação das leis de incentivo e dos mecanismos públicos de apoio e fomento à produção artística, é importante ressaltar que na atualidade a intervenção das políticas de formação para as culturas populares nas três esferas da gestão pública, tem estimulado uma maior produção musical e literária por parte dos grupos e artistas populares, consequentemente um maior registro da história das nossas tradições e raízes culturais. Exemplos como este existem para serem seguidos de perto e avaliados com critérios de base consistente para a formação de um planejamento seguro, transparente e isento de quaisquer favorecimentos.

Destaca-se o crescente movimento de juventude nas quadrilhas juninas refletida no envolvimento da Liga dos Blocos de Carnaval, nos fóruns e mecanismos de participação popular criados pelo Governo Municipal, com forte influência nas decisões que garantiram a descentralização das ações em um movimento que projeta Capinzal no cenário regional.

Para esse conjunto de melhorias nas políticas públicas para a cidade, que elevam a qualidade de vida da comunidade, poder ter maiores ganhos, é necessário um avanço na relação com os meios de comunicação, de forma a divulgar mais amplamente toda a

produção cultural dos grupos e artistas populares. Principalmente nas participações de grupos nas ações públicas, permitindo total intervenção e participação ativa.

Para que esta política possa dar passos significativos, é necessário ainda muito trabalho. Neste sentido propõe-se a criação de mecanismos de incentivo e isenção de impostos para os grupos de cultura popular, a institucionalização da Comissão dos Ciclos Culturais, o fortalecimento do Programa Multicultural na estrutura organizacional da Diretoria de Cultura e dos mecanismos de participação e controle social da política para as culturas populares.

Formação Cultural

Em Capinzal, a atuação do poder público na área de cultura sempre foi esporádica, pontual, sem perspectiva da construção de uma política consistente. Considerando a dimensão simbólica, como foco da valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais da cidade, observa-se o crescimento qualitativo dos grupos culturais, dos produtores independentes influenciando e interagindo com a ação de governos federal, estadual e municipal na cidade.

Na medida em que a formação cultural passou a ser uma diretriz na política cultural da cidade, amplia-se de forma qualificada a descentralização da ação cultural. Presente em todas as ações da política municipal de cultura, este caminho estimula e promove a organização dos segmentos e a descoberta de formas de participação nos processos de decisão da política e nos mecanismos de controle social. Assim, grupos comunitários se credenciaram para concorrer a editais de programas do Governo Federal. Na Cidade cresceram a quantidade de equipamentos e projetos de formação, de iniciativa do poder público, de entidades da sociedade e de instituições que tem papel fundamental na ampliação e desenvolvimento de políticas e projetos de profissionalização na área da cultura. O poder público do município precisa estimular uma mudança de comportamento das instituições públicas de formação cultural da cidade. Uma crescente relação que considera a importância de um diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico, relação que favorece o conhecimento. Capinzal hoje é uma cidade que se apresenta timidamente na sua produção e vivência de suas tradições culturais. Favorece uma maior visibilidade da tradição cultural e da religiosidade popular e afro descendente. Do ponto de vista da produção do conhecimento há uma maior valorização dos dirigentes de grupos populares dos ciclos culturais da cidade, na relação com as universidades e órgãos de cultura, que estimula uma produção acadêmica na área da cultura, numa relação de aproximação entre as lideranças da cultura popular e a esfera do conhecimento acadêmico através de projetos e Leis que incentivam a cultura e segmentações.

Assim, a Cidade de Capinzal tem se projetado no cenário nacional e internacional como referencia de política pública de cultura que valoriza a diversidade; pode-se ver claramente esse exemplo na Mostra Internacional de Danças promovida pela SCERB.

O trabalho de formação realizado pela Prefeitura de Capinzal, vem construindo um acúmulo de conhecimento teórico metodológico que poderá se constituir em um modelo para o trabalho de formação em todos os níveis.

O avanço de uma nova visão de formação cultural na cidade é fruto de um trabalho desenvolvido pela por pessoas da sociedade civil ao qual devem seguir como exemplo para ações municipais e consolidação do Plano de Desenvolvimento Cultural de Capinzal, como O Carnaval de Capinzal, o São João de Capinzal, a criação dos Pontos de Cultura, A efetiva funcionalidade do Centro de Referências Culturais de Capinzal, a implantação do Parque Ecológico, a Praça da Bandeira e o Complexo Parque Estação.

Embora haja avanço na preocupação com a formação cultural, é preciso observar que no município ainda é insipiente a integração da área de formação dentro da gestão municipal e sua relação com os organismos e instituições de formação cultural da cidade.

A perspectiva de avanço nas políticas públicas, passa pela consolidação de um Plano Municipal de Cultura, em consonância com os Planos Estadual e Nacional. Assim, como principais desafios apresentam-se a definição de papéis nos três níveis de governo para a área da formação, discutindo papéis e responsabilidades para a construção de um Sistema Nacional de Cultura; a intensificação dos intercâmbios culturais; o avanço na estrutura administrativa para Diretoria de Cultura que garanta unidade na construção de um Plano Municipal de Formação Cultural; a institucionalização da Comissão dos Ciclos Culturais e o fortalecimento do Programa Multicultural, na estrutura organizacional da Diretoria de Cultura.

Espaços Públicos de Cultura

As cidades tornaram-se por excelência o espaço da cultura: na criação, na produção, na exibição, na fruição. Os espaços públicos das cidades devem ser ocupados pelos cidadãos como espaços da cultura, com atividades onde se apropriem do lugar, no sentido físico e simbólico, criando uma identidade com o espaço, traduzindo plenamente o conceito de democracia cultural da cidade.

Uma política cultural onde a sociedade civil passe de espectadora para protagonista reflete-se na ocupação democrática dos espaços públicos. A gestão deve investir na promoção e apoio à projetos inovadores que valorizam a produção local e garantam o intercâmbio cultural entre as diversas regiões da cidade, assim como promovam o intercâmbio em nível regional e estadual.

A cidade de Capinzal encontra-se carente da construção de políticas culturais onde os espaços públicos não têm sido ocupados democraticamente como espaços de cultura, pontos de encontro dos cidadãos e das mais diversas expressões culturais da cidade, precisando se fazer usar destes espaços para construção de um novo "saber cultural".

A política cultural implementada ainda não garantiu avanços significativos na qualidade da programação artística dos espaços públicos que precisa receber eventos locais e de relevância nacional para que se consolide perante sua população.

O Plano Municipal de Cultura tendo como objeto central a valorização do patrimônio cultural estruturado a partir de Núcleos localizados nas regiões centrais da cidade. O referencial maior destes Núcleos são os seus espaços públicos, em torno dos quais localizam-se os principais equipamentos culturais da cidade. Todos esses espaços, em maior ou menor intensidade, necessitam com urgência serem movimentados com programações e atividades culturais e se transformar em objeto de ações de requalificação urbana e de restauro em suas edificações, realizadas por agentes públicos e privados. O Programa Multicultural de Capinzal, com apoio nos eventos já consolidados deve se transformar no principal instrumento da política de descentralização, dinamizando os espaços públicos de cultura por toda a cidade e sendo utilizado por toda sua população.

Num processo de gestão compartilhada, os Pontos de Cultura devem operar a partir de um Conselho Gestor, que contribui na discussão da ocupação do espaço, tanto nas questões referentes à sua programação cultural como nas relacionadas à qualificação na área de formação e, ainda, do uso do local como espaço de convivência e dinamização da produção cultural. Hoje são utilizadas escolas da rede municipal como Ponto de

Cultura, ainda que de forma humilde porém gradativa atendem às necessidades avaliadas pela comunidade em que se inserem, suprimindo a demanda local com biblioteca, professores de música, canto e dança.

A Escola, consolidada como um espaço cultural apropriado pela comunidade, com a efetiva participação dos artistas, produtores culturais e da comunidade do entorno na sua ocupação e na gestão compartilhada, vem demonstrando ser o local ideal para se começar instituir os Pontos de Cultura.

O Museu Municipal, de forma geral, está passando por reformas estruturais com um melhor planejamento, uma seleção de pautas mais criteriosa e uma política cultural voltada para a formação de público, com uma grande ênfase em atividades voltadas para o público infantil. Com pautas mais diversificadas (circuitos Estaduais e Nacionais) verifica-se o aumento no número de visitantes, através de um melhor sistema de comunicação, no qual podemos citar as redes sociais como forma de comunicação mais amplamente utilizada por este público. Nitidamente a Praça Central Pedro Lelis da Rocha, assim com a Área De Lazer Dr. Arnaldo Favorito são pontos de intercessão mais utilizados por toda população, seja como lazer, arte ou apresentações culturais.

Alguns obstáculos precisam ser superados para a consolidação das atividades econômicas e culturais em Capinzal, especialmente nos seus espaços públicos. A melhoria do acesso e da segurança pública são os mais urgentes, sendo, para isso, imprescindível a construção de novos estacionamentos, o reforço do contingente de pessoal e dos recursos tecnológicos de segurança.

Outro desafio é o planejamento da programação cultural a ser realizado de forma integrada e global, num processo envolvendo todos os agentes públicos e privados, onde, respeitando-se as características de cada área, se possa considerar e obedecer a vocação comercial e artística do bairro ou comunidade e os interesses dos diversos atores.

6. Diretrizes Gerais

A partir dos conceitos da política cultural, dos recursos disponíveis, dos diagnósticos e desafios apontados para cada área cultural da cidade de Capinzal, as Diretrizes Gerais definem a linha das políticas públicas de cultura e as questões centrais a serem respondidas pelos planos, programas, projetos e ações dos Programas Estratégicos do Plano Municipal de Cultura.

Diretrizes

1. Contribuir para a implementação de políticas públicas de cultura em âmbito global, divulgando e cumprindo todos os compromissos estabelecidos a nível Federal ou Internacional.
2. Reforçar a importância da economia da cultura e a centralidade da cultura como fator de desenvolvimento no mundo contemporâneo.
3. Implementar, a nível local, as diretrizes do Plano Nacional e Estadual de Cultura.
4. Fortalecer todas as manifestações da cultura local e promover o intercâmbio cultural com outras cidades do Estado, do Brasil e do mundo, valorizando a multiculturalidade de Capinzal promovendo um amplo diálogo intercultural.
5. Consolidar o papel da cultura como um importante vetor de desenvolvimento da cidade de Capinzal, atuando conjuntamente com outros órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil.
6. Incorporar as políticas públicas de cultura à dinâmica urbana e ao processo de desenvolvimento da cidade de Capinzal,

considerando a diversidade cultural (multiculturalidade) um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade da cidade.

7. Atuar de forma transversal com as áreas do turismo, do planejamento urbano, do meio ambiente, da segurança pública e do desenvolvimento econômico e social.

8. Priorizar, no orçamento municipal, os recursos públicos para a cultura e buscar ampliar os investimentos para o setor através de parcerias institucionais e patrocínios empresariais.

9. Promover a diversificação das fontes de financiamento e a descentralização dos recursos públicos para a cultura.

10. Democratizar e descentralizar as ações, atuando em todas as regiões da cidade.

11. Fomentar ações direcionadas para implementação de políticas públicas de cultura de forma sistemática e permanente, onde os eventos sejam parte integrante de um processo e não ações pontuais e isoladas.

12. Implementar políticas que valorizem a informação, a formação e a profissionalização da cultura como construção da cidadania.

13. Cuidar com a mesma atenção de todos os equipamentos culturais do município, tanto das suas estruturas físicas quanto da implementação de uma programação que contemple as mais diversas áreas e manifestações culturais da cidade.

14. Atuar com o conceito de rede e articular os diversos equipamentos culturais para o desenvolvimento de atividades voltadas para a formação e profissionalização nas diversas áreas da cultura, visando provocar, a médio prazo, uma profunda mudança na gestão e produção cultural da cidade.

15. Participar ativamente do processo de construção do Sistema Nacional de Cultura, priorizando a estruturação e implementação do Sistema Municipal de Cultura de Capinzal.

16. Fortalecer o pacto federativo atuando de forma integrada e complementar com os Governos Estadual e Federal.

17. Realizar, bienalmente, as Conferências Municipais e participar ativamente das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura.

18. Avançar no processo de democratização da gestão cultural da cidade, com a consolidação do Conselho Municipal de Política Cultural, dos Fóruns Permanentes, da Plenária e do Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo.

19. Participar ativamente dos debates e da formulação das políticas públicas de cultura nos diversos fóruns e articulações institucionais nacionais e internacionais.

20. Promover a inserção da cidade de Capinzal e da produção local nas redes culturais estabelecendo convênios de cooperação e intercâmbio cultural com cidades da Região, do Estado, País ou de fora dele.

7. Programas Estratégicos

Os cinco Programas Estratégicos do Plano Municipal de Cultura de Capinzal agrupam tematicamente todos os planos, programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazo da gestão cultural da cidade de Capinzal, no horizonte dos próximos dez anos (2013 a 2023).

Programa Estratégico 1

Diversidade, Descentralização e Direitos Culturais

Objetivo:

Valorizar a diversidade cultural, promover ações e eventos culturais com democratização, descentralização e valorização da cultura local e garantir a acessibilidade dos cidadãos aos bens, serviços e eventos culturais.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E DA CULTURA LOCAL

1. Fortalecer as Grandes Festas Populares de Capinzal - Carnaval, São João e Natal - valorizando a diversidade cultural e o caráter democrático destas festividades, com a descentralização e o acesso gratuito do público à toda programação. Assegurar que os diversos grupos da cultura popular, que representam as origens e dão significado a estes eventos enquanto expressões da identidade cultural de Capinzal tenham espaço de destaque na programação das festividades. Promover a participação das comunidades na organização e agenda dos eventos. Garantir a geração de renda através do comércio formal e informal enquanto bem cultural. Qualificar os eventos com a profissionalização da produção e intensificar a captação de recursos, buscando transformar, a médio/ longo prazo, estas festas populares em eventos auto-sustentáveis. Divulgar estes eventos a nível regional e estadual, fortalecendo a cultura e a economia local e ampliando o fluxo do turismo cultural, consolidando Capinzal como a "Cidade Multicultural".

- Realizar o Carnaval Multicultural de Capinzal, com pólos temáticos no centro da cidade e pólos descentralizados nos bairros, proporcionando, de forma planejada, a ocupação desconcentrada do espaço urbano pelos foliões e a democratização da festa, com uma programação que contempla e valoriza todos os ritmos carnavalescos e todas as regiões da cidade. Assegurar o acesso gratuito dos foliões à todos os pólos. Manter a diversidade da cultura capinzalense como a grande marca do Carnaval Multicultural, com todos os ritmos e expressões culturais do estado valorizados e com espaço garantido na festa, bem como, assegurar a presença de grandes artistas na programação, legitimando o carnaval capinzalense como a grande festa da diversidade cultural brasileira e mundial, atraindo, ano a ano, um fluxo crescente de turistas de todas as partes.

- Realizar o São João de Capinzal, valorizando os autênticos ritmos musicais, as manifestações culturais e a culinária típica do período junino, com arraiais no centro da cidade e nos bairros, com quadrilhas juninas, bandeiras, fogueiras e autênticos forrozeiros espalhando a festa por toda a cidade. A meta é consolidar Capinzal como a "Capital do Autêntico Forró Pé-de-Serra", onde acontece o melhor São João do Estado.

- Realizar as Festividades de Natal e Ano Novo, valorizando a tradição cristã e as manifestações culturais típicas do período natalino, contando ainda, com grandes atrações artísticas se apresentando nos pólos do centro da cidade e dos bairros, colocando Capinzal no circuito do turismo regional e estadual neste importante período do ano.

2. Dar continuidade aos grandes eventos do Calendário Cultural de Capinzal, realizados pela Prefeitura.

Buscar qualificar cada vez mais estes eventos, com a profissionalização da produção e curadorias que conceituem as suas edições e definam as suas programações dentro da linha temática escolhida e considerando a política cultural da gestão municipal. Em especial, a programação deve contemplar a política de descentralização, prevendo atividades e apresentações nas diversas regiões da cidade e assegurar aos grupos e artistas reconhecidos, que estejam dentro do perfil, a oportunidade de mostrarem seu

trabalho nestes eventos. Os eventos devem ter como foco central o público capinzalense e se integrarem às políticas e ações da gestão para os respectivos setores artísticos. Além das apresentações de espetáculos, devem sempre prever na programação atividades de formação e reciclagem profissional, reflexão crítica e debates, envolvendo a comunidade artística e o público em geral, contribuindo para a renovação e a formação de novas plateias.

- Festival de Teatro - Desenvolver o evento no plano regional e, a médio prazo, transformá-lo num festival Estadual, fortalecendo Capinzal como um importante pólo das artes cênicas. Reforçar o compromisso da municipalidade com uma política cultural voltada para o desenvolvimento das artes cênicas locais - incentivando, apoiando e fomentando a produção; criando mecanismos apropriados ao intercâmbio e à projeção dos seus criadores; formando público e promovendo a geração de renda.

- Mostra Internacional de Danças SCERB- Consolidar o evento da SCERB como o mais importante da cidade e um dos mais importantes do estado, qualificando a produção local e ampliando a participação de companhias internacionais. Promover a apresentação de espetáculos em teatros e na rua, no centro e nas diversas regiões da cidade; trabalhar a intersecção da dança com as artes visuais através da realização de cursos de dança, dança contemporânea e dança educação, noites performáticas, espetáculos e mostras de vídeo e dança em áreas públicas, oferecendo recursos já previstos no PPA da Cultura e apoio nos mais diversas estações do projeto que acontece através de uma sociedade cultural do município SCERB.

- Festival Capinzalense de Literatura - "A Letra e a Voz" - Reunir os diversos segmentos da cadeia produtiva do setor (editoras oficiais, comerciais e alternativas; livrarias; ONGs; bibliotecas públicas e privadas; escritores; poetas; quadrinhistas; contadores de histórias infantis e causos populares; movimentos e entidades da área; leitores); promover seminário para debater as diversas questões da literatura; editar o Mapa das Letras de Capinzal, com a indicação dos lugares da cidade relacionados com mercado editorial e de produtos afins e com a criação literária, e realizar oficinas. Descentralizar e incluir escritores e poetas locais na programação, mantendo a política municipal de democratização dos eventos culturais.

- Semana de Artes Visuais de Capinzal - SPA Cultural - Reunir artistas locais, nacionais e convidados, além de críticos de arte e curadores, promovendo um maior intercâmbio entre as diversas linguagens artísticas em nossa cidade. Com ênfase nas ações de formação, produção, reflexão e difusão das artes visuais, realizar palestras, mesas redondas, oficinas, exposições e intervenções urbanas.

- Semana de Fotografia de Capinzal- Promover uma mostra da produção fotográfica local, realizando exposições, palestras, mesas redondas e oficinas.

- Festival de Vídeo de Capinzal - Realizar, anualmente, mostra competitiva destinada a incentivar e premiar a criatividade e a veiculação da produção audiovisual capinzalense.

- Mostra de Circo de Capinzal- Realizar, bianualmente, com apresentações de espetáculos, oficinas, exposições e debates, com o objetivo de formar e dar visibilidade aos artistas cênicos de arte circense.

- Festival de Quadrilhas Juninas - Realizar, durante o ciclo junino, buscando preservar e valorizar as manifestações culturais de tradição junina através de Concursos para os grupos da dança, tanto infantis como adultos. Devem ser promovidos seminários e cursos para os profissionais envolvidos com o evento e quadrilheiros, bem como atividades informativas que levem ao público as origens e o

significado desta manifestação cultural em suas diversas formas. Deve ser consolidado um processo de descentralização para Concurso de Quadrilhas, incentivando o surgimento de novos grupos e fortalecendo os festejos juninos da cidade.

- Festival da Seresta - Realizar, em parceria com o Governo do Estado, reunindo os nomes, locais e nacionais, da seresta na Praça Central. Promover o Concurso de Seresta, dando oportunidade para que surjam novos artistas do gênero.

- Festival da Canção de Capinzal - Realizar, anualmente, promovendo o encontro dos melhores músicos da região, estado ou país, marcados pela criatividade, pela qualidade musical e pelo desempenho.

- Expo Jovem - Realizar, bianualmente, no Parque de Exposições uma feira voltada para o público jovem, com atrações e participações da juventude na sua construção e elaboração, evidenciando ações de interesse da juventude, não esquecendo de enfatizar valores, palestras, oficinas e shows Locais, Regionais, Estaduais e nacionais apresentando

os novos talentos capinzalenses, incentivando a criatividade local e intensificando o circuito de festivais de música jovem. Fortalecer o turismo cultural, incentivando toda região e estado os interesses da juventude.

3. Implementar uma política de fortalecimento dos artistas e grupos ligados às diversas manifestações da cultura popular, estimulando e apoiando a sua estruturação para que tenham maior autonomia criativa e econômica, possibilitando a preservação das expressões culturais locais e a sua auto-sustentabilidade. Assegurar, na programação dos espaços públicos da cidade, apresentações de Blocos de Carnaval, Capoeiristas, Corais Italianos, Bandas Musicais, Danças étnicas, Quadrilheiros e outras manifestações da cultura popular, para que sejam vistas durante todo o ano e tenham uma fonte de recursos que contribua para sua sustentabilidade.

DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

4. Consolidar e institucionalizar, através de Lei Municipal, o Programa Multicultural de Capinzal, dando continuidade aos eventos existentes, e implantando os Pontos de Multiculturas, consolidando-o como o principal instrumento estruturador da política cultural da gestão municipal. O Multicultural deve valorizar e estimular a cultura local, transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico da cidade e promover a inclusão social. O programa deve viabilizar o surgimento de novos artistas e produtores culturais; promover o intercâmbio cultural dentro da própria cidade, dando visibilidade à cultura da periferia e fazendo circular por todos os bairros o melhor da produção cultural de Capinzal; gerar trabalho e renda, especialmente para os jovens; criar oportunidades de negócios no campo da economia da cultura e movimentar o comércio local; promover a democratização e a descentralização das ações e dos equipamentos culturais, garantindo a todos os cidadãos o direito de acesso aos bens culturais. O Programa Multicultural deve intensificar a parceria com as demais Secretarias e órgãos da Prefeitura de Capinzal, e instituições, como Sebrae, Sesc, Senai, universidades, ONGs, associações comunitárias, instituições religiosas, órgãos governamentais, especialmente com a Secretaria de Estado para assuntos culturais e com o Ministério da Cultura, e empresas públicas e privadas. Deve, também, ter uma ação articulada com o programas do MINC, buscando integrar os Pontos de Cultura aos demais grupos culturais para uma atuação em rede no desenvolvimento de suas atividades.

- Dar continuidade aos Festivais Multiculturais, com parcerias produtivas entre as entidades promotoras e a cidade de Capinzal, incentivando, auxiliando e promovendo os eventos mesmo que

de natureza privada e de interesses financeiros das entidades criadoras do evento, altamente justificado pela peculiaridade de sua existência de manutenção da culturas envolvidas e do turismo gerado por sua realização à exemplo da Noite Italiana promovida pela APAE de Capinzal e o KERBFEST promovido pela Igreja Luterana e Kerbtanz Group de Capinzal e a Mostra Internacional de Danças promovida pela SCERB de Capinzal. Abrangendo Cursos de Iniciação à Produção e Gestão Cultural, oficinas culturais, mostras e eventos da cultura local dando importância e continuidade as tarefas destes eventos como forma de promover a cultura dos imigrantes. Integrar os equipamentos culturais do município (centros de formação, museus, bibliotecas, banda, corais etc.) às ações desenvolvidas e à programação cultural destes eventos.

- Desenvolver um Mercado Multicultural, promovendo apresentações culturais e a comercialização dos produtos executados pelos alunos das oficinas, artistas e artesãos de cada região da cidade. A sua realização periódica deve escoar e dinamizar a produção local. A equipe do Programa Multicultural, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Capinzal e de órgãos como Sebrae, deve acompanhar e promover o desenvolvimento dos grupos, articulando a participação em eventos e feiras e incentivando a sua autonomia e autosustentabilidade.

- Realizar o Festival Multicultural de Capinzal, no final do ano com a participação dos grupos culturais e artistas que mais se destacaram no ciclo anual dos Festivais e Mercados Multiculturais realizados.

5. Criar Pontos de Cultura, em todas as localidades, para que haja eventos durante todo ano, garantindo a circulação de espetáculos e eventos culturais como mostras de artes, cinema, teatro, dança, música e eventos de culturas religiosas.

6. Criar, em cada Ponto de Cultura, um Núcleo cênico para desenvolvimento da arte em sua plenitude, oportunizando trabalhos com influência local, mantendo vivas as tradições da cada comunidade assim como seus costumes e história.

7. Realizar o Festival "Meu Lugar é Assim", nos Pontos de Cultura, valorizando os artistas dos bairros e localidades do interior, tendo sempre como tema a valorização da cultura no local onde os Pontos estão inseridos, garantindo espaços para sua realização.

8. Incentivar e divulgar festivais culturais descentralizados em Capinzal, valorizando cada vez mais as festividades das localidades em sua plenitude destacando sua forma original.

DIREITOS CULTURAIS

9. Implementar políticas de ações afirmativas para inclusão de minorias sociais e étnicas nos programas culturais da cidade.

10. Realizar, incentivar e promover debates sobre os direitos a cultura e criar meios de acesso da população jovem da periferia aos teatros, shows e outras atividades culturais.

11. Garantir espaços públicos para realização de ensaios e aulas para as diversas formas de expressão cultural.

12. Garantir às pessoas com deficiência a acessibilidade aos equipamentos culturais e cursos de formação, em qualquer nível ou linguagem artística promovidos pelo município de Capinzal.

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE TRANSVERSALIDADE

13. Trabalhar a política cultural de forma transversal, integrada com as políticas de educação, esporte, saúde, meio ambiente, turismo, segurança pública, desenvolvimento econômico e social. Promover seminários e debates para integração do setor público e

da iniciativa privada destas áreas e traçar, a partir destes encontros, metas para fortalecimento da política de cultura do Município.

14. Estabelecer uma parceria com a Secretaria de Educação para exibição nas escolas de espetáculos teatrais e filmes. Para tanto, deverá ser provisionado recursos com esta finalidade.

Programa Estratégico 2

Economia da Cultura

Objetivo:

Transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico e social, integrada ao espaço territorial.

CULTURA E TURISMO

1. Implementar o Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal, em conjunto com a Prefeitura de Capinzal, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Governo Federal e a iniciativa privada, promovendo a requalificação urbana da área central de Capinzal, tornando-a um grande pólo de atração e irradiação do turismo cultural para toda Região.

- Considerar, na sua implementação, a transversalidade do Plano, envolvendo as áreas da cultura, turismo, tecnologia da informação, comércio, serviços, urbanismo, transportes, meio ambiente, segurança pública, educação e desenvolvimento social.

- Desenvolver os Planos Específicos, articular e integrar os agentes públicos e privados para desenvolverem ações de curto, médio e longo prazo - envolvendo os seus Pontos de Cultura em todos os Bairros e Localidades do interior da cidade de Capinzal. Cada núcleo é constituído por um equipamento âncora e equipamentos secundários a partir dos quais se desenvolverá um processo de requalificação urbana e de valorização cultural, estimulando o turismo cultural e as atividades comerciais e de serviços do entorno.

- Executar, articular ou apoiar, conforme cada caso, a implementação das obras estratégicas do Complexo no município de Capinzal.

- Promover o debate, o esclarecimento, a divulgação e o acompanhamento do Plano por todos os canais de participação da sociedade: Conselho Municipal de Política Cultural, Fóruns Permanentes de Cultura, Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo, Conselho de Desenvolvimento Urbano, Conselho de Turismo, entre outros.

2. Articular com instituições bancárias a abertura de linha de crédito para que, principalmente os pequenos e médios investidores da área cultural, possam participar, democraticamente, das concorrências dos empreendimentos a ser ofertados pelo Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal, mediante ampla divulgação.

3. Assegurar espaço Arena Multiuso da Área de Lazer Arnaldo Favorito, Praça Pedro Lelis da Rocha e Centro Educacional Prefeito Celso Farina para atividades culturais permanentes, tais como: eventos, seminários, conferências, mercados populares, festivais e apresentações da cultura popular.

4. Realizar o Festival Capinzal Multicultural, com mercado cultural, debates, mostras nas diversas linguagens artísticas e shows musicais, buscando valorizar e dar visibilidade ao patrimônio histórico e a paisagem natural da cidade, especialmente os seus rios, num grande evento multicultural, dando visibilidade regional e Estadual

à cidade de Capinzal como importante centro cultural.

5. Organizar e divulgar o Calendário Cultural de Capinzal, especialmente os eventos de grande porte. Esta ação é fundamental para a valorização da cultura local e constitui-se num fator determinante para o desenvolvimento do turismo cultural, especialmente numa cidade com a riqueza e a diversidade cultural de Capinzal.

- Festival / Mercado Multicultural (uma edição anual)
- Conferência de Cultura de Capinzal (Janeiro)
- Festa do Padroeiro São Paulo Apóstolo (Janeiro)
- Festa de Aniversário de Capinzal (Fevereiro)
- Carnaval Multicultural de Capinzal (Fevereiro)
- Mostra Internacional de Danças SCERB (Março)
- Semana de Arte Moderna (Abril)
- Dia do Trabalhador (Maio)
- Circuito dos Museus (Maio)
- Festival da Seresta (Maio)
- Festival de Teatro (Junho)
- Festa de São João de Capinzal (Julho)
- Noite Italiana de Capinzal (Julho)
- Festival do Esporte (Agosto)
- Fenearte - Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Agosto)
- Semana da Pátria (Setembro)
- Semana de Fotografia de Capinzal (Setembro)
- Festival Capinzalense de Literatura - A Letra e a Voz (Setembro)
- Mostra Itinerante Cinema (Setembro)
- Kerbfest de Capinzal (Outubro)
- Mostra de Circo de Capinzal (Novembro)
- SPA das Artes- Semana das Artes Visuais (Novembro)
- Abertura do Ciclo Natalino de Capinzal (Novembro)
- Semana da Prática da Cultura Afro-capinzalense (Novembro)
- Pátio do Rock (Dezembro)
- Mostra da Escola de Música e Danas de Capinzal Recital de Natal (Dezembro)
- Encerramento do Ciclo Natalino (Dezembro)
- Reveillon (Dezembro)

6. Estruturar e implementar o Circuito do Turismo Cultural de Capinzal, numa ação conjunta das Secretarias de Cultura e de Turismo, tendo como ponto de referência central o Complexo Estação Cultura a ser construído no entorno da via férrea central. O Portal será conectado a outros terminais instalados em diversos pontos da cidade, como os equipamentos âncora dos núcleos do Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal e os Pontos de Cultura. O Portal deve informar os visitantes, além da programação cultural da cidade, os diversos roteiros turísticos disponíveis: histórico, religioso, gastronômico, cultura afro-brasileira, manifestações populares, arquitetura colonial, arquitetura contemporânea, artes cênicas, artesanato, entre outros.

7. Desenvolver uma política de valorização dos monumentos e espaços públicos do Centro Histórico de Capinzal (bairros e interior), que integre o patrimônio material e imaterial, onde suas ruas, praças, pontes, complexo ferroviário e área de lazer, sejam utilizados, no dia-a-dia, como palco para diversas manifestações culturais e artísticas e, a Secretaria de Turismo e Diretoria de Cultura promovam, conjuntamente, um circuito de visitação aos espaços históricos, culturais e naturais por todo município de Capinzal, com guias de turismo qualificados para atendimento ao turismo cultural.

8. Desenvolver, numa ação conjunta da Diretoria de Cultura e Secretaria de Turismo, uma política de valorização das expressões culturais das comunidades e centro, com um programa de apoio ao desenvolvimento das atividades culturais características de cada grupo, o fomento e a melhoria das instalações de casas de espetáculos de cunho cultural, casas religiosas de relevância histórica, de bares e restaurantes que desenvolvam cultura gastronômica tradicionais, entre outros. Em contrapartida estes espaços

devem ficar abertos para visitação pública e ter uma programação que valorize as suas raízes culturais, possibilitando a sua inclusão no circuito de turismo cultural da cidade.

9. Assegurar que a Diretoria de Cultura de Capinzal e a Secretaria de Turismo e os órgãos de Segurança Social participem das discussões e tenham conhecimento sobre a grade de programação cultural da cidade.

FOMENTO E FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL

10. Promover ações de fomento à produção cultural através do Sistema de Incentivo à Cultura (Mecenato e/ou Fundo Municipal de Cultura), do Prêmio de Fomento às Artes Cênicas, dos Prêmios e das Coleções Literárias, do Concurso de Roteiros, fotografia, de Carnaval, dos festejos juninos entre outros através de Sistema de Incentivo à Cultura, programas, projetos e ações desenvolvidas por artistas e produtores culturais nos diversos segmentos culturais e artísticos da cidade de Capinzal, utilizando o mecenato com o mecanismo da renúncia fiscal e os recursos do Fundo Municipal de Cultura.

- Fomento às Artes Cênicas - Realizar, anualmente, o Prêmio de Fomento às Artes Cênicas, contemplando projetos para cada categoria: teatro, dança e circo.

- Fomento à Literatura - Realizar, anualmente, o Concurso de Prêmios Literários e publicar as coletâneas, Estação Capinzal, que contemplam a produção poética da cidade; reforçar as publicações; estabelecer um calendário para os prêmios literários nas escolas.

- Fomento à Produção Musical - Realizar, anualmente, o Festival de Música, premiando compositores, intérpretes e arranjadores nos diversos gêneros e produzindo anualmente a gravação de CD com as músicas premiadas.

11. Criar e ampliar Editais, (com recursos da cultura) especialmente do Fundo Municipal de Cultura, e parcerias com o Governo Federal e Governo Estadual, segundo diretrizes do Conselho Municipal de Política Cultural, como política pública de Estado, para o fomento aos diversos segmentos culturais - Música; Teatro; Circo; Dança; Mímica e Congêneres; Fotografia, Cinema e Vídeo; Literatura; Artes Visuais; Arte Digital; Design; Artesanato; Cultura Popular; Pesquisa Cultural; Patrimônio Cultural Material e Imaterial; a serem lançados no 1º semestre de cada ano, para fomento da produção de cada área.

12. Apoiar a realização dos eventos do Calendário Cultural de Capinzal, realizados por produtores independentes, bem como os organizados pelas comunidades.

13. Incluir na LOA (Lei Orçamentária Anual) os recursos de apoio aos projetos que já estão consolidados no Calendário Cultural de Capinzal, proporcional à sua realidade orçamentária e abrangência.

14. Articular com instituições financeiras federais - a otimização do acesso à suas linhas especiais de crédito para a área cultural, com o objetivo de fomentar a produção cultural local, dando atenção especial aos pequenos negócios culturais.

15. Montar pontos de comercialização de produtos culturais (livros, CDs, vídeos, obras de arte, artesanato, produtos de design, etc.) em locais de grande circulação e implementar a Feira Cultural e as Feirinhas Típicas Itinerantes, nos Pontos de Cultura, a ser gerido pela Prefeitura de Capinzal em parceria com a iniciativa privada e sociedade civil organizada, objetivando o fortalecimento dos artistas, designers e artesãos no mercado local. Criar o Mapa

das Artes e Artesanato de Capinzal, com indicação dos pontos de produção e comercialização, para ser distribuído nos hotéis, lojas e feiras.

16. Implementar Programa de Fomento para Venda de Produtos Culturais, numa ação conjunta da Diretoria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Capinzal, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina e dos Ministérios da Cultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, orientando os artistas, produtores culturais e empresas sobre a sua utilização.

17. Em parceria com o Ministério da Cultura, implementar o Programa Pontos de Cultura para fomentar a produção e o intercâmbio cultural entre os grupos artísticos da cidade.

18. Buscar viabilizar parceria com o Ministério da Cultura e Governo do Estado para, anualmente, promover um prêmio para produção de um espetáculo teatral de raízes culturais.

19. Incentivo aos grupos e companhias estáveis de artes cênicas, inscritos no Cadastro Cultural de Capinzal, que já estão estruturados e desenvolvendo seus trabalhos em Capinzal, prevendo nos editais apoios à sua manutenção.

20. Estruturar projetos específicos para os diversos segmentos da música, fora dos ciclos festivos, criando um Festival de Música Catarinense, sediado na cidade de Capinzal.

21. Desenvolver ações de promoção e divulgação do design local, em todos os seus segmentos, por sua importância cultural e econômica.

22. Ter uma representação do município em feiras estaduais, promovidas pela Secretaria de Turismo e Diretoria de Cultura e em feiras estaduais e nacionais.

23. Dinamizar o artesanato com a utilização de resíduos sólidos e realizar oficinas com catadores, famílias, arte-educadores e grupos culturais.

24. Criar apoios financeiros e liberar os recursos com antecedência para os grupos dos ciclos carnavalescos, junino e natalino, a exemplo do Carnaval Multicultural, destinada às quadrilhas e grupos de danças da cultura popular de Capinzal.

SISTEMA DE INCENTIVO À CULTURA

25. Criar a Lei de Incentivo à Cultura do município de Capinzal, estipulando o percentual de renúncia fiscal para, no mínimo, 4% da receita do ISS. Iniciar a discussão no Conselho Municipal de Política Cultural da legislação municipal que regulamenta o Sistema de Incentivo à Cultura e enviar a proposta ao Executivo, com sua criação, para o devido encaminhamento, como Projeto de Lei, para apreciação e aprovação pela Câmara Municipal de Capinzal.

26. Regularizar e implementar o Fundo Municipal de Cultura, previsto na criação do Sistema de Incentivo à Cultura de Capinzal, assegurando na LOA (Lei Orçamentária Anual) os recursos para os projetos culturais aprovados.

27. Lançar o edital do Sistema de Incentivo à Cultura no mês de janeiro de cada ano, com prazo de 60 dias para avaliação e resultado.

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS

28. Fortalecer e consolidar o Sistema Municipal de Informações Culturais, instância responsável pela geração e difusão de informações culturais (artistas, equipamentos, eventos, manifestações

e segmentos artísticos, cadeias produtivas, etc.), por meios eletrônicos e rede mundial de computadores, contribuindo, dessa forma, para a inclusão sociocultural e desenvolvimento econômico. Atuar conectado com o Sistema Nacional de Informações Culturais, acompanhando e avaliando as atividades culturais com pesquisas e indicadores culturais. Consolidar o Cadastro Cultural de Capinzal, como base de dados, imprescindível para a visibilidade dos segmentos artísticos e subsídios para desenvolvimento de políticas públicas para a cultura. Implantar um Sistema de Informações e Indicadores Culturais, aferindo o desempenho quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas em todas as áreas culturais e artísticas, visando subsidiar uma permanente formulação de políticas públicas.

29. Realizar pesquisas das cadeias produtivas da cultura, em parceria com outros governos e instituições, para identificar oportunidades e estabelecer políticas e procedimentos que facilitem e estimulem a produção e a geração de emprego e renda nos diversos segmentos culturais. As informações resultantes devem ser disponibilizadas ao público via internet.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E DIREITOS DO TRABALHADOR DA CULTURA

30. Criar oportunidades de aproveitamento dos agentes culturais formados pelo Programa Multicultural na produção dos eventos culturais promovidos pela Prefeitura de Capinzal, considerando os respectivos perfis e as necessidades dos eventos.

31. Firmar parceria com o Governo Federal para divulgar e potencializar um Programa de previdência, estimulando sua adesão pelos artistas e produtores culturais, beneficiando uma classe trabalhadora que tem direito a garantias previdenciárias.

REDES CULTURAIS

32. Fomentar e incentivar a criação de redes e cooperativas, segundo as especificidades dos diversos segmentos artísticos em Capinzal. Estimular a articulação com outras redes regionais, estaduais, nacionais e internacionais, promovendo o intercâmbio cultural e a troca de experiências de gestão, divulgação cultural, comercialização de produtos, entre outros.

CULTURA E COMUNICAÇÃO

33. Desenvolver um programa de Rádio Cultura, priorizando o seu caráter cultural e informativo, orientando dando visibilidade à artistas locais e aos eventos culturais produzidos em Capinzal ou por capinzalenses.

34. Apoiar e estabelecer parcerias com as rádios comunitárias buscando promover e divulgar a cultura local, em especial a produção musical e poética.

35. Criar o Portal Cultural de Capinzal, contemplando todos os segmentos e apresentando a programação cultural da cidade, bem como informações sobre a Gestão Cultural.

36. Editar, mensalmente, a Agenda Cultural de Capinzal, com encarte da programação cultural do Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal - impressa e na versão on-line - com o objetivo de divulgar a produção cultural de Capinzal, dando acesso à população e aos visitantes aos bens culturais e ao que movimenta a cidade mês a mês.

37. Promover a exibição de vídeos e filmes de curta-metragem, antes da exibição dos filmes de longa-metragem na programação de sala de exibição.

Programa Estratégico 3

Patrimônio e Arquitetura**Objetivo:**

Valorizar, preservar, restaurar e difundir o patrimônio cultural, (material e imaterial) da cidade De Capinzal, reconhecendo-o como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social, integração cultural e construção da cidadania.

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIALEIMATERIAL

1. Implementar nas políticas de proteção e promoção do patrimônio cultural a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

2. Realizar estudos para viabilizar a candidatura de Capinzal, junto aos órgãos de responsabilidade, o título de Patrimônio da Humanidade na categoria Paisagem Cultural. Articular com o IPHAN a elaboração conjunta da justificativa, preparação da documentação técnica e defesa do pleito junto aos órgãos de competência.

3. Promover ações do Plano de Salvaguarda do Folclore Ítalo-germânico como Patrimônio Cultural Imaterial de Capinzal, em parceria com o Governo Federal, Governo Estadual e iniciativa privada.

4. Realizar mapeamento de Patrimônio material e imaterial de Capinzal, com vistas à ampliação, consolidação e divulgação do Cadastro Cultural.

5. Promover ações de reconhecimento, através do registro e tombamento municipal, dos bens culturais (materiais e imateriais) da cidade de Capinzal, bem como consolidar ações de Salvaguarda, em parceria com o Governo Federal, Governo Estadual e iniciativa privada.

6. Criar mecanismos de incentivo, através de renúncia fiscal ou outros instrumentos, para proprietários de bens culturais imóveis de reconhecido valor cultural, contribuindo para a preservação do patrimônio construído da cidade de Capinzal.

7. Desenvolver programas de despoluição sonora e visual da cidade, valorizando os conjuntos arquitetônicos que formam o patrimônio cultural de Capinzal.

8. Criação do Cursos e oficinas para formação de Conservadores e Restauradores do Patrimônio Histórico, Religioso e Arquitetônico, a ser desenvolvido por profissionais de reconhecido saber, em parceria com o IPHAN e outras instituições de competência.

9. Reconhecer, através de inventário ou registro, as festas religiosas, de importância cultural, como patrimônio imaterial da cidade de Capinzal.

10. Promover Festivais e Encontros de Cultura Popular, em parceria com a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, trazendo artistas e grupos das várias linguagens e expressões da cultura popular para apresentações e troca de experiências, valorizando a diversidade cultural e fortalecendo Capinzal como um importante pólo de cultura popular.

11. Desenvolver o Projeto Circo de Capinzal, implantando oficinas, cursos e workshop's, valorizando os artistas circenses e fortalecendo as ações de promoção, formação e difusão do circo em Capinzal.

12. Implementar políticas públicas voltadas para as manifestações culturais que estão em processo de declínio, assegurando maior visibilidade, reconhecimento, continuidade e consequente

salvaguarda desses bens, a exemplo da cultura cabocla, italiana e alemã.

13. Otimizar esforços, para salvaguardar técnicas e conhecimentos trazidos pelos imigrantes ou pelos caboclos nativos, desenvolvendo oficinas para reprodução destas artes e transmissão destas técnicas para uma nova geração, afim de proteger, dinamizar e resgatar estes conhecimentos.

SISTEMA MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

14. Reestruturar e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, integrando aos Sistemas Estadual e Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, como instrumento de articulação e gestão de políticas públicas de proteção e promoção do patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Capinzal. O Sistema é composto por um núcleo executivo constituído pela Diretoria de Cultura, através da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - COM-PAC e por um conjunto de leis de proteção do patrimônio cultural (lei de tombamento, lei do patrimônio vivo e lei do patrimônio imaterial), tendo recursos específicos do Fundo Municipal de Cultura e participação da sociedade civil através do Conselho Municipal de Política Cultural, sendo este o órgão deliberativo do Sistema de Preservação do Patrimônio Cultural.

SISTEMA MUNICIPAL DE MUSEUS, CENTROS DE MEMÓRIA E ARQUIVOS

15. Fortalecer e consolidar uma política de aquisição, guarda, restauração, digitalização, pesquisa e divulgação dos acervos do museu, videotecas, bibliotecas, arquivo municipal, centros de pesquisa, memória e formação, com diretrizes formuladas no âmbito do Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

16. Implementar o Arquivo Público de Capinzal, com a participação do Conselho Municipal de Política Cultural, a partir de uma política arquivística que assegure a preservação, pesquisa e divulgação da memória histórica, administrativa e política de Capinzal, com base nas diretrizes propostas pelo Arquivo Nacional e Conselho Nacional de Arquivos.

17. Implantar e consolidar o projeto Centros de Memória de Capinzal, articulados aos Pontos de Cultura, localizados nos bairros, interior e centro do município de Capinzal.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

18. Fortalecer o Núcleo da Cultura Afro-Brasileira, tendo como principais objetivos a pesquisa e a formação cultural articulada dos grupos afros da cidade e a valorização das manifestações da cultura afro-brasileira em Capinzal (capoeira, samba, entre outras), bem como das religiões de matriz africana e afro-brasileira (umbanda, candomblé, entre outras).

19. Criar um Programa de Registro e Tombamento do conjunto das casas religiosas de importância histórica e cultural como patrimônio material e imaterial de Capinzal, reconhecendo a sua importância cultural e favorecendo a inclusão social com a implementação do turismo religioso.

20. Reconhecer e apoiar o hip-hop e suas variações como expressão cultural das periferias urbanas, especialmente dos jovens negros e contribuir para o intercâmbio do movimento cultural hip-hop de Capinzal com os de outras cidades.

21. Legitimar a capoeira como expressão artístico cultural, promovendo cursos de capacitação e qualificação dos capoeiristas, tornando-os multiplicadores desta manifestação reconhecida pelo

IPHAN/MinC como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

22. Implantar um Programa Municipal de Educação Patrimonial, desenvolvendo uma política sócio-educativa, cultural e ambiental para a cidade de Capinzal, possibilitando a sensibilização, formação, acesso e fruição aos bens culturais e patrimoniais (treinamento de professores; palestras e seminários; visitas públicas - roteiros e circuitos históricos e publicações específicas). Trabalhar, em especial, com as populações ribeirinhas, buscando sensibilizá-las para a importância da despoluição e preservação dos rios, mananciais e mangues, valorizando-os como paisagem cultural da cidade.

23. Editar, semestralmente, através do Conselho Municipal de Política Cultural, a revista CapinCultura, abordando as grandes questões da cultura e da produção local, disponibilizando-a em meio digital no site da Prefeitura Municipal de Capinzal.

Programa Estratégico 4

Formação e Intercâmbio Cultural

Objetivo:

Promover a formação e qualificação profissional nas diversas linguagens artísticas, a formação de novas plateias e o intercâmbio cultural.

FORMAÇÃO CULTURAL

1. Fortalecer o Programa Multicultural com o Plano de Formação Cultural, realizado em parceria com universidade e outras instituições de ensino. O Plano deve contemplar as várias áreas do campo artístico-cultural na perspectiva de potencializar a geração de trabalho e renda, divulgar e consolidar a cultura local e gerir projetos. Os Pontos de Cultura assim como o Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal devem funcionar como centros de formação cultural e profissionalizante, voltadas para o ensino da gestão cultural, cinema, artes cênicas, artes visuais, arte digital, design, música, literatura e demais segmentos, de modo a atender às demandas do município. Além de universidade, o Programa Multicultural deve articular parcerias com instituições como, Sebrae, Sesc, Senac, Sesi, Senai, e outras, para realização de cursos extensivos aos instrutores capacitando-os a ministrar aulas. Tais cursos devem ocorrer sistematicamente de seis em seis meses, como reciclagem para melhor qualificação desses instrutores. O plano pedagógico deverá conter uma carga horária dedicada à teoria, contemplando dessa forma aspectos históricos relativos ao segmento cultural atendido no curso. Tal ação enriquecerá e qualificará melhor os alunos no que se refere aos processos culturais como um todo. Levar projetos do Programa Multicultural para serem executados fora do eixo governamental como uma das possibilidades de troca com universidades e outras instituições públicas e privadas, é uma alternativa que serve de instrumento para estágios reconhecidos que atendam aos alunos assim como os professores. As novas metodologias propostas devem ser discutidas e construídas com a participação do Conselho Municipal de Política Cultural e dos Foruns Permanentes.

2. Estimular a elaboração de um Plano de Formação e Qualificação na área da cultura, que contemple os diversos segmentos, articulando com instituições municipais, estaduais e federais de ensino a implantação de cursos nos níveis de iniciação, técnico-médio, utilizando, de imediato, os espaços físicos já existentes na cidade de Capinzal, de forma descentralizada.

3. Promover, sistematicamente, cursos pelo Programa Multicultural

a cada semestre com maior carga horária dos cursos de iniciação a produção cultural e oficinas com entrega de certificados devidamente reconhecidos, por meio de parcerias articuladas com instituições municipais, estaduais e federais de ensino.

4. Criar um Centro de Pesquisa e Formação de Artes Cênicas como espaço de criação e desenvolvimento nas artes cênicas, através de intercâmbio e troca de experiência entre artistas; por meio do incentivo à produção local; da continuidade de projetos, como a Mostra Internacional de Dança e Festivais de Teatro Escolar etc. Proporcionando Oficinas de Inverno, Aprendiz Encena, Produção Teatral de Aprendizado; do apoio a outros projetos culturais e através da realização de cursos, oficinas, workshops e leituras dramáticas. Ampliar o acervo de livros e vídeos sobre o teatro, dança (colocar vídeos de espetáculos de grandes mestres de teatro e da dança).

5. Fortalecer os equipamentos culturais já existentes na Diretoria de Cultura que trabalham com formação, pesquisa e documentação, enriquecendo seus acervos, qualificando e ampliando sua equipe de profissionais, aumentando a capacidade para atendimento no que se refere à pesquisa, estudo, cursos e oficinas em espaços como o Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal, Os Pontos de Cultura, Centro Educacional Prefeito Celso Farina, Arena Multiuso da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoretto, entre outros que deverão interagir na programação anual de produções pedagógicas e de eventos.

6. Implantar e implementar um Programa Específico de Educação Musical para Deficientes Visuais, cujas ações didáticas (musicografia Braille) sejam desenvolvidas na Escola de Música de Capinzal, buscando parcerias com entidades de experiência específica, reconhecidas na atuação com público de baixa visão.

7. Promover iniciativas municipais de capacitação e qualificação técnica em audiovisual, suprimindo as carências da cadeia produtiva local, tais como: fotografia, iluminação, som, produção executiva, etc., em parceria com instituições nacionais (como MinC e SENAC) e internacionais.

8. Promover cursos de capacitação e qualificação de instrutores de manifestações culturais como a capoeira, danças italiana, danças alemãs e danças gaúchas entre outras, num trabalho de arte-educação para o fortalecimento e difusão destas importantes expressões culturais, bem como um meio de prevenção de situações de risco para a juventude e promoção de uma cultura de paz, articulando parcerias para sua implementação com a Secretaria de Ação Social, Ministério Público, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e de Saúde da Prefeitura de Capinzal, Órgãos Estaduais, Federais e iniciativa privada.

FORMAÇÃO DE PÚBLICO

9. Democratizar o acesso dos capinzalenses à cultura, através de Projetos como o "Cinema Popular, o "Cinema na Praça", nos bairros, nos Pontos de Cultura e em espaços públicos, o "Concertos Populares" com apresentações da Banda Municipal e da Escola de Música do Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal, em teatros, igrejas e espaços públicos e o "Educação para o Teatro, Educação para a Vida", com peças teatrais nos Pontos de Cultura e nas escolas da rede municipal e estadual, todos com ingressos a preços populares ou acesso gratuito.

10. Apoiar e propor iniciativas que promovam o desenvolvimento de uma transculturalidade, proporcionando a experimentação e o encontro entre artistas de diversas linguagens, como a realização, anualmente, de um festival transcultural envolvendo os artistas das diversas áreas e segmentos.

11. Criar uma Política Cultural Municipal que dê visibilidade às ações já existentes e praticadas em seus equipamentos, através de campanha publicitária educativa, em caráter permanente, visando incentivar a população a consumir a programação artística e cultural.

12. Desenvolver uma política contínua de acesso à cultura, incentivando a população, através de campanha publicitária educativa permanente, a criar o hábito de frequentar a programação artística e os bens culturais do seu bairro e de sua cidade ao longo do ano. Para isso cada vez mais promover ações contínuas de acesso à cultura, em parceria com os segmentos artísticos e as cadeias produtivas de Capinzal e do Estado de Santa Catarina, para ampliar e garantir a formação e renovação de público.

13. Implementar calendário sistemático de articulação e difusão dos diversos segmentos da cultura nas escolas e entidades culturais das comunidades, com debates multidisciplinares, cursos e exposições de profissionais de notório saber de diversas áreas, dirigido tanto aos alunos quanto aos professores.

14. Desenvolver anualmente programas de incentivo à leitura, com oficinas artísticas e técnicas para crianças, jovens, adultos e idosos, realizadas em diversos locais, como escolas públicas, Pontos de Cultura, centros de convivência e reabilitação, associações, entre outros.

15. Criar uma midiateca, que reúna e disponibilize, todo acesso à produção cultural sistematizada na cidade, garantindo acessibilidade ao acervo.

16. Promover a formação de público e intercâmbio por meio de caravana cultural itinerante, composta por artistas locais, que se apresentarão nas diversas regiões da cidade, em eventos organizados pela Prefeitura de Capinzal.

PROMOÇÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL

17. Promover intercâmbio cultural com outras cidades brasileiras e do exterior, com reciprocidade dos compromissos assumidos entre os governos e instituições das cidades envolvidas. Estabelecer parcerias com outras Secretarias de Cultura e, especialmente com o Ministério da Cultura, buscando viabilizar a circulação da produção cultural Capinzalense nas diversas regiões do Brasil e no exterior.

18. Desenvolver políticas de intercâmbio cultural para qualificar profissionais de todos os segmentos culturais, estabelecendo se, para isso, um Plano de Financiamento mediante convênios, parcerias e bolsas.

19. Desenvolver políticas de financiamento para o intercâmbio cultural, criando editais, semestralmente, para custeio de transporte de artistas, grupos e produtores culturais e/ou material, através do Fundo Municipal de Cultura.

20. Promover intercâmbios com experiências bem sucedidas de qualificação nos diversos segmentos culturais e estimular a elaboração de projetos em parceria, inclusive financeira, viabilizando projetos locais.

Programa Estratégico 5

Gestão Pública da Cultura

Objetivo:

Modernizar e democratizar a gestão cultural da cidade de Capinzal, implantando o Sistema Municipal de Cultura, promovendo a participação dos diversos segmentos envolvidos com a cultura do

Município, otimizando os equipamentos culturais e valorizando os servidores.

SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

1. Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura, integrado ao Sistema Nacional de Cultura, como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil. O Sistema Municipal de Cultura da cidade de Capinzal é constituído pela Diretoria de Cultura, Cidade de Capinzal, Conselho Municipal de Política Cultural, Fóruns Permanentes de Cultura, Plenária e Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, Sistema de Incentivo à Cultura (Mecenato e Fundo Municipal de Cultura) e Sistema Municipal de Informações Culturais. As diretrizes da gestão cultural da cidade de Capinzal são definidas através da Conferência Municipal de Cultura, realizada bianualmente, e do Conselho Municipal de Política Cultural, de composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil. Os Órgãos Gestores devem apresentar anualmente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Municipal de Cultura.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

2. Realizar, bianualmente, a Conferência de Cultura de Capinzal, para debater e propor princípios e diretrizes para a política cultural do município e segmentos culturais, eleitas em pré-conferências.

3. Fortalecer e consolidar o Conselho Municipal de Política Cultural com composição paritária governo - sociedade civil, com eleições dos representantes da sociedade civil por segmento cultural, para propor, formular, fiscalizar e acompanhar a execução das políticas municipais de cultura.

4. Fortalecer os Fóruns Permanentes do Conselho Municipal de Política Cultural, estruturados por segmentos culturais, para discussão e avaliação das políticas e ações culturais do município e formular para as localidades do interior e bairros segmentos culturais políticas culturais específicas que incluam questões como: memória, formação, divulgação, exibição, incentivo, pesquisa, intercâmbio, organização, descentralização, geração de renda, acesso, parcerias, entre outras.

5. Realizar, anualmente, a Plenária Temática da Cultura do Programa do Orçamento Participativo para definir as ações prioritárias na área da cultura e eleger os componentes do Fórum Temático da Cultura, que deverá realizar reuniões bimestrais para acompanhamento das ações do Plano Municipal de Cultura.

6. Assegurar que sejam previamente apresentados e debatidos, no Conselho Municipal de Política Cultural e nos seus Fóruns Permanentes, os projetos dos eventos realizados pela Diretoria de Cultura, especialmente o Carnaval Multicultural, o São João de Capinzal, o Natal e os Festivais do Calendário Cultural de Capinzal.

7. Criar e Consolidar os Conselhos Gestores da Rede de Equipamentos Culturais, responsáveis pela gestão compartilhada dos equipamentos, assegurando a pluralidade da sua composição e a regularidade das suas reuniões com a participação de representantes do governo municipal, dos artistas e produtores culturais, da comunidade e das instituições e empresas parceiras.

8. Participar ativamente dos Fóruns e Articulações Institucionais a nível Regional, Nacional e Internacional, contribuindo para a formulação das políticas públicas de cultura e inserção da produção local nas redes culturais. A representação da cidade de Capinzal nestes Fóruns deve ser definida em função da sua natureza e dos temas a serem tratados nas reuniões, cabendo ao Poder Executivo

Municipal a indicação da representação local. Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural, quando solicitado, fazer indicação de nomes para representá-lo.

REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

9. Implantar a Rede de Pontos de Cultura, constituída por unidades localizadas nos Bairros e Localidades do Interior, como espaços de formação nos diversos segmentos culturais visando inserir a população jovem no mercado de trabalho da cultura. Os Pontos de Cultura são, sobretudo, equipamentos que criam as condições necessárias para que se tenha uma ação permanente de formação, produção e difusão cultural, garantindo a continuidade e o aprofundamento de uma política cultural que trabalha a cultura como vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social.

- O programa básico dos Pontos de Cultura, contempla uma Biblioteca, Centro de Cultura Digital, salas para Oficinas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Fotografia, dentre outras. Como atualmente a maioria dos equipamentos culturais de Capinzal está localizada na região central da cidade, além da sua singularidade como centro voltado prioritariamente para a formação e produção cultural, a implantação dos Pontos de Cultura tem grande repercussão como fator de descentralização das atividades culturais e a consequente valorização e integração da produção da periferia ao circuito cultural da cidade.

- Pela amplitude do seu programa arquitetônico, com espaços apropriados para o desenvolvimento de atividades das mais diversas linguagens culturais, com uma postura aberta para trabalhar com as mais variadas tecnologias e conhecimentos, que vão da sabedoria dos mestres da cultura popular aos recursos da tecnologia da informação, pela visão de trabalhar a cultura como um elemento simbólico formador da identidade do indivíduo, da comunidade, da cidade, mas, também, como um importante vetor de desenvolvimento e inclusão social, esta é uma experiência inovadora e, em muitos aspectos, constituindo-se num grande laboratório, cujos resultados poderão contribuir para o desenvolvimento cultural não apenas de Capinzal, mas de muitas outras cidades brasileiras.

- As localizações dos Pontos de Cultura foram definidas considerando-se diversos fatores, como a acessibilidade do público, a carência de equipamentos culturais, a tradição e o potencial de desenvolvimento cultural da área, os índices de violência na região (que atinge especialmente a população jovem) e o papel do Ponto como pólo irradiador de desenvolvimento urbano e dinamizador da economia local. Numa primeira etapa, a previsão é implantar um Ponto de Cultura em cada escola municipal. A curto prazo, os Pontos atendem às necessidades da comunidade escolar e seu entorno e baseado em seu crescimento devem estabelecer sede própria com infraestrutura adequada ao seu crescimento e desenvolvimento das suas ações perante a comunidade do Bairro ou em localidades do interior do município.

- Os recursos para a construção são provenientes da Prefeitura de Capinzal e de convênios com o Ministério da Cultura, Ministério das Cidades, patrocínio de empresas privadas através de convênios ou por renúncia fiscal (Lei Rouanet ou similar). Para a sustentabilidade dos Pontos de Cultura, além de parcerias com outras Secretarias da Prefeitura de Capinzal, com o Governo do Estado de Santa Catarina, com o Ministério da Cultura e com instituições e empresas públicas e privadas, são previstos recursos provenientes das seguintes atividades: vendas em quiosques e lojas de produtos elaborados pelos alunos das oficinas dos Pontos de Cultura ou do Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal e outros apresentados por artistas da região; espetáculos a preços populares; lanchonetes e cafeterias; pautas dos teatros disponíveis para eventos da iniciativa privada; cinema a preços populares.

10. Ampliar e qualificar a Rede de Bibliotecas Municipais, envolvendo as Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e criar o Projeto de Apoio à Rede de Bibliotecas Comunitárias nos Bairros, incentivando e apoiando iniciativas da comunidade e implantando novos projetos, numa ação integrada com o Governo Federal, o Governo do Estado, a iniciativa privada e entidades organizadas da sociedade civil.

11. Consolidar o Complexo Cultural Estação Cultura, como âncora do Complexo Turístico Cultural Estrada férrea, com a diversificação de atividades e usos. Dar continuidade à programação cultural existente e assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos: Museu de Histórico, Centro de Documentação e Memória da Cultura Material, do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural - Oficina do Carnaval e Oficina de São João, Centro de Orientação e Criação em Artes Visuais, Cursos de Corte e Costura, Curso de Cabeleireiro maquiador e manicure, Centro de Treinamento em Culinária Típica e local e Centro de Artesanato. Criar um Conselho Gestor, com representantes governamentais, dos artistas e produtores culturais, dos comerciantes, dos patrocinadores e da sociedade civil organizada.

12. Otimizar o funcionamento da Rede Municipal de Equipamentos Culturais, constituída, atualmente, pelo Centro Educacional Prefeito Celso Farina, Arena Multiuso da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoreto, Centro de Referência e Desenvolvimento Cultural de Capinzal, Praça Pedro Lelis da Rocha, Museu Municipal Dr. Vitor Almeida e do futuro complexo Estação Cultura a ser construído assim como do Núcleo da Cultura Afro-Brasileira, Museu de Arte Popular, Centro de Documentação e Memória da Cultura, Videoteca, do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural - Oficina do Carnaval e de São João, Centro de Formação em Artes Visuais, Coral e Banda Municipal da Cidade de Capinzal e dotando-os de condições físicas e técnicas para o cumprimento de suas missões, salvaguarda e ampliação de seus acervos e intensificação de intercâmbios com outras instituições culturais.

13. Reestruturar o Museu Histórico Municipal Dr. Vitor Almeida, com a requalificação da sua infra-estrutura e instalações, ampliação dos espaços expositivos, acervo e biblioteca e a intensificação do intercâmbio com outros museus e instituições culturais do Brasil e do exterior.

14. Criar o Museu da Imagem e do Som com a instalação dos espaços físicos, climatização, reestruturação de reserva técnica, auditório, oficinas e galerias para exposições, para que ele cumpra suas funções de conservação, pesquisa e difusão da história cultural da cidade e abrigue o Portal Cultural da Cidade de Capinzal, equipamento âncora do Núcleo do Complexo Turístico Cultural de Capinzal.

15. Fortalecer o Centro Educacional Prefeito Celso Farina, com equipamentos reforma para atender a atual demanda de eventos geração de emprego e renda para atores, técnicos, produtores, cenógrafos, através de convênios e parcerias com entidades públicas, privadas e de representação empresarial e profissional.

16. Criar a Videoteca e Cinemateca, dotando-a de equipamentos e pessoal especializado e, em parceria com a Cinemateca Nacional, restaurar e digitalizar acervo de filmes. Apoiar, em parceria com o Ministério da Cultura, através de acordos ou convênios, a conservação de filmes dos acervos existentes na cidade de Capinzal, particularmente aqueles que estejam com dificuldades de preservação.

17. Criar o equipamento Casa de Teatro e Cinema, vinculado à Diretoria de Cultura, com organograma e instalações compatíveis com as atribuições de apoio e gerenciamento das atividades audiovisuais do município, tais como: fomento, capacitação, exibição, distribuição da produção local, guarda e preservação dos

filmes catarinenses, cine clubes, atividades audiovisuais dos Pontos de Cultura e gerenciamento da Sala de Teatro e Cinema da cidade de Capinzal.

18. Criar a Estação Leitura, (parte integrante do Projeto Estação Cultura) como centro de referência da literatura capinzalense e do Estado de Santa Catarina.

19. Estabelecer critérios de ocupação das pautas de teatro e museus municipais, definidas através de curadoria e de seleção por edital, respeitando-se a especificidade de cada equipamento e a programação oficial.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

20. Fortalecer a Diretoria de Cultura da Cidade de Capinzal, com uma estrutura organizacional capaz de viabilizar a implementação da nova política cultural. O organograma deve dar uma maior autonomia à gestão dos grandes equipamentos culturais do município. Deve ser melhor estruturada no PPA para operacionalizar as ações e atividades culturais a ela destinadas.

21. Assegurar percentuais acima de 4% do Orçamento Municipal para a área da cultura, garantindo a execução das políticas públicas de cultura do município e o funcionamento da Diretoria de Cultura da cidade de Capinzal.

22. Criar sede própria para a Diretoria de Cultura Cidade de Capinzal - possibilitando com o funcionamento do seu setor administrativo num único local maior articulação e integração do seu quadro funcional, melhor desempenho operacional e atendimento ao público.

23. Consolidar o Modelo de Gestão Colegiada, integrando as diversas instâncias da Diretoria de Cultura, democratizando as decisões e dando maior agilidade e eficácia à gestão.

24. Valorizar, reestruturar e capacitar o Quadro de Funcionários da Diretoria de Cultura da cidade de Capinzal, com a implementação de melhores condições de trabalho e a realização de Concurso Público para composição das equipes das diversas unidades administrativas, incluindo vagas para agentes culturais nas comunidades e nas escolas, (similar aos agentes de saúde), com a atribuição de mapear e acompanhar as atividades dos grupos culturais, desenvolvendo pesquisas, articulando e incentivando o desenvolvimento cultural das comunidades.

25. Assegurar capacitação e reciclagem para trabalhadores da Cultura, que fazem parte do quadro técnico do Município, através da formação continuada, nas suas áreas específicas, suprimindo carências identificadas a partir de pesquisa interna.

26. Criar quadros de funcionários especializados nas instituições culturais municipais visando o pleno funcionamento de teatro, cinema, museus, centros culturais e bibliotecas.

Lei 3.127/2014

LEI Nº 3.127, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Institui o Sistema Municipal de Cultura e dispõe sobre as diretrizes, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural e do Fundo Municipal de Cultura, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura - SMC, com as seguintes finalidades:

I - integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Municipal e instituições parceiras;

II - contribuir para a implementação de políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da sociedade civil e poder público municipal;

III - articular ações transversais, descentralizadas e participativas, com vistas a estabelecer e efetivar o Plano Municipal de Cultura;

IV - promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura;

V - consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, através da revisão de marcos legais já estabelecidos e da implantação de novos instrumentos institucionais;

VI - assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e da multiplicidade cultural.

Art. 2º O SMC tem os seguintes objetivos:

I - estabelecer e implementar políticas culturais de longo prazo, em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade;

II - incentivar parcerias no âmbito do setor público e com o setor privado, na área de gestão e promoção da cultura;

III - reunir, consolidar e disseminar informações dos órgãos e entidades dele integrantes em base de dados, a ser articulada, coordenada e difundida pela Diretoria de Cultura de Capinzal;

IV - promover a transparência dos investimentos na área cultural;

V - incentivar, integrar e coordenar a formação de redes e sistemas setoriais nas diversas áreas do fazer cultural;

VI - promover a integração das culturas locais às políticas públicas de cultura do Brasil, e no âmbito da comunidade internacional, especialmente das comunidades latino-americanas, dos países de língua portuguesa e dos países de origem dos processos históricos de imigração;

VII - promover a cultura em toda a sua amplitude, buscando os meios para realizar o encontro dos conhecimentos e técnicas criativos, concorrendo para a valorização das atividades e profissões culturais e artísticas e fomentando a cultura crítica e a liberdade de criação e de expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;

VIII - estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área cultural;

VIII - levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do município e as memórias (materiais e imateriais) da comunidade, bem como proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais;

IX - garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e

com notório reconhecimento da comunidade.

Art. 3º São elementos e instâncias integrantes do SMC:

I - a Diretoria de Cultura de Capinzal e suas unidades administrativas;

II - o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC;

III - o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

IV - o Fundo Municipal de Cultura;

V - o Inventário do Patrimônio Cultural de Capinzal - IPCC;

VI - a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Capinzal - COMPHAAN;

VII - a Comissão de Análise de Projetos - CAP;

VIII - os Sistemas Setoriais de Cultura (museus, espaços de memória, bibliotecas, e outros);

IX - o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

X - o Programa Municipal de Formação em Cultura;

XI - a Conferência Municipal de Cultura;

XII - o Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º À Diretoria de Cultura, órgão central do SMC, compete:

I - exercer a coordenação-geral do SMC;

II - estabelecer as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas na plenária do CMPC;

III - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o SMC, observadas as diretrizes sugeridas pelo CMPC;

IV - desenvolver e reunir, com o apoio dos órgãos integrantes do SMC, indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos para a democratização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Município e conveniados;

V - sistematizar e promover, com apoio dos segmentos pertinentes no âmbito da administração pública municipal, a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão relativos à preservação e disseminação do patrimônio material e imaterial sob a guarda do Município;

VI - subsidiar as políticas e ações transversais da cultura nos planos e ações estratégicos do Governo Municipal;

VII - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os órgãos do poder público no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos plurianuais;

VIII - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura.

Art. 5º O Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC, tem como objetivo estimular a produção e execução de projetos culturais considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade, na forma e nos limites estabelecidos pela Lei de Instituição do Plano.

Art. 6º O Inventário do Patrimônio Cultural de Capinzal - IPCC, forma de proteção e valorização do patrimônio cultural do Município de Capinzal, nos termos do §1º do art. 216 da Constituição Federal e dos artigos e parágrafos nele constituídos pela Lei Orgânica, deverá ser regulamentado por legislação específica.

Art. 7º A Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Capinzal - COMPHAAN, é a instância competente de análise dos processos relacionados ao cumprimento da Lei que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do Município de Capinzal.

Art. 8º A Comissão de Análise de Projetos - CAP vinculada ao Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC é responsável pela avaliação e aprovação de todos os projetos encaminhados ao sistema, bem como pela apreciação da prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros, após análise contábil da área técnica da Diretoria de Cultura de Capinzal.

Art. 9º Os Sistemas Setoriais de Cultura (museus, espaços de memória, bibliotecas, e outros), objetos de regulamentação específica, possibilitarão a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos no âmbito do município de Capinzal, tendo como objetivos, dentre outros:

I - promover a articulação entre instituições culturais públicas e privadas existentes no município, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

II - definir diretrizes gerais de orientação e livre adesão para o cumprimento dos objetivos do sistema setorial;

III - estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função da instituição cultural junto à comunidade em que atua;

IV - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade cultural e a diversidade cultural do município;

V - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelas instituições culturais;

VI - prestar assistência técnica às entidades participantes do sistema setorial, de acordo com as suas necessidades e nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de espaços;

VII - proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho institucional.

Parágrafo único. A adesão de instituições privadas ou não vinculadas ao poder público municipal aos Sistemas Setoriais de Cultura é livre, e deverá ser estimulada pelo Poder Público Municipal, visando a pactuação e execução de políticas comuns a todos os participantes.

Art. 10. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, criado pela presente lei, é o instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, que organiza e disponibiliza informações cadastrais sobre os diversos fazeres e bens culturais, bem como seus espaços e atores.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, aberto e acessível a qualquer interessado, tem por finalidades, dentre outras:

I - reunir dados qualitativos, quantitativos e territoriais sobre a realidade cultural do município, por meio de mapeamento dos

artistas, artesãos, produtores, técnicos, trabalhadores, pesquisadores, grupos, entidades, espaços culturais e bens tombados ou protegidos por legislação específica;

II - viabilizar a pesquisa por informações culturais, para favorecer a contratação de trabalhadores da cultura e de entidades culturais;

III - subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas culturais do município, por meio da disponibilização de dados e indicadores culturais;

IV - difundir a produção e o patrimônio cultural do município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva;

V - identificar agentes, comunidades e entidades até aqui não incluídas nas políticas culturais do município;

VI - intensificar o acesso às fontes de financiamento das atividades culturais, bem como às diversas ações culturais organizadas pelo poder público e pela sociedade, nas suas diversas áreas, no âmbito municipal;

VII - propor formas de provimento de recursos destinados aos participantes do sistema;

VIII - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do sistema;

IX - estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas das instituições culturais junto às comunidades;

X - acompanhar regularmente os programas e projetos desenvolvidos pelos integrantes do sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;

XI - promover e facilitar contatos dos integrantes do sistema setorial com entidades municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos dos mesmos.

Art. 11. O Programa Municipal de Formação em Cultura, criado pela presente Lei, é o instrumento de compatibilização e socialização de processos de formação em cultura, acordados entre as instituições integrantes do sistema, que possibilitará a gestão integrada e o desenvolvimento de ações no âmbito do município de Capinzal, tendo como objetivos, dentre outros:

I - promover a articulação em rede das instituições públicas e privadas de formação em cultura existentes no município, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

II - definir diretrizes gerais de orientação e livre adesão para o cumprimento dos objetivos do programa;

III - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade;

IV - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelas instituições;

V - prestar assistência técnica às entidades participantes do programa, de acordo com as suas necessidades;

VI - permitir e estimular a avaliação permanente e o mapeamento das instituições de ensino que atuam na área;

VII - estimular e promover a formação e qualificação de pessoas

em política e gestão culturais, incluindo a dos profissionais de ensino;

VIII - propor formas de provimento de recursos destinados aos participantes do programa.

Parágrafo único A adesão de instituições privadas ou não vinculadas ao poder público municipal ao Programa Municipal de Formação em Cultura é livre, e deverá ser estimulada pelo Poder Público Municipal, visando a pactuação e execução de políticas comuns a todos os integrantes do Sistema.

Art. 12. A Conferência Municipal de Cultura é o fórum participativo que reúne artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, professores, estudantes, gestores públicos, representantes de movimentos sociais e demais pessoas interessadas em contribuir com a formulação e implementação de políticas culturais.

Parágrafo único A Conferência Municipal de Cultura será realizada bianualmente, organizada conjuntamente pela Diretoria Cultural de Capinzal e pelo Conselho Municipal de Política Cultural, tendo como principais objetivos:

I - apresentar subsídios para a elaboração e execução do Plano Municipal de Cultura, bem como proceder sua avaliação;

II - definir propostas a serem encaminhadas à Conferência Estadual de Cultura e à Conferência Nacional de Cultura, quando for o caso;

III - validar a participação dos delegados da Conferência Estadual de Cultura, quando for o caso;

IV - eleger os representantes da sociedade civil, por segmento, para integrar o Conselho Municipal Política Cultural.

Art. 13. O Plano Municipal de Cultura, mecanismo similar ao previsto no § 3º do art. 215 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura, com a previsão de ações de curto, médio e longo prazos.

§ 1º Com duração decenal, o Plano Municipal de Cultura será construído pelo Conselho Municipal de Política Cultural, com o apoio da Diretoria Municipal de Cultura, com base nas diretrizes e ações deliberadas pela Conferência Municipal de Cultura.

§ 2º Constituem estrutura mínima do Plano Municipal de Cultura:

I - o diagnóstico atualizado do setor cultural no Município;

II - as diretrizes e ações deliberadas nas Conferências;

III - os objetivos gerais e específicos;

IV - as ações e estratégias para a implementação dos objetivos;

V - as metas e resultados esperados.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC

Art. 14. O Conselho Municipal de Política Cultural, deverá ser criado para nortear objetivos do Plano Municipal de Cultura dando validação e legalidade às ações promovidas e análises estatísticas do bem cultural.

Parágrafo único O CMPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Sistema Municipal de Cultura - SMC, é instância

permanente, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, que atua na formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura do município de Capinzal.

Art. 15. O CMPC, formado por representantes da sociedade civil e do poder público municipal, será constituído por 38 (trinta e oito) membros, sendo 19 (dezenove) da sociedade civil e 19 (dezenove) do poder público, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para um período de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 1º Os membros do CMPC serão escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, vivência e representatividade no meio cultural do Município;

§ 2º No caso de vacância de membro titular, será nomeado o membro suplente, que completará o tempo restante do mandato;

§ 3º Nas ausências ocasionais e justificadas dos membros titulares, os membros suplentes deverão substituí-los, com direito a voz e voto;

§ 4º A função de membro do CMPC não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

Art. 16. Na composição do CMPC, o Chefe do Poder Executivo nomeará 19 (dezenove) representantes da sociedade civil, das diversas áreas da cultura do Município e 19 (dezenove) representantes do poder público municipal.

Art. 17. Os 19 (dezenove) representantes da sociedade civil, das diversas áreas da cultura, serão indicados e eleitos por seus pares, na Conferência Municipal de Cultura, obedecendo a seguinte composição:

I - Um membro titular no Fórum Permanente de Artes Visuais;

II - Um membro titular no Fórum Permanente de Design;

III - Um membro titular no Fórum Permanente de Canto;

IV - Um membro titular no Fórum Permanente de Dança;

V - Um membro titular no Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo;

VI - Um membro titular no Fórum Permanente de Produtores Culturais;

VII - Um membro titular no Fórum Permanente de Trabalhadores da Cultura;

VIII - Um membro titular no Fórum Permanente de Instituições Culturais Não-Governamentais;

IX - Um membro titular no Fórum Permanente de Comunicação Cultural;

X - Um membro titular no Fórum Permanente de Artesanato;

XI - Um membro titular no Fórum Permanente de Patrimônio e Arquitetura;

XII - Um membro titular no Fórum Permanente de Audiovisual;

XIII - Um membro titular no Fórum Permanente de Literatura;

XIV - Um membro titular no Fórum Permanente de Música;

XV - Um membro titular no Fórum Permanente de Artes Cênicas;

XVI - Um membro titular no Fórum Permanente de Ciclos Culturais;

XVII - Um membro titular no Fórum Permanente de Bibliotecas;

XVIII - Um membro titular no Fórum Permanente de Museus;

XIX - Um membro titular no Fórum Permanente de Marketing Cultural.

§ 1º Qualquer pessoa física pode se candidatar e ser eleita para representar um único segmento da sociedade civil no CMPC, independentemente de vinculação a qualquer instituição cultural, cumprido o disposto no § 1º do art. 15 desta Lei.

§ 2º Funcionários públicos municipais, estaduais e federais não poderão concorrer às vagas destinadas à representação da sociedade civil no CMPC.

Art. 18. Os 19 (dezenove) representantes do poder público municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, levando em conta a seguinte composição:

I - Um membro titular no Fórum Permanente de Artes Visuais;

II - Um membro titular no Fórum Permanente de Design;

III - Um membro titular no Fórum Permanente de Canto;

IV - Um membro titular no Fórum Permanente de Dança;

V - Um membro titular no Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo;

VI - Um membro titular no Fórum Permanente de Produtores Culturais;

VII - Um membro titular no Fórum Permanente de Trabalhadores da Cultura;

VIII - Um membro titular no Fórum Permanente de Instituições Culturais Não-Governamentais;

IX - Um membro titular no Fórum Permanente de Comunicação Cultural;

X - Um membro titular no Fórum Permanente de Artesanato;

XI - Um membro titular no Fórum Permanente de Patrimônio e Arquitetura;

XII - Um membro titular no Fórum Permanente de Audiovisual;

XIII - Um membro titular no Fórum Permanente de Literatura;

XIV - Um membro titular no Fórum Permanente de Música;

XV - Um membro titular no Fórum Permanente de Artes Cênicas;

XVI - Um membro titular no Fórum Permanente de Ciclos Culturais;

XVII - Um membro titular no Fórum Permanente de Bibliotecas;

XVIII - Um membro titular no Fórum Permanente de Museus;

IX - Um membro titular no Fórum Permanente de Marketing Cultural.

§ 1º Além destes serão escolhidos em Plenária os indicados a

compor o quadro das Comissões Especiais do Conselho Municipal de Política Cultural para elaboração do Plano Municipal de Cultura dos quais serão definidas 9 (nove) Comissões Técnicas, a seguir especificadas:

I - Comissão Técnica 1 - Diversidade, Descentralização e Direitos Culturais

II - Comissão Técnica 2 - Economia da Cultura

III - Comissão Técnica 3 - Música, Audiovisual, Artes Cênicas e Literatura

IV - Comissão Técnica 4 - Artes Visuais, Design e Artesanato

V - Comissão Técnica 5 - Patrimônio Cultural e Arquitetura

VI - Comissão Técnica 6 - Cultura Popular

VII - Comissão Técnica 7 - Formação Cultural

VIII - Comissão Técnica 8 - Espaços Públicos de Cultura

IX - Comissão Técnica 9 - Gestão Pública da Cultura

§ 2º Os representantes do poder público municipal serão automaticamente afastados de suas funções de membros do CMPC ao deixarem de atuar no Governo, devendo, nesta hipótese, ser substituídos por outros indicados, respeitando-se os critérios estabelecidos no "caput" do presente artigo.

Art. 19. O CMPC é composto pelos seguintes órgãos colegiados:

I - Diretoria;

II - Plenário;

III - Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

IV - Fóruns Setoriais;

V - Conferência Municipal de Cultura.

Art. 20. Ao CMPC compete:

I - elaborar ou rever o seu regimento interno, no prazo de até 90 (trinta) dias após a publicação desta Lei, submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo;

II - organizar e dirigir seus serviços administrativos;

III - promover bianualmente, em parceria com a Diretoria de Cultura de Capinzal, a Conferência Municipal de Cultura;

IV - elaborar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura;

V - elaborar e aprovar o Plano Municipal de Cultura, a partir das diretrizes e ações definidas na Conferência Municipal de Cultura;

VI - apreciar e aprovar as diretrizes do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC, no âmbito das respectivas esferas de competência;

VII - dar parecer sobre a aplicação dos recursos do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC, mediante acompanhamento da execução dos projetos contemplados, bem como da análise dos relatórios de prestações de contas à Diretoria de Cultura de Capinzal;

VIII - apoiar os acordos e pactos entre os órgãos do Município para implementação do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

IX - estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções, pertinentes aos objetivos e atribuições do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

X - estabelecer cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XII - delegar às diferentes instâncias componentes do CMPC a deliberação, fiscalização e acompanhamento de matérias;

XIII - colaborar com os Conselhos Estadual e Nacional de Política Cultural, como órgão consultivo ou de assessoramento, sempre que solicitado ou apresentando sugestões;

XIV - opinar sobre o reconhecimento das instituições com fins culturais, para efeito de recebimento de auxílios ou subvenções, mediante a aprovação de seus estatutos;

XV - opinar sobre os programas apresentados por instituições culturais para efeito de recebimento de subvenções, auxílios, ou orientá-los, como forma de colaboração;

XVI - avaliar o reconhecimento de instituições culturais como Organizações Sociais;

XVII - propor a concessão de auxílios emergenciais, dentro das dotações orçamentárias específicas, às instituições com fins culturais, oficiais ou particulares, declaradas de utilidade pública municipal, tendo em vista a conservação e guarda de seu patrimônio cultural e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística;

XVIII - cooperar na defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, natural e imaterial do Município;

XIX - sugerir ações que estimulem a produção e a difusão das diversas formas de manifestações culturais do Município;

XX - sugerir campanhas que visem o desenvolvimento das ações culturais do Município;

XXI - fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;

XXII - opinar sobre o emprego dos recursos recebidos por instituições culturais através do Plano Municipal de Cultura e propor ao Chefe do Poder Executivo a abertura de sindicância quando entender conveniente;

XXIII - emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidos pela Prefeitura Municipal, ou pelos órgãos competentes da sua administração indireta na área cultural do Município;

XXIV - opinar sobre convênios e incentivá-los, quando autorizados pelo Chefe do Poder Executivo, visando a realização de exposições, festivais, congressos de caráter científico, artístico e literário, ou intercâmbio cultural com outras entidades;

XXV - participar em eventos e ações que tratem de assuntos de relevância à área cultural.

Art. 21. A Diretoria, órgão diretivo do CMPC, é composta pelo

Presidente e pelo Vice-Presidente, eleitos por seus pares mediante maioria absoluta de votos.

Parágrafo único A Secretaria do CMPC será exercida por servidor público municipal especialmente designado para este fim.

Art. 22. Ao Plenário, composto por no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares do CMPC, compete avaliar e deliberar as questões que lhe forem submetidas, na execução das competências previstas no art. 20.

Art. 23. Às Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, formadas mediante necessidade por membros titulares do CMPC, compete fornecer subsídios para tomadas de decisão do Plenário, sobre temas transversais e emergenciais relacionados à área cultural.

Parágrafo único O corpo técnico de órgãos do poder público municipal poderá participar, sem direito a voto, das Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho do CMPC, por solicitação do Presidente ao órgão competente, sempre que se debater matéria ligada à respectiva repartição.

Art. 24. Aos Fóruns Setoriais, formados pelos participantes das pré-conferências setoriais da Conferência Municipal de Cultura, compete fornecer subsídios para tomadas de decisão do Plenário, em especial quanto à definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos setores culturais previstos no art. 17.

Art. 25. À Conferência Municipal de Cultura, aberta à participação de todos os cidadãos capinzalenses, compete:

I - avaliar o resultado das ações propostas em edições anteriores da Conferência Municipal de Cultura;

II - subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores, na definição das diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura;

III - mapear a produção cultural de Capinzal, discutir suas peculiaridades, contradições e necessidades, estabelecendo prioridades e metas;

IV - criar diretrizes pertinentes à demanda local, para subsidiar a elaboração do respectivo Plano Municipal de Cultura, colaborando assim, para a integração dos Sistemas Municipal, Estadual e Nacional de Cultura;

V - colaborar e incentivar a organização de redes sociais culturais em torno de planos e metas comuns, bem como interação regional nas ações artísticas e culturais, facilitando e fortalecendo o estabelecimento de novas redes;

VI - contribuir para a formação dos Sistemas Municipal, Estadual e Nacional de Informações Culturais;

VII - mobilizar a sociedade, o poder público e os meios de comunicação, para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do município, da região e, notadamente do país;

VIII - promover, ampliar e diversificar o acesso aos mecanismos de participação popular no município, por meio de debates sobre as representações e os processos constitutivos da identidade e diversidade cultural de Capinzal;

IX - consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade local;

X - identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação

às políticas públicas nas três instâncias governamentais: municipal, estadual e federal;

XI - reiterar a importância da Agenda 21 da Cultura como documento balizador das políticas culturais;

XII - eleger os representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal de Política Cultural;

XIII - validar a participação de delegados para a Conferência Estadual de Cultura, quando for o caso.

Art. 26. O CMPC reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente.

Art. 27. As decisões do CMPC serão tomadas por maioria simples de votos, à exceção das situações que exijam quórum qualificado, de acordo com o regimento interno.

Art. 28. Ao Presidente do CMPC caberá o voto de qualidade somente nas votações que resultarem em empate.

Art. 29. A Diretoria de Cultura de Capinzal prestará o apoio técnico e administrativo ao CMPC.

Art. 30. O Presidente do CMPC solicitará ao Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores municipais, os funcionários que forem necessários à organização dos serviços internos.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

Art. 31 Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º O FMC é vinculado à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Diretoria de Cultura, competindo-lhes prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º - O gestor e ordenador de despesas do FMC será o titular da Diretoria de Cultura, nomeado pelo Prefeito.

§ 3º - A fiscalização da aplicação dos recursos do FMC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 32 Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Cultura:

I - transferências à conta do orçamento geral do município;

II - transferências realizadas pelo Estado e pela União;

III - receitas diretamente arrecadadas pelas unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura;

IV - contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;

V - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VI - doações e legados;

VII - saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;

VIII - saldos financeiros de exercícios anteriores, no caso de

empenho.

IX - outros recursos a ele destinados na forma da lei.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo fixará o montante dos recursos orçamentários destinado ao FMC em cada exercício financeiro.

Art. 33 O Regulamento do FMC aprovado pelo Chefe do Poder Executivo definirá:

I - as áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo FMC;

II - os limites de financiamento;

III - os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;

IV - as formas de prestação de contas.

Parágrafo único. O Regulamento do FMC deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 34 Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 35 O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias de sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 36 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto Nº 1.993, de 11 de Junho de 2014

DECRETO nº 1.993, de 11 de junho de 2014.

"ESTABELECE TURNO ÚNICO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, a partir do dia 16 de junho de 2014, TURNO ÚNICO DE TRABALHO nas atividades desenvolvidas exclusivamente no prédio da Prefeitura Municipal, o qual se dará das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

§ 1º O Turno Único de Trabalho se estenderá até 31 de dezembro de 2014, data prevista para a conclusão das reformas do Prédio da Prefeitura, cuja execução está a cargo de empresa privada, contratada através do processo licitatório nº 0052/2014.

§ 2º O Turno Único de Trabalho poderá ser revogado a qualquer tempo pela Administração, ou prorrogado, caso haja necessidade em face das obras.

§ 3º As pausas intrajornada no período do Turno Único, destinadas à alimentação, serão gozadas pelos servidores sem prejuízo às atividades internas e ao atendimento ao público.

Art. 2º As atividades da Prefeitura, realizadas em locais externos, ou até mesmo em outras repartições públicas municipais não sofrerão prejuízo em face do Turno Único de trabalho. Também não sofrerão prejuízo os serviços de caráter de urgência, bem como o trâmite de processos licitatórios previamente fixados.

Parágrafo único. Através de expediente interno, serão disciplinadas as condições para o desenvolvimento das atividades em face das obras de reforma.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato do Contrato PMC Nº 0073/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0073/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2014).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: BALBINOT CONTRUÇÕES EIRELI - EPP

OBJETO: Execução de projeto de reforma do prédio da prefeitura municipal, em regime de empreitada global, conforme projeto cronograma físico-financeiro e memorial descritivo, anexos a este processo.

VALOR: R\$ 301.844,78 (trezentos e um mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014

DATA DE ASSINATURA: 11 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

Concórdia

PREFEITURA

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 12/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 12/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 27 de maio de 2014, Locação de imóvel localizado na Rua Arciso Colla, 416, neste Município para a instalação do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, a favor de JOSÉ VICENTE VIVAN, no valor total estimado de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 14/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 12 de junho de 2014 para Aquisição de passes para pacientes que realizam tratamento no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde, a favor das empresas TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME no valor estimado de R\$ 897,20 (oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Obras E Serviços de Engenharia Nº 4/2014 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS

E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 4/2014 PMC

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso XI, do Artigo 24, homologada em 11 de junho de 2014, para Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para adequação e complementação da obra no Bairro Imigrantes, do novo Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, em favor da empresa ENGASTE PROJETOS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, no valor total estimado de R\$ 468.053,68 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 25/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 25/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso V, do Artigo 24, homologada em 11 de junho de 2014, para aquisição de móveis sob medida para fruteira e trocadores do Berçário do Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Silveira Neves, em favor da empresa MÓVEIS KERBER LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 26/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 26/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso X, do Artigo 24, homologada em 11 de junho de 2014, para Locação de imóvel para abrigar o Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, em favor da empresa SANTA FÉ IMOBILIÁRIA LTDA, no valor total de R\$23.400,00(vinte e três mil e quatrocentos reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 35/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 35/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento do senhor MIGUEL VALERIO LERMEN, segurado inativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, I, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, I, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora VITÓRIA LERMEN, dependente presumida do senhor MIGUEL VALERIO LERMEN, segurado inativo do IPRECON, falecido, equivalente à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 10 de junho de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Portaria Nº 36/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 36/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento do senhor SALVADOR RODRIGUES GONÇALVES, segurado inativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, I, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, I, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora IZAURA OLIVEIRA GONÇALVES, dependente presumida do senhor SALVADOR RODRIGUES GONÇALVES, segurado inativo do IPRECON, falecido, equivalente à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 10 de junho de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Balanço Financeiro - Maio 2014**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCORDIA**Balanço Financeiro para Publicação
Período de Referência: Maio / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.409.565,36	9.963.916,36	ORÇAMENTÁRIA	488.983,21	3.059.161,11
Receitas Orçamentárias	2.409.565,36	9.963.916,36	Despesas Correntes	484.853,21	2.997.651,11
Receitas Correntes	1.765.008,84	6.906.035,94	Pessoal e Encargos Sociais	24.472,76	115.665,38
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	322.706,60	1.530.911,10	Outras Despesas Correntes	460.380,45	2.881.985,73
Receita Patrimonial	1.398.387,64	5.157.864,41	Despesas de Capital	4.130,00	24.310,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	4.130,00	24.310,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias	0,00	37.200,00
Outras Receitas Correntes	43.914,60	217.260,43	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	37.200,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	644.556,52	3.057.880,42			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	751.850,55	3.626.521,33	EXTRAORÇAMENTÁRIA	781.183,94	2.914.128,72
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	262.867,34	565.772,31	Depósitos	262.867,34	565.772,31
Consignações	34.819,47	73.353,50	Consignações	34.819,47	73.353,50
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	228.047,87	492.418,81	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	228.047,87	492.418,81
Restos a Pagar	488.983,21	3.059.161,11	Restos a Pagar	518.316,60	2.348.356,41
Obrigações a Pagar	488.983,21	3.059.161,11	Obrigações a Pagar	518.316,60	2.348.356,41
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	1.587,91	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	69.327.611,37	63.601.712,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	71.218.860,13	71.218.860,13
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	954.562,47	19.603,60	Bancos Conta Movimento	18.233,16	18.233,16
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	68.373.048,90	63.582.108,67	Investimentos do RPPS	71.200.626,97	71.200.626,97
TOTAL	72.489.027,28	77.192.149,96	TOTAL	72.489.027,28	77.192.149,96

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
ContadoraLUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Coronel Freitas**PREFEITURA****Errata ' Pregão Presencial R.P 24/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ERRATA DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Registro de Preço Nº 24/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
Tipo: Menor Preço Por Item

Onde se lê entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 18/06/2014 se lê entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 26/06/2014

Onde se lê abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 18/06/2014 se lê abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 26/06/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 13 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins**PREFEITURA****Estado de Santa Catarina**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 27 de junho de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de combustíveis para a secretaria municipal de infraestrutura do município durante o exercício de 2014, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011, ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br.

Coronel Martins (SC), 13 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto N. 721/2014

DECRETO N. 721/2014

SUSPENDE O PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS E PAGAMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN POR HOMOLOGAÇÃO COM REFERÊNCIA NO MÊS DE MAIO/2014, EM VIRTUDE DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECLARADA PELO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, PELO DECRETO N. 190/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, LUIZ CARLOS TAMANINI, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, com respaldo na Lei Complementar 10/09 e tendo em vista o Decreto n. 190, de 08 de junho de 2014, que declarou situação de emergência no município,

CONSIDERANDO que as chuvas torrenciais e quase ininterruptas que assolaram o Município de Corupá nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2014 provocaram consequências devastadoras;

CONSIDERANDO que a sede do Município foi atingida por um incêndio, em virtude da incessante chuva ocorrida na manhã do dia 08 de junho de 2014;

CONSIDERANDO que, temporariamente, todo o sistema operacional do Município encontra-se prejudicado e inoperante, sem previsão de restabelecimento do mesmo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspenso o prazo para que sejam prestadas informações sobre os valores de serviços prestados e o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN por homologação com referência no mês de maio/2014, a todas as pessoas jurídicas e físicas que tenham prestado e/ou tomado serviços cujo sujeito ativo seja Município de Corupá.

Parágrafo único: A suspensão o caput será até o próximo vencimento, em data de 15 de julho de 2014, devendo as informações e recolhimentos serem efetuados juntamente com a referência do mês de junho/14 e não incidirão juros e multa sobre o referido tributo até esta data.

Art. 2º. Os documentos de arrecadação municipal (DAM) que já foram emitidos pelo Poder Executivo permanecem com seu vencimento inalterado, estando prejudicadas, no momento, emissão de novas DAMs, em virtude da falta de sistema operacional.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições que lhe forem contrárias ou incompatíveis.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos 11 dias do mês de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Tomada de Preços Nº 004/14 - Suspensão de Prazos Recursais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/14

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/14

Este edital tem por objeto a Contratação de empresa para viabilizar a instalação de 191 lâmpadas com tecnologia de diodos emissores de luz (leds), em substituição a iluminação existente nas principais ruas do centro do Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

A comissão de Licitação vem por meio deste comunicado informar e em especial as empresas licitantes do referido Processo a SUSPENSÃO DE PRAZOS RECURSAIS até o dia 18 de junho de 2014 as 08:00 horas, onde será retomado os trabalhos e as devidas análises de recursos e publicação do resultado.

Tal motivo se faz necessário pelo que está disposto no DECRETO nº 190/2014 de 08 de Junho de 2014, no que segue:

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas - 1.2.2.0.0.

O Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito do município de Corupá, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Inciso VII do Artigo 66, da Lei da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - Que as enxurradas ocorridas nas mais diversas áreas do Município, devido as chuvas torrenciais e quase que ininterruptas ocorridas nos dias 06, 07 e 08 de junho em todo o território municipal;
II- Que em decorrência dos configurados na IN/MI 01/12 no § 1º, II, § 2º, I, II, III, IV, § 3º III, § 4º, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e § 5º todos do Art. 4º, dos quais podemos destacar os seguintes danos:

- a) 7 pessoas desabrigadas, mais de 400 pessoas desalojadas, sendo que todos os habitantes foram afetados;
- b) Foram afetados diretamente os prédios da Prefeitura Municipal (enchente e incêndio), Corpo de bombeiros Voluntários de Corupá (enchente) Pronto Atendimento 24h - unidade de saúde (enchente) e Câmara de vereadores, (cedeu a estrutura);
- c) Mais de 200km de Estradas afetadas, incluindo pelo menos 5 pontes, movimento de massa em rodovias (BR 280 entre Jaraguá do Sul e Corupá - próximo ao acesso a localidade de Poço D'Anta e BR 280 entre Corupá e São Bento do Sul próximo ao Britador);
- d) Problemas no tratamento e abastecimento de água, com rompimento de adutora, falta de energia elétrica, alta turbidez da água, etc.;
- e) Falta no fornecimento de energia elétrica;
- f) Falha nos sistemas de comunicação;
- g) Sobrecarregamento e rompimento de rede esgoto de águas pluviais;
- h) Paralisação na Coleta de Lixo Urbano no sistema de limpeza urbana;
- i) Paralisação do sistema de desinfestação e desinfecção do habitat e de controle de pragas e vetores devido a sobrecarga do sistema de drenagem de águas pluviais e enchente;
- j) Paralisação dos transportes locais, regionais e de longas distâncias devido as enchentes;
- k) Falha na distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico devido ao isolamento de comunidades;
- l) Sobrecarga dos serviços de segurança pública frente ao grande aumento da demanda societária;
- m) Suspensão das aulas devido ao isolamento de comunidades e impossibilidade do transporte escolar.

V - Que o parecer da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do município, relatando a ocorrência deste desastre com precipitação pluviométrica de 351 milímetros, é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurrada - COBRADE, 1.2.2.0.0

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do (a) da Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 08 dias do mês de junho de 2014
Luiz Carlos Tamanini
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2974/14

PORTARIA Nº 2974/14

EXONERA O SENHOR CELSO GARCIA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. CELSO GARCIA, do cargo em comissão de Assessor de Desenvolvimento Econômico, para qual foi nomeado através da Portaria nº 2249/13 de 04 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2249/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
02 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 722/14

DECRETO Nº 722/14

NOMEIA O SR. CELSO GARCIA, PARA OCUPAR O CARGO DE PRESIDENTE DA AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CELSO GARCIA, para ocupar o cargo de Presidente da Autarquia Águas de Corupá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2249/13, de 04 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
02 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço N.º 156/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 156/2014

Aos dez dias do mês de Junho de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 156/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA A EXPOCENTRO 2014, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 17 A 20 DE JULHO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 10 de Junho de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Edital de Pregão Presencial Nº 37/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MICROONIBUS PLACA MEO 2662, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 30/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 10 de Junho de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do FundoDiego Sebem Wordell
Pregoeiro**Edital de Pregão Presencial Nº 176/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO NAS COMPETIÇÕES E TREINAMENTO DA SECRETARIA DE ESPORTES PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/07/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 01/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Pregoeiro**Edital de Tomada de Preços Para Obras E Serviços de Engenharia Nº22/2014.**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº22/2014.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Construção de Unidade de Básica de Saúde de 302,63 m2 no Bairro Nossa Senhora Aparecida, conforme memoriais descritivos, planilhas de orçamentos globais e plantas em anexo que passam a fazer parte integrante deste edital. O prazo final para entrega dos envelopes é o dia 03/07/2014 às 13:30h, os interessados poderão ter acesso a integra do Edital no www.curitiba.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente no Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitiba, 12 de junho de 2014.

Carine Tatsch
Secretária Mun. SaúdeGabriela Q. de Almeida Martarello
Presidente CPL**Edital de Pregão Presencial Nº 177/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POUSO DO TROPEIRO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 02/07/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 02/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Pregoeiro**Edital de Pregão Presencial Nº 178/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 178/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA SALA DE

MONITORAMENTO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME MEMORIAL DECRITIVO E PROJETO EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 01/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 01/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Resultado Final Concurso Nº 01/2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, torna público a homologação do resultado final do Concurso Público. Edital nº 01/2014, combinando com o item 7.1 do edital, na forma que segue:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde							
Clas- sifi- cação	Ins- cri- ção	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	1	DORISETE BERNARDES BOWENS	9,3	19	9	NA	9,3
2	4	FERNANDA GIRELLI	9,3	19	9	NA	9,3
3	5	CRISTIANE KOESEL ODORIZZI	8,3	17	8	NA	8,3
4	7	DEISE TOME- LIN ANDRE- ATTA	7,7	15	8	NA	7,7
5	10	LETÍCIA BUZZI	7,3	15	7	NA	7,3
6	11	IVETE BO- NATTI BUZZI	7,0	14	7	NA	7,0
7	12	ROSMARY PEREIRA	7,0	14	7	NA	7,0
8	13	EDENEIDE BUZZI	5,2	12	4	NA	5,2
Desempate:							
1º e 2º Lugar: Critério: Maior Idade: (1º - DN: 20/04/1973) (2º - DN: 01/10/1995)							
6º e 7º Lugar: Critério: Maior Idade: (6º - DN: 30/05/1973) (7º - DN: 21/09/1988)							
Legendas:							
NC - Não Classificado							
NA - Não se Aplica							

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, em 12 de junho de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Resultado Final Processo Seletivo Nº 01/2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, torna público a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado. Edital nº 01/2014 - Cadastro de Reserva - Contratação Temporária, combinando com o item 7.1 do edital, na forma que segue:

Cargo: Médico							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	17	LARISSA BO-WENS	6,0	12	5	-	6,0
Cargo: Farmacêutico							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	36	CAMILA SANTOS DA CRUZ ANGELO	6,0	12	4	-	6,0
Cargo: Assistente Social							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	02	EDITE OLIVEIRA DE JESUS	6,5	13	5	-	6,5
2	05	SIMONE CRISTINA SCHREINER	6,0	12	5	-	6,0
Cargo: Atendente de Odontologia							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	11	ELAINE CRISTINA CIPRIANI	6,5	13	7	-	6,5
2	03	ADRIANO UBER	6,5	13	5	-	6,5
Desempate:							
1º e 2º Lugar: Critério: Maior Acerto de Questões Específicas: (1º - 7) (2º - 5)							
Cargo: Técnico em Enfermagem							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	01	DIOGENES MOSER	6,0	12	6	-	6,0

2	15	RAQUEL R. DE MOURA GALGO-WSKI	6,0	12	5	-	6,0
3	10	FRANCIANE SCHWEDER	5,0	10	5	-	5,0
Desempate:							
1º e 2º Lugar: Critério: Maior Acerto de Questões Específicas: (1º - 6) (2º - 5)							
Cargo: Motorista de Ambulância							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	12	MANOEL VOLNEI FLORIANO	8,0	16	7	-	8,0
2	21	THIAGO ANDERSON DOS SANTOS	8,0	16	7	-	8,0
3	08	ARNO GADOTTI JUNIOR	8,0	16	7	-	8,0
4	06	DARCISO MARCARINI	7,5	15	6	-	7,5
5	32	ABIMAELE MENDES DUTRA	7,0	14	7	-	7,0
6	29	DANIEL LUIZ DOS SANTOS	6,0	12	4	-	6,0
Desempate:							
1º, 2º e 3º Lugar: Critério: Maior Idade: (1º - DN 10/08/1965) (2º - DN 19/11/1984) (3º - DN 25/11/1993)							
Cargo: Professor I							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	19	GERONILDA ANHAYA ORIBKA	8,2	17	7	0,20	8,40
2	09	LUCIA FATIMA KISNER MOSER	7,8	16	7	0,50	8,30
3	07	WANESSA G. BOETTGER FRAINER	8,2	17	7	-	8,20

4	13	JÉSSICA LENZ	8,2	17	7	-	8,20
5	20	ADILSON NASCIMENTO	6,6	14	5	-	6,60
6	22	JESSICA P. BERNS NASCIMENTO	5,0	10	5	0,05	5,05
7	23	LARISSA SCHIPIETZ GONÇALVES	5,0	10	5	-	5,00

Desempate:

3º e 4º Lugar: Critério: Maior Idade: (3º - DN 12/02/1979) (4º - DN 25/06/1993)

Legendas:							
NC - Não Classificado							
NA - Não se Aplica							

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, em 12 de junho de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Resultado Final Processo Seletivo Nº 02/2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, torna público a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado. Edital nº 02/2014 - Cadastro de Reserva - Contratação Temporária, combinando com o item 7.1 do edital, na forma que segue:

Cargo: Professor I - Educação Especial							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	03	Cristiane Winter Klein	6,4	13	6	0,20	6,60
2	02	Juranice Aparecida Buzzi Rode	5,0	10	5	-	5,00
Legendas:							
NC - Não Classificado							
NA - Não se Aplica							

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, em 12 de junho de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Resultado Final Processo Seletivo Nº 03/2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, torna público a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado. Edital nº 03/2014 - Cadastro de Reserva - Contratação Temporária, combinando com o item 7.1 do edital, na forma que segue:

Cargo: Professor I - Artes							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	3	JOCINEI LANGE	8,8	17	10	0,10	8,90
Legendas:							
NC - Não Classificado							
NA - Não se Aplica							

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, em 12 de junho de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 052/2014

PORTARIA no 052, de 06 de Junho de 2014.

Concede Progressão por Habilitação ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pelo servidor com a comprovação de Conclusão do Ensino Fundamental;
Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO

Ao servidor do município de Doutor Pedrinho, abaixo identificado, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Valdecir Ca-choeira Bueno	Mecânico	30/05/2014	24	24.1

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 06 de junho de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 050, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 050, de 09 de Junho de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais), a saber:

04.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (18) - Aplicações Diretas R\$ 224.250,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (19) - Aplicações Diretas R\$ 155.750,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios) no valor de R\$ 155.750,00 e de recursos recebidos da fonte 0024.0 (recursos de convenio) no valor de R\$ 224.250,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de Junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 051, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 051, de 10 de Junho de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (8) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração

e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (10) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 80 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de Junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA M. BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Ata do Leilão N.º. 19/2014

ATA DO LEILÃO N.º. 19/2014

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às 09:00 horas, no Sala de Licitação/Compras da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, eu, Ana Paula Canella Candido, designada como LEILOEIRA pelo Decreto nº 040/2013, de 14 de agosto de 2013, para proceder ao Leilão de Bens Móveis, objeto do Edital de Leilão nº 19/2014, realizei a apregoação dos bens:

LOTE 01: 01 (um) automóvel marca/modelo/placa: GM/ CELTA 2P SPIRIT, placa MCZ-2585, ano fabricação/modelo 2005/2005, a gasolina, Chassi: 9bgrx08x05g220630, cor Branca. Valor mínimo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), não houve lance para este veículo.

LOTE 02: 01 (uma) Microônibus marca/modelo/placa: VW/KOMBI LOTAÇÃO, placa MFT-5819, ano fabricação/ modelo 2007/2008, a Álcool/Gasolina, Chassi: 9BWF07X38P008439, cor branca. Valor mínimo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), não houve lance para este veículo.

Restando vendido:

LOTE 03: 01 (um) Caminhão/C. Aberta marca/modelo/placa: MERCEDES BENZ, placa ADJ-8280, ano fabricação/ modelo 1973/1973, a diesel, Chassi: 34403216043287, cor Azul. Valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), pelo lance de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ofertado por Onésimo Vitali, CPF 048.388.279-89, sendo que este desistiu por não ter o valor para o pagamento, onde ficou pelo lance que foi dado anteriormente de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), ofertado por Gilson Guesser de Almeida, CPF 005.933.479-78.

Nada mais havendo a tratar dou por encerrada a presente cessão.

Ermo, 11 de Junho de 2014.

Ana Paula Canella Candido

Leiloeira

Gilson Guesser de Almeida

Arrematante

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Aviso de Retificação de Edital. Processo Licitatório 0065/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO 0065/2014
PREGÃO PRESENCIAL 0036/2014

O município de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO PRESENCIAL, que trata da "AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NOVO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV, PNEUS NOVOS, COM PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO", está sendo retificado, sendo este republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93.

FICA SUPRIMIDO O TERMO INJEÇÃO ELETRÔNICA DO OBJETO, passando a vigorar na seguinte descrição:

AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS NOVOS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV CADA, PNEUS NOVOS, COM PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO, COM MOTOR DE 4 CILINDROS, COMANDO HIDRÁULICO DUPLO E FREIOS BANHADOS A ÓLEO.

Altera-se também a data de entrega e abertura dos envelopes, passando a vigorar o seguinte:

DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09:00 horas do dia 26 de junho de 2014.

DA ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do dia 26 de junho de 2014

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Maiores informações a respeito do assunto e as alterações podem ser acessadas no site www.faxinal.sc.gov.br, ou diretamente no setor de Licitações ou pelo fone 49-3436-4340.

Faxinal dos Guedes, 12 de junho de 2014.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 38/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 38/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CENTRO DE REABILITAÇÃO HUMANA DO VALE DO ARARANGUÁ
OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento para contratação de clínica especializada no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2014.
VALOR - Valor previsto dispêndio pela Secretaria de Saúde para a realização destes procedimentos correspondente a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) sendo distribuído entre os credenciados
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - As despesas decorrentes deste Termo Contratual correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício de 2014.
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 11/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 117/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 117/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES
OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de instalações de prevenção contra incêndio no Aeroporto Diomício Freitas, localizado na Avenida Vante Rovaris, 1.085, Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 202.045,33 (duzentos e dois mil quarenta e cinco reais e trinta e três centavos).
VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 01/01/2015.
DOTAÇÃO - 0402.2012.4490 (43).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 112/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 05 de junho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2234/2014

LEI Nº 2234, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A REALIZAR A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a executar projeto de pavimentação nas vias públicas que integram o sistema viário municipal:

- a) Av. Guilherme Pinz, defronte as quadras 385, 386, 406, 407;
- b) Rua Sebastião H. de Oliveira, defronte as quadras 405 e 406;
- c) Rua Pedro de Paula Rocha, defronte as quadras 404 e 405;
- d) Rua Herzolino Del Ré, defronte as quadras 403 e 404;
- e) Rua Leopoldo D. Leite, defronte as quadras 400 e 402;
- f) Rua Antenor Dias de Andrade, defronte as quadras 438 e 439;
- g) Av. Michelle Simonetti, defronte as quadras 399, 438, 414 e 424;
- h) Av. Paulo Schirmer, defronte as quadras 413, 414, 471 e 472;
- i) Rua Rose Mari C. Rocha, defronte as quadras 412 e 413;
- j) Rua Alcides Antonio Sella, defronte as quadras 411 e 412;
- k) Rua Angelin Grigolo, defronte as quadras 410 e 411;
- l) Rua Albino Secchi, defronte as quadras 409 e 410;
- m) Rua Batista Rui, defronte as quadras 408 e 409;
- n) Rua José Slongo, defronte as quadras 407 e 408;
- o) Rua Amâncio Chelli, defronte as quadras 543, 544, 545, 551, 552, 553 e 554;
- p) Rua Cláudio Balestrin, defronte as quadras 181 e 182;
- q) Rua Sebastião Silveira, defronte as quadras 173 e 184;
- r) Rua Franquetino Sonda, defronte as quadras 185 e 186;
- s) Rua José Fantin, defronte as quadras 184 e 185.
- t) Rua Guilherme Eitz, entre as quadras 182 e 183.

Parágrafo único. Fica autorizada a pavimentação de entroncamentos e adjacências das Ruas e Avenidas relacionas neste artigo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0162/2014

DECRETO Nº 162, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.400 (46)	R\$	30.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.418 (47)	R\$	20.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.400 (39)	R\$	30.000,00
3.3.72.00 - Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públicos 0.1.0.418 (45)	R\$	20.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 12 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0163/2014

DECRETO Nº 163, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2221 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.1.033 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos de Saneamento		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0900 (11)	R\$	12.000,00
Total	R\$	12.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 12 DE JUNHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1122/2014

PORTARIA Nº 1.122, DE 12 DE JUNHO DE 2014.
Revoga prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0100/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.093, de 03 de junho de 2014, que prorrogou o contrato em caráter temporário de FRANCIELI PEDROSO RAUBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 023.872.449-23, contratada na função de MONITOR SOCIAL, a partir de 12 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Edital Nº 002

EDITAL Nº 002/2014
PROCESSO Nº 3797/2014

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66, do disposto no Decreto-Lei 195/67, do disposto na Lei Municipal Complementar nº 053/2003 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2233/2014, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Avenida Adalberto Schmidt Burda, especialmente defronte as quadras 034, 035, 036, 038, 039, 040, 041, 042, 053 e 054 e Rua Albano Burger, defronte as quadras 038 e 054 (Bairro São José), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição terá por base a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 1077/2014.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1077 de 02 de junho de 2014, composta pelos membros Idair Bonetti, Wigand Leonhardt, Gilmar Silva, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Avenida Adalberto Schmidt Burda, especialmente defronte as quadras 034, 035, 036, 038, 039, 040, 041, 042, 053 e 054 e Rua Albano Burger, defronte as quadras 038 e 054 (Bairro São José), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 002/2014, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 16/06/2014 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 18/06/2014. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.
A COMISSÃO

Edital de Seleção de Act N. 0028/2014 - Ag de Saúde

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº. 0028, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para as funções públicas abaixo descritas para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e preenchimento de vagas na área de saúde do município, para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.220, de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores, nas condições e prazos abaixo estabelecidas.

1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições serão realizadas no período de 13 de junho a 14 de julho de 2014, no horário das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal de Fraiburgo, localizada na Av. Rio das Antas, 185, Centro, CEP 89.580-000.

1.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;
- c) estar em gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) possuir a qualificação exigida para a função conforme item 1.3 do presente edital.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos conforme item 1.1 do presente edital, optando pela função indicada no quadro que se apresenta a seguir:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO	FUNÇÃO PÚBLICA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1.	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Santa Monica	40 horas	R\$ 724,00	- Ensino fundamental; - Residir na área do bairro/localidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
2.	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Santo Antonio	40 horas	R\$ 724,00	- Ensino fundamental; - Residir na área do bairro/localidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
3.	Agente Comunitário de Saúde - Bairro São José	40 horas	R\$ 724,00	- Ensino fundamental; - Residir na área do bairro/localidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
4.	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Jardim América	40 horas	R\$ 724,00	- Ensino fundamental; - Residir na área do bairro/localidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
5.	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Roland Mayer	40 horas	R\$ 724,00	- Ensino fundamental; - Residir na área do bairro/localidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
6.	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Vila Salete	40 horas	R\$ 724,00	- Ensino fundamental; - Residir na área do bairro/localidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.

1.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos;
- Certidões de Tempo de Serviço na área específica de atuação;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Comprovante de Residência.

1.5 A inscrição será efetuada pelo Departamento de Gestão de Pessoal, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

1.6 Para a função de Agente Comunitário de Saúde, a inscrição ficará vinculada ao Bairro ou Localidade da residência do candidato.

1.6.1 Não será aceita a inscrição de candidatos que residam em Bairros ou Localidades diferentes das constantes do Quadro Geral de Inscrições (item 1.3 - códigos 1 a 6)

1.7 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, enviada pelo correio, e-mail ou fax.

1.8 A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.9 Cada candidato não poderá efetuar mais de 01 (uma) inscrição.

1.10 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.11 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2 - DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos, conforme abaixo estabelecidos:

I - Quadro de Pontos

Pontos	Títulos
10	Ensino Médio Completo na área da Saúde
07	Ensino Médio Completo em qualquer área.
02 04 06 08 10	Cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação, concluídos até a data de inscrição: - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Cursos de aperfeiçoamento em outras áreas, concluídos a partir do ano de 2009 até a data da inscrição: - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 201 horas
01 02 03 04 05	Tempo de Serviço na área específica de atuação, contagem até a data da inscrição: - de 6 meses até 12 meses - de 13 meses até 24 meses - de 25 meses até 36 meses - de 37 meses até 48 meses - acima de 49 meses

2.2 Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.2.1 Os títulos em área específica que não foram computados poderão ser computados em outras áreas.

2.3 No cálculo do tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, ou mais, como 01 (um) mês completo.

2.4 A classificação ocorrerá por código descrito no item 1.3 deste Edital, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.5 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:
1º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço na

área de atuação.

2º) obter maior número de pontos a título de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação.

3º) obter maior número de pontos a título de cursos de aperfeiçoamento em outras áreas.

4º) maior número de filhos com até 16 anos.

5º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.

6º) maior idade.

2.6 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

a) apresentar dados inverídicos na sua inscrição;

b) não atender os requisitos de habilitação necessários para o função escolhida;

c) descumprir qualquer item deste edital;

d) houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Fraiburgo, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função gratificada, enquanto perdurar seus efeitos, nos termos da Lei Complementar 012/97 ou 109/2010.

2.7 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada no mural da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no Diário Oficial dos Municípios e na página da internet www.fraiburgo.sc.gov.br.

2.8 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação da lista citada no item anterior contados da publicação no órgão de imprensa oficial do município para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao Prefeito Municipal de Fraiburgo.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente do Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, munido com os documentos relacionados no item 3.6 deste edital.

3.3 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato do processo seletivo.

3.4 O contratado será remunerado de conformidade com o vencimento vinculado a função no qual efetuou sua inscrição.

3.5 O contrato de trabalho estabelecerá carga horária de 40(quarenta) horas semanais.

3.6 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

a) Atestado médico de aptidão para o desempenho da função, conforme dispuser regulamento próprio;

b) Declaração que a posse da função não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

c) Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.

3.7 O candidato convocado ficará a disposição do Município, devendo exercer as funções relativas à função pública no qual se inscreveu, nos locais em que o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

3.7.1 O contratado que efetuar pedido de rescisão contratual por sua iniciativa, antes da data prevista para o término do contrato deverá comunicar por escrito com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias a contar da data do requerimento, devendo cumprir obrigatoriamente este prazo de aviso, sob pena de desconto na rescisão, a título de indenização do valor correspondente.

3.8 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.9 As normas de contratação seguirão o regime especial de contratação e a legislação estatutária Municipal, no que couber, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.2 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.3 Para o candidato já aposentado o tempo de serviço será contado somente aquele trabalhado após a sua aposentadoria.

4.3.1 É responsabilidade do candidato aposentado, prestar esta informação no ato da inscrição, sob pena de desclassificação do edital a qualquer momento.

4.4 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo.

4.5 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer a função ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.6 Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato, é obrigatória sua atualização junto ao Departamento de Gestão de Pessoal, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser considerado desistente da vaga.

4.7 A rescisão do contrato vigente, a pedido do contratado, em qualquer função pública do Município de Fraiburgo, implicará no impedimento automático para contratação por este Edital.

4.8 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria de Administração e Planejamento.

4.9 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado ao Prefeito Municipal de Fraiburgo, em até 02 (dois) dias úteis da sua publicação.

4.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Planejamento.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Fraiburgo, SC, 09 de junho de 2014.

IVO BIAZOLLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0161/2014

DECRETO Nº 161, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0027, DE 09 DE MAIO DE 2014.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0027, de 09 de maio de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 09 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0027 DE 09 DE MAIO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Localidade Linha Baia**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	NEUSA BASSANI SILVA	16	2	2	5	0	NÃO	9/9/1990
2	1	ALICE APARECIDA PEREIRA RODRIGUES	9	0	0	2	0	NÃO	21/3/1996
3	4	NORACI DA MAIA VANZ	7	0	0	0	2	NÃO	10/7/1973
4	3	GENI APARECIDA MOREIRA DE ANDRADE LEMOS	7	0	0	0	0	NÃO	3/11/1961

segunda-feira, 9 de junho de 2014

Página 2 de 2

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 49/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2014

PMG

Ata nº. 49/2014; Processo nº. 87/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA; Objeto: Registro de Preço para fornecimento parcelado de sacos de asfalto com aplicação a frio, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de ruas e estradas não pavimentadas do Município. Valor: R\$ 3.000,00; Data da Assinatura: 13/06/2014.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2014

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2014

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 008/2014, para os seguintes cargos:

CARGO: Médico Cardiologista

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Cristiane Fernanda May Pittelli

CARGO: Médico Pediatra

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Ana Lucia Corveta da Silva

Garopaba, 11 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 13/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2014

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2014

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 006/2014, para os seguintes cargos:

CARGO: Agente comunitário de Saúde Área 02 Areais de Macacú - Micro Área 05

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Taísia Rodrigues do Nascimento

CARGO: Agente comunitário de Saúde Área 04 Palhocinha - Micro Área 05

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Débora de Souza Bernardino

CARGO: Técnico de Enfermagem

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Rozimar Pacheco Martins
002	Edinéia Maurina Tomaz Marcos
003	Jaqueline Rita Gonçalves
004	Cristina Martins da Silva
005	Maira do Nascimento Bernardino
006	Alessandro Predebon Franco
007	Fabiula Rodrigues Garcia
008	Luciane dos Santos
009	Angela de Jesus Alves dos Santos
010	Maria Nazaré da Silva
011	Carini Martins
012	Carlos Eduardo de Abreu
013	Valmes Adriana Estevão dos Santos
014	Rosiele Costa Duarte Venâncio
015	Mara Isa Yarenhuk
016	Marilete Vieira Lopes
017	Regina Bernardo João
018	Anelise Santos de Oliveira
019	Adriana Bessa da Silva
020	Mariany Ferreira de Jesus Lucas
021	Raquel Ivani Mendonça
022	Marlene Batista Abreu
023	Barbara Luiza Nascimento Sanabria (DESCLASIFICADA)

CARGO: Técnico Enfermagem ESF

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Josilene de Souza Dias
002	Jaqueline Rita Gonçalves
003	Patrícia Varela Vieira
004	Maria Elizabeth de Lima
005	Cristina Martins da Silva
006	Angela de Jesus Alves dos Santos
007	Rosiele Costa Duarte Venâncio
008	Vladimir Danilevicz
009	Valmes Adriana Estevão dos Santos
010	Regina Bernardo João
011	Romilda Turazi
012	Anelise Santos de Oliveira

CARGO: Enfermeiro

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Luzia Carlos de Oliveira
002	Vanessa Marcia Ragievicz Tabaczinski
003	Renata Graciani Machado
004	Priscila Gonçalves Bernardi
005	Elis Margreth Elizeu Hilario
006	Mônica Menezes
007	Wanderson Moreira (DESCCLASSIFICADO)

CARGO: Psicólogo Nasf

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Afonso Mario Piliackas Junior	
002	Denise Valdira de Abreu	
003	Joice Estácio Jordão	
004	Andréia Barrida Meira	
005	Vanessa Arlete Fell Petry	
006	Maria Cecília Martins	
007	Nádia de Melo Ferreira (DESCCLASSIFICADA)	

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Marcia Marques de Campos	
002	Vagner da Silva	
003	Fernanda Barreiros Vitor	
004	Dalva da Silva Medeiros Ribeiro	
005	Everton de Aguiar	

CARGO: Auxiliar de Consultório Dentário

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Julia Graciela de Moraes Campos	
002	Leni Santos de Lima	
003	Telma da Silva	
004	Roberta da Rosa	

CARGO: Médico Ortopedista

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Rodrigo Pereira do Amaral	

CARGO: Médico Urologista

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Odilom Gomes de Assumpção	

CARGO: Médico Cirurgião Cabeça e Pescoço

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Diego Alvarez Naranjo	

CARGO: Médico Ginecologista/Obstetra

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Alessandra Nunes Martins	

Garopaba, 11 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 13/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG Nº 042/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL
Pregão Presencial PMG nº 042/2014
Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Devido a alterações no edital, o credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes do Processo Licitatório supra citado foi alterado para o dia 27/06/2014 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, para a XXI Festa do Colono, incluso Som e Iluminação, locação de Banheiros Químicos e Gerador, locação e montagem de tendas e stands, Segurança e limpeza, conforme especificações, quantitativas e condições estabelecidas no memorial descritivo, e nas demais condições previstas neste Edital.

O Edital completo alterado está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 12 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 356/2014

PORTARIA Nº. 356 de 11 de junho de 2014
"DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DA SALA DE REUNIÕES DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas Atribuições Legais,

Considerando a necessidade de realização dos certames dos processos licitatórios pela Comissão Permanente de Licitações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica definido que a utilização da sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de Garuva será feita, de preferência, pelo setor de licitações.

Parágrafo único - Com disponibilidade de datas e horários, a sala poderá ser utilizada pelos demais setores, inclusive pelos Conselhos Municipais, quando houver necessidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242-
email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br

Portaria Nº 354/2014

PORTARIA Nº 354, de 10 de junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 588/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 588/2013, que dispõe sobre a Readaptação da servidora Luciany Eliza Miranda Piske Boeing;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 588/2013, de 19/11/2013, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Remanejar provisoriamente a servidora pública municipal LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING, da função de Professor Nível III, lotada na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, para exercer em caráter provisório, funções administrativas e pedagógicas, com carga horária de 40 horas semanais, e com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação."

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar de 10 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 355/2014

PORTARIA Nº. 355, de 11 de junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO a Portaria de readaptação nº. 588 de 19 de novembro de 2014, alterada pela Portaria nº 354 de 10 de junho de 2014;

CONSIDERANDO o Processo de readaptação funcional nº. 1443/2014.

CONSIDERANDO parecer da junta médica do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1º. - Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING, da função de Professor Nível III, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 06 (seis) meses a contar da data a que retroage os efeitos desta Portaria.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 353/2014

PORTARIA Nº. 353, de 10 de junho de 2014

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor DANIEL WAGNER HEINIG.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 10 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 96/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 96/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE DE ESCOLARES. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 27/06/2014. ABERTURA: 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Portaria RH 39/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 39/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) RAQUEL SANTOS SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/02/2009 a 19/02/2014, devendo folgar a partir de 16/06/2014 a 13/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria RH 40/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 40/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JANAINA OLIVEIRA SANTOS COSTA, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 16/05/2014, devendo folgar a partir de 16/06/2014 a 13/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria RH 41/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 41/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) BRUNO HENRIQUE LOPES, ocupante do cargo efetivo de Fiscal, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 12/06/2008 a 25/06/2013, devendo folgar a partir de 16/06/2014 a 13/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Grão Pará

PREFEITURA

Contrato N 70-2014Setep Asfalto

CONTRATO N. 70/2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E A EMPRESA SETEP CONTRUÇÕES S.A, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 2/2014-TP, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 37/2014, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NAS RUAS ALTAIR DE OLIVEIRA SOUZA, ÁLVARO DE OLIVEIRA SOUZA, Pe. VITÓRIO POZZO E FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA, NO TOTAL DE 5.956,00M2, NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA.

ADJUDICAÇÃO: O presente Contrato decorre do Processo de Licitação n. 37/2014, Edital de Tomada de Preço n. 2/2014-TP, homologado em 14 de maio de 2014, que passa a integrar este Contrato independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NAS RUAS ALTAIR DE OLIVEIRA SOUZA, ÁLVARO DE OLIVEIRA SOUZA, Pe. VITÓRIO POZZO E FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA, NO TOTAL DE 5.956,00M2, NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, com vistas à execução das obras de que trata o Convênio n. 321/2008-MI, firmado entre o Município de Grão-Pará e o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

1.1.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de introduzir modificações no projeto arquitetônico, mesmo durante a execução dos

serviços, sempre que julgar necessários.

1.1.1.2. No exercício desse direito, porém, o CONTRATANTE se empenhará no sentido de evitar prejuízos à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1. Contactar com o Setor de Engenharia do CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, nos locais das obras, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.

2.2. Executar os serviços conforme projeto, observando rigorosamente aos princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis, independentemente de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste Contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

2.3. Elaboração e aprovação dos projetos complementares nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes.

2.4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos.

2.5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

2.5.1. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação do Setor de Engenharia responsável pela fiscalização, ao qual se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.

2.6. Substituir/Corrigir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra.

2.7. Refazer, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

2.8. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste Contrato, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e, ainda, de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.

2.9. Utilizar um engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para ao CONTRATANTE.

2.10. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente unifornizados, identificados individualmente (crachá), se necessário, munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e

materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2.11. Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, apresentando, para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

2.12. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) a todos que trabalhem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

2.13. Arcar com as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste Contrato.

2.14. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais etc decorrentes da relação contratual.

2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, a cujas reclamações fica obrigado atender no prazo máximo que for concedido por escrito.

2.16. Manter permanentemente nos locais das obras o Diário de Obra, onde, tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão realizar anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue à Secretaria de Administração do CONTRATANTE após medição final das obras.

2.16.1. O Diário de Obra deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.

2.17. Apresentar à Tesouraria do Município, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas, devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste Contrato e ao mês de referência.

2.18. Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as à fiscalização do CONTRATANTE, juntamente com o Diário de Obra.

2.19. Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste Contrato, quando, por determinação da autoridade competente, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada.

2.20. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste Contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, conforme modelos fornecidos pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado.

2.21. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

2.21.1. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

2.22. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a

prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus.

2.23. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe à CONTRATADA resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho.

2.24. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o CONTRATANTE relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes.

2.25. Providenciar, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

2.26. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por essa rejeição.

2.26.1. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE.

2.27. Restringir ao interior do Canteiro de Obras a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim como todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados.

2.28. Responsabilizar-se pela instalação de tapume nos limites do canteiro de obras, se necessário.

2.29. Colocar, em lugar visível, a placa de obra da empresa com o nome do técnico responsável.

2.30. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS, se for o caso.

2.31. Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

2.32. Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada.

2.33. Entregar ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo Engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.

2.34. Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste Contrato.

2.35. Atender ao que dispõe o artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos".

2.36. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

2.37. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste Contrato.

2.38. Manter as obras em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente Contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.

3.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de funcionários por ela credenciados.

3.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

3.4. Prestar, aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha que executar a CONTRATADA.

3.5. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

3.6. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.

3.7. Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente à prestação de serviços e de funcionários da CONTRATADA, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do CONTRATANTE.

3.8. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras.

3.9. Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra.

3.10. Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste Contrato.

3.11. Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA QUARTA

DO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS

4.1. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação, por parte da CONTRATADA, fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

4.2. Dessa forma, a assinatura deste Contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA

DO PREÇO GLOBAL

5.1. O preço global para a execução dos serviços deste Contrato é o apresentado na Planilha Orçamentária, no valor de R\$ 771.376,96 (setecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos), constante da proposta vencedora da licitação aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como valor justo e suficiente para a total execução do objeto licitado.

5.1.1. O preço proposto é considerado completo, incluindo o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas e abrange todos os custos necessários para a realização do objeto deste Contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

5.2. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que, porventura, venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA

DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

6.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela CONTRATADA, mediante carta dirigida ao Engenheiro Fiscal do CONTRATANTE, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

6.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação do Engenheiro Fiscal, a CONTRATADA estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

6.1.2. Caso o Engenheiro Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à CONTRATADA, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

6.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o CERTIFICADO do Engenheiro Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.

6.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

6.3. A CONTRATADA deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do

serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.

6.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados como certos, observando-se sempre as quantidades previstas nos Projetos de Engenharia e respeitados sempre o regime de execução e os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei n. 8.666/93 e demais alterações subsequentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, ou conforme liberação do Ministério da Integração Nacional, contados da data do empenho dos documentos hábeis por meio de depósito bancário ou na Tesouraria Municipal.

7.1.1. O prazo de pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de GRÃO-PARÁ/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

7.2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a apresentar:

a) guia de recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social - GFIP;

b) relação de Empregados - RE;

c) cópia da GPS - Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;

d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;

e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI - Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;

f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

7.2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer ônus.

7.3. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, tais como INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, ou, ainda, em conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços no período.

7.4. No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro

compensatório com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

7.5. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

7.6. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

7.7. Mediante o pagamento do valor total das obras, a CONTRATADA dará total, geral e irrevogável quitação à CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços contratuais serão reajustáveis com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação das ofertas, pela variação verificada nos índices de obras, fornecidos para cada tipo de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, índice médio da unidade geográfica, quando se tratar de construção, reforma e ampliação de edificação e, pela variação do índice da Coluna 2 -Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, para os demais serviços. Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da Lei com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Em que:

R = Valor de reajustamento

I1 = Índice do 12. mês após a apresentação de ofertas

I0 = Índice do mês de apresentação de ofertas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

8.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

8.3. Nos atrasos por culpa e responsabilidade da CONTRATADA, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

8.4. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

CLÁUSULA NONA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas do objeto deste contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.01.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0000 (21) - R\$ 148.490,06
03.01.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0024 (22) - R\$ 396.024,93

03.01.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0000 (23) - R\$ 226.861,96

CLÁUSULA DÉCIMA

DO VALOR GLOBAL

10.1. O valor global deste contrato é de R\$ 771.376,96 (setecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

11.1. DE INÍCIO: As obras contratadas deverão ser iniciadas, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis após data de expedição da Ordem de Serviço.

11.2. DE CONCLUSÃO: O prazo máximo para a conclusão das obras será de 02 (dois) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

11.3. PRORROGAÇÃO: Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, mantidas as circunstâncias apontadas no artigo 57, parágrafo 1º, incisos I a VI, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

11.3.1. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no Diário de Obras.

11.3.1.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

11.3.1.2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA EXECUÇÃO

12.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os Projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

12.4. Poderá o CONTRATANTE por meio do Setor de Engenharia, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, projetos, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

12.5. Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização das obras executadas, objeto deste Contrato, será de competência e responsabilidade do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, a quem cabe verificar se, no desenvolvimento das obras, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica e, ainda, o que segue:

13.1.1. determinar à CONTRATADA um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o(s) mesmo(s) é(são) insuficiente(s) para dar aos serviços o andamento normal previsto;

13.1.2. exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas;

13.1.3. exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização e, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

13.1.4. agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

13.1.5. transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas.

13.2. A fiscalização se efetuará no local das obras.

13.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

13.4. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o DIÁRIO DE OBRA, onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de Contrato, sendo verificado, diariamente, por profissionais credenciados por ambas as partes.

13.5. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a

CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

14.1. Não serão aceitos acréscimos ou supressões, conforme assim faculta os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, e alterações subsequentes. Essas alterações somente poderão ser efetuadas comprovados a necessidade de melhor qualidade da obra e/ou aumento de meta, em total conformidade com a Lei de Licitações vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA

15.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ ou especificações.

15.1.1. O prazo de garantia da obra iniciar-se-á a partir da data da sua entrega definitiva, nos termos do disposto no Código Civil, sem prejuízo das garantias especiais estabelecidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO SEGURO CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA

16.1. A CONTRATADA se obriga a contratar, com seguradora idônea, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, Seguro Contra Riscos de Engenharia, cobrindo incêndio e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos, referentes às obras objeto deste Contrato, com vigência até a data de recebimento provisório das mesmas, em que deverá a CONTRATADA figurar como Proposante ou Estipulante, e o CONTRATANTE, como Segurado.

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, a apólice do referido seguro.

16.3. Na impossibilidade de obter a referida apólice no prazo estipulado no item anterior, será aceito o protocolo de contratação do seguro, ficando obrigada a apresentação da mesma quando do pagamento da segunda parcela do Cronograma Físico-financeiro da obra.

16.4. Caso o seguro contratado seja pago em parcelas, a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, a cada vencimento e todas as vezes em que for solicitado, o comprovante de pagamento de cada parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

17.1.1. Será observado o item anterior quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, por conveniência do projeto original ou do interesse público, respeitado os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

17.1.2. Também será observado o disposto no item 17.1, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE, para a justa remuneração das obras/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores e impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

18.1. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, no caso de inadimplência das condições estabelecidas neste Contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

18.1.1. multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma ou entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à CONTRATADA, mediante requerimento;

18.1.2. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para início das obras;

18.1.3. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para conclusão das obras.

18.1.3.1. A multa a que se refere o subitem 18.1.2. será devolvida à CONTRATADA desde que ela termine os serviços rigorosamente dentro do prazo estipulado.

18.1.4. As penalidades estabelecidas nos itens 18.1.2. e 18.1.3. poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.1.5. Poderá ser aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste Contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma, sem justo motivo.

18.2. Pela inexecução, parcial ou total deste Contrato, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

18.2.1. advertência verbal ou escrita quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução deste Contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

18.2.2. multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado deste Contrato pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato pela inexecução total;

18.2.3. multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, a critério do órgão competente do CONTRATANTE, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso e quando a CONTRATANTE através do seu órgão fiscalizador for erroneamente

informada;

18.2.4. suspensão por até 02 (dois) anos de participação em licitações do Município de GRÃO-PARÁ/SC, no caso de inexecução parcial ou total deste Contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

18.2.5. declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federais, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

18.3. Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei.

18.4. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Contrato é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal.

18.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

18.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, se houver, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato e promover a cobrança judicial por perdas e danos.

18.7. Na hipótese de não correção pela CONTRATADA de anormalidade verificada nas obras pela Comissão de Vistoria e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o órgão competente do CONTRATANTE descontará da garantia contratual as importâncias correspondentes àqueles serviços cuja execução providenciará.

18.8. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à Tesouraria do CONTRATANTE.

18.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada antes de paga ou relevada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DA VIGÊNCIA

19.1. O presente Contrato terá como termo inicial de vigência a data da assinatura deste Instrumento e vigorará por 12 (doze) meses consecutivos ou até o recebimento definitivo da obra, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Como Garantia da fiel execução deste Contrato, a CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor, prestou GARANTIA correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, a importância de R\$ 38.568,85 (trinta e oito mil quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme Artigo 56, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III, e Parágrafo 2º, da Lei n. 8666/93 e alterações subsequentes.

20.1.1. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada pela Tesouraria do Município, em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do termo de Recebimento Definitivo da obra, acompanhado da Certidão Negativa de Débito - CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação - CRS

perante o FGTS e o habite-se da obra concluída, se for o caso.

20.2. Em caso de rescisão deste Contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável do CONTRATANTE.

20.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzidos em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo órgão responsável do CONTRATANTE.

20.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

DA RESCISÃO

21.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.5. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte do CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo 2º, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.6. A rescisão deste Contrato sujeita a CONTRATADA à multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

21.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.8. Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior.

21.8.1. Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção total na execução dos serviços por um período maior que 15 (quinze) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

21.8.1.1. No caso acima, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

21.8.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar

motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento, para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

21.9. Nos demais casos previstos na legislação vigente, poderá ser aplicado o motivo de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. Da penalidade aplicada, caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

23.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que afetem, diretamente, os serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

24.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato ou da sua execução correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

24.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE desde já autorizado a suspender os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

24.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

24.3. A CONTRATADA responderá a todas as ações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

24.3.1. Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidário, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência de decisão judicial.

24.4. Na hipótese de qualquer ação trabalhista proposta contra o CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir o CONTRATANTE no processo até a sentença final, respondendo pelo ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não

cessa após o término ou rescisão deste Contrato.

24.5. A CONTRATADA se obriga a registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar o total dos serviços contratados. Entretanto, é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE.

25.1.1. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato.

25.2. A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização do Município, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

25.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

25.4. A CONTRATADA deverá exigir de seus subcontratados cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

26.1. Concluídas as obras objeto deste Contrato ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização do CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

26.1.1. O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, sem ônus para o CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

26.1.2. Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução das obras, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que consignará quitações gerais, plenas e recíprocas entre as partes.

26.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança da obra nem a Ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados, na forma da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

NOVAÇÃO

27.1. A não utilização, por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei em geral ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto,

ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

DOS SEGUROS E ACIDENTES

28.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, que resultante de caso fortuito e por qualquer causa a destruição ou danificação da obra em execução até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as identificações que possam a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

PARTES INTEGRANTES

29.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato, como aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Tomada de Preço n. 2/2014, do Município de GRÃO-PARÁ/SC, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

29.1.1. Ficam, também, fazendo parte deste Contrato as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e, mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

DO FORO

30.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente neste Contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

30.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.3. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

GRÃO-PARÁ/SC, 14 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA
Diretor Financeiro/Comercial Da Contratada

TESTEMUNHAS
CLAYTON BIANCO

OAB/SC 15.174
Assessor Jurídico

Contrato N 71-2014 Ezequiel de Souza Kulkamp CONTRATO N. 71/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e EZEQUIEL DE SOUZA KULKAMP 05415379975, empresa com sede na Rua Nereu Ramos, 81, Sala 01, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 20.097.552/0001-77, representada, neste ato, pelo Senhor Ezequiel de Souza Kulkamp, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 054.153.799-75 e Carteira de Identidade n. 5.303-984, mediante sujeição mútua à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Cláusula Primeira - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL, E RESPECTIVOS SECRETARIAS E OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DO TELE CENTRO COMUNITÁRIO JUNTAMENTE COM O PROJETO INCLUSÃO DIGITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivessem transcritos, bem como as instruções por escrito do CONTRATANTE.

2.2 - A CONTRATADA colocará como pessoas para a execução do objeto deste contrato profissional devidamente treinada e habilitada.

2.3 - A CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente, na execução deste contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, por cujos encargos responderá unilateralmente.

2.4 - Como forma de manter os equipamentos de acordo com as especificações ideais de funcionamento, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, será de competência da CONTRATADA:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 - As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento-programa anual do CONTRATANTE na seguinte dotação orçamentária:

03.01.2.003.3.3.90.39.95.00.00.00.0000 (Código Reduzido: 8).

CLÁUSULA QUARTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1 - Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 53/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 23/2014-DL, 14/05/2014

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela integral e satisfatória execução dos serviços, o valor total de R\$ 4.875,00 (quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais), sendo:

5.1.1 - Pelo serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, será pago R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, sendo que a 1ª parcela será no valor de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), até 31 de dezembro de 2014.

5.2 - O pagamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos será efetuado, mensalmente, em até 10 (dez) dias

úteis posteriores à apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS:

6.1 - O prazo de execução do contrato vigora até 31/12/2014, contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogados para períodos subsequentes, mediante termo aditivo, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses. Os valores pactuados somente poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC - IBGE), acumulado, a menos que seja criado índice setorial oficial de bens e serviços de informática, obrigatoriamente imposto pela União.

6.2 - A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

7.1 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1.1 - pelas despesas de viagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato;

7.1.2 - em fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;

7.1.3 - em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;

7.1.4 - por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.1.5 - em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;

7.1.6 - por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda.

7.2 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á por:

7.2.1 - pagar à CONTRATADA os valores ajustados, na forma e condições avançadas;

7.2.2 - disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, informações e documentos necessários à perfeita execução dos serviços;

7.2.3 - facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação necessárias ao bom andamento dos trabalhos;

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - A CONTRATADA ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as Leis vigentes e, ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar à CONTRATANTE ou a Terceiros, em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.

8.2 - A multa que alude os subitens a seguir não impede que o

CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

8.3 - Pela não execução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.3.1 - Advertência;

8.3.2 - Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor global deste Contrato;

8.3.3 - Suspensão do direito de licitar e contratar junto ao CONTRATANTE, de acordo com a Lei n. 8.666/93;

8.3.4 - Declaração de Inidoneidade, de acordo com a mesma Lei.

8.4 - As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente, nos seguintes casos:

9.1.1 - A decretação da falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da CONTRATADA, ou falecimento, no caso de firma individual;

9.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, em forma que prejudique a execução do contrato, a juízo do CONTRATANTE;

9.1.3 - Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas.

9.2 - A rescisão unilateral do contrato será formalizada por ato do CONTRATANTE.

9.3 - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização à CONTRATADA, cabendo somente ao CONTRATANTE o pagamento dos serviços prestados até a data do Termo da Rescisão, que ainda não foram faturadas pela mesma, não cabendo à CONTRATADA qualquer valor adicional de indenização ou a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS EMPREGADOS:

10.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á a observar, quanto ao pessoal empregado, que trata este contrato, quanto à legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA tais obrigações.

10.2 - O CONTRATANTE não possui qualquer vínculo empregatício com os empregados da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 - A CONTRATADA obriga-se por todos os itens deste contrato e da sua proposta apresentada.

11.2 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 14 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI EZEQUIEL DE SOUZA KULKAMP
Prefeito Municipal Administrador

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 72-2014 GUILHERME (SAIBRO)

CONTRATO N. 72/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhor

GUILHERME SEMPBOM MELLER, portador do CPF 056.001.849-56 e Carteira de Identidade 4.898.767 residente na Rua Mariana Bianchini Meller, 00021, São Francisco, Criciúma/SC, CEP 88.805-535, doravante denominado de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, A SER APLICADO NO REVESTIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

CLÁUSULA II - DO VALOR

O contratante pagará ao contratado, como preço da prestação dos serviços dispostos no caput da Cláusula I, a importância fixa de R\$ 5.075,00 (cinco mil e setenta e cinco reais), pagos em 7 (sete) parcelas mensais, no valor de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal descrito no caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da data de assinatura e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se:

Efetuar mensalmente os pagamentos ao Contratado;

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A contratada obriga-se a:

Responsabilidade Técnica Para A Extração De Saibro ;

Responder por todo ônus decorrente da Legislação Previdenciária e Fiscal, com referência ao serviço objeto do presente Contrato;

Elaboração de laudo técnico quando solicitado por esta Municipalidade.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, como segue:

02.01.2.003.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8).

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA IX - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato a Dispensa de Licitação n. 24/2014-DL, Processo Licitatório n. 55/2014, de 02/06/2014.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que à parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar à parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato

em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 2 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

GUILHERME SEMPBOM MELLER
Contratado

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 73-2014 (EGEM)

CONTRATO N. 73/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a ESCOLA DE GETÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM, inscrita no CNPJ sob o n. 08.940.383/0001-90, estabelecida Rua Saraiva, 1546, Estreito e foro na Cidade de Florianópolis, representada por seu Diretor Geral Senhor ALEXANDRE ALVES, portador do CPF n. 789.439.659-15, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

ASSESSORAR O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, A PARTIR DA LEI QUE INSTITUI O SINASE.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada, como preço da prestação dos serviços dispostos no caput da Cláusula I, a importância fixa de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), pagos em 4 (quatro) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal descrito no caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da data de assinatura e o seu vencimento será em 30 de setembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se:

Enviar esforços na execução e implantação da consultoria e prestação dos serviços ora contratados;

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:

I. Responder por todo ônus decorrente da Legislação Previdenciária e Fiscal, com referência ao serviço objeto do presente Contrato, bem como dos profissionais que, porventura, alocar na execução dos serviços ora contratados, não havendo qualquer vínculo entre esses com a Contratante, nem ônus algum para com eles;

II. Responsabilizar-se, em caráter irrevogável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser intentado contra a Contratante, pelos profissionais, eventualmente contratados, que constituam a mão-de-obra encarregada para execução dos serviços, objeto deste Contrato, seja a que título for, em que tempo ocorrer, respondendo integralmente pelo pagamento de indenização, multas, honorários advocatícios, custos processuais e demais encargos que houver.

CLÁUSULA VII - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

I. Elaboração de Diagnóstico de Cumprimento de Medida Socioeducativa;

II. Reunião com o CMDCA, CT, equipe do CRAS, representantes das demais Políticas Públicas (2 Reuniões no Município), sendo uma noturna e 1 diurna (Audiência Pública);

III. Apresentação e socialização inicial de estrutura de Plano de Atendimento Socioeducativo (01 reunião no Município);

IV. Elaboração do Plano;

V. Oficinas de validação do objetivos, resultados e ações a serem executadas pelas Políticas Públicas (01 reunião no Município);

VI. Apresentação final do Plano de Atendimento Socioeducativo - (01 Audiência Pública no Município).

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, como segue:

15.01.2.032.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8).

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA X - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato a Dispensa de Licitação n. 25/2014-DL, Processo Licitatório n. 57/2014, de 02/06/2014.

CLÁUSULA XI - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição,

sendo que à parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar à parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 02 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

ALEXANDRE ALVES

Prefeito Municipal

Diretor Geral da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 74-2014 (CELIA KULKAMP)

CONTRATO N. 74/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Espólio de LAERCIO OENNING MEURER, devidamente representado por sua Inventariante, a Senhora CELIA KULKAMP MEURER, viúva, residente e domiciliada na Localidade de Ilha Grande, no Município de Grão-Pará/SC, portadora do CPF n. 712.125.829/34, doravante denominado LOCADOR, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Locação de uma Área de Terra para a Instalação de um Britador Móvel e depósito de material Britado, devidamente matriculada sob o n. M-1.984, no Livro 2-AH, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, totalizando este Contrato o valor global de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir de 02 de junho de 2014 e o seu término será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;

não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;

iniciar, logo após assinatura deste Contrato, a limpeza e o preparo do local, para instalação do conjunto de britagem móvel e início dos processos de britagem de seixo rolado.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Manter o acesso livre de funcionários e/ou interessados credenciados pela locatária à área locada;

efetuar o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre a referida área de terra;

em caso de alienação da área ora locada, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do Contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

10.01.2.029.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 155).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irredutível.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º - O presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA X - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 58/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 26/2014-DL, de 02/06/2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste Contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 02 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ESPÓLIO DE LAERCIO OENNING MEURER

Locador - Representado pela Inventariante

CELIA KÜLKAMP MEURER

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 75-2014 ROSANE BELAMINDA FAUSTINA

CONTRATO N. 75/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ROSANE BELARMINDA FAUSTINA, brasileira, residente e domiciliada na Rua Presidente Vargas, 456, Centro, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 025.037.749-70, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTESANATO JUNTO AOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NAS SEGUNDAS, QUARTAS E QUINTAS-FEIRAS, NO PERÍODO VESPERTINO, E NAS SEGUNDAS E/OU QUARTAS-FEIRAS, NO PERÍODO NOTURNO, DURANTE OS MESES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO DE 2014.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela prestação de serviços, a contratada receberá a importância de R\$1.115,00 (um mil cento e quinze reais) mensais, totalizando

R\$ 6.690,00 (seis mil, seiscentos e noventa reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 05 de junho de 2014 e o seu vencimento será em 31 de outubro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar mensalmente os pagamentos referentes aos serviços a serem executados;

Fiscalizar os serviços a serem executados.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Efetuar todos os serviços descritos na Cláusula I, deste Contrato. Prestar os serviços nos seguintes dias da semana e nos seguintes horários de atendimento - Dias da Semana: 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira. Sendo, 2ª e 5ª feira, no período vespertino, e na 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira, no período Noturno, sendo que na 5ª feira, os encontros serão quinzenais.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

15.01.2.031.3.3.90.36.35.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 179).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IX - DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 59/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 27/2014 DL, de 5 de junho de 2014.

CLÁUSULA X - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda, unilateralmente, este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XI - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os

preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 5 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI ROSANE BELARMINDA FAUSTINA
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 76-2014 DISTRIMEL - MATERIAL ELETRICO

CONTRATO N. 76/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DISTRIMEL - MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP, empresa estabelecida na Rua Rubens Faraco, s/n, Humaita, Tubarão/SC, CEP 88.704-440, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.317.788/0001-52, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor FELIPE FRAGNANI DAGOSTIN, Brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade 3.834.597-8, inscrito no CNPF n. 004.972.599-82, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 54/2014- Edital de Pregão Presencial n. 20/2014-PR, de 28 de maio de 2014, no valor total de R\$ 23.137,44(vinte e três mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 11 de junho de 2014 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

v. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 20/2014, Processo de Licitação nº 54/2014.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

04.03.2.008.3.3.90.30.26.00.00.00.0017 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34);

04.03.2.008.3.3.90.30.26.00.00.00.0017 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 213).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 54/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 20/2014-PR, de 28 de maio de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 11 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

FELIPE FRAGNANI DAGOSTIN

Prefeito Municipal

Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 3.042/2014.

LEI Nº 3042/2014.

"RECONHECE E APROVA TERMO DE CONVÊNIO NR. 2014TR000746, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA E O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o Termo de Convênio nr. 2014TR000746, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA, doravante denominada CONCEDENTE, e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, doravante denominado CONVENIENTE.

Art. 2º O presente Convênio nr. 2014TR000746 tem como objeto a transferência de recursos financeiros para a recuperação das estradas vicinais através da contratação de horas máquina (moto-niveladora), conforme Proposta de Trabalho apresentada por esta Municipalidade e aprovada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

Art. 3º Para a execução do presente Convênio, o ESTADO DE SANTA CATARINA, ora CONCEDENTE, transferirá ao MUNICÍPIO, ora CONVENIENTE, a importância de R\$ 149.999,40 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), a ser repassado pelo Estado no exercício de 2014.

Art. 4º O presente Convênio terá vigência até 30 de dezembro de 2014.

Art. 5º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2014.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 05 de junho 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 3.043/2014.

LEI Nº 3043/2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO, À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba - APAE, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Art. 2º O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser repassado em 02 (duas) parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada, sendo a primeira em 30 de julho de 2014 e a segunda em 30 de outubro de 2014.

Parágrafo Único - O repasse das parcelas de que trata o caput deste artigo fica vinculado à apresentação da respectiva prestação de contas da parcela anterior, que acontecerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2014.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 772/2014

PORTARIA Nº 772/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que atuam na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes pelo período de 02 (dois) anos:

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Diretor do local onde o servidor atua

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 773/2014

PORTARIA Nº 773/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora ROSANGELA APARECIDA GIRIOLI (Matr. 2683), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, a contar de 09 de junho de 2014, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 774/2014

PORTARIA Nº 774/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DAIANA CAMPANHALI DE CAMPOS (Matr. 3889), a partir de 11 de junho de 2014, para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, Disciplina de Educação Física, em substituição à Servidora Fernanda Marquês Mott, que se encontra afastada em Licença para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada e classificada em 2º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 775/2014

PORTARIA Nº 775/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora

MARIZETE APARECIDA MERLINI FRANZOZI (Matr. 2569), nascida aos 06/05/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/D, anexo XI, a contar de 06 de maio de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 776/2014

PORTARIA Nº 776/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), nascida aos 11/05/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/B, anexo XI, a contar de 12 de maio de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 777/2014

PORTARIA Nº 777/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora MARA REGINA HEBERLE (Matr. 32), nascida aos 10/05/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/A, anexo XI, a contar de 12 de maio de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 778/2014

PORTARIA Nº 778/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora DEONICE MARIA CORTELLINI PARIZE (Matr. 576), nascida aos 17/05/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/D, anexo XI, a contar de 19 de maio de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 779/2014

PORTARIA Nº 779/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora KELI MINEIA CAMAROTO (Matr. 1103), nascida aos 30/05/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/D, anexo XI, a contar de 30 de maio de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 780/2014

PORTARIA Nº 780/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora VALÉRIA APARECIDA MOREIRA (Matr. 944), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/B, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/C, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, ref. ao mês de maio de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 781/2014

PORTARIA Nº 781/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARLI VIEIRA SARMENTO (Matr. 1538), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/D, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/E, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de maio de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 782/2014

PORTARIA Nº 782/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ADÃO DE SOUZA (Matr. 152), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, do Nível/Referência - 7/G, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 7/H, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar do mês de setembro de 2011 a setembro de 2013, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281

de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 783/2014

PORTARIA Nº 783/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ADÃO DE SOUZA (Matr. 152), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, do Nível/Referência - 7/H, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 7/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar do mês de setembro de 2013, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 784/2014

PORTARIA Nº 784/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretária de Saúde e Promoção Social
- Administrador de Saúde Pública ou Controlador de Políticas da Saúde
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 785/2014

PORTARIA Nº 785/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LÚCIA ZARPELON (Matr. 1547), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/C, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/D, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de maio de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 786/2014

PORTARIA Nº 786/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 829), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 8/D, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 8/E, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de maio de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 788/2014

PORTARIA Nº 788/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SARAY TEREZINHA DIMBARRÉ (Matr. 2893), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Convênios e Projetos Institucionais, Nível - DAS - 1, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2013 e 07 de janeiro de 2014, para serem

gozadas a partir de 12 de junho de 2014 a 11 de julho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 789/2014

PORTARIA Nº 789/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de junho de 2014, da servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 790/2014

PORTARIA Nº 790/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de junho de 2014, da servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Pregão 23

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 011/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis contratações, com pedidos parcelados de Link de Internet, para a Secretária de Administração, Secretaria de Educação. Vigência da Ata: 12 meses.
Entrega dos envelopes: 30/06/2014 até às 07:45 horas

Abertura dos envelopes: 30/06/2014 às 08:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 12 de Junho de 2014.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Pregão 24

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 012/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis contratações, com pedidos parcelados de Link de Internet, para o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam. Vigência da Ata: 12 meses.
Entrega dos envelopes: 30/06/2014 até às 07:45 horas

Abertura dos envelopes: 30/06/2014 às 09:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 12 de Junho de 2014.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Pregão 25

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 013/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis contratações, com pedidos parcelados de Link de Internet, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam. Vigência da Ata: 12 meses.
Entrega dos envelopes: 30/06/2014 até às 07:45 horas

Abertura dos envelopes: 30/06/2014 às 10:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 12 de Junho de 2014.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 020/2014 - PMI**

Extrato de Contrato nº 020/2014 - PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 020/2014 - PMI

Processo:Licitação Inexigibilidade nº 003/2014 - PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA DUPLA DANY E RAFA PARA O ANIVERSÁRIO DE 56 ANOS DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: DANY E RAFA PRODUÇÕES E EVENTOS.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Assinatura: 02/06/2014.

Vigência:Da assinatura até o término do evento.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Extrato de Abertura Processo Seletivo PMI Cersp SEDUCE 11 2014**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL PMI/CERP/PSS/ SEDUC Nº 11/2014

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, considerada a ausência de candidatos habilitados e/ou aprovados no Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERP/PSS nº 08/2013, conforme aferido pela Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais para suprir vagas temporárias no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas na área de , Educação Especial, Inglês e Educação Física.

Disciplina	Formação mínima exigida
Professor II de Educação Especial	Licenciatura em Pedagogia da Educação Especial, ou, Licenciatura em Pedagogia com Complementação em Educação Especial.
Professor I de Educação Especial	Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Educação Especial, ou, Licenciatura em Pedagogia, ou, Histórico escolar e atestado de frequência de, no mínimo, o 3º semestre de Licenciatura em Pedagogia da Educação Especial ou Histórico escolar e atestado de frequência de, no mínimo, o 3º Semestre de Licenciatura em Pedagogia
Professor II de Inglês	Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa
Professor I de Inglês	Histórico escolar e frequência de, no mínimo, 3º semestre de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa.
Professor II de Educação Física	Licenciatura em Educação Física
Professor I de Ed. Física	Histórico escolar e frequência de, no mínimo, 3º semestre de Licenciatura em Educação Física.

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 Período: De 13 de junho a 27 de junho de 2014.

2.2 Local: Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Rua: Ernani Cotrin,nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina.

2.3 Horário: das 13:00 às 19:00 horas.

Portaria PMI/DGP Nº 245/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 245, de 12 de junho de 2014.
Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor III, o Sr. NILSO MARQUES DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 096.444.239-68, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de junho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 246/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 246, de 12 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente de Combate às Endemias - PCAA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Angelita Monteiro	Agente de Combate às Endemias	036.047.689-93	03/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 247/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 247, de 12 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vera Lúcia Felizardo	Agente Comunitário de Saúde	591.456.849-87	09/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Resolução Nº 003.2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL Nº 4.110/2012

RESOLUÇÃO 03/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dispõe sobre a eleição dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, reunido no dia 04 de junho em sua sede às 13:30h, em virtude de até o momento não haverem inscritos para concorrerem as vagas de conselheiro(a) e suplentes, resolve:

Art.1º Protelar o calendário do processo de eleição da seguinte forma:

Data limite para inscrição dia 13 de junho às 17h

13	06	Fim das inscrições dos candidatos
16 e 17	06	Prazo para publicações dos candidatos aprovados na comissão eleitoral
18 e 20	06	Prazo para recursos das possíveis inhabilitações
23	06	Análise dos possíveis recursos
24	06	Publicação nomeada dos candidatos habilitados a concorrer a vaga de titular e suplentes de Conselheiros Tutelares
25 á 27	06	Entrevista nas rádios, dos candidatos, com agendamento prévio da Comissão eleitoral.
04	07	Prazo final da campanha eleitoral até às 00:00h.

06	07	Eleição para uma (1) vaga de titular e cinco (5) suplentes de Conselheiros Tutelares
07	07	Posse dos eleitos (um titular e cinco suplentes)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães
Presidente do CMDCA

Portaria PMI/DGP Nº 248/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 248, de 12 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Marcioni de Souza Castro Daniel	Servente Merendeira	068.988.089-82	09/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 249/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 249, de 12 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Visitadora Sanitária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Helena Monteiro Correa	Visitadora Sanitária	077.598.919-38	08/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Decreto PMI 140.2014

DECRETO PMI Nº 140, DE 12 DE JUNHO DE 2014.
Constitui o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e de acordo com o art. 1, da Lei Municipal Nº 3.936, de 15 de julho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para um mandato de 02 (dois) anos, biênio 2014/2016, composto de 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, representativos paritariamente de Órgãos Públicos, Organizações não Governamentais, Representantes de usuários e Trabalhadores do SUAS, com a seguinte composição:

I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS:

- a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA:
Titular: Marília Mendonça
Suplente: Verônica Valentim
- b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação - SEDUCE:
Titular: Michele Ferreira da Silva
Suplente: Angela Maria Fernandes da Rosa
- c) Representantes do Bolsa Família:
Titular: Aline Cardoso
Suplente: Lisete Ramires Nunes
- d) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH:
Titular: Edenisi Maria Francisco
Suplente: Cristina Puluceno de Oliveira Mello
- e) Representantes da Procuradoria Geral do Município - PGM:
Titular: Cristiane Xavier
Suplente: Diego Silveira
- f) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:
Titular: Eraldo Bittencourt Mota
Suplente: Cilon Nunes Nascimento

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes das Organizações dos Usuários, representantes dos Trabalhadores, do Setor de Serviços e Organizações de Assistência Social:

a) Titular: Kátia Suzana Alves - representante de Trabalhadores - CREAS

Suplente: Nádia Miguel Abreu - representante de Trabalhadores - CRAS

Titular: Edina dos Santos Souza Demétrio - representante de Usuário

Suplente: Alice Irene Ferreira Martins - representante de Usuário

b) Representantes da Associação Imbitubense das Pessoas com Deficiência Física - AIPODEF:

Titular: José Ramos Leal

Suplente: João Batista Laurindo

c) Representantes do Lanche da Amizade:

Titular: Maria Rosa Cardoso de Souza

Suplente: Maria Alaíde Jeremias

d) Representantes da Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas - AMAGI:

Titular: Maria Edite de Souza

Suplente: Marlene Batista Mendonça

e) Representantes da Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba - AMAI:

Titular: Rita Regina Hipólito

Suplente: Cintia Olegário Nunes

f) Representantes da Indústria da Solidariedade - ISO

Titular: Maria de Lourdes de Souza Pires

Suplente: Luciany Pereira Soares

III - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS(SUPLENTE):

a) Despertar Jovem;

b) Força Positiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário de Administração e Gestão Pública-Interino

Iomerê

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0024/2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0024/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0024/2014 para aquisição de um tanque distribuidor. A abertura das propostas se dará no dia 27/06/2014 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 10 de junho de 2014

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Decreto 1535/2014

DECRETO Nº. 1535 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Delega competência para movimentação de recursos do Município de Iomerê

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 23 da Lei Orgânica do Município de 12 de novembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada competência para movimentação dos recursos de todas as contas bancárias do Município de Iomerê - CNPJ 01.612.744/0001-20, junto a Instituição Financeira Banco do Brasil, conforme segue:

Nome	CPF	Função
Luciano Paganini	868.603.139-00	Prefeito Municipal
Douglas Francisco Zardo	001.144.989-62	Secretário de Administração e Finanças
Josnei Bavaresco	023.001.309-04	Técnico em Contabilidade
Elizéte Barichello Baldo	844.866.609-78	Tesoureira

Art. 2º As combinações de assinaturas deverão ser sempre em número de duas, assim sendo:

Elizéte Barichello Baldo/Luciano Paganini

Elizéte Barichello Baldo/Douglas F. Zardo

Josnei Bavaresco/Luciano Paganini

Josnei Bavaresco/Douglas F. Zardo

Luciano Paganini/Douglas F. Zardo

Art 3º Todos os usuários terão os poderes de:

009 - Emitir Cheques

010 - Abrir contas de depósito

026 - Solicitar saldos e extratos

027 - Requisitar talonários de cheques

036 - Retirar cheques devolvidos

038 - Endossar cheques

095 - Cancelar cheques

096 - Baixar cheques

098 - Efetuar resgates/aplicações financeiras

104 - Efetuar pagamentos por meio eletrônico

105 - Efetuar transferências por meio eletrônico

119 - Liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro/AASP
 124 - Solicitar saldos/extratos de investimentos
 125 - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito
 126 - Emitir comprovantes
 128 - Efetuar transferência p/ mesma titularidade - Meio eletrônico

Art 4º Os usuários abaixo, também terão os seguintes poderes:

094 - Sustar/Contra-ordenar cheques
 Luciano Paganini/Douglas Francisco Zardo
 099 - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
 Elizéte Barichello Baldo/Douglas Francisco Zardo

Art.5º O usuário administrador será Elizéte Barichello Baldo.

Art.6º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI
 Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
 Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1536/2014

DECRETO Nº 1536, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a Criação de Cargos Temporários para atender necessidades de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 2º, § 7º, da Lei Municipal 0061 de 17 de setembro de 1997, artigo 37, IX, da Constituição Federal, Prejulgado n. 1927, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e demais legislação aplicada à matéria, e

CONSIDERANDO que, para a realização de concurso público para contratação dos profissionais de cujos serviços o Município necessita, como forma de primar pela continuidade dos serviços públicos, primeiramente, faz-se necessária a criação de novos cargos, com a alteração da legislação vigente no Município, mostrando-se então, pertinente a realização de certame seletivo para contratações temporárias, de conformidade com a legislação vigente, o que aconteceu até o final do corrente ano, conforme TAC em vigência:

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados os cargos temporários para atender as necessidades de excepcional interesse público, fixando-se a carga horária e quadro de vagas conforme tabelas abaixo:

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	CR	40 horas	R\$ 1.304,26	Ensino Fundamental Incompleto
2	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CR	40 horas	R\$ 1.594,10	Curso Técnico em Enfermagem Registro no COREN

3	FISIOTERAPEUTA	CR	20 horas	R\$ 1.594,10	Ensino Superior Completo em Fisioterapia Registro no órgão competente de classe
4	MOTORISTA DE AMBULANCIA	CR	40 horas	R\$ 2.173,78	Ensino Fundamental Completo Carteira Nacional de Habilitação "D"
5	MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	CR	40 horas	R\$ 1.739,02	Ensino Fundamental Completo Carteira Nacional de Habilitação "D"
6	PROFESSOR Educação Infantil e Creche	CR	20 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Pedagogia
7	PROFESSOR Educação Infantil e Creche	CR	40 horas	R\$ 2.463,60	Ensino Superior Completo em Pedagogia
8	PROFESSOR Séries Iniciais Ensino Fundamental	CR	20 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Pedagogia
9	PROFESSOR DE DANÇA	CR	20 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Educação Física - Cursos de formação na área específica
10	MERENDEIRA	CR	40 horas	R\$ 1.304,26	Ensino Fundamental Completo
11	FAXINEIRA	CR	40 horas	R\$ 1.304,26	Ensino Fundamental Completo

1.2.1 DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, CONFORME QUADRO ACIMA

1.2.1.1 MOTORISTA DE AMBULANCIA: o Município adquiriu mais dois veículos, para garantia do transporte de pacientes para outros municípios, onde existem centros de tratamentos especializados e, os atuais motoristas do quadro efetivo já não conseguem dar conta da demanda dos serviços, razão pela qual, nova contratação se mostra necessária.

1.2.1.2 MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU: já não existem mais selecionados em processos anteriores e, considerando a natureza dos serviços, não pode o programa ficar à mercê de contratações futuras, caso ocorram afastamentos ou desligamentos dos atuais profissionais.

1.2.1.3 TECNICO EM ENFERMAGEM: o numero de técnicos de enfermagem é limitado há 02(dois), e já não atende a demanda na Unidade Básica de Saúde, e posto de atendimento na localidade de Bom Sucesso. Até que não seja realizado novo concurso público, a contratação temporária é justificável, visto a natureza essencial dos serviços na área de saúde.

1.2.1.4 FISIOTERAPEUTA: Em função da gravidez da servidora

efetiva do quadro de pessoal do município, que logo passara a gozar do benefício de licença maternidade, e considerando a demanda de tal serviço, não possibilitando a paralização pelo período da licença maternidade, a contratação temporária de um servidor, para a prestação destes serviços, se mostra relevante e necessária.

1.2.1.5 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS: Todas as vagas preenchidas são ocupadas por servidores aprovados em concurso público, e não existem mais aprovados no certame em vigor. Considerando que os serviços são relevantes e necessários, daí porque se justifica a contratação de mais servidores na condição de temporários, até a realização de novo concurso público.

1.2.1.6 PROFESSORES: justifica-se a necessidade de seleção de professores, ante o esgotamento de todos os classificados em processo seletivo anterior e, já verificada a desistência de alguns contratados, bem como, que as vagas existentes são temporárias, não justificando a contratação de aprovados em concurso público. Ainda, no decorrer deste ano, já estão programadas licenças-maternidade de três professoras, inclusive a professora de dança, o que implica na necessidade temporária da prestação destes serviços, essenciais à Administração Pública.

1.2.1.7 MERENDEIRA: Considerando o elastecimento do horário de funcionamento da creche e, a probabilidade de remanejamento e escalonamento dos servidores que lá atuam, haverá a necessidade de contratação de mais uma merendeira. Ante o fato de que não existem mais classificados em processos seletivos anteriores, e a temporariedade dos serviços, prudente se mostra a classificação, caso a necessidade se confirme.

1.2.1.8 FAXINEIRA: não existem mais aprovados em processos seletivos anteriores e, considerando constantes afastamentos por motivo de doença dos servidores efetivos, plausível se revela a existência de quadro de reservas, para suprir necessidades temporárias.

Art. 2. As vagas criadas pelo presente Decreto serão preenchidas através de Processo Seletivo a ser realizado pelo Município e, a aprovação dos candidatos não gera obrigatoriedade de contratação.

Art. 3. Justificada a criação de vagas como cadastro de reserva, uma vez que, vindo a ocorrer a necessidade de contratação, enquanto vigente o processo a ser desenvolvido para a contratação temporária, os classificados poderão ser chamados de imediato, não sujeitando o Município a elaborar constantes processos seletivos, e garantindo a continuidade dos serviços.

Art. 4. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 11 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1537/2014

DECRETO Nº 1537 DE 12 DE JUNHO DE 2014

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal no dia 20 de junho de 2014.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 12 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Edital Processo Seletivo 0002/2014

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO ACT Nº 0002/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal do Município de Iomerê, que se regerá pelas normas estabelecidas no presente Edital, e seus anexos, de conformidade com a Lei Municipal nº 0061 de 17 de setembro de 1997 e alterações posteriores, e Decreto Municipal n. 1536, de 11 de junho de 2014.

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo será regido por este Edital, sendo a elaboração e execução das provas por conta da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, e acompanhamento por parte de Comissão a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.2 O presente processo seletivo destina-se a contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, justificada pela falta de servidores efetivos, em razão da vacância de cargos de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da administração pública, para manutenção dos serviços públicos essenciais.

1.3 As funções, número de vagas, vencimentos de cada cargo, jornada de trabalho, estão indicados no Anexo I deste Edital.

1.4 Após o preenchimento das vagas indicadas no Anexo I, os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para suprir vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste

processo seletivo.

1.5 Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Municipal nº. 0320/2005 e alterações posteriores.

1.6 O inteiro teor deste edital estará disponível no site www.iomere.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato à retirada do mesmo, via Internet.

1.7 A divulgação oficial das informações referente a este processo seletivo dar-se-á pelo site www.iomere.sc.gov.br, bem como no mural oficial da Prefeitura Municipal de Iomerê, e os extratos publicados em órgão oficial de publicação.

1.8 Os candidatos classificados serão convocados via e-mail no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, ou telefone, considerado a falta de resposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a desistência expressa do candidato, restando automaticamente excluído do certame.

1.10 O processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas já existentes, bem como ao cadastro de reservas, para contratações futuras, não gerando, a classificação, a obrigatoriedade de contratação.

II - DAS INSCRIÇÕES

2. As inscrições serão realizadas no período de 16 de junho a 04 de julho de 2014, no horário das 07h30min às 11h e das 13h às 16h30min, diretamente no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iomerê, na Rua João Rech, nº 500, e terão um custo de R\$ 30,00 (trinta reais).

2.1 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a- ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b - ter completado 18 (dezoito) anos de idade até o último dia da inscrição;
- c - estar em gozo dos direitos políticos;
- d - estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e - estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f - preencher os demais requisitos previstos neste edital.

2.2 O candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos, no ato da inscrição:

(Não serão fornecidas fotocópias e impressões de documentos pela Prefeitura Municipal.)

- a - Carteira de Identidade;
- b - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- d - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- e - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- f - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos na área para a qual estará procedendo a inscrição, para os cargos em que haverá prova de títulos;
- g - Título de eleitor;
- h - Certidão de Quitação Eleitoral;
- i - comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.3 Ao inscrever-se, o candidato deverá atender os requisitos e nível de escolaridade exigidos para o cargo.

2.4 As inscrições serão efetuadas unicamente na sede da Prefeitura Municipal, pelo setor de recursos humanos, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

2.5 Não serão admitidas inscrições condicionais, com falta de documentos, nem enviadas pelo correio, e-mail ou fax, também não serão permitidas cópias de documentos na prefeitura municipal.

2.6 A inscrição poderá ser efetuada por terceira pessoa, desde que munida com instrumento de mandato, com poderes específicos para o ato, com firma reconhecida por autenticidade em cartório.

2.7 O candidato só poderá se inscrever para um cargo, conforme relação constante no Anexo I deste edital.

2.8 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

2.9 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.10 Ao inscrever-se no processo seletivo, é recomendado ao candidato que observe com atenção as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado, não podendo vir alegar desconhecimento das normas referentes ao certame.

2.11 Para os cargos em que há prova de títulos, os mesmos devem ser apresentados no ato da inscrição, e devem corresponder exclusivamente à área e ao cargo para o qual a inscrição será efetivada.

2.11.1 A contagem e validação da pontuação dos títulos será realizada no ato da inscrição do candidato, pela pessoa responsável pela inscrição.

2.12 Não serão efetuadas inscrições que não atendam rigorosamente ao estabelecido no presente edital.

2.13 As informações prestadas no ato do preenchimento do formulário de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.14 A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, a prova ou a nomeação do candidato, sempre que identificadas falsidades das declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

2.15 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, até 05 (cinco) dias que antecedem a data designada para o ato, enviar e-mail para o endereço carla@iomere.sc.gov.br, indicando quais condições especiais de prova que necessita, e os fundamentos da necessidade, não se confundindo, condições especiais, com vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

2.16 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, deverá comunicar o fiscal da prova, antes do início da mesma, e sua retirada da sala será feita mediante acompanhamento do fiscal, não havendo nenhum tipo de compensação de tempo em favor da candidata.

2.17 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento do deferimento ou não de sua inscrição, cujo resultado será divulgado no site www.iomere.sc.gov.br.

2.18 O candidato deverá comparecer para efetivar a inscrição, com o formulário de inscrição já preenchido, constante do Anexo III, do presente Edital.

2.19 Não será devolvido, sob qualquer pretexto, salvo casos de anulação, por parte da Administração Municipal, do presente

processo seletivo, o valor correspondente à taxa de inscrição.

III - DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3. Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Edital de Seleção, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas do Cargo ou 01 (uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior à unidade e o número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoas com deficiência, aprovados neste certame, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/99.

3.2. O candidato com deficiência física que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá, no ato da inscrição, declarar o tipo e o grau de deficiência que apresenta, sendo que posteriormente, se classificado, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Iomerê/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4. Após análise das inscrições, as mesmas serão homologadas por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante publicação nos meios de comunicação oficiais, e site do Município, sendo assegurado prazo recursal de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação.

4.1 Julgados eventuais recursos interpostos, em havendo alterações, nova divulgação será promovida.

V - DAS PROVAS

5. O presente processo seletivo constará de provas objetiva de conhecimentos gerais e específicos (de caráter eliminatório e classificatório), e de provas de títulos (de caráter exclusivamente classificatório).

5.1 Os conteúdos exigidos para cada nível de formação, conhecimentos específicos por tipo de cargo, assim como a composição das provas constam do Anexo II do presente edital, que faz parte integrante do mesmo.

5.2 As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, sendo de inteira responsabilidade do candidato o comparecimento no dia e horário determinados para a realização das provas.

5.3 DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

5.3.1 Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, além da valorização da capacidade de raciocínio.

5.3.2 A prova objetiva constituir-se-á de caráter classificatório, com questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, com duração de 03(três) horas, distribuídas conforme quadro abaixo:

Disciplina	Nº de questões
Língua Portuguesa	10
Matemática	05
Conhecimentos gerais, Conhecimentos Específicos e Notícias Recentes	15

5.4 DAS PROVAS PRÁTICAS

5.4.1 Os candidatos inscritos para os cargos de Motorista de Ambulância e Motorista Socorrista do SAMU, deverão se submeter a realização de prova pratica, que acontecerá imediatamente após o termino da prova escrita, tendo como local, o Pátio de Maquinas da Prefeitura Municipal, Rua Joao Rech, nº. 500, Iomerê.

VI - DA DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6. As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, no dia 12 de julho de 2014.

6.1 As provas terão início às 09h00min., horário de Brasília.

6.2 Os candidatos deverão estar no local da prova com antecedência de 15 (quinze) minutos, para localização de sala e assinatura da lista de presença.

6.3 Somente poderá prestar a prova o candidato cujo nome apareça na lista de presença.

6.4 Os portões serão fechados faltando 05 (cinco) minutos para o início das provas, ficando automaticamente excluído do processo o candidato que chegar após o fechamento dos portões.

6.5 O candidato deverá apresentar, no dia da prova, além do comprovante de inscrição, Documento de Identidade original que o identifique, sendo admitidos os seguintes documentos: carteira de identidade expedidas pelas secretarias de segurança pública; Cédula de Identidade para estrangeiros; CREA, etc; Certificado de Reservista; Passaporte; CTPS; CNH, todos com fotografia; não apresentando nenhum destes documentos, por motivo de perda, furto ou roubo, devera apresentar registro policial, que será submetido à análise dos fiscais de prova, que decidirão sobre o caso.

6.6 A identificação será feita também com relação a candidato que apresente documento de identificação ilegível ou que gere dúvidas quanto à identificação.

6.7 O candidato devera comparecer ao local de prova munido com 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização das provas, sendo proibido, inclusive, a permanência na sala de prova com equipamentos eletrônicos, devendo os celulares serem desligados na presença do fiscal de prova, no momento que ingressar à sala de prova.

6.9 Não será acatada a solicitação de prova e/ou condições especiais se o candidato não tiver comprovado a sua deficiência no ato da inscrição.

6.10 Somente será permitida a retirada do candidato da sala de provas, após decorridos 30 (trinta) minutos do início das mesmas.

6.11 Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova, para só então se retirarem, simultaneamente.

6.12 Os três últimos candidatos restantes na sala de provas serão convidados a assinar os gabaritos de todas as provas da sala.

6.13 Poderá ser excluído do certame, o candidato que descumprir quaisquer condições estabelecidas neste edital, inclusive que perturbar o andamento dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido, pelo fiscal de sala.

6.14 O Município de Iomerê e a AMARP, não se responsabilizam por perda ou extravio de documentos, no dia da prova, bem como não se responsabilizam por gastos com deslocamento e estadia dos candidatos inscritos no certame.

6.15 Assim que distribuídos os cadernos de prova, e na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o fiscal de sala, antes do início da prova, procederá à substituição dos cadernos e, não havendo número suficiente, faça a leitura dos itens com falhas, estabelecendo, da mesma forma, prazo de compensação com o tempo gasto para regularização, se assim se fizer necessário.

6.16 O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato, desde que aguarde o término da prova.

VII - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

7. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha, e o candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de repostas, que será o único documento válido para a correção das provas.

7.1 Não será fornecido, em nenhuma hipótese, novo cartão-resposta.

7.2 O candidato deverá assinar o cartão-resposta; não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

7.3 Eventuais marcações feitas de forma incorreta pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade.

7.4 Será permitido ao candidato anotar o gabarito no caderno de provas.

7.5 O gabarito preliminar será divulgado pela Prefeitura Municipal de Iomerê, no mural de atos oficiais, e no site do Município, www.iomere.sc.gov.br, em até 5 (cinco) dias após a realização das provas.

VIII - DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A prova de títulos será realizada apenas para os cargos de nível superior.

8.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, conforme tabela abaixo:

Títulos (CONCLUÍDOS)	Pontos
Certificado doutorado na área de atuação	0,20
Certificado mestrado na área de atuação	0,15
Certificado especialização (pós-graduação) na área de atuação	0,10
Cursos específico de aperfeiçoamento na área de atuação, desde que realizados entre 01/01/2011 a 31/03/2013	0,05 a cada 40 horas de curso

8.2 Para aqueles candidatos que concluíram, mas ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados de

conclusão de curso, em papel timbrado da instituição, com firma reconhecida do responsável, acompanhado do histórico escolar.

8.3 Não serão pontuados títulos relativos a estágios ou monitorias.

8.4 Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados.

8.5 Somente serão aceitos títulos registrados no órgão competente, devendo ser apresentados no ato da inscrição, em via original, ou fotocópia autenticada em cartório, não sendo, em hipótese alguma, aberta outra data para a entrega dos mesmos.

8.6 Os títulos deverão ter relação com a área de atuação pretendida no ato da inscrição, não sendo computado outro, por mais semelhante que seja a área de formação.

8.7 Entregues os títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

8.8 A contagem dos títulos não é cumulativa. O título de valor maior elimina o de menor valor.

8.9 A não entrega dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este atribuída pontuação zero com relação a esta prova.

8.10 Os títulos deverão ser entregues no ato da inscrição, juntamente com o formulário que faz parte do Anexo IV, deste Edital, já preenchido.

IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9. Serão considerados aprovados neste teste seletivo os candidatos que somarem nota igual ou maior que 2,0 (dois) pontos.

9.1 Para os cargos com prova escrita objetiva e prova de títulos, a pontuação final será a soma dos pontos da prova objetiva, acrescida dos pontos somados com os títulos apresentados.

9.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva, de caráter classificatório, estando aprovado o candidato que alcançar nota igual ou maior que 2,0 (dois) pontos.

9.3 A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

9.4 Em caso de empate nas notas serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- a - candidato de maior idade;
- b - candidato com maior número de dependentes.
- c - candidato com maior número de pontos na prova de conhecimentos específicos;
- d - candidato com maior número de pontos na prova de conhecimentos gerais;

9.5 A classificação do processo seletivo será publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios e no site www.iomere.sc.gov.br, até 10 dias após a realização das provas.

9.6 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- a) apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- b) não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação e disciplina escolhida;
- c) descumprir qualquer item deste edital;
- d) houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Iomerê.

9.7 Para os cargos que contarem com a realização da prova prática, será atribuída à prova escrita nota máxima de 7,0(sete) pontos, e para a prova pratica nota máxima de 3,0(três) pontos, sendo a

soma das duas o resultado final.

X - DOS RECURSOS E REVISÕES

10.1 É admitido pedido de revisão quanto:

A - a formulação das questões objetivas;

B - opção considerada como certa nas provas objetivas.

10.2 É admitido recurso quanto ao resultado final do Processo Seletivo.

10.3 O prazo para pedido de revisão ou recurso, é de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do gabarito oficial no site da Prefeitura Municipal de Iomerê e de 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação do resultado final.

10.4 Os recursos deverão ser dirigidos para a Secretaria Executiva da AMARP, através do e-mail clovis@amarp.org.br ou dúvidas pelo telefone (49) 3566-0255.

10.5 Os pedidos de recurso e revisão deverão ser apresentados em petição escrita, digitada e assinada, com fundamentação lógica e consistente, com indicação de bibliografia, apresentada, para cada questão diferente, uma folha em separado.

10.6 Os recursos não apresentados na forma acima disposta, serão indeferidos de plano, sem análise do mérito.

10.7 Em caso de anulação de questões, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.

10.8 Os recursos intempestivos não serão analisados.

10.9 O resultado dos recursos analisados serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, cabendo ao interessado o acompanhamento da divulgação.

XI - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 A convocação obedecerá a ordem rigorosa da classificação, sendo a contratação em caráter temporário.

11.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, a ser publicado no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, tendo o candidato 02 (dois) dias para comparecer, no horário de expediente do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Iomerê.

11.3 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

11.4 O contratado será remunerado em conformidade com o salário base vinculado à habilitação ao qual efetuou sua inscrição.

11.5 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

- Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;
- Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- Documentos de identificação pessoal necessários ao registro funcional no serviço público municipal.
- Comprovante de frequência atualizada da universidade, somente para quem possui curso superior incompleto.
- Comprovante de quitação eleitoral;
- Ter 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;
- Apresentar o competente registro no órgão de classe, quando se tratar de profissão regulamentada;
- Submeter-se ao exame médico admissional;
- O não cumprimento dos requisitos necessários para a investidura na função, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato.

11.6 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de validade deste certame, previamente estabelecida.

11.7 As normas de contratação seguirão a legislação estatutária Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

11.8 A convocação se dará mediante comunicado via e-mail, no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, ou telefone informado na mesma ficha, sendo que, após 24 (vinte e quatro) horas da confirmação do recebimento do e-mail, não havendo resposta do candidato aprovado, sua desclassificação será automática.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A inscrição do candidato implica no conhecimento das instruções constantes neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2 O candidato convocado para a realização de qualquer fase vinculada a este processo seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pelo Município, será automaticamente excluído do certame.

12.3 A inexatidão ou falsidade das declarações ou documentos apresentados pelo candidato importará na eliminação do candidato do certame, não importando em que fase esteja.

12.4 O acompanhamento da divulgação e resultados do presente certame, é de inteira responsabilidade do candidato, esclarecido desde já, que não serão prestadas informações acerca do resultado final, via telefone.

12.5 Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos aprovados, fato este que será publicado para o conhecimento de todos.

12.6 Os gabaritos serão mantidos sob responsabilidade da AMARP, pelo período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

12.7 Ao Prefeito Municipal cabe a homologação do resultado final do processo seletivo, que será publicada no mural oficial da Prefeitura Municipal e no site www.iomere.sc.gov.br, além da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

12.8 Este processo seletivo terá validade de 01(um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, independentemente de realização de nova prova.

12.9 O documento apto a fazer prova da classificação no teste seletivo é o decreto de divulgação e homologação do resultado final.

12.10 A aprovação neste processo seletivo não gera a obrigatoriedade de contratação, cabendo ao Município de Iomerê o direito de preencher somente o número de vagas estabelecidas neste edital.

12.11 Todos os avisos e resultados referentes ao processo seletivo serão divulgados no site www.iomere.sc.gov.br.

12.12 Fica delegada a competência para a AMARP:

- divulgar o Processo Seletivo, sem prejuízo da divulgação feita pelo Município;
- elaborar, aplicar, julgar e avaliar as provas objetivas;
- julgar os pedidos de revisão e recursos por ventura existentes;

12.13 Os casos não previstos no presente edital serão resolvidos pelo Município de Iomerê e pela AMARP.

12.14 Fazem parte integrante do presente edital os anexos I, II e III.

Iomerê, 12 junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARGO
Secretário de Administração e Finanças

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

ANEXO I
I - QUADRO GERAL DE VAGAS
EDITAL DE TESTE SELETIVO N. 002/2014

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	CR	40 horas	R\$ 1.304,26	Ensino Fundamental Incompleto
2	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CR	40 horas	R\$ 1.594,10	Curso Técnico em Enfermagem Registro no COREN
3	FISIOTERAPEUTA	CR	20 horas	R\$ 1.594,10	Ensino Superior Completo em Fisioterapia - Registro no órgão competente de classe
4	MOTORISTA DE AMBULANCIA	CR	40 horas	R\$ 2.173,78	Ensino Fundamental Completo - Carteira Nacional de Habilitação "D"
5	MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	CR	40 horas	R\$ 1.739,02	Ensino Fundamental Completo - Carteira Nacional de Habilitação "D"
6	PROFESSOR Educação Infantil e Creche	CR	20 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Pedagogia
7	PROFESSOR Educação Infantil e Creche	CR	40 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Pedagogia
8	PROFESSOR Séries Iniciais Ensino Fundamental	CR	20 horas	R\$ 2.463,60	Ensino Superior Completo em Pedagogia
9	PROFESSOR DE DANÇA	CR	20 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Educação Física - Cursos de formação na área específica
10	MERENDEIRA	CR	40 horas	R\$ 1.304,26	Ensino Fundamental Completo
11	FAXINEIRA	CR	40 horas	R\$ 1.304,26	Ensino Fundamental Completo

ANEXO II

CONTEÚDO DAS PROVAS DO TESTE SELETIVO ACT Nº. 02/2014

I - CONTEÚDO PARA AS PROVAS PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA

1.1 PORTUGUÊS: Interpretação de textos. Língua escrita objetiva e suas formas. Fonética e fonologia. Morfologia. Ortografia, classe, estrutura e formação das palavras, frase, oração, pontuação. Derivação e composição. Substantivo. Adjetivo. Verbo. Artigos. Advérbio. Preposição. Conjunção. Acentuação gráfica. Uso dos porquês. Noções de redação oficial, modelos de ofício.

1.2 MATEMÁTICA: Matemática Básica. Regra de três. Juros e equações. Porcentagem. Espaço e forma. Grandezas e medidas. Expressões numéricas. Formas geométricas. Medidas de capacidade. Medidas de tempo. Noções de estatística.

1.3 CONHECIMENTOS GERAIS: História e Geografia, do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Iomerê. Atualidades. Cultura. Cinema. Artes do mundo. Constituição dos seres vivos. O Planeta Terra, a Origem e Evolução. Ecologia e Meio Ambiente. Fenômenos Naturais, Estados Físicos da Matéria. Genética. Teorias da Evolução da Vida. Aspectos econômicos, populacionais e políticos do Município de Iomerê.

1.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Políticas públicas de Saúde. SUS. Constituição Federal, Arts. 196 a 200. Art. 77, do ADCT, da CF-88. Seguridade Social. Terceira Idade. Gestantes. Ação Social. Atribuições aos Profissionais da Fisioterapia e da Medicina. Programas dos Governos Federais.

II - CONTEÚDO PARA TODOS OS DEMAIS CARGOS - comum a todos os cargos

3.1 PORTUGUÊS: Gramática. Usos dos porquês. Uso de crase. Pronomes. Homônimos e Parônimos. Nova Ortografia. Noções de Atos Administrativos. Noções de Redação Oficial.

3.2 MATEMÁTICA: Matemática Básica. Regra de três. Porcentagem. Juros e equações. Medidas de tempo e espaço.

3.3. CONHECIMENTOS GERAIS: Conhecimentos Gerais do Município de Iomerê nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo e Lei Orgânica do Município. Notícias atuais. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Secretarias de Desenvolvimento Regionais. Notícias atuais. Eleição 2012. Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo.

III - CONTEUDO ESPECIFICO PARA O CARGO DE TECNICO DE ENFERMAGEM

- Constituição Federal: Capítulo II - Da Seguridade Social. Arts. 196 a 200.
- Art. 77 da ADCT - CF-88
- Dados da Saúde Básica
- Siglas dos Programas de Saúde
- Noções básicas de Primeiros Socorros

IV - CONTEUDO PARA O CARGO DE PROFESSOR

PORTUGUÊS	GRAMÁTICA - USO DOS PORQUE, USO DE CRASE, COLOCAÇÃO PRONOMINAL (PRÓCLISE, ENCLISE E MESÓCLISE). HOMONIMOS E PARÔNIMOS. NOVA ORTOGRAFIA. NOÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS, NOÇÕES DE REDAÇÃO OFICIAL, MODELOS DE OFÍCIO.
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA BÁSICA, REGRA DE TRÊS, PORCENTAGEM JUROS E EQUAÇÕES.
CONHECIMENTOS GERAIS	<p>CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ NOS ASPECTOS: TERRITORIAL, GEOGRÁFICO, HISTÓRICO, POLÍTICO ADMINISTRATIVO E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. NOTÍCIAS ATUAIS.</p> <p>CONHECIMENTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NOS ASPECTOS: TERRITORIAL, GEOGRÁFICO, HISTÓRICO, POLÍTICO ADMINISTRATIVO. SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS. NOTÍCIAS ATUAIS. ELEIÇÃO 2012.</p> <p>CONHECIMENTOS DA UNIÃO NOS ASPECTOS: TERRITORIAL, GEOGRÁFICO, HISTÓRICO, POLÍTICO ADMINISTRATIVO. ELEIÇÃO 2012.</p>
CONHECIMENTO ESPECÍFICO	<p>CONSTITUIÇÃO FEDERAL: CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DO DESPORTO, ART. 212-213-214.</p> <p>LEI DO FUNDEB. LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB).</p> <p>DADOS DA EDUCAÇÃO (MINISTÉRIO E SECRETARIA DE ESTADO)</p>

ANEXO III
FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO N.
002/2014

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº. Inscrição
TESTE SELETIVO Nº 002/2014		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
E-MAIL		
Data		
Assinatura do(a) candidato(a)		

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº. Inscrição
TESTE SELETIVO Nº 002/2014		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
E-MAIL		
Data		

Assinatura do responsável pelo recebimento	
--	--

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS - PROCESSO SELETIVO N. 002/2014

FORMULÁRIO DE TÍTULOS TESTE SELETIVO Nº 002/2014		Nº. Inscrição
CARGO		
NOME		
CURSOS		
Tipo especialização	Nome do Curso	Pontuação (preenchida no ato da inscrição)
Doutorado		
Mestrado		
Especialização		
Cursos de capacitação (Elencar os certificados apresentados com carga horária)		
Soma dos pontos:		
Assinatura do(a) candidato(a)		

Ipumirim

PREFEITURA

Extrato de Convênio Nº 012/2014

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE LAGEADO LIMA, LINHA AUREA, LINHA BOM JESUS, LINHA DO MEIO, NOVA PLANÍCIE, PASSO GRANDE E PEDRAS BRANCAS, CNPJ nº 07.672.834/0001-92.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 11/06/2014 a 31/03/2015.

4. DATA DA ASSINATURA: 11/06/2014.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 35.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. Sérgio Luiz Bernardi - CPF nº 225.120.710-49 - Secretário de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. Mauro José Brighenti - CPF nº 543.485.109-97 - Presidente.

Portaria Nº. 238/2014 de 11 de Junho de 2014.

REDUZ CARGA HORARIA DA PORTARIA 095/2014 QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

ALTERA

Fica alterada a portaria 095/2014 que contratou MERLIN LUCI NATH, sob a Matrícula 2228-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.392 e do CPF 082.950.209-27, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, passando para 10 horas semanais lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 11/06/2014 a 19/12/2014, em substituição a Marineide Pick Pillatti afastada para assumir cargo político, sem processo seletivo por ter esgotado os classificados no processo seletivo 002/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/06/2014.

Ipumirim - SC, 11 de Junho de 2014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº.239/2014 de 11 de Junho de 2014.

DESIGNA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE ENFERMEIRA PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL PELA SALA DE VACINAS E PELA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA POR FORÇA DE DETERMINAÇÃO DO COREN/SC, ASSUME RESPONSABILIDADE TECNICA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DA INSTITUIÇÃO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

DESIGNA

Art. 1º? MILANIA MARIA ZUCHI, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº.3.747.935 e CPF sob o nº.024.222.759-74, residente e domiciliada, na cidade de Arabutã - SC, no Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 horas, para atuar como responsável pela sala de vacinas e pela vigilância epidemiológica por força de determinação do COREN/SC, assume responsabilidade técnica da equipe de enfermagem da instituição.

Art. 2º? Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 11 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 11 de Junho de 2014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 240/2014 de 11 de Junho de 2014.

CONTRATA MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSOR DE INGLES PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI, sob a Matrícula 2297-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.024-9 e do CPF 044.867.599-40, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 11/06/2014 a 12/12/2014 em substituição a titular Marineide Pick Pilatti em função da desistência de Merlin Nath.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/06/2014.

Ipumirim - SC, 11 de junho de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 241/2014 de 12 de Junho de 2014.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CARMEN GUIZZARDI ZAT, Matrículas 534-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.3.183.167 e do CPF sob o nº.501.638.769-91, com nomeação para o cargo de Professora, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor "Latu Sensu", com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 12 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 242/2014 de 12 de Junho de 2014.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CARMEN GUIZZARDI ZAT, Matrícula 700-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.3.183.167 e do CPF sob o nº.501.638.769-91, com nomeação para o cargo de Professora, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor "Latu Sensu", com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 12 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 42/2014, Pregão Presencial Nº 23/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2014

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 27/06/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 27/06/2014. Objeto da licitação: aquisição de uma Pá Carregadeira & Retroescavadeira nova, ano de fabricação 2014, fabricação nacional adquirido com recursos da SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional de

Seara, conforme convênio nº. TR 1696/2014 e conforme características anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 12/06/2014

Valdir Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato 2º Termo Aditivo 158/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 48/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 158/2013 de Prestação de serviços para ampliação do C.E.I. Nossa Sra. Aparecida, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa A.R.G. Industrial Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Vigésima do Contrato nº. 158/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 06.08.2014. CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 06 de junho de 2014.
Município de Irineópolis A.R.G. Industrial Ltda
Juliano Pozzi Pereira Almir Reni Guski
Contratante Contratada

Ata Rp- Processo 50/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO 50/2013
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 25/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 50/2013, Pregão Presencial nº 25/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr Fabiano Fagundes- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013. Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas da empresa que se apresentou para o certame: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, a qual segue classificada para a fase de lance e julgamento das propostas. A empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Não houve manifestação de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Em 12/06/2014, o valor permanece sem alteração, conforme quadro abaixo:

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	240	R\$170,00	R\$ 40.800,00	R\$ 489.600,00
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			0,01% (um centésimo por cento)		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 489.648,96 (Quatrocentos e oitenta nove mil seiscentos e quarenta e oito reais e noventa seis centavos)		

Total Mensal: R\$ 40.804,08 (Quarenta mil oitocentos e quatro reais e oito centavos)

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 50/2013, Pregão Presencial nº 25/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr Fabiano Fagundes- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, onde a mesma HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Os valores permanecem os mesmos, dentro dos praticados no mercado.

Extrato Processo 44/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 44/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de junho de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos das Secretarias da Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação e Infra Estrutura, da frota municipal. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 12 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Ata Rp- Processo 12/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2014
PREGÃO PRESENCIAL 10/2014
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2014, Pregão Presencial para registro de Preços nº 10/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Fabiano Fagundes - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sr. Vilmar Foryta, representante da empresa Trator Peças - Comercio de Peças para Trator Ltda.; Sr. Cristiano Carvalho Pupo, representante da empresa G. Maiochi & Cia Ltda.; Sr. Aristeu Olsen, representante da empresa Trator Esperança Comércio de Peças para Tratores Ltda.; Sr. Anselmo Lubas, representante da empresa Alpeças Comercio de Peças para Tratores Ltda - ME; Sr. Thiago Koche Aires, representante da empresa Roleparts Comercio de Peças para Tratores Ltda.; Sr. João Alberto Reolon, representante da empresa Servhitral Serviços Hidraulicos e Tratores Ltda.; Sr. Adilson Lino de Oliveira, representante da empresa Tratorana Terraplanagem Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Trator Peças - Comercio de Peças para Trator Ltda.; G. Maiochi & Cia Ltda.; Trator Esperança Comércio de Peças para Tratores Ltda.; Alpeças Comercio de Peças para Tratores Ltda - ME; Roleparts Comercio de Peças para Tratores Ltda.; Servhitral Serviços Hidraulicos e Tratores Ltda.; Tratorana Terraplanagem Ltda., as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2014, Pregão Presencial para registro de Preços nº 10/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Fabiano Fagundes - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sr. Vilmar Foryta, representante da empresa Trator Peças - Comercio de Peças para Trator Ltda.; Sr. Anselmo Lubas, representante da empresa Alpeças Comercio de Peças para Tratores Ltda - ME; Sr. Thiago Koche Aires, representante da empresa Roleparts Comercio de Peças para Tratores Ltda.; Sr. João Alberto Reolon, representante da empresa Servhitral Serviços Hidraulicos e Tratores Ltda.; Sr. Adilson Lino de Oliveira, representante da empresa Tratorana Terraplanagem Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Trator Peças - Comercio de Peças para Trator Ltda.; Alpeças Comercio de Peças para Tratores Ltda - ME; Roleparts Comercio de Peças para Tratores Ltda.; Servhitral Serviços Hidraulicos e Tratores Ltda.; Tratorana Terraplanagem Ltda., e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo assim consideradas HABILITADAS.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram

interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, consideraram o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal

Registro de preços para aquisição de peças para manutenção de máquinas e equipamentos da frota municipal, com entrega parcelada.

Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda. EPP.

Item	Quantidade	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
04	30	Unid	Dente 5/8 da concha W18	Metisa	120,00	3.600,00
Valor total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)						

Alpeças Comercio de Peças para Tratores Ltda. ME.

Item	Quantidade	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	250	Unid	Unha do escarificador moto niveladora Huber warco 130	TBM	17,80	4.450,00
06	04	Unid	Lamina bico de pato para New Holland	TBM	2.080,00	8.320,00
VALOR TOTAL R\$ 12.770,00 (Doze mil setecentos e setenta reais)						12.770,00

Tratorana Terraplanagem Ltda. - ME

Item	Quantidade	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
09	04	Unid	Lamina para concha da retro escavadeira JCB 3C traçada	Metisa	950,00	3.800,00
VALOR TOTAL R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)						3.800,00

Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda. - EPP.

Item	Quantidade	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
05	04	Unid	Lamina bico de pato p/ carregadeira W20E	TBM	2.130,00	8.520,00
07	20	Unid	Suporte do escarificador da Motoniveladora Huber Warco 130	TBM	95,00	1.900,00
08	20	Unid	Dente para concha da retroescavadeira Randon RD 406	TBM	43,00	860,00
10	10	Unid	Dente para concha da lança retroescavadeira Randon RD 406	TBM	45,00	450,00
11	20	Unid	Lamina de 8 a 15 furos motoniveladora CAT 120K	TBM	310,50	6.210,00

12	20	Unid	Lamina original motoniveladora New Holand RG 170B	TBM	308,50	6.170,00
VALOR TOTAL R\$ 24.110,00 (Vinte e quatro mil cento e dez reais)						24.110,00

Roleparts Comércio de Peças P Tratores Ltda - EPP

Item	Quantidade	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor Total R\$
02	400	Unid	Parafuso ¾ para lamina		2,49	996,00
03	400	Unid	Porca ¾ para lâmina		0,91	364,00
13	20	Unid	Lamina 13 furos motoniveladora Huber Warco 130		304,79	6.095,80
VALOR TOTAL R\$ 7.455,80 (Sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)						7.455,80

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado

Irineópolis, 12 de junho de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Ata Rp- Processo 80/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 80/2013
PREGÃO PRESENCIAL 33/2013
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública, para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 80/2013, Pregão Presencial nº 33/2013- Registro de Preços, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra Marcia Maria Kerscher, Fabiano Fagundes - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 02/2013; Sr. Eracildo Ziemann, representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame: Lech & Cia Ltda., a qual segue classificada para a fase de julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública, para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 80/2013, Pregão Presencial nº 33/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra Marcia Maria Kerscher, Fabiano Fagundes- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 02/2013; Sr. Eracildo Ziemann, representante da empresa Lech & Cia Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa Lech & Cia Ltda., e foi constatado que a mesma apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme

item 6 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo, para o exercício de 2014, com entrega parcelada.

Lech & Cia Ltda

Item	Quant	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	250	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 kg	46,56	11.640,00
02	20	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo- GLP- com 45 kg	167,81	3.356,20
Total				14.996,20

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado

Irineópolis, 12 de junho de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Ata Rp- Processo 76/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 76/2013
PREGÃO PRESENCIAL 32/2013
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 76/2013, Pregão Presencial nº 32/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes, Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013; Sr. Marcelo Batschauer representante da empresa Pré Moldados Irineópolis Ltda, Sr. Felipe Matheus Piermann, representante da empresa Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Sr. Edilson Schlosser, representante da empresa Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda.; e Sr. Valdecir Gallotti Coelho, representante da empresa Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Pré Moldados Irineópolis Ltda., Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda. e Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 76/2013, Pregão Presencial nº 32/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr. Fabiano Fagundes, Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013; Sr. Marcelo Batschauer representante da empresa Pré Moldados Irineópolis Ltda, Sr. Felipe Matheus Piermann, representante da empresa Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Sr. Edilson Schlosser, representante da empresa Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda.; e Sr. Valdecir Gallotti Coelho, representante da empresa Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Pré Moldados Irineópolis Ltda., Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda. e Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo considerada HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal

Registro de preços para aquisição de tubos de concreto para o exercício de 2014, com entrega parcelada.

Pré Moldados Irineópolis- Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda- EPP

Item	Quant	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	50 unid	Tubo de concreto poroso com diâmetro nominal interno de 0,20 cm, comprimento de 0,50 cm e encaixe macho e fêmea. Lamolarci	10,95	547,50
02	50 unid	Tubo de concreto simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 0,20 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho e fêmea. Lamolarci	15,30	765,00
03	500 unid	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 30 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarci	18,40	9.200,00
04	700 unid	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 40 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarci	26,00	18.200,00
06	150 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 80 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarci	144,00	21.600,00
07	300 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 100 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarci	188,00	56.400,00

08	50 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 150 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarci	365,00	18.250,00
Total 124.962,50				

Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho- ME

Item	Quant	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	500 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 60 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Artecim	81,00	40.500,00
Total				40.500,00

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado

Irineópolis, 12 de junho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 13/2014

Portaria Nº 13/2014

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VEREADORES E SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL"

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis - SC, com base no que dispõe o § 2.º do artigo 49 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e tendo decorrido o prazo de manifestação do Ilustríssimo Prefeito Municipal com a conseqüente Sanção Tácita, que promulga a presente lei:

Art. 1 º - Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo, Revisão Geral Anual (no período de 01-04-2013 a 31-03-2014) no percentual de 7,30% (sete vírgula trinta por cento), através do índice de correção aplicado pelo IGP-M da fundação Getúlio Vargas, tendo como parâmetro os vencimentos vigentes no mês de março do corrente, com vigência a partir de 01/04/2014;

Parágrafo único - A reposição prevista nesta Lei corrigirá as tabelas de vencimentos constantes da Lei Complementar nº 059/12 e alterações decorrentes e Lei 1635/2012;

Art. 2 º - O pagamento correspondente a reposição salarial se necessário poderá ser pago através de Folhas Complementares;

Art. 3 º - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder as respectivas anotações para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei;

Art. 4 º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Irineópolis - SC, 12 de junho de 2014.

Gabinete da Presidência, em 12 de Junho de 2014.

Cleusa Clarice de Lima

Presidente da Mesa

Itá**PREFEITURA****Contratos Fundo Municipal de Saude**

Contrato Nº: 66/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: FRANCIELE LUISA POZZEBON

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 02/05/2014 Término: 02/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento serviço de saúde.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 67/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: DE MARCO SERVIÇOS MEDICOS S/S EPP

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 02/05/2014 Término: 02/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 68/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: CR CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 02/05/2014 Término: 02/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 69/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: MARLI TEREZINHA BARBIERI ANDREIS

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 02/05/2014 Término: 02/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 70/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: OTOPLAST CHAPECO SERVIÇOS MEDICOS S/S ME

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 02/05/2014 Término: 02/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 71/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S ME

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 02/05/2014 Término: 02/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 72/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME

Valor: 72.367,39 (setenta e dois mil trezentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos)

Vigência: Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (10), 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (41)

Objeto: Contratação de empresa para ampliação do Posto de Saúde de Adolfo Konder.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 79/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 12/05/2014 Término: 12/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 82/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: CLINICA ORTOPEDICA E TRAUMATOLOGICA LTDA

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 12/05/2014 Término: 12/05/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 84/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA

Valor: 553.155,73 (quinhentos e cinquenta e três mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos)

Vigência: Início: 15/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 1/2014

Recursos: Dotação: 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (39), 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (40)

Objeto: Contratação de empresa para construção da Unidade Básica de Saúde.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 86/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada: PATRICIA REGINA DOS SANTOS REALI

Valor: 1,00 (um real)

Vigência: Início: 23/05/2014 Término: 23/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014
Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81
Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 87/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: CDIPSUL - CLIN. DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA
Valor: 1,00 (um real)
Vigência: Início: 23/05/2014 Término: 23/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014
Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81
Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 91/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: ALTERMED - MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.
Valor: 66,67 (sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 92/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
Valor: 839,30 (oitocentos e trinta e nove reais e trinta centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 93/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA
Valor: 7.258,00 (sete mil duzentos e cinquenta e oito reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 94/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRACEMINHA LTDA
Valor: 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 95/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: FRANCIELI HAIDUK RIGO
Valor: 2.960,23 (dois mil novecentos e sessenta reais e vinte e três centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 96/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME
Valor: 3.904,00 (três mil novecentos e quatro reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 97/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: JACOB BIEZUZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Valor: 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 1.019.4.4.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 35.000,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 98/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
Valor: 1.734,00 (um mil setecentos e trinta e quatro reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 99/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: LIMED COM DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME
Valor: 7.267,09 (sete mil duzentos e sessenta e sete reais e nove centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 100/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES
Valor: 3.738,00 (três mil setecentos e trinta e oito reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 101/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor: 1.081,60 (um mil e oitenta e um reais e sessenta centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 102/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: QUALYMEDIC E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP
Valor: 260,00 (duzentos e sessenta reais)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 103/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
Valor: 6.888,75 (seis mil oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 104/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: VANUSA DIAS EIRELI EPP
Valor: 297,52 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência: Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2014
Recursos: Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 64.500,00
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº: 81/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada: PREDABON E MEDEIROS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA
Valor: 1,00 (um real)
Vigência: Início: 12/05/2014 Término: 12/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 2/2014
Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81
Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos munícipes.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 96/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e FRANCIELI EYNG.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 44/2014 onde altera a Carga Horária do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 20 horas para 30 horas, como Professor de Língua Estrangeira.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 13/06/2014 a 12/12/2014.

Itapiranga - SC, 13 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Convite Nº 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 30/06/2014 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 13/2014 - PROCESSO Nº 72/2014, para a Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução dos serviços de concertos e manutenção de 1200 m2 de vias pavimentadas com blocos sextavados, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 11 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública Tomada de Preço Nº07/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	12/06/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 07/2014 Nº 077/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de decks de madeira tipo passarelas e mirante, localizado no Balneário Itapema do Norte, fim da Rua 650, 3º pedra, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 26/05/2014 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, CNPJ/MF: 82.887.829/0001-12, ITACIR DAL MOLIN, CNPJ/MF: 524.396.079-91, CLAUDIA ADRIANA PALMAS, CNPJ/MF: 018.728.889-50 e MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09. Exatamente as 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
12/06/2014	585	08h:35m	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME	00.263.284/0001-09

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME	R\$ 100.729,20

Portanto a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 100.729,20 (cem mil setecentos e vinte e nove reais e vinte centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 104.966,00 (cento e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais). Ao ser consultado, o representante da respectiva empresa manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA MEMBRO	MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO
Licitantes presentes: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME OSMAR MEYER RIBEIRO CNPJ/MF: 384.576.529-15	Presentes na Sessão: CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2014
Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.706.251/0001-98 e Inscrição Estadual: 101.76046-40 com sede à Rua Profº Leônidas Ferreira da Costa, nº 847, Parolin, CEP: 80.220-410, na cidade de Curitiba/PR, representada neste ato por sócio, o Sr. ELCIO LUIS BORDIGNON, portador do CNPJ/MF nº 972.234.769-15 e do CI.RG nº 5.591.020-0 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.
VALOR R\$ 77.060,90 (Setenta e sete mil sessenta reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.802.002/0001-02 e Inscrição Estadual: 253.148.995, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, na cidade de Rio do Sul/SC, representada neste ato por procurador, o Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, portador do CNPF/MF nº 015.886.939-70 e do CI.RG nº 3.242.195 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 84.382,10 (Oitenta e quatro mil trezentos e oitenta e dois reais e dez centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.247.385/0001-49 e Inscrição Estadual: 90515462-18, com sede à Rua Uruguai, nº 1538 E, Maria Goretti, CEP: 89.801-570, na cidade de Chapecó/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORLANI, portador do CNPF/MF nº 076.332.029-39 e do CI.RG nº 3.927.811 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 50.168,40 (Cinquenta mil cento e sessenta e oito reais

e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.782.733/0001-49 e Inscrição Estadual: 037/0037758, com sede à Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, Santo Antônio, CEP: 95.960-000, na cidade de Encantado/RS, representada neste ato por sócia, a Sra. RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, portadora do CNPF/MF nº 488.351.100-68 e do CI.RG nº 8043627945 SSP/RS.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 29.465,00 (Vinte e nove mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA com sede à Rua santa Tereza, nº 333, Balneário Estreito, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.075-330, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.531.725/0001-20 e Inscrição Estadual nº. 254.582.702, representada neste ato por sócio, o Sr. JÚLIO CÉSAR MAFACIOLI, portador do CNPF/MF nº 539.226.460-34 e do CI.RG nº 304.361.469-6 SSP/RS.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas,

conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.
VALOR R\$ 116.588,01 (Cento e dezesseis mil quinhentos e oitenta e oito reais e um centavo).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 41/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.944.371/0001-04 e Inscrição Estadual: 25.564.240-7, com sede à Avenida Santos Dumont, nº 1335, Santo Antonio, CEP: 89.218-105, na cidade de Joinville/SC, representada neste ato por sócia, a Sra. LILIANA CARLA MICHILIN GESSER, portadora do CNPJ/MF nº 025.474.729-96 e do CI.RG nº 4.448.637 SESP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 25.192,50 (Vinte e cinco mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 42/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIO CLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.729.178/0004-91 e Inscrição Estadual: 062.996.580.01-02, com sede à Rua da Saudade, nº 45 - A, Campo da Mogiana, CEP: 37.701-331, na cidade de Poços de Caldas/MG, representada neste ato por sócio, o Sr. WALTER PROCHNOW JUNIOR, portador do CNPJ/MF nº 139.498.468-59 e do CI.RG nº 22.636.117-2 SSP/SP.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 86.780,00 (Oitenta e seis mil setecentos e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 43/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.652.030/0001-70 e Inscrição Estadual: 170/0004449, com sede à BR 480, nº 795, CEP: 99.740-000, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, representada neste ato por sócio, o Sr. EDIVAR SZYMANSKI, portador do CNPJ/MF nº 670.481.290-34 e do CI.RG nº 505.1132966 SSP/RS.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 52.163,00 (Cinquenta e dois mil cento e sessenta e três reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 44/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.568.558/0001-10 e Inscrição Estadual: 25.639.089-4, com sede à Rua Curitiba, nº 255-D, Centro, CEP: 89.801-341, na cidade de Chapecó/SC, representada neste ato por sócia, a Sra. IJOWI TOBIM DILDA, portadora do CNPJ/MF nº 040.293.519-56 e do CI.RG nº 3.767.841 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas

Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.
VALOR R\$ 9.193,80 (Nove mil cento e noventa e três reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 45/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.217.590/0001-60 e Inscrição Estadual: 90296414-28, com sede à Rod. da Uva PR-417, nº 902, Roca Grande, CEP: 83.402-000, na cidade de Colombo/PR, representada neste ato por sócia-gerente, a Sra. ROSEMARY AMÉRICO SALVADOR, portadora do CNPF/MF nº 020.219.419-14 e do CI.RG nº 4.241.127-2 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.
VALOR R\$ 18.055,00 (Dezoito mil reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 46/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.894.169/0001-86 e Inscrição Estadual: 109/0177736, com sede à Rua Samuel Kruchin, nº 200, Patronato, CEP: 97.020-670, na cidade de Santa Maria/RS, representada neste ato por sócio, o Sr. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, portador do CNPF/MF nº 374.624.9001-72 e do CI.RG nº 8022867959 SSP/RS.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE

PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 80.626,10 (Oitenta mil seiscentos e vinte e seis reais e dez centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 47/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.816.696/0001-54 e Inscrição Estadual: 90180579-29, com sede à Rua Franco Grillo, nº 374, Colônia Dona Luiza, CEP: 84.045-320, na cidade de Ponta Grossa/PR, representada neste ato por sócio, o Sr. FERNANDO PARUCKER DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 248.710.109-10 e do CI.RG nº 2/R 188.527-II/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 33.448,36 (Trinta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 48/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.520.829/0001-40 e Inscrição Estadual: 170/0004112, com sede à Rodovia BR 480, nº 180, CEP: 99.740-000, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, representada neste ato por sócio, o Sr. GLEISON SACHET, portador do CNPF/MF nº 650.526.920-72 e do CI.RG nº 8051134719 SSP/RS.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. VALOR R\$ 19.727,50 (Dezenove mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 49/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.573.787/0001-60 e Inscrição Estadual: 256219818, com sede à avenida: João Sacavem, nº 318, centro, CEP: 88.375-000, na cidade de Navegantes/SC, representada neste ato por sócio-diretor, o Sr. JOÃO CARLOS KELER, portador do CNPF/MF nº 175.934.028-60 e do CI.RG nº 26360302 SSP/SP.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 38.913,30 (Trinta e oito mil novecentos e treze reais e trinta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 50/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 65.817.900/0001-71 e Inscrição Estadual: 415.030.758.115, com sede à Avenida Visconde de Nova Granada, nº 1105, Vila Grossklauss, CEP: 13617-400, no município de Leme/SP, representada neste ato por sócio, o Sr. EROS CARRARO, portador do CNPF/MF nº 253.912.708-80 e do CI.RG nº 22.370.122-1 SSP/SP.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014, REGISTRO DE

PREÇOS Nº 11/2014, PROCESSO Nº 40/2014.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 20.580,00 (Vinte mil quinhentos e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede a Rodovia da Uva, nº2990, Colombo/PR, CEP: 83402-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 046.464/0001-63, e Inscrição Estadual: 10301694-05, representada neste ato por administrador, o Sr. EVALDO SILVEIRA, portador do CNPF/MF nº 343.947.459-34, e do CI.RG nº 1.531.427 SSP-SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014 - PROCESSO Nº 60/2014;

Objeto: Aquisição de placas de sinalização viária vertical, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Valor total: R\$ 63.478,00 (Sessenta e três mil quatrocentos e sessenta e oito reais).

Data da assinatura: 11/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 12 de junho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº. 060, de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 060, DE 30 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 526.569,62 (Quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), como segue:

ORGÃO: 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

UNIDADE: 03 - Departamento de Esportes

PROJETO: 1.017 - Construção de Equipamentos Esportivos e de Lazer

Modalidade de Aplicação: (59) - 4.4.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$ 526.569,62

TOTAL R\$ 526.569,62

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina através do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios conforme Termo de Convênio n.º 10802/2014 (vinculação 00.0095 - Recursos Vinculados Estaduais) no valor de R\$ R\$ 526.569,62 (Quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado, 30 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 061, de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 061, DE 30 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 1.459.241,39 (Hum milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos), como segue:

ORGÃO: 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

UNIDADE: 01 - Diretoria de Obras e Serviços Públicos

PROJETO: 1.039 - Pav. Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: (70) - 4.4.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$ 1.459.241,39

TOTAL R\$ 1.459.241,39

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina através do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios conforme Termo de Convênio n.º 10757/2014 (vinculação 00.0095 - Recursos Vinculados Estaduais) no valor de R\$ 1.459.241,39 (Hum milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado, 30 de maio de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato PL 49/2014/PMJ - TP 5/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2014/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readaptação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 02/07/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 02/07/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ata 01/2013 TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013 - TA 01

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, como órgão gerenciador e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 02.247.113/0001-11 e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES DE JOAÇABA, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, Joaçaba (SC), CNPJ nº 72.172.224/0001-91, como órgãos participantes, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA, estabelecida na Avenida Presidente Castelo Branco, 140, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.833.401/0001-47, representada neste ato pelo Sr. HUDSON HACK residente e domiciliado em Herval d'Oeste, SC, portador do RG nº 1.703.557 e CPF nº 006.337.089-17, doravante denominada DETENTORA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 01/2013, firmada em 03/01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 125/2013/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 72/2013/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é o Registro de Preços de combustíveis e lubrificantes, visando eventuais requisições futuras, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, no exercício financeiro de 2014, observado o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 1 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar

do dia 30 de maio de 2014:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	Gasolina Comum (litro)	lito	BR	2,80	2,95

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 01/2013.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 28 de maio de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA

HUDSON HACK

Testemunhas:

- _____
- _____

RESOLUÇÃO Nº: 016/2014/CMAS-JBA

Resolução nº: 016/2014/CMAS-JBA.

Aprova Planejamento de Trabalho do Conselho para 2014/2015:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Planejamento de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social para o período 2014/2015.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as suas disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 11 de Junho de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

RESOLUÇÃO Nº: 017/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 017/2014/CMAS-JBA.

Aprova Parecer da Comissão de Justiça do CMAS referente à análise de minuta do Regimento Interno do Abrigo Municipal Frei Bruno:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o parecer da Comissão de Justiça do CMAS sobre a minuta de Regimento Interno do Abrigo Municipal Frei Bruno.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação revogadas as suas disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 11 de Junho de 2014.
Dorvalina Lange
Presidente CMAS - Joaçaba/SC

RESOLUÇÃO Nº: 018/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 018/2014/CMAS-JBA.

Aprova Termo de Aceite para renovação do programa federal ACESSUAS TRABALHO no exercício 2014:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições e conforme as Resoluções CNAS 33/2011, CIT 2/2013 e CNAS 05/2013:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a renovação do Termo de Aceite do programa federal ACESSUAS TRABALHO para o exercício de 2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as suas disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 11 de Junho de 2014.
Dorvalina Lange
Presidente CMAS - Joaçaba/SC

RESOLUÇÃO Nº: 019/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 019/2014/CMAS-JBA.

Aprova alteração na LDO, LOA e PPA do exercício 2014:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas pela resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e a Lei 4.281 de 23/11/2012, que definem os critérios para aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a alteração na LDO 2014 no programa 1.013 de Construção de Espaços para Ações da Assistência Social, para Reforma e Ampliação dos Espaços para Ações da Assistência Social.

Art. 2º - A presente Resolução tramitará pelos órgãos competentes do Poder Executivo e Legislativo, revogadas as suas disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 11 de Junho de 2014.
Dorvalina Lange
Presidente CMAS - Joaçaba/SC

CONTRATO 33/2013 FMS TA 01

CONTRATO Nº 33/2013/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, por seu Gestor, e a empresa GESTÃO SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.416/0001-04, estabelecida na RUA MARIO LOBO, 61, Bairro CENTRO, no Município de JOINVILLE/SC, neste ato representada pelo Sr. NORIVAL RAULINO DA

SILVA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 3.651.026 e CPF nº 027.027.459-62, residente e domiciliado na RUA FRITZ HOFMANN, 62, cidade de JOINVILLE/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 33/2013/FMS, firmado em 26/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 33/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de consultoria e capacitação na área do Sistema Único de Saúde para assessoramento da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 10 (dez) meses, a contar de 27 de junho de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 20 (vinte) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), passando a importar a presente contratação o valor global de R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Rafael Laske
Prefeito

GESTÃO SAÚDE LTDA
Norival Raulino da Silva Junior

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Contrato 28/2013 FMS TA 01
CONTRATO Nº 28/2013/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, por seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICINIO CORDOVA, 411 D, Bairro SÃO CRISTOVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, neste ato representada pelo Sr. ANELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 28/2013/FMS, firmado em 26/06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 26/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 23/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 27/06/2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução do objeto da contratação passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor unitário da cópia fica reajustado em 6,07855%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de junho/2013 a maio/2014, passando de R\$ 0,048 para 0,05 (cinco centavos), a partir de 27/06/2014.

Diante da prorrogação do prazo e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), considerando a quantidade mensal estimada de 50.000 (cinquenta mil) cópias.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - F. M. SAÚDE
RAFAEL LASKE
Prefeito

REALMAC - MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
ANELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Extrato Homologação CC 3/2014/PMJ - PL 39/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39/2014/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 3/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 39/2014/PMJ.
- Modalidade: CC nº 3/2014/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município.

Empresas Vencedora:

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ.: 03.377.072/0001-40

Valor total contratado: 3.256.988,83 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos).

Valor material: R\$ 2.238.455,08 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos).

Valor mão-de-obra: R\$ 1.018.533,75 (um milhão, dezoito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2014.
Rafael Laske
Prefeito

Homologação CC 3/2014/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 3/2014 - CC Processo Administrativo: 39/2014 Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 25/04/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2014
b) Licitação Nr.: 3/2014-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 12/06/2014
e) Data da Adjudicação: 12/06/2014 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES NO BAIRRO SANTA TEREZA, NESTE MUNICÍPIO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA. (7435)

1 EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES NO BAIRRO SANTA TEREZA, NESTE MUNICÍPIO - CONFORME PROJETOS, RELATÓRIO DO PROJETO/MEMÓRIA JUSTIFICATIVA	VB	1	-	3.256.988,83	3.256.988,83
---	----	---	---	--------------	--------------

Total do Fornecedor: 3.256.988,83

Total Geral: 3.256.988,83

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (213), 1.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (214), 1.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (215)

Joaçaba, 12 de Junho de 2014.

RAFAEL LASKE - PREFEITO

SIMAE**Portaria JHL 095/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 095/2014 DE 11.06.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor André Luiz Sauer, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

João Carlos Ungericht
Aluir Flemming
Paulo César Lamin

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 11 de junho de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Portaria JHL 096/2014

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 096/2014 DE 11.06.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Raimundo Kerschbaumer, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Giane Maria Marqueze Lecher

Aluir Flemming

João Carlos Ungericht

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 11 de junho de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Pregão Presencial PP 0023/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

REPUBLICAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 0031/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2014

PROTOCOLO JHL 1236/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0023/2014 - Licitação 0031/2014, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Pneus, Câmaras, Conserto de Pneus, Geometria e Balanceamento para os veículos da frota do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 25/06/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/06/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 13/06/2014 a 25/06/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 13 de maio de 2014
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Balancete Financeiro Maio 2014**SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.290.210,50	Despesa Orçamentária	1.048.485,68
RECEITA PATRIMONIAL	58.506,91	Despesas exceto Intra-orçamentárias	969.510,12
RECEITA DE SERVIÇOS	1.197.371,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.764,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.399,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	370.324,46
RECEITA DE SERVIÇOS	14.930,71	INVESTIMENTOS	325.421,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,36		
		Despesas Intra-orçamentárias	78.975,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.629,66
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.345,90
Receita Extra - Orçamentária	1.204.503,30	Despesa Extra - Orçamentária	1.200.124,69
DEPÓSITOS	144.832,50	DEPÓSITOS	142.855,61
CONSIGNAÇÕES	102.231,96	CONSIGNAÇÕES	101.262,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.556,92	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.556,92
PENSAO ALIMENTICIA	4.337,38	PENSAO ALIMENTICIA	4.337,38
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	18.971,11	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	16.692,07
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	39.768,60	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	41.078,18
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.599,16	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.599,16
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	22.998,79	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	22.998,79
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.600,54	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	41.593,11
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	659,32	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	41.593,11
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	41.941,22	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.057.269,08
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.059.670,80	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.053.968,01
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.056.191,50	FORNECEDORES	674.496,45
FORNECEDORES	677.940,00	PESSOAL A PAGAR	273.764,44
PESSOAL A PAGAR	273.764,44	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	79.380,46
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	78.975,56	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	24.962,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	24.829,50	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.364,00
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	682,00	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.301,07
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.479,30	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.301,07
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.479,30		
Saldos anteriores	6.933.893,58	Saldos atuais	7.179.997,01
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.637.556,43	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.945.887,82
BANCO C/ MOVIMENTO	131.223,92	BANCO C/ MOVIMENTO	68.161,12
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	165.113,23	POUPANÇA	165.948,07
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	9.428.607,38	Total	9.428.607,38

JOACABA , 06/06/2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora PresidentePATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

NOTA DE EMPENHO JHL0820/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2014**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : **820/14**

Ordinário

Processo : 0017/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0000 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.993.170,16
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	3.900,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.997.070,16
		Saldo (A - B) :	669.519,85

Credor: **8124 COMPACTPAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA**

Endereço: DELFIM MOREIRA DA COSTA, 219-D

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 14-637-072/0001-59

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933297173

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME NÃO INFEROR A 5,6, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 A 2,35T/M3. - (Cód. 32-01-2024) Marca: ASFALTECPAV	SC	300,000	13,0000	3.900,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE ASFALTO PARA REPARAÇÃO E FECHAMENTO DE VALAS EM VIAS PÚBLICAS, ONDE O SIMAE EFETUAR CONserto DE REDES E LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO. (Licitação Nº : 12/2014-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 12/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0090/2014

PROTOCOLO Nº 0557/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0467/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	3.900,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 17/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/03/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 072/2014**

DECRETO Nº 072/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 42.075,92 (Quarenta e Dois Mil, Setenta e Cinco Reais e Noventa e Dois Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO NOVA

3.3.90.00.00.1157 - Aplicação Direta R\$ 42.075,92

Total: R\$ 42.075,92

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 138 (Salário Educação), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER,
06 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 073/2014

DECRETO Nº 073/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 12.600,00 (Doze Mil e seiscentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.029 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

DOTAÇÃO 82

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 12.600,00

Total: R\$ 12.600,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários conforme decreto nº 026 de 18/03/2014:

98.98 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

98.98 - Reserva de Contingência

9.999 - Reserva de Contingência

DOTAÇÃO 294

9.9.99.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 12.600,00

Total R\$ 12.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER,
06 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 074/2014

D E C R E T O Nº 074/2014

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Contadora Rosana Benedet, juntamente com o Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, autorizados a realizarem as seguintes movimentações da conta bancária do Fundo Municipal de Habitação de CNPJ nº 19.059.896/0001-02 mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

EMITIR CHEQUES;
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
AUTORIZAR COBRANCA;
UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
ENDOSSAR CHEQUE;
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
CANCELAR CHEQUES;
BAIXAR CHEQUES;
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
EFETUAR SAQUES - POUPANCA;
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
EMITIR COMPROVANTES;
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.
2 - OPERAÇÕES
CONCEDER ABATIMENTOS;
UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;

CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
EFETUAR ACORDOS;
EMITIR DUPLICATAS;
ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
ASSINAR ORCAMENTO;
ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
ASSINAR INSTR DE CREDITO;
ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;
ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER,
09 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 077/2014

D E C R E T O Nº 077/2014

Fixa o horário de funcionamento das repartições públicas do Poder Executivo e das Autarquias e Fundações públicas nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na copa do mundo do Brasil e dá outras providencias.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art.1º - O expediente das repartições públicas do Poder Executivo, suas autarquias e fundações, nas datas de realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo do Brasil será:

I - 1º jogo, dia 12/06/2014 - quinta - feira, das 07h00min às

13h00min;

II - 2º jogo, dia 17/06/2014 - terça-feira, das 07h00min às 13h00min;

III - 3º jogo, dia 23/06/2014 - segunda-feira, 07h00min às 13h00min.

Art.2º - Não se aplicam os horários especiais fixados no artigo 1º à Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais, que nos dias de jogo trabalharão das 08h00min às 12h00min e as Creches Municipais trabalharão em horário normal na parte da manhã e em horário de plantão das 12h00min às 15h30min.

Art.3º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde, como também a coleta lixo.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER,
11 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 075/2014

DECRETO Nº 075/2014.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (Dez Mil e Quinhentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.017 - Manutenção do Combate a Epidemiologia

DOTAÇÃO NOVA

4.4.90.00.00.1166 - Aplicação Direta R\$ 10.500,00

Total: R\$ 10.500,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.017 -Gerenciamento e Manut. Dos Serv. De Saúde

DOTAÇÃO 32

4.4.90.00.00.1166 - Aplicação Direta R\$ 10.500,00

Total: R\$ 10.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER,
11 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

LEI Nº 1.819/2014

LEI Nº 1.819/2014 DE 11 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER A FIRMAR CONVENIO E/OU TERMO DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar CONVENIO e/ou TERMO DE COOPERAÇÃO com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SIE, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Sub-componente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.772/2013 de 19 de agosto de 2013.

LAURO MÜLLER, 11 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Retificação Edital de Pregão Presencial Nº80/2014/
Pmlm /23/2014 FMS**

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº80/2014/PMLM
/23/2014 FMS
PROCESSO Nº80/23/2014

O MUNICIPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o presente edital a ser realizado no dia 20 de junho de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC sofreu alterações em sua concepção na descrição do item ventilador pulmonar, o mesmo se reunirá com a finalidade de receber proposta para contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de Carro Maca Hospitalar, Ventilador Pulmonar eletrônico, Caminhão novo, Carro de 7 e ligares e Sistema de Radiologia, conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM.O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal
Lauro Muller, 12 de junho de 2014.

Lebon Regis**PREFEITURA****Homologação Processo Licitatório Nº 10/14**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/14

CONTRATADO: DAL MAS & AMARAL LTDA - ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 162.300,00 (cento e sessenta e dois mil e trezentos reais)

DATA: 12/06/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/14

CONTRATADO: TURKOT & OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 134.490,00 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e noventa reais)

DATA: 12/06/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/14

CONTRATADO: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

DATA: 12/06/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/14

CONTRATADO: BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 71.550,00 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta reais)

DATA: 12/06/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE LEBON REGIS**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: 23/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: DAL MAS & AMARAL LTDA - ME

Valor : 162.300,00 (cento e sessenta e dois mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (55),

2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),

2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),

2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),

2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (125),

2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto : O presente contrato visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

MUNICIPIO DE LEBON REGIS**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: 24/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: TURKOT & OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS

Valor : 134.490,00 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (55),

2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),

2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),

2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),

2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (125),

2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto : O presente contrato visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

MUNICIPIO DE LEBON REGIS**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: 25/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Valor : 71.550,00 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (55),

2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),

2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),

2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),

2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (125),

2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto : O presente contrato visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LEBON REGIS****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: 26/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Valor : 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (55),

2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),

2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),

2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),

2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (125),

2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto : O presente contrato visa aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeiras para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Extrato do Termo de Convênio Nº 03/2014.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2014.

CONVENIENTES - O Município de Lebon Régis-SC, através Do Fundo de Assistência Social e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis/SC.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para custear despesas de manutenção (alimentação) da entidade. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - junho a dezembro de 2014. Vigência a partir da assinatura.

DATA E ASSINATURAS -

Lebon Régis, 12 de Junho de 2014.

Rosane Souza -Gestora do Fundo, e Vilmarisa Comper da Silva-
Presidenta da Associação.

Decreto Nº 048/2014

DECRETO Nº. 48/2014, de 11 de Junho de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO , NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 214.200,00 (duzentos e quatorze mil e duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Progra- ma	Proj/ Atividade	Ele- mento	Fonte Recurso	Valor R\$.
91	10	10	301	0028	2041	4490	00.01.88	34.200,00
91	10	10	301	0028	2041	4490	00.01.71	110.000,00
02	20	04	122	0002	2002	4490	00.01.89	70.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	88	34.200,00
00	01	71	110.0000,00
00	01	89	70.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
em 11 de Junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de Junho de 2014, no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 049/2014

DECRETO Nº 49/2014, de Junho de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$. 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/ Atividade	Ele- mento	Fonte Recurso	Valor R\$.
91	10	10	301	0028	2041	4490	00.03.64	70.800,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	64	70.800,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
em 11 de Junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de Junho de 2014, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Aviso de Cancelamento - Fundo de Saúde Lebon Régis/SC - Pregão Presencial Nº 05/2014 - Processo Licitatório Nº 07/2014

AVISO DE CANCELAMENTO - FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014

O Gestor responsável pelo Fundo Municipal de Saúde Sr. Francisco Jucelino Ribeiro, no uso de suas atribuições leva ao conhecimento dos interessados, a decisão decide cancelar o processo licitatório nº 07/2014, na íntegra que estava programado para abertura das propostas comerciais a partir das 09h100min do dia 26/06/2014. Ficando cancelado também o Edital e seu anexos

Lebon Régis, 12 de junho de 2014.
Francisco Jucelino Ribeiro
Gestor.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Edital de Notificação de Trânsito N.º 167/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000167/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infracao Infr./Desd. Enquadramento

MAO7039 54575148C 13/01/2014 52583 174
MFT9589 545751150C 15/02/2014 65992 230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 08 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Edital de Notificação de Trânsito N.º 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000168/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infracao Infr./Desd. Enquadramento

ALT4997 54575146C 12/01/2014 52741 175
MDN6831 54575006C 06/03/2014 70301 2440*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 08 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Edital de Notificação de Trânsito N.º 169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000169/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infracao Infr./Desd. Enquadramento

ALT4997 54575003C 27/02/2014 65480 229
MAW4476 54575007C 02/03/2014 51691 165

MAW4476 54575008C 02/03/2014 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 08 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Portaria Nº 062/2014

Portaria n.º 062, de 02 de maio de 2014.

"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os Servidores Municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1598	Francisco Steinbach	Diretor Executivo	02.05.2014
02	1560	José Amauri Alves	Diretor Executivo	02.05.2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 063/2014

Portaria n.º 063, de 02 de maio de 2014.

"Nomear Servidora Municipal e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de maio de 2014, a senhorita BRUNA MARIAN, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 077.185.129-40, RG nº 5.071.130, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretora Executiva, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, na localidade de Ribeirão dos Ovos, Beira Rio, Rio do Tigre, Vinte Saltos, Ribeirão Grande Rio Jansen, Perau e Oito Casa.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 064/2014

Portaria n.º 064, de 02 de maio de 2014.

"Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de maio de 2014, o senhor ARLECIO LEAL, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.434.109-17, RG nº 3.502.531-0, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, na localidade de Rio das Pedras, Rio Veado, Rio Parada, Rio Feijão, Rio Pedrinha, Rio da Furna e Rio Perau.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 065/2014

Portaria n.º 065, de 05 de maio de 2014.

"Altera os Componentes da Equipe de Apoio para Modalidade de Licitação Pregão e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 023, de 22 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado os componentes da Equipe de Apoio para Modalidade de Licitação Pregão, sem prejuízo de suas funções normais e, providenciar todos os procedimentos administrativos necessários pertinentes aos processos licitatórios realizada pela Administração Municipal, na forma que segue abaixo:

I - LIZANDRO KREUSCH

II - ALINE KRAUS

III - MAYARA CARLA GUCHERT

Art. 2º Os membros da equipe de apoio desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 066/2014

Portaria n.º 066, de 05 de maio de 2014.
"Nomeia Tesoureiro do IPRELL e dá
Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, partir de 05 de maio de 2014, o Servidor LIZANDRO KREUSCH, para o Cargo em Comissão de Tesoureiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leoberto Leal (IPRELL).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração

Portaria Nº 067/2014

Portaria n.º 067, de 05 de maio de 2014.
"Exonera Tesoureira do IPRELL e dá outras

Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir 05 de maio de 2014, a senhora KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA, do cargo de Tesoureira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leoberto Leal/SC - IPRELL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 068/2014

Portaria nº 068, de 05 de maio de 2014.

"Altera Gratificação de Motorista da Educação dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 1.059, de 25 de abril de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o valor da Gratificação de Motorista de veículos escolares do Município de Leoberto Leal/SC, conforme segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Valor Anterior	Valor Atual
455	Airton Ari Scheidt	R\$ 250,00	R\$ 280,00
354	Arcenio Feuser	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1246	Edson Lopes	R\$ 250,00	R\$ 280,00
456	Emerson Jose Kreusch	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1304	Francisco de Assis Batista	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1038	Frank Gilberto Eger	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1324	Inácio de Souza	R\$ 250,00	R\$ 280,00
365	Inesio Antonio Bratfisch	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1300	Marcio José Lopes	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1051	Marcos Rodrigo Kreusch	R\$ 250,00	R\$ 280,00
691	Nardeli Scheimann	R\$ 250,00	R\$ 280,00
524	Odair José de Oliveira	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1227	Odair José Martins	R\$ 250,00	R\$ 280,00
1423	Sergio Odair Batista	R\$ 250,00	R\$ 280,00
152	Valdemar de Souza	R\$ 250,00	R\$ 280,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 05 de maio de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 069/2014

Portaria nº 069, de 05 de maio de 2014.

“Retifica o art. 2º da Portaria nº 151/2013 que determina a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora MARIA JUSÁ GUEDES STEINBACH e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o art. 2º da Portaria nº 151/2013 que determina a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora MARIA JUSÁ GUEDES STEINBACH nos seguintes termos:

“Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 1.213,39 (um mil duzentos e treze reais e trinta e nove centavos) que será pago mensalmente pelo IPRELL”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/08/2013, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 05 de maio de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se Publique-se

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 070/2014

Portaria nº 070, de 05 de maio de 2014.

“ Concede Gratificação de Função e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII e IX da Lei Orgânica e a Lei Municipal nº 191, de 16 de março de 2001,

RESOLVE

Art. 1º Conceder GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO, no valor de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do servidor Gabriel Hoffmann, ocupante do cargo efetivo de Motorista inscrito sob matrícula nº 1421, com lotação no Gabinete da Prefeita, a partir de maio de 2014, conforme Art. 1º inciso I, da Lei Municipal nº 191, de 16 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 071/2014

Portaria n.º 070, de 05 de maio de 2014.

“Exonera servidor Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera o Servidor Municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1585	Waldecy Muller	Auxiliar de Manutenção e Conservação	02.05.2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/05/2014, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 072/2014

Portaria n.º 072, de 22 de maio de 2014.

“Exonera servidor Aposentado e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o ex. servidor Sebastião de Souza faleceu no dia 22 de maio de 2014, conforme Certidão de Óbito matrícula: 107755 01 55 2014 4 00010 131 0001148 91, em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o ex. servidor aposentado senhor Sebastião de Souza, inscrito sob a matrícula nº 72, a partir de 22 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 073/2014

Portaria nº 073 de 27 de maio de 2014.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o protocolo nº 20001100.1.00004/14-5, nos assentos funcionais do servidor Adolfo Schissler Scheimann, detentor da matrícula nº 011 e do cargo de provimento efetivo de Motorista, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1 Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor ADOLFO SCHISLER SCHEIMANN, detentor da matrícula nº 011 e do cargo de provimento efetivo de Motorista, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o protocolo nº 20001100.1.00004/14-4, comportando 12 (doze) anos e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, contando a partir de 02/05/1978, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 074/2014

Portaria n.º 074, de 27 de maio de 2014.

“Exonera servidor Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera o Servidor Municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	076	Arni Bratfisch	Auxiliar de Manutenção e Conservação	01.05.2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2014, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 075/2014

Portaria n.º 075, de 27 de maio de 2014.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei Complementar nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARIA DOLORES JORGE portadora do CPF nº 061.707.349-06 e RG nº 3.741.452, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 037, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 05/05/2014, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 076/2014

Portaria n.º 076, de 27 de maio de 2014.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei Complementar nº

1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora EVANI KREUSCH FARIAS portadora do CPF nº 007.750.589-12 e RG nº 4.469.861, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 038, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 05/05/2014, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 077/2014

Portaria n.º 077, de 27 de maio de 2014.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei Complementar nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ELENA DA SILVA portadora do CPF nº 812.228.319-53 e RG nº 2.259.017, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 039, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 05/05/2014, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Homologação - PL 070/2014 - PP 039/2014 - Material de Odontologia - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0070/2014 - PML

Pregão nº 0039/2014 - PML

O Gestor do FMS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0070/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço, para a aquisição de materiais de odontologia, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

* LA DALLA PORTA JUNIOR

* ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA

* SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

- Valor total: R\$ 313.732,41

Luzerna (SC), 12 de junho de 2014.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMS

Extrato de Homologação - PL 055.2014 - PP 028.2014 - Veículo Tipo: Prancha Seminova - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0055/2014 - PML

Pregão nº 0028/014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0055/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de 01 (uma) prancha usada Semi Reboque carrega tudo com no mínimo as seguintes especificações: 02 eixos e rampa de acionamento manual, ano a partir de 1972 com pneus novos ou semi novos, devidamente registrado e licenciado junto ao DE-TRAN, livre de qualquer ônus ou restrição, e sem qualquer débito, destinada a Secretaria de Obras e Serviços conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência Anexo I.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ERWIN FELDER JUNIOR (3772).

- Valor total: R\$ 40.500,00

Luzerna (SC), 11 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Pregão Presencial - PL 078.2014 - PP 045.2014 - Material de Artesanato- FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0078/2014 - FMAS

Pregão Presencial nº 0045/2014 - FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de material de artesanato, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente no Município de Luzerna/SC, conforme as especificações em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 25 de junho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 25 de junho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato de Homologação - PL 071/2014 - PP 040/2014 - Iluminação Pública - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0071/2014 - PML

Pregão nº 0040/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0071/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços por hora equipe trabalhada destinada à manutenção da rede de iluminação pública do município e ginásios de esportes no Município de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* LUZERNA INSTALAÇÕES LTDA ME

- Valor total: R\$ 36.000,00

Luzerna (SC), 12 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 11.06.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 11/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.249,92
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.249,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.249,92
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.949,95
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.299,97

Luzerna, 12/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria 003/14**

PORTARIA Nº 003/2014 de 13 de junho de 2014.

"ATRIBUI ADICIONAL À SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições descritas no art. 41, inciso V, do Regimento Interno da Câmara e de conformidade com o que lhe faculta o art. 38, §2º, "c", da Resolução nº 005/2011 e Lei nº 1.213/2014, que Institui o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna/SC,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR a PATRICIA CORREA DE ALMEIDA, servidora pública da Câmara de Vereadores, ocupante do emprego público de Secretária Técnica Legislativa, Nível 01, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de graduação, em nível de bacharelado, de 10% (dez por cento), sobre o vencimento do seu emprego público de provimento efetivo, nos termos da alínea "b" do Parágrafo 2º do art. 38 da Resolução nº 005 de 25 de maio de 2011 e Lei nº 1.213 de 11 de março de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna/SC, 13 de junho de 2014.

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna/SC

Mafra**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial - Nº 097/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de Bote Inflável e Motor de Popa para o Corpo de Bombeiros Militar com recursos do FUNREBOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 12 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz

Pregoeira Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Nº 087/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2014

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa para execução de serviço técnico especializado em dedetização, desratização e limpeza de caixa d'água, para as 29 unidades escolares do município, Sec. Municipal de Educação e o Setor de Panificação, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 01/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 12 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz

Pregoeira Municipal

Cronologia de Pagamentos**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 08.055.125/0001-20
NEIMANN E SILVA LTDA.

Nota Fiscal nº. 4747 R\$ 1.195,19
Nota Fiscal nº. 4746 R\$ 1.262,33
Nota Fiscal nº. 4744 R\$ 7.560,00
Nota Fiscal nº. 4755 R\$ 7.560,00

Nota Fiscal nº. 4768 R\$ 8.820,00 Valor Total: 26.397,52
Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível as Secretarias do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 13 de junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS.**

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;
GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
CNPJ: 00.165.960/0001-01

Nota Fiscal nº 5150 R\$ 8.917,64
Nota Fiscal nº 5151 R\$ 558,07
Nota Fiscal nº 5154 R\$ 2.767,56
Nota Fiscal nº 5152 R\$ 641,16
Nota Fiscal nº 5203 R\$ 2.339,64

Nota Fiscal nº 5398 R\$ 1.333,76

Nota Fiscal nº 5406 R\$ 1.455,00

VALOR TOTAL: R\$ 18.012,83

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra, (SC) 13 de junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Maracajá**PREFEITURA****Lei 985/2014**

LEI Nº 985 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL**

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira dos servidores públicos do Município de Maracajá e estabelece normas de direito administrativo aplicado à investidura, enquadramento, remuneração, progressão funcional e carga horária dos exercentes de cargos permanentes, com o objetivo de atender à demanda do serviço público municipal.

Art. 2º. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Maracajá obedece ao regime estatutário e estrutura-se em um quadro permanente com os respectivos cargos, um quadro suplementar com cargos isolados e um quadro com cargos em extinção, constituintes dos anexos que integram a presente Lei.

Parágrafo único - Os princípios, normas, regras, critérios, condições e requisitos fixados por esta Lei, aplicam-se a todos os servidores públicos municipais, com exceção dos profissionais em educação, os quais são vinculados e regidos por quadro de pessoal e plano de carreira próprio.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - plano de carreira: conjunto de diretrizes e normas que disciplinam o desenvolvimento funcional, estrutura organizacional, o provimento dos cargos, a carreira, a remuneração, o aperfeiçoamento técnico e a progressão dos Servidores Públicos do Município de Maracajá.

II - cargo: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades conferidas ao servidor previstas no plano de carreira, com remuneração de acordo com a área de atuação e formação profissional regido pelo regime jurídico estatutário.

III - cargo de carreira: cargo em que o servidor embora desempenhando a mesma espécie de serviço, tem a possibilidade de ascender gradativamente na escala de níveis de referência salarial prevista para a remuneração do cargo no Plano de Carreira.

IV - categoria funcional: conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V - grupo ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

VI - nível: graduação vertical de acordo com o nível de escolaridade exigido pelo cargo.

VII - referência: graduação horizontal, existente em cada nível.

VIII - progressão funcional: deslocamento do servidor, de forma ascendente nas referências contidas no seu cargo e relacionadas ao seu vencimento.

IX - quadro de pessoal: conjunto de cargos de provimento efetivo

e comissionado dos Servidores Públicos do Município de Maracajá.
X - vencimento: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

XI - remuneração: vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

XII - revisão geral: retrata o índice de reposição inflacionário a ser concedido pelo Poder Público aos níveis de vencimentos, salário, proventos, cargos em comissão e função gratificada.

XII - alfabetizado: conhecimento básico de leitura e escrita.

XIV - ensino fundamental: conclusão do ensino de primeiro grau.

XV - ensino de nível técnico: conclusão do ensino de curso técnico reconhecido e inscrição do respectivo conselho profissional.

XVI - ensino médio: conclusão do ensino de segundo grau.

XVII - ensino superior: conclusão do ensino de terceiro grau reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura.

XVIII - pós-graduação: conclusão estrito e latu sensu reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura.

XIX - enquadramento: atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao servidor, levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado, observado sempre o concurso público de ingresso, vedado qualquer decréscimo vencimental.

XX - avaliação de desempenho: mecanismo e critérios estabelecidos em lei para aferir o desempenho profissional do servidor.

XXI - cargo isolado: todos os servidores que eventualmente pelo reenquadramento não integrem o presente plano de cargos, ficarão em quadro isolado, sem prejuízos de seus direitos adquiridos, sendo que estes cargos serão extintos quando vagarem.

XXII - interstício: é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão;

XXIII - cargo em comissão: é o cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido também por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei;

Art. 4º. Os cargos Permanente do Quadro de Pessoal, com a carga horária, os quantitativos e níveis de vencimento estão distribuídos no Anexo I desta Lei, integrado pelos seguintes grupos ocupacionais:

I - Grupo I: atividades de nível superior - ANS;

II - Grupo II: atividades operacionais e de administração geral - Nível médio - técnico - ANMT;

III - Grupo III: atividades de obras e serviços gerais - nível fundamental/Alfabetizado - ANFA;

IV - Grupo IV: Cargos isolados.

Art. 5º. Cada grupo ocupacional, abrangendo as atividades indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a estrutura organizacional e administrativa da prefeitura, compreende:

I - Atividades de nível superior - ANS: são aquelas exercidas pelos servidores investidos em cargos que sejam inerentes as atividades compreendidas nas áreas de ciências biológicas, humanas, exatas, sociais e outras, no desempenho das quais é exigido diploma de nível superior reconhecido pelos órgãos competentes, nos termos da legislação;

II - Atividades de apoio e de administração geral - Nível médio - Técnico - ANMT: são aquelas exercidas pelos servidores investidos em cargos da administração geral ou de atividades operacionais, para cujo desempenho é exigido diploma de nível médio ou técnico, nos termos da legislação;

III - Atividades operacionais, obras e serviços gerais - nível fundamental/Alfabetizado - ANFA: são aquelas exercidas pelos servidores investidos em cargos inerentes as atividades de conservação de instalações, estradas e bens, manutenção e transportes para cujo desempenho é exigido diploma de nível fundamental ou estarem alfabetizados.

Art. 6º. Os Cargos Isolados da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal são os constantes do Quadro IV do Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO II DOS CARGOS

Art. 7º. Os cargos classificam-se em cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Parágrafo único - Ficam criados os cargos efetivos constantes dos Quadros I, II e III do Anexo I desta Lei, com a respectiva quantidade de vagas, grupo funcional, habilitação profissional, código, carga horária e vencimento inicial.

Art. 8º. Os cargos de provimento efetivo, constantes dos Quadros I, II e III, do Anexo I desta Lei, serão preenchidos:

I - pelo enquadramento dos atuais servidores, conforme as normas estabelecidas nesta Lei;

II - por nomeação, precedida de aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República.

Art. 9º. Para provimento dos cargos efetivos, serão rigorosamente observados os requisitos básicos e específicos estabelecidos para cada cargo, constantes do Anexo VI desta Lei, sob pena de nulidade do ato correspondente.

§ 1º. Nenhum servidor efetivo poderá desempenhar atribuições que não sejam próprias do seu cargo, ficando expressamente vedado qualquer tipo de desvio de função.

§ 2º. Excetuam-se do disposto no § 1º e no caput deste artigo os casos de readaptação previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Maracajá.

§ 3º. Os servidores efetivos, que tenham seus cargos extintos por lei específica, deverão ser enquadrados em outros cargos com atribuições compatíveis com sua função anterior.

Art. 10. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público municipal, é permitida a contratação por tempo determinado nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição da República, e da Legislação Municipal Específica.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E DESEMPENHO

Art. 11. As progressões serão processadas anualmente, até o mês de maio de cada ano, pelo Município de Maracajá e os efeitos financeiros dela decorrentes serão implementados em até 90 (noventa) dias do processamento com efeito retroativo.

Art. 12. A progressão funcional por tempo de serviço e desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala horizontal dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo, constante na tabela do Anexo III desta Lei, respeitado os limites de valores estabelecidos no quadro do Anexo IV desta mesma Lei.

Art. 13. A progressão funcional por tempo de serviço, por desempenho ou formação continuada dar-se-á anualmente, de forma sucessiva ou alternada, considerando os critérios de tempo de efetivo exercício no cargo para o qual foi investido e avaliação de desempenho, observando sempre a seguinte ordem:

a) uma progressão, usando como critério exclusivo para a concessão desta, o tempo de serviço;

b) uma progressão, em ano posterior ou no ano seguinte a concessão da progressão prevista na alínea "a", observando a média das avaliações por desempenho, realizadas no período dos dois últimos anos;

§ 1º. A progressão funcional por tempo de serviço ou por desempenho ocorrerá anualmente após o período do estágio probatório, nos períodos estabelecidos na presente Lei, desde que o servidor avaliado preencha todos os requisitos previstos para sua concessão. O tipo de progressão a ocorrer no respectivo ano será determinado por ato do chefe do poder executivo.

§ 2º. A primeira progressão do servidor será por tempo de serviço

e se dará depois de decorrido o período de 36 (trinta e seis) meses do estágio Probatório, por ocasião de sua aprovação, sendo concedida de forma excepcional, em índice de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo.

§ 3º. A partir da segunda progressão, concederá o incremento anual de 2% (dois por cento) no salário base do cargo, de acordo com o nível de referência.

§ 4º. A progressão funcional por tempo de serviço e desempenho, prevista nesta Lei, assegurará a proporção de 67 % (sessenta e sete por cento) de diferença entre o salário base e o teto de cada faixa salarial, conforme exposto no quadro do Anexo IV desta Lei.

§ 5º. A concessão da progressão funcional será declarada por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo.

§ 6º. Aos servidores, que possuírem dois cargos no Município, a progressão será concedida de acordo com cada matrícula.

§ 7º. Aos servidores do quadro permanente que exercerem funções gratificadas ou cargos comissionados, excetuados os agentes políticos, terão direito a progressão, sendo obrigatoriamente avaliados nos termos da presente legislação.

§ 8º. Os servidores em estágio probatório serão obrigatoriamente avaliados e o resultado não será computado para efeito de progressão, mas sim encaminhado como subsídio necessário à avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação.

Art. 14. Para conceder a progressão funcional, fica criado o Sistema Municipal de Avaliação de Servidores Públicos como instrumento obrigatório de aferição de desempenho profissional.

Art. 15. A avaliação por desempenho será regulamentada, a cada ano, por Edital da Secretaria de Administração, que disporá as regras legais, prazos e demais disposições, com ampla publicidade. Parágrafo único - Não ocorrendo avaliação para fim da aferição de desempenho, o critério para progressão será somente do tempo de serviço.

Art. 16. A avaliação para a progressão medirá o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração, no que couberem, os seguintes elementos:

I - Atribuições funcionais do servidor estabelecidas na legislação - Anexo V desta Lei;

II - Quesitos referenciais de avaliação de desempenho - Anexo VI;

III - Avaliação prévia da chefia direta do servidor - Anexo VII desta Lei;

IV - Autoavaliação dos servidores - Anexo VIII desta Lei;

V - Aplicação do questionário de avaliação pela Comissão de Avaliação - Anexo IX desta Lei.

§ 1º. É obrigatória a entrega assinada, nas datas fixadas em edital, da autoavaliação por parte do servidor e da ficha de avaliação da chefia imediata, nos termos do inciso III e IV.

§ 2º. Cópia dos documentos citados no inciso III, IV e V farão parte do processo de avaliação que será arquivado junto a ficha funcional do servidor.

§ 3º. É dever do superior imediato ou chefia responsável pela avaliação do servidor fazer juntar ao processo eventuais ocorrências relacionadas ao mesmo no período da avaliação.

Art. 17. Para a avaliação dos servidores, aplicar-se-ão os seguintes requisitos de avaliação, previstos no anexo VI da Lei:

I - Obrigações legais no exercício das funções;

II - Formação profissional e aperfeiçoamento técnico;

III - Desempenho das atividades profissionais;

IV - Relacionamento interpessoal;

V - Assiduidade e limite de faltas;

§ 1º. Não logrando êxito na avaliação o servidor perderá o direito à progressão, será submetido a avaliação e acompanhamento profissional ou abertura de inquérito administrativo disciplinar, conforme disposto nesta Lei.

§ 2º. Além dos requisitos elencados nos incisos I, II, III, IV e V deste artigo serão observados na avaliação dos Profissionais, as

atribuições funcionais inerentes ao exercício da atividade profissional, bem como os quesitos referenciais ao bom exercício da atribuição, este nos termos dos Anexos V e VI desta Lei.

Art. 18. A avaliação deve medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, tomando em consideração todos os critérios estabelecidos na presente Lei, considerando ainda: I - A Ficha de avaliação de desempenho atribuirá notas de 1 (um) a 4 (quatro) pontos para cada um dos 35 (trinta e cinco) quesitos, com as seguintes expressões:

a) 1 Ponto = Insuficiente

b) 2 Pontos = Regular

c) 3 Pontos = Bom

d) 4 pontos = Ótimo

II - Para o computo final da nota atribuída ao servidor, considerar-se-á, de acordo com a ficha de avaliação, a nota dos 35 (trinta e cinco) quesitos mais a pontuação do campo avaliação da assiduidade, e observará a seguinte escala:

a) Até 69 (sessenta e nove) pontos: servidor com desempenho insuficiente, sendo que o mesmo não terá direito à progressão e será submetido a inquérito administrativo estando sujeito às penalidades cabíveis, inclusive demissão;

b) De 70 (setenta) até 98 (noventa e oito) pontos: servidor com desempenho regular, sendo que o mesmo não terá direito à progressão e será encaminhado para avaliação e acompanhamento profissional conforme regulamentação a ser fixada em decreto municipal;

c) De 99 (noventa e nove) até 130 (cento e trinta) pontos: servidor com desempenho bom e que terá direito à progressão funcional;

d) Acima de 130 (cento e trinta) pontos: servidor muito bom, com direito à progressão funcional e direito a homenagem especial a ser regulamentada por Decreto.

III - Na média final da avaliação deverá ser observado o arredondamento para cima em fração igual ou superior a 0,40 (zero vírgula quarenta) e para baixo quando menor.

IV - O registro da nota obtida na avaliação será firmada por instrumento próprio conforme o Anexo XI, assegurado o sigilo, cabendo a Comissão preencher e assinar Boletim Final de cada servidor.

V - Estabelecida a nota final da avaliação da Comissão, o setor competente entregará a mesma para cada servidor, em envelope lacrado, mediante contrafé, por intermédio de cópia do Boletim Final de Avaliação, assegurando o sigilo.

VI - O servidor avaliado terá acesso à cópia de sua ficha de avaliação, que acompanhará o envelope de entrega da nota final.

VII - Após a entrega do Boletim ao servidor, este poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias do recebimento, mediante requerimento dirigido à Comissão responsável.

VIII - Os recursos deverão conter identificação do requerente e a fundamentação, sendo encaminhado à Comissão de Avaliação, que decidirá sobre este, no prazo de 15 (quinze) dias.

IX - O requerimento deverá ser registrado no Protocolo Central da administração, sendo que os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

X - Findo o prazo para recurso, a Comissão responsável decidirá, comunicará ao servidor e a avaliação será homologada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, por Decreto.

Art. 19. Em qualquer caso fica proibida a concessão da progressão quando o servidor atingir o teto salarial, ainda que obrigatória a avaliação para aferição do desempenho no exercício da função.

Art. 20. Não haverá nenhum tipo de progressão funcional ao servidor que durante o período aquisitivo:

I - Somar 02 (duas) penalidades de advertência por escrito;

II - Sofrer pena de suspensão disciplinar;

III - Completar 05 (cinco) faltas injustificadas ao serviço;

IV - Somar 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas, sem autorização;

V - afastar-se do cargo por mais de quinze dias em virtude de:

- a) licença por motivo de doença em pessoa da família;
 - b) licença para tratar de interesses particulares;
 - c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
 - d) afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro;
 - e) outras faltas não justificadas ou permitidas por este estatuto.
- VI - afastar-se para tratamento de saúde de até seis meses ininterrupto, ou não, excetuado o período de afastamento em razão de acidente de trabalho.

Parágrafo único - As penalidades de que trata este artigo somente serão consideradas mediante prévio e formal registro nos controles da administração, obedecida a legislação.

Art. 21. As avaliações serão realizadas anualmente.

CAPÍTULO IV DA PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO

Art. 22. Para fazer jus à progressão por formação, o servidor deverá cumulativamente:

- I - ter cumprido o interstício mínimo de 4 (quatro) anos de efetivo exercício no cargo em que se encontre, contado do início do estágio probatório;
- II - demonstrar o cumprimento das exigências das normas dispostas nesta Lei e em Decreto Municipal;
- III - estar no efetivo exercício de seu cargo;
- IV - Não ter recebido progressão por formação nos últimos quatro anos;
- V - O curso de formação deverá ser concluído durante o período aquisitivo para a progressão.

Art. 23. O servidor, salvo no caso em que se exigir graduação como requisito para o cargo, que possuir um dos certificados ou diplomas de conclusão a seguir relacionados passará a ocupar, quando da progressão por curso, uma referência de vencimento imediatamente superior àquela a que teria direito:

- I - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o ensino fundamental anos iniciais, diploma de ensino fundamental completo;
- II - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o ensino fundamental completo, diploma de ensino médio;
- III - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o ensino médio, diploma de curso de graduação;
- IV - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o curso de graduação em nível superior, diploma de pós-graduação com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas em nível de:

- a) especialização, neste caso a progressão será de uma referência;
- b) mestrado, neste caso a progressão será de duas referências;
- c) doutorado, neste caso a progressão será de três referências.

§ 1º. O incentivo ao desenvolvimento funcional a que se refere o caput deste artigo possibilitará, ao servidor preocupado com sua atualização profissional, atingir mais rapidamente, os valores constantes dos padrões finais do nível de vencimento atribuído ao cargo que ocupa.

§ 2º. Para fazer jus ao incentivo mencionado no inciso IV, alíneas a, b e c, os cursos não necessitam ter relação direta com a área de atuação.

Art. 24. O comprovante de curso que habilita o servidor à percepção do incentivo mencionado no art. 23 desta Lei é o diploma ou certificado expedido pela instituição formadora, registrado na forma da legislação em vigor.

Art. 25. Mediante a apresentação de certificados de cursos, congressos, palestras, capacitações, ou qualquer outro tipo de frequência comprovada por certificado, que vise o aperfeiçoamento profissional do servidor, com soma total de carga horária de, no

mínimo, 500 (quinhentas) horas, o servidor passará a ocupar, uma referência de vencimento, superior a sua referência atual.

§ 1º Os certificados a serem utilizados, previstos no caput deste artigo, devem obrigatoriamente, ter sua data de emissão e realização do aperfeiçoamento, posterior a finalização de estágio probatório.

§ 2º Os certificados utilizados numa progressão, não podem ser utilizados numa outra progressão.

§ 3º Os certificados previstos no caput deste artigo, não necessitam ter relação direta com sua área de atuação.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 26. A avaliação de desempenho funcional será realizada através do Sistema Municipal de Avaliação, pela Comissão de Desenvolvimento Funcional dos Servidores, instituída pela presente Lei sendo a sua nomeação por Decreto Municipal e composta obrigatoriamente por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, designados por decreto executivo e que atendam os seguintes pré-requisitos:

- I - seja servidor efetivo do município a mais de 03 (três) anos;
- II - não tenha sido penalizado por processo de sindicância nem processo administrativo nos últimos 05 (cinco) anos;
- III - não tenha recebido três advertências num período de 01 (um) ano;

§ 1º. Caso um ou mais membros titulares da Comissão de Desenvolvimento Funcional, fique impossibilitado de desempenhar suas funções na presente comissão, fica automaticamente convocado o membro suplente disponível;

§ 2º. A comissão de desenvolvimento funcional atuará autonomamente na avaliação dos servidores, mediante definição prévia e pública da área ou setor, assegurando-se os critérios de composição da presente Lei.

§ 3º. A Comissão de que trata este artigo, deverá ser renovada a cada 03 (três) anos, em no mínimo 1 (um) dos seus membros.

§ 4º. A nomeação da comissão será realizada com ampla publicidade e antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes da avaliação, precedida de notificação aos interessados.

§ 5º. Poderá ser solicitada a participação, sem direito a voto, na reunião da avaliação, do responsável hierárquico ou do chefe imediato do servidor avaliado, para explanação da avaliação da chefia, bem como, para esclarecimentos aos membros da comissão.

§ 6º. Todos os atos da presente comissão serão lavrados em livro de atas de reuniões, própria da comissão. O livro de atas será aberto e suas páginas rubricadas pelo chefe do poder executivo municipal.

§ 7º. Ao servidor que participar como membro efetivo, da Comissão de Desenvolvimento Funcional, pelo período mínimo de 3 (três) anos, terá direito a uma referência de vencimento superior a que ocupa atualmente.

Art. 27. A Comissão reunir-se-á mensalmente:

I - para coordenar os procedimentos relativos à Avaliação de Desempenho dos Servidores, com base nos fatores constantes dos Formulários de Avaliação de Desempenho, objetivando a aplicação do instituto da Progressão Funcional por tempo de serviço e desempenho;

II - para verificar e propor solução para situações de conflito funcional, bem como indicar as necessidades de capacitação e treinamento de servidores, com base na apuração dos resultados da avaliação de desempenho;

III - para apreciar e decidir recursos interpostos por servidores em face de divergências existentes no ato da avaliação funcional;

IV - para coordenar os procedimentos relativos à Avaliação Especial de Desempenho, prevista no art. 41, § 4º da Constituição da República;

V - extraordinariamente, quando for conveniente.

Art. 28. A Comissão de Desenvolvimento Funcional terá sua organização e forma de funcionamento regulamentado por Decreto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI DA REVISÃO SALARIAL ANUAL

Art. 29. Os servidores terão direito a revisão geral anual nos níveis de remuneração.

§ 1º. A revisão geral anual se dará no mês de março, assegurado a reposição da inflação apurada no período pelo índice oficial.

§ 2º. O índice oficial para a revisão geral anual a ser utilizado será no máximo o apurado nos últimos 12 (doze) meses com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo IBGE, entre 1º de fevereiro do ano antecedente até 31 de janeiro do ano correspondente.

§ 3º. Até o dia 20 (vinte) de fevereiro de cada ano, o Executivo Municipal expedirá Decreto para a concessão da revisão geral anual fixando o índice.

§ 4º. A revisão será concedida, desde que, observado os limites legais estabelecido na Lei Complementar nº 101/00, e da Constituição da República.

CAPÍTULO VII GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO E CHEFIA

Art. 30 - O Poder Executivo instituirá por Lei que define sua estrutura administrativa, as Funções Gratificadas que serão atribuídas a servidores públicos municipais do quadro de provimento efetivo, cujo ocupante seja incumbido de chefia ou direção de unidade organizacional, atividades inerentes de organização as Secretarias, de acordo com a estrutura administrativa, por desenvolverem atribuições não pertinentes ao cargo efetivo, não constituindo situação permanente e sim vantagem transitória.

Parágrafo único - A designação para o exercício de funções gratificadas recairá obrigatoriamente sobre os ocupantes de cargos de provimento efetivo do Município.

Art. 31 - A designação que se refere o artigo anterior obedecerá lei específica, obedecendo aos seguintes critérios:

I - Nível de Escolaridade;

II - Experiência Profissional;

III - Habilitação Legal;

IV - Definição das atribuições e responsabilidades;

V - Complexibilidade pelo nível da função exercida.

Parágrafo único - O ocupante de Função Gratificada deve cumprir obrigatoriamente o regime de tempo integral, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 32 - Os servidores públicos municipais efetivos, investidos unicamente de cargos comissionados que compõem a Estrutura Organizacional, não poderão ser investidos na função gratificada conforme estabelecido em lei própria.

Art. 33. Ao servidor efetivo investido em cargo gratificado ou em comissão, na função de Direção, Assessoria e Chefia, quando optar pela remuneração do seu cargo é facultado a administração municipal uma gratificação pecuniária pelo seu exercício, fixada em até 100% (cem) por cento dos seus vencimentos, através de portaria municipal.

§ 1º. A gratificação prevista neste artigo não se incorpora ao vencimento dos servidores.

§ 2º. O servidor perderá o direito da Gratificação quando houver afastamento superior a 15 (quinze) dias.

§ 3º. O total dos vencimentos do servidor, somados com o percentual de gratificação não poderá exceder o maior salário do município, conforme definido em lei municipal própria.

CAPÍTULO VIII DA LOTAÇÃO

Art. 34. O Município fará a lotação de seus servidores junto ao órgão correspondente, podendo os mesmos, serem movimentados para o exercício de suas atividades junto a qualquer órgão, secretaria, departamento ou entidade do Município.

§ 1º. A alteração de lotação ocorrerá sempre por meio de ato administrativo próprio, respeitadas as demais disposições relativas a movimentação e atendido sempre o interesse público.

CAPÍTULO IX DA CAPACITAÇÃO

Art. 35. A Prefeitura Municipal de Maracajá deverá instituir como atividade permanente, a capacitação de seus servidores, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 36. Serão 3 (três) os tipos de capacitação:

I - de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, através de informações sobre a organização e o funcionamento da Prefeitura Municipal de Maracajá;

II - de aperfeiçoamento, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas;

III - de adaptação, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas que vinham exercendo até o momento.

Art. 37. Os cursos de capacitação terão sempre caráter objetivo e prático e serão ministrados, direta ou indiretamente, pela Prefeitura Municipal de Maracajá:

I - com a utilização de monitores locais;

II - mediante o encaminhamento de servidores para cursos e treinamentos realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município, sendo as despesas custeadas pelo município;

III - através da contratação de especialistas ou instituições especializadas.

Art. 38. As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento:

I - identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de capacitação e treinamento, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos;

II - facilitando a participação de seus subordinados nos programas de capacitação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa;

III - desempenhando dentro dos programas de treinamento e capacitação aprovados, atividades de instrutor;

IV - submetendo-se a programas de treinamento e capacitação relacionados às suas atribuições.

Art. 39. A Secretaria Municipal de Administração, em colaboração com os demais órgãos, elaborará e coordenará o levantamento de necessidades e a execução de programas de capacitação e treinamento.

Parágrafo único - Os programas de capacitação serão elaborados

anualmente, a tempo de se prever na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua implementação.

Art. 40. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá com seus subordinados, atividades de treinamento em serviço, em consonância com o programa de capacitação estabelecido pela Administração, através de:

I - reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço;

II - divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução;

III - discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo.

CAPÍTULO X

DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 41. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Município de Maracajá serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei, cujas atribuições sejam da mesma natureza, mesmo grau de dificuldade e responsabilidade dos cargos para os quais fizeram concurso público, observadas as disposições deste Capítulo.

§ 1º. Os cargos que permanecerem em quadro isolado serão enquadrados para os efeitos de incorporação do quinquênio adquirido até a publicação da presente Lei, sendo que o limite salarial será o teto previsto para o respectivo cargo, respeitado a irreduzibilidade do salário.

§ 2º. Verificado o novo enquadramento do cargo, o servidor terá seu nível definido dentro da tabela de valores de acordo com a sua remuneração do mês de dezembro de 2013, neste incluído a soma do vencimento base e quinquênio, cujo valor se enquadrará na tabela de progressão, em valor igual ou imediatamente superior existente na tabela do anexo III desta Lei.

§ 3º. Não serão somados para o novo vencimento do servidor ao enquadramento salarial os adicionais pagos em razão de insalubridade, periculosidade ou do trabalho noturno, ou ainda outras vantagens temporárias que não as definidas no parágrafo anterior.

§ 4º. O servidor enquadrado ocupará o padrão de vencimento em nível e referência constante dos Quadros I, II, III e IV do Anexo I, com vencimento igual, ou, em não havendo, na referência imediatamente superior ao vencimento atual.

§ 5º. Não havendo coincidência de vencimentos, o servidor ocupará o nível imediatamente superior dentro da faixa de vencimentos estabelecida para o cargo em que for enquadrado.

§ 6º. Na impossibilidade de encontrar na faixa correspondente, valor equivalente ao vencimento percebido pelo servidor, este ocupará o último padrão da faixa de vencimentos do cargo em que for enquadrado e terá direito à diferença a título de complemento residual de vencimento-base.

§ 7º. Sobre a diferença, objeto do parágrafo anterior, que será incorporada para fins de aposentadoria, incidirão todos os adicionais calculados sobre o vencimento base do servidor previstos na legislação em vigor, bem como, todos os reajustes concedidos pelo Governo Municipal.

§ 8º. Nenhum servidor será enquadrado com base em cargo que ocupa em desvio de função ou em substituição.

§ 9º. Os servidores efetivos em desvio de função, ou seja, que passaram a executar atividades diferentes das do cargo para o qual foram concursados, deverão retornar ao exercício das atribuições relativas aos cargos que ocupavam anteriormente à ocorrência do desvio.

Art. 42. Os ocupantes dos cargos de Motorista, Motorista I e Motorista II, ficarão em cargos Isolados, sendo que será permitido o seu enquadramento no cargo de Motorista de Automóvel, Motorista de Caminhão, Motorista de Ônibus ou Motorista de Ambulância, desde que apresentem a CNH com a categoria exigida para o cargo e que exista vaga disponível no cargo a ser enquadrado.

§ 1º - Os motoristas que não possuírem por ocasião da publicação da presente Lei a categoria da CNH exigida serão enquadrados nos seus cargos junto ao quadro Isolado.

§ 2º - O Município deverá promover incentivo aos motoristas que não possuírem por ocasião da publicação da presente Lei a categoria da CNH exigida, para que promovam sua mudança de categoria da habilitação, inclusive arcando com as despesas dessa capacitação, sendo facultado aos atuais ocupantes dos cargos previstos no caput deste artigo, requererem a alteração do seu enquadramento, no prazo máximo de até dois anos, contados da publicação da presente Lei, para o cargo de Motorista prevista no caput deste artigo.

§ 3º - Haverá preferência para o enquadramento na mesma função considerando-se o mais antigo para o mais recente.

Art. 43. Os ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais serão enquadrados nos cargos de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais, Gari/Separador de Resíduos Sólidos, Faxineira/Copeira ou Servente de Escola, observando a sua lotação e as atribuições desempenhadas em exercício anterior a vigência da presente Lei.

Art. 44. Os ocupantes do cargo de Odontólogo com carga horária de 40 horas semanais, serão enquadrados no cargo de Odontólogo com carga horária de 20 horas semanais, sem prejuízo de seus vencimentos, com a mudança da carga horária semanal.

Art. 45. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento, acrescido das vantagens permanentes adquiridas, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XI da Constituição da República.

Parágrafo único - O enquadramento de qualquer servidor poderá ocorrer em qualquer tempo, desde que siga os trâmites legais pela Comissão de Enquadramento.

Art. 46. Fica criada a Comissão de Enquadramento constituída por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, sendo todos servidores efetivos a mais de 03 (três) anos, nomeados por ato do poder executivo.

Art. 47. Caberá à Comissão de Enquadramento:

I - elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito Municipal;

II - elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito Municipal.

§ 1º Para cumprir o disposto no inciso II deste artigo a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às chefias dos órgãos onde estejam lotados.

§ 2º Os atos coletivos de enquadramento serão baixados através de Decreto Municipal, sob a forma de listas nominais, pelo Chefe do Executivo Municipal e publicado na forma oficial, até 90 (noventa) dias após a data de publicação desta Lei, de acordo com o disposto neste capítulo.

Art. 48. No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

I - nomenclatura e descrição das atribuições do cargo para o qual o servidor foi admitido ou reclassificado se forem o caso;

II - nível de vencimento dos cargos;

III - experiência específica no cargo;

IV - grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

Parágrafo único - Os servidores que não preencherem os requisitos a que se referem os incisos IV e V deste artigo, serão mantidos nos cargos que ocupam, constando do Quadro Suplementar de Cargos Isolados, que será extinto quando vagar.

Art. 49. O servidor que entender que seu enquadramento tenha

sido feito em desacordo com as normas desta Lei, poderá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, dirigir à Comissão de Enquadramento, petição de revisão do mesmo, devidamente fundamentada e protocolada no protocolo central da Prefeitura Municipal de Maracajá.

§ 1º A Comissão de Enquadramento a que se refere o art. 53 desta Lei deverá decidir sobre o requerido, nos 30 (trinta) dias que se sucederem à data de recebimento da petição, ao fim dos quais será dada ao servidor ciência do despacho.

§ 2º Sendo o pedido deferido, a ementa da decisão da Comissão deverá ser publicada na forma oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do término do prazo fixado no § 1º deste artigo e os efeitos financeiros decorrentes da revisão do enquadramento serão retroativos à data de publicação das listas de enquadramento.

Art. 50. O enquadramento não determina por si só a lotação do servidor o qual, a qualquer tempo, a critério da Administração, poderá prestar serviços em outra unidade, desde que para exercer atribuições compatíveis com as do seu cargo efetivo, observadas as disposições de Lei.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. Após a realização de concurso público, os cargos vagos existentes no Quadro IV, Grupo V - Cargos Isolados, do Anexo I desta Lei e os que forem vagando em razão do enquadramento serão automaticamente extintos.

Art. 52. Ficam extintos os Cargos constantes no Anexo I, Quadro V, Grupo V - Cargos Extintos, após a realização de concurso público.

Art. 53. A progressão prevista no Capítulo III será extensiva aos servidores ocupantes dos cargos isolados do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, estabelecida no Quadro IV, do Anexo I desta Lei.

Art. 54. Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas são os previstos em lei Específica.

Art. 55. Os servidores incluídos no plano de carreira de que trata esta lei, ficam sujeitos a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser fixada por ato do poder executivo, jornada diferenciada, ressalvado o interesse público.

Art. 56. As despesas decorrentes da implantação da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento, suplementado se necessário, de acordo com a disponibilidade financeira do Município de Maracajá.

Art. 57. Até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei, o Prefeito Municipal regulamentará, por ato próprio, as progressões aqui previstas.

Parágrafo único - O reconhecimento da progressão funcional em qualquer das modalidades ocorrerá mediante publicação de ato administrativo privativo do Prefeito Municipal.

Art. 58. O reconhecimento da progressão funcional em qualquer das modalidades ocorrerá mediante publicação de ato administrativo privativo do Prefeito Municipal.

Art. 59. Os vencimentos previstos na Tabela constante dos Anexos desta Lei serão devidos a partir da publicação dos atos coletivos de enquadramento nos termos desta Lei.

Art. 60. Até 150 (cento e cinquenta) dias a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos do município de Maracajá.

Art. 61. O servidor efetivo, nomeado por aprovação em concurso público, poderá cumprir estágio probatório no exercício de cargo comissionado ou gratificado, desde que em paralelo ao cargo assumido, desempenhe atividades inerentes as atribuições do cargo no qual foi nomeado.

§ 1º Os critérios de cumprimento do estágio probatório, dos servidores nomeados por concurso público, serão regulamentados por Decreto do Prefeito Municipal em até 60 (sessenta) dias após a realização do concurso público.

§ 2º O estágio probatório dos servidores nomeados mediante concurso público será avaliado pela Comissão de Desenvolvimento Funcional criado no Capítulo V desta lei.

Art. 62. Os cargos previstos em Leis municipais e no Sistema do Departamento Pessoal do município e não constantes nos quadros do Anexo I desta lei ficam automaticamente extintos.

Art. 63. São partes integrantes da presente Lei os Anexos que a acompanham.

Art. 64. Com a publicação desta Lei fica revogada a Lei nº 427 de 07 de Outubro de 1997, bem como todas as outras disposições em contrário.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipa

ANEXO I

QUADRO I

GRUPO I: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS.

Grupo	Nominata do Cargo	Carga Horária	Habilitação Profissional	Código	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
I	Agente Administrativo	40 h	Ensino Superior Completo em Administração ou Ciência da Computação ou Contábeis ou Economia.	1.01	03	2.342,00
I	Analista em Projetos e Convênios	40 h	Ensino Superior Completo em Administração ou Ciência da Computação ou Sistema de Informação.	1.02	01	2.342,00

I	Arquiteto e Urbanista	10 h	Ensino Superior Completo em Arquitetura e Urbanismo com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.03	01	1.232,00
I	Assistente Social	30 h	Ensino Superior Completo em Assistência Social com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.04	03	1.643,00
I	Auditor Fiscal	40 h	Ensino Superior Completo em Administração ou Contábeis ou Economia.	1.05	01	2.342,00
I	Biólogo	20 h	Ensino Superior Completo em Biologia.	1.06	01	952,00
I	Contador	40 h	Ensino Superior Completo em Contabilidade com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.07	02	2.558,00

I	Enfermeiro	40 h	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.08	02	2.342,00
I	Enfermeiro ESF	40 h	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.09	02	2.342,00
I	Engenheiro Agrônomo	10 h	Ensino Superior Completo em Engenharia de Agrimensura com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.10	01	1.232,90
I	Engenheiro Civil	40 h	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.11	01	3.258,00

I	Farmacêutico	40 h	Ensino Superior Completo em Farmácia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.12	01	2.342,00
I	Fisioterapeuta	10 h	Ensino Superior Completo em Fisioterapia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.13	01	906,00
I	Fisioterapeuta	40 h	Ensino Superior Completo em Fisioterapia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.14	01	2.342,00
I	Fonoaudiólogo	10 h	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.15	01	906,00

I	Médico Clínico Geral	20 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.16	01	3.155,00
I	Médico ESF	40 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.17	01	6.320,00
I	Médico Ginecologista	20 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional e especialização em ginecologia.	1.18	01	3.155,00
I	Médico Pediatra	20 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional e especialização em pediatria.	1.19	01	3.155,00

I	Nutricionista	40 h	Ensino Superior Completo em Nutrição com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.20	01	2.342,00
I	Odontólogo	20 h	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.21	01	2.341,00
I	Odontólogo ESF	40 h	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.22	01	3.402,00
I	Psicólogo	20 h	Ensino Superior Completo em Psicologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.	1.23	04	1.180,00

ANEXO I
QUADRO II
GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO - ANMT

Grupo	Nominato do Cargo	Carga Horária	Habilitação Profissional	Código	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
-------	-------------------	---------------	--------------------------	--------	-------	--------------------------

II	Agente Administrativo Escolar	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.01	04	1.005,00
II	Agente de Combate a Endemias	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.02	01	880,00
II	Agente de Esportes	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.03	01	1.155,00
II	Agente de Saúde ESF	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.04	14	950,00
II	Almoxarife	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.05	01	800,00
II	Assistente de Bibliotecário	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.06	05	880,00
II	Atendente em Saúde	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.07	03	880,00
II	Auxiliar de Agente Administrativo	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.08	10	920,00
II	Auxiliar de Enfermagem	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.09	05	1.113,00
II	Auxiliar de Farmácia	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.10	01	1.113,00
II	Auxiliar em Saúde Bucal	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.11	02	1.113,00
II	Eletricista	40 h	Ensino Médio Concluído com Curso Técnico em Elétrica.	2.12	02	1.200,00
II	Fiscal de Obras, Postura e Meio Ambiente	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.13	02	1.210,00
II	Fiscal de Patrimônio	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.14	01	1.113,00
II	Fiscal em Vigilância Sanitária	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.15	01	1.113,00
II	Monitor da Terceira Idade e Clube de Mães	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.16	03	880,00
II	Recepcionista	40 h	Ensino Médio Concluído.	2.17	03	900,00

II	Técnico Administrativo	40 h	Ensino Médio Concluído com Curso Técnico em Administração ou Contábeis ou Economia.	2.18	02	1.200,00
II	Técnico Contábil	40 h	Ensino Médio Concluído com Curso Técnico em Contabilidade.	2.19	01	1.200,00
II	Técnico em Enfermagem ESF	40 h	Ensino Médio Concluído com curso Técnico em Enfermagem.	2.20	02	1.200,00
II	Telefonista	40 h	Ensino Médio Concluído	2.21	02	880,00

ANEXO I
QUADRO III
GRUPO III - TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO - ANFA

Grupo	Nominata do Cargo	Carga Horária	Habilitação Profissional	Código	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
III	Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.01	15	880,00
III	Borracheiro e Lubrificador	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.02	01	1.200,00

III	Faxineira / Copeira	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.03	08	880,00
III	Gari / Separador de Resíduos Sólidos	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.04	14	920,00
III	Lavador de Frota	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.05	01	880,00
III	Mecânico	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.06	01	1.600,00
III	Merendeira	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.07	12	820,00
III	Monitor de Ônibus	40 h	Ensino Fundamental Completo.	3.08	04	742,00

III	Motorista de Ambulância	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima "B".	3.09	07	1.290,00
III	Motorista de Automóvel	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima "B".	3.10	02	960,00
III	Motorista de Caminhão	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima "C".	3.11	05	1.100,00

III	Motorista de Ônibus	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima "D" ou "E".	3.12	11	1.100,00
III	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo e Categoria de Habilitação Mínima "B".	3.13	06	1.320,00
III	Operador de Tratores Agrícolas	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo e Categoria de Habilitação Mínima "B".	3.14	04	980,00
III	Pedreiro	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.15	01	900,00

III	Pintor	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.16	01	900,00
III	Servente de Escola	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.17	09	820,00
III	Vigia	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.18	10	900,00
III	Zelador de Escola	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	3.19	02	820,00

ANEXO I
QUADRO IV
GRUPO IV - Cargos Isolados

Grupo	Nominatado Cargo	Carga Horária	Habilitação Profissional	Código	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
IV	Agente Comunitário de Saúde	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.01	01	820,00
IV	Analista de Sistemas	40 h	Ensino Superior Completo em Ciência da Computação ou Sistema de Informação.	4.02	01	1.274,00

IV	Assistente Administrativo	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.03	06	820,00
IV	Assistente de Farmácia	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.04	01	880,00
IV	Auxiliar Administrativo	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.05	02	720,00
IV	Auxiliar de Bibliotecário	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.06	01	750,00
IV	Auxiliar de Serviços Administrativos	40 h	Ensino Fundamental.	4.07	04	720,00
IV	Auxiliar de Serviços Gerais	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	4.08	19	880,00
IV	Auxiliar Técnico em Informática	40 h	Ensino Médio Concluído com Curso Técnico em Informática.	4.09	01	1.088,00
IV	Carpinteiro	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo.	4.10	01	720,00
IV	Coveiro	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.11	01	900,00
IV	Fiscal Geral	40h	Ensino Médio Concluído.	4.12	01	1.000,00
IV	Fiscal Tributário	40 h	Ensino Superior Completo em Economia, Contabilidade ou Administração.	4.13	01	1.794,00

IV	Motorista	40 h	Ensino Médio Concluído e Carteira Nacional de Habilitação com Categoria Mínima "B".	4.14	03	990,00
IV	Motorista I	40 h	Ensino Médio Concluído e Carteira Nacional de Habilitação com Categoria Mínima "B".	4.15	01	1.291,00
IV	Motorista II	40 h	Ensino Médio Concluído e Carteira Nacional de Habilitação com Categoria Mínima "B".	4.16	08	1.000,00
IV	Oficial Administrativo	40 h	Ensino Superior Completo em Administração.	4.17	01	2.342,00
IV	Oficial Administrativo II	40 h	Ensino Superior Completo em Administração.	4.18	02	2.342,00
IV	Operador de Equipamentos Rodoviários	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo e Categoria de Habilitação Mínima "B".	4.19	03	1.320,00
IV	Vigilante Sanitário	40 h	Ensino Médio Concluído.	4.20	01	880,00

ANEXO I
QUADRO V
GRUPO V - Cargos Extintos

Grupo	Nominata do Cargo	Carga Horária	Habilitação Profissional	Lei de Criação (Lei/Ano)
-------	-------------------	---------------	--------------------------	--------------------------

V	Agente Comunitário de Saúde PSF	40 h	Residir na área da comunidade onde atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo. Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. Haver concluído o ensino fundamental.	814/2010
V	Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas	40 h		
V	Auxiliar de Serviços Gerais - Peti	40 h		528/2001
V	Auxiliar Técnico em Topografia	40 h	2º Grau completo com formação específica ou experiência na área.	427/1997
V	Auxiliar Técnico Enfermagem	40 h		546/2001
V	Borracheiro/Lubrificador/Lavador	40 h	Portador do certificado de conclusão de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e experiência comprovada na área de atuação.	546/2001
V	Calceteiro	40 h	Portador do certificado de conclusão de 1ª a 4ª séries do 1º grau e/ou experiência comprovada na área de atuação.	427/1997
V	Enfermeiro PSF	40 h	Portador de certificado de conclusão de curso superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	814/2010
V	Engenheiro	40 h		427/1997
V	Engenheiro Agrônomo	40 h	Nível superior na área	546/2001

V	Fiscal de Obras	40 h	Certificado de conclusão do ensino médio, com formação específica ou experiência na área.	832/2011
V	Fisioterapeuta PSF	40 h	Portador de certificado de conclusão de curso superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	814/2010
V	Instrutor de Artes	40 h	2º Grau completo do ensino médio	546/2001
V	Médico PSF	40 h	Portador de certificado de conclusão de curso superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	814/2010
V	Monitor - Peti	40 h		528/2001
V	Monitor da Terceira Idade	40 h	Certificado de conclusão do ensino fundamental	832/2011
V	Odontólogo PSF	40 h	Portador de certificado de conclusão de curso superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	814/2010
V	Professor de Educação Física - Peti	40 h		528/2001
V	Professor de Informática	40 h	2º grau completo do ensino médio.	546/2001
V	Soldador	40 h	Portador de certificado de conclusão de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e experiência comprovada na área de atuação.	546/2001
V	Técnico em Contabilidade	40 h	2º Grau completo com formação específica.	427/1997

V	Técnico em Enfermagem PSF	40 h	Portador do certificado de conclusão do ensino médio técnico na área ou ensino médio e curso técnico na área, com registro no órgão fiscalizador, se houver.	814/2010
---	---------------------------	------	--	----------

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO II QUADRO DE NOMENCLATURA DE CARGOS

Nome do Cargo	Carga Horária	Código
Agente Administrativo	40 horas	1.01
Analista em Projetos e Convênios	40 horas	1.02
Arquiteto e Urbanista	10 horas	1.03
Assistente Social	30 horas	1.04
Auditor Fiscal	40 horas	1.05
Biólogo	20 horas	1.06
Contador	40 horas	1.07
Enfermeiro	40 horas	1.08
Enfermeiro ESF	40 horas	1.09
Engenheiro Agrimensor	10 horas	1.10
Engenheiro Civil	40 horas	1.11
Farmacêutico	40 horas	1.12
Fisioterapeuta	10 horas	1.13
Fisioterapeuta	40 horas	1.14
Fonoaudiólogo	10 horas	1.15
Médico Clínico Geral	20 horas	1.16
Médico ESF	40 horas	1.17
Médico Ginecologista	20 horas	1.18
Médico Pediatra	20 horas	1.19
Nutricionista	40 horas	1.20
Odontólogo	20 horas	1.21
Odontólogo ESF	40 horas	1.22
Psicólogo	20 horas	1.23
Agente Administrativo Escolar	40 horas	2.01
Agente de Combate a Endemias	40 horas	2.02
Agente de Esportes	40 horas	2.03
Agente de Saúde ESF	40 horas	2.04
Almoxarife	40 horas	2.05
Assistente de Bibliotecário	40 horas	2.06
Atendente em Saúde	40 horas	2.07
Auxiliar de Agente Administrativo	40 horas	2.08
Auxiliar de Enfermagem	40 horas	2.09
Auxiliar de Farmácia	40 horas	2.10
Auxiliar em Saúde Bucal	40 horas	2.11
Eletricista	40 horas	2.12
Fiscal de Obras, Postura e Meio Ambiente	40 horas	2.13
Fiscal de Patrimônio	40 horas	2.14

Fiscal em Vigilância Sanitária	40 horas	2.15
Monitor da Terceira Ida-de e Clube de Mães	40 horas	2.16
Recepcionista	40 horas	2.17
Técnico Administrativo	40 horas	2.18
Técnico Contábil	40 horas	2.19
Técnico em Enferma-gem ESF	40 horas	2.20
Telefonista	40 horas	2.21
Agente de Limpeza Ur-bana, Obras e Serviços Gerais	40 horas	3.01
Borracheiro e Lubrifi-cador	40 horas	3.02
Faxineira / Copeira	40 horas	3.03
Gari / Separador de Resíduos Sólidos	40 horas	3.04
Lavador de Frota	40 horas	3.05
Mecânico	40 horas	3.06
Merendeira	40 horas	3.07
Monitor de Ônibus	40 horas	3.08
Motorista de Ambulância	40 horas	3.09
Motorista de Automóvel	40 horas	3.10
Motorista de Caminhão	40 horas	3.11
Motorista de Ônibus	40 horas	3.12
Operador de Máquinas e Equipamentos	40 horas	3.13
Operador de Tratores Agrícolas	40 horas	3.14
Pedreiro	40 horas	3.15
Pintor	40 horas	3.16
Servente de Escola	40 horas	3.17
Vigia	40 horas	3.18
Zelador de Escola	40 horas	3.19
Agente Comunitário de Saúde	40 horas	4.01
Analista de Sistemas	40 horas	4.02
Assistente Administra-tivo	40 horas	4.03
Assistente de Farmácia	40 horas	4.04
Auxiliar Administrativo	40 horas	4.05
Auxiliar de Bibliotecário	40 horas	4.06
Auxiliar de Serviços Administrativos	40 horas	4.07
Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	4.08
Auxiliar Técnico em Informática	40 horas	4.09
Carpinteiro	40 horas	4.10
Coveiro	40 horas	4.11
Fiscal Geral	40 horas	4.12
Fiscal Tributário	40 horas	4.13
Motorista	40 horas	4.14
Motorista I	40 horas	4.15
Motorista II	40 horas	4.16
Oficial Administrativo	40 horas	4.17
Oficial Administrativo II	40 horas	4.18
Operador de Equipa-mentos Rodoviários	40 horas	4.19
Vigilante Sanitário	40 horas	4.20

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO III

TABELA DAS REFERÊNCIAS COM AS PROGRESSÕES

TABELA DE REFERÊNCIA/PROGRESSÃO ESCALA HORIZONTAL

Referência	1	2	3	4	5
Remunera- ção	Salário Inicial	Salário Inicial + 3%	Salário Inicial + 5%	Salário Inicial + 7%	Salário Inicial + 9%
6	7	8	9	10	11
Salário Inicial + 11%	Salário Inicial + 13%	Salário Inicial + 15%	Salário Inicial + 17%	Salário Inicial + 19%	Salário Inicial + 21%
12	13	14	15	16	17
Salário Inicial + 23%	Salário Inicial + 25%	Salário Inicial + 27%	Salário Inicial + 29%	Salário Inicial + 31%	Salário Inicial + 33%
18	19	20	21	22	23
Salário Inicial + 35%	Salário Inicial + 37%	Salário Inicial + 39%	Salário Inicial + 41%	Salário Inicial + 43%	Salário Inicial + 45%
24	25	26	27	28	29
Salário Inicial + 47%	Salário Inicial + 49%	Salário Inicial + 51%	Salário Inicial + 53%	Salário Inicial + 55%	Salário Inicial + 57%
30	31	32	33	34	
Salário Inicial + 59%	Salário Inicial + 61%	Salário Inicial + 63%	Salário Inicial + 65%	Salário Inicial + 67%	

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO IV

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Referência - Percentual*

Referência	Percentual
1 (inicial)**	0%
2	3,0%
3	5,0%
4	7,0%
5	9,0%
6	11,0%
7	13,0%
8	15,0%
9	17,0%
10	19,0%
11	21,0%
12	23,0%
13	25,0%
14	27,0%
15	29,0%
16	31,0%
17	33,0%
18	35,0%
19	37,0%

20	39,0%
21	41,0%
22	43,0%
23	45,0%
24	47,0%
25	49,0%
26	51,0%
27	53,0%
28	55,0%
29	57,0%
30	59,0%
31	61,0%
32	63,0%
33	65,0%
34	67,0%

* Percentual em relação ao salário inicial da carreira

** 03 anos referente ao período do estágio probatório

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO V ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARACAJÁ

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

DESEMPENHO PROFISSIONAL:

Os ocupantes dos cargos abaixo descritos deverão ser capazes de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrando capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutive, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.

VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA:

Os ocupantes dos cargos abaixo estão funcionalmente vinculados à Secretaria na qual estão lotados conforme portaria de nomeação, devendo se reportar ao imediato hierárquico, ao qual deve subordinação profissional, e perante o qual apresenta relatórios das tarefas que lhe são atribuídas.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Código: 1.01

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Concluído em Administração, ou Ciência da Computação ou Contábeis ou Economia.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver tarefas na área administrativa e executar atividades do serviço de administração realizando trabalhos de rotina na área da administração pública municipal, tais como a organização de documentos, manutenção de controles e estatísticas, serviços de suporte técnico-administrativo auxílio a superiores hierárquicos, operação de sistemas, máquinas e equipamentos inerentes a sua função, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas administrativas inerentes à administração pública municipal, atuando junto aos estabelecimentos de ensino e setores da rede de ensino;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo de documentos,

softwares de gerenciamento inerentes à atividade desempenhada, registro de assentamento das informações dos trabalhos realizados;

- Zelar pela guarda de todos os documentos públicos de sua função;
- Assegurar o controle de informações disponibilizados e prestar a autenticidade dos documentos disponibilizados;
- Manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, portarias, circulares, resoluções e demais documentos inerentes à sua área de atuação;
- Redigir a correspondência que lhe for confiada, lavrar atas e termos, nos livros próprios;
- Coordenar e supervisionar as atividades administrativas realizadas;
- Gerenciar e auxiliar no expediente administrativo;
- Manter sigilo sobre assuntos pertinentes ao serviço;
- Efetuar os procedimentos de respostas a solicitações de informações, atendendo requisitos e prazos exigidos pelos órgãos competentes;
- Zelar pelo cumprimento de prazos e alimentação de sistemas pertinentes à área de atuação;
- Quando solicitado pelo superior hierárquico, auxiliar na organização de escalas de serviço, controle de funcionários, controle de ponto dos profissionais e organização diversas;
- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividade-meio, desenvolvidas pela administração municipal;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber, encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos e sistemas diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da ordem nos ambientes;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias, Departamentos e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas;
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, pedidos de compras, controle de estoque, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas, relativos a suas funções;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Reportar-se sempre, antes de qualquer ação ou atitude ao seu superior hierárquico, sugerindo e executando, sob autorização,

soluções pertinentes ao bom desenvolvimento do setor onde atua.

TÍTULO DO CARGO: ANALISTA EM PROJETOS E CONVÊNIOS
Código: 1.02

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Completo em Administração ou Ciência da Computação ou Sistema de Informação.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades administrativas inerentes ao controle e gestão de convênios e projetos de captação de recursos, por intermédio do acompanhamento administrativo e documental dos processos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar atos e medidas relativas às atividades de captação de recursos em outras esferas de governo e órgãos;
- Monitorar os convênios e parcerias firmados pela municipalidade, realizando atos e encaminhamentos administrativos inerentes;
- Manter-se informado sobre a sistemática de editais de captação de recursos;
- Ler, analisar e aplicar orientações e normativas inerentes à sistemática de captação de recursos;
- Realizar o cadastro e acompanhamento de pleitos, convênios e pedidos pertinentes a recursos vinculados e outras formas de captação de recursos;
- Monitorar a abertura de editais e prazos de inscrição e captação de recursos;
- Coordenar e atualizar os sistemas de informação disponíveis junto aos demais entes federativos;
- Acompanhar os processos de tramitação e análise de convênios junto aos órgãos competentes;
- Realizar a prestação de contas de convênios, contratos de repasse, termos de parcerias, dentre outros programas vigentes;
- Participar de cursos de atualização sobre a utilização de sistemas e novos programas disponibilizados pelos órgãos de governo estadual ou federal;
- Acompanhar juntos aos órgãos de governo estadual ou federal a abertura de novos editais ou programas para captação de recursos, bem como acompanhar a execução de convênios, percorrendo os órgãos de governo para o fiel cumprimento da execução do convênio;
- Gerenciar e executar os convênios municipais firmados com entidades ou órgãos não governamentais em concordância com as resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Manter organizados arquivos e documentos inerentes aos processos de captação de recursos e convênios;
- Promover e zelar pela relação de suas atividades frente aos outros setores e áreas administrativas zelando pelo funcionamento eficaz da gestão dos convênios;
- Informar aos superiores sobre demandas e necessidades inerentes à sua área de atuação;
- Executar outras atividades correlatas em estreita ordenação com o superior hierárquico da sua área de atuação.

TÍTULO DO CARGO: ARQUITETO E URBANISTA - 10H
Código: 1.03

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Concluído em Arquitetura e Urbanismo com registro no órgão fiscalizador.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades de natureza especializada de nível superior, a fim de executar trabalhos relativos à área de habilitação profissional, que envolvam conhecimentos gerais e específicos da área de arquitetura com ações operativas de planejar, organizar, coordenar, executar, controlar, projetar, analisar, avaliar, vistoriar, periciar, dar parecer, ministrar cursos e palestras, acompanhar projetos, sugerir, propor e emitir laudos, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Administração

Municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Analisar e elaborar projetos arquitetônicos, de loteamentos e de áreas urbanas;
- Verificar projetos de urbanização em terrenos e áreas;
- Apreciar as solicitações de loteamentos, elaborar e analisar projetos paisagísticos em geral;
- Acompanhar a execução de parques, praças jardins e outros;
- Participar de programas de preservação, defesa e desenvolvimento do meio ambiente;
- Elaborar, executar, e dirigir projetos arquitetônicos em geral;
- Executar atividades que dizem respeito ao planejamento de ações de trabalho, elaboração, implantação e gerenciamento de projetos, organização de sistemas de informações gerenciais, análise e sistematização de processos de trabalho e assuntos correlatos;
- Executar atividades relativas ao planejamento e estruturação de atividades relacionadas com as demandas dos usuários dos serviços públicos municipais que dizem respeito aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado;
- Elaborar, executar planos, programas, projetos, métodos e estratégias de trabalho;
- Acompanhar a legislação aplicável aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado;
- Elaborar estudos e emitir pareceres por solicitação do dirigente da unidade organizacional;
- Coordenar equipes de trabalho por definição do Secretário Municipal;
- Prestar assessoria em sua área de habilitação profissional aos dirigentes das unidades organizacionais da Prefeitura Municipal;
- Executar atividades de natureza burocrática, de atendimento e orientações a usuários de serviços públicos municipais sobre os assuntos que caracterizam o conteúdo da sua área de habilitação profissional;
- Operar equipamentos que sejam necessários ao desempenho de suas atividades profissionais;
- Executar atividades que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos do cargo tais como: digitação, arquivamento, encaminhamentos, atendimentos pessoais, por telefone ou por e-mail, registros, informações escritas ou verbais, entre outras;
- Elaborar projetos arquitetônicos, incluindo planta baixa, fachada, cortes e detalhamento;
- Elaborar projetos elétricos, hidro-sanitários, urbanísticos e demais projetos vinculados à sua habilitação profissional;
- Efetuar os respectivos cálculos dos projetos elaborados;
- Executar serviços de arquitetura legal, envolvendo perícias, arbitramento, laudos e outros;
- Emitir pareceres técnicos, estudos e pesquisas para fins de elaboração de projetos e demais assuntos de sua especialização;
- Realizar estudos, pareceres e projetos que visem garantir a preservação ou recuperação do patrimônio arquitetônico do Município;
- Realizar o planejamento e/ou projetos, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- Executar, dirigir e supervisionar a construção de edifícios e obras complementares, assim como, demais serviços técnicos relativos à área de atuação profissional;
- Executar, dirigir e supervisionar serviços, tais com: urbanismo, arquitetura paisagística e obras de grande decoração arquitetônica;
- Executar demais atividades correlatas a função, compreendidas na regulamentação profissional do cargo, aplicável aos objetivos da administração pública municipal, solicitadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - 30H

Código: 1.04

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Concluído em Assistência Social e Registro no Conselho da Categoria Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises socioeconômicas e exercer as atribuições inerentes ao serviço social público conforme preconiza a legislação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Elaborar, implementar, executar e avaliar planos, projetos, políticas e medidas socioeducativas do âmbito de atuação de serviço social;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas e estudos socioeconômicos que contribuam para o conhecimento da realidade individual, familiar e social, possibilitando eleição de alternativas de intervenção;
- Participar da elaboração e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e cultura;
- Organizar atividades ocupacionais para menores, idosos e desamparados;
- Orientar o comportamento e acompanhar grupos específicos de pessoas em face de problemas de habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar e outros;
- Promover, através de entrevistas, palestras, visitas em domicílios, encaminhamentos e outros meios, a prevenção ou solução de problemas sociais identificados entre grupos específicos de pessoas;
- Organizar e manter atualizadas referências sobre as características socioeconômicas dos assistidos nas unidades de assistência social;
- Aconselhar e orientar a população nos postos de saúde, escolas e creches municipais;
- Prestar atendimento, estudar e propor soluções para recolhimento, triagem e recuperação social da população de rua;
- Prestar atendimento e adotar os procedimentos necessários ao encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e abuso sexual, articulando com as autoridades competentes e providenciando condições para seu recolhimento e guarda, quando necessário;
- Organizar grupos visando a criação de associações comunitárias, grupos de geração de renda, cooperativas e outras formas de associativismo;
- Promover palestras a jovens, adultos e idosos objetivando a integração, associação ou formação de grupos para consecução de objetivos coletivos nas áreas culturais, esportivas, laborativas e de lazer;
- Desenvolver, promover e executar programas de geração de renda destinados às famílias de baixa renda;
- Promover, coordenar e executar cursos, palestras, seminários e outros destinados à formação de mão de obra de jovens e adultos, direta ou indiretamente através de órgãos especializados;
- Elaborar e executar programas de capacitação de mão de obra e sua integração no mercado de trabalho;
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre

situações e/ou problemas identificados;

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais de acordo com os programas federais, estaduais e municipais vigentes, implementando-os de acordo com o planejamento estratégico existente no município;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos de administração pública, empresas, entidades e movimentos sociais, em matéria relacionada às Políticas Sociais, bem como, no exercício e defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Realizar investigação da necessidade da população em usufruir benefícios de programas federais, estaduais e municipais e realizar pareceres;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: AUDITOR FISCAL

Código: 1.05

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Completo em Contabilidade ou Economia.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de fiscalização tributária, relacionada ao cumprimento do Código Tributário Municipal e da legislação correlata que visa assegurar o interesse público tangente ao recolhimento de impostos e taxação das atividades passíveis de tributação, em consonância com as normas vigentes e atividades delegáveis à função.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Fiscalizar todas as atividades sujeitas à tributação municipal;
- Zelar pelo incremento da receita municipal e combate à evasão fiscal;
- Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária vigente, em especial, o Código Tributário Municipal;
- Fiscalizar pedidos de inscrições em cadastro de contribuintes municipais, alvarás e licenças em geral, e funcionamento dos estabelecimentos de acordo com a legislação e normas em vigor;
- Auxiliar na manutenção e atualização do cadastro de contribuintes;
- Realizar atividades de fiscalização em campo e aplicar todos os mecanismos legais e formais vigentes à consecução da atividade fiscalizatória;
- Constituir o crédito tributário mediante lançamento;
- Fiscalizar e controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos;
- Aplicar penalidades administrativas, autuações legais, notificações e encaminhar procedimentos legais ao responsável hierárquico, quando necessário;
- Analisar e tomar decisões sobre processos administrativo-fiscais;
- Assistir superiores e auxiliares na execução e no cumprimento da legislação tributária;
- Efetuar cálculos e sistemas explicativos de cálculos de tributos e suas regras de aplicação;
- Elaborar e acompanhar cronogramas de fiscalização, lançamentos e arrecadação de tributos;
- Auditar documentos fiscais e contábeis e realizar comparações visando o adequado enquadramento fiscal do contribuinte;
- Prestar atendimento, orientações e informações ao público;
- Desenvolver técnicas de aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização tributária;
- Oferecer mecanismos de informação pública tangentes à fiscalização e legislação tributária;
- Emitir pareceres em processos e consultas interpretando e aplicando a Legislação Tributária quando houver tal delegação;
- Fiscalizar a utilização e segurança na guarda de documentos fiscais de uso obrigatório;
- Realizar levantamentos fiscais, elaborar relatórios pertinentes, lavrar atos cabíveis com vistas à homologação dos lançamentos;

- Realizar levantamentos junto a órgãos públicos e privados de acordo com as determinações superiores e ordem vigente;
- Orientar e informar outros servidores e contribuintes sobre a legislação e procedimentos;
- Executar análises comparativa das atividades dos contribuintes, visando a sua adequada caracterização fiscal;
- Dirigir veículos leves;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área;
- Auditar livros contábeis e quaisquer outros documentos de empresa, fundações ou autarquias localizadas no município;
- Fiscalizar, notificar, autuar, assessorar o departamento jurídico e se for designado, representar o Município em processos de execuções fiscais;
- Responder e orientar o contribuinte quando solicitado;
- Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;
- Instaurar processos por infração verificada pessoalmente ou por seus auxiliares;
- Orientar e treinar os agentes fiscais na realização das tarefas da classe;
- Dimensionar o universo fiscalizável, segundo o tipo de atividade econômica;
- Efetuar estudos sobre incidências de fraudes fiscais, analisando dados e examinando a viabilidade de propostas para detectá-las;
- Executar outras tarefas correlatas a função, solicitadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: BIÓLOGO 20H

Código: 1.06

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Concluído em Biologia;

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Elaborar, coordenar, dirigir, supervisionar, planejar, orientar, auditar, avaliar, executar e fiscalizar programas e projetos públicos na área de biologia, biologia ambiental e epidemiologia.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar pesquisas na natureza, efetuando estudos e experiências relativos à biodiversidade, à preservação das espécies, ao manejo dos recursos naturais e à recuperação de ambientes degradados;
- Manejar recursos florestais, pesqueiros e hídricos e estabelecer medidas de conservação desses recursos;
- Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área de biologia;
- Emitir pareceres, diagnósticos, informações técnicas e demais documentações;
- Levantar, sistematizar, processar e interpretar dados, informações e indicadores.
- Estudar seres vivos, desenvolver pesquisas na área de biologia, biologia molecular, biotecnologia, biologia ambiental e epidemiologia e inventariar biodiversidade;
- Organizar coleções biológicas; manejar recursos naturais;
- Desenvolver atividades de educação ambiental;
- Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, além de análises clínicas, citológicas, citogênicas e patológicas;
- Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: CONTADOR

Código: 1.07

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior em Contábeis e inscrição no Conselho da Categoria Profissional

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar e supervisionar todas as atividades inerentes à execução de serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, auditorias e outras atividades correlatas estabelecidas pela legislação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Organizar e dirigir os serviços de contabilidade, planejando, supervisionando e orientando sua execução, de acordo com as exigências legais, técnicas e metodologias;
- Emitir pareceres e responder pela responsabilidade técnica e legal da contabilidade pública em sua área de atuação;
- Realizar auditorias e procedimentos similares de acordo com as rotinas e técnicas pertinentes à sua atribuição e formação profissional;
- Escriturar ou fazer escritura, sintética e analiticamente as operações contábeis, visando demonstrar a receita e a despesa;
- Organizar, periodicamente, de acordo com as normas, os balanços do exercício financeiro, do ativo e passivo orçamentário e providenciar demais relatórios requeridos;
- Assessorar gestores em assuntos de natureza contábil, financeira e orçamentária, coordenando, supervisionando e orientando a realização de estudos, emissão de pareceres;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área, incluindo projeções e impactos;
- Preparar informações econômico-financeiras;
- Atender às demandas dos órgãos fiscalizadores e realizar perícia em sua área de responsabilidade;
- Elaborar e acompanhar a execução do orçamento;
- Acompanhar e supervisionar o empenho prévio das despesas;
- Promover a abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, quando necessário;
- Manter o controle dos depósitos e movimentação bancária, conferindo, os extratos de contas correntes, conciliando-os e propondo as providências que se fizerem necessárias para o eventual acerto;
- Assessorar sobre problemas contábeis, dando pareceres sobre às práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação dos setores;
- Elaborar demonstrações contábeis e a prestação de contas periódicas;
- Promover a prestação de contas, acertos e conciliação de contas e procedimentos de ajuste contábil;
- Proceder à análise de contas, zelando pela sua regularidade e adequação às normas contábeis, normativas e demais exigências previstas;
- Participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno;
- Realizar trabalhos de auditoria contábil e prestação de contas;
- Participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira e orçamentária da administração;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: ENFERMEIRO - ENFERMEIRO ESF

Código: 1.08 - 1.09

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior em Enfermagem com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade em situações que requerem medidas relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças, reabilitação de incapacitados, alívio do sofrimento e promoção do ambiente terapêutico, levando em consideração os diagnósticos e os planos de tratamento médico e de enfermagem, tudo de acordo com as normas legais vigentes à sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar assistência de enfermagem a nível individual e coletivo, examinando pacientes, orientando, fazendo educação em saúde, acompanhando a evolução, prescrevendo medicamentos conforme rotina, registrando o atendimento em documento próprio e referenciando para outros níveis de assistência quando necessário;
- Executar os programas de estratégia de saúde da família (para enfermeiro ESF) em concordância com a legislação federal e portarias emitidas pelo Ministério da Saúde e Fundo Nacional de Saúde;
- Acompanhar as famílias devidamente cadastradas ao ESF (Estratégia Saúde da Família) prestando o suporte necessário e encaminhando as unidades de saúde quando necessário (para Enfermeiro ESF);
- Zelar pela provisão e manutenção adequada de enfermagem ao cliente;
- Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
- Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
- Programar e coordenar todas as atividades de enfermagem que visam o bem estar do cliente.
- Exercer funções de coordenador, encarregado da chefia, quando designado;
- Aplicar tratamentos prescritos, bem como participar de programas voltados a saúde pública;
- Comparecer às reuniões técnico-científicas e administrativas quando solicitado, executar outras tarefas correlatas ao cargo;
- Supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de enfermagem, assistente administrativo e zeladores;
- Participar de equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos de saúde da região, analisando os dados e propondo mecanismos de intervenção prioritários para a melhoria do nível de saúde da população;
- Participar na elaboração, execução, adequação e/ou coordenação de programas e projetos, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde;
- Promover a integração entre a Unidade Saúde, a comunidade e outros serviços locais, visando a promoção da saúde;
- Participar do planejamento, coordenação, execução e avaliação de campanhas de vacinação, auxiliando no estabelecimento de locais, metas, materiais, equipamentos, pessoal e outros itens necessários;
- Planejar demandas, avaliar a qualidade, controlar e dar pareceres técnicos sobre medicamentos, materiais de consumo, imunobiológicos e equipamentos, solicitando manutenção ou reparo quando necessário;
- No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Realizar ações de saúde em diferentes ambientes e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas nas normas operacionais de assistência à saúde;
- Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias

específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;

- Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e outros auxiliares, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Atender a solicitações, demandas correlatas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: ENGENHEIRO AGRIMENSOR - 10H

Código: 1.10

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Concluído em Engenharia de Agrimensura com Registro no Órgão Fiscalizador.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades de natureza especializada de nível superior, a fim de executar trabalhos relativos à área de habilitação profissional, que envolvam conhecimentos gerais e específicos da área de engenharia de agrimensura com ações operativas de planejar, organizar, coordenar, executar, controlar, projetar, analisar, avaliar, vistoriar, periciar, dar parecer, ministrar cursos e palestras, acompanhar projetos, sugerir, propor e emitir laudos, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Administração Municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar atividades que dizem respeito ao planejamento de ações de trabalho, elaboração, implantação e gerenciamento de projetos, organização de sistemas de informações gerenciais, análise e sistematização de processos de trabalho e assuntos correlatos;
- Executar atividades relativas ao planejamento e estruturação de atividades relacionadas com as demandas dos usuários dos serviços públicos municipais, que dizem respeito aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado;
- Elaborar, executar planos, programas, projetos, métodos e estratégias de trabalho;
- Acompanhar a legislação aplicável aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado;
- Elaborar estudos e emitir de pareceres por solicitação do dirigente da unidade organizacional;
- Coordenar equipes de trabalho por definição do Secretário Municipal;
- Prestar assessoria em sua área de habilitação profissional aos dirigentes das unidades organizacionais da Prefeitura Municipal;
- Executar atividades de natureza burocrática, de atendimento e orientações a usuários de serviços públicos municipais sobre os assuntos que caracterizam o conteúdo da sua área de habilitação profissional;
- Operar equipamentos que sejam necessários ao desempenho de suas atividades profissionais;
- Executar atividades que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos do cargo tais como: digitação, arquivamento, encaminhamentos, atendimentos pessoais, por telefone ou por e-mail, registros, informações escritas ou verbais, entre outras;
- Executar estudos e levantamentos de obras topográficas em geral;
- Executar planilhamento planimétrico e planialtimétrico, terraplanagem e demarcação de área;
- Elaborar estudos e projetos de estradas, barragens e afins;
- Demarcar áreas de reservas legais para fins de averbação em registro imobiliário;
- Executar a regularização fundiária de áreas;
- Fornecer apoio na atualização de cadastro técnico de imóveis urbanos e rurais;
- Executar projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos;
- Participar dos planos diretores municipais;
- Implantar a base cartográfica e cartografia digital;
- Elaborar orçamentos ligados à área de engenharia agrimensora;

- Zelar pela padronização, mensuração e controle de qualidade nos serviços prestados;
- Execução das demais atividades correlatas, compreendidas na regulamentação profissional do cargo, aplicável aos objetivos da administração pública municipal, solicitadas pelo seu superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Código: 1.11

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Engenharia Civil com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Elaborar e executar projetos de engenharia relativos a edificações, organização de infraestrutura, rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras e serviços de engenharia, assegurar os padrões técnicos exigidos de acordo com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia relativos a estrutura de edificações, tráfego, vias urbanas e obras de pavimentação, sistemas de água e esgoto, aproveitamento de recursos naturais, serviços de equipamentos urbanos, rurais e regionais, dentre outros;
- Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos;
- Preparar termos de referencia e demais documentos técnicos pertinentes à licitações, tomadas de preços e outros procedimentos administrativos e legais;
- Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal;
- Estudar características, especificações e preparar plantas, orçamentos de custos, técnicas de execução e outros dados, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras, dentro dos padrões técnicos exigidos;
- Efetuar vistorias, perícias, avaliação de imóveis, arbitramento, emissão de laudos e pareceres técnicos sempre que inerente à sua área de atuação;
- Assessorar gestores em assuntos técnicos da sua área;
- Atuar como responsável legal nas atribuições de sua especialidade, sempre que solicitado;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área;
- Supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar contratos referentes a obras e serviços de engenharia, próprios ou terceirizados;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Supervisionar e orientar a especificação técnica de obras, materiais, serviços, equipamentos e sistemas;
- Coordenar, orientar e executar as tarefas de padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos na sua área de atuação;
- Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas;
- Atuar em consonância com demais profissionais da área, em especial com os profissionais da área de arquitetura e urbanística;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: FARMACÊUTICO

Código: 1.12

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Farmácia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Exercer as atividades de manipulação, controle e entrega de medicamentos, fazendo-o de acordo com as formulas e critérios técnicos estabelecidos no controle de medicamento e insumos químicos, em consonância com as normas e procedimentos legais inerentes à sua atribuição profissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos, em especial, no controle e gerência de produtos farmacêuticos relacionados à saúde, desenvolvendo atividades de planejamento, pesquisa, seleção (padronização), aquisição (planejamento, licitação, análise técnica), manipulação, controle de qualidade e também no planejamento, logística e controle de armazenamento, distribuição, transporte, guarda e dispensação dos produtos farmacêuticos;
 - Efetuar a manipulação farmacêutica, o aviamento e entrega de produtos prescritos sempre com orientação técnica sobre o uso, guarda e aplicação dos mesmos;
 - Realizar manipulações farmacêuticas e fiscalizar a qualidade dos produtos farmacêuticos e manipular drogas; de acordo com as prescrições médicas;
 - Participar do controle de estoque, controle de entrega e aplicação dos medicamentos conforme orientação técnica;
 - Fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia;
 - Controlar a requisição e guarda de medicamentos bem como o arquivamento de documentos pertinentes às prescrições médicas e técnicas;
 - Organizar e atualizar fichários e controles sobre produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de drogas, especialmente da medicação controlada, respondendo pela custódia de drogas tóxicas e narcóticos;
 - Atuar na assistência farmacêutica ao usuário e a equipe de saúde;
 - Desenvolver projetos terapêuticos e participar da elaboração, coordenação e implantação de políticas de saúde e relativas a produtos farmacêuticos;
 - Supervisor as unidades de saúde da rede municipal no que tange à distribuição e gestão dos medicamentos;
 - Fiscalizar os ambientes públicos promovendo a vigilância de produtos e serviços que afetam a saúde e, desenvolver ações de vigilância em saúde de baixa, média e alta complexidade nas áreas ambiental e sanitária;
 - Participar de orientações microbiológicas e imunológicas químicas, físico-químicas e físico-toxicológicas;
 - Acompanhar, quando necessário, os efeitos dos medicamentos;
 - Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;
- executar outras tarefas afins;
- Observar e cumprir as normas estabelecidas pela ANVISA;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: FISIOTERAPEUTA 10H - FISIOTERAPEUTA

Código: 1.13 - 1.14

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior concluído em Fisioterapia, com registro no órgão fiscalizador;

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades relacionadas à assistência em fisioterapia, com ênfase à prevenção, avaliação e sessões de fisioterapia como

forma de prevenção, correção e recomendação de outros especialistas médicos, visando uma excelente prestação de serviços de fisioterapia a comunidade do município que utiliza o sistema municipal de saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar assistência fisioterapêutica (Anatomia; Fisiologia; Neurologia; Ortopedia; Fundamentos de Fisioterapia, Cinesioterapia, Fisioterapia aplicada à neurologia - infantil e adulto, fisioterapia aplicada à ortopedia e traumatologia, fisioterapia aplicada à ginecologia e obstetrícia, fisioterapia aplicada a Pneumologia). Prioridade para atendimento ao Serviço de Saúde Pública;
- Disposição para mudanças de turno e/ou horário para prestação de serviço;
- Comprometimento com a implantação de Programas de Saúde específicos do município;
- Obedecer as Políticas de Saúde estabelecidas pela Secretaria de Saúde e Ação Social ou órgão competente;
- Manter conduta que propicie ao usuário do Sistema de Saúde um atendimento eficaz, honesto, agradável e atencioso;
- Atender consultas em ambulatorios, hospitais e unidades volantes;
- Examinar casos especiais e serviços especializados;
- Preencher relatórios mensais relativos às atividades do emprego;
- Participar de programas e pesquisa em Saúde Pública e/ou Coletiva;
- Executar outras tarefas correlatas, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

TÍTULO DO CARGO: FONOAUDIÓLOGO - 10H

Código: 1.15

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Fonoaudiologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades relacionadas à assistência fonoaudiológica, com ênfase à prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica, comunicação oral e escrita, voz, audição/sistema nervoso e musculatura facial, visando a coordenação de atividades funcionais desenvolvidas especialmente na área educacional, visando a qualificação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e demais beneficiários.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Preparar diagnósticos em diversas patologias fonoaudiológicas (dislalia, dislexia, disortografia, disfonia, problemas psicomotores, atraso de linguagem, disartria e afasia) e recomendar a terapêutica indicada para cada caso;
- Trabalhar no acompanhamento a distúrbios e reabilitação de pacientes neuropatas com problemas de linguagem como a dislexia e de pessoas que tem língua presa ou que tenha problemas de linguagem devido a perda auditiva;
- Desenvolver, coordenar e assessorar os trabalhos de prevenção fonoaudiológica, em especial, voz e audição, comunicação escrita e oral;
- Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados;
- Efetuar consultas de fonoaudiologia nas unidades de serviço e atendimento e efetuar exames em escolares e pré-escolares;
- Prescrever exames laboratoriais;
- Oferecer e aplicar técnicas e dinâmicas de aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;
- Emitir pareceres fonoaudiológicos na área de comunicação oral e escrita, voz e audição;

- Operar máquinas e equipamentos inerentes à sua área de atuação;
- Participar de equipes de diagnóstico realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;
- Projetar, supervisionar, dirigir e efetuar pesquisas fonoaudiológicas junto aos beneficiários;
- Participar das equipes de orientação e planejamento interdisciplinar;
- Atender emergências e prestar socorros;
- Elaborar relatórios, emitir laudos médicos e anotar em ficha apropriada os resultados obtidos;
- Atuar em conjunto com os demais profissionais da saúde, creches, escolas e programas vigentes;
- Realizar outras atividades inerentes à sua atribuição funcional, de acordo com as normas profissionais;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL 20H - MÉDICO ESF - MÉDICO GINECOLOGISTA 20H - MÉDICO PEDIATRA 20H
Códigos: 1.16 - 1.17 - 1.18 - 1.19

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Formação em nível de graduação em medicina e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional; Comprovante de residência médica e ou especialidade médica, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades e procedimentos com ênfase em clínica médica, procedimentos, cirúrgicos, interpretação de exames e laudos, prescrição de medicamentos e demais atividades inerentes à atividade médica, conforme técnicas e metodologia de atendimento e organização do sistema médico-hospitalar, atuando na clínica geral e ou sua área de especialização, e desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde humana.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar atividades e procedimentos com ênfase em clínica médica, de acordo com as regras, rotinas e técnicas de procedimento estabelecidos pela ciência médica;
- Efetuar procedimentos, cirúrgicos, interpretação de laudos, prescrição de medicamentos e demais atividades inerentes à atividade médica;
- Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico;
- Atender as demandas do sistema de atendimento mantido pela administração em conformidade com as normas e metodologia de organização estabelecidos;
- Prestar atendimento médico e ambulatorial a pacientes da rede de atendimento;
- Prescrever medicamentos, respeitando a política municipal de assistência farmacêutica, indicando dosagem e a respectiva via de administração;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença;
- Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais;
- Atuar na área de urgência, emergência clínica, cirúrgicas e traumáticas, quando necessário;
- Examinar pacientes, solicitando e interpretando exames e análises, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução de pacientes, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;

- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência de saúde integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas ESF e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortas;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes à sua formação profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Executar as demais atividades correlatas à sua atividade profissional, com eficiência e zelo, sempre em estreito cumprimento à legislação e normas vigentes.
- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Disponibilizar todos os procedimentos de sua área de especialização aos usuários do SUS;
- Exercer outras atividades, compatíveis com a sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior.

TÍTULO DO CARGO: NUTRICIONISTA

Código: 1.20

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Nutrição e Registro no Conselho da Categoria Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar e executar serviços ou programas de nutrição e de alimentação em estabelecimentos do Município, prestando assistência nutricional a indivíduos e coletividade mediante planejamento, organização e administração nutricional e alimentar, zelando pelo controle e qualidade nutricional, controle higiênico-sanitário, organização de programas de educação nutricional, tudo de acordo com a legislação vigente, regras, procedimentos e normas da atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Planejar serviços ou programas de nutrição visando atender as ações e programas municipais, fazendo-o com observação à qualidade e boas técnicas de manuseio e preparação;
- Organizar cardápios e elaborar dietas;
- Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;
- Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
- Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;
- Controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares;
- Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e bom aproveitamento da matéria prima;
- Orientar e fiscalizar o trabalho das merendeiras nas escolas,

quanto a escolha e aplicação de cardápios e manipulação de alimentos - Planejar e ministrar cursos de educação alimentar e nutricional;

- Prescrever suplementos nutricionais necessários à complementação da dieta;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Orientar tecnicamente a elaboração de licitações na área alimentar zelando pela aplicação das normas e técnicas adequadas de composição de alimentos, pesagem, etc.
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: ODONTÓLOGO - ODONTÓLOGO ESF

Código: 1.21 - 1.22

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior em Odontologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar rotinas técnicas de trabalho e procedimentos inerentes à atividade do cirurgião dentista, realizando exames clínicos, radiológicos, diagnósticos e prognósticos, tratamento curativo, prescrições de remédios, encaminhamentos e demais atividade correlatas à atribuição funcional, em acordo com o seu nível de formação e legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar os procedimentos clínicos definidos nas normas operacionais básicas do Sistema Único de Saúde e demais normativas vigentes no que tange a esta atribuição funcional;
- Realizar exames clínicos com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal dos usuários;
- Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
- Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde;
- Realizar cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;
- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Tratar as afecções da boca, usando procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos para a conservação dos dentes e gengivas;
- Aconselhar aos pacientes os cuidados de higiene, para orientá-los na proteção dos dentes e gengivas;
- Examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a presença de cáries e outras afecções, determinando-lhes a extensão e a profundidade;
- Extrair raízes e dentes, utilizando botões e outros instrumentos especiais para prevenir infecções normais;
- Registrar na Ficha D - Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica - Siab - todos os procedimentos realizados;

- Coordenar ações coletivas voltadas para à promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo Técnico em Saúde Dental - TSB e o Atendente de Consultório dentário - ACD;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adscrita;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

TÍTULO DO CARGO: PSICÓLOGO - 20H

Código: 1.23

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Psicologia e Registro no Conselho da Categoria Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar, desenvolver, executar, interpretar, elaborar, orientar, analisar, acompanhar, validar e avaliar estratégias de intervenções psicossociais a partir das necessidades e clientela identificadas entre os beneficiários e comunidade, fazendo-o por intermédio de técnicas psicológicas aplicadas nas área de atuação, de acordo com a metodologia, as técnicas e as normas aceitáveis em sua área profissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Atuar em parceria e integração com as equipes multisetoriais atuantes no município, em especial, no atendimento de programas federais ligados à assistência social, educação e saúde;
- Trabalhar em equipes multiprofissionais, colaborando na construção dos projetos terapêuticos e executando metas e metodologias derivadas dos programas implementados no município;
- Desenvolver diagnóstico psicossocial no setor em que atua visando à identificação de necessidades e da clientela alvo de sua atuação, proporcionando, por intermédio do acompanhamento profissional, acompanhamento e resolução das demandas;
- Desenvolver atividades que visem a preservação, promoção, recuperação, reabilitação da saúde mental e valorização do ser humano;
- Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao treinamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínica;
- Realizar diagnóstico e atendimento psicológico;
- Elaborar laudos psicológicos;
- Efetuar o acompanhamento em pacientes em situação de risco;
- Participar de oficinas terapêuticas, realizar grupos temáticos e psicodiagnósticos;
- Oferecer psicoterapia, ludoterapia individual e ou grupal, com acompanhamento clínico, para tratamento dos casos;
- Empregar técnicas como testes de inteligências e personalidade, observações de conduta;
- Atender crianças com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-se para as escolas ou classes especiais;
- Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público sociedade civil;
- Orientar e encaminhar clientela para atendimento curativo e/ou preventivo no âmbito da saúde mental;
- Orientar familiares;
- Realizar e participar de programas educativos para pais e

- educadores, voltados à prevenção e solução de problemas relacionados a dependências químicas;
- Prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos;
- Formular hipóteses de trabalho, para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos;
- Manter atualizado o prontuário de casos estudados;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária visando a construção de ações integradas;
- Desenvolver ações de pesquisas e aplicações práticas da psicologia no âmbito da saúde, educação, trabalho, assistência social e outros;
- Assessorar, prestar consultoria e dar pareceres dentro de uma perspectiva psicossocial;
- Elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos;
- Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Psicologia;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO (ANMT)

DESEMPENHO PROFISSIONAL:

Os ocupantes dos cargos abaixo descritos deverão ser capazes de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrando capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutive, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.

VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA:

Os ocupantes dos cargos abaixo estão funcionalmente vinculados à Secretaria na qual estão lotados conforme portaria de nomeação, devendo se reportar ao imediato hierárquico, ao qual deve subordinação profissional, e perante o qual apresenta relatórios das tarefas que lhe são atribuídas.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR

Código: 2.01

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver tarefas na área administrativa escolar das unidades de ensino da rede municipal e executar atividades auxiliares do serviço de administração realizando trabalhos de rotinas básicas na área da administração escolar, tais como a organização de documentos, manutenção de controles e estatísticas, serviços de suporte técnico-administrativo auxílio a superiores hierárquicos, operação de máquinas, equipamentos e sistemas, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas administrativas inerentes à administração escolar, atuando junto aos estabelecimentos de ensino e setores da rede de ensino;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar, softwares de gerenciamento inerentes à atividade escolar, registro de assentamento dos alunos;
- Registrar notas de desempenho escolar;
- Zelar pela guarda de documentos e fichas individuais dos alunos;
- Assegurar o controle de informações sobre a identidade e

regularidade da vida escolar do aluno, autenticidade dos documentos escolares, etc.;

- Manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, portarias, circulares, resoluções e demais documentos inerentes à sua área de atuação;
- Redigir a correspondência que lhe for confiada, lavrar atas e termos, nos livros próprios;
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- Auxiliar no expediente administrativo da unidade de ensino;
- Manter sigilo sobre assuntos pertinentes ao serviço;
- Efetuar os procedimentos inerentes ao Censo Escolar Anual, atendendo requisitos e prazos exigidos pelos órgãos competentes;
- Zelar pelo cumprimento de prazos e alimentação de sistemas pertinentes à área educacional;
- Auxiliar na organização de escalas de serviço, controle de funcionários, controle de ponto dos profissionais e organização do Transporte Escolar;
- Auxiliar na organização de demandas de materiais escolares e produtos da merenda escolar, assegurando o registro e controle de sua distribuição;
- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividade-meio, desenvolvidas pela administração escolar;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Controlar a entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da ordem nos ambientes;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas;
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, pedidos de compras, controle de estoque, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Reportar-se sempre, antes de qualquer ação ou atitude ao seu superior hierárquico, sugerindo e executando, sob autorização, soluções pertinentes ao bom desenvolvimento do setor onde atua.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
Código: 2.02

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS por intermédio de ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas dos entes federativos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS;
- Efetuar vistoria nos imóveis relacionados ao controle da dengue e outras demandas providenciando, em especial o Levantamento de Índice por Amostragem - LIA;
- Executar os serviços de desinfecção em residências, para evitar a proliferação de insetos e animais peçonhentos;
- Desenvolver atividades inerentes ao combate à doença de Chagas, esquistossomose, dengue e outras doenças;
- Organizar visitas periódicas aos Pontos Estratégicos (P.E.);
- Manter as armadilhas preconizadas pelos sistemas de controle;
- Realizar a Pesquisa Vetorial Especial (P.V.E.) e delimitação de focos (D.F.);
- Efetuar o levantamento de Índice e tratamento (L.I. + T.);
- Coordenar o reconhecimento geográfico (R.G.);
- Preencher mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento, encaminhando-os a chefia do serviço e setores competentes;
- Participar e organizar palestras e atividades de conscientização em escolas públicas e associações comunitárias com a finalidade de melhorar os hábitos e prevenir doenças;
- Zelar pela conservação dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade;
- atender às normas de segurança e higiene do trabalho e realizar outras tarefas afins;
- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE DE ESPORTES
Código: 2.03

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades relacionadas ao desenvolvimento físico e motor dos beneficiários, agindo na promoção da saúde e do bem estar individual e social, seguindo os valores éticos da profissão, auxiliando os profissionais de esportes que utilizarem a estrutura esportiva do município;

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Promover a educação física como condição e meio para a efetiva conquista de um estilo de vida ativo e saudável dos seus beneficiários, através de uma educação para promoção da saúde e ocupação saudável do tempo de lazer;
- Desenvolver atividades lúdicas que contribuam para o processo de socialização dos praticantes das atividades esportivas;
- Proporcionar aos atletas um ambiente que favoreça seu desenvolvimento físico, emocional, linguístico e espacial.
- Auxiliar na preparação de execução de atividades que auxiliem no desenvolvimento das habilidades psicomotoras dos atletas em suas mais diversas idades e categorias;
- Auxiliar na elaboração e aplicação de atividades de motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal/rapidez, organização espacial e temporal;
- Assegurar a seus beneficiários um serviço profissional seguro,

competente e atualizado, prestado com o máximo de seu conhecimento, habilidade e experiência;

- Elaborar o programa de atividades do beneficiário em função de suas condições gerais de saúde, em conjunto com os profissionais de educação física do município;
- Zelar pela sua competência exclusiva na prestação dos serviços a seu encargo;
- Manter-se atualizado quanto aos conhecimentos técnicos, científicos e culturais, no sentido de prestar o melhor serviço e contribuir para o desenvolvimento da profissão;
- Guardar sigilo sobre fato ou informação de que tiver conhecimento em decorrência do exercício da profissão;
- Promover o uso adequado dos materiais e equipamentos específicos para a prática da Educação Física;
- Realizar demais atividades inerentes à sua atribuição, sob supervisão de superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE DE SAÚDE ESF
Código: 2.04

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver e executar ações de prevenção e promoção da Saúde, por meio das ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas e ações dos entes federativos;

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar mapeamento de sua área de atuação;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Desenvolver ações de integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Saúde da Família;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- Identificar áreas de risco;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as para acompanhamento, agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
- Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Manter-se bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Informar à Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
- Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e ou agravos à saúde;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: ALMOXARIFE
Código: 2.05

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalho de almoxarifado, efetuando o recebimento, conferência, estocagem, distribuição, registro e inventário do material, observando normas e instruções, assegurando o controle de materiais e adequado zelo pelo estoque e distribuição do mesmo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar trabalho de almoxarifado, como recebimento, estocagem, distribuição, registro e inventário de materiais e equipamentos adquiridos;
- Promover o abastecimento de acordo com os pedidos feitos, adotando medidas tendentes a assegurar a pronta entrega dos mesmos;
- Inspecionar todas as entregas e supervisionar o serviço de guarda e conservação de móveis e materiais dos órgãos da administração;
- Efetuar o controle de entrada e saída de veículos do município, promovendo a liberação dos mesmos, se autorizada;
- Supervisionar a embalagem de materiais para a distribuição ou expedição;
- Coordenar a arrumação de materiais, elaborar relatórios sobre as atividades desenvolvidas;
- Preparar expediente para aquisição dos materiais necessários ao abastecimento do setor em que atua;
- Estabelecer normas de armazenagem de materiais e outros suprimentos;
- Observar normas e instruções ou dar orientações a respeito do desenvolvimento dos trabalhos, para manter o estoque em condições de atender às unidades da autarquia;
- Elaborar relatório mensal para o controle eficaz do estoque dos materiais e equipamentos;
- Responsabilizar-se pela guarda dos materiais e equipamentos depositados no almoxarifado;
- Zelar pela limpeza e conservação das instalações e do estoque;
- Atender, anotar, orientar e/ou encaminhar as solicitações;
- Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu chefe imediato, quando solicitado;
- Executar outras tarefas correlatas à atribuição.

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE DE BIBLIOTECÁRIO
Código: 2.06

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atuar na área de gerenciamento e controle de livros, publicações, periódicos e rol de demandas técnico administrativas inerentes à biblioteconomia, executar os serviços de catalogação e classificação de manuscritos, livros raros ou preciosos, publicações oficiais, bibliografia e referência; fazendo-o de acordo com normas de controle e procedimento inerentes à sua atribuição profissional;

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Gerenciar o controle de todos os materiais inerentes às bibliotecas de acordo com as normas e metodologias da área;
- Executar os serviços de catalogação e classificação de todos os materiais;
- Armazenar as informações e colocá-las à disposição dos usuários, por intermédio dos padrões metodológicos reconhecidos na área;
- Orientar o usuário, indicando-lhe as fontes de informações para facilitar as consultas;
- Supervisionar os trabalhos de encadernação e restauração de livros e demais documentos;
- Assegurar a conservação do material bibliográfico;

- Coordenar o serviço de empréstimos de materiais bibliográficos e audiovisuais;
 - Realizar pesquisas e organizar relatório de acordo com necessidade do cliente;
 - Auxiliar na coordenação e a propor a compra, a permuta, a aceitação ou a solicitação de doação de material bibliográfico, selecionando as obras por meio de consultas técnicas;
 - Coordenar a atualização da base de dados;
 - Divulgar informações sobre novas aquisições;
 - Orientar na consulta/utilização: catálogos, livros, internet, base de dados, etc;
- Executar o registro e preparo físico de materiais bibliográficos e audiovisuais;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
 - Sugerir lista de livros, periódicos e publicações a serem adquiridos;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: ATENDENTE EM SAÚDE
Código: 2.07

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar o atendimento ao público que frequentam as unidades de saúde do município, dando o primeiro atendimento, encaminhando o público aos setores solicitados, realizar os agendamentos de consultas, exames e viagens, além de executar atividades auxiliares do serviço de administração realizando trabalhos administrativos de rotina básica, tais como a organização de documentos, manutenção de controles, serviços de suporte técnico-administrativo auxílio a superiores hierárquicos e outros funcionários da administração, operação de máquinas e equipamentos, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar o atendimento ao público que frequentar as unidades de saúde do município;
- Encaminhar o público as salas de atendimentos, consultas e exames, das unidades de saúde;
- Realizar o agendamento de consultas, exames e viagens de pacientes;
- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividade-meio desenvolvidas pela administração;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Controlar a entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da ordem nos ambientes;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros,

- publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas;
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
 - Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR DE AGENTE ADMINISTRATIVO
Código: 2.08

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver tarefas na área administrativa e executar atividades auxiliares do serviço de administração realizando trabalhos administrativos de rotina básica, tais como a organização de documentos, manutenção de controles, atendimento ao público, serviços de suporte técnico-administrativo, auxílio a função de agente administrativo, auxílio a superiores hierárquicos e outros funcionários da administração, operação de máquinas e equipamentos, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividade-meio desenvolvidas pela administração;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Controlar a entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da ordem nos ambientes;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Elaborar cálculos matemáticos referentes ao nível do segundo grau escolar, tais como: porcentagens, juros, frações e equações de segundo grau;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas;
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Conferir lançamentos e registros documentais referentes a pagamentos, tributos, recebimentos, etc;
- Classificar contas e registros de acordo com as especificações necessárias e previstas em planos de contas, manuais e legislação;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;

- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, pedidos de compras, controle de estoque, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Código: 2.09

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído e Curso profissionalizante com registro no órgão competente.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar serviços auxiliares de enfermagem assegurando o atendimento da população, em conformidade com as regras que regulamentam o exercício de sua profissão, editadas pelo Conselho Regional e Federal de Enfermagem e demais normas vigentes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos usuários dos serviços;
- Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos;
- Colher e ou auxiliar cliente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação;
- Realizar exames de eletrodiagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem;
- Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde;
- Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem;
- Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;
- Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura;
- Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica;
- Realizar registros da assistência de enfermagem prestada ao cliente e outras ocorrências a ele relacionadas.
- Instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário.
- Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente.
- Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização do material e equipamento, bem como sua conservação, preparo, armazenamento e distribuição, comunicando ao superior eventuais problemas;
- Coletar leite materno no lactário ou no domicílio;
- Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;
- Auxiliar na preparação do corpo após o óbito;
- Cumprir as medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Registrar todas as ocorrências em relação a pacientes e doentes;
- Prestar cuidados especiais aos pacientes em isolamento;
- Zelar pela conservação e higiene de instrumental utilizado;
- Ajudar no transporte de doentes;
- Zelar pela higiene e evitar infecções ou contaminações;
- Zelar pela segurança de pertences de pacientes, antes de

encaminhamento de exames, deslocamentos, tratamentos e outros e zelar pela segurança e bem estar desses pacientes;

- Envidar todos os esforços para amenizar sofrimentos e dores, sempre de acordo com as recomendações médicas;
- Desenvolver atividades de apoio nos consultórios médicos, salas de cirurgia, quartos ou locais de tratamento de pacientes;
- Desenvolver trabalhos de conscientização e prevenção de doenças a participar de todos os eventos relacionados à saúde pública do Município;
- Auxiliar nos socorros de emergência;
- Executar tratamentos diversos tais como: lavagens, sondagens, nebulizações, aspirações etc;
- Fazer anotações no prontuário das observações e cuidados prestados;
- Atender ao público e cumprir normas em geral;
- Auxiliar ao médico durante a realização de exames e tratamentos;
- Preencher boletins, diários, fichas, prontuários e demais relatórios que visam o controle e acompanhamento do indivíduo sobre sua responsabilidade;
- Realizar todos os demais trabalhos relacionados à sua profissão, de acordo com o regulamento dos Conselhos Regional e Federal de Enfermagem, com zelo e dedicação, visando a melhoria da saúde pública;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR DE FARMÁCIA
Código: 2.10

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades de controle administrativo e auxiliar na área de controle de medicamentos, fazendo-o de acordo com as normas vigente, sob supervisão de profissional responsável, conforme os regulamentos inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar auxílio no recebimento dos medicamentos verificando quantidade, validade e laudo;
- Organizar a correta estocagem dos medicamentos nas dependências das unidades de saúde;
- Organizar os medicamentos nas prateleiras, bem como verificar sua quantidade em relação à ficha de estoque;
- Elabora e separa as solicitações das Unidades Básicas de Saúde, Prontos Socorros e medicamentos do Programa de Alto Custo, dando baixa em suas respectivas fichas.
- Colaborar nos pedidos de medicamentos e material médico-hospitalar ao serviço de farmácia de acordo com a demanda;
- Cumprir rigorosamente os procedimentos operacionais e legais vigentes.
- Auxiliar na entrega dos medicamentos à população e orientação quanto ao uso correto dos medicamentos de acordo com a prescrição médica e normas vigentes;
- Auxiliar na elaboração dos relatórios e pedidos de medicamentos;
- Participar de programas de educação continuada;
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato.
- Exercer as suas funções com cordialidade e eficácia;
- Executar demais atribuições correlatas com zelo e cooperação;

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL
Código: 2.11

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde. Desempenhar suas funções de acordo com as técnicas e especificações de sua área de atuação.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

- Proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
- Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o TSB nos procedimentos clínicos;
- Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
- Organizar a agenda clínica;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da unidade de saúde.
- Exercer as suas funções com cordialidade e eficácia;
- Executar demais atribuições correlatas com zelo e cooperação;
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: ELETRICISTA

Código: 2.12

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio e Curso Profissionalizante na área.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar manutenção preventiva e corretiva em sistemas e ou equipamentos elétricos e eletromecânicos em alta, média e baixa tensão, mantendo-os em funcionamento de acordo com as técnicas e especificações de sua área de atuação.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

- Executar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica;
- Realizar manutenções preventiva, e corretiva;
- Realizar inspeções, testes e ajustes em máquinas elétricas, rotativas e estáticas, equipamentos de proteção e manobra, relés, sistemas de iluminação e sistemas de baterias, utilizando-se de instrumentos de medição (multímetro, amperímetro, microhímetro e magaoímímetro, comparador eletrônico, medidor de vibração e simuladores);
- Substituir e ou implantar equipamentos e componentes em sistemas elétricos, de acordo com as especificações definidas em documentação técnica, interpretando leiautes, esquemas e diagramas;
- Operar equipamentos dos sistemas operacionais ou suportes, quando requerido;
- Preencher fichas de controle, etiquetas de identificação de equipamentos e ou componentes e requisições de materiais;
- Registrar no sistema de informações todas as intervenções nos equipamentos, de acordo com as rotinas administrativas vigentes;
- Elaborar relatórios de serviços;
- Inspeccionar e reparar instalações elétricas internas e externas, luminárias e demais equipamentos de iluminação pública, cabos de transmissão, inclusive os de alta tensão;
- Especificar materiais e componentes elétricos;
- Realizar medições e testes de aferição;
- Registrar ocorrências de anomalias;
- Realizar demais tarefas inerentes à sua atribuição funcional.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL DE OBRAS, POSTURA E MEIO AMBIENTE

Código: 2.13

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de fiscalização sob a orientação, do cumprimento das leis e posturas municipais que regulam a construção de edificações, parcelamento do solo, loteamentos, pavimentação e obras públicas e privadas, bem como a fiscalização inerente ao meio ambiente, em acordo com a legislação inerente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Fiscalizar obras em geral, verificando sua regularidade documental e física de acordo com a legislação municipal e legislação em geral, observando especialmente normas de postura, Plano Diretor, mobilidade urbana, segurança e demais elementos de interesse público;
- Fiscalizar o cumprimento das determinações expressas no Plano Diretor, Código de Postura, Código de Edificações, Lei de Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- Orientar a construção de edificações de acordo com os padrões e procedimentos da municipalidade;
- Lavar autos de infração, termos de fiscalização, intimações e outros instrumentos que garantam o cumprimento das leis e posturas municipais;
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;
- Atender consultas de caráter fiscal de posturas, edificações e zoneamento;
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação de planejamento urbano;
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena da legislação em vigor;
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os serviços de táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município;
- Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da vigilância ambiental no município;
- Planejar, supervisionar, fiscalizar, atuar e executar atividades ao licenciamento Ambiental de Impacto Local de acordo com as Resoluções e normas vigentes;
- Proceder às inspeções e visitas de rotina, apuração de irregularidades e infrações;
- Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes, lavar Autos de Infração e aplicar as penalidades cabíveis;
- Relatar ao superior hierárquico todas as decisões e ações concernentes a sua atividade de competência;
- Colher amostras de águas, efluentes e resíduos em geral, necessários para análise técnica e de controle;
- Atuar em consonância com os demais entes e responsáveis pela fiscalização ambiental, nos termos da legislação;
- Desincumbir-se de outras tarefas afins.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL DE PATRIMÔNIO

Código: 2.14

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar e coordenar as atividades de gestão do patrimônio público por intermédio da aplicação de técnicas administrativas de controle dos bens móveis e imóveis, visando assegurar a guarda e administração dos mesmos através da aplicação de técnicas de registro, controle e vigilância nos termos da legislação e preceitos da administração pública.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Coordenar e supervisionar o registro e controle patrimonial de bens móveis e imóveis;
- Efetuar a identificação patrimonial, através de plaquetas (metálicas ou adesivas altamente colantes) fixadas nos bens móveis de caráter permanente;
- Aplicar as regras da contabilidade pública e demais normas na

gestão e controle do patrimônio de forma a possibilitar a adequação administração e transparência na utilização e conservação dos bens permanentes;

- Orientar os procedimentos quanto ao registro, controle e zelo pelos bens públicos, observando-se a legislação vigente;
- Orientar e registrar os procedimentos quanto ao recolhimento e baixa dos bens inservíveis, observando a legislação vigente;
- Manter controle processual sobre os processos de baixa dos bens móveis;
- Coordenar e supervisionar os serviços de recebimento, conferência, guarda e distribuição de bens permanentes reutilizáveis no âmbito do órgão;
- Efetuar auditorias patrimoniais;
- Emitir relatórios apontando para a alienação de bens;
- Instituir e coordenar rotinas de manutenção e recuperação de bens móveis;
- Auxiliar na distribuição dos equipamentos adquiridos e recebidos pela administração;
- Emitir, conferir e encaminhar relatórios aos órgãos de planejamento, gestão e controle, comunicando toda e qualquer alteração no sistema patrimonial para o correspondente registro contábil e demais providências administrativas;
- Controlar os termos de responsabilidade dos bens móveis;
- Encaminhar às unidades de controle patrimonial os inventários de bens pertencentes à administração, de acordo com a organização administrativa do município;
- Registrar as transferências de bens quando ocorrer mudança física dos mesmos ou quando houver alterações do responsável pelo uso e manutenção;
- Auxiliar na doação e/ou alienação dos bens baixados por inservibilidade, bem como acompanhar a retirada desses bens, sempre observando as normas vigentes;
- Executar outras atividades administrativas pertinentes à sua atribuição funcional, de acordo com supervisão de superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Código: 2.15

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído ou Curso Profissionalizante na área.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Fiscalizar ações relacionadas ao controle e policiamento sanitário das atividades de particulares e órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e industriais, controlando as condições de sanitarista, fazendo-o de acordo com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA, Vigilância Sanitária Estadual e legislação municipal;
- Fiscalizar, orientar, educar, intimar, infracionar, interditar, apreender e/ou inutilizar bens e/ou produtos, de acordo com as normas vigentes;
- Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;
- Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;
- Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;
- Exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública;
- Efetuar a fiscalização contra estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios em geral, estabelecimentos comerciais de preparo de alimentos, comércio ambulante de alimentos, quiosques, barracas/carrinho de lanches rápidos estabelecimentos com atividades destinadas a diversão, estabelecimentos de atividades estéticas, estabelecimentos organizadores de eventos festivos públicos, estabelecimentos de saúde, estabelecimentos destinados à saúde animal, unidades de serviço público, locais destinados a alojamento coletivo, estabelecimentos comerciais de produtos

Farmacêuticos e similares, dentre outros;

- Atender denúncias realizadas com relação ao saneamento básico, terrenos baldios, criação de animais, etc.;
- Investigar de agravos da saúde, como, leptospirose, diarreia, DTA (doença transmitida por alimentos), hepatite A, etc.;
- Manter o Programa de Controle e Qualidade do Abastecimento Público de Água, SISÁGUA mediante coletas de água de diversas amostras em diversos pontos do município e encaminhamento ao LACEN - Laboratório Central;
- Coleta e encaminhamento de produtos para análise laboratorial no LACEN;
- Deferimento/indeferimento de processos de consultas de viabilidade para funcionamento e processos para concessão de alvará sanitário;
- Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;
- Fiscalizar aterros, nascentes, drenagens e condução de líquidos percolados, drenagens para gases, compactação e cobertura de lixo com material argiloso, processos de reciclagem de lixo em usinas, incineração e operações de vala séptica controlada para o lixo hospitalar, objetivando o cumprimento das normas para defesa ambiental;
- Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;
- Elaborar réplica fiscal em processos oriundos de atos em decorrência do poder de polícia sanitária do Município;
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviais e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, visando a concessão de habite-se e controle legal da municipalidade;
- Verificar projetos e seu licenciamento de acordo com a legislação e especificações técnicas vigentes, notificando, embargando e autuando as irregularidades;
- Orientar a comunidade, técnica e legalmente, na execução de projetos de sistemas individuais de abastecimento de água, coleta de esgoto sanitário e de lixo, visando a adequação dos recursos à proteção ambiental e à melhoria dos padrões de saúde da população;
- Detectar irregularidades quanto à saúde ocupacional e outras que afetam a saúde;
- Acompanhar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana pública, serviços de valas, drenagem de águas pluviais, execução de aterros de ruas, verificando o sistema de nascentes, drenagem e águas;
- Dirigir veículos leves e inspecionar estabelecimentos de ensino e órgãos públicos;
- Efetuar comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;
- Produzir continuamente relatórios sobre as ações realizadas;
- Organizar ações educativas, palestras em comunidades, associações de moradores, e outros estabelecimentos;
- Participar de atividades que visem a saúde comunitária;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: MONITOR DA TERCEIRA IDADE E CLUBES DE MÃES

Código: 2.16

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades inerentes à recepção do público devidamente cadastrados nos clubes da terceira idade e clubes de mães do município. Auxiliar na realização de encontros, eventos, palestras, coquetéis, cadastros e demais atividades promovidas entre

os participantes dos clubes da terceira idade e clubes de mães do município, desempenhando demais atividades inerentes à sua atribuição profissional determinadas por seu superior imediato.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Recepcionar e controlar a entrada e saída de associados e visitantes, dos clubes de terceira idade e clubes de mães;
- Acompanhar e auxiliar nas viagens, encontros, palestras e demais atividades realizadas;
- Auxiliar no preparo de lanches e coquetéis servidos nos encontros;
- Auxiliar e ensinar as atividades artesanais nas aulas de trabalhos manuais realizados;
- Controlar o ponto de frequência, cadastro e demais fichas de acompanhamento dos associados;
- Repassar aos associados todas as informações, recados e demais notícias solicitadas pelo superior imediato;
- Zelar pela segurança e ordem dos encontros realizados;
- Auxiliar na distribuição e controle de materiais a serem utilizados em atividades de trabalhos manuais;
- Auxiliar no planejamento anual das atividades a serem desenvolvidas nos clubes de terceira idade e clubes de mães;
- Utilizar equipamentos eletrônicos, elétricos e utensílios diversos no desempenho de suas funções;
- Executar atividades de organização da sua área de atuação e desempenhar demais atribuições inerentes à sua área de atuação;
- Desempenhar outras atividades correlatas, solicitadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: RECEPCIONISTA

Código: 2.17

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades inerentes à recepção do público externo e interno, identificação e encaminhamento dos usuários, verificação de demandas e necessidades dos usuários e seu respectivo encaminhamento ao setor de atendimento. Receber e processar correspondências, informações e comunicações, desempenhando as demais atividades inerentes à sua atribuição profissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Recepcionar e controlar a entrada e saída de visitantes, de equipamentos e de utensílios, obedecendo às normas internas do local de trabalho;
- Recepcionar visitantes, anunciando-os às pessoas ou áreas requisitadas e aguardando a autorização para encaminhamento ou comunicação de dispensa;
- Encaminhar visitantes para os funcionários das áreas competentes;
- Prestar informações sobre as demandas e ou direcionar as demandas para os setores competentes;
- Atender telefones;
- Enviar e receber correspondências ou produtos;
- Manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax.
- Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para os destinatários.
- Utilizar o computador, copiadoras e impressoras;
- Realizar o arquivamento de documentos;
- Marcar reuniões;
- Controlar o acesso e as chaves da sua área de atuação;
- Registrar informações, efetuando o registro e manter controle de todos os atendimentos efetuados, registrando nome, horários e assunto;
- Utilizar adequadamente o fax, pagers, intercomunicadores, rádios e sistema de altofalantes;
- Informar à segurança do local de trabalho sobre pessoas ou

movimentações estranhas ao setor;

- Executar atividades de organização da sua área de atuação e desempenhar demais atribuições inerentes à sua área de atuação;

TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Código: 2.18

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído com Curso Técnico Profissionalizante em Administração ou Contábeis ou Economia.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar todas as atividades inerentes à execução de serviços relativos ao apoio aos agentes administrativos, compreendendo registros e demonstrações de rotinas administrativas e outras atividades correlatas à sua atribuição em acordo com a legislação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar apoio técnico-administrativo em atividades relacionadas à organização e execução de tarefas que envolvam função de suporte;
- Auxiliar os agentes administrativos na execução de suas funções;
- Controlar o recebimento, conferência e distribuição dos processos administrativos;
- Controlar o recebimento e expedição de malotes e documentos;
- Controlar a distribuição interna de periódicos, documentos e correspondências;
- Fornecer as certidões requisitadas;
- Encaminhar à imprensa oficial ou responsável pela execução, documentos e atos administrativos para a devida publicação;
- Elaborar os relatórios diversos de sua área de atuação;
- Realizar as diligências solicitadas;
- Organizar e manter os cadastros atualizados;
- Prestar informações em processos administrativos, digitar textos e utilizar sistemas diversos na sua área de atuação;
- Exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que lhes sejam atribuídas pela autoridade superior.
- Realizar o atendimento ao público e encaminhá-los aos setores de sua necessidade;
- Executar atividades de organização da sua área de atuação e desempenhar demais atribuições inerentes à sua área de atuação;
- Desempenhar outras atividades correlatas, solicitadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO CONTÁBIL

Código: 2.19

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído com Curso Técnico em Contabilidade.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar todas as atividades inerentes à execução de serviços relativos a contabilidade financeira, compreendendo registros e demonstrações contábeis e outras atividades correlatas à sua atribuição em acordo com a legislação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar serviços de contabilidade de acordo com as exigências legais, técnicas e metodologias;
- Escriturar ou fazer escritura, sintética e analiticamente as operações contábeis, visando demonstrar a receita e a despesa;
- Organizar, periodicamente, de acordo com as normas, os procedimentos contábeis e providenciar demais relatórios requeridos;
- Realizar o empenho prévio das despesas e demais procedimentos inerentes;
- Promover a abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, quando necessário;
- Manter o controle dos depósitos e movimentação bancária, conferindo, os extratos de contas correntes, conciliando-os e propondo as providências que se fizerem necessárias para o eventual

acerto;

- Elaborar demonstrações contábeis e a prestação de contas periódicas;
- Promover a prestação de contas, acertos e conciliação de contas e procedimentos de ajuste contábil;
- Proceder à análise de contas, zelando pela sua regularidade e adequação às normas contábeis, normativas e demais exigências previstas;
- Participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira e orçamentária da administração;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO PROPOSTO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF
Código: 2.20

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Profissionalizante em Enfermagem Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar e orientar o trabalho técnico de assistência de enfermagem a pacientes e prestar atendimento básico de enfermagem (pré e pós consulta), vacinas, injeção, curativo, hidratação, instrumentação; entrega de medicamentos, coleta de exame laboratorial, etc.) junto à unidade em que serve (postos, enfermarias, etc) conforme regulamentação profissional e legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos Pacientes, sob supervisão do enfermeiro;
- Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar.
- Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos.
- Atender paciente durante a consulta ou exames, ajudando na execução de tratamentos e curativos, de acordo com orientação técnica;
- Colher e ou auxiliar o cliente na coleta de material para exames de laboratório, conforme orientação técnica.
- Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde.
- Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem;
- Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do enfermeiro;
- Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;
- Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura;
- Auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência;
- Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;
- Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário;
- Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente;
- Controlar materiais, equipamentos e medicamentos sob sua responsabilidade, mantendo equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
- Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de

materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;

- Auxiliar na preparação do corpo após o óbito;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Zelar pela movimentação e arquivamento dos prontuários médicos, colaborando na coleta de dados estatísticos;
- Manter controle e atualização das informações, a partir de formulários próprios e de acordo com as regras pré-estabelecidas;
- Participar de ações de vigilância epidemiológica;
- Realizar atividades na promoção de campanha do aleitamento materno bem como a coleta no lactário ou no domicílio;
- Atuar em atividades de atendimento e programas de saúde (Pré-Natal, Puericultura, Hipertensão, Diabetes, entre outros), conforme especificações;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, em acordo com supervisão hierárquica.

TÍTULO DO CARGO: TELEFONISTA
Código: 2.21

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar de forma qualificada todas as atividades relativas à operação de mesa telefônica e demais atividades inerentes à comunicação em sua área, em especial, transferência de chamadas, controle de ramais, transmissão e recebimento de mensagens e execução de outras atividades correlatas em consonância com a metodologia de trabalho de sua área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Receber e realizar chamadas telefônicas internas, externas, transferindo-as para os ramais solicitados, de acordo com as normas de organização da área de trabalho;
- Efetuar as ligações telefônicas obedecendo os contratos de serviços mantidos pela administração e assegurando o correto uso de tarifas e promoções, de forma a promover a economia de recursos;
- Controlar e atualizar banco de dados com dados telefônicos comuns à sua área de atuação;
- Anotar e transmitir recados, na impossibilidade transferir a ligação ao ramal solicitado;
- Anotar e controlar, conforme pré-estabelecido, dados sobre todas as ligações telefônicas realizadas, em especial o responsável pela solicitação, etc;
- Providenciar o conserto dos equipamentos que utiliza, quando necessário;
- Prestar atendimento a serviços de fotocópias, envio de fax, rádio amador, e-mails e transmissão de outras mensagens;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO - ANFA

DESEMPENHO PROFISSIONAL:

Os ocupantes dos cargos abaixo descritos deverão ser capazes de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrando capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutiva, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.

VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA:

Os ocupantes dos cargos abaixo estão funcionalmente vinculados à Secretaria na qual estão lotados conforme portaria de nomeação, devendo se reportar ao imediato hierárquico, ao qual deve

subordinação profissional, e perante o qual apresenta relatórios das tarefas que lhe são atribuídas.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE DE LIMPEZA URBANA, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
Código: 3.01

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar serviços braçais e de apoio na área de obras e serviços, limpeza das vias urbanas, roçadas e capinagem de espaços e vias públicas, executando e ou oferecendo suporte à execução de atividades relacionadas à manutenção e conservação de espaços públicos, fazendo-o junto a obras públicas, reformas, ações de manutenção de espaços públicos em geral e ou ainda nas dependências dos prédios públicos de acordo com as demandas na sua área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Efetuar trabalhos braçais pertinentes a obras e serviços urbanos e rurais;
- Limpar áreas públicas, raspando, varrendo, lavando, capinando, roçando, utilizando equipamentos do tipo: vassouras, pás, enxadas, raspadeiras, baldes, carrinhos de mão e outros;
- Recolher e transportar o lixo aos depósitos apropriados, recolher sucatas e entulhos em geral, colocando-os em vasilhames apropriados e auxiliando na sua destinação;
- Auxiliar na execução de tarefas e atividades operacionais, tais como carpintaria, marcenaria, serralheria, serviços de encanamento, colocação de tubos, manutenção de estradas e vias, colocação de placas e outros;
- Auxiliar operadores de máquinas e motoristas em atividades operacionais e de manutenção segundo orientações e de acordo com o nível de exigência de sua área de atuação;
- Colaborar com a limpeza da sua área de intervenção, em especial, manutenção de prédios e espaços públicos, praças, jardins e instalações de propriedade do município;
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Realizar corte de grama, pintura de meio-fio;
- Realizar atividades de varredura de ruas;
- Realizar atividades de poda e corte de árvores urbanas;
- Realizar atividades de plantio e conservação de flores e árvores;
- Desempenhar demais atribuições funcionais correlatas à sua atividade profissional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: BORRACHEIRO / LUBRIFICADOR
Código: 3.02

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Manter os serviços de borracharia em geral mediante a execução de serviços relativos ao reparo dos diversos tipos de pneus e câmaras de ar, usados em veículos leves e pesados, garantindo a manutenção da frota municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Montar e desmontar pneus;
- Executar serviços de borracharia em geral por intermédio de serviços relativos a troca e ou reparo dos diversos tipos de pneus e câmaras de ar, usados em veículos leves e pesados;
- Vulcanizar, consertar e remendar recuperando partes avariadas ou desgastadas dos pneus com o auxílio de equipamentos apropriados;
- Fazer rodízios conforme instruções dos fabricantes;

- Restituir as condições de uso e segurança dos pneus e equipamentos;
- Reparar, conferir e corrigir o controle do estado de conservação dos pneus e das câmaras de ar de todos os veículos;
- Zelar para a guarda, conservação e limpeza dos equipamentos e materiais próprios do trabalho;
- Realizar os procedimentos de lubrificação de veículos e equipamentos de acordo com as técnicas, normas e recomendações;
- Monitorar o desempenho de máquinas e equipamentos;
- Realizar inspeções preventivas, identificando anomalias, solicitando manutenções, verificando a ocorrência de impurezas em lubrificantes e retirando amostras para análises;
- Lubrificar as máquinas e equipamentos, sinalizando pontos de lubrificação;
- Avaliar a situação de máquinas e equipamentos, selecionando material de limpeza e ferramentas para lubrificação;
- Preencher relatórios e registros de ocorrências;
- Colaborar na elaboração de planos de lubrificação;
- Conservar as ferramentas e materiais para lubrificação;
- Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;
- Realizar demais atividades inerentes à sua atribuição funcional.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

TÍTULO DO CARGO: FAXINEIRA / COPEIRA
Código: 3.03

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar serviços de limpeza, copa-cozinha e serviços gerais inerentes à sua área de atuação, fazendo-o nas dependências dos prédios públicos e de acordo com as demandas profissionais correlatas à sua área de atuação, mantendo higiene, boa organização, conservação e limpeza de ambientes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar as atividades de limpeza e ou serviços em geral nas dependências dos prédios ou repartições públicas;
- Realizar a limpeza/faxina de pisos, conservação de pisos, paredes, móveis, sanitários e demais demandas existentes na área de limpeza e serviços inerentes;
- Proceder a limpeza, conservação e arrumação dos locais de trabalho e instalações, mantendo limpos os equipamentos, materiais e máquinas do setor, de acordo com a necessidade;
- Coletar o lixo dos banheiros e alas administrativas, embalar e transportar até local adequado e indicado para coleta;
- Lavar panos de chão e toalhas;
- Realizar outras tarefas relacionadas com a limpeza;
- Responsabilizar-se pelo controle e utilização de equipamentos e materiais colocados a sua disposição, mantendo limpos os móveis e arrumados os locais de trabalho;
- Preparar e servir nas repartições e outros, quando determinado, lanches, cafés e refeições;
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Auxiliar na logística de preparo de alimentação e distribuição da merenda escolar;
- Auxiliar no controle de estoque de gêneros alimentícios e demais utensílios sob sua responsabilidade;
- Observar as normas e instruções para prevenir acidentes;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: GARI / SEPARADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Código: 3.04

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades de limpeza e conservação de vias públicas. Realizar a coleta do lixo urbano e rural dentro do perímetro do município e realizar a correta separação de resíduos sólidos e orgânicos no Centro de Triagem Municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar os serviços de varrição dos logradouros;
- Executar os serviços de coleta de lixo;
- Executar a separação de resíduos sólidos: papel, plástico, alumínio, e resíduos orgânicos: restos de alimentos, e rejeitos de lixo;
- Executar serviços de manutenção de limpeza pública;
- Executar serviços de pintura e conservação de meio-fio;
- Executar os serviços de capina nos logradouros públicos;
- Executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: LAVADOR DE FROTA

Código: 3.05

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades de limpeza e conservação de veículos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Lavar e limpar interna e externamente veículos e máquinas;
- Aspirar resíduos em bancos, carpetes, tapetes e porta-malas, aplicar pretinho nos pneus e frisos de portas, limpar e lavar tapetes, limpar painéis, limpar cantos de portas, secar, encerar, lustrear, polir, pulverizar piso, motor, chassi, diferencial, carroceria e estruturas diversas;
- Promover a lavagem de motores, de acordo com orientações técnicas;
- Desinfetar, em especial os veículos vinculados à Saúde Pública;
- Aplicar xampus automotivos e derivados, trocar óleo e fluidos diversos, prover a lubrificação das peças, componentes e sistemas, limpar cantos, frestas e locais de difícil acesso;
- Calibrar e balancear pneus;
- Orientar os servidores que o auxiliem na execução de suas atribuições típicas;
- Manter limpo e arrumado o local de trabalho;
- Seguir as orientações dos manuais técnicos dos equipamentos e aplicar as corretas técnicas de consecução da sua atividades;
- Executar outras atribuições afins.

TÍTULO DO CARGO: MECÂNICO

Código: 3.06

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Manter e reparar máquinas e equipamentos de diferentes espécies.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Consertar peças de máquinas ou consertar acessórios para máquinas;
- Realizar a conservação e instalação eletromecânica, inspecionar e reparar máquinas e equipamentos, automóveis, caminhões, ônibus, tratores, compressores, bombas, e demais equipamentos;
- Inspeccionar, ajustar, reparar, construir e substituir quando necessário, unidades e partes relacionadas com motores, válvulas, pistões, mancais, sistemas de lubrificação de refrigeração de transmissão, diferenciais, embreagens, eixos dianteiros e traseiros, freio, carburadores, aceleradores, magnetos, geradores e distribuidores, ajustar anéis de segmento, desmontar e montar

caixas de mudanças, recuperar e consertar hidrovácuos e demais atividades inerentes à mecânica dos equipamentos;

- Socorrer veículos acidentados ou imobilizados por desarranjo mecânico, utilizando medidas e procedimentos adequados;
- Acompanhar e testar carros consertados;
- Executar serviços de chapeação e pintura de veículos;
- Efetuar soldas elétricas ou a oxigênio;
- zelar pela manutenção preventiva de máquinas e equipamentos;
- Converter ou adaptar peças;
- Executar outras tarefas correlatas à atribuição funcional.

TÍTULO DO CARGO: MERENDEIRA

Código: 3.07

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar nas unidades de ensino da rede municipal, atividades de preparo de alimentos, manipulação de alimentos, preparação de receitas com fórmulas alimentares pré-estabelecidas e demais atividades inerentes à função, de acordo com os padrões de higiene exigidos, em conformidade com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Preparar refeições e lanches de acordo com os cardápios pré-estabelecidos por nutricionista, segundo técnicas de culinária, sanidade e higiene;
- Atender as determinações do cardápio estabelecido por nutricionista do Município;
- Assegurar a adequada distribuição da merenda escolar, lanches e refeições;
- Preparar mesas e ajudar na distribuição das refeições e merendas;
- Distribuir e controlar as refeições e lanches a serem servidos, observando os horários pré-estabelecidos;
- Receber, conferir e controlar os gêneros necessários ao preparo de refeições e lanches;
- Zelar pela conservação, acondicionamento adequado e segurança dos alimentos;
- Executar tarefas auxiliares de cozinha e proceder a limpeza dos utensílios e locais de trabalho;
- Manter a higienização e limpeza das áreas da cozinha, refeitório, dos equipamentos e utensílios;
- Realizar levantamento de produtos e alimentos necessários para a preparação das refeições, bem como demais produtos e serviços inerentes;
- Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e produtos necessários à consecução de sua atividade profissional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: MONITOR DE ÔNIBUS

Código: 3.08

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Auxiliar na organização do transporte de alunos e demais pessoas nos ônibus da rede pública municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas inerentes à organização do transporte público de acordo com as normas de organização expedidas pela administração;
- Zelar pela livre circulação de alunos e de mais pessoas nos ônibus da rede municipal;
- Colaborar na organização dentro dos ônibus quando transitarem no perímetro urbano do município;
- Orientar alunos e passageiros sobre o funcionamento e a correta

utilização dos ônibus municipais;

- Colaborar com a observância do Código de Postura Municipal e Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes;
- Fiscalizar o cumprimento das normas de trânsito comunicando irregularidades ao superior hierárquico;
- Informar a autoridade policial e aos superiores hierárquicos sempre que necessário;
- Exercer outras atividades de apoio operacional à natureza fiscalizadora na área de transporte municipal;
- Advertir e levar ao conhecimento do superior hierárquico, quando da não correta utilização dos ônibus municipais, por alunos e passageiros.
- Auxiliar na organização do transporte municipal quando necessário;
- Tratar com respeito e urbanidade os usuários dos ônibus municipais, procedendo a abordagem com os cuidados e técnica devidos, quando da ação fiscalizadora;
- Participar de campanhas educativas de trânsito e da correta utilização de bens públicos;
- Apresentar-se ao serviço trajando uniforme específico;
- Acompanhar alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios;
- Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar;
- Orientar e auxiliar os alunos, quando necessário a colocarem o cinto de segurança;
- Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, evitando colocar partes do corpo para fora da janela;
- Zelar pela limpeza do transporte durante e depois do trajeto;
- Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro do local;
- Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos transportes;
- Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque;
- Verificar os horários dos transportes, informando aos pais e alunos;
- Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando para os lares;
- Ajudar os pais de alunos especiais na locomoção dos alunos;
- Executar tarefas afins;
- Tratar os alunos com urbanidade e respeito, comunicar casos de conflito ao responsável pelo transporte de alunos;
- Ser pontual e assíduo, ter postura ética e apresentar-se com vestimentas confortáveis e adequadas para o melhor atendimento às necessidades dos alunos;
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: MOTORISTA DE AUTOMÓVEL

Código: 3.10

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental Concluído e Carteira de Habilitação "B"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Dirigir e zelar pela manutenção de automóveis, camionetas e demais veículos e equipamentos autorizados pela Categoria "B" de sua Carteira Nacional de habilitação, de acordo com a legislação vigente e as atribuições funcionais do cargo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas disponíveis na frota municipal;
- Conduzir máquinas e equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
- Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;

- Transportar pessoas, materiais e documentos, responsabilizando-se pelos mesmos;
- Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização, fazendo-o de acordo com as especificações técnicas e materiais do equipamento;
- Realizar o controle de frota diário do veículo utilizado;
- Efetuar ou providenciar reparos de emergência;
- Assegurar a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário;
- Colaborar na requerer a lubrificação dos veículos e equipamentos de acordo com cronograma e planilhas adequadas;
- Registrar dados, pré-estabelecidos, sobre a utilização diária do veículo;
- Verificar o grau densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar a chefia imediata à necessidade de reparos nos veículos;
- Aplicar técnicas e procedimentos adequados sempre que requerido, em especial na condução de veículos a serviço da educação e saúde;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, MOTORISTA DE CAMINHÃO, MOTORISTA DE ÔNIBUS

Código: 3.09 - 3.11 - 3.12

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental Concluído e Carteira de Habilitação "B" (para motorista de ambulância), "C" (para motorista de caminhão) e "D" ou "E" (para motorista de ônibus);

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Dirigir e zelar pela manutenção de veículos leves e veículos automotores de transporte de passageiros, pacientes, cargas pesadas, equipamentos e maquinários, de acordo com a legislação vigente e as atribuições funcionais do cargo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas disponíveis na frota municipal;
- Conduzir máquinas e equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
- Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- Transportar pessoas, materiais e documentos, responsabilizando-se pelos mesmos;
- Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo,

antes de sua utilização, fazendo-o de acordo com as especificações técnicas e materiais do equipamento;

- Efetuar ou providenciar reparos de emergência;
- Assegurar a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário;
- Colaborar na requerer a lubrificação dos veículos e equipamentos de acordo com cronograma e planilhas adequadas;
- Registrar dados, pré-estabelecidos, sobre a utilização diária do veículo;
- Verificar o grau densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar a chefia imediata à necessidade de reparos nos veículos;
- Aplicar técnicas e procedimentos adequados sempre que requerido, em especial na condução de veículos a serviço da educação e saúde;
- Realizar cursos de qualificação quando necessário para o melhor desempenho de suas funções;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Código: 3.13

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação "B"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Operar equipamentos pesados destinados à consecução de atividades inerentes a obras, agricultura e serviços em geral, inclusive com habilidade dotados de controle remotos hidráulico, providos ou não de implementos, para realização de trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, revolvimento, remoção e compactação de terra, semeadura, adubação e aplicação de produtos químicos e demais atividades correlatas, de acordo com a função e as normas vigentes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Operar, com habilidade técnica as seguintes máquinas: microtrator, máquina demarcadora de faixas, tratores agrícolas, rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira, motoniveladora, trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e motoniveladora, dentre outros;
- Executar serviços de terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim com abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes;
- Operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes;
- Operar com máquinas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc;
- Comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento, conduzir e manobrar a máquina acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades dos serviços;
- Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia,

cascalho, pedras e materiais análogos;

- Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- Colocar em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes.
- Executar suas atribuições cooperando com zelo e determinação na realização de tarefas interrelacionais que dependam de interação com outros equipamentos e funções;
- Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário;
- Acompanhar a limpeza, lubrificação e ajuste das máquinas e seus implementos, de acordo com as instruções de manutenção do fabricante;
- Observar as medidas de segurança ao operar e estacionar as máquinas;
- Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências;
- Executar demais tarefas correlatas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: OPERADOR DE TRATORES AGRÍCOLAS

Código: 3.14

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalhos que requerem constante esforço físico para operação de tratores e seus implementos. Proceder a vistoria do trator antes de dar partida, engatar o implemento a ser utilizado naquele dia ou hora. Trabalhar observando o bom andamento das tarefas e o bom desempenho do trator e implemento. Operar máquinas agrícolas motorizadas para desenvolver atividades agrícolas. Pode executar pequenos reparos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Operar máquinas agrícolas motorizadas para desenvolver atividades agrícolas utilizando implementos diversos, arados, grades, roçadeiras, pulverizadores, enxadas rotativas, sulcadoras plantadeiras, adubadora, carretas e outros equipamentos similares;
- Operar máquinas agrícolas automotrizas;
- Executar pequenos serviços de mecânica e manutenção e reparos de emergência em máquinas agrícolas motorizadas;
- Zelar pela conservação e manutenção de máquinas agrícolas em geral;
- Anotar em mapa próprio à hora de partida, percurso ou trabalho realizado e hora de chegada do trator;
- Verificar diariamente as condições de óleo, água, combustível, lubrificação, bateria, lanternas, faróis e rodas do trator;
- Executar outras tarefas correlatas, de mesma natureza e nível de dificuldade, determinadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: PEDREIRO

Código: 3.15

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Execução de serviços em alvenaria, cuidando da preparação e aplicação de massas e argamassas, colocação de tijolos e lajes, e demais serviços básicos relacionados à construção civil, de acordo com as normas e técnicas inerentes à atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar trabalhos de alvenaria e concreto;
- Analisar e desenvolver medidas de traços para alvenaria de tijolo, concreto, pavimentação e revestimento e sua confecção;
- Analisar e desenvolver medidas de área, volume, prumo, nível, esquadro, alinhamento;
- Efetuar a locação de pequenas obras;
- Fazer alicerces; levantar paredes de alvenaria; fazer muros de arrimo;
- Trabalhar com instrumentos de prumo e nivelamento;
- Fazer e reparar bueiros, poços de visita e pisos de cimento;
- Preparar ou orientar a preparação de argamassas para junção de tijolos ou para reboco de paredes;
- Rebocar paredes;
- Preparar e colocar concreto em forma e fazer artefatos de cimento, assentar marcos de portas e janelas, colocar telhas, azulejos e ladrilhos, armar andaimes, fazer consertos em obras de alvenaria, distribuir serviços aos ajudantes sob sua direção;
- Aplicar medidas e normas de segurança relativas à sua atribuição;
- Executar outras tarefas correlatas.

TÍTULO DO CARGO: PINTOR

Código: 3.16

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar serviços de pintura de paredes, preparação de tintas, conhecimento de serigrafia e qualidade em acabamento.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar pinturas e acabamentos;
- Preparar adequadamente de paredes, superfícies, tecidos etc;
- Remover e retocar pinturas, pintar, laquear e esmaltar objetos de madeira, metal, portas, janelas, estruturas, pintar postes de sinalização, meios-fios, faixas de rolamentos, lixar e fazer tratamento anticorrosivo;
- Calcular quantitativos de materiais a serem empregados;
- Aplicar orientações e técnicas formuladas pelos fabricantes de materiais;
- Preparar material necessário para pintura de letras, desenhos e emblemas com pincel em placas, faixas de tecido e prédios públicos;
- Executar molde e mão livre e aplicar, com o uso de modelo, letreiros, emblemas, dísticos, placas, etc.;
- Ter aptidão e conhecimentos de combinações de cores, tintas, serigrafia e criatividade na diagramação dos letreiros e das pinturas a serem executadas;
- Conhecer procedimentos, equipamentos e variações de tintas e produtos;
- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais;
- Organizar pedidos de material;
- Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

TÍTULO DO CARGO: SERVENTE DE ESCOLA

Código: 3.17

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontra-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalhos de limpeza nas dependências e instalações da rede municipal de ensino do município, realizando serviços de limpeza e serviços de apoio, de acordo com a sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Zelar pela limpeza da unidade escolar;

- Cuidar da merenda, zelando pela qualidade e higiene;
- Cuidar dos utensílios da cantina, material de limpeza, etc.;
- Auxiliar no cuidado com as crianças;
- Responsabilizar-se pela abertura e fechamento da unidade escolar;
- Realizar a lavagem de paredes, pisos e calçadas das instalações físicas da unidade escolar;
- Colaborar no bom funcionamento dos espaços sobre sua responsabilidade;
- Informar aos superiores a existência de problemas e ocorrências do local onde atua;
- Cumprir as determinações superiores de acordo com as normas de funcionamento do setor onde atua;
- Atender a outras atribuições correlatas determinadas por seu superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: VIGIA

Código: 3.18

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontra-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalho de vigilância e zeladoria de dependências e instalações públicas do município, comunicando sempre o comando da polícia militar sobre qualquer anormalidade que ocorrer em espaço público no qual estiver atuando, de acordo com a sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Vigiar e zelar pela segurança patrimonial dos bens móveis e imóveis de propriedade do município;
- Relatar os fatos ocorridos, durante o período de vigilância, à chefia imediata;
- Controlar e orientar a entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, exigindo a necessária identificação de credenciais visadas pelo órgão competente;
- Vistoriar rotineiramente a parte interna e externa dos imóveis e instalações prediais, e o fechamento das dependências internas, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de segurança estabelecidas;
- Realizar vistorias e rondas sistemáticas em todas as dependências públicas do município, prevenindo situações que coloquem em risco a integridade do prédio, dos equipamentos e a segurança dos servidores e usuários;
- Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação;
- Cumprir as determinações superiores de acordo com as normas de funcionamento do setor onde atua;
- Atender a outras atribuições correlatas determinadas por seu superior imediato.

TÍTULO PROPOSTO: ZELADOR DE ESCOLA

Código: 3.19

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalhos de zeladoria nas dependências e instalações da rede municipal de ensino, assegurando serviços de jardinagem, limpeza, manutenção e reparo dos espaços, controle de entrada e saída de pessoal, procedimentos de segurança e serviços de apoio, de acordo com a sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar a limpeza e manutenção de prédios escolares;
- Preservar, cultivar, ornamentar jardins;
- Auxiliar na manutenção de hortas escolares;
- Carregar e descarregar veículos em geral, transportar mercadorias e materiais de construção, bem como todos os demais serviços braçais;
- Realizar pequenos reparos no espaço físico dos prédios e bens

materiais, procurando mantê-los em funcionamento;

- Reparar os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias;
- Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões ou portas de acesso das dependências onde atua, verificando as autorizações para o ingresso nos referidos locais, vedando a entrada às pessoas não autorizadas;
- Verificar, ao final das atividades, a segurança das instalações, em especial, se portas e janelas estão devidamente fechadas;
- Assegurar medidas de segurança relativas a incêndios, segurança, vandalismo e furtos;
- Fazer ronda de inspeção em intervalos fixados;
- Responsabilizar-se pelos materiais e equipamentos sob sua guarda;
- Colaborar no bom funcionamento dos espaços sobre sua responsabilidade;
- Informar aos superiores a existência de problemas e ocorrências relacionados a equipamentos e infraestrutura do local onde atua;
- Cumprir as determinações superiores de acordo com as normas de funcionamento do setor onde atua;
- Atender a outras atribuições correlatas determinadas por seu superior imediato.

CARGOS ISOLADOS

DESEMPENHO PROFISSIONAL:

Os ocupantes dos cargos abaixo descritos deverão ser capazes de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrando capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutive, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.

VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA:

Os ocupantes dos cargos abaixo estão funcionalmente vinculados à Secretaria na qual estão lotados conforme portaria de nomeação, devendo se reportar ao imediato hierárquico, ao qual deve subordinação profissional, e perante o qual apresenta relatórios das tarefas que lhe são atribuídas.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Código: 4.01

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas básicas de informações a indivíduos e grupos, visando a instrução da população em geral para a prevenção de doenças;
- Atuar nas comunidades pertencentes ao município;
- Orientar a população em geral sobre a importância da higiene e cuidados básicos e/ou primários para a prevenção de doenças;
- Efetuar visitas domiciliares, conforme necessidades, seguindo instruções de seus superiores;
- Preparar o paciente, verificando os sinais vitais, pesando, medindo pressão arterial e verificando a temperatura;
- Realizar trabalhos relativos a vigilância epidemiológica, difundindo informações;
- Atuar em campanhas de prevenção de doenças;
- Elaborar relatórios de acordo com as atividades executadas, que permitam levantar dados estatísticos e para comparação do trabalho;

- Inspeccionar estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações e os comestíveis fornecidos aos alunos, para assegurar as medidas profiláticas necessárias;
- Organizar o fichário, fazendo a distribuição e arquivamento de fichas, sobre as atividades desempenhadas pela sua função;
- Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
- Realizar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato;

TÍTULO DO CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS

Código: 4.02

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Analisar, controlar e realizar manutenção das rotinas de data warehouse, incluindo novas funcionalidades e testes de softwares. Diagnosticar requisições de manutenção e de novas demandas, realizando as fases especificação de requisitos, elaboração, desenvolvimento e homologação do sistema.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Efetuar o diagnóstico das requisições realizadas indicando a viabilidade da implantação.
- Atuar em atividades de instalação, desinstalação e manutenção de sistemas utilizados pelos órgãos públicos municipais.
- Gerar a documentação técnica, identificando rotinas e processos, com suas respectivas passos para a execução de rotinas de software.
- Gerenciar na configuração dos artefatos de software e documentos, realizando a integração dos sistemas com o banco de dados.
- Instalar e configurar softwares diversos, além de auxiliar na validação desses softwares nos sistemas operacionais e banco de dados instalados.
- Gerar relatórios diversos, com diagnósticos e soluções a problemas de software e hardware encontrado.
- Realizar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato;

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Código: 4.03

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atendimento, orientação e encaminhamento de usuários de serviços públicos; Executar serviços administrativos de média complexidade, redigir e digitar documentos, alimentar banco de dados utilizando software's diversos, dentre outras atividades definidas em regulamento.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atuar, efetuar os trabalhos de média complexidade.
- Elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores.
- Analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias.
- Levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos.
- Atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis.
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho.
- Emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos.

- Controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos.
- Conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade.
- Executar outras tarefas correlatas a suas funções de acordo com determinações superiores imediatas.

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE DE FARMÁCIA
Código: 4.04

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atendimento e orientação os usuários de serviços públicos que procuram as farmácias das unidades de saúde do município. Preencher relatórios e controles de estoque e entrega de medicamentos. Auxiliar o farmacêutico nas atividades atribuídas a sua função.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar um trabalho qualificado na área de saúde pública;
- Organizar e manter eficientemente o atendimento e a organização de farmácia;
- Receber, entregar, guardar, distribuir e controlar a entrada e saída de medicamentos, após autorização competente, segundo requisições e prescrições;
- Elaborar mapas de controle de estoque e listagem para aquisição de medicamentos e material de consumo ambulatorial e hospitalar;
- Zelar pela limpeza e conservação do ambiente da farmácia e depósito;
- Desempenhar outras atividades correlatas a sua função, determinadas pelo seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Código: 4.05 - 4.07

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver tarefas na área administrativa e executar atividades auxiliares do serviço de administração realizando trabalhos administrativos de rotina básica, tais como a organização de documentos, manutenção de controles, atendimento ao público, serviços de suporte técnico-administrativo auxílio a superiores hierárquicos e outros funcionários da administração, operação de máquinas e equipamentos, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividade-meio desenvolvidas pela administração;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Controlar a entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da

ordem nos ambientes;

- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Elaborar cálculos matemáticos referentes ao nível do segundo grau escolar, tais como: porcentagens, juros, frações e equações de segundo grau;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas.
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Conferir lançamentos e registros documentais referentes a pagamentos, tributos, recebimentos, etc;
- Classificar contas e registros de acordo com as especificações necessárias e previstas em planos de contas, manuais e legislação;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, pedidos de compras, controle de estoque, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECÁRIO
Código: 4.06

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar o atendimento ao público, serviços administrativos e rotinas de bibliotecas, empréstimos de publicações e orientação no uso das bibliotecas públicas do município.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar empréstimos de publicações;
- Atender as necessidades informacionais dos usuários da Biblioteca;
- Localizar publicações no acervo institucional;
- Atuar na biblioteca infantil com atividades de orientação de leitura e empréstimos de publicações.
- Ordenar e organizar estantes e coleções;
- Registrar publicações periódicas;
- Realizar serviços auxiliares de processamento técnico;
- Preparo de publicações para circulação;
- Realizar serviços de digitalização de dados de publicações no sistema de informatização da Biblioteca;
- Coletar dados e elaborar relatórios estatísticos;
- Ajudar na elaboração de murais, folhetos, cartazes, dentre outras atividades de caráter informativo, com a finalidade de divulgação da biblioteca;
- Realizar atividades administrativas da Biblioteca.
- Desempenhar outras atividades correlatas com suas funções, determinadas pelo seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Código: 4.07

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar serviço de limpeza de vias urbanas, limpeza de imóveis e escolas do município. Auxiliar nos serviços de manutenção e obras públicas. Realizar a coleta do lixo e sua separação no Centro de Triagem de Resíduos Sólidos. Atuar em qualquer órgão público municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar a limpeza e a conservação das instalações e equipamentos dos prédios onde funcionam as unidades da Prefeitura;
- Executar eventuais mandados, fazer chá ou café assim como servi-los, servir águas e tarefas correlatas;
- Carregar e descarregar móveis e equipamentos em veículos;
- Executar tarefas manuais simples que exijam esforço físico, certos conhecimentos e habilidades elementares;
- Efetuar a coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial;
- Varrer as vias e logradouros públicos;
- Recolher o lixo em vias e logradouros públicos;
- Realizar a correta separação do lixo (plásticos, alumínio, vidros, papéis, rejeitos) no Centro de Triagem de Resíduos Sólidos do município;
- Executar tarefas de limpeza em geral, inclusive com remoção de entulhos;
- Carregar e descarregar veículos de transporte de lixo;
- Limpar terrenos, limpar e conservar galerias, esgotos e canais;
- Incinerar lixo;
- Efetuar a demolição de construções irregulares e remover material e sobras de construções jogadas em vias públicas;
- Auxiliar na construção de andaimes, palanques e outras;
- Executar tarefas braçais como: abrir valas, tapar buracos, capinar, roçar, quebrar pedras, limpar ralos, auxiliar na pintura de sinalizações, auxiliar no plantio, adubagem e poda, operar máquinas manuais e bater estacas, trabalhar com emulsão asfáltica, preparar argamassa e concreto;
- Executar limpeza de conservação e limpeza de cemitério, realizar limpeza e conservação em dependências escolares;
- Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo, determinadas por seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Código: 4.08

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Os ocupantes do cargo possuem como atribuições a execução dos serviços que se destinam a operacionalização de softwares e hardwares, desenvolvendo atividades de instalação, implantação, manutenção, documentação e suporte de sistemas de software e de hardware, bem como de executar serviços programados. Executar serviços de programação de computadores, processamento de dados, dando suporte técnico. Orientar os usuários para utilização dos softwares e hardwares.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Instalar e configurar programas de computador, conforme definição do analista de sistemas;
- Configurar softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização;
- Organizar e controlar os materiais necessários para a execução das tarefas de operação, ordem de serviço, resultados dos processamentos, suprimentos e bibliografia;
- Operar equipamentos de processamento automatizados de dados, mantendo ativa toda a malha de dispositivos conectados;
- Interpretar as mensagens exibidas no monitor, adotando as medidas necessárias;
- Notificar e informar aos usuários do sistema ou ao analista de

informática, sobre qualquer falha ocorrida;

- Executar e controlar os serviços de processamento de dados nos equipamentos que opera;
- Executar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes e componentes;
- Administrar cópias de segurança, impressão e segurança dos equipamentos em sua área de atuação;
- Executar o controle dos fluxos de atividades, preparação e acompanhamento da fase de processamento dos serviços e/ou monitoramento do funcionamento de redes de computadores;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Controlar e zelar pela correta utilização dos equipamentos;
- Realizar treinamento em área de seu conhecimento;
- Auxiliar na execução de planos de manutenção, dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemas operacionais;
- Elaborar, atualizar e manter a documentação técnica necessária para a operação e manutenção das redes de computadores;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, solicitadas pelo seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: CARPINTEIRO

Código: 4.09

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Efetuar trabalhos de carpintaria, cortando, armando, instalando e reparando peças de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Construir, encaixar e manter no local das obras, armações de madeira dos edifícios e das obras similares, utilizando processos e ferramentas adequadas para compor alvenarias, armações de telhado, andaimes e elementos afins;
- Instalar e ajustar esquadrias de madeira e outras peças tais como: janelas, portas, escadas, rodapés, divisórias e forros;
- Construir formas de madeira para obras e serviços em gerais;
- Reparar elementos de madeira, substituir total ou parcialmente, peças desajustadas ou deterioradas ou fixando partes soltas;
- Aferir ferramentas de corte;
- Pode especializar-se em determinado tipo de trabalho de obras a ser designado de acordo com a especialização;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, solicitadas pelo seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: COVEIRO

Código: 4.10

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar serviço de manutenção, limpeza e fiscalização de cemitérios, bem como os relativos aos sepultamentos. Realizar a abertura e fechamento de sepulturas.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Auxiliar nos serviços funerários;
- Construir, preparar, limpar, abrir e fechar sepulturas;
- Realizar sepultamentos, auxiliar no traslado de corpos e despojos;
- Assentar tijolos, preparar e utilizar massa de cimento e concreto quando necessário;
- Conservar cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho;
- Zelar pela segurança do cemitério;
- Executar outras tarefas correlatas, solicitadas pelo seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL GERAL
Código: 4.11

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar tarefas inerentes à área de fiscalização de obras, posturas, tributária, sanitária, transporte, trânsito, pavimentação e galerias, e outros serviços de fiscalização das ações públicas do município.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Proceder à verificação e orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares;
- Orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos;
- Verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se";
- Verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado;
- Intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas ao violadores da legislação urbanística;
- Efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido;
- Efetuar a fiscalização em construções, verificando o cumprimento das normas gerais estabelecidas pelo Código de Obras do Município;
- Acompanhar os arquitetos e engenheiros da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município;
- Efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados;
- Fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município;
- Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;
- Expedir notificações preliminares e autos de infração referentes ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município;
- Verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam;
- Verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida;
- Verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias;
- Realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento;
- Verificar e orientar o cumprimento das posturas municipais;
- Intimar, notificar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores das posturas municipais;
- Fiscalizar o horário de funcionamento das feiras e suas instalação em locais permitidos;
- Verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto a permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto a observância de aspectos estéticos;
- Verificar a regularidade da exibição e utilização dos anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como propaganda comercial fixa, em muros, tapumes vitrines e outros;
- Aprender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos;

- Receber as mercadorias apreendidas e guardá-las em local determinado, devolvendo-as mediante o cumprimento as formalidades legais;
- Verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais;
- Verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos;
- Verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado;
- Verificar as violações às normas sobre poluição sonoras, uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, auto falantes, bandas de música, entre outras;
- Efetuar levantamento sócio econômico em processos de licença ambulante;
- Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;
- Efetuar plantões noturnos, finais de semanas e feriados para fiscalização da regularidade do licenciamento, bem como o cumprimento das normas gerais de fiscalização;
- Efetuar interdição temporária ou definitiva, quando o exercício de atividades comerciais, industriais, diversões públicas e outros, causam incômodo e/ou perigo, contrariando a legislação vigente;
- Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;
- Entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas;
- Executar outras tarefas correlatas a função, quando solicitado pelo superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO
Código: 4.12

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Fiscaliza o cumprimento da legislação tributária; constitui o crédito tributário mediante lançamento; controla a arrecadação e promove a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisa, informa e fiscaliza os tributos municipais, através de procedimentos administrativos fiscais; organiza o sistema de informações cadastrais; realiza diligências; atende e orienta contribuintes sobre a legislação tributária municipal e outros serviços correlatos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Presta informações sobre impostos, contribuições e taxas municipais aos contribuintes;
- Executar as tarefas de fiscalização, lançamento e arrecadação de tributos municipais, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, quanto a regularidade fiscal determinada na legislação vigente, examinando alvarás de localização e funcionamento, Faturas, Livros, Notas Fiscais e qualquer outro documento necessário a constituição do crédito tributário;
- Realizar operações especiais, em estabelecimentos industriais, comerciais e serviços na prevenção do cumprimento da legislação, visando a manutenção dos costumes e da ordem pública;
- Executar os procedimentos de fiscalização desde a abertura do processo fiscal até o encerramento, em conformidade com a legislação municipal prestando informações sobre os mesmos quando solicitado;
- Manter-se informado a respeito da política de fiscalização adotadas pela área responsável pela Tributação e legislações pertinentes, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas;
- Analisar, informar e orientar a chefia imediata sobre as empresas e demais atividades com prioridade de fiscalização;

- Analisar, informar e orientar a chefia imediata na determinação das ações fiscais de rotina, promovendo a identificação e o estabelecimento de metas fiscais visando o cumprimento das mesmas e o incremento da arrecadação;
- Analisar e emitir informação técnica no processo fiscal, após o seu encerramento e antes da ciência ao contribuinte;
- Analisar, informar e orientar nos procedimentos de: denúncia espontânea, consulta, impugnação, recursos e na concessão de incentivos fiscais;
- Emitir certidões e documentos de regularidade fiscal;
- Analisar e autorizar a confecção de documentos fiscais;
- Analisar e emitir autorização nos pedido de inscrição no cadastro mobiliário e imobiliário;
- Analisar, informar e orientar a chefia imediata sobre o sistema de cadastro mobiliário e imobiliário, verificando e atualizando as informações;
- Analisar, informar e orientar na determinação das empresas que necessitam de regime especial de fiscalização, acompanhando o seu comportamento fiscal;
- Analisar, informar e promover a inscrição dos débitos na dívida ativa, após o prazo legal para pagamento;
- Efetuar os procedimentos para a arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa, classificando e orientando a chefia imediata sobre os contribuintes com prioridade de cobrança;
- Analisar, informar e emitir a certidão do executivo fiscal;
- Realizar a previsão da receita tributária para fins orçamentários;
- Subsidiar a justiça nos processos tributários;
- Realizar procedimentos e auditoria na rede arrecadadora, emitindo relatórios de acompanhamento das receitas;
- Promover a atualização anual da Planta Genérica de Valores Imobiliários;
- Analisar, lançar, notificar e promover a arrecadação dos valores de Contribuição de Melhoria e de Iluminação Pública;
- Analisar, informar e orientar na identificação dos contribuintes com parcelamento em atraso não permitindo o parcelamento de contribuintes inadimplentes;
- Pesquisar e orientar na modernização da legislação tributária em vigor;
- Executar outras tarefas correlatas a função, solicitadas por seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: MOTORISTA, MOTORISTA I, MOTORISTA II
Código: 4.13 - 4.14 - 4.15

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo. Visitar o veículo sob sua responsabilidade; dirigir o veículo observando as normas de trânsito, responsabilizando-se pelos usuários e cargas orgânicas e/ou inorgânicas conduzidas; providenciar a manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando os reparos necessários; efetuar reparos de emergência no veículo; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Dirigir veículos transportando pessoas, materiais e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança;
- Cumprir escala de trabalho;
- Verificar o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;
- Prestar ajuda no carregamento e descarregamento de materiais, encaminhando-os ao local destinado;
- Preencher relatórios de utilização do veículo, controle de frota, com dados relativos a quilometragem,

horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho.

- Auxiliar o médico e ou paramédico em emergências, quando o veículo utilizado sob sua responsabilidade for uma ambulância;
- Providenciar reposição de materiais médico-hospitalares utilizados na ambulância conforme solicitado;
- Informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- Operar equipamentos pesados, tratores e caminhões com equipamentos acoplados ou não e executar sua manutenção periódica;
- Abastecer o veículo regularmente, verificando sempre o nível de combustível;
- Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículos, bem como prazos ou quilometragem para revisões;
- Zelar pela conservação e segurança dos veículos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- Possuir a Carteira Nacional de Habilitação, na categoria exigida para o veículo, ônibus ou caminhão que for utilizar ou que estiver sob sua responsabilidade;
- Providenciar a Carteira Nacional de Habilitação, na categoria exigida, para o veículo, ônibus ou caminhão que for utilizar;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, solicitadas por seu superior hierárquico.

TÍTULO DO CARGO: OFICIAL ADMINISTRATIVO, OFICIAL ADMINISTRATIVO II

Código: 4.16 - 4.17

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Efetua diversas tarefas burocráticas, conferindo documentos, preparando correspondências, atualizando registro, manipulando máquinas de escritório e microcomputador e atendendo ao público em geral, seguindo as rotinas estabelecidas, bem como procede a pesquisa e planejamento referentes a administração de pessoal, material, orçamento, organização e métodos, e apresentando soluções para situações novas, a fim de contribuir para implementação de leis, regulamentos e normas referentes a administração geral e específica, e para compatibilização dos programas administrativos com as demais medidas em operação, utilizando-se de softwares para a execução dos trabalhos inerentes a sua função.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Proceder estudos específicos, coletando e analisando dados e examinando trabalhos especializados sobre administração, para colaborar nos trabalhos técnicos relativos a projetos básicos de ação, e para se atualizar em questões relativas a aplicação de leis e regulamentos sobre assuntos gerais na área da administração;
- Preencher documentos gerais, utilizados no setor em que estiver atuando, obtendo sempre a assinatura do responsável;
- Redigir e digitar textos, ofícios, circulares, comunicados e demais assuntos do setor em que estiver atuando sempre que necessário;
- Efetuar cálculos para obter informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;
- Operar computadores, máquinas eletrônicas, telefones e fax;
- Atualizar fichários e arquivos, mantendo a ordem dos documentos;
- Atender ao público informando sobre requerimentos, a assuntos de interesse da pessoa a ser atendida;
- Consultar e coletar documentos, arquivos e fichários, sempre que necessário;
- Redigir cartas, comunicados, informativos e outros tipos de

comunicação de interesse do município;

- Verificar protocolos de requerimento, comunicando seu superior hierárquico quando ao conteúdo e resposta referente a solicitação, encaminhando ao setor responsável, quando o assunto não for de sua responsabilidade;

- Tomar parte em estudos referentes a atribuições de cargos ou empregos do quadro dos Servidores, quando atuar no setor de pessoal;

Atuar na programação e elaboração das atividades de seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, quando trabalhar no setor de pessoal, consultando dados já existentes e colaborando na análise e colheita de novos informes, a fim de contribuir para o melhoramento das práticas em uso;

- Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

- Executar trabalhos e rotinas administrativas diversas, correlatas com sua área de atuação;

- Executar outras tarefas correlatas a sua função, determinadas pelo seu superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

Código: 4.18

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Operar equipamentos rodoviários e máquinas pesadas mais complexas, executando serviços rotineiros realizados pelo equipamento ou máquina que estiver utilizando. Executar trabalhos que requerem constante esforço físico para operação de máquinas pesadas. Trabalhar observando o bom andamento das tarefas e o bom desempenho da máquina. Pode executar pequenos reparos no equipamento ou máquina, sob sua responsabilidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Operar equipamentos e máquinas diversas, pertencentes ao município, tais como: retroescavadeiras hidráulicas, carregadeiras, escavadeiras hidráulicas, pá carregadeira, rolos compactadores, esteiras e motoniveladoras;

- Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos;

- Abrir valetas e cortar terreno inclinado;

- Operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes;

- Operar máquinas de compactação, varredouras mecânicas, etc.;

- Comprimir com rolo compressor compactador cancha para calçamento ou asfaltamento;

- Auxiliar no conserto de máquinas, lavrar e discar terras, preparando-as para o plantio;

- Cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos;

- Executar tarefas afins, inerentes a sua função, determinadas pelo superior imediato.

TÍTULO DO CARGO: VIGILANTE SANITÁRIO

Código: 4.19

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar o controle sanitário de bens de consumo, serviços e ambientes de interesse à saúde, em consonância com as diretrizes e princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde, através do exercício do poder de polícia, desenvolvendo ações que visam a orientar, disciplinar, controlar e fiscalizar estes objetos, de acordo com a legislação, bem como, gerar informação para subsidiar a tomada de decisões com a finalidade de proteção e defesa da saúde da população.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área da saúde;

- Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;

- Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;

- Fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;

- Fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;

- Fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias;

- Fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;

- Fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais;

- Encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;

- Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;

- Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;

- Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;

- Expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;

- Executar e/ou participar de ações de Vigilância Sanitária em articulação direta com as de Vigilância Epidemiológica e Atenção à Saúde, incluindo as relativas à Saúde do Trabalhador, Controle de Zoonoses e ao Meio Ambiente;

- Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;

- Exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública;

- Elaborar réplica fiscal em processos oriundos de atos em decorrência do poder de polícia sanitária do Município;

- Relatar ou proferir voto nos processos relativos aos créditos do Município, enquanto membros de Juntas de Julgamentos e de Recursos Fiscais Sanitários;

- Executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata;

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO VI

SERVIDORES EM GERAL

QUESITOS REFERENCIAIS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO APLICADO, PELAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO, PARA TODOS OS PROFISSIONAIS AVALIADOS

Os quesitos referenciais de avaliação devem ser aplicados pela Comissão de Avaliação, de modo subsidiário quando da aplicação do instrumento de avaliação específico (FICHA DE AVALIAÇÃO própria). Os quesitos propostos são elementos mínimos à avaliação do desempenho profissional de todos os servidores.

I - CAPACIDADE DE LIDERANÇA, COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

- Compreender as funções que lhe são atribuídas conforme a área de responsabilidade;
- Executar com diligência as atribuições que lhe cabem.
- Ser capaz de atuar em equipe no cumprimento dos objetivos e metas;
- Envolver-se na consecução dos objetivos da área;
- Agir com transparência e ponderação;
- Seguir normas e medidas pré-estabelecidas para a consecução das atividades;
- Planejar e executar as atividades, estabelecendo adequadamente as etapas;

II - ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL, QUALIDADE, REALIZAÇÃO DE METAS

- Manter-se atualizado com vistas a assegurar padrões de qualidade, eficiência e eficácia no desenvolvimento dos processos e demandas inerentes à sua área de atuação;
- Contribuir com ações inovadoras que propiciem a melhoria dos processos e atividades;
- Colaborar com todos os profissionais da sua área, na busca de soluções para os problemas e desafios, zelando pela qualidade no serviço público;
- Auxiliar no cumprimento de objetivos e metas estabelecidos na sua área de atuação.

III - GESTÃO DE PRAZOS, RECURSOS, MATERIAIS

- Cumprir prazos e determinações estabelecidos pelo sistema;
- Zelar pelo patrimônio e equipamentos da instituição;
- Utilizar e zelar responsavelmente pelos bens e materiais disponíveis;
- Evitar desperdício de materiais assegurando o uso racional e sustentável de recursos;
- Auxiliar o sistema na aplicação racional dos recursos disponíveis.

IV - COMUNICAÇÃO, RELACIONAMENTO E CRIATIVIDADE

- Organizar na sua área, o relacionamento entre a administração e o público interessado (comunidade);
- Auxiliar na promoção de ações que asseguram processos de integração e cooperação entre setores e o meio (público alvo);
- Estabelecer comunicação eficiente em relação ao conjunto do meio onde atua;
- Exercer suas funções com espírito de criatividade, dinamismo e dedicação.

V - ETICA

- Prezar pela qualidade e eficiência no desenvolvimento dos processos e desenvolvimento das atividades assegurando a construção dos processos, a responsabilidade na execução das suas atribuições e a colaboração com o conjunto da administração;
- Resguardar fatos de interesse da administração, agindo com moderação e discrição.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO VII

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PRODUZIDO PELA CHEFIA
SERVIDORES EM GERAL

Nome do avaliado: _____
Setor de lotação conforme portaria: _____
Carga horária: _____
Período de avaliação: _____
Ingresso do servidor em ____/____/____

01 Como o responsável imediato da área de atuação avalia o desempenho do profissional avaliado em relação ao bloco denominado "OBRIGAÇÕES LEGAIS" conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o avaliador deverá avaliar acerca dos 10 (dez) aspectos relacionados a este eixo.

02 Como o responsável imediato da área de atuação avalia o desempenho do profissional avaliado em relação ao bloco denominado "FORMAÇÃO PESSOAL - APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO" conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o avaliador deverá avaliar acerca dos 07 (sete) aspectos relacionados a este eixo.

03 Como o responsável imediato da área de atuação avalia o desempenho do profissional avaliado em relação ao bloco denominado "DESEMPENHO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS" conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o avaliador deverá avaliar acerca dos 12 (doze) aspectos relacionados a este eixo.

04 Como o responsável imediato da área de atuação avalia o desempenho do profissional avaliado em relação ao bloco denominado "RELACIONAMENTO INTERPESSOAL" conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o avaliador deverá avaliar acerca dos 06 (seis) aspectos relacionados a este eixo.

05 Espaço para outras considerações pessoais do avaliador.

PODE SER EFETUADO EM ESPAÇO PRÓPRIO, IDENTIFICADO, DATADO E ASSINADO.

Assinatura do avaliador: _____
Data: ____/____/____.
ANEXO VIII

AUTOAVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROFISSIONAL AVALIADO SERVIDORES EM GERAL

Nome do avaliado: _____
Setor de lotação conforme portaria: _____
Carga horária: _____
Período de avaliação: _____
Ingresso do servidor em ____/____/____

01 Como você avalia o seu desempenho profissional em relação ao bloco denominado "OBRIGAÇÕES LEGAIS" conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o profissional poderá avaliar-se sobre os 10 (dez) aspectos relacionados a este eixo.

02 Como você avalia o seu desempenho profissional em relação ao bloco denominado "FORMAÇÃO PESSOAL - APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO", conforme questionário de avaliação (Anexo XX) Neste bloco o profissional poderá avaliar-se sobre os 07 (sete) aspectos relacionados a este eixo.

03 Como você avalia o seu desempenho profissional em relação ao bloco denominado "DESEMPENHO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS", conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o profissional poderá avaliar-se sobre os 12 (doze) aspectos relacionados a este eixo.

04 Como você avalia o seu desempenho profissional em relação ao bloco denominado "RELACIONAMENTO INTERPESSOAL", conforme questionário de avaliação (Anexo XX). Neste bloco o profissional poderá avaliar-se sobre os 06 (seis) aspectos relacionados a este eixo.

05 Espaço para outras considerações pessoais do avaliador.

PODE SER EFETUADO EM ESPAÇO PRÓPRIO, IDENTIFICADO, DATADO E ASSINADO

Assinatura do avaliado: _____

Data: ____/____/____.

Visto de recepção: _____

Data: ____/____/____.

ANEXO IX

FICHA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO SERVIDORES EM GERAL

DADOS DO SERVIDOR

Nome: _____

Setor de lotação conforme portaria: _____

Carga horária: _____

Período de avaliação: _____

Ingresso do servidor em ____/____/____

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO PARA A EQUIPE DE AVALIAÇÃO:

- Ler atentamente todo o questionário, preenchendo-a com imparcialidade.
- Julgar cada fator, separadamente, sem considerar a impressão geral que tenha sobre o servidor.
- Na avaliação dos quesitos será considerado, na escala de 1 a 4, as seguintes expressões:

1 Ponto = Insuficiente	2 Pontos = Regular	3 Pontos = Bom	4 Pontos = Muito Bom
---------------------------	-----------------------	-------------------	-------------------------

	I - OBRIGAÇÕES LEGAIS São os indicativos e requisitos mínimos para avaliar a atividade para a qual o servidor foi contratado no que tange ao estabelecido pela legislação. Trata do cumprimento de obrigações profissionais decorrentes da relação contratual e do bom desempenho necessário à função.	Pontos
01	Cumprir adequadamente suas atividades profissionais dentro dos prazos, normas, rotinas e métodos previamente estabelecidos.	
02	Demonstra comprometimento na execução das atividades de sua competência, exercendo com qualidade as atividades decorrentes de suas atribuições funcionais.	
03	Age com responsabilidade, respeito e correta realização de duas suas atribuições profissionais.	
04	Entrega no prazo e com eficácia, relatórios, planilhas e demandas que lhe são incumbidas por atribuição profissional e/ou determinação superior.	
05	Permanece no local de trabalho durante o expediente, cumprindo com pontualidade os horários.	
06	Informa e/ou solicita autorização da chefia imediata para ausentar-se do local de trabalho por motivos justificados.	
07	Participa de reuniões e/ou convocações tanto no horário de atividade quanto em período extra turno, participando com comprometimento das reuniões, ações e atividades promovidas pelo setor de trabalho.	

08	Zela pelo patrimônio da administração no setor onde atua, evitando desperdício de material, otimizando os recursos disponíveis.	
09	Cumprir as normas e orientações relacionadas ao bom funcionamento da sua área de atuação profissional e desempenho de suas funções.	
10	Mantém contatos e registros, arquivos e materiais necessários à boa execução das rotinas de trabalho e o bom desempenho de suas atividades profissionais, atualizando os mesmos, sempre que necessário.	
	TOTAL DE PONTOS (Item I)	

	II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL - APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO São os indicativos e requisitos mínimos para avaliar a atividade para a qual o servidor foi contratado no que tange à sua capacidade de exercício profissional. Verifica se o desempenho das funções decorre de acordo com procedimentos e métodos existentes na área e afere a capacidade de aperfeiçoamento do servidor.	Pontos
01	Busca por iniciativa própria, aperfeiçoamento profissional participando de cursos, palestras e eventos na sua área de atuação.	
02	Participa ou demonstra interesse pelos cursos e eventos de qualificação profissional oferecidos pelo sistema ou disponíveis na sua área.	

03	Promove a socialização dos conhecimentos apreendidos em programas de treinamento, compartilhando-os em espaços coletivos de trabalho e/ou estudo.	
04	Demonstra a prática da leitura e atualização em conhecimentos gerais, como elementos do conhecimento que qualificam a sua capacidade teórica e prática profissional.	
05	Mantém-se atualizado em relação às inovações e conceitos técnico-metodológicos que são desenvolvidos em sua área de atuação.	
06	É capaz de operar equipamentos de informática, recursos de comunicação e outras tecnologias inerentes à sua atividade.	
07	Utiliza recursos tecnológicos, metodologias e procedimentos adequados no desenvolvimento das atividades da sua área de atuação.	
	TOTAL DE PONTOS (Item II)	

	III - DESEMPENHO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS São os indicativos e requisitos mínimos para avaliar a atividade para a qual o servidor foi contratado no que tange ao desempenho das atividades profissionais, aferindo a capacidade de realização, eficiência e a qualidade nos serviços prestados.	Pontos
--	--	--------

01	Executa adequadamente as atividades e tarefas inerentes à sua atribuição funcional, de acordo com a previsão legal demonstrando domínio quanto as aptidões necessárias ao desempenho profissional, buscando aperfeiçoamento quando necessário.	
02	Planeja e/ou controla adequadamente as tarefas e atividades que lhe são delegadas, fazendo-o por intermédio da fixação de metas e objetivos que permitem a sua execução com qualidade.	
03	Aplica corretamente os métodos de trabalho inerentes à sua área de atuação, diversificando e adequando os procedimentos quando necessário.	
04	Viabiliza as atividades profissionais mediante a execução de rotinas e procedimentos adequados à realização de suas funções, fazendo-o de modo integrado com o meio.	
05	Executa as atividades profissionais em estreita sintonia com metas estabelecidas pelo planejamento do setor ao qual está vinculado.	
06	Executa as tarefas e atribuições de acordo com os cronogramas e prazos estabelecidos pela área de sua lotação, fazendo-o em consonância com os responsáveis hierárquicos e demais profissionais relacionados.	
07	Identifica e melhora, através de seus conhecimentos, as práticas profissionais demonstrando comprometimento profissional com o meio.	

08	Realiza as suas atribuições com criatividade, dinamismo e responsabilidade, aproveitando o ambiente profissional como espaço de crescimento profissional e melhoria da qualidade do serviço público.	
09	Identifica, relata e encaminha demandas, proposições e problemas sobre atividades relacionadas à sua atribuição, colaborando com a melhoria no desempenho do serviço público.	
10	Elabora relatórios e organiza informações que auxiliam na transparência e qualidade da realização de suas atividades e na relação profissional entre servidores e departamentos.	
11	Executa as atribuições profissionais em consonância com os documentos legais e diretrizes do sistema: plano político, planejamento, sistema hierárquico e demais diretrizes legais e normativas.	
12	Demonstra disposição e abertura para o desenvolvimento interdisciplinar dos planejamentos, ações e atividades assegurando visão geral e integrada do serviço público.	
	TOTAL DE PONTOS (Item III)	

	IV - RELACIONAMENTO INTERPESSOAL São os indicativos e requisitos mínimos para avaliar a atividade para a qual o servidor foi contratado no que tange ao relacionamento interpessoal. Afere a sua capacidade de relacionamento e comunicação com o meio. Verifica também a qualidade da relação com o público com o qual se relaciona e a postura ético-profissional.	Pontos
01	Demonstra responsabilidade e postura ético-profissional.	
02	Resguarda fatos de interesse da administração, agindo com discrição e sigilo quando necessário - com relação ao meio, colegas, público.	
03	Relaciona-se bem com outros servidores, colegas, chefias e comunidade. É solidário com colegas na execução de tarefas.	
04	Está aberto para receber críticas, aceitar resultado de avaliações e sugestões que auxiliem no melhoramento de sua prática profissional.	
05	Troca experiências com outros colegas e os auxilia na busca de soluções relativas a problemas de trabalho.	
06	Promove um ambiente tranquilo e saudável em sua área de atuação e demais ambientes profissionais.	
	TOTAL DE PONTOS (Item IV)	

AVALIAÇÃO DA ASSIDUIDADE E LIMITE DE FALTAS:

Número de faltas:	Faltas : Zero	Uma	Duas	Três	+ de três	Assinatura e carimbo do responsável do setor.
() DIAS	Ponto s: 8	6	4	2	0	

Observação sobre as faltas:

1. O número de faltas será sempre preenchido pelo responsável do setor de RH.
2. Serão considerados como faltas para o cômputo desta tabela, todos os dias em que o servidor deixou de comparecer ao seu local de trabalho.
3. Mais de três faltas injustificadas no período avaliado acarretará em sanção disciplinar ao servidor.

OBSERVAÇÕES DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO

ASSINATURAS DA COMISSÃO:

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO X

SERVIDORES EM GERAL
BOLETIM DE AVALIAÇÃO

DADOS DO SERVIDOR

Nome do avaliado _____

Setor de lotação conforme portaria: _____

Período de avaliação: _____

NOTA FINAL ATRIBUIDA: (numeral e extenso)

Data: ____/____/____

Assinatura dos membros da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ou representante designado.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Lei 986/2014

LEI Nº 986 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua MAR nº 128, localizada no Bairro São Cristóvão no Município de Maracajá, passa a denominar-se Rua "ZÉLIO JOSÉ PEDRO".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
11 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 11 de Junho de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Portaria Legislativa 08/2014

PORTARIA Nº 008 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

Roldinei Dassoler da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Pública Municipal Efetiva, pertencente ao quadro de funcionários estáveis da Câmara de Vereadores, senhora Geovana Trevisol Teixeira, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora Financeira, referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/05/2014, com gozo em 02/06/2014 e término em 01/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Câmara Municipal de Maracajá, em 02 de junho de 2014.
Roldinei Dassoler da Silva
Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 02 de junho de 2014.

Maria Aparecida de Freitas Souza
Secretária

Decreto Legislativo 05/2014

DECRETO Nº 05 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ NOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, NA COPA DO MUNDO FIFA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roldinei Dassoler da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores, Municipal de Maracajá, usando das atribuições legais e de acordo com o artigo 73, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá e,

Considerando, a necessidade de se estabelecer novo horário de funcionamento da administração municipal no período da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014;

Considerando, que o Chefe do Poder Executivo Legislativo dispõe sobre a organização e o funcionamento das repartições da administração municipal;

Considerando, o interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de funcionamento dessa repartição pública da Administração Direta e Indireta do Poder Legislativo Municipal nos dias de realização dos jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, em expediente único, como segue:

I - a Secretaria desta Casa Legislativa, das 8:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas.

Art. 2º Aos servidores enquadrados neste ato, aplicar-se-ão as normas previstas na Lei Complementar nº 01 de 7 de outubro de 1997 - Estatuto dos Servidores do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de Junho de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Câmara Municipal de Vereadores,
09 de Junho de 2014.
Roldinei Dassoler da Silva
Presidente

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 09 de Junho de 2014.

Maria Aparecida de Freitas Souza
Secretária

Aviso da Licitação 37/2014 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 37/2014 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de julho a dezembro de 2014.

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 27/06/2014

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 27/06/2014
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 e das 13:00 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 12 de junho de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2913 de 05 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2913 DE 05 DE JUNHO DE 2014

Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA e estabelece outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor DECRETA:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA.

CAPÍTULO II

Do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCEI

Art. 2º O preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCEI deverá ser realizado:

I - pelas atividades ou empreendimentos constantes no Anexo III da Resolução CONSEMA nº 14/2012.

II - pelas atividades ou empreendimentos não constantes no Anexo III da Resolução CONSEMA nº 14/2012, nos casos em que se requeira manifestação da SEAMA, onde o FCEI se dará pela apresentação dos documentos com vista à obtenção da Declaração de Dispensa Ambiental (documentação no site da Prefeitura).

§ 1º No caso de empreendimentos ou atividades já licenciados, o cadastro no SINF da Prefeitura, mediante o preenchimento do FCEI, deverá ser efetuado por ocasião do pedido de renovação da licença.

§ 2º O preenchimento do formulário FCEI e a entrega de todos os documentos referidos no art. 10 deste Decreto constituem condições para a formalização do requerimento e sua posterior análise pela SEAMA.

§ 3º A formalização do requerimento constante do inciso I deste artigo somente se dará com a entrega de documento que confirme as coordenadas geográficas da atividade ou empreendimento.

Art. 3º O FCEI poderá ser obtido via Internet no site da FATMA ou da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

Art. 4º O empreendimento ou atividade cadastrada na forma do art. 2º deste Decreto e que não proceder à entrega da documentação, poderá ser objeto de ação fiscalizatória pela SEAMA.

Art. 5º Realizado o FCEI, o mesmo indicará, com base no código da atividade constante da listagem de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental e/ou atividades florestais, a Instrução Normativa - IN (disponível no site da FATMA e Prefeitura) aplicável ao licenciamento da atividade ou empreendimento, assim como o Termo de Referência - TR para os estudos ambientais necessários, para que seja dado início ao procedimento de licenciamento.

CAPÍTULO III

Do Licenciamento Ambiental

Art. 6º São passíveis de licenciamento ambiental pela SEAMA, por meio de Resolução do CONSEMA nº 31, de 03 de abril de 2014, as atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, constantes no Anexo III da Resolução CONSEMA nº 14/2012.

Art. 7º A expansão de atividade licenciada também necessita do competente licenciamento ambiental, nos termos de resolução do CONSEMA.

Art. 8º O licenciamento ordinário será efetuado por meio da emissão de Licença Ambiental Prévia - LAP, Licença Ambiental de Instalação - LAI e Licença Ambiental de Operação - LAO.

§ 1º A SEAMA poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LAP, LAI e LAO) em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o seguinte:

I - para a concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP, o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da formalização do requerimento, ressalvados os casos em que houver Estudo/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 120 (cento e vinte) dias;

II - para a concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI, o prazo máximo de 90 (noventa) dias; e

III - para a concessão da Licença de Operação - LAO, o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração de estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 3º A suspensão prevista no parágrafo anterior terá início com o recebimento, pelo empreendedor, da solicitação de elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos e findará com entrega deles no protocolo da SEAMA.

Art. 9º O procedimento interno de licenciamento ambiental deverá atender aos seguintes prazos, para processos em fase de LAP e LAI:

I - 05 (cinco) dias para a abertura do processo administrativo e encaminhamento ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente;

II - 05 (cinco) dias para a nomeação da equipe técnica e encaminhamento da documentação;

III - 50 (cinquenta) dias para a realização de vistoria técnica, análise dos documentos e estudos ambientais e elaboração do parecer técnico conclusivo, sendo que nos licenciamentos sujeitos a EIA/RIMA esse prazo será de 80 (oitenta) dias;

IV - 15 (quinze) dias para a realização de parecer jurídico, caso necessário;

V - 5 (cinco) dias para emissão da licença ou ato de indeferimento.

Parágrafo Único Os prazos a que se refere este artigo serão controlados por meio do SINF da Prefeitura.

Seção I

Da Abertura do Processo de Licenciamento Ambiental

Art. 10 A abertura do processo se dará com a entrega nos protocolos na sede da Prefeitura, durante o horário do expediente, de:

I - documentação completa prevista em Instrução Normativa - IN da FATMA e no Termo de Referência - TR aplicáveis ao licenciamento da atividade ou do empreendimento; e

II - localização do empreendimento ou atividade, por meio de suas coordenadas geográficas ou planas.

§ 3º Fica vedada a abertura e a tramitação de processos sem que sejam feitos os registros e atualizações correspondentes no SINF

da Prefeitura.

Art. 11 No caso de licenciamento de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, submetida a EIA/RIMA, o empreendedor deverá, antes da abertura do processo de licenciamento ambiental, protocolizar na sede da Prefeitura, por meio de ofício, termo de referência para o EIA/RIMA, que será submetido à análise e manifestação do corpo técnico e do COMDEMA.

§ 1º A protocolização do termo de referência não implica abertura do processo de licenciamento.

§ 2º A aprovação no parecer técnico do termo de referência pelo corpo técnico e COMDEMA não exclui a possibilidade de solicitação de estudos complementares ao EIA/RIMA apresentado pelo empreendedor, conforme disposto no § 2º do art. 8º deste Decreto.

Art. 12 Ao receber a documentação, o responsável pela abertura do processo deverá conferi-la, a fim de verificar sua adequação às exigências constantes em instrução normativa e termo de referência aplicáveis ao licenciamento da atividade ou empreendimento, efetuando a paginação sequencial, devidamente rubricada, nos casos em que a documentação esteja completa.

Parágrafo Único A documentação apresentada deverá ser ordenada na mesma sequência estabelecida por instrução normativa de que trata o caput.

Art. 13 Os processos de licenciamento, autorização ambiental, ou autorização para corte de vegetação, deverão tramitar, concomitantemente, em meio físico e no SINF da Prefeitura.

Parágrafo Único O SINF da Prefeitura gerará o número sequencial identificador do processo, assim como indicará o código da atividade.

Art. 14 Aberto o processo, deverá ser ele remetido ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente ou, nos casos de licenciamento de atividades ou empreendimentos submetidos a EIA/RIMA ou Estudo Ambiental Simplificado - EAS de porte Grande - G, atividades de produção de energia acima de 1,0 MW e autorização para corte e manejo de vegetação para área superior a 50 ha (cinquenta hectares), o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente encaminhará ao corpo técnico e COMDEMA.

Art. 15 Na hipótese de a atividade ou empreendimento abranger mais de um município, o licenciamento deverá ser remetido ao município que concentrar a maior área física do empreendimento.

Seção II

Da Instrução e Análise do Processo de Licenciamento

Art. 16 Aberto o processo, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente indicará o técnico ou equipe técnica responsável pela análise do procedimento de licenciamento.

Art. 17 Poderá ser solicitado formalmente à SEAMA, desde que justificado, apoio técnico ou jurídico.

§ 1º As solicitações de apoio técnico ou jurídico deverão ser encaminhadas à SEAMA e à Procuradoria Jurídica.

§ 2º Em razão da matéria submetida à análise, poderá ser solicitada à SEAMA a contratação de consultoria externa para apoiar a equipe técnica de análise e elaboração do parecer técnico conclusivo.

Art. 18. Durante o procedimento de licenciamento ambiental poderão ser realizadas reuniões técnicas entre a equipe da SEAMA

responsável pelo licenciamento ambiental e o empreendedor e/ou seus representantes.

Parágrafo Único As reuniões técnicas deverão ser documentadas por meio de ata, a ser juntada ao respectivo processo de licenciamento ambiental.

Art. 19 A ausência ou inadequação de documentos apresentados e necessários à análise do processo administrativo de licenciamento ou autorização ambiental não será razão suficiente para o seu imediato indeferimento, devendo ser notificado o empreendedor para que apresente os documentos faltantes ou substitua aqueles considerados inadequados em prazo razoável, nunca inferior a 10 (dez) dias.

Art. 20 O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, caso contrário, o processo de licenciamento ambiental será arquivado definitivamente.

Parágrafo Único O prazo estipulado no caput deste artigo poderá ser prorrogado desde que haja solicitação fundamentada do empreendedor e concordância expressa da SEAMA.

Art. 21 Toda documentação juntada ao processo deverá receber a paginação sequencial, devidamente rubricada.

Art. 22 É obrigatória a execução de prévia vistoria in loco durante o procedimento de licenciamento ambiental, devendo, após a sua realização, ser preenchido o Relatório de Vistoria, conforme modelo descrito no Anexo Único deste Decreto, o qual deverá ser anexado ao processo de licenciamento.

Parágrafo Único Poderá ser dispensada a realização de vistoria técnica para as atividades definidas em portaria pela SEAMA.

Art. 23 O técnico responsável pela análise do processo deverá verificar, antes da elaboração do parecer técnico conclusivo, a necessidade de:

I - solicitar ao empreendedor a apresentação da outorga preventiva de recursos hídricos, como requisito para a concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP;

II - solicitar ao empreendedor a apresentação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no caso de atividades ou empreendimentos em que os usos ou interferências nos recursos hídricos sejam necessários para sua implantação, como condição para a concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI;

III - solicitar ao empreendedor a apresentação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para a concessão da Licença Ambiental de Operação - LAO e sua renovação;

IV - solicitar anuência do órgão gestor da Unidade de Conservação - UC afetada, na forma da legislação vigente, sempre que a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental afetá-la ou sua zona de amortecimento, como condição para concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP; e

V - solicitar manifestação do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural nos casos de licenciamento ambiental com EIA/RIMA e/ou nos casos definidos por portaria da SEAMA.

Art. 24 Nos casos em que o pedido de Autorização de Corte - AuC de vegetação estiver vinculado a uma atividade licenciável, a AuC deve ser ela analisada com a Licença Ambiental Prévia - LAP e expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação - LAI ou Autorização Ambiental - AuA da atividade.

Art. 25 É obrigatória a elaboração de parecer técnico conclusivo, embasado na concessão ou indeferimento das licenças e autorizações, emitido pelo técnico ou equipe técnica responsável.

§ 1º A conclusão pelo indeferimento da licença ou autorização ambiental poderá fundamentar-se na insuficiência de subsídios técnicos, inviabilidade jurídica ou ambiental.

§ 2º As informações e os pareceres técnicos devem ser juntados ao processo físico.

§ 3º Após sua emissão, o parecer técnico referido no caput deste artigo deverá ser encaminhado ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, que irá deferir ou indeferir o pedido de licença ou autorização ambiental requerida.

Seção III

Do EIA/RIMA e sua Audiência Pública

Art. 26 Será obrigatória a realização de audiência pública para toda atividade ou empreendimento que exigir o EIA/RIMA, para fins de licenciamento ambiental.

Art. 27 A SEAMA, a partir da avaliação preliminar da adequação do EIA/RIMA, oficiará ao empreendedor para que ele publique edital no Diário Oficial do Estado e na imprensa local comunicando a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para consulta dos estudos.

Parágrafo Único A audiência pública somente poderá ser realizada após o decurso do prazo mencionado no caput deste artigo e seu agendamento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, na imprensa local e na página da Prefeitura, na Internet, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 28 A audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito, não possuindo caráter deliberativo.

Art. 29 A audiência pública deverá ocorrer em local acessível aos interessados, definido pela SEAMA, preferencialmente na localidade de instalação do empreendimento.

§ 1º Em função da localização geográfica do empreendimento e da complexidade do tema, a SEAMA poderá agendar mais de uma audiência pública sobre a mesma atividade submetida a EIA/RIMA.

§ 2º Deverá o empreendedor cumprir os requisitos exigidos pela SEAMA para a realização da audiência pública, constantes no Anexo Único deste Decreto, sob pena de adiamento da audiência pública.

Art. 30 A audiência pública será dirigida por representante da SEAMA que, após a exposição objetiva do projeto e do seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.

Art. 31 Ao final de cada audiência pública será lavrada ata sucinta.

§ 1º Serão anexados à ata todos os documentos escritos e assinados que forem entregues ao presidente dos trabalhos durante a sessão.

§ 2º No prazo de 07 (sete) dias após a realização da audiência pública, poderão ser encaminhadas manifestações escritas referentes à reunião pública.

Art. 32 A ata da audiência pública, seus anexos, assim como os documentos enviados na forma prevista no § 2º do artigo anterior, deverão ser considerados, juntamente com o EIA/RIMA, na elaboração do parecer técnico conclusivo.

Subseção Única

Das demais Audiências Públicas e das Reuniões Técnicas

Informativas

Art. 33 A SEAMA promoverá, sempre que julgar necessário, a realização de audiência pública nos casos de atividade/empreendimento passível de licenciamento mediante apresentação de EAS, cujo porte e potencial poluidor for Grande - G, antes da emissão da Licença Ambiental Prévia - LAP, ou quando for solicitado, motivadamente, por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

Art. 34 Nos processos de licenciamento ambiental, sempre que necessário, a SEAMA poderá determinar ao empreendedor a realização de reuniões técnicas informativas.

Seção IV**Do Deferimento ou Indeferimento do Pedido de Licenciamento**

Art. 35 Caberá ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente a decisão sobre o deferimento ou indeferimento da licença ou autorização ambiental dos processos de licenciamento ambiental.

Art. 36 Após o deferimento da licença ou autorização ambiental, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente elaborará a minuta de licença ou autorização, conforme o Anexo Único deste Decreto, com base na decisão proferida pelo corpo técnico.

Art. 37 No caso do indeferimento da licença ou autorização ambiental, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente elaborará o ato de indeferimento com base na decisão proferida pelo corpo técnico, que deverá ser encaminhado ao empreendedor.

Parágrafo Único O ato de indeferimento da licença ou autorização ambiental deverá ser inserido no SINF da Prefeitura.

Seção V**Da Emissão da Licença, Autorização ou Ato de Indeferimento**

Art. 38 As licenças e autorizações ambientais serão emitidas, conforme os modelos constantes no Anexo Único deste Decreto, nas seguintes denominações:

- I - Licença Ambiental Prévia - LAP;
- II - Licença Ambiental de Instalação - LAI;
- III - Licença Ambiental de Operação - LAO;
- IV - Autorização Ambiental - AuA;
- V - Autorização de Corte de Vegetação - AuC; e
- VI - Demais certidões.

Art. 39 Os prazos de validade, prorrogações e renovações de cada tipo de licença seguem o disposto na Seção V do Decreto nº 2.955, de 20 de janeiro de 2010 - FATMA.

Seção VI**Do Recurso Administrativo**

Art. 40 O empreendedor poderá impetrar recurso administrativo ao Gabinete do Prefeito Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias contados da comunicação do deferimento ou indeferimento do pedido de licença ou autorização ambiental.

§ 1º Havendo o deferimento do recurso, Gabinete do Prefeito Municipal remeterá o processo ao técnico ou à equipe responsável por sua análise, para as providências necessárias à emissão ou reformulação da licença ou autorização ambiental.

§ 2º Havendo o indeferimento do recurso administrativo, o empreendedor será notificado da decisão e o processo arquivado.

Art. 41 Ultrapassado o prazo recursal disposto no art. 40 deste Decreto, sem manifestação do empreendedor, o processo

administrativo deverá ser encaminhado para arquivamento.

Seção VII**Do Arquivamento**

Art. 42 Os processos administrativos de licenciamento ambiental com documentação incompleta deverão ser mantidos em arquivo por 05 (cinco) anos.

Art. 43 A consulta a qualquer processo administrativo arquivado deverá ser requerida formalmente Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, para consulta in loco nas unidades de arquivo.

Art. 44 Estão autorizados a fazer a retirada física do processo de licenciamento das dependências do arquivo da SEAMA, os técnicos responsáveis pela análise, os procuradores jurídicos, os auditores e controladores internos, os gerentes de licenciamento e o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 1º Os demais interessados na retirada física do processo de licenciamento das dependências do arquivo deverão encaminhar requerimento formal ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 2º Caso haja solicitação do Ministério Público ou do Poder Judiciário de remessa do processo de licenciamento original, será, quando necessária, providenciada sua cópia, que permanecerá na SEAMA.

CAPÍTULO IV**Das Disposições Finais**

Art. 45 Os prazos estabelecidos neste Decreto serão controlados por meio do SINF da Prefeitura.

Art. 46 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 05 de Junho de 2014

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO ÚNICO**DOCUMENTOS E ROTEIROS DO RITO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

1. Formato de coordenadas geográficas e planas

2. Exigências mínimas para audiências públicas

3. Relatórios de vistoria

3.1. Relatórios de Vistoria para LAP ou LAP/LAI

3.2. Relatórios de Vistoria de acompanhamento da LAI

3.3. Relatórios de Vistoria para primeira LAO

3.4. Relatórios de Vistoria para renovação de LAO

3.5. Relatórios de Vistoria para LAO Corretiva

3.6. Relatórios de Vistoria de acompanhamento de empreendimentos licenciados

4. Pareceres técnicos

4.1. Pareceres Técnicos para LAP

4.2. Pareceres Técnicos para LAP/LAI

4.3. Pareceres Técnicos para LAI

- 4.4. Pareceres Técnicos para LAO
4.5. Pareceres Técnicos para LAO corretiva

5. Licenças Ambientais

- 5.1. Licença Ambiental Prévia - LAP
5.2. Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI
5.3. Licença Ambiental de Instalação - LAI
5.4. Licença Ambiental de Operação - LAO

6. Documentos referentes ao Corte de Vegetação

- 6.1. Guia dos conteúdos do Relatório de Vistoria / Parecer Técnico para AuC
6.2. Modelo do formulário da Autorização de Corte de Vegetação
6.3. Modelo do formulário da Autorização Ambiental - AuA

1. Formato de coordenadas geográficas ou planas UTM

Coordenadas Geográficas:

Apresentados em graus, minutos e segundos.

Datum: SAD 69.

Referenciados a Greenwich, Longitude W; Latitude S.

Coordenadas Planas Universal Transversa Mercator - UTM

Apresentados sem decimais (exemplo: 627.412 E; 6.932.415 N)

Datum: SAD 69

Referenciados no Meridiano Central 51°W (500.000 m) e no Equador (10.000.000 m) - Fuso 22.

2. Exigências mínimas para audiências públicas

- Apresentar local fechado com capacidade para no mínimo 50 (cinquenta) pessoas sentadas, e com banheiros.
- Gravação audiovisual da audiência na íntegra.
- Colocação de duas faixas, de convite à audiência, conforme o modelo abaixo identificado.
- Circulação de carro ou moto de som volante no município em que está sendo proposto o empreendimento, um dia antes e no dia da realização da audiência, priorizando os bairros mais próximos do local em que está sendo proposto o empreendimento.
- Colocação de faixas e cartazes relativos à audiência, próximo ao local, e na área de influência do futuro empreendimento, com os dizeres:

CONVITE (modelo)
"Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA".
Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Unidade
LOCAL:
ENDEREÇO:
DATA:
HORÁRIO:

3. Relatórios de vistoria

3.1 Relatórios de Vistoria para LAP ou LAP/LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Topografia;
11. Observações sobre o solo;
12. Recursos hídricos;
13. Cobertura vegetal e biodiversidade;
14. Infraestruturas existentes no local;
15. Observações do entorno;
16. Outras observações e/ou informações relevantes;
17. Auto de infração;
18. Local, data e equipe técnica; e
19. Relatório fotográfico.

3.2 .Relatórios de Vistoria de acompanhamento da LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço/local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Situação do cronograma de execução da obra;
11. Atendimento aos projetos;
12. Conflitos nos procedimentos de implantação;
13. Acompanhamento dos programas ambientais;
14. Outras observações e/ou informações relevantes;
15. Auto de infração;
16. Local, data e equipe técnica; e
17. Relatório fotográfico.

3.3. Relatórios de Vistoria para primeira LAO

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Atendimento aos projetos aprovados;
11. Acompanhamento dos programas ambientais;
12. Outras observações e/ou informações relevantes;
13. Auto de infração;
14. Local, data e equipe técnica; e
15. Relatório fotográfico.

3.4. Relatórios de Vistoria para renovação de LAO

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do

empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Conformidade de operação;
11. Controles ambientais;
12. Acompanhamento dos programas ambientais;
13. Outras observações e/ou informações relevantes;
14. Auto de infração;
15. Local, data e equipe técnica; e
16. Relatório fotográfico.

3.5. Relatórios de Vistoria para LAO Corretiva**DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Situação ambiental da área;
11. Conformidade de operação;
12. Controles ambientais;
13. Uso de APP e existência de área verde;
14. Programas ambientais;
15. Outras observações e/ou informações relevantes;
16. Auto de infração;
17. Local, data e equipe técnica; e
18. Relatório fotográfico.

3.6. Relatórios de Vistoria de acompanhamento de empreendimentos licenciados**DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Aspectos objeto da vistoria;
11. Outras observações e/ou informações relevantes;
12. Auto de infração;
13. Local, data e equipe técnica;
14. Relatório fotográfico;

4. Pareceres técnicos**4.1. Pareceres Técnicos para LAP****DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;

5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de conservação;
16. Zona Costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Descrição e caracterização da área:
- Meio Físico;
- Meio Biótico;
- Meio Sócio-Econômico;
22. Aspectos florestais:
- Reserva Legal;
- Uso de APP;
- Autorização de Corte de Vegetação;
- Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção;
- Área verde;
23. Descrição dos principais impactos e medidas mitigadoras;
24. Programas ambientais;
25. Medidas compensatórias:
- Compensação pelo uso de APP;
- Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
- Compensação do SNUC;
26. Análise técnica;
27. Conclusão;
28. Condições específicas e condicionantes:
- Condições específicas da LAP;
- Condicionantes para LAI;
29. Documentos que fundamentam o parecer;
30. Local e data; e
31. Equipe técnica.

4.2. Pareceres Técnicos para LAP/LAI**DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
 21. Atividades da implantação;
 22. Descrição e caracterização da área:
 - Meio Físico;
 - Meio Biótico;
 - Meio Sócio-econômico;
 23. Aspectos florestais:
 - Reserva Legal;
 - Uso de APP;
 - Autorização de Corte de Vegetação;
 - Espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção;
 - Área verde;
 24. Descrição dos principais impactos e medidas mitigadoras;
 25. Controles Ambientais;
 26. Programas ambientais;
 27. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
 - Compensação do SNUC;
 28. Análise técnica;
 29. Conclusão;
 30. Condições específicas e condicionantes:
 - Condições específicas da LAP/LAI;
 - Condicionantes para LAO;
 31. Documentos que fundamentam o parecer;
 32. Local e data; e
 33. Equipe técnica.
 4.3. Pareceres Técnicos para LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Atividades da implantação;
22. Aspectos florestais;
23. Controles ambientais;
24. Programas ambientais;
25. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
 - Compensação do SNUC;
26. Atendimento das condições de validade da licença anterior
27. Análise técnica
28. Conclusão
29. Condições de validade e condicionantes
 - Condições de validade da LAI
 - Condicionantes para LAO
30. Documentos que fundamentam o parecer
31. Local e data

32. Equipe técnica

4.4. Pareceres Técnicos para LAO

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Aspectos florestais;
22. Controles ambientais;
23. Programas ambientais;
24. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
 - Compensação do SNUC;
25. Atendimento das condições de validade da licença anterior;
26. Análise técnica;
27. Conclusão;
28. Condições específicas e condicionantes:
 - Condições específicas da LAO;
 - Condicionantes da próxima LAO;
29. Documentos que fundamentam o parecer;
30. Local e data; e
31. Equipe técnica.

4.5. Pareceres Técnicos para LAO corretiva

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Aspectos florestais:
- Reserva Legal;
- Uso de APP;
- Área Verde;
22. Controles Ambientais;
23. Programas ambientais;
24. Medidas Compensatórias;
25. Análise técnica;
26. Conclusão;
27. Condições específicas e condicionantes:
- Condições específicas da LAO;
- Condicionantes da próxima LAO;
28. Documentos que fundamentam o parecer;
29. Local e data; e
30. Equipe técnica.

5. Licenças Ambientais

5.1. Licença Ambiental Prévia - LAP
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP nº /

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo III da Resolução CONSEMA nº 31, de 03 de abril de 2014, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental Prévia à:

Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de:

Descrição das atividades:
Códigos:
Nome do empreendimento:

Localizada em:

Endereço:
Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Viabilidade

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEAMA.
II. A SEAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 42 da Lei Estadual 14.675/09.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
-------------------------------------	---

Documentos anexos

--

Condições de validade:

1. Descrição do empreendimento;
2. Ações Mitigadoras;
3. Aspectos florestais;
4. Programas ambientais;
5. Medidas compensatórias;
6. Condições específicas;

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. A Licença Ambiental de Instalação - LAI deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.
V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEAMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.

5.2. Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP nº /

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo III da Resolução CONSEMA nº 31, de 03 de abril de 2014, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental Prévia com dispensa de Licença Ambiental de Instalação à:

Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição da atividade:
Códigos:
Nome do empreendimento:

Localizada em

Endereço:
Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Viabilidade e Instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional e de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Esta Licença dispensa a Licença Ambiental de Instalação - LAI.

II. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEAMA.

III. A SEAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

IV. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 42 da Lei Estadual 14.675/09.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data:	Nome Completo
Município, de de .	Cargo ocupado
	Nº de matrícula

Documentos anexos**Condições gerais de validade**

1. Descrição do empreendimento:
2. Atividades de implantação:
3. Aspectos florestais:
4. Ações mitigadoras:
5. Controles ambientais:
6. Programas ambientais:
7. Medidas compensatórias:
8. Autorização de Corte de Vegetação Nº:
9. Condições específicas:

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.
- V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

5.3.Licença Ambiental de Instalação - LAI

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI nº /

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo III da Resolução CONSEMA nº 31, de 03 de abril de 2014, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental de Instalação à:

Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento:

Localizada em

Endereço:
Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEAMA.

II. A SEAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 42 da Lei Estadual 14.675/09.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data:	Nome Completo
Município, de de .	Cargo ocupado
	Nº de matrícula

Documentos anexos**Condições gerais de validade**

1. Descrição do empreendimento:
2. Atividades da fase de implantação:
3. Aspectos florestais:
4. Controles ambientais:
5. Programas ambientais:
6. Medidas compensatórias:
7. Autorização de Corte de Vegetação Nº:
8. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAI.

V. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEAMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

5.4.Licença Ambiental de Operação - LAO**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO nº /**

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo III da Resolução CONSEMA nº 31, de 03 de abril de 2014, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental de Operação à:

Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição das atividades:
Códigos:
Nome do empreendimento:

Localizada em

Endereço:
Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de operação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEAMA.
- II. A SEAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 42 da Lei Estadual 14.675/09.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
-------------------------------------	---

Documentos anexos

--

Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento:
2. Aspectos florestais:
3. Controles ambientais:
4. Programas ambientais:
5. Medidas compensatórias:
6. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEAMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

6. Documentos referentes ao Corte de Vegetação

6.1. Guia dos conteúdos do Relatório de Vistoria / Parecer Técnico para AuC

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria/Parecer técnico nº;
2. Objetivo;
3. Número do processo;
4. Empreendedor ou proprietário e CPF/CNPJ;
5. Endereço para correspondência;
6. Empreendimento e CPF/CNPJ;
7. Endereço local do imóvel;
8. Coordenadas geográficas ou planas;
9. Código da atividade e descrição;
10. Processos vinculados/Licença vinculada/Histórico de AuC;
11. Bacia Hidrográfica;
12. Unidades de Conservação;
13. Zona costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
14. Atendimento da instrução normativa; e
15. Responsabilidades técnicas.

DA VISTORIA DE CAMPO

16. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
17. Pessoas contatadas;
18. Condições do tempo;
19. Características da área e da vegetação objeto de extração/supressão/corte/manejo;
20. Características das demais áreas;
21. Outras observações e/ ou informações relevantes;
22. Auto de infração; e
23. Relatório Fotográfico.

DO PARECER

24. Matrícula e área total do imóvel;
25. Caracterização do imóvel;
26. Da área objeto de extração/supressão/corte/manejo;
27. Reserva Legal, Reposição Florestal e Área verde;
28. Medidas compensatórias:
 - Área de compensação pelo uso de APP;
 - Área de compensação pelo corte da Mata Atlântica;
29. Análise dos técnicos;
30. Conclusão;
31. Documentos que fundamentam o parecer;
32. Local, data e equipe técnica;

6.2. Modelo do formulário da Autorização de Corte de Vegetação

Nome da diretoria ou coordenadoria e sigla			
Nome da gerência e sigla			
Endereço completo		AuC Nº	
Telefone/fax:		/ /	selo
Identificação do Proprietário			
CPF OU CNPJ:		NOME DO PROPRIETÁRIO:	
RG:	DATA EXPEDIÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	Nº. CTF/IBAMA:
Endereço			
CEP:	LOGRADOURO:		COMPLEMENTO:
BAIRRO:	MUNICÍPIO:		TELEFONE:
Localização da Atividade			
ENDEREÇO DA ATIVIDADE:			
MUNICÍPIO:			PROCESSO FATMA: VEG//

Dados do Imóvel		
Latitude(S): G: M: S:	Longitude(W): G: M: S:	MATRÍCULA NO CRI:
ÁREA TOTAL:	ÁREA PRESERVAÇÃO PER- MANENTE:	RESERVAL FLO- RESTAL LEGAL:
ÁREA AUTORIZADA:	ÁREA REMANESCENTE:	
Dados da AuC		
FINALIDADE:		VALIDA ATÉ:
TIPO DE EXPLORAÇÃO: Especificação de outro tipo de exploração:		dia/mês/ ano
Matéria Prima a Ser Extraída		
VOLUME TOTAL (toras especificar no verso):		
CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO:		
ENQUADRAMENTO / RESPONSÁVEL TÉCNICO:		
Assinaturas		
LOCAL E DATA: Local, xx de xx de xxxx .		PARECER TÉCNICO Nº: <input type="text"/>
TÉCNICO ANALISTA / MATRÍCULA/ CREA:	CARIMBO E ASSINATURA DA AUTO- RIDADE COMPETENTE:	

Importante:

- Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.
- Deverão ser respeitadas as áreas de Preservação Permanente, previstas na Lei 4.771/65 (Código Florestal).
- O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.
- Ao término das atividades encaminhar a FATMA ou ao Município Conveniado o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.
- O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF - Documento de Origem Florestal.

Relação dos Volumes Totais por Espécie Autorizados

[illegible]

TOTAL			

Condições de Validade / Observações:

Adotar todas as medidas para minimizar os impactos junto às Áreas de Preservação Permanente.

Todos os trabalhos deverão ser acompanhados por técnicos habilitados. Deverão ser resgatadas parte das bromélias que por ventura forem encontradas nas áreas de supressão e implantadas em áreas apropriadas, em quantidade suficiente, visando garantir a manutenção das espécies nas áreas remanescentes de floresta.

Observar as condicionantes da Licença Ambiental de Instalação.

7. Modelo do formulário da Autorização Ambiental - AuA

Nome da diretoria ou coordenadoria e sigla		
Nome da gerência e sigla		
Endereço completo		
Telefone/fax:	AuA Nº	

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo III da Resolução CONSEMA nº 31, de 03 de abril de 2014, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº, concede a presente autorização à atividade abaixo descrita:

EMPREENDEDOR:

Nome		CPF / CNPJ	
Endereço			
Bairro	Município	CEP	

PARA ATIVIDADE DE:

Descrição da atividade:

Código:

Nome do empreendimento

Endereço:

Coordenadas geográficas ou planas:

CONDIÇÕES GERAIS:

A presente autorização Ambiental concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional e técnica do empreendimento, equipamento ou atividade quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEAMA.

II. A SEAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente autorização ambiental, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. Cópia da presente autorização deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

DAS CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO:

Esta Autorização Ambiental é válida pelo período de meses a contar da presente data, conforme Processo SEAMA n.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

Local e Data:	Nome Completo
Município, de de .	Cargo ocupado
	Nº de matrícula

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº066/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166-Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria - 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº066/2014

05/06/2014

Concede Homenagens

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto pela Lei Orgânica do Município e de acordo com os requerimentos aprovados de Nº 182/2013 e 206-208-216- 217-225/2014:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Homenagens as seguintes entidades e pessoas:

- Homenagem ao Professor Anderson Marcelino;

- A Empresa Plásticos Zanotti Ltda., pela passagem dos seus vinte e cinco anos de fundação;

- Ao Presidente e ex- Presidentes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

- Ao Presidente e ex- Presidentes da Associação Comercial e Industrial de Massaranduba - ACIAM;

- Ao Presidente e ex- Presidentes do Corpo de Bombeiros Voluntários de Massaranduba;

- Ao Professor de karate Mário Cucci pelos vinte anos de prática do esporte;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC),
em 05 de junho de 2014.

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo.

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 237/2014

PORTARIA n.º 237/2014

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 22 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONSIDERANDO, o término do estágio probatório de 03 (três) anos da servidora pública relacionada.

CONSIDERANDO, que a servidora pública relacionada no Anexo Único da presente Portaria foi avaliada e aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, constituída pelo Decreto nº 034/2013, de 08 de maio de 2013, tendo como fundamentação legal o Decreto nº 138/2002, de 06 de agosto de 2002, que regulamentou a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal em Estágio Probatório, o 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 14 de junho de 1998, e artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 809, de 03 de abril de 2000 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO, Que a ficha de avaliação de Desempenho da Servidora em Estágio Probatório foi aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, resolve:

EFETIVAR

Artigo 1.º A servidora pública relacionada no Anexo Único da presente Portaria, por ter sido avaliada e aprovada no estágio probatório.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º. Da Portaria nº 237/2014, de 12 de Junho de 2014)

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE NOMEAÇÃO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO SEVIDOR (A)
1258	Daiani Macarini	Agente Administrativa	13/06/2011	Aprovada	Efetiva

Meleiro, 12 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 238/2014

PORTARIA n.º 238/2014

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

ENQUADRAR

Art. 1º A servidora pública abaixo relacionada, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a conseqüente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Daiani Macarini	Agente Administrativa	40hs	13/03/2011	4D

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Extrato Pregão Presencial Nº 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 058/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 27/06/2014, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 058/2014, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL. A integral do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537- 8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro/SC, 10 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 187/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

DECRETO Nº 0187/2014 DE 09.06.2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ROSANE WELTER QUEVEDO PARA O CARGO DE AUXILIAR EDUCACIONAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/200, 1.883/2009, 1.960/2010, 2.110/2013, 2.132/2014, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à Creche Municipal, Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Concurso Público nº 001/2014, nem no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANE WELTER QUEVEDO, portadora do CPF nº 069.625.779-31, RG nº 4.791.192, no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL, Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Educação, com atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único - A Jornada de Trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 09.06.2014 a 19.12.2014, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 09 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

ROSANE WELTER QUEVEDO
Contratada

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 188/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

DECRETO Nº 0188/2014 DE 09.06.2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JULIANA WERLANG PARA O CARGO DE AUXILIAR EDUCACIONAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/200, 1.883/2009, 1.960/2010, 2.110/2013, 2.132/2014, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à Creche Municipal, Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Concurso Público nº 001/2014, nem no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JULIANA WERLANG, portadora do CPF nº 041.276.089-43, RG nº 4085169615, no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL, Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Educação, com atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único - A Jornada de Trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 09.06.2014 a 19.12.2014, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 09 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JULIANA WERLANG
Contratada

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 189/2014

Decreto nº 189/2014 de 12/06/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 645/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 645/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PROJETO DE MELHORIA DO PÁTIO - ANEXO PREFEITURA MURO/CERCAMENTO E DEMAIS MELHORIAS, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, K COM ÁREA TOTAL DE 223,00M², adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	53.300,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 12 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Decreto Nº 190/2014

Decreto nº 190/2014 de 12/06/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 684/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 684/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DO PROJETO DA PRAÇA MUNICIPAL, LOCALIZADA ENTRE A AVENIDA DO COMÉRCIO, RUA DUQUE DE CAXIAS NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.623,13M², DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CONSTRUTORA FAIBER LTDA ME	405.014,68

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 12 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lista de Distribuição Definitiva do Pmaq-Ab (Exercício de 2013)

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2013)

MIGUEL ZACCARON DAROLT, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "c", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

Nº	MATRICULA	NOME	DATA DE ADMISSÃO	TOTAL
		AGENTES COMUNITÁRIOS		
1	2141	ADAUTA ROQUE SARTOR	21/05/2007	1.724,46
2	3553	ALBERTINA FRANCISCO DA SILVA	02/07/2010	1.724,46
3	3554	CLAUDETE MARIA CAVAGNOLI DA LU	02/07/2010	1.724,46
4	3556	DANIELA VICENTE HAHN	02/07/2010	1.724,46
5	3563	JANAINA ANGELO ESMERALDINO	02/07/2010	1.724,46
6	3565	JAQUELINE PEREIRA DE SOUZA	02/07/2010	1.724,46
7	3564	JULIANGELA MEDEIROS MAXIMIANO	02/07/2010	1.724,46
8	3566	LENIR CARVALHO	02/07/2010	1.724,46
9	3572	REGENE SARTOR SORATTO	02/07/2010	1.724,46
10	3571	RITA DE CÁSSIA MARCON	02/07/2010	1.724,46
11	4057	ANGELA MARIA DOS SANTOS	07/05/2012	1.724,46
12	4059	JUCÉLIA APARECIDA DA SILVA M.	07/05/2012	1.724,46
13	4061	LIZIANI MEIRELLES SABINO SACHI	07/05/2012	1.724,46
14	4062	LUZIA SARTOR VIEIRA MADEIRA	07/05/2012	1.724,46
15	4063	MARTINHA SOUZA NUNES ARMENDA	07/05/2012	1.724,46
16	4386	CHANADARA FIN DA SILVA	03/06/2013	1.059,47

17	4379	DANIELA ZEFERINO JOAQUIM FERREIRA	03/06/2013	1.059,47
18	4392	ELVIRA FRANCISCA DOS SANTOS	03/06/2013	1.059,47
19	4385	ISABEL CRISTINA HAHN BATISTA	03/06/2013	1.059,47
20	4378	JANAINA SAVIATO DA ROSA	03/06/2013	1.059,47
21	4388	JANETE BITENCOURT THOMAZ	03/06/2013	1.059,47
22	4382	JERONIMO CIPRIANO	03/06/2013	1.059,47
23	4387	NATALINA DA SILVA GARCIA	03/06/2013	1.059,47
24	4394	REGINA DE CÁSSIA RECCO (desc.10-12)	03/06/2013	601,05
25	4381	REGINA FERNANDES	03/06/2013	1.059,47
26	4390	ROSANA GEREMIAS ARAUJO	03/06/2013	1.059,47
27	4391	SILVANA DE JESUS DA LUZ	03/06/2013	1.059,47
28	4393	SILVANA GOU-LART	03/06/2013	1.059,47
29	4406	ELISETE BENTO ROCHA	17/06/2013	1.059,47
30	4413	FERNANDA DE JESUS ZABOT	02/07/2013	915,79
31	4417	ALINE SABINO BERETTA	09/08/2013	772,12
32	4424	JUCEMARA CARRADOR MARCELINO	01/10/2013	458,42
33	4429	GISELE MENDES BRINA	01/11/2013	303,64

		ZELADOR		
1	2121	SILVIA SERAFIM GUOLLO	01/03/2007	1.724,46
2	4187	MARCIA KREKOSKI MARCELINO	01/02/2013	1.610,98
3	3814	JANETE MARIA HERME-NEGILDO	12/04/2011	1.724,46
4	4415	JOELMA LIMA INEZ	03/07/2013	915,79
5	1047	LAUDELINA CARBONI	01/03/2001	1.724,46
6	4310	HELENA SA-RAIVA BRITO	01/10/2013	458,42

Morro da Fumaça em 10 de junho de 2014
MIGUEL ZACCARON DAROLT
Secretário Municipal de Saúde

MABEL MAGAGNIN POSSAMAI Coordenadora da Atenção Básica

RENATA D'AGOSTIN

Coordenadora Controle, Avaliação e Auditoria

JANETE DE FATIMA DOS SANTOS BORDIN

Coordenadora da Vigilância em Saúde

CRISTINA PEREIRA MACCARI

Coordenadora do Programa de Agentes Comunitários

Vilson Sampaio Schambeck

Representante Equipes de Saúde Bucal (SB)

Felipe Pedroso

Representante Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)

SUELEN BIZ URBANO

Representante Técnica de enfermagem

ELIZANDRA ALVES MARTINS

Representante Técnica de enfermagem

FLÁVIO PEREIRA

Representante Médicos

CLAUDETE CAVAGNOLI

Representante Agentes de Saúde

JANAINA LUIZ

Representante Agentes de Saúde

LIZIANE SACHI

Representante Agente de Saúde

SABRINA ROCONI BENEDET

Representante Enfermeiras

ALICE PIMENTEL

Representante Enfermeiras

Lista de Distribuição Definitiva do Pmaq-Ab

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2013)

MIGUEL ZACCARON DAROLT, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "a", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

		40 Horas			
1	318	ELISA MARIA MEDEIROS CABRAL	ENFERMEIRO	06/06/1994	4.042,19
2	1945	SABRINA MARIA DELFINO	ENFERMEIRO	03/07/2006	4.042,19
3	3550	CARLA NIEIRO DE ROCHE	ENFERMEIRO	01/07/2010	4.042,19

4	3542	FLAVIO AUGUSTO FARIAS NUNES PE	MEDICO	01/07/2010	4.042,19
5	3540	JANAINA BERTAN DAMIANI 2/4-12	ENFERMEIRO	01/07/2010	547,18
6	3541	SONIA SILVEIRA DA ROCHA DA SILVA 1-6	ENFERMEIRO	01/07/2010	2.034,75
7	3585	ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA	ENFERMEIRO	21/07/2010	4.042,19
8	3844	SABRINA RONCONI BENEDET	ENFERMEIRO	14/07/2011	4.042,19
9	3887	CLARA GIANE DA SILVA HOME 4-5	ENFERMEIRO	02/01/2012	3.298,83
10	4191	JULIO CESAR BATISTA PITTHAN	MEDICO	06/02/2013	3.799,40
11	4184	SILVIA SILVESTRE NEGRO	ODONTOLOGO	12/07/2012	4.042,19

		40 Horas NASF			
1	2460	MABEL PEREIRA GUEDIN	FARMACEUTICO	01/08/2013	1.608,09
2	3870	FELIPE PEDROSO	PSICOLOGO	01/08/2013	1.608,09
3	4184	SANDRA POLI-CARPIO SARTOR	FISIOTERAPEUTA	01/08/2013	1.608,09
4	4297	MARLI ALMERINDO MARTINS TAUFEMBAK	EDUCADOR FISICO	01/08/2013	1.608,09
5	3850	EVELIZE ZANATTA DA ROSA SERAFIN	ASS SOCIAL	01/08/2013	1.608,09

		20 Horas			
1	176	SORAIA NETO (20H)	ODONTOLOGO	10/08/1992	2.021,10
2	1185	VILSON SAMPAIO SCHAMBECK (20H)	ODONTOLOGO	04/06/2002	2.021,10
3	3581	KIZZY CANCELLIER (20H)	ODONTOLOGO	19/07/2010	2.021,10
4	4079	JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVÃO	MEDICO	04/06/2012	2.021,10

5	4416	VILSON SAMPAIO SCHAMBE- CK (20H)	ODONTO- LOGO	01/01/2013	2.021,10
		20 Horas NASF			
1	4402	CHEILA CA- SAGRANDE	NUTRICIO- NISTA	01/08/2013	804,04
2	3858	DARIANE PAGNAN PALADINE (20H)	PSICOLOGO	01/08/2013	804,04
3	4367	DARIANE PAGNAN PALADINE (20H)	PSICOLOGO	01/08/2013	804,04

Morro da Fumaça em 10 de Junho de 2014

MIGUEL ZACCARON DAROLT

Secretário Municipal de Saúde

MABEL MAGAGNIN POSSAMAI Coordenadora da Atenção Básica

RENATA D'AGOSTIN

Coordenadora Controle, Avaliação e Auditoria

JANETE DE FATIMA DOS SANTOS BORDIN

Coordenadora da Vigilância em Saúde

CRISTINA PEREIRA MACCARI

Coordenadora do Programa de Agentes Comunitários

Vilson Sampaio Schambeck

Representante Equipes de Saúde Bucal (SB)

Felipe Pedroso

Representante Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)

SUELEN BIZ URBANO

Representante Técnica de enfermagem

ELIZANDRA ALVES MARTINS

Representante Técnica de enfermagem

FLÁVIO PEREIRA

Representante Médicos

CLAUDETE CAVAGNOLI

Representante Agentes de Saúde

JANAINA LUIZ

Representante Agentes de Saúde

LIZIANE SACHI

Representante Agente de Saúde

SABRINA ROCONI BENEDET

Representante Enfermeiras

ALICE PIMENTEL

Representante Enfermeiras

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2013)

MIGUEL ZACCARON DAROLT, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "b", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

		TÉCNICO DE EN- FERMAGEM		
1	188	VERA LUCIA DE ALMEIDA SMANIA 1-3/7-12	416,25	
2	1044	JOSIANE BORTO- LON DE BEM 5-9	939,62	
3	1048	LAURA AGOSTINHA MOREIRA BON	1.683,11	
4	1061	SIRLEY MARTIGNA- GO DE LORENZI	1.683,11	
5	1080	CLERIMAR SOLIN	1.683,11	
6	1079	FATIMA CECHELINEL CANCELIER	1.683,11	
7	1098	MARILDA DE ROCH	1.683,11	
8	1958	EDINAR APARECIDA NOVASKI	1.683,11	
9	2632	ELIZANDRA MAR- TINS ALVES	1.683,11	
11	2726	ROBSON DA SILVA GABRIEL 4 / 7-12	650,65	
12	3592	CLAUDINEIA MAR- QUES PIOVESAN 8-11	1.062,97	
13	3595	MARIA DE LURDES LUMERTZ SCHUT	1.683,11	
14	3607	LUCIANE SATORNO DURANTE	1.683,11	
15	3608	SUELEN BIZ URBA- NO 1-6	1.683,11	
16	3821	ELINI FRATONI	1.683,11	
17	3851	SAIANE STEINBACK	1.683,11	
18	4163	GISLAINE DA ROSA FERNANDES	1.683,11	
19	4165	LIDIANE DAMASIO STEINBACK	1.683,11	
20	4179	VANESSA INACIO DA SILVA	1.683,11	
21	3886	ALESSANDRA SIL- VEIRA	1.683,11	
				AUXILIAR DE ENFERMA- GEM
1			1.683,1109/01/2013GRA- SIELA ELEOTERIO GOMES4161	
2			1.683,1109/01/2013MAR- LENE NIEHUES SORA- TO4160	
3			1.049,1317/06/2013EDI- LENE SILVESTRI NU- NES4407	

Morro da Fumaça em 06 de Junho de 2014

MIGUEL ZACCARON DAROLT

Secretário Municipal de Saúde

MABEL MAGAGNIN POSSAMAI Coordenadora da Atenção Básica

RENATA D'AGOSTIN
Coordenadora Controle, Avaliação e Auditoria

JANETE DE FATIMA DOS SANTOS BORDIN
Coordenadora da Vigilância em Saúde

CRISTINA PEREIRA MACCARI
Coordenadora do Programa de Agentes Comunitários

Vilson Sampaio Schambeck
Representante Equipes de Saúde Bucal (SB)

Felipe Pedroso
Representante Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)

SUELEN BIZ URBANO
Representante Técnica de enfermagem

ELIZANDRA ALVES MARTINS
Representante Técnica de enfermagem

FLÁVIO PEREIRA
Representante Médicos

CLAUDETE CAVAGNOLI
Representante Agentes de Saúde

JANAINA LUIZ
Representante Agentes de Saúde

LIZIANE SACHI
Representante Agente de Saúde

SABRINA ROCONI BENEDET
Representante Enfermeiras

ALICE PIMENTEL
Representante Enfermeiras

Registro de Preço 063/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 063/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE SAIBRO COM TRANSPORTE ATÉ O LOCAL, conforme anexo. Data: 25/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Ata de Julgamento - Solicitação de Prorrogação de Entrega Pregão Presencial Nº11/2014 FMS

ATA DE JULGAMENTO - SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014 FMS

Aos 11 dias de junho de 2014, às 14:33 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar o pedido de prorrogação de entrega do Pregão Presencial nº 011/2014, cujo OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COLETIVO TIPO VAN 0 (ZERO) KM PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa RUDIGER CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA - CNPJ: 79013686/0001-05.

PEDIDO:

Em síntese manifesta a empresa requerendo a prorrogação de prazo referente à entrega do veículo tipo van (Renault) licitado sob pregão 11/2014 FMS até o dia 30/06/2014.

Alega que houve readequação na linha de produção e os veículos da montadora Renault do Brasil sofreram atrasos em sua entrega, tal adequação é devido ao cumprimento às Resoluções nº 311 e 380 do CONTRAN (dispõem sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento suplementar de segurança passiva (Air Bag) e sistema antitravamento das rodas (ABS)), menciona ainda que o veículo a ser entregue será modelo 2014/2015 e que não haverá alteração/reequilíbrio de valores licitados. Aponta dispositivos legais.

Decisão - Em suma, o pedido de prorrogação merece PROCEDÊNCIA, tendo em vista:

- Que não houve aumento valorativo quanto ao objeto licitado;
- Que os motivos apresentados são inerentes a atos provocados por terceiros;
- Que a alteração atende uma disposição legal (resoluções 311,380 Conselho Nacional de Trânsito) que visa a segurança pública. Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

DOUGLAS LEMOS
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORREA
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:
JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Ratificando:
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

I - Ata Concorrência 25/2014 FMS - Fracassada

I - ATA CONCORRÊNCIA 25/2014 FMS - FRACASSADA
ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA EMPRESA CONSTR. GLOBAL LOPES DEVIDAMENTE CREDENCIADA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE DA COMISSÃO ABRIU O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE VERIFICOU QUE OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O SOLICITADO NO EDITAL, QUANTO A VERIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL FOI FEITO PELO SR SIDNEI DA CONTABILIDADE E APROVADO PELO MESMO. PASSANDO PARA A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTAS.

NESTE MOMENTO AO ABRIR O ENVELOPE FOI CONSTATADO QUE NÃO HAVIA PROPOSTA, APENAS UMA FOLHA PEDINDO DESCULPAS PELA AUSÊNCIA DA PROPOSTA. MOMENTO EM QUE O PRESIDENTE DA COMISSÃO DESCLASSIFICA A LICITANTE E DECLARA A SESSÃO FRACASSADA.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE.

NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2014

Aviso de Licitação Concorrência Nº 25/2014 FMS (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRENCIA Nº 25/2014 FMS

Republicado

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/07/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 15/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 130/2014 PMN (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014 PMN

Republicado

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAMERAS DE MONITORAMENTO A SEREM DEVIDAMENTE INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL. Data da entrega dos envelopes: 26/06/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 26/06/2014 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 27/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE FRIGOBARES PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ACONDICIONAMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATRAVÉS DO CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO (CETA) DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/06/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 26/06/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Decreto 469 Designa Representante Na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 469 DE 12 DE JUNHO DE 2014

DESIGNA REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora MARIA JOSÉ FLOR, Secretária Municipal de Assistência Social, como representante do Município de Navegantes na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado, na íntegra, o Decreto nº 752 de 29 de maio de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Extrato Contratual Nº 153/2014.

Estado de Santa Catarina.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

Extrato Contratual.

Contrato Nº.: 153/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: Tecnoal Comercial e Distribuidora Ltda.

CNPJ: 03.365.198/0001-03.

Valor: R\$ R\$ 47.180,80 (quarenta e sete mil cento e oitenta reais e oitenta centavos).

Vigência: Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014.

Licitação: Dispensa de Licitação nº 132/2014.

Recursos: Dotação: 2.055 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E APARELHOS ELETRÔNICOS PARA UTILIZAÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº ROBSON FRANCISCO LOPES (BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS) E BRUCE CRANSTON KAY (BAIRRO SÃO PAULO), CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 132/2014 -ITENS DESERTOS E/OU FRACASSADOS NOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 014/2014 E 015/2014. TERMOS DE COMPROMISSO PAR Nº201400622 E PAR Nº 201300298.

Nova Trento**PREFEITURA****Processo 065/2014 - Pregão Presencial Nº 037/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 065/2014 - Pregão Presencial Nº 037/2014

- Registro de Preços Nº 020

Objeto: Registro de preços para aquisição parcelada de Equipamentos de EPI'S (Equipamento e Proteção Individual) para os funcionários das cozinhas das unidades escolares e creches do município de Nova Trento/SC, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 02/07/2014 às 10:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 / 3267.3213 - e-mail: compras@nova-trento.sc.gov.br - site: www.novatreto.sc.gov.br

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito em Exercício

Resultado Final E Homologação - PP 034/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2014

HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/FUNDO SAÚDE

OBJETO: O objeto deste Pregão é a aquisição de Luz de Fenda, Tonômetro e Mesa, Aparelho de emissões Otoacústicas e Centrífuga, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme condições, especificações e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante deste edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

LOTE I - ANDES COMERCIAL LTDA. (CNPJ Nº 10.242.040/0001-01) - Valor Total R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

LOTE II - VITASON'S CENTRO DE APOIO AUDITIVO LTDA. (CNPJ Nº 92.981.752/0001-07) - Valor Total R\$ 12.300,00 (Doze mil e trezentos reais).

Lote III - não acudiram interessados.

Nova Trento/SC, 11 de junho de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Convocação - Pregão Presencial 030/2014 - Srp017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CONVOCAÇÃO

Referente Processo Licitatório nº 54/2014 - Pregão Presencial nº 030/2014 - SRP 017

Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcelada de equipamentos para a montagem de ACADEMIAS AO AR LIVRE, em diversos bairros do Município de Nova Trento/SC, entre eles o Distrito de Claraíba e Aguti, conforme especificações constantes no

anexo I, parte integrante deste edital. O Município de Nova Trento convoca as empresas vencedoras do certame para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços no prazo de 5 dias, conforme edital e Lei 8.666/93.

Empresas Convocadas:

ESCOBRING LTDA. EPP. (CNPJ N° 08.395.310/0001-64)

CELSO MOACIR GOMES EPP. (CNPJ N° 15.279.692/0001-26)

S.O.ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA.(CNPJ N° 10.547.961/0001-74)

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito em Exercício

Ata Registro de Preços N° 018/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2014

PROCESSO N° 058/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2014

Aos 12 dias do mês de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/06/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital, menor preço por item.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME. (CNPJ N° 16.978.577/0001-02)

Item	Qtidade.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO	Vi. Unitário	Vi. Total
1	5.000	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	28,00	140.000,00
2	4.000	Horas	Serviço de Mão de Obra de Carpinteiro	28,00	112.000,00
3	6.000	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pintor	25,00	150.000,00
4	4.500	Horas	Serviço de Mão de Obra de Servente de Pedreiro	17,00	76.500,00
5	900	Horas	Serviço de Mão de Obra de Jardineiro	17,00	15.300,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 493.800,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas

para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 12 de junho de 2014.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado do PL Nº 038/2014-Pregão Presencial Nº 015/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 015/2014, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na área de informática, para fornecimento de licenciamento de softwares e outros serviços correlatos, conforme descrito no Anexo I - 'Termo de Referência' e demais anexos do edital. Que na data de sua realização: Dia 12/06/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: BETHA SISTEMAS LTDA, com valor Global de R\$ 271.091,00 (Duzentos e setenta um mil, noventa e dois reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz a exigência do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 015/2014.

Novo Horizonte/SC, em 12 de Junho de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

Resultado do PL Nº 039/2014-Pregão Presencial Nº 016/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 016/2014, cujo objeto é a Aquisição de 01 (Um) Trator de Esteiras, novo, conforme descrições constantes no termo de referência anexo ao edital, destinados à realização da manutenção e conservação de vias públicas e atendimento aos agricultores do município de Novo Horizonte - SC, com recursos do Programa PROVIAS Nº 17944.000457/2014-71. Que na data de sua realização: Dia 12/06/2014 às 14:00 hs, que teve como única empresa participante: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com valor de R\$ 554.000,00 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz a exigência do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 016/2014.

Novo Horizonte/SC, em 12 de Junho de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato de Licitação 0051/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0003/2014

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Objeto: Contratação de empreiteira para execução de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra para a Construção de Escola com 06 Salas - Projeto FNDE área Aproximada de 854 m² Localizada na Rua Natal Binda na Cidade de Ouro Verde/SC. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 04 de julho 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min do dia 04 de julho de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 12 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0004/2014

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com pedras irregulares na Rua José Santin, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra na Cidade de Ouro Verde/SC. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 10h30min do dia 04 de julho 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 10h35min do dia 04 de julho de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 12 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº0053/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Objeto: Aquisição de materiais para reforma da cobertura sobre a mangueiras do Parque de exposição de animais e para diversos melhorias no do Parque (pisos, pintura, cobertura) do Parque Municipal Mansueto Guilherme Faccio . Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min horas do dia 27 de junho 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min horas do dia 27 de junho de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 12 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº0054/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Objeto: Aquisição de mesas e ar condicionado para Escola Municipal Benvenuto Tacca. Entrega dos Envelopes: Até as 10h30min horas do dia 27 de junho 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 10h35min horas do dia 27 de junho de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 12 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 1831/2014.

PORTARIA Nº. 1831/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FRANCISCO LEOPOLDO ZIMMERMANN, matrícula nº. 500152, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Região Sul, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/03/1997 a 02/03/2002, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 12/05/2014 à 12/08/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1832/2014.

PORTARIA Nº. 1832/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAYANE ALINE FARIA, titular do cargo de Professor de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1833/2014.

PORTARIA Nº. 1833/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DEBORA LEONIA DE ASSUNÇÃO, titular do cargo de Professor de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1834/2014.

PORTARIA Nº. 1834/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para IRINESIA ADELIA DA SILVA VIEIRA, titular do cargo de Professor de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1835/2014.

PORTARIA Nº. 1835/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FERNANDA GABRIELA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Espanhol, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 05 (cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/04/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1836/2014.

PORTARIA Nº. 1836/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MAGALI DE FÁTIMA NOVELLO DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/05/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1837/2014.
PORTARIA Nº. 1837/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) CLAITON JOSE DE SOUZA PEIXOTO, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 12/05/2014 a 28/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1838/2014.
PORTARIA Nº. 1838/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SONIA MARQUES DOS SANTOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com

efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1839/2014.
PORTARIA Nº. 1839/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NAZARENO MURARO ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/04/2014 a 01/05/2014 face ao impedimento da titular Edson Ronei da Silveira Junior, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1840/2014.

PORTARIA Nº. 1840/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINA LILIANA CORDOBA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

RESULTADO PREGÃO 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 127/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como contratação de empresa para prestação de serviços de gestão de atendimento através da Secretaria de Receita deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital. No dia da abertura dos envelopes não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado DESERTO.

Palhoça, 12 de junho de 2014.

Errata 01 Pregão 116-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 01

PREGÃO Nº. 116/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO nº.116/2014, ficando aprazado para o dia 27/06/2014 às 14:00 hs para entrega dos envelopes Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça 12 de junho 2014

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal.

Lei Nº 4.051, de 11 de Junho de 2014.

LEI Nº 4.051, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Centro Espírita Canto de Oxum-Ceco.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública CENTRO ESPÍRITA CANTO DE OXUM-CECO, inscrita sob o CNPJ nº 15.599.672/0001-32, localizada na Rua Pedro Vaz de Caminha, nº 67, CEP 88132-420, Bairro Caminho Novo, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de junho de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

DECRETO Nº 1.662, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº 1.662, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

REVOGAÇÃO. Ficam revogados os Decretos nº 1.645, de 08 de maio de 2014 e o Decreto nº 1.647, de 15 de maio de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam revogados os Decretos Municipais nº 1.645, de 08 de maio de 2014 e 1.647, de 15 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 10 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

DECRETO Nº 1.663, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº 1.663, DE 10 DE JUNHO DE 2014.
PONTO FACULTATIVO. Corpus Christi.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo o dia 20 de junho (sexta-feira) do ano em curso, em decorrência da comemoração alusiva a Corpus Christi.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput do artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Parágrafo Único. Caberá à Secretaria Municipal de Educação deliberar quanto a aplicabilidade deste Decreto, devendo observar a necessidade do cumprimento do calendário escolar municipal para as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

DECRETO Nº 1.664, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº 1.664, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2014, na ordem de R\$ 13.645.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, o valor de R\$ 9.675.000,00 (Nove milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais), abaixo discriminadas:

SUPLEMENTAÇÃO

Órgão	04.00	Gabinete do Prefeito
Unidade	04.01	Gabinete do Prefeito
Proj./Ativ.	2.019	Func. E Manut. do Gabinete do Prefeito
1	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+450.000,00
Órgão	07.00	Procuradoria Geral do Município
Unidade	07.01	Procuradoria Geral do Município
Proj./Ativ.	2.051	Func. E Manut. da Procuradoria
29	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+680.000,00
30	3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas - Intra-Orçamentária	+60.000,00
Órgão	12.00	Secret. Municipal de Agricultura e da Pesca
Unidade	12.01	Secret. Municipal de Agricultura e da Pesca
Proj./Ativ.	2.033	Func. E Manutenção da Secretaria da Agricultura
78	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+160.000,00
Órgão	13	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	01	Secretaria Municipal de Educação
Proj./Ativ.	2.166	Funcionamento e Manutenção das Escolas Profissionais
175	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+30.000,00
Órgão	14.00	Secretaria de Planejamento e Infraestrutura
Unidade	14.01	Secretaria de Planejamento e Infraestrutura
Proj./Ativ.	2.026	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
206	3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas - Intra-Orçamentária	+70.000,00
Órgão	16.00	Encargos Gerais do Município
Unidade	16.01	Encargos Gerais do Município
Proj./Ativ.	2.009	Assistência a Saúde - Serv. Pref. Munic. Palhoça
274	3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+880.000,00
Órgão	25.00	Secretaria Municipal da Região Sul
Unidade	25.01	Secretaria Municipal da Região Sul
Proj./Ativ.	2.081	Funcionamento e Manutenção do Turismo
311	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+300.000,00
Unidade	01	Secretaria Municipal de Administração
Proj./Ativ.	2.165	Func. e Manut. da Secretaria de Administração
324	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+1.500.000,00
Órgão	28	Secretaria de Seg. Pública e Def. Cidadão
Unidade	01	Secretaria de Seg. Pública e Def. Cidadão
Proj./Ativ.	2.162	Func. e Manut. da Secretaria de Segurança Pública
341	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	+280.000,00
Órgão	16.00	Encargos Gerais do Município

Unidade	16.01	Encargos Gerais do Município
Proj./Ativ.	2.010	Contribuição Tributária e Contributiva
	3.3.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
276	Diretas	+600.000,00
		R\$
Soma Rec. Próprios		5.010.000,00
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	13.01	Secretaria Municipal de Educação
Proj./Ativ.	2.021	Func. e Manut. do Ensino Fundamental
	3.1.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0001.000000 Aplicações	
139	Diretas	+2.006.000,00
Proj./Ativ.	2.022	Func. e Manut. da Educação Infantil
	3.1.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0001.000000 Aplicações	
147	Diretas	+2.659.000,00
	SOMA REC. PROP. 25%	4.665.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

Órgão	06.00	Secretaria Municipal de Habitação
UNIDADE	06.01	Secretaria Municipal de Habitação
		PAC - Programa de Aceleração de Crescimento
Proj./Ativ.	1.151	
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
17	Diretas	-500.000,00
Proj./Ativ.	2.087	Construção de Unidades Habitacionais
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
25	Diretas	-300.000,00
Órgão	07.00	Procuradoria Geral do Município
Unidade	07.01	Procuradoria Geral do Município
Proj./Ativ.	2.167	Precatórios
	3.3.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
36	Diretas	-2.500.000,00
Proj./Ativ.	1.152	Aquisição e Desapropriação de Terrenos
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
28	Diretas	-400.000,00
	14.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA
	14.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA
Proj./Ativ.	1.116	Construção da Ponte da Guarda do Cubatão
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
192	Diretas	-300.000,00
Proj./Ativ.	1.148	Construção da Sede da Prefeitura de Palhoça
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
196	Diretas	-50.000,00
Proj./Ativ.	1.178	Construção de Rodoviária
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
203	Diretas	-500.000,00
Proj./Ativ.	7.135	Pavimentação com Lajotas da R. Catarina Claudina Espindola

	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
220	Diretas	-180.000,00
Proj./Ativ.	7.136	Pavimentação com Lajotas da R. Catarina Claudina Espindola
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
221	Diretas	-85.000,00
Proj./Ativ.	7.137	Pavimentação com Lajotas e rede pluvial da Serv. Weingartner
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
222	Diretas	-80.000,00
Proj./Ativ.	7.138	Pavimentação com Lajotas e rede pluvial da R. Nicolina Maria Farias
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
223	Diretas	-115.000,00
	SOMA REC. PROP.	5.010.000,00
Proj./Ativ.	7.143	Pavimentação e reparos na R. Paulo Bepler
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
227	Diretas	-200.000,00
Proj./Ativ.	7.144	Pavimentação da Rua Maria Veronica da Luz
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
228	Diretas	-70.000,00
Proj./Ativ.	7.145	Pavimentação da Rua Alvaro Conceição Moreira
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
229	Diretas	-90.000,00
Proj./Ativ.	7.146	Pavimentação da Rua Genésio Francisco Martins
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
230	Diretas	-230.000,00
Proj./Ativ.	4.147	Pavimentação da Rua José Jorge da Silva
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
231	Diretas	-70.000,00
Proj./Ativ.	7.148	Pavimentação da Rua Agenor Eugênio da Silva
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
232	Diretas	-100.000,00
Proj./Ativ.	7.149	Drenagem de vala perpendicular a Rua Francisco J. de Lucas
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
233	Diretas	-90.000,00
Proj./Ativ.	7.150	Pavimentação da Rua 25 de Dezembro
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
234	Diretas	-200.000,00
Proj./Ativ.	7.151	Pavimentação da Avenida Manoel Cantalício Vidal
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
235	Diretas	-300.000,00
Proj./Ativ.	7.152	Praça Lot. Jardim das Palmeiras
	4.4.90.00.00.00.00.00	
	0.1.0000.000000 Aplicações	
236	Diretas	-150.000,00
Proj./Ativ.	7.159	Construção de um pontilhão sobre o Rio dos Pombos

237	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-50.000,00
Proj./Ativ.	7.160	Implant. de calçadas padrão nas ruas Nossa Sra Aparecida e Cruz e Souza
238	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-200.000,00
Proj./Ativ.	7.161	Pavimentação da rua Juvencio Pires
239	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-80.000,00
Proj./Ativ.	7.163	Pavimentação da Rua Aldo Estacino Patrício
240	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-300.000,00
Proj./Ativ.	7.169	Pavimentação e Tubulação da Rua Olibio Silveira
241	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-160.000,00
Proj./Ativ.	1.170	Pavimentação da Rua João Carlos Harges
242	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-242.000,00
Proj./Ativ.	7.171	Pavimentação da Rua Jovino Correa da Silva
243	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-243.000,00
Proj./Ativ.	7.172	Pavimentação da Rua Maria José da Conceição
244	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-244.000,00
Proj./Ativ.	7.173	Pavimentação da Rua Edna Floriano Andrade
245	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-50.000,00
Proj./Ativ.	7.174	Pavimentação da Rua José Candido da Silva
246	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-150.000,00
Órgão	28.00	Secretaria de Seg. Pública e Def. Cidadão
Unidade	28.01	Secretaria de Seg. Pública e Def. Cidadão
Proj./Ativ.	2.024	Criação da Guarda Municipal
330	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-240.000,00
331	3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas - Intra-Orçamentária	-47.000,00
	SOMA REC. PROOP. 25%	4.506.000,00
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	13.01	Secretaria Municipal de Educação
Proj./Ativ.	1.170	Reforma e Ampliação Escola Adriana Wengartner
126	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-250.000,00
Proj./Ativ.	1.168	Reforma do Grupo Escolar Frei Damião
120	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-150.000,00

Proj./Ativ.	1.031	Aquis. De Equip. e Mat. Permanente - Educação Infantil
105	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-280.000,00
Proj./Ativ.	1.005	Construção Ampli. Ref. Escolas - Ens. Fund.
88	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-450.000,00
Proj./Ativ.	2.022	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil
151	3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-29.000,00
	SOMA REC PROP 25%	1.159.000,00
	TOTAL DAS ANULAÇÕES	9.675.000,00
<p>Artigo 1o</p> <p>Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 3.970.000,00 (Três milhões novecentos e setenta mil reais)</p>		
Órgão	17	Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde de Palhoça
		SUPLEMENTAÇÃO
Proj./Ativ.	2.145	Gestão e Estruturação do SUS
67	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0144.000000 Aplicações Diretas	+3.070.000,00
68	3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.0144.000000 Aplicações Diretas - Intra-Orçamentária	+900.000,00
	SOMA REC. PROP. 15%	3.970.000,00
<p>Art. 4º A suplementação a que se refere o Artigo 5º desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:</p>		
Órgão	16.00	Encargos Gerais do Município
Unidade	16.01	Encargos Gerais do Município
Proj./Ativ.	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Interna
272	3.2.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-1.000.000,00
273	4.6.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-1.000.000,00
Órgão	14.00	Secretaria de Planejamento e Infraestrutura
Unidade	14.01	Secretaria de Planejamento e Infraestrutura
Proj./Ativ.	2.026	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
205	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-700.000,00
ORGÃO	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE	10.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Proj./Ativ.	2.066	Func. e Manut. da Secretaria de Finanças
59	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-1.000.000,00
60	3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 Aplicações Diretas	-270.000,00

Soma Rec Prop 15% 3.970.000,00	
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES 13.645.000,00	
TOTAL ANULAÇÃO 13.645.000,00	

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.666, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº 1.666, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
ORÇAMENTO. Suplementação orçamentária através de remanejamento de dotação no orçamento do Poder Legislativo Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais), na dotação orçamentária do Poder Legislativo Municipal, na forma abaixo:

SUPLEMENTA:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara
R\$ 1.000.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 700.000,00

TOTAL R\$ 1.000.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

ANULA:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

1.132 - Ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores
..... R\$ 1.000.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 R\$ 1.000.000,00
TOTAL R\$ 1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

DECRETO Nº 1.667, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº. 1.667, DE 12 DE JUNHO DE 2014.
COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Altera o inciso II do art. 3º do Decreto nº 1.646, de 09 de maio de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 79 da Lei Orgânica do Município, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O inciso II do art. 3º do Decreto nº 1.646, de 09 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

II - aquisições, contratações, alterações e prorrogações de contratos e instrumentos congêneres de materiais, serviços e obras, cuja despesa seja igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);"(N.R)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 12 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

PORTARIA Nº. 1841/2014.

PORTARIA Nº. 1841/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALESSANDRA CAMPOS DE ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Andreza Patrícia Zulan, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1842/2014.
PORTARIA Nº. 1842/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR MILTON ZANINI JUNIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Roselito Souza Coelho, que se encontra readaptado.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1843/2014.
PORTARIA Nº. 1843/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR ELEZIA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/04/2014 a 21/06/2014, face ao impedimento da titular Edilene Izidoro Schutz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1844/2014.
PORTARIA Nº. 1844/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR THAIS MARGARETE AZEVEDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Abilio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1845/2014.

PORTARIA Nº. 1845/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROSILENE ZEFIR DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Santa Marta da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1846/2014.

PORTARIA Nº. 1846/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR PEDRO JORGE DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Projeto Mais Educação, no (a) GE Frei Damião, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2014

a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1847/2014.

PORTARIA Nº. 1847/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FRANK JOÃO DEMETRIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Fabíola Marega de Valgas, que se encontra exercendo suas funções junto ao GE Najla Carone Guedert.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1848/2014.

PORTARIA Nº. 1848/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ABEGAIL BUSSOLO FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1849/2014.

PORTARIA Nº. 1849/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LIBANIA CRISTINA GOMES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

Palmitos

PREFEITURA

Editais de Notificação 740/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 740/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV5684	54095919E	5010/0	15/08/2013	162 * I
IGX5929	54095544E	5010/0	28/06/2013	162 * I
IGX5929	54095545E	6599/2	28/06/2013	230 * V
IGX5929	54095546E	5169/1	28/06/2013	165
IMW1256	54095916E	5010/0	15/08/2013	162 * I
IOR3534	54095914E	5010/0	09/08/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 741/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 741/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHE8042	54926385D	5525/0	15/08/2013	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 742/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 742/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABC4317	54926542D	5010/0	07/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
ASD6147	54095665E	5169/1	02/06/2013	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 743/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 743/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJC5662	54925632D	5010/0	26/07/2013	162 * I
MJC5662	54925636D	5061/0	26/07/2013	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 744/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 744/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEN4607	54925633D	5614/3	26/07/2013	182 * V
MEK4953	54095901E	5614/1	14/07/2013	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 745/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 745/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAO6619	54095805E	6920/0	28/05/2013	R\$ 127,69	233
MGX9515	54926318D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 746/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 746/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDF3306	54804467C	5541/1	29/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 747/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 747/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CXU9868	54095883E	6920/0	21/08/2013	233
DEE3478	54095630E	6645/0	19/08/2013	230 * X
LXO7049	54095620E	5010/0	09/08/2013	162 * I
LYS1127	54095859E	6912/0	22/08/2013	232
LYS1127	54095860E	5045/0	22/08/2013	162 * V
LYW0236	54095912E	5010/0	07/08/2013	162 * I
MAY7948	54095636E	5045/0	27/08/2013	162 * V
MAY7948	54095637E	6637/2	27/08/2013	230 * IX
MAY7948	54095927E	6599/2	27/08/2013	230 * V
MCV9602	54095928E	5010/0	27/08/2013	162 * I
MFY1668	54804496C	5045/0	11/08/2013	162 * V
MJO0316	54095880E	6920/0	16/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 748/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 749/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CTJ6098	54925924D	6610/1	23/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
CTJ6098	54926538D	6548/0	26/05/2013	R\$ 85,12	229
ECT4913	54095843E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
IKB3413	54926540D	6599/2	16/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAX4063	54805572C	6548/2	23/03/2012	R\$ 85,12	229
MDX7591	54926306D	6920/0	05/01/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 749/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 749/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CTJ6098	54925924D	6610/1	23/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
CTJ6098	54926538D	6548/0	26/05/2013	R\$ 85,12	229
ECT4913	54095843E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
IKB3413	54926540D	6599/2	16/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAX4063	54805572C	6548/2	23/03/2012	R\$ 85,12	229
MDX7591	54926306D	6920/0	05/01/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2014.

Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 27 de junho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 27/06/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Edital de Chamada Pública Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Edital de Chamada Pública nº 002/2014. O município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, situada na Rua Sérgio Glevinski, nº 134, neste município, Chamada Pública nº 002/2014, para a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar oriundos da agricultura familiar, conforme previsto na Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2007, resolução 38 do FNDE de 16/07/2009. Os grupos formais deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda até o dia 30 de junho de 2014, às 08:30hs, na sala de licitações da prefeitura. Os interessados poderão obter maiores informações no endereço supra citado ou pelo telefone 47 3653 2166.

Papanduva, 12 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Contrato Nº 063/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 063/2014, Referente à Dispensa de Licitação nº 077/2014.

Objeto: locação de imóvel para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Contratada: ZEGMUNDO CHISLINSKI, totalizando o montante de R\$ 13.866,00 (treze mil e oitocentos e sessenta e seis reais), sendo R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês. Vigência: a contagem do prazo deste contrato terá início no dia 03 de junho de 2014 e termino no dia 31 de dezembro de 2014.

Papanduva/SC, 03 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de Convênio 005/2014 Pmpt

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 005/2014/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC

Valor R\$ SEM ÔNUS

Vigência: Início 11.06.2014 Término: 11.06.2015

Objeto: Cooperação Técnica visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal e vegetal

Passo de Torres, 11 de Junho de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Edital 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 004/2014

1 - Objetivo: Contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de atuar como, Motorista de Veículo em Geral - CNH "D", Motorista de Ônibus e Ambulância - CNH "D", Cursos: PH - Urgência e Emergência e Coletivo, Servente, Braçal, Guarda e Professor de Biologia, nas Secretarias Municipais do Município de Passo de Torres.

2 - Amparo Legal: Leis Municipais nº 513 de 25 de agosto de 2005, 736, 737 de 29 de abril de 2011 e 922 de 16 de abril de 2014.

3 - Inscrições: 20 de junho de 2014, das 13h e 30min às 17h e 30 min, na Prefeitura Municipal de Passo de Torres, sito à rua Beira Rio nº 20 - Centro - Passo de Torres S/C.

4 - Outras informações: Edital Completo afixado no mural interno da Prefeitura Municipal, Sito à Rua Beira Rio, 20 - Centro - Passo de Torres.

Passo de Torres - SC de 10 junho de 2014.

Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado

Passos Maia

PREFEITURA

Decreto Nº 271, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 271, de 03 de junho de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" e "III", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 102.586,48 (cento e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08 - Assistência Social

06.01.08.244 - Assistência Comunitária

06.01.08.244.801 - Assistência Social Geral

06.01.08.244.801.1.003 - Obras de Infraestrutura Social

4.4.90.00.00.0.3.00.0 - Aplicações Diretas	106	R\$	12.587,48
4.4.90.00.00.0.1.24.0 - Aplicações Diretas	061	R\$	89.999,00
TOTAL		R\$	102.586,48

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 12.586,48 (doze mil quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior da Fonte 03.00 - Recursos Ordinários - Superávit, e R\$ 89.999,00 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), proveniente do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com a SDR-Xanxerê, proposta de Transferência n. 11570, Fonte de recursos 0.1.24 - Transferência de Convênio - Outros

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 03 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 272, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 272, de 03 de junho de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" e "III", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 108.213,40 (cento e oito mil, duzentos e treze reais e quarenta centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08 - Assistência Social

06.01.08.244 - Assistência Comunitária

06.01.08.244.801 - Assistência Social Geral

06.01.08.244.801.1.003 - Obras de Infraestrutura Social

4.4.90.00.00.0.3.00.0 - Aplicações		
Diretas	106	R\$ 8.213,40
4.4.90.00.00.0.1.24.0 - Aplicações		
Diretas	061	R\$ 100.000,00
TOTAL		R\$ 108.213,40

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 8.213,40 (oito mil, duzentos e treze reais e quarenta centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior da Fonte 03.00 - Recursos Ordinários - Superávit, e R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com a SDR-Xanxerê, proposta de Transferência n. 13158, Fonte de recursos 0.1.24 - Transferência de Convênio - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 03 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 273, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 273, de 03 de junho de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" e "III", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 185.965,78 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), os quais serão destinados

a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - Departamento de Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.361 - Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.1.007 - Ampliação da Rede Física Fundamental

4.4.90.00.00.0.3.01.0 - Aplicações		
Diretas	107	R\$ 35.965,78
4.4.90.00.00.0.1.22.0 - Aplicações		
Diretas	034	R\$ 150.000,00
TOTAL		R\$ 185.965,78

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 35.965,78 (trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior da Fonte 03.01 - Receita e Impostos Educação - Superávit, e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), proveniente do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com a SDR-Xanxerê, proposta de Transferência n. 12289, Fonte de recursos 0.1.22 - Transferência de Convênio - Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 03 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 274, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 274, de 03 de junho de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 509.927,24 (quinhentos e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - Departamento de Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.361 - Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.1.007 - Ampliação da Rede Física Fundamental

4.4.90.00.00.0.1.22.0 - Aplicações		
Diretas	034	R\$ 509.927,24

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 509.927,24 (quinhentos e

nove mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) proveniente do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com o FNDE, Fonte de recursos 0.1.22 - Transferência de Convênio - Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 03 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

Decreto Nº 275, de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 275, de 11 de junho de 2014.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" e "III", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 123.609,40 (cento e vinte e três mil, seiscentos e nove reais e quarenta centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

07.01 - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
07.01.20 - Agricultura
07.01.20.606 - Extensão Rural
07.01.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural
07.01.20.606.2001.2.030 - Manutenção da Secretaria de Agricultura de Desenvolvimento Econômico

4.4.90.00.00.0.3.00.0 - Aplicações Diretas	108	R\$	23.609,40
4.4.90.00.00.0.1.24.0 - Aplicações Diretas	109	R\$	100.000,00
TOTAL		R\$	123.609,40

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 23.609,40 (vinte e três mil, seiscentos e nove reais e quarenta centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior da Fonte 03.00 - Recursos Ordinários - Superávit, e R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com a SDR-Xanxerê, proposta de Transferência n. 13251, Fonte de recursos 0.1.24 - Transferência de Convênio - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 11 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 276, de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 276, de 11 de junho de 2014.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.999,00 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social
06.01.16 - Habitação
06.01.16.482 - Habitação Urbana
06.01.16.482.1601 - Sistema Habitacional
06.01.16.482.1601.1.013 - Apoio ao Sistema Habitacional

4.4.90.00.00.0.1.24.0 - Aplicações			
Diretas	066	R\$	35.999,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 35.999,00 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais), provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com a SDR-Xanxerê, proposta de Transferência n. 9273, Fonte de recursos 0.1.24 - Transferência de Convênio - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 11 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes**PREFEITURA****Decreto Nº 17/2014**

DECRETO Nº 17/2014

Considerando que a Lei Municipal n. 1.615 de 11 de junho de 2014 autorizou o Chefe do Poder Executivo a receber em doação, a título gratuito, bens móveis pertencentes a particulares;

Considerando que a empresa Autopista Litoral Sul S.A. pretende fazer a doação de um automóvel ao Município de Paulo Lopes;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. O Município de Paulo Lopes recebe em doação da empresa Autopista Litoral Sul S.A, inscrita no CNPJ sob o n. 09.313.969/0001-97, a título gratuito, um veículo CITROEN, modelo Jumper F33C 23S, placa MLV 3616, RENAVAL 595245013, ano/modelo 2013/2014, a diesel, transformado para ambulância com 09 lugares;

Art. 2º. Após a tradição, o automóvel recebido em doação será de propriedade do Município de Paulo Lopes-SC, que passará a ser responsável por todos os ônus a ele inerentes;

Art. 3º. Antes da tradição do bem, deverá ser firmado contrato de doação entre o Município donatário e a empresa doadora;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 13 de junho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 19/2014

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2014 DE 06/05/2014 conforme Processo Licitatório 035/2014. Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES ; Contratada: ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ nº07.973.179/0001-02,

Objeto: Obra de construção de ponte na Rua Teodora Marcos e ponte na Servidão Vitorino Dobrandino Marcos no bairro Morro do Freitas. Finalidade: Acrescentar o valor de R\$ 13.920,49 (Treze mil novecentos e vinte reais e quarenta e nove centavos) referente à alteração de projeto conforme planilha.

02 de junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****Contrato Nº 374/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 374/2014 - RH/PMP

Contratado (A): RAQUEL DAMASIO, na função de servente/merendeira, início em 12/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 375/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 375/2014 - RH/PMP

Contratado (A): MARIA DORVALINA PEREIRA, na função de servente/merendeira, início em 12/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Pp25/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº55/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA, GRELHA E TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 26/06/2014 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 27/06/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 13 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 221, de 11 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 221, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 022/2014, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 024/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, cujo objeto visa a aquisição de seguros para veículos de propriedade da administração pública, pelo preço total de R\$ 4.780,00 (quatro mil e setecentos e oitenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
11 DE JUNHO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 220, de 11 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 220, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 022/2014, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 022/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa BMC HYUNDAI S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 14.168.536/0001-25, cujo objeto visa a aquisição de um equipamento escavadeira hidráulica, pelo preço total de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
11 DE JUNHO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 219, de 11 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 219, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 025/2014, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 025/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa AUTO ELITE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.270.397/0010-50, cujo objeto visa a aquisição de um veículo para o gabinete do prefeito, pelo preço total de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
11 DE JUNHO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 218, de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 218, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia para pavimentação em pedras irregulares - Linha Navegantes, interior do Município de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO: Projeto: locação - Prancha 1;

II - ANEXO: Projeto: situação/estaqueamento - Prancha 2;

III - ANEXO: Projeto: drenagem/detalhes - Prancha 3,

IV - ANEXO: Memorial Descritivo;

V - ANEXO: Planilha de Orçamento Global;

VI - ANEXO: Cronograma físico- financeiro;

VII - ANEXO: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Art. 2º. Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
10 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Portaria Nº 217, de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 217, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia para pavimentação em pedras irregulares - Linha Túnel, interior do Município de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO: Projeto: locação - Prancha 1;

II - ANEXO: Projeto: situação/estaqueamento - Prancha 2;

III - ANEXO: Projeto: drenagem/detalhes - Prancha 3,

IV - ANEXO: Memorial Descritivo;

V - ANEXO: Planilha de Orçamento Global;

VI - ANEXO: Cronograma físico- financeiro;

VII - ANEXO: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Art. 2º. Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
10 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Lei Complementar Nº 203, de 10 de Junho de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 203, DE 10 DE JUNHO DE 2014.
ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2007.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º
I -

Revogado.

Revogado.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
10 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 208/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 208/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO NOVO.

LICITAÇÃO: Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2014

EMPRESA CONTRATADA: AUTO ELITE LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais)

DATA DO CONTRATO: 11 de junho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 209/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 209/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE UMA IMPRESSORA para a Secretaria Municipal de Educação,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 130/2014

EMPRESA CONTRATADA: NHOATTO INFORMATICA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e/ou serviço no valor de R\$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais).

DATA DO CONTRATO: 11 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 207/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 207/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria da Agricultura e Educação.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 129/2014

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 1.535,68 (um mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos.)

DATA DO CONTRATO: 06 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Edital de Teste Seletivo Nº 006/2014

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 006/2014

Art. 1º - O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA o resultado das Prova Objetivas e (Provas Objetivas + Provas de Títulos), referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital de Teste Seletivo Nº 001/2014, conforme abaixo discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
94921	29/05/1990	55,0	1.
95295	08/05/1993	47,5	Não aprovado
95126	21/12/1981	45,0	Não aprovado

95452	14/04/1972	42,5	Não aprovado
-------	------------	------	--------------

ATENDENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95166	21/06/1995	37,5	Não aprovado
95523	18/02/1992	N/C	Desclassificado

ENFERMEIRO PSF (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95516	23/08/1989	70,0	1.
95147	12/03/1988	65,0	2.
95084	13/08/1991	55,0	3.
95369	15/10/1984	52,5	4.
94843	30/10/1989	52,5	5.
95286	10/06/1988	50,0	6.
95174	04/12/1979	45,0	Não aprovado
95529	17/10/1981	40,0	Não aprovado
94996	04/11/1980	N/C	Desclassificado

FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95495	19/03/1991	62,5	1.
95020	30/12/1984	60,0	2.
95542	22/09/1988	60,0	3.
95461	20/03/1989	57,5	4.
95519	25/10/1986	55,0	5.
95501	22/04/1989	55,0	6.
95384	18/04/1979	52,5	7.
95510	27/10/1986	52,5	8.
95509	02/09/1991	52,5	9.
95444	20/12/1990	47,5	Não aprovado
95442	12/01/1976	45,0	Não aprovado
94827	08/01/1980	35,0	Não aprovado
95539	18/03/1982	N/C	Desclassificado
95329	24/09/1985	N/C	Desclassificado
95041	06/06/1988	N/C	Desclassificado

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
94967	03/03/1988	67,5	1.
94830	18/02/1993	62,5	2.
95092	26/04/1983	60,0	3.
94808	10/09/1983	60,0	4.
94888	11/09/1991	57,5	5.
95451	15/09/1992	57,5	6.
95533	12/01/1993	57,5	7.
95185	23/05/1988	55,0	8.
95457	14/06/1988	55,0	9.
95446	17/09/1991	55,0	10.
94842	25/02/1985	50,0	11.

94838	02/01/1990	50,0	12.
95455	26/03/1990	50,0	13.
95255	28/10/1990	50,0	14.
95422	08/12/1992	50,0	15.
94863	31/03/1989	47,5	Não aprovado
94917	12/08/1987	45,0	Não aprovado
95029	22/08/1991	45,0	Não aprovado
95159	28/12/1991	42,5	Não aprovado
94988	05/05/1991	37,5	Não aprovado
94943	15/03/1989	37,5	Não aprovado
95508	01/03/1982	N/C	Desclassificado
95179	05/12/1989	N/C	Desclassificado

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95498	25/08/1970	40,0	Não aprovado
94973	16/01/1957	42,5	Não aprovado

OPERÁRIO BRAÇAL

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95471	06/01/1925	77,5	1.
95472	24/04/1951	57,5	2.

PROFESSOR

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA FINAL	RESULTADO
95512	27/05/1971	-o-	45,0	45,0	Não aprovado
95500	25/01/1976	-o-	40,0	40,0	Não aprovado
95481	15/01/1990	-o-	47,5	47,5	Não aprovado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA FINAL	RESULTADO
95497	12/10/1979	10,0	57,5	67,5	1.
95494	10/11/1971	10,0	55,0	65,0	2.
95513	29/09/1973	-o-	50,0	50,0	3.
95491	10/06/1978	-o-	45,0	45,0	Não aprovado
95469	26/05/1987	-o-	42,5	42,5	Não aprovado

PSICÓLOGO

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95095	10/10/1991	72,5	1.
95517	07/07/1956	70,0	2.
94944	17/06/1972	67,5	3.
94989	03/06/1989	67,5	4.
94941	03/03/1986	65,0	5.

94938	02/04/1979	62,5	6.
94797	17/06/1982	62,5	7.
95070	21/12/1988	60,0	8.
94882	31/01/1992	60,0	9.
95537	04/01/1991	57,5	10.
95115	07/06/1991	52,5	11.
95520	02/04/1985	47,5	Não aprovado
95540	24/09/1985	47,5	Não aprovado
95414	09/04/1989	47,5	Não aprovado
95214	27/08/1991	47,5	Não aprovado
94934	02/05/1992	42,5	Não aprovado
95522	04/09/1978	27,5	Não aprovado
95532	06/08/1979	27,5	Não aprovado

SERVENTE

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95405	13/09/1968	92,5	1.
95515	08/12/1925	90,0	2.
95172	24/10/1979	87,5	3.
94923	21/04/1987	80,0	4.
95506	26/04/1968	77,5	5.
95401	13/06/1962	75,0	6.
95527	20/01/1969	57,5	7.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95086	07/09/1981	67,5	1.
95499	06/06/1972	42,5	Não aprovado
95530	29/03/1985	45,0	Não aprovado

Art. 2º - Ficam convidados os candidatos inscritos neste certame, bem como, os demais interessados para participarem da Audiência Pública, para a identificação dos candidatos, que será realizada no dia 14 de junho de 2014, com início às 10h00min, no Centro Educacional Padre Trudo Plessers, sito à Rua Oclides Scortegagna, 66 - Centro, em Pinheiro Preto - SC.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Pinheiro Preto - SC,
12 de junho de 2014.
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2014
Processo Administrativo n.º 017/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS ZERO KM, ANO E MODELO 2014, DE FABRICAÇÃO NACIONAL/MERCOSUL, NA COR BRANCA, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO, PARA AS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DE RECURSOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - CONVÊNIO N.º 2014TR438 E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 30/06/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 30/06/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 12 de Junho de 2014.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000395/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000395/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.
Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
AAQ6634 8762040638 08/05/2014 6050-3
AKY0070 8762039070 05/04/2014 7455-0
AQU8902 8762039555 16/04/2014 7455-0
ARP4699 8762040695 12/05/2014 7455-0
ASV2706 8762040172 25/04/2014 7455-0

BBF1903 8762040322 02/05/2014 7455-0
 CMD5679 8762039259 05/04/2014 7455-0
 CYA4774 8762040651 07/05/2014 7455-0
 DDR4555 8762040657 09/05/2014 5673-2
 DGL8092 8762039289 10/04/2014 7455-0
 DQH9946 8762039217 04/04/2014 7455-0
 DQH9946 8762040458 05/05/2014 7455-0
 DTA5851 8762038965 29/03/2014 7455-0
 GPU1790 8762039108 04/04/2014 7455-0
 HNF7740 8762041069 14/05/2014 7455-0
 HZC2048 8762039384 13/04/2014 7455-0
 IGW6172 8762041028 14/05/2014 7463-0
 INS0588 8762039162 02/04/2014 7463-0
 IOS7040 8762041128 14/05/2014 7455-0
 IOY2166 8762038880 25/03/2014 7455-0
 IPY9395 8762038847 25/03/2014 7455-0
 IRC4363 8762040406 27/04/2014 7455-0
 ISM1968 8762039355 09/04/2014 7455-0
 JSP4791 8762040416 01/05/2014 7455-0
 KOI4691 8762041121 14/05/2014 7455-0
 KZU3746 8762040644 04/05/2014 7455-0
 LCX1111 8762040645 04/05/2014 7471-0
 LXO9488 8762041263 11/05/2014 7455-0
 LXQ2277 8762039095 01/04/2014 5673-2
 LXS7902 8762040606 08/05/2014 7455-0
 LYC7998 8762041111 14/05/2014 7455-0
 LYJ3910 8762040691 12/05/2014 7455-0
 LYM3446 8762038994 27/03/2014 6050-3
 LYU6388 8762039145 31/03/2014 7455-0
 LYV7316 8762041148 14/05/2014 7455-0
 LYW1350 8762040485 04/05/2014 7455-0
 LYY3139 8762039155 01/04/2014 7455-0
 LZB3208 8762040436 29/04/2014 7455-0
 MAA9685 8762040537 07/05/2014 7455-0
 MAM3927 8762041075 14/05/2014 7455-0
 MAR8828 8762039263 06/04/2014 5673-2
 MBU6028 8762039223 06/04/2014 7463-0
 MBU7692 8762039136 04/04/2014 7455-0
 MBY2934 8762041352 11/05/2014 7455-0
 MCD5309 8762039315 13/04/2014 7455-0
 MCE2448 8762039148 01/04/2014 7455-0
 MCI1820 8762040772 14/05/2014 7455-0

MCK9962 8762040915 14/05/2014 7455-0
 MCV7127 8762041155 14/05/2014 7455-0
 MDI0366 8762040482 04/05/2014 7455-0
 MDI0366 8762040483 04/05/2014 7463-0
 MDJ2261 8762038932 25/03/2014 7455-0
 MDK5459 8762040431 03/05/2014 7455-0
 MDU9811 8762039408 12/04/2014 7455-0
 MDY5977 8762039125 02/04/2014 7455-0
 MEG0603 8762041211 14/05/2014 7455-0
 MEK4614 8762040987 14/05/2014 7455-0
 MEM5160 8762038898 30/03/2014 5673-2
 MES0410 8762039034 27/03/2014 6050-3
 MES6659 8762039153 01/04/2014 7455-0
 MFM1718 8762039132 03/04/2014 7455-0
 MFN0645 8762039264 06/04/2014 5673-2
 MFN6247 8762039416 13/04/2014 6050-3
 MFT5073 8762040571 04/05/2014 7455-0
 MFW7678 8762040925 14/05/2014 7455-0
 MGA8897 8762041072 14/05/2014 7455-0
 MGG2024 8762039068 05/04/2014 7463-0
 MGI3726 8762041183 12/05/2014 7455-0
 MGK1068 8762040949 14/05/2014 7455-0
 MGK3797 8762039292 10/04/2014 7463-0
 MGW6128 8762039174 03/04/2014 7455-0
 MGX9158 8762040294 27/04/2014 7455-0
 MGZ3491 8762038878 25/03/2014 7455-0

MHA5999 8762040579 05/05/2014 7455-0
 MHC5346 8762041194 13/05/2014 7463-0
 MHK7131 8762038882 29/03/2014 7455-0
 MHO3720 8762040722 14/05/2014 7455-0
 MIA3118 8762040440 05/05/2014 7455-0
 MIA6133 8762040843 14/05/2014 7463-0
 MIA6133 8762041135 14/05/2014 7455-0
 MID5166 8762041108 14/05/2014 7455-0
 MIG6867 8762040589 07/05/2014 7455-0
 MIJ2033 8762040905 14/05/2014 7455-0
 MIP6416 8762040295 27/04/2014 7455-0
 MIV8877 8762040856 14/05/2014 7455-0
 MJC4330 8762040677 12/05/2014 7471-0
 MJG7883 8762040744 14/05/2014 7463-0
 MJG8218 8762040975 14/05/2014 7455-0
 MJJ2888 8762040940 14/05/2014 7455-0
 MJT6628 8762039207 01/04/2014 7455-0
 MJW2205 8762040593 08/05/2014 7455-0
 MKI1783 8762040878 14/05/2014 7455-0
 MKJ6950 8762041304 17/05/2014 7455-0
 MKN5553 8762041333 16/05/2014 6050-3
 MKU3212 8762041364 15/05/2014 7455-0
 MKW0407 8762039042 31/03/2014 7463-0
 MKY1871 8762040950 14/05/2014 7455-0
 MKY2416 8762040239 01/05/2014 7455-0
 MLB1444 8762040448 05/05/2014 7455-0
 MLE4532 8762039159 02/04/2014 7463-0
 MLF4824 8762041355 11/05/2014 6050-3
 MLI1308 8762041345 15/05/2014 7455-0
 MLO1706 8762039430 11/04/2014 6050-3
 MMC9310 8762040578 05/05/2014 7455-0
 MMI7009 8762040540 10/05/2014 5673-2
 MMV8469 8762040231 30/04/2014 7455-0
 MOS6835 8762040601 10/05/2014 7455-0
 Infr./Desd. Enquadramento
 6050-3 208
 7455-0 218 * I
 5673-2 183
 7463-0 218 * II
 7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000396/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000396/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE

DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ADP0158 8762036471 10/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AIE3217 8762036444 12/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AJS9832 8762036221 02/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AJS9832 8762036238 05/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AJS9832 8762036358 07/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AKV1093 8762037292 06/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 ALO4165 8762037233 29/01/2014 7471-0 R\$ 574,61
 ALW2244 8762038000 25/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 ALW7886 8762036657 16/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AMA8468 8762035633 11/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMA8468 8762036216 31/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMA8468 8762037578 10/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AMB5903 8762037824 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AME5766 8762037234 29/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AMU2199 8762037360 09/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AQC6102 8762037189 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 BGD8775 8762036947 21/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 BJR5313 8762036257 03/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 BJR5313 8762036372 11/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 BMM1121 8762036295 04/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 BMM1121 8762036296 04/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 BMV8023 8762035868 17/12/2013 7471-0 R\$ 574,61
 BOF2950 8762037146 02/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 BPK3019 8762036299 05/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 CJJ2663 8762037440 05/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 COG3308 8762038495 16/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 CVV4802 8762035738 14/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CVV4802 8762037078 30/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 DGG2785 8762036896 25/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 EDL9651 8762036656 16/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 EKZ0904 8762036903 25/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 ELG2297 8762036838 21/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 EPH8351 8762037500 03/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 EUU6693 8762037374 08/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 EUX5763 8762037085 01/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 HMB5920 8762036446 06/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 IBA5065 8762037323 04/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 IBA5065 8762037340 06/02/2014 7471-0 R\$ 574,61
 IMV2384 8762038734 18/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 INI2626 8762037748 12/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 JFA8406 8762036969 25/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 JFA8406 8762037499 03/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 JVC8442 8762037514 09/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 KJB6445 8762037582 10/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LVK2019 8762036886 22/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LWV8363 8762037807 19/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 LXQ6323 8762036533 12/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LXS2749 8762036110 26/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXS2749 8762037289 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LXW0319 8762037057 28/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LXW8867 8762037335 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LYB9197 8762036286 03/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LYJ5117 8762035626 10/12/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LYW3338 8762037901 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LYY5309 8762036529 11/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZB8597 8762036746 16/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZG6823 8762037409 05/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZJ8794 8762036929 25/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZY0655 8762037370 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZZ9595 8762036814 26/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAC4342 8762037965 23/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAJ8393 8762037906 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MAN0457 8762037159 27/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MAX0408 8762036363 08/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MBA4142 8762027426 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBG7773 8762037313 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBK7387 8762035419 04/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBM0835 8762036574 18/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBN1829 8762038665 18/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBP4692 8762036970 26/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBR9494 8762036848 24/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBT8650 8762036328 05/01/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MBY1708 8762037007 31/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MCB2617 8762036118 28/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCF4881 8762037205 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCH8398 8762036271 31/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCL8889 8762036844 25/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCW3447 8762036854 20/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCX0793 8762037957 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCX0793 8762037972 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCX2183 8762036768 16/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MDA5919 8762037094 02/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MDC2811 8762036441 12/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MDI0366 8762037469 08/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDI0366 8762037942 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDL9731 8762037301 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDO1118 8762037117 02/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MEE7617 8762037722 16/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEJ0108 8762036674 14/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEJ0108 8762036972 26/01/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MEK4614 8762037935 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEL4602 8762037059 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEL9827 8762037299 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEN1941 8762036277 01/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MEQ7104 8762036644 14/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MES7406 8762036552 14/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEU2229 8762036227 02/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MEY0317 8762036635 13/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFA1151 8762037000 31/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFD0743 8762037222 29/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFH1813 8762037741 13/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFH3196 8762036378 11/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFI7808 8762037286 05/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFI8399 8762036592 14/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFM1386 8762037877 23/02/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MFQ8234 8762036911 20/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFR1213 8762036622 17/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGG0016 8762037347 07/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGK2177 8762037041 01/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MGM5217 8762036327 05/01/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MGN6601 8762037502 04/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGN8553 8762037459 09/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGO6179 8762037134 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGW9688 8762036263 31/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHA1900 8762036817 21/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHB8882 8762035952 18/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHD7974 8762035913 20/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHK3939 8762036273 31/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHP8161 8762037314 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MHQ0130 8762037698 10/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MHT1588 8762036799 22/01/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MHU7144 8762037798 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHW6828 8762036404 11/01/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MID5773 8762037281 05/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIF3276 8762037927 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIG1784 8762037137 31/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIK3143 8762037519 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIL1721 8762037066 02/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIO3906 8762037294 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIV8877 8762037400 04/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MIW2299 8762038774 22/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIY0480 8762036890 23/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJD3188 8762036355 07/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJF7722 8762037472 03/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJR2443 8762036426 07/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJT5662 8762037931 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJV3945 8762036231 03/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJX5736 8762036505 12/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKC0045 8762037594 11/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKC5597 8762037171 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKF3010 8762036785 20/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKI1783 8762036681 15/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKJ7213 8762036723 18/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKK8896 8762037371 06/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKN2856 8762037702 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKN2856 8762037731 17/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKV3091 8762037849 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKV8624 8762036484 11/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKZ9385 8762037350 07/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLD4488 8762036235 04/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLF4796 8762037474 04/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLH3997 8762036758 13/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLI1308 8762037102 28/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MLL8899 8762037621 14/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLQ9993 8762037912 20/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLR0990 8762037852 20/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MPE3818 8762037272 05/02/2014 7471-0 R\$ 574,61
 MYJ3203 8762037513 09/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 NOQ3419 8762036662 19/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

7463-0 218 * II

7471-0 218 * III

6050-3 208

5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000397/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000397/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAO2290 8762039954 17/04/2014 7455-0
 ABI4528 8762041004 14/05/2014 7455-0
 ACJ6612 8762040902 14/05/2014 7463-0
 ADN1379 8762039393 12/04/2014 7455-0
 AJZ0880 8762041032 14/05/2014 7463-0
 AMP0156 8762041179 11/05/2014 7455-0
 AQD9293 8762040457 05/05/2014 7455-0
 BDV0040 8762040689 12/05/2014 7455-0
 BIX8846 8762040098 21/04/2014 7455-0
 BNX0887 8762040054 22/04/2014 7455-0
 CNE8119 8762039482 18/04/2014 7463-0
 DCH3404 8762040594 09/05/2014 7455-0
 DIT4980 8762040633 10/05/2014 7455-0
 DIT4980 8762041367 17/05/2014 7455-0
 DJF6808 8762041163 14/05/2014 7455-0
 DLR3532 8762040866 14/05/2014 7455-0
 DMG2932 8762041007 14/05/2014 7455-0
 DVI8292 8762039642 18/04/2014 7455-0
 EAG1545 8762041218 15/05/2014 7455-0
 GSF7239 8762041156 14/05/2014 7455-0
 GUC3967 8762041044 14/05/2014 7455-0
 HRL7045 8762040679 12/05/2014 7455-0
 HRO9287 8762040979 14/05/2014 7455-0
 IDL2844 8762041198 13/05/2014 7455-0
 IIH9000 8762041255 11/05/2014 7463-0
 ILZ9866 8762041353 11/05/2014 7455-0
 IOX8406 8762040603 04/05/2014 7455-0
 JPB5522 8762041186 12/05/2014 7455-0
 JQU8797 8762041076 14/05/2014 7463-0
 KKW2540 8762040815 14/05/2014 7455-0
 LXM0259 8762041188 13/05/2014 7455-0
 LXS0689 8762039699 19/04/2014 7455-0
 LXV5488 8762039364 10/04/2014 7455-0
 LYA2421 8762040609 04/05/2014 7455-0
 LYK3121 8762041313 11/05/2014 5673-2
 LYM7859 8762040764 14/05/2014 7455-0
 LY07529 8762039331 12/04/2014 6050-3
 LY09129 8762040046 21/04/2014 7455-0
 LYT0449 8762040666 12/05/2014 7455-0
 LYZ7866 8762041145 14/05/2014 7463-0
 LZM3674 8762039360 10/04/2014 7455-0
 LZU8651 8762041319 13/05/2014 7455-0
 MAF4877 8762039046 01/04/2014 7455-0
 MAH9930 8762040685 12/05/2014 7455-0
 MAK7104 8762039631 18/04/2014 7455-0
 MAR3883 8762040630 10/05/2014 7455-0
 MAR3883 8762040655 09/05/2014 7455-0

MAT5745 8762041012 14/05/2014 7463-0
 MBC0790 8762040103 23/04/2014 7455-0
 MBK6250 8762040777 14/05/2014 7455-0
 MBL1073 8762040599 10/05/2014 7455-0
 MBL7272 8762040037 23/04/2014 7455-0
 MBQ2538 8762041316 11/05/2014 7455-0
 MBU9738 8762041008 14/05/2014 7455-0
 MBU9738 8762041149 14/05/2014 7463-0
 MCL7128 8762040719 14/05/2014 7455-0
 MCM9120 8762039613 18/04/2014 7455-0
 MCQ9809 8762039330 11/04/2014 5673-2
 MCY2333 8762041245 17/05/2014 6050-3
 MDD2292 8762039219 05/04/2014 7455-0
 MDI3621 8762039500 14/04/2014 7463-0
 MDJ0714 8762039236 01/04/2014 6050-3
 MDQ2808 8762039410 13/04/2014 7455-0
 MDR1318 8762039396 08/04/2014 6050-3
 MEH1083 8762039268 07/04/2014 7463-0
 MEK3978 8762040109 24/04/2014 7455-0
 MER8795 8762039982 17/04/2014 7455-0

MEW4817 8762041357 13/05/2014 7455-0
MFD8474 8762040583 06/05/2014 7455-0
MFF1143 8762040049 21/04/2014 7455-0
MFI9689 8762039340 10/04/2014 7455-0
MFJ9178 8762041285 15/05/2014 7455-0
MFK0085 8762040923 14/05/2014 7463-0
MFK0933 8762040865 14/05/2014 7455-0
MFK8648 8762040455 05/05/2014 7455-0
MFR8646 8762039906 16/04/2014 7455-0
MFS5934 8762039233 05/04/2014 7463-0
MFZ1097 8762041339 17/05/2014 7455-0
MGJ5093 8762040114 24/04/2014 7455-0
MGK1718 8762040760 14/05/2014 7455-0
MGQ2038 8762040886 14/05/2014 7455-0
MGW1554 8762039287 09/04/2014 7455-0
MHA1306 8762040676 12/05/2014 7455-0
MHF9254 8762039656 20/04/2014 7455-0
MHL0031 8762041257 11/05/2014 7463-0
MHM1017 8762041197 13/05/2014 7455-0
MHM7290 8762040717 14/05/2014 7455-0
MHO7686 8762039119 31/03/2014 7471-0
MHS8416 8762040687 12/05/2014 7455-0
MIB9739 8762041191 13/05/2014 7463-0
MII1555 8762039998 17/04/2014 7455-0
MIL5700 8762041026 14/05/2014 7455-0
MIM0098 8762040769 14/05/2014 7455-0
MIR0412 8762039346 07/04/2014 7455-0
MIS1763 8762040674 12/05/2014 7455-0
MIY1615 8762039240 05/04/2014 5673-2
MJB5933 8762039168 03/04/2014 7455-0
MJI2246 8762040762 14/05/2014 7455-0
MJJ3436 8762039283 09/04/2014 7455-0
MJL4025 8762040835 14/05/2014 7455-0
MJR2188 8762040739 14/05/2014 7455-0
MJR7361 8762041171 11/05/2014 7455-0
MJT4646 8762041190 13/05/2014 7463-0
MKB2945 8762040262 30/04/2014 7455-0
MKB7373 8762040741 14/05/2014 7455-0
MKD0236 8762039099 05/04/2014 5673-2
MKN5553 8762040195 21/04/2014 7463-0
MLB1444 8762040697 12/05/2014 7455-0
MLU1018 8762040497 06/05/2014 7471-0
MLV5382 8762041225 17/05/2014 7455-0
MMA6058 8762040533 04/05/2014 7455-0
OLW6968 8762040818 14/05/2014 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

7463-0 218 * II

5673-2 183

6050-3 208

7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000398/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000398/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACE0384 8762036820 23/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

ADU5007 8762036516 12/01/2014 6050-3 R\$ 191,53

AKW9428 8762036755 19/01/2014 5673-2 R\$ 85,12

AKW9428 8762036756 19/01/2014 6050-3 R\$ 191,53

ALB9732 8762037746 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

AMP0156 8762038322 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

ARE3020 8762037709 14/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

ARS0156 8762037033 29/01/2014 7463-0 R\$ 127,69

ARY8750 8762038173 25/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

ATG1106 8762036394 11/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

AVB3493 8762037640 17/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

AWF5381 8762036822 23/01/2014 5673-2 R\$ 85,12

AXX5773 8762037413 05/02/2014 7463-0 R\$ 127,69

BFZ9001 8762036225 02/01/2014 7471-0 R\$ 574,61

BGD8775 8762038412 04/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

BRF1901 8762037508 08/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

CAJ9437 8762037095 02/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

CKY6077 8762038134 02/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

CPH7404 8762035986 22/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

CZD3187 8762036400 07/01/2014 5673-2 R\$ 85,12

DES4860 8762037377 03/02/2014 5673-2 R\$ 85,12

EHH8741 8762036738 13/01/2014 6050-3 R\$ 191,53

EMD4980 8762036793 21/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

EMD4980 8762036818 22/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

GLZ3609 8762037046 28/01/2014 6050-3 R\$ 191,53

HSA9843 8762037687 14/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

IHB9279 8762036214 31/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

IJP0040 8762037811 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

IKY9343 8762036382 12/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

ILV4634 8762036241 30/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

ILV4634 8762036802 24/01/2014 7463-0 R\$ 127,69

IUE8499 8762037708 13/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

JMC3320 8762037548 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

JPR9072 8762038290 04/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

KNO5102 8762036816 21/01/2014 7463-0 R\$ 127,69

KVA9242 8762037918 21/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LWW0634 8762037978 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXA2673 8762038871 29/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXC0856 8762038074 27/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXC0856 8762038182 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXP7302 8762037973 23/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXQ4005 8762037038 31/01/2014 5673-2 R\$ 85,12

LXR5950 8762038323 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXR9020 8762037108 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

LZF7070 8762038138 03/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LZU8651 8762037743 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MAA9685 8762037603 12/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MAC4342 8762038313 08/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MAF5997 8762037468 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MAK3732 8762036025 23/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAO7102 8762036351 06/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

MAO7102 8762036361 08/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAQ2688 8762037775 15/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MAV3196 8762037511 09/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAY8572 8762037979 23/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MBA5678 8762036388 06/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MBD4995 8762036368 10/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBG7923 8762038129 01/03/2014 7471-0 R\$ 574,61
 MBL3132 8762036740 18/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBL7446 8762037475 04/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBP2144 8762037457 08/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBT8650 8762038384 08/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBU3807 8762037027 02/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBW9989 8762038075 27/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBZ1313 8762037785 13/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCA1862 8762037155 27/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCB3454 8762036236 04/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCI8291 8762036365 10/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCJ0474 8762037018 01/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCK8285 8762037596 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCL8284 8762037598 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCT6874 8762037538 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCW2834 8762038375 06/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDH3214 8762037324 04/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDM5653 8762036573 17/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDO8295 8762037089 01/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDR9689 8762037717 15/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEB3128 8762037316 03/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MEG3661 8762036344 01/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEI4671 8762038259 03/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEK5965 8762036315 04/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MER1676 8762025650 18/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MFA7697 8762037749 12/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFA7697 8762037783 12/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFB0632 8762038024 25/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFE5041 8762037113 01/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFH0882 8762037951 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFI9665 8762038091 24/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFJ3698 8762038369 05/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFJ5308 8762037348 07/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFK9253 8762037967 20/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFM1376 8762039017 24/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFP5320 8762037551 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFT4245 8762036317 05/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFV5483 8762036449 07/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFX5301 8762038409 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGB0375 8762037608 12/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGB4154 8762036727 15/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGC6398 8762037637 17/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGT1818 8762038367 05/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGVS329 8762038128 01/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGY8839 8762037960 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHA5437 8762038346 04/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHC3659 8762036544 13/01/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MHC3659 8762037044 27/01/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MHG5346 8762036952 21/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHG9427 8762036582 19/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MHG9657 8762038184 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHI1346 8762037454 08/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHL5248 8762037025 02/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHN2945 8762036778 19/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHO3550 8762037162 27/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHP6244 8762037618 13/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHR4891 8762037341 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHV6136 8762037446 07/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIB1937 8762038097 25/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MIC9809 8762037295 06/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIE5906 8762037884 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIG5603 8762035873 19/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

MIO4920 8762036462 09/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIP1406 8762037795 17/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIT9423 8762037759 15/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIV8391 8762036877 21/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIX2439 8762038131 01/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIZ8124 8762037352 08/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIZ9183 8762025287 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJE5556 8762038104 25/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJQ4399 8762036745 15/01/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MJQ4399 8762037168 27/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MJQ9405 8762037650 16/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKB1085 8762036223 02/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKC4316 8762037712 15/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKK3092 8762037448 07/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKN5826 8762036229 02/01/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MKW0307 8762038298 05/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKZ9385 8762037595 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLB2950 8762037536 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLB8578 8762036916 21/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLB8578 8762036953 22/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLL8899 8762038037 27/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLL8903 8762037865 20/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MMA6494 8762036821 23/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MMB9501 8762036710 18/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 NKN5044 8762038867 29/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

6050-3 208

5673-2 183

7463-0 218 * II

7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001494/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001494/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

FBD2320 54450434E 13/05/2014 6920-0

LXP6422 54450433E 13/05/2014 6920-0

MAP0593 54882401E 24/04/2014 6599-2
 MAP0593 54882402E 24/04/2014 6726-1
 MAP0593 54882403E 24/04/2014 6556-1
 MCA8723 54882497E 25/04/2014 6556-1
 MCA8723 54882498E 25/04/2014 6637-2
 MCA8723 54882499E 25/04/2014 6726-1
 MDE2327 54450436E 13/05/2014 6920-0
 MDM1132 54450438E 13/05/2014 6920-0
 MDM2994 54882869E 17/05/2014 5010-0
 MDM2994 54882870E 17/05/2014 5061-0
 MDM2994 54882871E 17/05/2014 5169-1
 MDM2994 54882872E 17/05/2014 5177-0
 MEF6353 54882873E 18/05/2014 6653-1
 MFP6916 54450490E 18/05/2014 5045-0
 MKB4205 54882136E 15/05/2014 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

6599-2 230 * V

6726-1 230 * XVIII

6556-1 230 * I

6637-2 230 * IX

5010-0 162 * I

5061-0 163 c/c 162 * I

5169-1 165

5177-0 166

6653-1 230 * XI

5045-0 162 * V

6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001495/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001495/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AKY0070 54882152E 14/04/2014 6793-0

AMR2178 54882274E 16/05/2014 5185-2

BOB0449 54985330E 13/04/2014 5550-0

BYF8402 54985423E 08/05/2014 5452-3

DAY2400 54882077E 13/04/2014 5185-1

DIT4980 54450175E 07/04/2014 5967-0

HZC2048 54882475E 18/04/2014 5185-1

IPM4514 54985430E 08/05/2014 5193-0

JMK0002 54450421E 14/04/2014 5185-1

JVH8109 54450418E 14/04/2014 5185-1

LZU9744 54985328E 13/04/2014 5550-0

MAQ8275 54882167E 14/05/2014 5525-0

MEB5854 54985406E 07/05/2014 5541-6

MEU3164 54450048E 13/04/2014 5185-1

MFL9266 54985285E 02/04/2014 5967-0

MGQ2544 54450273E 09/05/2014 5185-2

MGQ8303 54882085E 22/04/2014 5967-0

MGX5704 54882124E 06/05/2014 5185-1

MKO9718 54985324E 13/04/2014 5550-0

MKV1077 54985337E 15/04/2014 7366-2

Infr./Desd. Enquadramento

6793-0 231 * II * b

5185-2 167

5550-0 181 * XVIII

5452-3 181 * VIII

5185-1 167

5967-0 203 * V

5193-0 168

5525-0 181 * XV

5541-6 181 * XVII

7366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001496/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001496/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACF2599 54450067E 02/03/2014 5169-1 R\$ 1915,38

AIU9407 54449657E 31/01/2014 6726-1 R\$ 127,69

AUZ9009 54449922E 06/01/2014 6920-0 R\$ 127,69

DEX9431 54450030E 21/02/2014 5010-0 R\$ 574,61

DEX9431 54450031E 21/02/2014 5118-0 R\$ 574,61

GQD7748 54450017E 08/02/2014 6637-2 R\$ 127,69

GQD7748 54450018E 08/02/2014 6602-0 R\$ 191,53

LZC3812 54449804E 11/01/2014 5169-1 R\$ 1915,38

LZC3812 54449805E 11/01/2014 5177-0 R\$ 191,53

LZD3822 54450061E 03/02/2014 6920-0 R\$ 127,69
 LZX9216 54450401E 22/02/2014 5010-0 R\$ 574,61
 MAJ1688 54449994E 01/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
 MBM9367 54450214E 20/02/2014 6599-2 R\$ 191,53
 MDI0366 54449830E 21/02/2014 6769-1 R\$ 85,12
 MDR0730 54450220E 22/02/2014 6602-0 R\$ 191,53
 MEQ2246 54450375E 20/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
 MFB0632 54449810E 24/01/2014 6610-2 R\$ 127,69
 MFG6012 54449985E 31/01/2014 6637-2 R\$ 127,69
 MFP0650 54449035E 22/02/2014 5169-1 R\$1915,38
 MFR2628 54450228E 22/02/2014 5169-1 R\$1915,38
 MHH3916 55346446D 16/12/2013 5045-0 R\$ 191,53
 MHH3916 55346447D 16/12/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MHH3916 55346448D 16/12/2013 5142-0 R\$ 191,53
 MHJ0123 54450058E 24/01/2014 5010-0 R\$ 574,61
 MHJ0123 54450059E 24/01/2014 5061-0 R\$ 574,61
 MJR2443 54450368E 18/02/2014 6912-0 R\$ 53,20
 MJR2443 54450371E 18/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
 MKN2856 54450894E 10/02/2014 5045-0 R\$ 191,53
 MKN2856 54450895E 10/02/2014 5169-1 R\$1915,38
 MPE3818 54449684E 05/02/2014 6556-1 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5169-1 165
 6726-1 230 * XVIII
 6920-0 233
 5010-0 162 * I
 5118-0 164 c/c 162 * I
 6637-2 230 * IX
 6602-0 230 * VI
 5177-0 166
 6599-2 230 * V
 6769-1 230 * XXII
 6610-2 230 * VII
 5045-0 162 * V
 5142-0 164 c/c 162 * V
 5061-0 163 c/c 162 * I
 6912-0 232
 6556-1 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001497/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001497/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS

ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AUS1611 54449572E 14/12/2013 5185-1 R\$ 127,69
 BUO0082 54449933E 12/02/2014 5207-0 R\$ 53,20
 GQD7748 54450014E 08/02/2014 5967-0 R\$ 191,53
 GQD7748 54450015E 08/02/2014 5835-0 R\$ 127,69
 GQD7748 54450016E 08/02/2014 5967-0 R\$ 191,53
 ICL7236 54449961E 21/01/2014 5223-2 R\$ 85,12
 IEI3393 54985255E 08/01/2014 5185-1 R\$ 127,69
 IHU3924 54450210E 20/02/2014 5185-1 R\$ 127,69
 LYI6780 54449690E 12/02/2014 5185-1 R\$ 127,69
 MDP3452 54450468E 02/04/2014 5185-1 R\$ 127,69
 MJR2443 54449934E 05/02/2014 5835-0 R\$ 127,69
 MKF3010 54449976E 21/01/2014 5185-1 R\$ 127,69
 MKI7714 54449966E 21/01/2014 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167
 5207-0 169
 5967-0 203 * V
 5835-0 195
 5223-2 171

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001498/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001498/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ABV3053 54450126E 24/04/2014 6556-1
 IHB9279 54882206E 15/05/2014 5045-0
 IHB9279 54882207E 15/05/2014 6912-0
 JPV6099 54882302E 26/04/2014 6726-1
 JPV6099 54882303E 26/04/2014 6637-2
 LXX6889 54882490E 24/04/2014 5061-0
 LXX6889 54882491E 24/04/2014 5010-0
 LYW1641 54882146E 20/05/2014 6920-0
 LZP3634 54882413E 14/05/2014 5010-0
 LZP3634 54882414E 14/05/2014 5118-0
 LZP3634 54882416E 14/05/2014 6599-2
 LZP3634 54882803E 14/05/2014 6556-1

LZP3634 54882804E 14/05/2014 6769-1
 LZP3634 54882805E 14/05/2014 6726-1
 LZW9595 54882913E 22/05/2014 5010-0
 LZW9595 54882914E 22/05/2014 5118-0
 MDH0879 54449148E 25/04/2014 6920-0
 MDV8772 54882144E 20/05/2014 6920-0
 MFA1766 54450180E 18/04/2014 6912-0
 MGX1826 54882308E 26/04/2014 6637-2
 MHV4220 54449142E 25/04/2014 6920-0
 MHV4220 54450176E 15/04/2014 6610-2
 MHV4220 54450177E 14/04/2014 6408-0

Infr./Desd. Enquadramento

6556-1 230 * I
 5045-0 162 * V
 6912-0 232
 6726-1 230 * XVIII
 6637-2 230 * IX
 5061-0 163 c/c 162 * I
 5010-0 162 * I
 6920-0 233
 5118-0 164 c/c 162 * I
 6599-2 230 * V
 6769-1 230 * XXII
 6610-2 230 * VII
 6408-0 221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001499/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001499/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

JPV6099 54882301E 26/04/2014 5185-1
 MAH9251 54985486E 15/05/2014 5193-0
 MCT2052 54450182E 21/04/2014 5207-0
 MCY0296 54985350E 17/04/2014 5665-0
 MFG7006 54985478E 14/05/2014 5452-1
 MGJ2806 54985332E 13/04/2014 5550-0
 MHG4502 54985398E 06/05/2014 5550-0
 MHG4502 54985399E 06/05/2014 5738-0

MJL0172 54985497E 22/05/2014 5525-0
 MKU0594 54985498E 22/05/2014 5185-1
 MKX9030 54985312E 13/04/2014 5550-0
 MLT4950 54985325E 13/04/2014 5550-0

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167
 5193-0 168
 5207-0 169
 5665-0 182 * X
 5452-1 181 * VIII
 5550-0 181 * XVIII
 5738-0 186 * II
 5525-0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001500/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001500/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACD0618 54450257E 16/01/2014 5169-1 R\$ 1915,38
 COH2791 54450216E 20/02/2014 6645-0 R\$ 127,69
 ICX7857 54450366E 17/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
 ICX7857 54450367E 17/02/2014 5169-1 R\$ 1915,38
 JHE3638 54449659E 31/01/2014 6912-0 R\$ 53,20
 KNO5102 54450266E 31/01/2014 6912-0 R\$ 53,20
 LZA9251 54449846E 14/03/2014 6912-0 R\$ 53,20
 LZA9251 54449848E 14/03/2014 7340-0 R\$ 85,12
 LZE0119 54449689E 11/02/2014 6602-0 R\$ 191,53
 MBN2179 54450109E 21/02/2014 6912-0 R\$ 53,20
 MBN2179 54450110E 21/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
 MBV6891 54449575E 19/12/2013 6637-2 R\$ 127,69
 MCF5326 54449596E 05/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
 MDD5725 54450033E 01/03/2014 6637-1 R\$ 127,69
 MDO5971 54450247E 05/03/2014 7340-0 R\$ 85,12
 MDW1395 54449031E 15/02/2014 6599-2 R\$ 191,53
 MEC7633 54449036E 07/03/2014 6610-2 R\$ 127,69
 MGC7919 54450248E 05/03/2014 6599-2 R\$ 191,53
 MHH6469 54450208E 20/02/2014 5045-0 R\$ 191,53
 MJL5331 54450151E 26/02/2014 6556-1 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5169-1 165

6645-0 230 * X
 6637-2 230 * IX
 6912-0 232
 7340-0 252 * IV
 6602-0 230 * VI
 6637-1 230 * IX
 6599-2 230 * V
 6610-2 230 * VII
 5045-0 162 * V
 6556-1 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001501/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001501/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ANN1022 54449931E 27/01/2014 5835-0 R\$ 127,69

COH2791 54450215E 20/02/2014 5185-1 R\$ 127,69

JPR9072 54449972E 21/01/2014 5738-0 R\$ 191,53

MAB1334 54640490E 07/01/2014 5452-6 R\$ 127,69

MAZ7179 54882002E 14/03/2014 5185-1 R\$ 127,69

MCZ1308 54450451E 06/03/2014 7366-2 R\$ 85,12

MDD5725 54450034E 01/03/2014 6564-0 R\$ 191,53

MDR0730 54450245E 05/03/2014 5185-1 R\$ 127,69

MGP9822 54450154E 07/03/2014 5207-0 R\$ 53,20

MJY1674 54882003E 14/03/2014 7366-2 R\$ 85,12

MLJ3773 54449781E 01/02/2014 5835-0 R\$ 127,69

MLJ3773 54449782E 01/02/2014 7064-0 R\$ 191,53

MLJ3773 54449783E 01/02/2014 5878-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5835-0 195

5185-1 167

5738-0 186 * II

5452-6 181 * VIII

7366-2 252 * VI

6564-0 230 * II

5207-0 169

7064-0 244 * IV

5878-0 199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE JUNHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 05/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 05/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 13 de junho de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei nº 1489/07 e Lei no 37/11 e suas alterações. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 12 de junho de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

1º Termo de Retificação de Edital Concorrência 001/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL CONCORRÊNCIA 001/2014 PMPB

O município de Porto Belo inscrito no CNPJ/MF sob nº CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado no que segue:

Objeto: Concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do município de porto belo, pelo período de 10 (dez) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital.

Tipo: Menor Preço

A clausula primeira - Do objeto do Edital onde se lê:

Concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do município de porto belo, pelo período de 10 (dez) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital.

LÊ SE:

Concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do município de porto belo, pelo período de 15 (quinze) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital.

O item 5.2.3 - Prazo Contratual do Edital onde se lê:

5.2.3 - Prazo Contratual: O prazo de concessão será de 10 (dez) anos, contados a partir da data de início de operação, podendo ser prorrogado, ressalvado o interesse público, por igual período.

LÊ SE:

5.2.3 - Prazo Contratual: O prazo de concessão será de 15 (quinze)

anos, contados a partir da data de início de operação, podendo ser prorrogado, ressalvado o interesse público, pelo período de mais 10 (dez) anos.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação Concorrência pública 001/2014 PMPB e seus Anexos.

Porto Belo, 12 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Rio do Sul

PREFEITURA

Edital de Publicação de Acórdãos Nº 001/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 001/2014
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 10/06/2014, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 004/2013
Protocolo nº 138923/2013
Recorrente: ANA SALETE DE MENEZES
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, pela manutenção na íntegra do lançamento do IPTU do ano de 2012 para o imóvel cadastrado junto a base do Cadastro Imobiliário Municipal sob nº 37484, 37485, 37486, 37487 e 37488.

EMENTA: IPTU - PROGRESSIVIDADE EM RAZÃO DO VALOR DO IMÓVEL - PREVISÃO CONSTITUCIONAL - ART. 156, § 1º, I. DA CF/88 - PREVISÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (ART.194) - NÃO APLICABILIDADE NA PRÁTICA - PAUTA DE VALORES - MAJORAÇÃO DO IMPOSTO PARA OS ANOS DE 2007 A 2011 EFETUADA MEDIANTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 164/2006 - LEGALIDADE - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES MEDIANTE A UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL) UTILIZANDO O INPC - LEGALIDADE - SÚMULA Nº 160 DO STF - LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2000 - INCORREÇÃO NO CÁLCULO DA UFM NO ANO DE 2009 - ALEGAÇÃO NÃO COMPROVADA PELA RECORRENTE - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO - FATOR SITUAÇÃO NA QUADRA E PROFUNDIDADE DO IMÓVEL ALTERADOS POR FORÇA DA APROVAÇÃO DO CONDOMÍNIO FECHADO Nº 031/2004 E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. MANUTENÇÃO NA ÍNTEGRA DO LANÇAMENTO - RECURSO IMPROVIDO.

Leonice Witte
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Edital de Publicação de Acórdãos Nº 002/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 002/2014
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 12/06/2014, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Recurso Ordinário nº 007/2013
Protocolo nº 142505/2013
Recorrente: MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Negado provimento ao Recurso, mantendo a notificação de lançamento de tributo municipal.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO PÚBLICO - NÃO HÁ IMUNIDADE - STF ADIn nº 3089-2/DF. ISS. BASE DE CÁLCULO VARIÁVEL - APLICÁVEL O ART. 9º, § 1º, DL nº 406/68. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA.

CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA.

Recurso Ordinário nº 008/2013
Protocolo nº 142506/2013
Recorrente: MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Negado provimento ao Recurso, mantendo a notificação de lançamento de tributo municipal.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO PÚBLICO - NÃO HÁ IMUNIDADE - STF ADIn nº 3089-2/DF. ISS. BASE DE CÁLCULO VARIÁVEL - APLICÁVEL O ART. 9º, § 1º, DL nº 406/68. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA.

Recurso Ordinário nº 009/2013
Protocolo nº 142507/2013
Recorrente: MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Negado provimento ao Recurso, mantendo a notificação de lançamento de tributo municipal.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO PÚBLICO - NÃO HÁ IMUNIDADE - STF ADIn nº 3089-2/DF. ISS. BASE DE CÁLCULO VARIÁVEL - APLICÁVEL O ART. 9º, § 1º, DL nº 406/68. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA.

Recurso Ordinário nº 010/2013
Protocolo nº 142508/2013
Recorrente: MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Negado provimento ao Recurso, mantendo a notificação de lançamento de tributo municipal.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO PÚBLICO - NÃO HÁ IMUNIDADE - STF ADIn nº 3089-2/DF. ISS. BASE DE CÁLCULO VARIÁVEL - APLICÁVEL O ART. 9º, § 1º, DL nº 406/68. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA.

Recurso Ordinário nº 011/2013
Protocolo nº 142509/2013
Recorrente: MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Negado provimento ao Recurso, mantendo a notificação de lançamento de tributo municipal.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO PÚBLICO - NÃO HÁ IMUNIDADE - STF ADIn nº 3089-2/DF. ISS. BASE DE CÁLCULO VARIÁVEL - APLICÁVEL O ART. 9º, § 1º, DL nº 406/68. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA.

Leonice Witte-Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Termo de Convocação - Ediane Coelho

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EDIANE COELHO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Terapeuta Ocupacional, 30 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC),
12 de junho de 2014.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 005/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 005/2014

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 07 de Julho de 2014, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 141396/2013
Nome do Recorrente: Attiva Inst Planej e Proj Culturais Ltda
Nº do Recurso: 006/2013
Procuradores: Mauricio Probst, Vanessa Cristina Pasqualini,
Karla Dayrane Xavier, Simone Cátia Stolf ou Janir Niehus

Rio do Sul, 12 de Junho de 2014.
LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

Termos Aditivos Contratos Administrativos Nº 274/2013 A 268/2011

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013 firmado em 10/07/2013, com término previsto para 30/06/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DE ARAÚJO portador(a) do CPF nº 037.190.429-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANA PAULA DE ARAUJO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 543/2012 firmado em 11/04/2012, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA KUROSKI , portador(a) do CPF nº 037.377.199-18, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 543/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 543/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANGELA KUROSKI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2014 firmado em 07/05/2014, com término previsto para 06/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIELA CRITINA FERREIRA , portador(a) do

CPF nº 047.649.159-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 310/2014, iniciando-se a prorrogação em 07/06/2014 e encerrando-se em 05/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/06/2014.

GIVANILDO SILVA ANTONIELA CRISTINA FERREIRA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011 firmado em 23/08/2011, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIO MINATTI, portador(a) do CPF nº 891.719.859-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA FABRICIO MINATTI
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 735/2008 firmado em 05/05/2008, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIO CESAR ALVES, portador(a) do CPF nº 004.091.669-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 735/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0735/2008, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014

GIVANILDO SILVA JULIO CESAR ALVES
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 598/2012 firmado em 04/07/2012, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUIZ FELIPE RAHN, portador(a) do CPF nº 066.098.969-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 598/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 598/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUIZ FELIPE RAHN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011 firmado em 22/02/2011, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MACILDA REICH BONI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011 firmado em 01/08/2011, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA BELLA CRUZ, portador(a) do CPF nº 501.139.929-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NILZA BELLA CRUZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2011 firmado em 05/05/2011, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA PORTO, portador(a) do CPF nº 379.330.789-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NILZA PORTO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022 firmado em 15/01/2007, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) OSMARINA BASTOS SCHROEDER, portador(a) do CPF nº 311.160.949-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 022, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.
GIVANILDO SILVA OSMARINA BASTOS SCHROEDER
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0585/2009 firmado em 22/06/2009, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA NICOLLADELLI, portador(a) do CPF nº 032.688.639-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0585/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0585/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.
GIVANILDO SILVA PRISCILA NICOLLADELLI
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 721/2009 firmado em 04/08/2009, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA APARECIDA BATISTA, portador(a) do CPF nº 941.844.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 721/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 721/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.
GIVANILDO SILVA SILVIA APARECIDA BATISTA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011 firmado em 17/05/2011, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDONI FAUSTINO, portador(a) do CPF nº 379.454.759-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/06/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VALDONI FAUSTINO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços 20/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 20/2014 FMS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de papelaria, expediente e suprimentos de informática para atender necessidade de diversos setores desta secretaria.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 24 de junho de 2014 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 09:00 do dia 23 de junho de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 de 2ª à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Contrato Nº. 030/2014 FMS

CONTRATO Nº. 030/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, MARCIA CORREA RIBEIRO, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO

Nº. 03/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na rua Tuiuti, nº 154, centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Marcia Correa Ribeiro, inscrita no CPF sob nº 851.069.509-10, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços técnicos especializados em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor
03.01.01.004-8	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	6,30

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, não devendo exceder a 342 atendimentos por mês e o valor de R\$ 2.154,60 (dois mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira será executado pela profissional MARCIA CORREA RIBEIRO, inscrita no CPF sob nº. 851.069.509-10, com registro no conselho respectivo sob o nº. CRP/SC 12/12891, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica e do CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento) do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário constante na cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto nº. 1.232, de 30/08/1994, Portaria/MS/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito à multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 02 de Junho de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Marcia Correa Ribeiro Contratada
--	-------------------------------------

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 882.569.600-00

2) Jurema Lanznaster
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 469.743.859-00

Correção de Publicação de Edital de Pregão Presencial 23/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL
CORREÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 23/2014

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para atender as necessidades do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) do Município de Rio do Sul - SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 17 de junho de 2014 às 08:30 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 16 de junho de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 12:00 e 13:00 às 16:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: elizeu.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 05 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 028 - de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 028 - DE 03 de JUNHO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.506/2014 de 14/04/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 08. ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 4.052 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Categoria Econômica 3. - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 01.00.00000

RED: 123

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS

Categoria Econômica 3. - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 01.00.00000

RED: 118

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.de Salto Veloso - SC, 03 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 029/2014, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO nº 029/2014, de 10 de junho de 2014.

Dispõem sobre o horário de expediente durante a Copa do Mundo 2014 - jogos do Brasil.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado que durante o período da Copa do Mundo, nos dias em que o Brasil estiver participando da competição, todas as repartições públicas municipais terminarão o expediente com 1 (uma) hora de antecedência aos jogos e no dia de abertura do

Mundial (12/06/14) não haverá expediente no período da tarde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 10 de junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital 63/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 63/2014- PR 63/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para aquisição de 3.716,86 m³ de Pedra brita graduada para recuperação de estradas vicinais do município de Santa Rosa do Sul, que será entregue parceladamente até 31/12/2014. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 10:45 horas do dia 23 de junho de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

Suspensão Edital de Pregão Nº 165/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário Municipal de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, SUSPENDER REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CASCALHO ORIGINÁRIO DE FRAGMENTO DE ROCHA, BRITADO, DE GRANULOMETRIA VARIANDO ENTRE 0 E 7 CM, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS, CONFORME ANEXO. Vem através deste comunicar que, devido a inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes, suspende-se o processo licitatório Pregão Presencial 165/2014 à vistas de publicação de nova data.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

2ª Retificação dos Editais de Pregão Nºs 73/2014 E 122/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2014.
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS EM APOIO A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS MULHERES ATRAVÉS DE CAPACITAÇÃO E DE AÇÕES QUE AUXILIAREM O SEU DESENVOLVIMENTO, CONFORME PLANO DE TRABALHO E CONVÊNIO Nº 0021/2013 -SPM/PR, PROCESSO Nº 00036.000914/2013-96 EM ANEXOS.

No Edital acima referenciado, no - ITEM 5.10 - PRAZO DE VIGÊNCIA, onde se lê 24 meses, leia-se até 31 de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

Lei Nº 3387/2014

Lei nº 3387/2014 1
LEI Nº 3387, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE-FURJ/UNIVILLE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE-FURJ/UNIVILLE, CNPJ/MF 84.714.682/0001-94, no valor total de até R\$ 96.800,00 (noventa e seis mil e oitocentos reais), recursos destinados para bolsas de estudo para alunos matriculados no Campus São Bento do Sul para os anos de 2014 e 2015.

§ 1º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido ao município, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente da FURJ e Reitora da Univille e o Diretor Financeiro.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava do presente Convênio, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Fundação Educacional da Região de Joinville-FURJ/UNIVILLE.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 6.025 - Subvenções ao Ensino Superior

Elemento de Despesa: 33.5041.00 Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE-FURJ UNIVILLE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE-FURJ/UNIVILLE, entidade de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.714.684-0001-94, estabelecida à Rua Paulo Malschitzki, 10, Zona Industrial, Campus Universitário, Joinville/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada pelo Presidente da FURJ e Reitora da Univille Sra. SANDRA APARECIDA FURLAN, portadora da Carteira de Identidade nº 13.651.838-2, CPF/MF nº 060.049.908-17,

residente e domiciliada à Rua Samuel Heusy, 392, CS220, Bom Retiro, Joinville/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a distribuição de bolsas de estudo para alunos da UNIVILLE, campus São Bento do Sul constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2975/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 96.800,00 (noventa e seis mil e oitocentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em 12 (doze) parcelas mensais, de R\$ 8.066,66 (oito mil, sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) cada uma, sendo que o recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 3428-2, Conta Corrente nº 5.531-X, em favor da Fundação Educacional da Região de Joinville-FURJ.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da Dotação do Orçamento Vigente, conforme segue:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 6.025 - Subvenções ao Ensino Superior

Elemento de Despesa: 33.5041.00 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovante de despesas em primeira via sendo: relação dos alunos beneficiados, contendo nome completo, nº do CPF, endereço residencial, telefone e assinatura, valor da mensalidade integral, valor do desconto concedido e valor da mensalidade com o desconto;

e) Cópia do edital e relação dos alunos inscritos;

f) Critérios de concessão do percentual do desconto;

g) Extrato bancário com movimentação completa do período;

h) Parecer do Conselho Curador, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de julho de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA FURLAN

Presidente da FURJ e Reitora da UNIVILLE

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

Errata Portarias Nº 5818/5819/5820

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1505, de 11 de junho de 2014, página 1058, na publicação da Portaria nº 5818/2014, no local que se lê "Art. 6º" leia-se "Art. 4º", no local que se lê "Art. 7º" leia-se "Art. 5º" e no local que se lê "Art. 8º" leia-se "Art. 6º".

No Diário Oficial Municipal nº 1505, de 11 de junho de 2014, página 1059, na publicação da Portaria nº 5819/2014, no local que se lê "Art. 6º" leia-se "Art. 4º", no local que se lê "Art. 7º" leia-se "Art. 5º" e no local que se lê "Art. 8º" leia-se "Art. 6º".

No Diário Oficial Municipal nº 1505, de 11 de junho de 2014, página 1059, na publicação da Portaria nº 5820/2014, no local que se lê "Art. 6º" leia-se "Art. 4º", no local que se lê "Art. 7º" leia-se "Art. 5º" e no local que se lê "Art. 8º" leia-se "Art. 6º".

Aviso de Licitação - Pregão Nº 180/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de junho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO E AJUDANTE, PARA PEQUENOS REPAROS NO CREAS, CRAS, FAMILIAS DE APOIO, CONSELHO TUTELAR, CAFI E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME RELAÇÃO DE HORAS ANEXA. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 186/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2014

MAIOR LANCE OU OFERTA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:30 horas do dia 27 de junho 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARME ELETRÔNICO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CAFI E CRAS DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

SAMAE**Extrato de Contrato Nº 46/2014**

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 46/2014
Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada.: CRISTIAN DIAS - ME
Vigência: Início: 20/05/2014 - Término: 20/05/2015
Licitação: 32/2014
Recursos: Dotação:
(16) 3.3.90.39.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente
(39) 3.3.90.39.00 - Setor de Abastecimento de Água- Exercício Vigente

Objeto: Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização de janelas e portas de vidro dos imóveis do SAMAE, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo e insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nº 47/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 47/2014
Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada.: DRYLLER COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE HIDRÓXIDOS LTDA
Vigência: Início: 06/06/2014 - Término: 06/06/2015
Licitação: 22/2014
Recursos: Dotação:
(35) 3.3.90.30.00.00.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente.

Objeto: Aquisição, de forma parcelada de hidróxido de cálcio em suspensão, para uso no tratamento de água da ETA - Estação de Tratamento de Água.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nº 48/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 48/2014
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA - ME
Vigência: Início: 10/06/2014 - Término: 10/06/2015

Licitação: 35/2014

Recursos: Dotação:

(39) 3.3.90.39.00 - Setor de Abastecimento de Água
(112) 3.3.90.39.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário
(16) 3.3.90.39.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Objeto: Aquisição, de forma parcelada de hidróxido de cálcio em suspensão, para uso no tratamento de água da ETA - Estação de Tratamento de Água.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

Aviso N.55/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.55/2014
Edital:TOMADA DE PREÇOS - N.55/2014.
Tipo : Menor preço

Objeto:CONCLUSÃO DE PAVILHÕES IND. CFME PROJETO

ETAPA II. Entrega dos Envelopes:09:00hrs -dia 30 de junho de 2014.Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 30 de junho de 2014.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000.

SAO CARLOS, 12 de junho de 2014.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

Termo Aditivo Prefe N. 025, de 03/06/2014- 2º Termo Aditivo ao Contrato N. 57/2011 de 08 de Dezembro de 2011.

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO
MÊS/ANO 025/2014
TERMO ADITIVO PREFE N. 025, DE 03/06/2014- 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 57/2011 de 08 de dezembro de 2011.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 050/2011, Modalidade Concorrência n. 003/2011.
DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: DALTRO CÉSAR MENEGASSI ME
CNPJ/CPF: 05.569.735/0001-94
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

Termo Aditivo: Prefe N. 023 de 02/06/2014 (Terceiro Termo Aditivo)

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO
MÊS/ANO: JUNHO/2014
TERMO ADITIVO: PREFE N. 023 de 02/06/2014 (TERCEIRO TERMO ADITIVO)

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 009/2013 Tomada de Preços 001/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato PREFE n. 030, de 03/04/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: Visoli Construtora Ltda.
CNPJ: 02.131.315/0001-01
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 06/10/2014

Número Contrato: Prefe 044 de 04/06/2014

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
MÊS/ANO: JUNHO/2014
NÚMERO CONTRATO: PREFE 044 DE 04/06/2014

VALOR: R\$ 440,00 mensais

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/06/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATO DE RATEIO RELATIVO AO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n.

29.784-B

CONTRATANTE: Município de São Domingos - SC
CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
CNPJ: 84.592.369/0005-54

DATA FINAL VIGÊNCIA: 31/12/2014

São José

PREFEITURA

Pregão Eletrônico Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2014 - Processo nº 066/2014.

Objeto: Contratação de empresa(s) para aquisição de materiais de consumo destinados a estruturação da rede dos serviços de proteção social especial da APAE de São José, em atenção ao convênio SINCONV nº 743605/2010 do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 13/06/2014 às 18h00min até dia 26/06/2014, às 14h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 26/06/2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Presencial 045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 045/2014 - Processo nº 164/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de condicionadores de ar com instalação, destinados ao Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para Idosos - CATI, do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 26/06/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/06/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Notificação Nº 004/2014

NOTIFICAÇÃO nº 004/2014

Os Presidentes da Tomada de Contas Especial - Portarias nº 006 e 007/2013, de 19 de setembro de 2013, considerando a impossibilidade de comunicação via AR, ante sua devolução pelos correios, fazem publicar em edital e notificam o Sr. TELMO PADILHA - CPF nº 295.201.420-53, com registro de endereço na Rua Martinho de Haro, 199, apto. 203, Ingleses - Florianópolis/SC - 88058-540, ex-presidente da Autarquia São José Previdência, para que tome ciência da conclusão dos trabalhos e do Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial.

P.R.I.

São José/SC, 12 de junho de 2014.
LUÍS FABIANO DE ARAÚJO GIANNINI
Presidente - Portaria nº 007/2013

RODRIGO JOÃO MACHADO
Presidente - Portaria nº 006/2013

São José do Cedro

PREFEITURA

Primeira Retificação da Data de Abertura da Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº65/2014

Primeira Retificação da Data de Abertura da Licitação
PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº65/2014

O Município de São José do Cedro, justifica a alteração da data de recebimento, abertura e julgamento da habilitação e proposta dos proponentes interessados, devido a alteração realizada no descritivo constante no anexo I, referente ao item 01 do presente edital. A presente alteração da data constante no item 1.1 do referido edital, esta em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, Art. 21. Inciso § 4o. Desta forma, o presente Processo Licitatório nº 65/2014, Edital de Pregão Nº 65/2014, que tem como Objeto: Aquisição de um caminhão tratorado e um britador móvel para fins de adequação e manutenção das estradas vicinais do município, recursos provenientes do convênio n.2014TR001335, assinado entre o município de São José do Cedro e o Estado de Santa Catarina, e recursos próprios do município, será recebido as propostas até às 08:00 horas do dia 27/06/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 27/06/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, ou no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 137/2014, de 09 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2014, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 072/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 048/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA EPP, CNPJ nº 00.975.647/0001-39.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE.

Valor: R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubricas orçamentárias: D - 23/2014 - 06.01.06.122.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública; D - 48/2014 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00 - Manutenção das Ativ. da Secretaria Mun. Educação; D - 102/2014 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00 - Manutenção da Sec. do Desenvolvimento Urbano; D - 165/2014 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; e D - 143/2014 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 09/06/2014.

Vigência: de 09/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilmar Pedro Resende - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 139/2014, de 10 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014.
Origem: Decreto Municipal nº 4.884, de 09 de junho de 2014, de acordo com a Lei 8.666 de 1993.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locatária: IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS, CNPJ nº 78.505.138/0001-30.

Objeto: LOCAÇÃO DO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização de evento a ser promovido no dia 14 de junho de 2014, pela Locatária.

Valor: R\$ 336,60 (trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), correspondente a 3,74 (três vírgula setenta e quatro) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 13 de junho de 2014.

Data de Assinatura: 10/06/2014.

Vigência: durante o dia 14 de junho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador e Volmir Antonio Lalana - pela Locatária.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 117, de 01 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 117, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 117, de 01/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z6I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10501, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 12 de Junho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 131, de 01 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 131, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 131, de 01/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SG3R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10332, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 12 de Junho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 157, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 157, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 157, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TF8K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10315, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 12 de Junho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Lei Nº 2.166, de 12 de Junho de 2014.

LEI Nº 2.166, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a criação do Centro de Educação Infantil Municipal Cora Coralina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil Municipal Cora Coralina, localizado na rua Lauro Müller, s/nº, Loteamento Menequetti IV, bairro Santa Catarina, neste município de São Lourenço do Oeste - SC.

Paragrafo único. A unidade escolar, descrita no caput, efetuará o atendimento da Educação Infantil, compreendendo creche e pré-escola.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal

em execução.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.167, de 12 de Junho de 2014.

LEI Nº 2.167, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Moradores de Linha São João, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, especialmente o art. 55, inciso XXIX, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, mediante assinatura de convênio, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), à Associação dos Moradores de Linha São João, inscrita no CNPJ sob o nº 01.669.426/0001-03. Parágrafo único. O auxílio financeiro, de que trata o caput, será destinado para a reforma e ampliação do ginásio da comunidade de São João, neste município.

Art. 2º A associação beneficiada com recursos públicos, na forma do art. 1º, desta Lei, irá submeter-se à fiscalização do Poder Executivo, mediante apresentação de prestação de contas no prazo estabelecido no convênio a ser firmado, e nos termos do Decreto Municipal nº 4.304, de 07 de novembro de 2011.

Art. 3º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 140/2014, de 10 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014. Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 213/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 123/2009, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 5/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA, CNPJ nº 01.565.814/0001-36.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 213/2009, de 22/12/2009 até a data de 22/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, pelos serviços prestados, o valor de R\$ 2.449,16 (dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 14.041,85 (quatorze mil, quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos) no período de 30 de junho a 22 de dezembro de 2014. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 10/06/2014.

Vigência: de 30/06/2014 a 22/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joseli Célia Szczypkowski - pela Contratada.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 080/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 080/2014 - Pregão Presencial Nº 052/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CONSUMO JULHO/ AGOSTO/ SETEMBRO/ OUTUBRO E NOVEMBRO/2014.

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.

VALOR: R\$ 46.898,30 (quarenta e seis mil e oitocentos e noventa e oito reais e trinta centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 47.302,60 (quarenta e sete mil e trezentos e dois reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 15.108,50 (quinze mil e cento e oito reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 15.611,70 (quinze mil e seiscentos e onze reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01.

VALOR: R\$ 46.555,50 (quarenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 14.802,05 (quatorze mil e oitocentos e dois reais e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 186.278,65 (cento e oitenta e seis mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2014.

VIGÊNCIA: 11/06/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 55.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 55/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial - TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a Contratação de fornecedor especializado para prestação de serviços de lavagem de veículos para os veículos oficiais, considerados "veículos pequenos, médios e grandes e motocicleta" da frota da Prefeitura Municipal, englobando todas as secretarias, conforme termo de referencia no anexo ao Edital

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/07/2014 às 09:00h com CREDENCIAMENTO ATÉ ÀS 08:45h RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara,
12/06/2014 JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 268/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 268/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 054/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 054/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA FABIANA LOHN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA LOHN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 009.402.459-65, residente a Servidão Levi Guthia, nº. 543, Aririú, Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 054/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 054/2014 até o dia 12/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de junho de 2014.
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder**PREFEITURA****Termo Aditivo Nº. A05/2014 - FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A05/2014 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 139/2013 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Verônica Solange Rigo Scheer, inscrita no CPF sob o nº 020.353.459-01, portadora da Carteira de Identidade nº 6.122.112-3-SSP/PR.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 139/2013-FMS, celebrado em 02 de dezembro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 93/2013 - FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 30/2013- FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis para suprir as Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando o pedido de aditivo no valor de R\$ 284,50 (duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), aditivando 01 (uma) unidade ao item 09.

Enquadra-se nos termos do artigo 65 e seus dispositivos legais da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 09, a quantidade 01 (uma) unidade, no valor unitário de R\$ 284,50 (duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	UNIDADE	QUANTIDADE ADITIVADA	VALOR R\$ UNITÁRIO LICITADO	VALOR TOTAL ADITIVADO
09	Mesa de escritório em "L" com 02 Gavetas, confeccionada em madeira MDP de 15mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, cor marfim, acabamento das bordas com perfil de PVC preto flexível arredondado à 180º, 02 gavetas com puxadores e chaves com tranca da primeira gaveta, pés confeccionados em tubo de aço com pintura epoxi na cor preta. Dimensões: 140cm x 140cm . Altura das mesa: 75cm.	6	Unidade	01	284,50	284,50

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 284,50 (duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 16.083,40 (dezesesseis mil oitenta e três reais e quarenta centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 139/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de junho de 2014.

CONTRATADA:

COMERCIAL VITÓRIA LTDA

Verônica Solange Rigo Scheer

CPF no 020.353.459-01

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Extrato do Contrato Nº. 119/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 119/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 51/2014-PMS

Processo nº. 111/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SORRISO PURIFICADORES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.049.058/0001-79, estabelecida na Rua Reinoldo Rau nº. 818, sala 04, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-600.

Objeto: Constitui o presente contrato Aquisição e instalação de refis para bebedouros da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Refis Puricell, na Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa, Rua Paulo Jahn, nº 215	2	Unidade	70,00	140,00

02	Refis Puricell, na Recpção do Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	2	Unidade	70,00	140,00
03	Refis Puricell, na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	2	Unidade	70,00	140,00
04	Refis Puricell, CEIM Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, nº 60	2	Unidade	70,00	140,00
05	Refis Puricell, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Rua Blumenau, 123, Centro	2	Unidade	70,00	140,00
06	Refis Puricell, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Rua Paulo Jahn, 245, Centro	2	Unidade	70,00	140,00
TOTAL R\$					840,00

Valor do contrato: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 12/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I Errata de Pregão Presencial Nº. 04/2014-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2014-FAS

PROCESSO Nº. 10/2014-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 04/2014-FAS, visando a contratação de empresa para fornecimento de sistema para gestão da Política Pública de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 30 de junho de 2014

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 30 de junho de 2014 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Inclui-se:

VI - DA PROPOSTA COMERCIAL:

6. A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

[...]

A proponente vencedora deverá demonstrar e comprovar de que o software ofertado atende plenamente as funcionalidades previstas. Esta apresentação deverá ser feita à comissão de licitação e à comissão de técnicos responsáveis da Assistência Social e Setor de Informática no ato da licitação.

Schroeder, 13 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 07/2014 - PM

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2014 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 110/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Professora Nilza Kuster, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 81,50 m e área total de 815,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003510, do apoio ao sistema viário - FUNDOSOCIAL, 41094, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2014 às 14h

Abertura do Processo: 30 de junho de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de junho de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 10/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2014-FMS
PROCESSO Nº. 46/2014-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de veículos zero quilometro para transportes de pacientes para consultas e exames fora do domicílio (TFD) da atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de julho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de julho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 13 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 08/2014 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2014 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 112/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2014 às 14h

Abertura do Processo: 30 de junho de 2014 às 15h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de junho de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 11/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2014-FMS
PROCESSO Nº. 47/2014-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de recargas e suportes de extintores para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de julho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de julho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 13 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 08/2014 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2014 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 112/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2014 às 14h

Abertura do Processo: 30 de junho de 2014 às 15h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de junho de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 09/2014 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2014 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 113/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, implementação e montagem de Passarela metálica medindo 64,00 metros X 2,00 metros, mais serviços preliminares e sinalização, passarela na Ponte do Rio Itapocuzinho na entrada principal do Município de Schroeder na Rua Jaraguá - bairro Centro Sul - divisa entre os Municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, de acordo com o programa de transferência 2014002888, Apoio ao sistema viário FUNDOSOCIAL 41094, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2014 às 10h45min

Abertura do Processo: 30 de junho de 2014 às 11h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de junho de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.980/2014 de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.980/2014 de 12 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.020/2014 de 10 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 75.440,00 (setenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Jurídica R\$ 35.440,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.122.3001.2.309 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Saúde e Assistência Social

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil . R\$. 25.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 8.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.1.319 - Aquisição de Veículos

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 35.440,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.981/2014 de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.981/2014 de 12 de junho de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.022/2014 de 10 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 339.999,99 (trezentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.100,00
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00
05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção do Pré-Escolar
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Material de Consumo R\$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00
05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00
05.02.12.368.3009.2.325 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 22.899,99

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 160.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.361.3009.1.317 - Reformas, Ampliações e Construções de Unidades Escolares
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 299.999,99

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.982/2014 de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.982/2014 de 12 de junho de 2014
ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.022/2014 de 10 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.096,80 (quatro mil noventa e seis reais e oitenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Obras e Instalações R\$ 4.096,80

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.096,80

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Nº. 120/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 120/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 52/2014-PMS

Processo nº. 114/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.666.159/0001-89, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº 353, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-230

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de cadeiras para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cadeira giratória revestida em courino espuma poliuretano injetada, tratamento superficial, estrutura em pintura epóxi preto, base giratória com regulagem de altura, pistão a gás, tipo de encosto espaldar médio regulável, cadeira ergonômica, espuma 55 a 60 kg/m3, cinco pés com rodinhas duplas.	4	unidade	272,00	1.088,00
TOTAL R\$					1.088,00

Valor do contrato: R\$ 1.088,00 (um mil e oitenta e oito reais)

Data da Assinatura: 12/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Dispensa Nº 51/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 51/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 111/2014 Data: 12/06/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: SORRISO PURIFICADORES LTDA - ME Endereço: RUA REINOLDO RAU, 818 SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 07.049.058/0001-79	Código: 11684 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição e instalação de refis para bebedouros da Secretaria de Saneamento e Gestao Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Refis Puricell, na Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa, Rua Paulo Jahn, nº 215	UN	70,00	140,00
2	2,00	Refis Puricell, na Recpção do Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	UN	70,00	140,00
3	2,00	Refis Puricell, na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	UN	70,00	140,00
4	2,00	Refis Puricell, CEIM Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, nº 60	UN	70,00	140,00
5	2,00	Refis Puricell, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Rua Blumenau, 123, Centro	UN	70,00	140,00
6	2,00	Refis Puricell, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Rua Paulo Jahn, 245, Centro	UN	70,00	140,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Sendo necessario a manutenção dos bebedouros existentes nas secretaria acima decritas. Sendo a mesma empresa que vendeu os referidos bebedouros.

Schroeder, 12 de Junho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 51/2014 - DL**

Processo Nr.: 111/2014
Data: 12/06/2014

Folha: 2/2

5/6/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Junho de 2014

Valor da Despesa: 840,00 (oitocentos e quarenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 52/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 52/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 114/2014 Data: 12/06/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP Endereço: R. VENÂNCIO DA SILVA PORTO, 353 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 80.666.159/0001-89	Código: 6080 Inscrição Estadual: 251.631.656
Objeto da Compra: Aquisição de cadeiras para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Cadeira giratória revestida em couro espuma poliuretano injetada, tratamento superficial, estrutura em pintura epóxi preto, base giratória com regulagem de altura, pistão a gás, tipo de encosto espaldar médio regulável, cadeira ergonômica, espuma 55 a 60 kg/m3, cinco pés com rodinhas duplas.	UN	272,00	1.088,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Visto que o contrato que existia venceu e que há necessidade de 4 cadeiras, pois foi contratado dois servidores novos Maira do financeiro e Hilmar engenheiro civil e também existe a necessidades de cadeiras para os funcionários Marcelo engenheiro civil e Natália da recepção.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 12 de Junho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 52/2014 - DL**

Processo Nr.: 114/2014
Data: 12/06/2014

Folha: 2/2

12/06/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Junho de 2014

Valor da Despesa: 1.088,00 (um mil e oitenta e oito reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial Nº 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de uma Carroceria Metálica Basculante (Caçamba) nova, para instalação no Caminhão Modelo Ford Cargo 2623 6x4, com o objetivo de proporcionar melhores condições e agilidade na execução dos serviços prestados pela Secretaria de Agricultura para o atendimento da demanda.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 02 de Julho de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 02 de Julho de 2014.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom
Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 13 de junho de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

Decreto 123/2014

DECRETO Nº 123, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUN-
DO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DFCRFTA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito orçamentário no valor de R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.02 - Fundo Municipal de Saúde

1.004 - Aquisição de Veículos P/ Saúde

[illegible]

4.4.90.00.00.00.00.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 23 (Recursos de Convênio)

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de junho de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decretos 132/2014

DECRETO Nº 132, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PRE-
FEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orcamentária).

DFCRFTA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

2.004 - Gestão da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

03.04 - DIRETORIA EXECUTIVA

2.003 - Gestão da Sec. Mun. de Obras, Viação e Serv. Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA

2.025- Manut. do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

06.02 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SOMBRIO

2.012 - Gestão da Política de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Extratos de Contratos 2014

CONTRATO nº118/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Cristiane Silva da Silva Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014.Assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº119/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Sandra Mendes Barbosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:06/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura06/02/14.

CONTRATO nº120/2014 Processo Seletivo: -01/2013 Contratado :MárciaCristinaAmaralCaetanoObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$ 1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº121/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado o:MárciaAnastácioSilveiraObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº122/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Daniela Felisberto Guolo Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal:R\$ 1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo: 03/02/2014,até31/12/2014Data assinatura03/02/14.

CONTRATO nº123/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Jucilani Vicente da Rocha Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil

valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº124/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Taise Espindula Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setentaecincoreaisdezcentavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014.

CONTRATO nº125/2014Processo Seletivo:-01/2013 Contratado:JoelmaA. Pereira Matheus Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº126/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Marileia de Matos Novelli Jeronimo Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$ 1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Datassinatura03/02/14.

CONTRATO nº127/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Juliana Elias Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:04/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura04/02/14.

CONTRATO nº128/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado :ElizangeladosSantosJoaquim Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº129/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado :QuelenJanineCardosoZambelliObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº130/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Carla Claudino Réus,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e Sessenta e seis reais e oitenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº131/2014 Processo Seletivo: -01/2013 Contratado: Lisa Tâmara do Nascimento,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) prazo:17/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura17/02/14.

CONTRATO nº132/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Juciane Rose Guimarães,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e três reais e Quarenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº133/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Terezinha A .Bete Paulino Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e três reais e Quarenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº134/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Quitéria Klemuk Marques Matos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) prazo:20/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura20/02/2014.

CONTRATO nº136/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Maria Helena Gomes Antoneli Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº137/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:E dnaMauraCoelhoObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenovecentavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

Extratos de Contratos/2014

CONTRATO nº138/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Sulma B. da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014.Assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº139/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Silvia Aparecida P.D. da Silveira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº140/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:MarileneGenerosoM.deSouzaObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014 Data assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº141/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Claudionara Cardoso de Oliveira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) Prazo:06/02/2014,até31/12/2014.Dataassinatura06/02/14.

CONTRATO nº142/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Marli Miranda de Lima Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal:R\$ 723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos)Prazo:10/02/2014 ,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº143/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Eliane Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº144/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Vilma Generoso da SilvaObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014.

CONTRATO nº145/2014Processo Seletivo:-02/2013 Contratado: Rosangela Rosa da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº146/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Josilene Leal Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº147/2014ProcessoSeletivo:-02/2013 Contratado:Silvanada Silva Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos) prazo:05/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura05/02/2014.

CONTRATO nº148/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Fabrício Mota Cardoso Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº149/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Kleber Piva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº150/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Margarete da Silva Machado,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventa centavos) prazo:04/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura04/02/2014.

CONTRATO nº151/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Elizete Pereira Fermiano,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e trêsreaisequarenta centavos) prazo:03/02/2014até31/12/14Data assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº152/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Janete da Rosa da Silva,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e trêsreaiseQuarenta centavos)prazo:04/02/2014,até31/12/2014Data assinatura04/02/2014.

CONTRATO nº153/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:RosimarBauerdaCunhaVarela Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$783,40 (Setecentos e oitenta e trêsreaiseQuarenta centavos)prazo:20/02/2014,até31/12/2014Data assinatura20/02/2014.

CONTRATO nº154/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Alcionir dos SantosObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setentaecincoreaisedezcentavos)

prazo:20/02/2014,até31/12/2014Data assinatura20/02/2014.

CONTRATO nº155/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Marcelo Pereira Farias Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$587,24 (Quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº156/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Kevem Cristiam Silveira da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$587,24 (Quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos) prazo:19/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura19/02/14.

Extratos de Contratos / 2014

CONTRATO nº157/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Maicon Douglas da Rosa Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$587,24 (Quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos) Prazo:17/02/2014,até31/12/2014.Assinatura17/02/2014.

CONTRATO nº158/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Eliane Boselli Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$ 783,40 (Setecentos e oitenta e trêsreaiseQuarentacentavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 .Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº159/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Cristiane A. S. S. Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventacentavos) Prazo:10/02/2014,até31/12/2014 Data assinatura10/02/2014.

CONTRATOnº160/2014Contratado:CarinadosReisPortoObjeto:contratotemporário de trabalho na função de Gestora Pedagógica valor MensalR\$2.526,82(Dois mil quinhentos e vinte e seisreaiseoitentaedoiscentavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014.Data assinatura03/02/2014.

CONTRATOnº161/2014Contratado:GiseleBitencourtValentimdaSilvaObjeto:contrato temporário de trabalho na funçãodeGestorapedagógicavalorMensal:R\$2.526,82(Dois mil quinhentos e vinte e seisreaiseoitentaedoiscentavos) Prazo:03/02/2014,até31/12/2014 Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº162/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:InajaraMirandaBatistaObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil centoasetentaecincoreaisedezcenavos)Prazo:10/02/2014,até31/12/2014Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº163/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Márcia Regina Elias da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014.

CONTRATO nº165/2014Processo Seletivo:-01/2013 Contratado:Jose Fabio de Souza Junior Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº166/2014 Contratado: Suzana Rodrigues de

Vargas Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Gestora pedagógica valor Mensal: R\$ 2526,82(dois mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº167/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Vanessa Santos de Sa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014.

Data assinatura10/02/14.

CONTRATO nº168/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Alexsandro Cardoso Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$880,85 (Oitocentos e oitenta reais e oitentaecinco centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura03/02/2014.

CONTRATO nº169/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Patrick Fabiano Gonzaga de Souza Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal:R\$1.433,84(Hum mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Data assinatura10/02/14.

CONTRATO nº170/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:LucimaraMartinsFerraz,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e cinquenta e seisreaiseoitentacentavos)prazo:10/02/2014,31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº171/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Gisele de Souza Perdon,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura10/02/14.

CONTRATO nº172/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Francieli Nazario Generoso,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) prazo:03/02/2014,até31/12/2014Dataassinatura03/02/14.

CONTRATO nº173/2014 Processo Seletivo: -01/2013 Contratado:Rosa Helena Vignali RolimObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$ 1.911,79 (Hum mil novecentos e onze reais e setentaenovecentavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº174/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Marivalda Pereira da SilvaObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº175/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Andresa Eufrásio de Medeiros Objeto:contrato

temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº176/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:TaianaValandroMartinsDavilaObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

CONTRATO nº177/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Isolete Mateus da Cunha Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$ 955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) prazo:10/02/2014,até31/12/2014

Data assinatura10/02/2014.

Decreto131/2014

DECRETO Nº 131, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel constituído de um terreno rural, situado no lugar Retiro, município de Sombrio/SC, Cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.010.243-7, medindo (7.767,22m²),dentro de uma área maior de (85.461,90m²) de propriedade de René Tiscoski e Irene Eyng Tiscoski, parte integrante da matrícula nº 35.526, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e Coordenadas Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.780.603,08 e E 628.013,94 deste segue em 63,55 metros onde confronta com Rodovia Learcino João Pereira até o ponto P2 de coordenadas N 6.780.620,42 e E 628.075,08 deste segue em 170,13 metros onde confronta com a projeção rua da nova escola, e com área remanescente da matrícula 35.526 até o ponto P3 de coordenadas N 6.780.779,23 e E 628.013,33 deste segue em 19,75 metros onde confronta com área remanescente da matrícula 35.526 até o ponto P4 de coordenadas N 6.780.766,20 e E 627.998,50 deste segue em 66,92 metros onde confronta com área de João Batista Stuart matrícula 5.443 até o ponto P5 de coordenadas N 6.780.699,53 e E 628.004,29, deste em 22,92 metros onde confronta com área de João Batista Stuart matrícula 5.443 até o ponto P6 de coordenadas N 6.780.694,59 e E 627.981,76 deste segue em 10,32 metros onde confronta com a rua sem denominação, até o ponto P7 de coordenadas N 6.780.685,63 e E 627.986,89 deste segue em 86,87 metros onde confronta com a rua sem denominação, até o ponto P1 inicio desta descrição, perfazendo o perímetro de 376,27 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para futuras instalações de uma Praça Pública de Esportes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas

se necessário.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 02 de junho de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 134/2014

DECRETO Nº 134, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel constituído de um terreno rural, situado no lugar Retiro, município de Sombrio/SC, Cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.008.532, medindo (808,00m²),dentro de uma área maior de (118.808,00m²) de propriedade de João Batista Stuart, parte integrante da matrícula nº 5.443, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e Coordenadas Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.780.694,59 e E 627.981,76 deste segue em 15,17 metros onde confronta com Rua sem denominação até o ponto P2 de coordenadas N 6.780.708,11 e E 627.974,88 deste segue em 11,67 metros onde confronta com Rua sem denominação até o ponto P3 de coordenadas N 6.780.719,62 e E 627.972,90 deste segue em 31,06 metros onde confronta com área remanescente da matrícula 5.443 até o ponto P4 de coordenadas N 6.780.731,98 e E 628.001,39 deste segue em 32,58 metros onde confronta com área de Renê Tiscoski matrícula 35.526 até o ponto P5 deste em 22,92 metros onde confronta com área de Renê Tiscoski matrícula 35.526 até o ponto P1 inicio desta descrição, perfazendo o perímetro de 113,40 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para futuras instalações de uma Praça Pública de Esportes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 02 de junho de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Decisão Rescisão Pregão Presencial N.º 28 2014 PMT - Multiserv DECISÃO

Objeto: Edital de Pregão Presencial n. 28/2014 - Ata de Registro de Preços de fls. 203/210

Relatório:

O Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e SAMAE lançou Edital de Pregão Presencial n. 28/2014 objetivando o Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada para realização de Consertos com Paralelepípedo, Lajota, Pavimento Intertravado de Concreto (paver) e Pavimentação Asfáltica, em Calçadas e Vias Públicas danificadas pelas manutenções e ligações na rede de água.

A MULTISERV CONSTRUTORA LTDA foi uma das participantes do referido certame licitatório, restando vencedora do "Lote 03" vindo a firmar com o Município de Timbó a respectiva Ata de Registro de Preços de fls. 203/210, sendo que referido lote compreendia os seguintes serviços:

03	1	LOTE	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. INCLUÍDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.
3.1	1.500	M²	CORTE, REQUADRAMENTO E LIMPEZA DA ÁREA E LATERIAS DO BURACO A FIM DE TER UMA SUPERFÍCIE LIMPA E ADERENTE
3.2	1.500	M²	COMPACTAÇÃO DE TERRA ATÉ ATINGIR 90º DE PN (PROCTOR NORMAL), APLICANDO UMA CAMADA DE BRITA N. 3 PARA APILOAMENTO COMPACTADO
3.3	1.500	M²	BASE DE BRITA GRADUADA, ESP. COMPACTADA = 20 CM. A COMPACTAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA COM EQUIPAMENTOS ADEQUADOS
3.4	1.500	M²	IMPRIMATURA IMPERMEABILIZANTE COM CM 30
3.5	1.500	M²	IMPERMEADURA LIGANTE EMULSÃO RR-2C
3.6	1.500	M²	CAMADA DE REVESTIMENTO COM CBUQ FAIXA C, ESP. = 5 CM. A CAMADA DEVE SER SOBREPOSTA NO ASFALTO EXISTENTE NO MÍNIMO EM 15 CM PARA EVITAR TRINCAS NA EMENDA

Através da proposta apresentada, a empresa comprometeu-se a executar todos os serviços de acordo com as especificações e condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 28/2014 e respectiva Ata de Registro de Preços.

Entretanto, conforme Notificações expedidas em 30/04/2014, 16/05/2014 e 02/06/2014 averiguou-se o descumprimento das obrigações assumidas por parte da MULTISERV pois os serviços prestados não condizem com as especificações previstas no Edital. Na primeira ocasião, a empresa fora advertida, visto que a equipe de fiscalização do Município constatou que a mesma estaria iniciando os serviços na rua Fritz Lorenz a fim de proceder, apenas, à colocação da camada de revestimento asfáltico, sem realizar o

procedimento de corte, requadramento e limpeza do buraco, bem como a base de brita que serviria de suporte ao aludido revestimento.

Nos termos do Parecer Técnico firmado pelo setor de engenharia, restou evidente que junto à obra localizada na rua Marechal Deodoro não foi realizada a base de brita, tampouco máquina de corte, conforme normativa para a execução dos serviços.

Destacou-se, ainda, a precariedade da sinalização preventiva utilizada pela empresa, o reiterado descumprimento dos horários e cronogramas fixados pelo SAMAE e a má qualidade dos serviços prestados visto que apenas quatro dias após sua execução já apresentavam problemas tais como depressões, emendas sem transpasse, infiltrações e materiais soltos.

Por estas razões, em 16 de maio, a MULTISERV fora advertida para que, em 48 (quarenta e oito) horas, refizesse as obras de conserto da pavimentação asfáltica junto às ruas Marechal Deodoro e Fritz Lorenz em conformidade às especificações e condições constantes no Edital de Pregão Presencial n. 28/2014, bem como para que passasse a cumprir os cronogramas previamente informados por esta Autarquia.

Tendo em vista a ausência de condições climáticas naquela semana, o SAMAE autorizou a MULTISERV a realizar referidos serviços em 28/05/2014 às 8 horas.

Na data agendada, sem quaisquer justificativas aparentes, foram realizados tão somente os serviços relacionados ao conserto da Rua Fritz Lorenz. Conserto este que já apresentou problemas posto que utilizado material em temperatura inadequada e divergente das normativas para execução do serviço, o que gerou a expedição da terceira notificação de advertência a fim de que a empresa refizesse as obras até então realizadas bem como apresentasse justificativas ao descumprimento do cronograma previsto pelo SAMAE.

No intuito de justificar seus atos, a MULTISERV vem asseverando que os serviços indicados pelo cronograma do SAMAE exigem a retirada e recolocação de material à profundidade superior a 25 cm abaixo do solo, o que, supostamente, não teria sido contratado.

Contudo, equivocou-se a MULTISERV, visto que em momento algum o Edital de Pregão Presencial n. 28/2014 menciona profundidade máxima para os serviços integrantes do Lote 03 vencido pela empresa.

Pelo contrário, o Edital de Pregão Presencial n. 28/2014 é claro ao dispor, através do item 3.2, que a empresa contratada deveria realizar a compactação de terra até atingir 90º de PN (Proctor Normal), aplicando camada de brita n. 3 para apiloamento compactado, o que não vem sendo realizado.

As justificativas apresentadas pela empresa em momento algum corroboram com a realidade dos fatos e também não a eximem da responsabilidade pela má qualidade dos serviços prestados, eis que nada justifica que apenas quatro dias após a execução já apresentem falhas, depressões, infiltrações, e outros, como relatado.

Frisa-se que o Edital de Pregão Presencial n. 28/2014 compreendia todos os serviços necessários à execução da recuperação de pavimentação asfáltica, inclusive, fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, havendo previsão expressa de que todos os custos deveriam ser suportados pela empresa contratada.

Ao sagrar-se vencedora do certame licitatório, a MULTISERV comprometeu-se perante a municipalidade em prestar os serviços nas condições e prazos previstos pelo Edital de Pregão Presencial n. 28/2014, sendo que a situação supra narrada demonstra, de forma inequívoca, o descumprimento contratual.

Constata-se inexistir quaisquer razões para a manutenção dos trabalhos por parte da MULTISERV, ante a ausência do cumprimento das especificações previstas pelo Edital, mormente em virtude da qualidade dos serviços prestados.

Evidente a negligência com que a empresa tem exercido suas atividades, sendo que as notificações e emails trocados entre a empresa e o SAMAE confirmam todas as orientações repassadas pela municipalidade.

Inequívoco o descumprimento contratual, ensejando sua rescisão conforme disposto no item 20 do Edital:

“20- DA RESCISÃO

20.1 - A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão.

(...)”

Diante de todo o exposto, determina-se a aplicação imediata da penalidade de rescisão da Ata de Registro de Preços de fls. 203/210, face ao reiterado descumprimento imotivado das regras e condições estabelecidas pelo Edital de Pregão Presencial n. 28/2014, com a consequente expedição de notificação endereçada à empresa MULTISERV CONSTRUTORA LTDA, dando-lhe ciência da aplicação da penalidade de rescisão, bem como concedendo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para que apresente justificativas, sob pena de suspensão do direito de licitar e multa, em razão da prática de falta grave.

Em virtude da rescisão supra mencionada, determina-se ao setor competente a imediata instauração de processo licitatório, a fim de suprir a necessidade desta Autarquia Municipal no que se refere à recuperação de pavimentação asfáltica.

Timbó, 10 de junho de 2014.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Errata do Extrato Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro - 28.2013 FMS - Altermed

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Timbó informa que na publicação do extrato do Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº. 28/2013 da Empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 20/05/2014, Edição nº. 1489, página 496, onde se lê “OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 105, Hidroclorotiazida 25mg, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 0,018.”, leia-se “ OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 105, Hidroclorotiazida 25mg, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 0,024”.

ROSE MERY DALCANALE

Diretor de Administração

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 03 2014 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. OBJETO: Registro de Preços para contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalações elétrica predial e manutenção de bombas destinados a todos setores da autarquia.

EMPRESA FORNECEDORA: SS Comercial Elétrica LTDA ME; e ACMM Serviços de Energia Elétrica LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 145.850,00 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/03/2015

Timbó, 07/03/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 04 2014 FMS - Suplementos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO Registro de preços para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita ao pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: C.M. Hospitalar LTDA; e Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.940,00 (vinte e oito mil novecentos e quarenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/09/2014

Timbó, 26/03/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 05 2014 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de reagentes e produtos para laboratório da Estação de Tratamento de Água (Repetição parcial do Pregão Presencial nº. 48/2013).

EMPRESA FORNECEDORA: Heko Ambiental - Produtos e Equipamentos Científicos Eireli ME, e Metrologia Equipamentos e Produtos para Laboratório LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.436,78 (dezenove mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/03/2015

Timbó, 18/03/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 06 2014 FMS - Laudos de Raio X

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de Raio X através de imagem disponibilizada pelo Sistema de Telemedicina ou similar, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde.

EMPRESA FORNECEDORA: Assemmed Especialistas Médicos Associados.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/03/2015

Timbó, 27/03/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 17 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2014

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de macadame para realização de atividades diárias de municipalidade.

EMPRESA FORNECEDORA: Areias Kretz LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/03/2015

Timbó, 04/03/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 21 2014 PMT - Vale Transporte

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de vale-transporte intermunicipal destinado aos servidores, estagiários e contratados, que utilizam transporte coletivo para deslocamento intermunicipal, sendo de sua respectiva residência ao local de trabalho e vice-versa e para distribuição gratuita dos usuários do CRAS/CREAS da Assistência Social. EMPRESAS FORNECEDORES: Auto Viação Catarinense LTDA; e Expresso Presidente Getúlio LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.040,00 (dezenove mil e quarenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/03/2015

Timbó, 25/03/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 48 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2013 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de reagentes e produtos para laboratório da estação de tratamento de água e produtos químicos para tratamento de água.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Buschle & Lepper S/A; Química Maragno Ltda; Digicrom Analítica Ltda; Projesan Saneamento Ambiental Ltda; e Quimisa S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 468.949,90 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/12/2014.

Timbó, 20/12/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 129 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 129/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), para atender as necessidades da Administração Pública Municipal (Fundos, Fundações). EMPRESAS FORNECEDORAS: Color Black Reciclagem de Cartucho de Tinta e Toner LTDA ME; Suprimóveis LTDA EPP; Linamar Alban - ME; e A.C. Pereira Informática Eirelli.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 49.921,88 (quarenta e nove mil novecentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/12/2014.

Timbó, 10/12/2013

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 134 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 134/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de frutas, legumes e pães destinados à merenda escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Educação (NEIS, UPES e Escolar) durante o período de janeiro a julho de 2014.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Panificadora Bom Dia LTDA; e JK Comércio de Frutas e Verduras LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 98.688,56 (noventa e oito mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/07/2014.

Timbó, 13/12/2013

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal da Educação

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 136 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado ao fornecimento de combustíveis descritos no Anexo I em atendimento às necessidades da Administração (direta e indireta) durante o período de janeiro a dezembro de 2014 .

EMPRESAS FORNECEDORAS: Auto Posto Nasato Ltda; e Rudipel Rudnick Petróleo Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.301.132,50 (dois milhões, trezentos e um mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2014.

Timbó, 19/12/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/09/2014.

Timbó, 09/09/2013

MARIA ANGELICA FAGGIANO

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Terceira Republicação Extrato Ata Registro de Preço N.º 22.2013 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2013 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Fornecimento de unidades de alimentação (coffee break), parte integrante da aplicação dos recursos inerentes ao programa de educação permanente em saúde (EPS), em atendimento ao calendário de atividades planejado para o ano de 2013.

EMPRESA CONTRATADA: Fabiana Mara Mohr Stein ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$10.000,00 (dez mil reais).

VALIDADE DA ATA: 24/09/2014.

Timbó/SC, 23/09/2013

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

Terceira Republicação Extrato Ata Registro de Preço N.º 104 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 104/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: confecção e instalação de placas de lona.

EMPRESA FORNECEDORA: Arte Visual Painéis LTDA ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 21.347,50 (vinte e um mil e trezentos quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

VALIDADE DA ATA: 12/09/2014.

Timbó/SC, 13/09/2013

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 89 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2013 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção, para atender as unidades administrativas da Prefeitura, incluindo seus fundos e fundações para o período de 1 (um) ano.

EMPRESA FORNECEDORA: Lysing Comércio Atacadista de Materiais Elétricos LTDA ME; Madevia LTDA ME; Comério de Materiais de Construção de Steil Sul LTDA EPP; Contesini Comércio de Materiais para Construção LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 257.190,00 (duzentos e cinquenta e sete mil cento e noventa reais).

Três Barras**PREFEITURA****Procedimento Licitatorio Nº. 71/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 71/2014 - Edital nº. 50/2014.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 27 de junho de 2014, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO DE MEDICAMENTOS" para manutenção da Secretaria de Saúde e dos Postos de Saúde do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 02 de julho de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 04 de junho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO

Treze Tílias**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 71/2014**

EXTRATO DE CONTRATO 71/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: R.N.LOGISTICA & SOLUÇÕES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA-EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas máquina de motoniveladora, trator de esteira e rompedor para atender as necessidades da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria da Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial 43/2014

VIGÊNCIA: 10/06/2014 - 10/06/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ 136.750,00 (Cento e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta reais).

DATA ASSINATURA: 10/06/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00; 09.01.2017.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 10 de Junho de 2014.

Decreto 1891

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Treze Tílias

DECRETO Nº 1.891/2014

DECRETA HORÁRIO ESPECIAL DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE, em todas as Repartições Públicas Municipais, nos dias abaixo relacionados, em virtude da realização dos Jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo na primeira fase:

Data:

12/06/2014 - quinta-feira (abertura) Expediente até às 12h00;

17/06/2014 - terça-feira expediente até às 15h30;

23/06/2014 - segunda-feira expediente até às 16h30.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nada data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias
em 10 de junho de 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

O Presente Decreto foi publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto 1890

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Treze Tílias

DECRETO Nº 1.890/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 1.400.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

05- Secretaria de Transportes e Obras

02 - Serviços Públicos Urbanos

Projeto: 2.214- Revitalização de Ruas e Avenidas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.24 R\$ 1.300.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do FUNDAM no valor de R\$ 1.300.000,00 e o calor de R\$ 100.000,00. Do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 05/06/2014

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Lei 1818

LEI Nº 1.818/2014

"DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), COMO INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, (ICS/ PBF) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara de Vereadores do Município de Treze Tílias aprovou, e eu, MAURO DRESCH, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social do município de Treze Tílias, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Treze Tílias é vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a

finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços sócios assistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º. São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - Elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento.

II - Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir, nos diferentes estágios de sua formulação.

III - Convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno.

IV - Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos.

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

VI - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências.

VII - Aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), Recursos Humanos (NOB RH/SUAS).

VIII - Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos.

IX - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

X - Aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento.

XI - Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços e de forma complementar.

XII - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os serviços, programas, projetos, benefícios e as ações da assistência social, no âmbito municipal.

XIII - Informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das

entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis.

XIV - Encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede sócio assistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda.

XV - Acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Inter gestores Tripartite (CIT) e Comissão Inter gestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório.

XVI - Divulgar e promover a defesa dos direitos sócio assistenciais.

XVII - Estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das Políticas Setoriais.

XVIII - Regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei n. 12.435 de 6 de julho de 2011.

XIX - Na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

XX - Acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

XXI - Publicar no respectivo Diário Oficial e ou site oficial, todas as suas deliberações.

SEÇÃO II DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - Da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) a política municipal de assistência social;
- b) o plano municipal de assistência social;
- c) o plano de ação;
- d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete bimestral e prestação de contas ao final do exercício;
- g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;
- h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - Das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução;
- d) os documentos contábeis.

III - Do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - Do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema

Único de Assistência Social (Rede SUAS).

V - Da Comissão Inter gestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL - ICS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Art. 5º A ICS Municipal tem como objetivos:

I - Exercer o acompanhamento da gestão local do Programa Bolsa Família - PBF;

II - Estimular e zelar pela participação social no âmbito do Programa Bolsa Família - PBF; e

III - Fiscalizar e avaliar a execução local do Programa Bolsa Família - PBF.

§ 1º. A fim de realizar seus objetivos, caberá à ICS Municipal, sem detrimento de outras atribuições, as seguintes atividades:

I - No que se refere ao Cadastro Único:

- a) Contribuir para a construção e manutenção de um cadastro qualificado, que reflita a realidade socioeconômica do município, e assegure a fidedignidade dos dados e a equidade no acesso aos benefícios das políticas públicas voltadas para as pessoas com menor renda;
- b) Identificar os potenciais beneficiários do PBF, sobretudo às populações tradicionais e em situações específicas de vulnerabilidade, e aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza, assim como propor ao poder público municipal seu cadastramento;
- c) Conhecer os dados cadastrais dos beneficiários do Programa Bolsa Família, periodicamente atualizados, sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso da informação;
- d) Zelar pelo sigilo das informações pessoais contidas no Cadastro Único.

II - No que se refere à Gestão dos Benefícios:

- a) Avaliar, periodicamente, a relação de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- b) Solicitar, mediante justificativa, ao gestor municipal, o bloqueio ou o cancelamento de benefícios referentes às famílias dos beneficiários que não atendam aos critérios de elegibilidade do Programa;
- c) Acompanhar os atos de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família e dos programas remanescentes realizados pelo gestor municipal.

III - No que se refere ao Acompanhamento das Condicionalidades:

- a) Acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços públicos necessários para o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias;
- b) Articular-se com os conselhos setoriais, saúde e educação, existentes no município para a garantia da oferta dos serviços para o cumprimento das condicionalidades;
- c) Conhecer a lista dos beneficiários que não cumpriram as condicionalidades, periodicamente atualizada, sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso da informação;
- d) Acompanhar e analisar o resultado e as repercussões do acompanhamento do cumprimento de condicionalidades no município;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento da rede de proteção social, estimulando o Poder Público a acompanhar as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades.

IV - No que se refere aos Programas Complementares, acompanhar e estimular a integração e a oferta de políticas públicas que favoreçam a emancipação das famílias beneficiárias do PBF, em especial das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades, e que sejam articuladas entre os conselhos setoriais existentes no município, os entes federados e a sociedade civil.

V - No que se refere à Fiscalização, Monitoramento e Avaliação do

Programa Bolsa Família:

a) Acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização e o monitoramento da gestão do Programa e dos seguintes processos:

1. de cadastramento;
2. de seleção dos beneficiários;
3. de concessão e manutenção dos benefícios;
4. da oferta de serviços necessários para o cumprimento das condicionais pelas famílias beneficiárias do Programa;
5. de cumprimento das condicionais pelas famílias beneficiárias;
6. de articulação de ações complementares para os beneficiários do Programa.

b) Exercer o controle social articulado com os fluxos, procedimentos, instrumentos e metodologias de fiscalização dos órgãos de controle estatais;

c) Comunicar às instituições integrantes da Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família (Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União) e à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a existência de eventual irregularidade no que se refere à gestão e execução local do Programa Bolsa Família; e

d) Contribuir para a realização de avaliações e diagnósticos que permitam aferir a eficácia, efetividade e eficiência do Programa Bolsa Família.

VI - No que se refere à participação social:

a) Estimular a participação comunitária no acompanhamento da execução do PBF, em seu respectivo âmbito administrativo; e

b) Contribuir para a formulação e disseminação de estratégias de informação à sociedade sobre o Programa.

VII - No que se refere à Capacitação:

- a) Identificar as necessidades de capacitação de seus membros;
- b) Auxiliar os Governos Federal, estadual e municipal no desenvolvimento de processos de capacitação dos conselheiros das Instâncias de Controle Social e dos gestores municipais do PBF.

§ 2º A modificação das competências impostas à ICS Municipal, mesmo quando decorrente de deliberação da própria ICS, estará condicionada às prescrições das normas que disciplinam o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único.

SEÇÃO IV**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 6º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 12 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - Seis representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes.

II - Seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

a) Três representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;

b) Dois representantes de entidades e organizações, preferencialmente aquelas de assistência social;

c) um representante de entidades de trabalhadores do setor.

Parágrafo único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 7º. Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - Grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos.

II - Movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos, por meio de:

a) um instrumento de comunicação e informação de circulação

regional;

b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento;

c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 8º. Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 9º. Serão consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - De atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei n. 12.435 de 2011, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - De assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, da Lei n. 12.435 de 2011 e respeitadas as deliberações do CNAS.

III - De defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, da Lei n. 12.435 de 2011 e respeitadas as deliberações do CNAS.

§ 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelo CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social vinculados à rede sócio assistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 10. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único

de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 11. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 6º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 6º ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil com o apoio do CMAS.

§ 1º Caberá à Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 13. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 14. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução ao mesmo cargo.

Art. 15. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 16. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 17. Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 18. Os membros referidos do art. 6º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - Por renúncia;

II - Pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

III - Pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do CMAS;

IV - Por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa;

V - Por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO V

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 19. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social

(CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de dois anos, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas, Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, das categorias profissionais das políticas públicas sociais, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno, ressaltando que exercerá atividade exclusiva.

§ 8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10 Compete ao gestor responsável pela execução da política municipal de assistência social organizar o quadro de pessoal do CMAS, respeitando o disposto no §7º do presente artigo para compor a Secretaria Executiva, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 20. A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas

respeitando o mínimo 05 (cinco) dias.

Art. 22. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 23. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria de Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - Coordenar e executar as ações no campo da assistência social;
II - Elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do município;

III - Propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - Elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - Encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - Prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VII - Formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - Coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede sócio assistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - Articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - Expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

XI - Elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XII - Envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

XIII - Alimentar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - Destinar recursos financeiros do município e demais esferas, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 25. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 26. Poderão ser convidados a participar das reuniões do

CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 27. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - Ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - Demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - Articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - Racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - Garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 28. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 29. O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.027 de 02 de Setembro de 1996 que cria o CMAS e FMAS.

Gabinete do prefeito de Treze Tílias, SC, 10 de junho de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário oficial dos Municípios -DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Lei 1819

Estado de Santa Catarina

Município de Treze Tílias

LEI Nº 1.819/2014

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara de Vereadores do Município de Treze Tílias aprovou, e eu, MAURO DRESCH, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas, projetos e benefícios específicos de assistência social.

Art. 2º. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - Orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha;

ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;
II - Certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos socioassistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - Assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - Apreçar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - Decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando o referido repasse;

VI - Analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - Verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - Analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - Convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - Certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - Verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno;

XII - Aprovar o Regime Interno do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 3º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - Dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - Recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - Percentual de 5% (cinco por cento) da receita líquida advinda da exploração de jogos e loterias municipais e ingressos para espetáculos e eventos realizados em locais públicos;

VIII - Doações em espécie;

IX - Recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

X - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

XI - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a XI do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social de Treze Tílias (FMAS).

Art. 4º. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e benefícios de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;

VIII - Atendimento das ações socioassistenciais de caráter emergencial;

IX - Provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social;

X - Custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Art. 6º. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações

governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos, serviços e benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 7º. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), quadrimestralmente e anualmente, de forma analítica.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.027 de 02 de setembro de 1996 que cria o CMAS e FMAS.

Gabinete do prefeito de Treze Tílias (SC) 10 de junho de 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Lei 1817

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Treze Tílias

LEI Nº. 1.817/2014

"ALTERA DENOMINAÇÃO VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Denominada AVENIDA ANTÔNIO CARLOS ALTENBURGER - a Rua Municipal ora denominada "Antônio Carlos Konder Reis" que parte da Rua Tirol até a junção das ruas sem denominação próximo ao Centro Comunitário da Igreja Luterana, conforme croqui parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação no

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),

10 de junho de 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda.

Lei 1816

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Treze Tílias

DE LEI Nº. 1.816/2014

"ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Denominada RUA PEDRO NELCIDO KÄFER - a Rua Municipal ora denominada "Leoberto Leal" que parte do Portal Turístico até a Praça Ministro Andreas Thaler conforme croqui parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação no

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),

10 de junho de 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Lei 1815

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Treze Tílias

LEI Nº. 1.815/2014

ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Denominada AVENIDA AFONSO DRESCH - a Rua Municipal ora denominada "Ministro João Cleophas" que parte da Praça Andreas Thaler até a junção das ruas Três Barras com a Gaspar Coutinho conforme croqui parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação no

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),

10 de junho de 2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda

Lei 1814

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Treze Tílias
LEI Nº. 1.814/2014

"ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Denominada RUA DOMINGOS PERONDI - a Rua Municipal ora denominada "Três Barras" que parte da junção das ruas Ministro João Cleophas com a Gaspar Coutinho conforme croqui parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação no

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),
10 de junho de 2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

Lei 1813

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Treze Tílias
LEI Nº. 1.813/2014

"DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Denominada RUA JOHANN ROHRER - a Rua Municipal ora denominada "Luzerna" situada no Bairro São José na cidade de Treze Tílias conforme croqui parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),
10 de junho de 2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

Lei 1812

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Treze Tílias
LEI Nº. 1.812/2014

"DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Denominada RUA FRANZ KANDLER - a Rua Municipal sem denominação que parte da Rua Caçador até a junção das Ruas denominadas Luzerna e Circular conforme croqui parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação no

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),
10 de junho de 2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

Lei 1817

LEI Nº 1817 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: A todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o poder executivo autorizado a firmar Convênio com o Hospital Trombudo Central, com repasse monetário mensal de R\$ 20.180,00 (vinte mil, cento e oitenta reais), para manutenção do plantão médico.

Artigo 2º - O valor de R\$ 20.180,00 (vinte mil, cento e oitenta reais) ao mês de que trata o Convênio no Artigo 1º, quando em algum período, quais sejam, noturno (19:00 as 07:00) horas durante a semana, feriados e finais de semana que não houver plantão, será efetuado o desconto proporcional do mesmo, mediante comprovação de relatório enviado aos órgãos competentes sendo eles o Poder Executivo, Poder Legislativo ou Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º - O Convênio de que se trata o Artigo primeiro dar-se-á no período compreendido entre Fevereiro de 2014 à Dezembro de 2014.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1818

LEI 1818 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS AO CLUBE DE MÃES DONA ALICE DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: A todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a Seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar ao clube Mães DONA ALICE de Trombudo Central, o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) tendo como finalidade a manutenção das atividades do Clube.

Artigo 2º - O repasse mensal será efetuado junto à conta corrente do Clube até o quinto dia útil de cada mês, no período compreendido entre Fevereiro de 2014 à Dezembro de 2014.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1819

LEI 1819 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES CONSTITUÍDAS NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar as Associações de Agricultores legalmente constituídas, recursos financeiros destinados a atender as necessidades de manutenção dos trabalhos de prestação de serviços aos agricultores visando incentivar a atividade agrícola.

Artigo 2º - Os recursos a serem repassados as Associações, ficarão condicionados a apresentação de planilha de custos e fluxo de caixa comprovando a falta de recursos.

Artigo 3º- A Associação beneficiada encaminhará ao Poder Público, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a liberação de recursos, prestação de contas detalhada comprovando a aplicação dos recursos.

Artigo 4º- Os recursos somente poderão ser aplicados na manutenção dos equipamentos e implementos agrícolas, bem como para pagamento de encargos e salários ao operador de trator agrícola contratado pela Associação e o equivalente a 300 (trezentos) litros de óleo diesel, proporcionando assim a melhoria no atendimento aos associados através da diminuição dos custos operacionais.

Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contidas na Lei 1251/2000 de 07 de Julho de 2000.

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1820

LEI 1820 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A BAIXA DE BENS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado proceder à baixa de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, bens relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço público municipal.

Artigo 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Lei 1820 de 19 de Fevereiro de 2014

DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA PATRIMÔNIO
Monitor LG 17"	2651
Monitor Itautec 17"	2652
Monitor Itautec 17"	2653
Monitor Itautec 17"	2654
Monitor Itautec 17"	2655
Máquina de lavar roupas Müller, 5 velocidades	0979
Aparelho DVD, Semp	1231
Autoclave Stermax 60 Litros	2266
Banco em madeira, cor branca	1869
Poltrona fixa estofada em courvin, cor marrom	2681
Poltrona fixa estofada em courvin, cor verde	2682
Cadeira pré-escolar em madeira	1856
Cadeira pré-escolar em madeira	1031
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1885
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1886
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1893
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1896
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1898
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1910
Cadeira pré-escolar em fórmica, cor marrom	1882
Mesa para refeitório em madeira, cor branca	1860

Mesa para refeitório em madeira, cor branca	1861
Mesa para escritório em fórmica com 3 gavetas, cor cinza	1956
Mesa para microcomputador completa em MDF, cor pinhão	0673
Mesa pré-escolar em MDF, colorida	0986
Armário em fórmica com 2 portas com puxador, cor branca	1788
Armário em fórmica com 2 portas de correr com vidro	0671
Armário em fórmica com 4 prateleiras e frente aberta	0672
Armário em fórmica, cor marrom	0965
Armário em fórmica, cor marrom	0985
Armário em compensado, 2 porta, 4 gavetas e 02 puxadores	0633
Armário em MDF, com 2 portas com puxador, cor branca	1817

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Lei 1821

LEI 1821 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE TROMBUDO CENTRAL, CNPJ Nº 10.677.139/0001-28 o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, a título de subvenção social, tendo como finalidade a manutenção das atividades educativas dos associados.

Artigo 2º - Consideram-se subvenções, para os efeitos desta Lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

- Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

Artigo 3º - O repasse mensal será efetuado junto à conta corrente da Associação, até o quinto dia útil do mês subsequente, a partir do mês de Fevereiro de 2014 até o mês de Dezembro de 2014.

Parágrafo Único - O repasse não será efetuado, se a Associação deixar de entregar até o dia 01 de cada mês a prestação de contas do mês anterior e fica automaticamente suspenso, se a Associação por ventura deixar de existir.

Artigo 4º - Ficam os Estudantes favorecidos com a subvenção e que estejam frequentando o curso superior, comprometidos a entregarem na Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza deste Município e Comarca, os respectivos TCC's (Termo de conclusão de Curso), que servirão de base para estudos de alunos que utilizam a referida Biblioteca. O não cumprimento deste artigo implicará na devolução dos valores recebidos a título de subvenção ao longo do período em que usou o transporte escolar.

Parágrafo Único - Ficam, portanto os estudantes obrigados a entregarem declaração assinada do comprometimento ora assumido.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária:

0301 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2003 - Manutenção da Estrutura Burocrática da Secretaria da Administração

3.3.50 - Aplicações Diretas

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1822

LEI 1822 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a Conceder recursos financeiros na ordem de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais a título de subvenção social, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E PROFESSORES DO GRUPO DE DANÇAS KORPUS STUDIO DANCE, entidade de direito privado, cadastrada no CNPJ Nº 08.924.273/0001-34, estabelecida na Avenida Francisco Roesch, s/nº, Bairro Vila Nova, neste município e comarca de Trombudo Central.

Artigo 2º - Os recursos de que trata o artigo primeiro, aplicam-se ao custeio da entidade beneficiada, que dentre demais obrigações, objetiva o custeio de profissional qualificado.

Artigo 3º - O repasse mensal será efetuado até o quinto dia útil de cada mês, no período compreendido entre Março de 2014 até Dezembro de 2014.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.01 - Secretaria de Administração

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da Estrutura Burocrática da Secretaria de Administração e Finanças

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 117 - Recursos Ordinários.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1823

LEI COMPLEMENTAR 1823 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 1.479/2006, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES 1495/2007, 1509/2007, 1543/2008, 1571/2009, 1574/2009, 1575/2009, 1597/2009, 1628/2009, 1635/2010, 1652/2010, 1664/2010, 1670/2011, 1680/2011, 1712/2012, 1719/2012, 1770/2013, 1775/2013 e 1798/2013.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o Anexo I - Grupo Ocupacional II - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM, da Lei Complementar nº 1479/2006 e alterações posteriores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Denominação do Cargo	Nível Vencimento Mensal	Quant. Vagas			Carga Horária Semanal
		P*	V**	T***	
Grupo Ocupacional II - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM					
Instrutor de Música	20	0	1	1	40:00
Auxiliar de Sala	17	0	20	20	30:00
Auxiliar de Enfermagem	19	2	4	6	40:00
Técnico em Enfermagem	20	5	3	8	40:00
Recepcionista	18	1	0	1	40:00
Instrutor de Dança	26	1	1	2	40:00
Auxiliar Administrativo	22	4	5	9	40:00
Auxiliar de Contabilidade	22	0	1	1	40:00
Fiscal de Tributos	23	1	0	1	40:00
Desenhista	24	1	0	1	40:00
Fiscal de Vigilância Sanitária	24	1	1	2	40:00
Agente Administrativo	27	2	0	2	40:00
Técnico Agrícola	27	1	0	1	40:00
Técnico em Contabilidade	30	1	0	1	40:00
Topógrafo	27	1	0	1	40:00
Agente de Serviços Gerais	18	12	4	16	40:00
Auxiliar de Odontólogo	16	0	2	2	40:00

Agente de Endemias	19	0	1	1	40:00
* providos **Vagas *** Total					

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1824

LEI 1824 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A LEI QUE CONCEDE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS ÀS EMPRESAS ESTABELECIDAS E QUE VENHAM ESTABELECER SUAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - A Prefeitura Municipal de Trombudo Central, poderá conceder incentivos econômicos e fiscais às empresas estabelecidas e às que estabeleçam suas atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviço no Município, desde que ampliem sua capacidade de produção, financeira e demanda de mão de obra local.

Parágrafo único - A concessão dos incentivos mencionados neste Artigo, será formalizada e homologada através de Decreto do Poder Executivo, com base em parecer exarado por uma comissão especificamente constituída para este fim e, que represente a comunidade.

Artigo 2º - Os incentivos econômicos e fiscais a que se refere o artigo primeiro desta Lei poderão constituir-se isolados ou cumulativamente de:

I - Isenção dos seguintes impostos municipais e taxas de licença para construção, pelo prazo de até 05 (cinco) anos:

- ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IPTU - Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana;
- ALVARÁS - Alvarás de construção e de funcionamento;
- Taxa de licença de serviço, de localização e funcionamento.

II - Execução no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infra-estrutura do terreno e canteiro de obras, necessários a implantação ou ampliação pretendida.

Parágrafo Primeiro - Para que haja concessão do serviço de terraplanagem em seu total, será necessário que a empresa apresente todos os requisitos necessários e constantes nesta Lei.

Parágrafo Segundo - Os serviços de terraplanagem para ampliação da empresa deverão estar acompanhados de projeto de ampliação e relatório de atividades, geração de rendas e empregos da empresa no período anterior a 02 (dois) anos.

III - Concessão de uso parcial ou total de terrenos necessários à realização do empreendimento que atenderá o seguinte requisito e prazo de doação definitiva:

- Geração e manutenção mínima de 07 (sete) empregos diretos no 1º (primeiro) ano e, a partir do 2º (segundo) ano 10 (dez) empregos, comprovados a cada 02 (dois) meses junto ao Conselho e a Secretaria Municipal do Planejamento Urbano, com demonstrativo GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social.

Parágrafo Primeiro - O termo de doação parcial ou total de terreno, somente será concretizado por escritura pública em cartório de registro de imóveis 10 (dez) anos após iniciadas as atividades, sem que haja interrupção ou esteja em recuperação judicial.

Parágrafo Segundo - O prazo constante no Parágrafo anterior, passa a vigor do início das atividades desenvolvidas pela empresa. A empresa terá o prazo de 06 (seis) meses após a homologação por Decreto do Poder Executivo, para iniciar suas atividades, salvo motivo de força maior que justifique o atraso, após o que, inicia-se o prazo da contagem dos 10 (dez) anos.

Parágrafo Terceiro - Os incentivos previstos no inciso III deste artigo, não poderão ser obtidos pela empresa que, no período anterior a 02 (dois) anos, tenha alienado área de terras dentro do Município, que pudessem ser utilizadas no empreendimento.

IV - Pagamento total ou parcial de aluguel de instalações físicas, com comprovação da locação através de Contrato com as assinaturas reconhecidas, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com o seguinte requisito:

- Geração e manutenção mínima de 03 (três) empregos diretos, excetuados os sócios, comprovados mensalmente junto ao Conselho, com demonstrativo GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social.

V - Doação de 01 (um) galpão de até 1000 m² (um mil metros quadrados) por empresa.

- Os galpões objetos dos incentivos econômicos previsto no §5º, deverão ser constituídos nos imóveis adquiridos pela municipalidade, para tal finalidade.

Parágrafo único - Para a concessão do incentivo previsto neste inciso vigem os mesmos requisitos previstos nesta Lei, referentes ao incentivo do inciso III.

Artigo 3º - O requerimento da empresa interessada nos incentivos econômicos e fiscais, deverá ser instituído com o respectivo projeto que constará:

I - Contrato Social e ou Estatuto Social de Constituição com as devidas alterações se houverem;

II - Descrição sumária dos objetivos do projeto, incluindo esboço de implantação do mesmo, apreciação sobre as repercussões econômicas para a empresa, as recuperações econômicas sociais para a economia local, bem como da necessidade dos econômicos fiscais solicitados;

III - Número de empregos diretos na forma da Lei a serem gerados;

IV - Origem dos recursos, aplicação e cronograma da execução;

V - Observações gerais que a empresa julgar relevantes, notadamente, quanto aos aspectos de produtividade e de resultados

operacionais decorrentes da realização do projeto.

Parágrafo Único - As empresas que pleitearem os incentivos econômicos e fiscais e produzam alguma forma de poluição ambiental, deverão apresentar projeto de impacto ambiental, conforme legislação vigente.

Artigo 4º - As empresas beneficiadas com incentivos econômicos e fiscais é vedado:

I - Alienar os terrenos e benfeitorias objeto dos benefícios concedidos, antes de decorridos 10 (dez) anos da concessão, sem a expressa autorização do Poder Público Municipal e da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

II - Dar utilização diversa da prevista no projeto do empreendimento, antes de decorridos 05 (cinco) anos da concessão do(s) benefício(s), sem a anuência do Poder Público Municipal e da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo Único - Compete à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, através de parecer, julgar os pedidos de alteração do projeto antes de decorrido o prazo previsto no item II e III deste artigo.

Artigo 5º - As empresas beneficiadas com incentivos econômicos e fiscais, após a homologação do Decreto no prazo de 10 (dez) dias obrigatoriamente deverão apresentar os seguintes documentos da empresa interessada:

- a) Contrato Social ou Estatuto com respectivas alterações;
- b) Negativas Federais, Estaduais, Municipais, INSS, FGTS, débitos trabalhistas, cartório civil e protestos, cartório de imóveis da cidade sede da empresa e filial se houver;
- c) Alvarás de Licença Sanitária, Ambiental, Bombeiro e Policial, de acordo com atividade desenvolvida;
- d) Projeto da obra previamente analisado pelo departamento de projetos, com aprovação prévia;
- e) Após aprovação do projeto da obra, apresentar projeto elétrico, arquitetônico, hidráulico e demais projetos necessários para formalizar o pedido;
- f) Planilha de custos com valores atualizados do empreendimento (quantidade, medida, valores, etc.).

§ 1º - O projeto final com a solicitação de benefício deverá ser protocolado junto ao Departamento de Planejamento, que emitirá numeração na seguinte ordem:

§ 2º - Os incentivos não poderão atingir valor superior a 30% (trinta por cento) do valor das mobilizações previstas no projeto, descritas no inciso II do artigo 4º.

Artigo 6º - Cessarão os benefícios concedidos as empresas que deixarem de cumprir o disposto na presente Lei e responsabilizar-se-ão pelo recolhimento de todos os impostos municipais e taxas de cujo pagamento estavam dispensados, acrescidos de multas, juros legais e a indenizar o Poder Público Municipal das despesas de serviços de terraplanagem, aluguéis e demais despesas decorrentes em relação a todos os incentivos recebidos.

Parágrafo Único - O recolhimento mencionado no artigo 7º da presente Lei, será feito em até 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente, acrescidas de juros legais.

Artigo 7º - Reverterão ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus ou indenização, os terrenos e outros benefícios doados à título de incentivos econômicos e fiscais quando:

I - Não utilizarem em conformidade com o projeto apresentado e aprovado;

II - Decorridos os 06 (seis) meses de doação e não tenham sido iniciado a construção;

III - As obras estiverem paralisadas pelo período de 06 (seis) meses contínuos ou intercalados, salvo motivo de força maior assim entendido pelo Poder Público Municipal e Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, ou alteração do projeto, devidamente comprovado;

IV - Ocorrer à extinção antes de 10 (dez) anos da sua instalação no Município.

Parágrafo Único - A Comissão de Desenvolvimento Econômico concederá prazo de até 06 (seis) meses, para que a empresa retire as benfeitorias existentes, fora o qual passarão a integrar o patrimônio do Poder Público Municipal.

Artigo 8º - Para analisar estes benefícios, fica criado a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico composta de:

I - 03 (três) representantes da Prefeitura Municipal;

II - 03 (três) representantes da Câmara Municipal;

III - 03 (três) representantes da Associação Comercial e Industrial de Trombudo Central.

§ 1º - A Comissão de que trata este artigo, poderá sugerir contratação de técnicos para estabelecer laudos dos projetos complexos e que necessitam de estudos mais detalhados e profundos, laudos nos quais a comissão tomará por base emitir parecer.

§ 2º - A Comissão de que trata este artigo deverá representar os habitantes do Município através das entidades legais existentes.

§ 3º - A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico terá estrutura e funcionamento regulados por Decreto do Executivo Municipal

§ 4º - A Comissão de que trata este artigo será nomeada por Decreto do Executivo Municipal e renovada de 02 (dois) em 02 (dois) anos.

§ 5º - O acompanhamento e a fiscalização do cumprimento da presente Lei, caberá ao Fiscal de Obras e Posturas em conjunto com a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Artigo 9º - Para cobrir despesas com a execução da presente Lei, o Poder Executivo Municipal está autorizado a usar dotações do orçamento vigente e, em exercícios futuros deverá constar de dotação específica no orçamento.

Artigo 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, findo revogadas as Leis 1299 de 09 de Outubro de 2001 e Lei 1751 de 18 de Dezembro de 2012.

Trombudo Central, 11 Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1825

LEI 1825 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

"DENOMINA QUADRAS ESPORTIVAS"

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada "CANCHAS DE BOLÃO E BOCHA WERNER MÜLLER", as canchas para prática esportiva na modalidade de "Bolão e Bocha", localizadas junto a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL TAMOIO, neste Município e Comarca.

Artigo 2º- O Município de Trombudo Central procedeu junto a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Tamoio, TERMO DE CESSÃO DE USO da fração correspondente a 1.662,73 m² (um mil, seiscentos e sessenta e dois metros e setenta e três decímetros quadrados), do imóvel objeto da matrícula 15.053 registrado no Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central, objeto de Processo de desmembramento nº 2.667, aprovado pelo Decreto Municipal 081/11 de 01 de Setembro de 2011, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Artigo 3º- A Diretoria da respectiva Associação providenciará a confecção da referida placa, designando o dia para a sua colocação em homenagem.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei Complementar 1826

LEI COMPLEMENTAR 1826 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1479 E SUAS ALTERAÇÕES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica alterado o Anexo I que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO GERAL DOS SERVIDORES DO EXECUTIVO

DENO- MINA- ÇÃO DO CARGO	NIVEL INICIAL	QUANT.VAGAS			CARGA HORÁRIA SEMANAL
		P	V	T	
Grupo Ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS					
Assistente Social	27	2	1	3	40:00
Enfermeiro	27	2	2	4	40:00
Contador	30	0	1	1	40:00
Farmacêutico	27	0	1	1	40:00
Médico Clínico Geral I	27	1	1	2	10:00
Médico Clínico Geral II	41	0	2	2	30:00
Médico veterinário	27	0	1	1	40:00
Odontólogo do PSF	32	0	2	2	40:00
Psicólogo	27	0	4	4	40:00
Tesoureiro	30	1	0	1	40:00
Encarregado Depto Pessoal	30	1	0	1	40:00
Controlador Interno	27	1	0	1	40:00
Nutricionista	20	2	0	2	20:00
Fonoaudiólogo	20	1	0	1	20:00
Médico PSF	44	0	2	2	40:00
Engenheiro Civil	28	0	1	1	20:00
Turismólogo	27	0	1	1	40:00
Advogado	29	0	2	2	20:00
Fisioterapeuta	24	0	2	2	20:00
Médico Especialista	34	0	3	3	10:00
Técnico Esportivo	27	0	2	2	40:00
Engenheiro Agrô- nomo	28	0	1	1	20:00
Programador (Mu- tação)	27	0	1	1	20:00
Analista de Compras e Licitação (Criação)	27	0	1	1	40:00
Grupo Ocupacional II - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM					
Auxiliar de Enferma- gem	19	2	4	6	40:00
Técnico em Enfer- magem	20	8	0	8	40:00
Recepção- nista	18	1	0	1	40:00
Instrutor de Dança	26	1	1	2	40:00
Auxiliar Adminis- trativo	22	15	5	20	40:00
Auxiliar de Contabili- dade	22	0	1	1	40:00
Fiscal de Tributos	23	1	0	1	40:00

Fiscal de Obras e Posturas	23	0	1	1	40:00
Desenhista	24	1	0	1	40:00
Fiscal de Vigilância Sanitária	24	1	1	2	40:00
Agente Administrativo	27	2	0	2	40:00
Técnico Agrícola	27	1	0	1	40:00
Técnico em Contabilidade	30	0	1	1	40:00
Topógrafo	27	1	0	1	40:00
Auxiliar Odontólogo PSF	16	0	2	2	40:00
Auxiliar de Sala	17	0	20	20	30:00
Agente de Endemias	19	0	1	1	40:00
Agente de Defesa Civil	24	0	3	3	40:00
Orientador Social	22	0	1	1	40:00
Grupo Ocupacional III - Serviços Auxiliares - SAL					
Merenheira	16	35	1	36	30:00
Servente/Faxineiro	14	2	25	27	40:00
Auxiliar Serviços Gerais	14	0	6	6	40:00
Agente de Saúde	14	0	16	16	40:00
Operário Braçal	16	14	23	37	40:00
Vigia	12	0	4	4	40:00
Inseminador	20	1	0	1	40:00
Calceteiro	16	0	2	2	40:00
Auxiliar Mecânico	16	0	1	1	40:00
Motorista	20	17	4	21	40:00
Pintor	18	1	0	1	40:00
Marceneiro	20	1	0	1	40:00
Operador de Máquinas	20	12	7	19	40:00
Mecânico	20	0	2	2	40:00
Pedreiro/Carpinteiro	20	3	6	9	40:00
Encanador/Eletricista	23	1	0	1	40:00

Artigo 2º - Ficam incluídos junto ao anexo VI as seguintes atribuições:

ANEXO VI

TABELA DE ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS		
Programador	Desenvolver sistemas e aplicações; montar estrutura de banco de dados; codificar programas; prover sistemas de rotinas de segurança; compilar e testar programas; gerar aplicativos para instalação e gerenciamento de sistemas; realizar manutenção de sistemas e aplicações; converter sistemas e aplicações para outras linguagens ou plataformas; implantar sistemas e aplicações; Desenvolver e testar programas, rotinas, relatórios e algoritmos eficientes e exatos em ambientes computacionais para prover o acesso das informações de acordo com os padrões estabelecidos; dar treinamento aos usuários nos softwares desenvolvidos ou adquiridos; manter em funcionamento o Site da Prefeitura; desenvolver outras atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação.	Ser portador de Diploma de conclusão de curso de ensino Superior e curso técnico específico de programação.
Analista de Compras e Licitação	Coordenar e Instruir a execução de todos os procedimentos legais e administrativos relativos às contratações de bens e serviços na Administração Municipal, correlatos a gestão de Compras: Executar as atividades utilizando-se das Leis concernentes às Licitações, compras diretas, Contratos, Convênios ou Contratos de repasses, Responsabilidade Fiscal e demais normas regulamentadoras atinentes ao cargo: Realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de procedimentos e modelos administrativos para o uso nos serviços relativos às contratações de bens e serviços na administração Municipal, assim como sugerir normas regulamentadoras para o aperfeiçoamento na gestão de compras; Executar as atividades relativas a gestão do cadastro de fornecedores da Administração Municipal; Supervisionar e orientar a elaboração e processamento de empenhos até seu encaminhamento à Contabilidade; Executar o controle patrimonial de bens públicos; Operar sistema informatizado de Controle de Compras e Licitações; Participar de cursos, Seminários, Palestras e outros eventos correlatos; Executar outras atividades afins e compatíveis com as suas atribuições ou com a formação profissional, em conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados por superior hierárquico.	Ensino Superior completo em Administração com registro no órgão de classe.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Lei Complementar 1827

LEI COMPLEMENTAR 1827 DE 10 DE ABRIL DE 2014.
REGULAMENTA O ARTIGO 106 DA LEI COMPLEMENTAR 1594 DE 05 DE JUNHO DE 2009 QUE INSTITUIU O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TROMBUDO CENTRAL/SC E QUE DISPÕE SOBRE CONDOMÍNIOS, REVOGA A LC 1793/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DA FORMA E TIPOS DE CONDOMÍNIO

Artigo 1º - Para os efeitos dessa Lei, considerar-se-ão as urbanizações em forma de condomínio de lotes fechados, os condomínios horizontais, e os conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais, sendo que cada unidade constituirá propriedade autônoma sujeita às limitações dessa Lei.

§ 1º - Cada unidade será assinalada por designação especial, numérica ou alfabética, para efeitos de identificação e discriminação.

§ 2º - A cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob a forma decimal ou ordinária.

§ 3º - O perímetro da área loteada será fechado e de acesso controlado.

Artigo 2º - Os Condomínios deverão ser constituídos na forma da Lei Federal nº 4.591/64, cujas unidades autônomas serão formadas por residências térreas horizontais ou verticalizadas, sendo discriminada a parte do terreno a ser ocupada por uso exclusivo, bem como a fração ideal da totalidade do terreno e as partes comuns correspondentes ao Condomínio.

CAPÍTULO II DO CONDOMÍNIO FECHADO

Artigo 3º - Na concepção de condomínio fechado, seguem-se os seguintes dimensionamentos:

§ 1º - Para até 05 (cinco) unidades autônomas: largura mínima de 05 (cinco) metros, tendo obrigatório passeio de um lado com 01 (um) metros de largura;

§ 2º - De 06 (seis) a 10 (dez) unidades autônomas: largura mínima de 08 (oito) metros, sendo que os passeios deverão ter largura mínima de 01 (um) metro para cada lado e pista com 06 (seis) metros;

§ 3º - Acima de 10 (dez) unidades autônomas: largura mínima

de 1,5 (um vírgula cinco) metros para cada lado e pista com 07 (sete) metros;

§ 4º - Portão de fechamento de acesso;

§ 5º - Interfone;

§ 6º - Para mais de 10 (dez) unidades autônomas deverá ser demarcada área verde correspondente a 10% (dez) por cento do total da gleba parcelada;

§ 7º - Muro no perímetro externo do condomínio com altura mínima de 1,80 (um vírgula oitenta) metros e máxima de 3,0 (três vírgula zero) metros;

§ 8º - Cópia do Termo de Convenção, onde conste que não será permitido edificar até plena conclusão das obras obrigatórias;

§ 9º - Memorial descritivo;

Artigo 4º - A cada 02 (duas) unidades autônomas executadas será concedido o Habite-se parcial, e fica condicionada à completa e efetiva conclusão do Projeto e das obras relativas à infraestrutura do Condomínio, a concessão de habite-se total nos termos do artigo anterior, depois de vistoriadas e aceitas pelos órgãos competentes.

Artigo 5º - O condômino tem o direito de usar e fluir com exclusividade de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interessem condicionados umas e outras as normas de boa vizinhança e, poderá usar as partes e coisas comuns de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes de todos.

Parágrafo Único - É de responsabilidade do proprietário do condomínio: construir sistemas próprios para captação e esgotamento de águas pluviais e, igualmente a coleta e destinação de esgotos sanitários, através de ligação com rede pública municipal, abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica, caixas específicas para coleta de lixo pela prefeitura ou suas concessionárias constituída junto à via pública municipal, sendo tais serviços implantados e mantidos pelo condomínio, mediante projeto aprovado pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO III DO CONDOMÍNIO HORIZONTAL

Artigo 6º - Deverá haver, no máximo, 02 (duas) ligações com a via pública, para tráfego de veículos.

Artigo 7º - O condomínio seguirá:

§ 1º - Para até 05 (cinco) unidades autônomas: largura mínima de 05 (cinco) metros, tendo obrigatório passeio de um lado com 01 (um) metro de largura;

§ 2º - De 06 (seis) a 10 (dez) unidades autônomas: largura mínima de 08 (oito) metros, sendo que os passeios deverão ter largura mínima de 01 (um) metro para cada lado e pista com 06 (seis) metros;

§ 3º - Acima de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte) unidades autônomas: largura mínima de 1,5 (um vírgula cinco) metros para cada lado e pista com 07 (sete) metros;

§ 4º - Portão de fechamento de acesso;

§ 5º - Interfone;

§ 6º - Muro no perímetro externo do condomínio com altura mínima de 1,80 (um vírgula oitenta) metros e máxima de 3,0 (três vírgula zero) metros;

§ 7º - Cópia do Termo de Convenção, onde conste que não será permitido edificar até plena conclusão das obras obrigatórias;

§ 8º - Memorial descritivo;

Artigo 8º - Independente da quantidade de unidades autônomas, todos os condomínios deverão ter demarcado, assim compreendido conforme as Leis Estadual e Federal, 35% (trinta e cinco) por cento do total da gleba parcelada, sendo 25% (vinte e cinco) por cento de ruas, passeios, ajardinamento e área de uso comum e 10% (dez) por cento de área verde.

Artigo 9º - É de responsabilidade do proprietário do condomínio construir sistemas próprios para captação e esgotamento de águas pluviais e, igualmente, coleta e destinação de esgotos sanitários, através de ligação com a rede pública municipal, abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica, caixas específicas para coleta coletiva de lixo pela Prefeitura Municipal ou suas concessionárias, construídas junto à via pública municipal, sendo tais serviços implantados e mantidos pelo Condomínio, mediante projetos aprovados pelos órgãos competentes.

Artigo 10º - A concessão de Habite-se das unidades autônomas, fica condicionada à completa e efetiva conclusão das obras relativas à infraestrutura do condomínio, nos termos do artigo anterior, após vistoriadas e aceitas pelos órgãos competentes.

Artigo 11º - O Poder Público Municipal em virtude do cumprimento de todas as etapas de construção do condomínio, ficará através de caução devidamente instrumentado através de contrato, com a posse provisória de 20% (vinte por cento) das edificações do empreendimento, como garantia de execução integral do projeto de condomínio fechado horizontal. Sendo este imóvel liberado para venda somente após a conclusão total do projeto.

Artigo 12º - Para efeitos tributários, cada unidade autônoma será tratada como prédio isolado, contribuindo o respectivo condômino, diretamente, com as importâncias relativas aos impostos e taxas municipais, na forma dos respectivos lançamentos.

Artigo 13º - O condômino tem o direito de usar e fluir com exclusividade de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses condicionados umas e outros as normas de boa vizinhança e, poderá usar as partes e coisas comuns de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes de todos.

CAPITULO IV DAS EDIFICAÇÕES GEMINADAS

Artigo 14º - As residências geminadas subdividem-se em:

I - residências em série paralelas ao alinhamento frontal:

a) consideram-se residências em série, paralelas ao alinhamento frontal as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia ou a extensão superior à 100 (cem) metros.

b) as residências em série paralelas ao alinhamento frontal deverão obedecer as regras instituídas pelo Plano Diretor, no que couber.

II - residências em série transversais ao alinhamento frontal:

a) consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 20 (vinte) o número de unidades no mesmo alinhamento.

b) as residências em série, transversais ao alinhamento frontal, deverão obedecer as seguintes condições:

1 - a testada do lote terá, no mínimo 20,00 m (vinte) metros;

2 - o acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo:

2.1 - 5,00 m (cinco) metros de pista mais 1,00 (um) metro de passeio, quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com até 10 (dez) edificações;

2.2 - 6,00 m (seis) metros de pista mais 1,50 (um vírgula cinquenta) metros de passeio, quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) edificações;

2.3 - 8,00 m (oito) metros de pista mais 1,50 (um vírgula cinquenta) metros de passeio, quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com até 20 (vinte) edificações;

§ 1º - As residências de que trata o "caput" deste artigo, terão a testada mínima, exclusiva de cada unidade de 5,00 (cinco) metros e área livre mínima igual a projeção da moradia.

§ 2º - Em cada 10 (dez) unidades haverá área igual ao dobro da área de projeção de uma moradia, destinada a "playground" de uso comum.

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15º - Quanto à documentação, análise, tramitação e aprovação de Condomínios, de que trata essa Lei, aplicar-se-á, subsidiariamente e no que couber, as disposições do Plano Diretor Participativo de Trombudo Central (Lei Complementar nº 1594 de 05 de Junho de 2009), Código de Obras do Município de Trombudo Central (Lei nº 0838 de 06 de Março de 1991), além das matérias preconizadas na Legislação Estadual e Federal, aplicáveis à espécie.

Artigo 16º - Os condomínios em curso serão registrados pela Lei Federal nº 4591/64. Posteriormente, a partir da publicação da Lei Complementar 1827/14 (condomínios horizontais fechados), todos os condomínios obterão licença pra iniciar edificação das unidades autônomas, somente a partir da observância da todas as especificações técnicas para instalação de condomínio fechado horizontal, previstas na Lei Complementar 1827/14.

Artigo 17º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario, especialmente a Lei Complementar 1793/13.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.
TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei Complementar 1828

LEI COMPLEMENTAR 1828 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

Institui a Política Municipal de Assistência Social de Trombudo Central, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º O Sistema Único de Assistência Social Municipal de Trombudo Central - SUAS/TC, constitui um sistema público, com comando único, não contributivo, descentralizado e participativo. Parágrafo único. O SUAS/TC tem como objetivo promover os direitos socioassistenciais por meio da Política Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º A Política Pública de Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Artigo 3º São direitos socioassistenciais dos usuários:

- I - usufruir de todos os direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro;
- II - proteção social não contributiva;
- III - direito a acolhida;
- IV - direito a renda;
- V - direito a segurança alimentar;
- VI - direito de equidade social;
- VII - direito de manifestação pública e controle social sem sofrer discriminação.

DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 4º A Política de Assistência Social tem por objetivos:

- I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
 - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes;
 - c) a mediação da integração ao mercado de trabalho, a fim de ofertar ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas;
 - d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, por meio da vigilância socioassistencial, proteção social e defesa dos direitos;
 - e) garantia de um salário mínimo de benefício mensal (Benefício de Prestação Continuada - BPC) à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família;
 - II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
 - III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

Dos Princípios da Assistência Social

Artigo 5º A Política de Assistência Social é regida pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as do SUAS;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Das Diretrizes da Assistência Social

Artigo 6º A organização da Assistência Social no Município de Trombudo Central tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS:

- I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas à esfera estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio-territoriais locais;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social;
- IV - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Dos Usuários da Assistência Social

Artigo 7º Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, tais como:

- I - perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;
- II - perdas de ciclos de vida e exploração infantil;
- III - que apresentem identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;
- IV - que estejam em desvantagem pessoal resultante de deficiências;
- V - que sejam excluídos pela pobreza e ou no acesso às demais políticas públicas;
- VI - famílias com indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas;
- VII - diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos e de indivíduos;
- VIII - pela inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;
- IX - pelas estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Dos Benefícios de Assistência Social

Artigo 8º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011.

Artigo 9º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais e/ou Assistente Social de referência, vinculada ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Artigo 10º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Artigo 11º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme parágrafo único do Art. 8º desta lei.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 10 o trabalhador do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor, poderá conceder o benefício mediante justificativa.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Artigo 12º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - Auxílio em situações de vulnerabilidade temporária;

IV - Auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Artigo 13º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém nascido;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e será através do auxílio funeral, conforme art. 7º.

III- apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - comprovante de residência;

IV - comprovante de renda de todos os membros familiares;

V - documentos pessoais (CPF e RG);

VI - numero do NIS (numero de identificação social).

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será de (1/5) um quinto do salário mínimo.

Artigo 14º O auxílio funeral atenderá:

I - as despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - documentos pessoais (CPF e RG);

V - numero do NIS (numero de identificação social).

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º Nos casos em que o indivíduo obtiver Plano Funeral Privado, o auxílio funeral não será concedido.

§ 6º O valor conferido ao auxílio funeral será de um salário mínimo, além da isenção da taxa de sepultamento e sepultura.

§ 7º O benefício de auxílio funeral será devido à família em número igual ao das ocorrências deste evento.

Artigo 15º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública; e

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º O auxílio para situações de vulnerabilidade temporária são compreendidos como:

I - cesta de alimentos;

II - fotos para documentação.

§ 3º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - documentos pessoais (CPF e RG);

IV - numero do NIS (numero de identificação social);

IV - outros que se fizerem necessários.

§ 4º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social elaborado por assistente social, servidor municipal, demonstrando a necessidade do atendimento.

§ 5º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização

do estudo social.

Artigo 16º Para atendimento de vítimas de calamidade pública, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

§ 1º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I - comprovante de residência;

II - documentos pessoais (CPF e RG);

III - outros que se fizerem necessários.

§ 3º O auxílio em situação de calamidades pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social elaborado por assistente social, servidor municipal.

§ 4º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização do estudo social.

Artigo 17º Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV - enviar trimestralmente ao CMAS, prestação de contas relativo aos benefícios eventuais concedidos, para acompanhamento; e

V - divulgar e interpretar o benefício eventual como direito do cidadão, tornando pública as condições e formas de acessá-los e usufruí-los.

Do Modelo Assistencial

Artigo 18º A oferta das ações do SUAS/TC é realizada por meio de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem e, esta dividido por níveis de proteção;

Parágrafo único. As definições de serviços, programas, projetos e benefícios, são estabelecidas pela LOAS/93 e a PNAS/2004.

Artigo 19º Os serviços do SUAS/TC são organizados com base nas vulnerabilidades e risco sociais, portanto, as proteções sociais são ofertadas no SUAS por níveis de complexidade:

I- Gestão

II- Proteção Social Básica

III- Proteção Social Especial

Artigo 20º Os serviços de gestão, diz respeito a coordenação geral dos serviços do SUAS tais como: alimentação de SUAS Web, gerenciamento de pessoal, do Fundo de Assistência Social, uso dos recursos, compra de material didático e ou permanente dentre outras atividades administrativas e de coordenação que o SUAS demandar.

Parágrafo Único. Este serviço se materializa através do gabinete da secretaria, com equipe técnica de apoio e coordenadores dos serviços.

Artigo 21º Os serviços de Proteção Social Básica devem realizar acompanhamento preventivo a indivíduos e suas famílias em

situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de ações promotoras do desenvolvimento de potencialidades, assim como o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.

Parágrafo Único. Estes serviços se materializam no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ou em entidades conforme referência a Resolução 17/2010 do CNAS e é composta pelos seguintes serviços:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Artigo 22º A Proteção Social Especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social com fragilidade nos vínculos.

Parágrafo Único. A Proteção Social Especial é composta por serviços de média e alta complexidade, referenciados na Política Nacional de Assistência Social e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Em Trombudo Central estará atrelada ao espaço físico da gestão e executará os seguintes serviços:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos - PAEFI;

II - Serviço Especializado em Abordagem Social;

III - Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

IV - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;

V - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

VI - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

VII - Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Da Gestão e Organização

Artigo 23º O SUAS Trombudo Central, realiza a gestão da política municipal de assistência social, sob o comando único da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, articulando os serviços, programas, projeto e benefícios da rede governamental e não governamental.

Artigo 24º Compõe juntamente com a união e o estado, modelo de gestão com divisão de competências, atuando segundo as seguintes bases organizacionais:

I - matricialidade sociofamiliar, definida como desenvolvimento de ações com centralidade na família, independente do seu formato ou modelo;

II - descentralização administrativa, definida como a execução de serviços, programas e projetos de abrangência territorial e local, a partir do planejamento e diretrizes estabelecida pelos órgãos gestores do SUAS;

III - a territorialização, definida como oferta de serviços baseada na proximidade do cidadão e dos locais com maior vulnerabilidade e risco social, de acordo com o diagnóstico do órgão gestor do SUAS;

IV - constituição dos serviços socioassistenciais, cuja execução seja garantida precipuamente pelo poder público e complementarmente por entidades e organizações que respondam a resolução do CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011.

Artigo 25º São estratégias da gestão da política de assistência social:

I - desenvolvimento da capacidade gestora do Sistema Municipal de Assistência Social, redesenhando o modelo de gestão e capacitando gestores, conselheiros e trabalhadores da área e outros atores sociais;

II - fortalecimento dos conselhos, conferências e fóruns de

Assistência Social, como espaço de democratização e garantia de participação popular no controle social;
III - efetivação de fontes de financiamento que garantam a sustentabilidade da Política Municipal de Assistência Social;
IV - formação da Rede de Inclusão e Proteção Social;
V - construção de um Sistema de Informação com vistas à promoção de ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da área, contribuindo para o exercício da cidadania;
VI - publicização dos padrões de qualidade estabelecidos para as políticas setoriais de atenção à família, criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência;
VII - utilização de indicadores para a construção do Sistema de Avaliação e Impacto de Resultados da Política Municipal de Assistência Social;
VIII - implantação do Sistema de Acompanhamento da Rede Municipal de Assistência Social;
IX - elaboração, em conjunto com CMAS, do Plano Municipal de Assistência Social;
X - elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Assistência Social.

DO Financiamento

Artigo 26º O financiamento da Política de Assistência Social se baseia no porte e no nível de gestão da Assistência Social no município, na complexidade dos serviços, hierarquizado e complementar, no repasse regular e automático do Fundo Nacional e do Fundo Estadual de Assistência Social para o município, no cofinanciamento das ações e no estabelecimento de pisos de atenção em Assistência Social.

Artigo 27º A gestão dos recursos terá como referência os Planos Anual e Plurianual de Assistência Social e será acompanhada sistematicamente pelo Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de demonstrativos orçamentários mensais, sem prejuízo dos órgãos de controle interno e externo.

Artigo 28º O Poder Executivo Municipal deverá investir, no mínimo, 4% (quatro por cento), do total da arrecadação anual do Município de Trombudo Central no Fundo Municipal de Assistência Social, em face da extrema relevância de, efetivamente, instituir-se o cofinanciamento e em razão da demanda e exigência de recursos para a execução da Política Municipal de Assistência Social.

Do Controle Social da Assistência Social

Artigo 29º O controle social se efetivará com a participação popular, por meio do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e outras instâncias de fiscalização e controle, de modo a intensificar a participação dos usuários na política municipal de assistência social e na condução e avaliação da política e seus serviços.

DA NATUREZA E FINALIDADE

Artigo 30º Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Trombudo Central, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Trombudo Central é vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de Assistência Social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Artigo 31º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da Assistência Social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de Assistência Social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 32º São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

I - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional e Estadual de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social -SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da Conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de Assistência Social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da Assistência Social, no âmbito municipal;

XII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIII - encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de Assistência Social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional

de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei n. 8.742 de 1993;

XVIII - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XIX - realizar o controle social do Programa Bolsa Família;

XX - publicar no respectivo Diário Oficial ou jornal destinado às publicações oficiais do município, todas as suas deliberações.

DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 33º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) a Política Municipal de Assistência Social;
- b) o Plano Municipal de Assistência Social;
- c) o Plano de Ação;
- d) a proposta orçamentária da Assistência Social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da Assistência Social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de aplicação do Fundo Municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;
- g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, quando for o caso;
- h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS às entidades e organizações de Assistência Social;
- i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- k) o relatório anual da gestão e o Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira.

II - das entidades e organizações de Assistência Social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução; e
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 34º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto de, no mínimo, seis membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - três representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- b) Secretaria Municipal de Educação e Esporte;
- c) Secretaria Municipal de Saúde.

II - três representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) um representante dos usuários ou organizações de usuários da Assistência Social;
- b) um representante das entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscrita no CMAS; e
- c) um representante de trabalhadores do setor ou entidade de trabalhadores.

Parágrafo Único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos.

Artigo 35º Será considerado representante de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social

Artigo 36º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Artigo 37º Serão consideradas entidades de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º As entidades e organizações de Assistência Social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

- a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.
- b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de Assistência Social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS; e
- c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§2º As entidades e organizações de Assistência Social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamentado pelo CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades

e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de Assistência Social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de Assistência Social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social -SUAS as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Artigo 38º Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Artigo 39º Os representantes do Governo de que trata o inciso I do Art. 34. devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Artigo 40º A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do Art. 34. ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

Artigo 41º A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo Único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Artigo 42º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Artigo 43º A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Artigo 44º O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano, observando-se a alternância entre sociedade civil e governo.

Artigo 45º Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da Assistência Social.

Artigo 46º Os membros referidos do Art. 34, incisos I e II desta

Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o Art. 34, incisos I e II, da presente Lei.

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 47º O Conselho Municipal de Assistência Social compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões; e

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário; e

IV - 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil respeitadas as seguintes condições:

I - quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

II - sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;

II - de Financiamento e Orçamento;

III - de Políticas; e

IV - de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no

orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, um Secretário Executivo de nível superior, preferencialmente, graduado em Serviço Social.

§8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da Assistência Social, para dar suporte ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10º O regimento interno do CMAS contemplará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta lei, para seus integrantes e estabelecerá normas de funcionamento, devendo ser submetido à assembleia geral especialmente convocada para este fim.

§11º Compete ao gestor responsável pela execução da política municipal de Assistência Social organizar o quadro de pessoal do CMAS, respeitando o disposto no §7º do presente artigo para compor a Secretaria Executiva, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

DO FUNCIONAMENTO

Artigo 48º A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência.

Artigo 49º O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas divulgadas previamente, com no mínimo cinco dias de antecedência.

Artigo 50º A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes.

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 51º Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da Política de Assistência Social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de Assistência Social.

Artigo 52º No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo

com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e/ou de Alta Complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no Fundo Municipal, constituído como unidade orçamentária e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da Assistência Social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o Plano Municipal de Assistência Social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo Fundo de Assistência Social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social - SUAS, se o plano de ação está em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de Assistência Social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno; e

Artigo 53º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécie;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Artigo 54º O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS.

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Artigo 55º Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos serviços;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Assistência Social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;

VIII - atendimento das ações socioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no Art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS e, ainda, a família do dependente químico.

Artigo 56º O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 57º As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em

documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

Da Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Assistência Social E HABITAÇÃO - SMASH

Artigo 58º A Secretaria Municipal de Assistência Social de Trombudo Central - SMASH tem por finalidade:

I - formular, coordenar e avaliar a política municipal de Assistência Social e Habitação, visando conjugar esforços dos setores governamental e não- governamentais, no processo de desenvolvimento social do município;

II - realizar e consolidar pesquisas e sua difusão, visando a promoção do conhecimento no campo da Assistência Social;

III - promover o fortalecimento das organizações não-governamentais como direito legítimo do exercício da cidadania;

IV - implantar e implementar um sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio dos Conselhos e das Conferências de Assistência Social, da publicização de dados e informações referentes às demandas e necessidades, da localização e padrão de cobertura dos serviços de Assistência Social, de canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetido a controle social, através de audiências públicas, de mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais, de conselhos paritários de monitoramento de direitos socioassistenciais e de conselhos de gestão dos serviços;

V - prestar apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social e aos conselhos afins, em suas atividades específicas, com destinação de recursos físicos, financeiros e humanos para o exercício democrático do controle social;

VI - apoiar as associações de bairros e outras formas de organização que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida da população;

VII - garantir acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem;

VIII - promover as ações para o estabelecimento da política habitacional local, com vistas a privilegiar a melhoria das condições de moradia da população beneficiária da Assistência Social;

IX - incentivar iniciativas de associativismo e/ou cooperativismo para aquisição de moradias e/ou como fomento a ações de geração de emprego e renda;

X - identificar a necessidade de ações de urbanização e regularização de áreas ocupadas ou em vias pela população de baixa renda;

XI - coordenar em conjunto com a Defesa Civil do município ações visando o reassentamento da população desalojada, vítimas de catastrofes ou contingências oriundas da natureza;

XII - promover o levantamento da situação socioeconômica dos beneficiários, bem como selecionar as famílias aptas a integrar programas habitacionais;

XIII - executar e gestar serviços de Proteção Social Básica, conforme determina a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

XIV - executar e gestar serviços de Proteção Social Especial, conforme determina a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

XV - gerenciar e regulamentar os benefícios eventuais, bem como, gerenciar o programa Bolsa Família, através da coordenação do Cadastro Único Nacional.

XVI - fixar níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programas, projetos e ações de Assistência Social;

XVII - promover a defesa socioassistencial para acolhida de manifestação de interesses dos usuários, ações de preservação de seus direitos e adoção de medidas e procedimentos nos casos de violação aos direitos socioassistenciais pela rede de serviços;

XVIII - implantar um sistema de regulação social das atividades públicas e privadas de Assistência Social, exercendo fiscalização e controle da adequação e qualidade das ações e da autorização de funcionamento de organizações e de serviços socioassistenciais;

XIX - implementar, em níveis de proteção, um sistema de gestão orçamentária para sustentação da Política de Assistência Social através do Orçamento Público, criando mecanismos de recebimento e transferência direta de fundo a fundo;
XX - criar um sistema de gestão de relações interinstitucionais, intersecretariais e intermunicipais, através de ações complementares, protocolos, convênios, fóruns de gestão, mecanismos de responsabilidade social, intercâmbio de práticas e de recursos;
XXI - promover articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e outras minorias;

Da estruturada da Secretaria Municipal de Assistência Social E HABITAÇÃO de Trombudo Central - SMASH

Artigo 59º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Trombudo Central - SMASH, para realizar suas ações será estruturada da seguinte forma:

- I - Setor de Gestão
- II - Setor de Proteção Social Básica
- III - Setor de Proteção Social Especial
- IV - Departamento de Habitação

Artigo 60º Para gerenciar a SMASH, fica instituído o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, obrigatoriamente, com formação de nível superior.

Artigo 61º Compete a SMASH e ao Secretário Municipal:

- I - assessorar diretamente o Prefeito nos assuntos compreendidos na área de competência da Secretaria;
- II - articular-se aos demais Secretários municipais, com vistas à adoção de medidas que visem ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais;
- III - dirigir e supervisionar a elaboração dos programas da Secretaria, fixando os objetivos de ação dentro das disponibilidades de recursos e da realidade social do município;
- IV - orientar, acompanhar e coordenar a execução dos programas de Assistência Social aprovados no Plano Plurianual pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- V - orientar estudos e pesquisas para a identificação de indicadores sociais do município;
- VI - articular o entrosamento da rede de proteção e inclusão social do município;
- VII - coordenar o assessoramento a movimentos comunitários, associações de bairros, entidades profissionalizantes e outras organizações sociais;
- VIII - incentivar a participação da comunidade nas atividades de apoio a projetos de infraestrutura urbana no princípio da ajuda mútua;
- IX - fazer manter atualizado o cadastro de entidades que desenvolvem atividades correlatas, tanto governamentais como as não governamentais, visando a ação integrada, o monitoramento e a avaliação;
- X - programar a divulgação de trabalhos sócio-educativos, objetivando conscientizar a comunidade de seus deveres e direitos sociais;
- XI - promover a atualização do diagnóstico sobre a problemática social de crianças e adolescentes, deficientes, idosos e outros segmentos da população em situação de vulnerabilidade, bem como apresentar alternativas de solução e ajuda, ao alcance do município;
- XII - promover a execução de ações voltadas para o atendimento social de crianças e adolescentes;
- XIII - organizar e coordenar a realização de seminários, fóruns e conferências, visando formular e avaliar a Política Municipal de Assistência Social em seu âmbito de atuação;
- XIV - desempenhar outras atividades afins.

SETOR DE GESTÃO

Artigo 62º O Setor de Gestão tem por objetivo coordenar todas as ações de gestão da política de Assistência Social do município. Estão agregados a ele, a gestão do SUASWEB, CadÚnico, Secretaria Executiva dos Conselhos, gestão administrativa e de logística da Política Municipal de Assistência Social.

Artigo 63º Compete ao Setor de Gestão:

- I - alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos sub-sistemas e aplicativos da REDE SUAS, componentes do sistema nacional de informação;
- II - coordenar o setor do Cadastro Único e apoiar na busca ativa das famílias com perfil de cadastro, para inclusão ou recadastramento.
- III - participar da gestão do BPC, integrando-o à Política de Assistência Social do Município, garantido o acesso às informações sobre os seus beneficiários;
- IV - participar das ações regionais e estaduais, pactuadas no âmbito do SUAS, quanto sua demanda, porte e condições de gestão o exigirem e justificarem, visando assegurar aos seus cidadãos o acesso aos serviços de média e/ou alta complexidade;
- V - instituir plano de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de proteção social na rede própria e na rede prestadora de serviços, em articulação com o sistema estadual e de acordo com o sistema federal, pautado nas diretrizes da PNAS/2004;
- VI - identificar e reconhecer, dentre todas as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, aquelas que atendem aos requisitos definidos por esta Norma para o estabelecimento do vínculo SUAS;
- VII - preencher o Plano de Ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o Relatório de Gestão como forma de prestação de contas;
- VIII - gestar os fundos cujos recursos públicos sejam de ações envoltas a Assistência Social.
- IX - elaborar Relatório de Gestão.
- X - gerenciar a Secretaria Executiva dos Conselhos.
- XI - coordenar a gestão do trabalho no SUAS
- XII - gerenciar a folha ponto dos trabalhadores do SUAS;
- XIII - orientar e efetivar contratações e licitações para compra de materiais necessário as atividades da Assistência Social;
- XIV - realizar capacitação, treinamento constante dos profissionais da Secretaria de Assistência Social e Habitação do município;
- XV - administrar os recebimentos de repasses de recursos dos fundos atrelados a Política de Assistência Social e Habitação;
- XVI - efetuar pagamentos;
- XVII - controlar saldos e conciliações bancárias;
- XVIII - outras atividades afins.

Artigo 64º Dentro desse Setor ficam criados os seguintes sub-setores:

- I - Transporte
- II - Serviços Gerais
- III - Cadastro Único
- IV - Secretaria Executiva dos Conselhos

Artigo 65º Transporte: é um apoio logístico a execução dos serviços socioassistenciais. Compete ao mesmo efetivar a manutenção e limpeza dos veículos, bem como, administrar demandas de seus motoristas.

Artigo 66º Serviços Gerais: é um apoio logístico a execução dos serviços socioassistenciais. Compete ao mesmo reconhecer os equipamentos de Assistência Social e garantir sua manutenção e limpeza para as atividades, bem como a confecção de alimentação e lanches.

Artigo 67º Cadastro Único: é responsável pelo acolhimento de famílias com perfil para o cadastro, cadastrar conforme indicadores

do MDS, gerenciar o sistema, participar de reuniões, acompanhar ou encaminhar para acompanhamento no PAIF as famílias cadastradas.

Artigo 68º Secretaria Executiva dos Conselhos: cabe coordenar, mobilizar e assessorar na confecção de atas, resoluções e registros dos conselho atrelados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, bem como garantir agendas conjuntas com demais instâncias de controle social existentes no município.

SETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Artigo 69º O Setor de Proteção Social Básica tem por objetivo a execução dos programas, projetos e serviços de Assistência Social em nível de Proteção Social Básica do SUAS, destinados à prevenção de riscos sociais e pessoais.

Artigo 70º Compete ao Setor de Proteção Social Básica coordenar o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na execução dos três serviços preestabelecidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como, prestar assessoria técnica às organizações comunitárias e:

- I - planejar, executar, monitorar e avaliar os serviços socioassistenciais de proteção social básica da Assistência Social;
- II - participar da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III - exercer a coordenação geral dos assuntos referentes às ações de Proteção Social Básica;
- IV - participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias e plano plurianual, bem como o acompanhamento de sua execução;
- V - elaborar relatórios periódicos sobre os programas/serviços de sua área de competência;
- VI - encaminhar mensalmente os relatórios periódicos dos programas/serviços de sua competência para a Gestão;
- VII - desenvolver ações de Proteção Social Básica e inclusão social de forma integrada com as demais políticas sociais;
- VIII - informar ao Secretário Municipal quanto às necessidades detectadas para a viabilização da infraestrutura, para a garantia de funcionamento dos programas/serviços;
- IX - emitir pareceres e documentos de sua competência;
- X - supervisionar as equipes dos programas/serviços afetos à sua área de competência, visando o cumprimento dos objetivos e diretrizes da Política de Assistência Social;
- XI - planejar, organizar e promover formação continuada das equipes em conformidade com as demandas identificadas no processo de supervisão;
- XII - acompanhar e executar as deliberações dos Conselhos afetos à sua área de competência;
- XIII - representar a SMASH em conselhos e comissões e em outros eventos e atividades afetas, ou por delegação do Secretário Municipal;
- XIV - desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Artigo 71º O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de Trombudo Central, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

- I - promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;
- II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;
- III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;
- IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com

o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Artigo 72º O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS se constitui em unidade pública e polo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para atendimento às famílias e seus membros que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quer pela condição econômica (famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza), quer por fazerem parte de diferentes ciclos de vida (crianças, idosos, pessoas com deficiência, adolescentes, jovens e mulheres), executando ações de combate à discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Artigo 73º O CRAS deve possuir equipe de referência conforme NOB-RH/SUAS e suas atribuições são definidas pelas Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social.

SETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Artigo 74º O Setor de Proteção Social Especial tem como objetivo minimizar as violações de direito. Para tanto, atua com famílias e apoia os serviços da Proteção Social Básica e de Alta Complexidade na execução da referência e contra referência do SUAS.

Artigo 75º Compete ao Setor de Proteção Social Especial atender famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. É responsável pelos cinco serviços preestabelecidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, além de:

- I - planejar, executar, monitorar e avaliar os serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial da Assistência Social;
 - II - participar da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
 - III - exercer a coordenação geral dos assuntos referentes às ações de Proteção Social Especial da SMASH;
 - IV - participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias e plano plurianual, bem como o acompanhamento de sua execução;
 - V - elaborar relatórios periódicos sobre os programas/serviços de sua área de competência;
 - VI - encaminhar mensalmente os relatórios periódicos dos programas/serviços de sua área de competência para a Gestão;
 - VII - desenvolver ações de Proteção Social Especial de forma integrada com a Rede Socioassistencial, bem como com as demais políticas sociais;
 - VIII - informar à Coordenação de Gestão quanto às necessidades detectadas para a viabilização da infraestrutura para garantia do funcionamento dos programas/serviços afetos à sua responsabilidade;
 - IX - emitir pareceres e documentos de sua competência;
 - X - supervisionar as equipes dos programas/serviços afetos à sua área de competência visando o cumprimento dos objetivos e diretrizes da Política de Assistência Social;
 - XI - planejar, organizar e promover formação continuada das equipes em conformidade com as demandas identificadas no processo de supervisão;
 - XII - acompanhar e executar as deliberações dos Conselhos afetos à sua área de competência;
 - XIII - representar a SMASH em Conselhos e Comissões e em outros eventos e atividades afetas a mesma, ou por delegação do Secretário Municipal;
 - XIV - desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.
- Artigo 76º O Setor de Proteção Social Especial deve possuir equipe

mínima de referência composta por um assistente social e um psicólogo para atender a demanda de média complexidade.

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Artigo 77º O Departamento de Habitação tem por objetivo a execução das atividades relativas ao estudo e implementação de programas municipais de habitação popular e qualificação profissional, visando a melhoria das condições habitacionais da população usuária.

Artigo 78º Compete ao Departamento de Habitação o diálogo constante com as demais política do município com vistas a:

I - promover estudos para melhorar as condições habitacionais da população de baixa renda;

II - decidir, de acordo com os critérios estabelecidos, a sistemática de cadastros da demanda potencial a ser beneficiada nos projetos de habitação popular;

III - promover estudos voltados para os aspectos jurídicos dos programas habitacionais, visando o estabelecimento de programas municipais direcionados à população de baixa renda;

IV - formular e discutir esquemas de organização capazes de viabilizar social e financeiramente os programas de habitação popular do município;

V - conduzir, sob a orientação do Secretário, os entendimentos e negociações dos programas e projetos municipais de habitação com as entidades públicas e as comunidades interessadas;

VI - coordenar e supervisionar as atividades de preparação e execução dos programas municipais de habitação voltados para o atendimento à população de baixa renda;

VII - coordenar o estudo e a experimentação de tecnologias alternativas que se adequem às condições do município e propiciem o barateamento do custo de construção;

VIII - manter contatos e negociações com entidades que possam contribuir para viabilizar soluções alternativas de construção;

IX - promover, por meio de publicação de manuais, cartilhas e outros materiais, a divulgação de conhecimentos sobre a construção popular;

X - acompanhar a execução das obras e os serviços relativos à construção de moradias populares;

XI - viabilizar o estabelecimento de parcerias técnicas nos assuntos específicos de cunho jurídico, engenharia e áreas afins, subsidiando técnica e legalmente as propostas de ação;

XII - criar uma estrutura de respaldo legal com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

Artigo 79º O Departamento de Habitação contará, para execução de suas ações, com um coordenador, com formação de nível superior.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 80º Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Trombudo Central - SMASH, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Artigo 81º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1829

LEI 1829 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PARA PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO OFICIAL DE MINI MISS SANTA CATARINA/ MINI MISS BRASIL E MINI MISS UNIVERSO, PARA NATÁLIA LETÍCIA MARCELINO, QUE IRÁ REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o município autorizado a custear despesas de Inscrição, viagens de deslocamento, hospedagens, vestuário, alimentação, lembrancinhas e demais despesas de caráter pessoal da candidata à MINI MISS SANTA CATARINA, BRASIL E UNIVERSO, da acompanhante (mãe) e de um Coordenador designado pela Secretaria Municipal da Cultura que acontecerá à partir do dia 25 de Abril de 2014, no Hotel Celebrate Park em Santo Amaro da Imperatriz - SC (1ª. Etapa - Mini Miss Santa Catarina - 25 e 26 de abril).

§ 1º - A candidata chegará no local do evento para representar o município com uma faixa de: MINI MISS TROMBUDO CENTRAL.

§ 2º Demais despesas de caráter pessoal são aquelas decorrentes da atuação da representante trombudense, nos eventos citados acima em todas as etapas que conseguir avançar, tais como maquiagem, cabeleireiro e esteticistas, necessários à perfeita caracterização da representante.

§ 3º - As 20 lembrancinhas deverão ser para as candidatas adversárias como sinal de congraçamento e deverá ser algum produto ou objeto que divulgue o município de Trombudo Central.

§ 3º As despesas com vestuário serão aquelas indumentárias que serão utilizadas quando estiverem devidamente caracterizadas como representantes do município na qualidade de MINI MISS.

Artigo 2º - As despesas de que trata o Artigos 1º da presente Lei, não poderá ultrapassar o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para as despesas em todas as etapas que por ventura conseguir passar.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

Órgão: 10 - Secretaria da Cultura e do Turismo;

Unidade: 01 - Departamento Cultural;

Proj./Ativ.: Recuperação, Preservação e Resgate Cultural;

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.0117;

Recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei Complementar 1830

LEI COMPLEMENTAR 1830 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - A presente Lei Complementar estabelece a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Trombudo Central, consoante anexo I, que passa a fazer parte integrante desta Lei Complementar e institui o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da Câmara.

Art. 2º. - A administração do Poder Legislativo Municipal sob, a direção do Presidente da Câmara, visa promover a dinamização da Câmara como órgão do governo municipal e da representação da comunidade e será constituída da seguinte forma:

I - Mesa Diretora:

II - Secretaria Executiva

Art. 3º. - A mesa da Câmara compete privativamente, dentre outras atribuições que lhe são conferidas, supervisionar, através de orientação, coordenação e controle das atividades do legislativo e compreende:

I - Gabinete;

II - Assessoria.

Art. 4º. - A Secretaria Executiva compete zelar pelo patrimônio da Câmara Municipal, dar execução às atividades da administração do pessoal e do material, contabilidade, expediente, comunicação, protocolo e arquivo, zeladoria, controle e formalização dos atos do Legislativo.

Art. 5º. - O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Trombudo Central é integrado por cargos de Provimento em Comissão e de Provimento Efetivo, classificados na forma desta Lei Complementar.

§ 1º. - Os cargos classificados de Provimento em Comissão são regidos pelo critério de confiança e de livre nomeação e exoneração da Mesa Diretora da Câmara, por ato do Presidente.

§ 2º. - Os cargos classificados de Provimento Efetivo são preenchidos mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, para efeitos de investidura.

Art. 6º. - Os cargos públicos de Provimento Efetivo são organizados em plano de carreira fundamentada nos princípios de qualificação profissional e desempenho, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia ao serviço público municipal, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 7º. - O regime jurídico aplicado aos servidores do serviço público da Câmara Municipal será o do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Trombudo Central.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 8º. - Para efeito de aplicação do presente Plano é adotada a seguinte conceituação:

I) Plano de Cargos: Vencimentos e Desenvolvimento Funcional é o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, vencimentos e desenvolvimento funcional;

II) Quadro de Pessoal: é o conjunto de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo;

III) Cargo Público: é a designação dada ao conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um funcionário segundo sua habilitação profissional, caracterizando-se por ser criado por lei, possuir denominação própria, número certo, pagamento pelos cofres do Município e por ser regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Trombudo Central;

IV) Cargo de Provimento Efetivo: é o conjunto de funções e responsabilidades, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, cometida a servidor aprovado em concurso e que tenha cumprido o estágio probatório;

V) Cargo de Provimento em Comissão: é o conjunto de funções e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional do Poder Legislativo, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores;

VI) Grupo Profissional: é o conjunto de cargos de provimento efetivo, reunidos segundo a formação, qualificação, atribuições e grau de complexidade e responsabilidade;

VII) Categoria Funcional: é a profissão ou conjunto de atribuições afins, vinculadas a um Grupo Profissional;

VIII) Nível: é a graduação de responsabilidade e vencimento de cada cargo;

IX) Classes: é o posicionamento do servidor no nível em que se enquadra o cargo;

X) Quadro de Níveis e Classes de Vencimento: é o conjunto de coeficientes atribuídos aos diversos níveis contidos em cada Grupo Profissional;

XI) Vencimento: é o resultado da multiplicação do Valor Referencial de Vencimento pelos coeficientes constantes no Quadro de Níveis e Classes de Vencimento;

XII) Desenvolvimento Funcional: é o deslocamento do servidor nas classes contidas no Quadro de Níveis e Classes de Vencimento;

XIII) Servidor Público: é a designação atribuída a toda a pessoa que presta serviço a Câmara Municipal de Trombudo Central, sob o regime estatutário em caráter efetivo ou comissionado ou em caráter temporário.

Art. 9º. - São considerados critérios fundamentais para estruturação dos cargos e grupos profissionais para efeitos desta Lei Complementar:

I. análise das atividades identificadas e agrupadas, conforme grau de complexidade e demais requisitos previamente definidos, para fins de hierarquização das carreiras; e

II. definição dos requisitos de escolaridade e experiência.

CAPÍTULO III DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 10 - Os cargos de provimento efetivo no serviço público municipal são acessíveis aos brasileiros e o ingresso dá-se na referência inicial do nível do respectivo cargo, atendidos os requisitos de escolaridade e habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 11 - Para o ingresso no serviço público da Câmara Municipal de Trombudo Central, basicamente o candidato deve comprovar:

- I. ser brasileiro;
- II. estar no gozo dos seus direitos políticos;
- III. estar quites com as obrigações militares;
- IV. estar em dia com as obrigações eleitorais;
- V. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI. comprovar ter boa saúde física e mental; e
- VII. declarar sob as penas da lei, não estar no exercício de outro cargo público cuja acumulação a lei não permita.

Art. 12 - Constituem requisitos de escolaridade e habilitação para o ingresso nos casos de:

- I. Atividade de nível superior: diploma de curso superior e habilitação legal, quando se tratar de atividade profissional regulamentada;
- II. Atividade de nível médio: diploma ou certificado de 2º. Grau, com habilitação equivalente, em função da categoria funcional; e
- III. Atividade de serviços gerais: certificado de conclusão da 4ª série do 1º grau e/ou experiência comprovada na área de atuação e habilitação legal quando exigida.

Art. 13 - O prazo de validade do concurso público será estabelecido pelo edital que o instituir, não podendo ser superior a 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por período igual ao prazo de validade.

Art. 14 - Após a homologação do resultado do concurso público, serão nomeados os candidatos habilitados, obedecida à ordem de classificação e o número de vagas a serem providas, estabelecidas no respectivo edital.

Art. 15 - O provimento de cargo público dar-se-á por ato do Presidente da Câmara Municipal quando no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 16 - Nomeado, o servidor cumpre estágio probatório, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Trombudo Central.

Art. 17 - Durante o tempo de validade do concurso, o aprovado excedente é convocado para assumir o cargo, com prioridade sobre os novos concursados, no mesmo cargo.

Art. 18 - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO, DAS GRATIFICAÇÕES, DOS ADICIONAIS E DO TETO

Art. 19 - Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor, pelo efetivo exercício do cargo, correspondentes ao vencimento, acrescidos de vantagens financeiras, permanentes ou temporárias, previstos em lei.

§ 1º Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, remuneração superior ao subsídio mensal, do Prefeito Municipal.

§ 2º A revisão geral da remuneração dos servidores da Câmara, ativos e inativos, entrará em vigor sempre na mesma data, qualquer que seja o quadro a que pertençam.

§ 3º O vencimento é irredutível.

Art. 20 - Ao servidor do Poder Legislativo, designado para a execução de serviços de relevância, poderá ser concedida gratificação, segundo o fator de relevância do serviço prestado, pelo período em que perdurar a designação, de acordo com os valores constantes da Tabela única, do Anexo VII, desta Lei complementar.

§ 1º São considerados serviços de relevância, aqueles prestados em nível de controle administrativo, de gestão financeira, de projetos específicos, execução de missões ou serviços especiais, de exclusiva avaliação e interesse da Câmara Municipal e do Município.

§ 2º As gratificações de que trata o caput deste Artigo, são vantagens transitórias que não serão incorporadas ao vencimento do servidor beneficiado, não gerando direito subjetivo e ficam, automaticamente, revogadas quando do retorno às funções de cargo efetivo.

Art. 21- O servidor efetivo, que concluir curso de Graduação ou Pós-Graduação, inerentes ao cargo ou à respectiva área de atuação, será concedido respectivamente, Adicional de Graduação, de 15% (quinze por cento) e Adicional de Pós-Graduação, de 25% sobre o valor da remuneração do cargo de provimento efetivo, no momento da apresentação do respectivo título.

§ 1º O adicional de que trata o caput será atribuída uma única vez, não sendo cumulativos.

§ 2º O direito previsto neste artigo, não impede a observância do disposto no art.31.

Art. 22 - O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo justificativa aceita pela Presidência da Câmara, até o limite de uma falta por mês;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a dez minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata;

III - a remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida, na forma da lei.

Art. 23 - Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único: Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

Art. 24 - O Vencimento, a Remuneração e o Provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos, resultantes de decisão judicial.

Art. 25 - Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar à sua remuneração, a expressão monetária da Progressão

Funcional, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do vencimento inicial do Cargo, ressalvados os direitos adquiridos até a publicação desta Lei.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR ANTIGUIDADE

Art. 26 - A Progressão Funcional consiste na movimentação do cargo, da referência onde está situado, para a referência imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo, de acordo com a tabela única do Anexo VIII, parte integrante desta Lei.

Art. 27 - A Progressão Funcional dar-se-á tendo em vista a Avaliação de Desempenho.

§1º A Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho ocorrerá a cada 03 (três) anos, sendo a primeira concedida, após o Estágio Probatório.

§2º A Progressão Funcional de que trata este artigo, abrangerá os servidores do Poder Legislativo, cabendo a Presidência, nomear uma Comissão de três Membros, para efetuar a Avaliação de Desempenho dos seus Servidores, nos prazos legais, e a sua não realização, não causará prejuízos aos Servidores do Poder Legislativo.

Art. 28 - A avaliação deve medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

- I - qualidade do trabalho;
- II - produtividade no trabalho;
- III - iniciativa;
- IV - presteza;
- V - aproveitamento em programas de capacitação
- VI - assiduidade;
- VII - pontualidade;
- VIII - administração do tempo;
- IX - uso adequado dos equipamentos de serviço.

§1º Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do servidor.

§2º Não logrando êxito na avaliação, o servidor perderá a promoção a que teria direito.

Art. 29 - A Avaliação de Desempenho será cumulativa e realizada anualmente, através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo anterior.

Parágrafo único: Cabe à Presidência da Câmara Municipal, a avaliação do servidor, com ciência do mesmo.

Art. 30 - Fica prejudicada a Progressão Funcional por Desempenho, quando o servidor sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo:

- I - não contar com pelo menos 1.095 (um mil e noventa e cinco) dias de efetivo exercício na classe.
- II - somar duas penalidades de advertência por escrito;
- III - sofrer pena de suspensão disciplinar;
- IV - completar três faltas injustificadas ao serviço;
- V - somar cinco chegadas atrasadas ou saídas antecipadas, sem autorização da Presidência;
- VI - tiver gozado licença para tratar de interesses particulares;

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO POR CURSO DE ATUALIZAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO

Art. 31 - O processo de avaliação da promoção por curso de aperfeiçoamento ou capacitação acontecerá a cada 03 (três) anos e corresponde a um acréscimo de 3% (três por cento) do vencimento base do cargo efetivo que ocupa.

Parágrafo único - A carga horária necessária para a promoção prevista no "caput" deste artigo poderá ser computada a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 32 - Para efeitos da promoção o servidor deverá acumular a seguinte carga horária mínima, em curso previamente considerado de interesse da Câmara Municipal:

- I. Serviços Gerais - CM/SG - 30 (trinta) horas/aula;
- II. Atividades Técnica de Nível Médio - CM/ANM - 40 (quarenta) horas/aula;
- III. Diretor/Secretaria Executiva - CM/SE - 80 (oitenta) horas/aula;
- IV. Assessoramento de Gabinete - CM/AG - 80 (oitenta) horas/aula; e.
- V. Atividades de Nível Superior - CM/ANS - 160 (cento e sessenta) horas/aula.

§1º Não atingindo a pontuação necessária na data prevista para o primeiro levantamento, estes poderão ser computados para o período seguinte.

§2º A carga horária excedente da promoção anterior não poderá ser utilizada para novas promoções.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL

Art. 33 - Os quadros de pessoal do órgão que trata o artigo 1º, serão organizados de acordo com as diretrizes desta Lei Complementar e deverão compreender:

- I. Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração; e
- II. Os cargos de provimento efetivo;

Art. 34 - Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, que integrarão os quadros de pessoal da Câmara Municipal de Trombudo Central são os seguintes:

- I. Atividade de nível Superior - CM/ANS;
- II. Assessoramento de Gabinete - CM/AG;

Parágrafo Único - O detalhamento das atividades inerentes a cada um dos cargos de Atividade de nível Superior, Assessoramento de Gabinete e Diretor/Secretaria Executiva, estão especificadas no corpo da Lei Complementar e Anexos que são parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 35 - Os cargos de provimento efetivo serão reunidos através dos seguintes grupos profissionais:

- I. Atividade de Nível Superior - CM/ANS;
- II. Atividades Técnica de Nível Médio - CM/ANM;
- III. Serviços Gerais - CM/SG.

Art. 36 - Cada grupo, abrangendo várias atividades, compreende:

- I. Atividade de Nível Superior - CM/ANS: os cargos de provimento em comissão a que seja inerentes às atividades compreendidas nas áreas de ciência e tecnologia e de ciências humanas e sociais indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram

a estrutura organizacional da Câmara, para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso superior e registro junto ao órgão da categoria profissional;

II. Assessoramento de Gabinete - CM/AG: cargos de provimento em comissão, a que é inerente à assistência direta e imediata ao Presidente da Câmara e Mesa Diretora nos assuntos de sua competência e que por sua natureza está afeto as atividades de orientação, coordenação e supervisão no mais elevado nível hierárquico funcional, dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Trombudo Central;

III. Atividade de Nível Superior - CM/ANS: os cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de ciência exatas e tecnologia e de ciências humanas e sociais indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Câmara, para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso superior e registro junto ao órgão da categoria profissional;

IV. Atividade Técnica de Nível Médio - CM/ANM: cargos de provimentos efetivo, cujas atividades técnico-profissional tem por finalidade o apoio aos serviços Legislativos, Administrativos, Contábeis e outros, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de 2º. Grau, com habilitação equivalente, em função da categoria funcional;

V. Serviços Gerais - CM/SG: Cargos de Provimento Efetivo inerentes às atividades operacionais, de manutenção e limpeza das instalações, motorista e outros, para cujos cargos é exigido certificado de Conclusão da 4ª Série do 1º Grau e/ou experiência comprovada na área de atuação.

Art. 37 - Constituem ainda partes integrantes desta Lei Complementar os anexos:

I. Anexo I - Organograma;

II. Anexo II - Quadro geral de cargos de provimento efetivo;

III. Anexo III - Cargos em provimento;

IV. Anexo IV - Cargos em comissão;

V. Anexo V - Descrição dos cargos;

VI. Anexo VI - Quadro das categorias funcionais, habilitação profissional e níveis;

VII. Anexo VII - Quadro das funções gratificadas;

VIII. Anexo VIII - Quadro da progressão funcional;

IX. Anexo IX - Tabela única de vencimentos por nível.

Art. 38 - Cada grupo de categorias funcionais tem sua escala de níveis de vencimentos fixado segundo o critério de importância da atividade, complexidade e responsabilidade, bem como o grau de escolaridade e qualificação exigidos para o desempenho das atribuições.

Art. 39 - Fica aprovado o quadro de servidores da Câmara Municipal, na forma dos anexos desta Lei Complementar.

Art. 40 - Os vencimentos base dos cargos são fixados no anexo que descreve o respectivo cargo e que faz parte integrante desta Lei Complementar, correspondentes aos níveis de vencimento constantes da tabela única de vencimentos o Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal, que passa a ser parte integrantes desta Lei Complementar, os quais serão bonificados e reajustados nos termos da Legislação em vigor ou nos termos das Leis posteriormente editadas.

Parágrafo Único - Para efeitos do caput do artigo, será concedido revisão geral anual aos servidores públicos do legislativo, atualizando-se o salário base (referência) atual, fixado em lei, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulados dos últimos doze meses, tendo por data base o mês de abril de cada

ano, conforme estabelece o inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

Art. 41 - Os cargos do provimento em comissão devem ser exercidos preferencialmente por servidores efetivos do quadro da Câmara, observando-se a categoria técnica ou profissional correspondente.

Parágrafo Único - Quando a designação recai sobre o serviço efetivo da Câmara, aplica-se o mesmo procedimento que aos servidores do executivo municipal, em situação similar.

Art. 42 - Aos servidores da Câmara Municipal aplica-se, no que couber, a Lei estatutária vigente no Município e demais legislação aplicável aos servidores municipais.

CAPÍTULO VII

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 43 - O servidor incluído no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Trombudo Central, ficará sujeito ao cumprimento da jornada semanal de trabalho, conforme disposto nos Anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - Os Servidores cumprirão jornada de trabalho de conforme disposto nos Anexos desta Lei Complementar, podendo ser aumentada ou reduzida, por ato do Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, a pedido do servidor ou no interesse da Câmara Municipal, para 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, com alteração proporcional dos vencimentos.

Art. 44 - Perderá o vencimento ou remuneração do cargo o servidor:

I. em exercício de mandato eletivo da União, do Estado ou Município, salvo do mandato de Vereador se houver compatibilidade de horário;

II. se posto a disposição de outro órgão público da União ou do Estado, ressalvada a opção pelo vencimento, salário ou remuneração do cargo ou emprego efetivo, com a anuência da Administração; e

III. demais hipóteses previstas no Estatuto, ou na legislação vigente.

§1º Investido no mandato de Vereador e havendo incompatibilidade de horário, o servidor poderá optar pelo vencimento, ou o Subsídio fixado para o mandato, a que faz jus.

§2º Investido no mandato de Prefeito Municipal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pelo vencimento do cargo ou o subsídio do cargo eletivo.

Art. 45 - As reposições e indenizações serão descontadas do servidor em parcelas mensais não excedentes a décima parte do vencimento.

Art. 46 - O horário de funcionamento da Câmara Municipal será fixada em Ato do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 47 - Toda e qualquer redução da jornada diária será simples e provisória concessão, não gerando qualquer direito ao servidor.

CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES

Art. 48 - Todos os servidores da Câmara Municipal deverão cumprir integralmente a jornada diária de trabalho que lhe for fixada, comprovada mediante registros de entradas e saídas.

Parágrafo único - Poderá o Presidente da Câmara, justificadamente e no interesse do serviço público dispensar servidores do registro de ponto e frequência.

Art. 49 - Será concedida uma tolerância máxima de 5 (cinco) minutos para o início da jornada diária de trabalho, decorridos os quais será fechado o ponto pelo servidor encarregado.

Parágrafo Único - Fechado o ponto, o servidor só poderá assinar ou bater o ponto por autorização do chefe imediato, depois de justificar o atraso.

Art. 50 - Mensalmente, o servidor encarregado do controle de frequência relatará ao Presidente da Câmara Municipal, ou a quem for delegado competência, as ocorrências relativas à frequência, tais como: entradas tardias, saídas antecipadas, faltas justificadas e injustificadas.

CAPÍTULO IX DAS FALTAS E DESCONTOS

Art. 51 - As faltas do servidor ao serviço serão consideradas como justificadas, abonadas ou injustificadas.

Art. 52 - São faltas justificadas as expressamente autorizadas em lei.

Art. 53 - Falta abonada é a relevação da ausência, da chegada tardia ou saída antecipada por decisão do Presidente da Câmara Municipal ou por quem receber delegação de competência em caráter excepcional, de sorte que não haja desconto na remuneração ou vencimento.

Parágrafo Único - As faltas abonadas limitar-se-ão a 05 (cinco) por ano.

Art. 54 - Falta injustificada é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada que ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, face a inexistência de motivo previsto em Lei ou não abonação pela autoridade competente.

Art. 55 - Todas as faltas serão anotadas na ficha funcional do servidor.

Art. 56 - O vencimento ou remuneração do servidor está sujeito aos descontos estabelecidos em Lei, determinados por decisão judicial ou autorizados por escrito pelo servidor.

CAPÍTULO X DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 57 - São deveres do servidor, no que não for contrariada a legislação própria, além de outros que lhes poderão ser impostos pelo Presidente da Câmara Municipal ou seus chefes imediatos:

- I. respeitar o regime de horário e de serviço que lhe for estabelecido;
- II. acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente da Câmara Municipal ou chefes imediatos;
- III. desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o interesse público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;
- IV. comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com as autoridades municipais, visitantes, colegas e munícipes para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensáveis ao desempenho das tarefas;
- V. apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;
- VI. guardar segredo, quando necessário sobre fatos que chegarem ao seu conhecimento em virtude de seu constante relacionamento

com os munícipes e autoridades;

VII. comunicar ao Presidente da Câmara Municipal e ao seu chefe imediato quaisquer informações que possam interessar à Câmara Municipal, ao Município e ao serviço;

VIII. oferecer quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços e do atendimento aos munícipes;

IX. atender na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando o serviço o exigir a juízo do Presidente da Câmara Municipal ou chefe imediato, garantida a remuneração pelo serviço extraordinário; e

X. devotar-se inteira e exclusivamente aos encargos e atribuições, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses da Câmara Municipal e do Município a quaisquer outros de ordem pessoal.

Art. 58 - O servidor será responsabilizado por:

I. sonegação de valores, objetos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II. faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens da Câmara Municipal e do Município e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência; e

III. qualquer prejuízo que causar à Câmara Municipal e ao Município por dolo, imperícia, imprudência, negligência, ignorância, indolência ou omissão.

CAPÍTULO XI DAS PROIBIÇÕES

Art. 59 - Ao servidor é especialmente proibido:

I. referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e aos munícipes, sendo admitida a crítica construtiva;

II. promover no próprio Município, manifestações de apreço ou despreço a autoridades, pessoas ou entidades;

III. fazer propaganda política ou aliciamento partidário;

IV. receber propinas comissões ou vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

V. fornecer informações que possam comprometer a Câmara Municipal e o Município, salvo as solicitadas na forma da Lei ou por determinação judicial ou ainda para resguardar direito de terceiros;

VI. executar durante o expediente serviços estranhos ao interesse público, sendo também, proibido o uso de material, máquinas e equipamentos para fins particulares;

VII. retirar-se do ambiente de trabalho durante o expediente sem permissão; e

VIII. perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

Art. 60 - A prática de qualquer das proibições constantes do artigo precedente ou outras previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sujeitará o infrator à aplicação das penas disciplinares aplicáveis.

CAPÍTULO XII DAS RESPONSABILIDADES

Art. 61 - Pelas infrações cometidas no exercício de suas atribuições, o servidor está sujeito a sanções de caráter estatutário, bem como a responsabilização civil e penal.

§1º A reparação de prejuízo causado a Câmara Municipal e ao Município será feita em parcelas mensais não superior a 10% (dez por cento) do vencimento do servidor.

§2º Quando necessário, o Município promoverá ação regressiva contra o servidor.

CAPÍTULO XIII DAS PENALIDADES

Art. 62 - São penalidades disciplinares:

- I. advertência;
- II. repreensão;
- III. suspensão; e
- IV. exoneração.

Parágrafo Único - As penalidades deste artigo serão aplicadas se não contrariarem o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 63 - A pena de advertência será aplicada por escrito pelo chefe imediato ao servidor que deixar de cumprir os deveres relacionados no Art. 55 desta Lei Complementar e outros estabelecidos no Estatuto.

Art. 64 - A pena de repreensão será aplicada pelo chefe imediato ao servidor quando for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada na ficha funcional.

Art. 65 - A pena de suspensão será aplicada ao servidor quando este agir com dolo ou culpa no cumprimento dos seus deveres ou reincidir na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

Parágrafo Único - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente da Câmara Municipal por sugestão do chefe imediato do servidor, deverá ser progressiva em períodos de três, sete e quinze dias.

Art. 66 - A demissão será aplicada ao Servidor pelo Presidente da Câmara Municipal, nos casos e na forma prevista no Estatuto e na legislação Federal, observado sempre o Processo Administrativo e a ampla defesa.

Art. 67 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a vida funcional do servidor, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para a Câmara Municipal e ao Município ou para terceiros.

Art. 68 - Das penalidades aplicadas pelo chefe imediato, o servidor poderá recorrer, dentro de dois dias a partir do dia em que lhe for comunicada a penalidade. Recebido o recurso o Presidente da Câmara Municipal, após ouvir quem aplicou a penalidade, decidirá pela confirmação ou anulação da mesma.

Parágrafo Único - O recurso não suspende o cumprimento da penalidade.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 69 - A contratação de pessoal por tempo determinado somente poderá ser realizado pelo Poder Legislativo, nas seguintes hipóteses:

- I. - Substituição de servidores licenciados;
- II. - Implantação de serviços urgentes e inadiáveis;
- III. - Saída de servidores mediante afastamento, aposentadoria e exoneração voluntária ou dispensa com justa causa, até a realização de concurso público.
- IV. - Contratação de servidores para a realização de serviços, até a realização de concurso público.

§1º A contratação de agentes públicos definidos no caput deste artigo para o exercício dos cargos previstos nesta Lei Complementar,

far-se-ão POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO a critério do Presidente.

§2º O vencimento do pessoal contratado pelo regime instituído nesta Lei Complementar será o fixado para cargos idênticos ou assemelhados do quadro dos servidores da Câmara Municipal.

§3º O prazo de contratação será o da temporariedade do fato, no caso do item I, e não poderá exceder a 12 (doze) meses nos demais casos.

Art. 70 - A aposentadoria, morte ou exoneração, abre automaticamente, vaga na referência inicial do cargo que ocupava o servidor.

Art. 71 - Os vencimentos, as vantagens nominalmente identificadas e as funções gratificadas serão reajustados na mesma época, pelo mesmo percentual.

Art. 72 - Para efeito de identificação dos cargos definidos nesta Lei Complementar, levar-se-á em conta os seguintes elementos:

- I. Sigla do grupo profissional;
- II. Código da carreira funcional;
- III. Nível.

Art. 74 - A criação, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão, cargos de provimento efetivo, funções gratificadas e categorias funcionais, será sempre através de Lei Complementar.

Parágrafo Único - A admissão para responder em caráter temporário por atribuições de cargo público será regulamentada por lei própria, exceto durante a vigência de situações de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 75 - O enquadramento dos servidores na nova situação dar-se-á em níveis dos respectivos cargos e carreiras, obedecido o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Parágrafo Único - Poderá o Presidente da Câmara Municipal, quando da transposição para os cargos constantes nos anexos desta Lei Complementar, atribuir a servidores, vantagem nominal identificada, no valor necessário para atender o disposto no Art. 7º, inciso VI e Art. 39, § 2º da Constituição Federal e, que será reajustada na mesma data e nos mesmos índices de reajuste de vencimentos.

Art. 76 - Fica o Presidente da Câmara devidamente autorizado a expedir atos administrativos complementares necessários a plena execução desta Lei Complementar e, a critério da mesa reduzir o expediente de seus servidores com vencimentos proporcionais, estabelecendo os respectivos horários, inclusive com poderes para adequação necessárias das despesas de pessoal à Legislação vigente.

Art. 77 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Vigente, suplementadas se necessário.

Art. 78 - Aplicam-se aos inativos e pensionistas, os benefícios desta Lei Complementar.

Art. 79 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

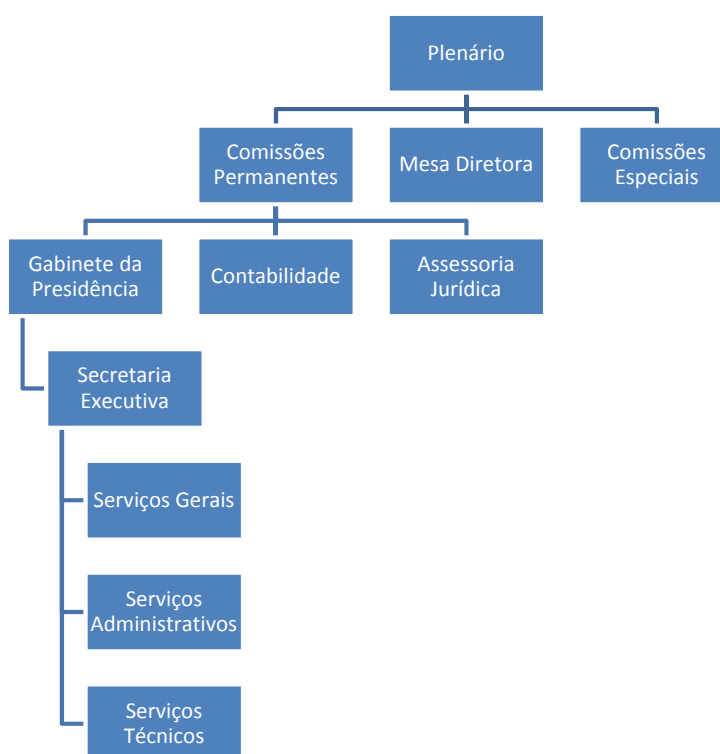
Art. 80 - Revoga-se a Lei Complementar nº 1804/2013.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I
Lei Complementar 1830/2014
ORGANOGRAMA



ANEXO II
Lei Complementar 1830/2014
QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO	CARGOS	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
I	Contador	5	01
	Advogado	7	01
	Agente Legislativo	6	01

GRUPO	CARGOS	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
II	Motorista	3	01
	Agente de Serviços Gerais	3	01

ANEXO III
Lei Complementar 1830/2014
CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO: CM/ANS

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Contador	20 h.	CM/ANS-1	5
01	Advogado	10 h.	CM/ANS-2	7

*Carga horária semanal.

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
CÓDIGO: CM/ANM

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Agente Legislativo	40 h.	CM/ANM-1	6

*Carga horária semanal.

GRUPO: SERVIÇOS GERAIS
CÓDIGO: CM/SG

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Motorista	40 h.	CM/SG-1	3
01	Agente de Serviços Gerais	40 h.	CM/SG-2	3

*Carga horária semanal.

ANEXO IV
Lei Complementar 1830/2014
CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO: ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO: CM/ANS

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Assessor Jurídico	20 h.	CM/ANS-1	5

*Carga horária semanal.

GRUPO: ASSESSORAMENTO DE GABINETE
CÓDIGO: CM/AG

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Assessor de Gabinete	40 h.	CM/AG-1	5

*Carga horária semanal.

ANEXO V
Lei Complementar 1830/2014
DESCRIÇÃO DOS CARGOS

A) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - SIGLA: CM/ANS

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO
CARGO EM COMISSÃO
NÍVEL: 5

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento em comissão a que seja inerentes às atividades de assessoramento na área de ciências humanas e sociais indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Câmara, para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso superior e registro no órgão de regulamentação da profissão, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento da Mesa Diretora da Câmara.

B) GRUPO PROFISSIONAL: ASSESSORAMENTO DE GABINETE - SIGLA: CM/AG

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

CARGO EM COMISSÃO

NÍVEL: 5

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento em comissão, a que é inerente à assistência direta e imediata ao presidente da Câmara e Mesa Diretora nos assuntos de sua competência, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento;

C) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - SIGLA: CM/ANS

CARGO: CONTADOR

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 5

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimentos efetivo, cuja atividade Profissional tem por finalidade os serviços Contábeis e outros correlatos, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de 3º. Grau, com habilitação, e inscrição do órgão da categoria o CRC; Para principalmente: Organizar, dirigir e executar os trabalhos de contabilidade, planejando, supervisionando, orientando sua execução, executando-os, de acordo com as exigências legais e administrativas no setor de contabilidade da Câmara Municipal.

D) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - SIGLA: CM/ANS

CARGO: ADVOGADO

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 7

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 10 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimentos efetivo, cuja atividade Profissional tem por finalidade os serviços Advocatícios e outros correlatos, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de 3º. Grau, com habilitação, e inscrição do órgão da categoria o OAB; Para principalmente análise de Projetos que tramitam na Câmara Municipal, orientando sobre o Processo Legislativo da Câmara Municipal.

E) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
- SIGLA: CM/ANM

CARGO: AGENTE LEGISLATIVO

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 6

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Cargos de Provimento Efetivo, cuja atividade Técnico-Profissional tem por finalidade os serviços legislativos, administrativos, contábeis e outros correlatos, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de Conclusão de 2º. Grau, com habilitação equivalente, em função da categoria funcional.

F) GRUPO PROFISSIONAL: SERVIÇOS GERAIS - SIGLA: CM/SG

CARGO: MOTORISTA

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 3

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Cargos de Provimento Efetivo inerentes às atividades operacionais, de motorista, para cujos cargos é exigido certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e experiência comprovada na área de atuação e ser portador de CNH - Carteira Nacional de Habilitação - categoria B.

G) GRUPO PROFISSIONAL: SERVIÇOS GERAIS - SIGLA: CM/SG

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 3

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento efetivo inerentes às atividades operacionais, de manutenção e limpeza das instalações, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão da 4ª Série do 1º. Grau e /ou experiência comprovada na área de atuação.

ANEXO VI

Lei Complementar 1830/2014

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E NÍVEIS.

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR
SIGLA - CM/ANS

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assessor Jurídico	5	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabela A, que é parte integrante desta Lei Complementar.

ASSESSORAMENTO DE GABINETE
SIGLA -CM/AG

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assessor Gabinete	5	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabela B, que é parte integrante desta Lei Complementar.

ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO
CM/ANS e CM/ANM

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Contador	5	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabelas C, D e E, que é parte integrante desta Lei Complementar.
Advogado	7	
Agente Legislativo	6	

SERVIÇOS GERAIS
SIGLA - CM/SG

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Motorista		Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabelas F e G, que é parte integrante desta Lei Complementar.
Agente de Serviços Gerais	3	
	3	

ANEXO VII
Lei Complementar 1830/2014
QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIGLA: FG

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	Referência*
01	Função Gratificada	FG -1	10 %
01	Função Gratificada	FG -2	20 %
01	Função Gratificada	FG -3	30 %
01	Função Gratificada	FG -4	40 %
01	Função Gratificada	FG -5	50 %

*Percentual sobre valor de base dos vencimentos.

ANEXO VIII

Lei Complementar 1830/2014

QUADRO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Nível	Tempo em Anos	Percentual
I (Inicial)	Admissão	0,00 %
II	03	4,14 %
III	06	8,44 %
IV	09	12,93 %
V	12	17,61 %
VI	15	22,47 %
VII	18	27,54 %
VIII	21	32,82 %
IX	24	38,31 %
X	27	44,04 %
XI (Teto)	30	50,00 %

ANEXO IX

Lei Complementar 1830/2014

TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS POR NÍVEL

Nível/R\$	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
1	500,00	520,70	542,20	564,65	588,05	612,35	664,10	691,55	720,20	750,00
2	800,00	833,12	867,52	903,44	940,88	979,76	1062,56	1106,48	1152,32	1200,00
3	1068,33	1112,56	1158,50	1206,47	1256,46	1308,38	1418,96	1477,61	1538,82	1602,50
4	1292,73	1346,25	1401,84	1459,88	1520,38	1583,21	1717,00	1787,97	1862,05	1939,10
5	1400,00	1457,96	1518,16	1581,02	1646,54	1714,58	1859,48	1936,34	2016,56	2100,00
6	1421,99	1480,86	1542,01	1605,85	1672,40	1741,51	1888,69	1966,75	2048,23	2132,99
7	1500,00	1562,10	1626,60	1693,95	1764,15	1837,05	1992,30	2074,65	2160,60	2250,00
8	1750,00	1822,45	1897,70	1976,28	2058,18	2143,23	2324,35	2420,43	2520,70	2625,00
9	2000,00	2082,80	2168,80	2258,60	2352,20	2449,40	2656,40	2766,20	2880,80	3000,00
10	2500,00	2603,50	2711,00	2823,25	2940,25	3061,75	3320,50	3457,75	3601,00	3750,00

Lei 1831

LEI 1831 DE 23 DE ABRIL DE 2014.

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, REAJUSTA O PISO SALARIAL DOS PROFESSORES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, com base no Artigo 1º da Lei 1464 de 23 de Março de 2006 e Lei 1.250/00.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de Revisão Geral Anual, reposição salarial de 6,15% (seis vírgula quinze por cento) incidentes sobre o vencimento base de todos os servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, dos Poderes Executivo e Legislativo, que fazem parte do Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais - instituído pela Lei Municipal nº 1479/06, a partir do mês de Abril do corrente ano.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de Revisão Geral Anual, reposição salarial de 6,15% (seis vírgula quinze por cento) e aumento real de vencimentos de 2,17% (dois vírgula dezessete por cento), totalizando 8,32% (oito por cento) incidentes sobre o vencimento base de todos os servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo, que fazem parte do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal - instituído pela Lei Municipal nº 1.250/00, a partir do mês de Abril do corrente ano.

(O reajuste é determinado pela Lei 11.738/08).

Artigo 3º - O percentual de que tratam os artigos primeiro e segundo tem como base o "Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo" - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período compreendido entre Abril de 2013 e Março de 2014.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.
Trombudo Central, 23 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1832

LEI 1832 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 1328 DE 06 DE AGOSTO DE 2002 QUE INSTITUI MURAL OFICIAL DO MUNICÍPIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, com base no inciso V do art. 32º da Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Artigo 1º da Lei 1328 de 06 de Agosto de 2002, passará a ter a seguinte redação:

Artigo 1º - Institui o mural oficial do Município, que tem como objetivo a publicação dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo de Trombudo Central, os mesmos estão localizados nas partes laterais de acesso a Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

Artigo 2º - Mantido.

Artigo 3º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1833

LEI 1833 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

REEDITA A LEI QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR - FUMMPOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º — Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR, com a finalidade de prover recursos para o equipamento, aquisição de material permanente, de consumo e demais despesas correntes e de capital, bem como para conservação das instalações da Organização Policial Militar (OPM), com sede no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único — O FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR de que trata este artigo, será identificado pela sigla FUMMPOM.

Artigo 2º — Os recursos financeiros do FUMMPOM serão constituídos de:

- I — Taxa de segurança preventiva — TSP;
- II — Auxílios, subvenções, doações orçamentárias e créditos adicionais, destinados à Organização Policial Militar — OPM;
- III — Recursos decorrentes de alienação de material e/ou bens ou equipamentos considerados inservíveis, adquiridos pelo próprio FUMMPOM;
- IV — Recursos oriundos da co-participação de Municípios, limítrofes ou não de Trombudo Central, ajustados em convênios que regulem a instalação, ampliação e prestação de serviços da OPM deste Município;
- V — Juros bancários e rendas de capital provenientes de imobilizações ou aplicações financeiras do FUMMPOM;
- VI — Recursos oriundos de convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres, destinados ao FUMMPOM;
- VII — Ressarcimento por danos ou extravio de materiais e equipamentos pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar;
- VIII — Indenização por utilização de imóveis da Polícia Militar.

Artigo 3º — Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior, serão depositados na Caixa Econômica Federal, por ocasião do recolhimento das taxas, em conta titulada FUMMPOM — ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR DE TROMBUDO CENTRAL, e será movimentada mediante a assinatura do Presidente do Conselho Diretor e pelo Oficial Comandante da OPM.

Artigo 4º — O FUMMPOM será administrado por um Conselho Diretor, assim composto:

- I — Prefeito Municipal — Presidente Nato;
- II — Oficial Comandante da OPM, com sede em Trombudo Central — Vice-Presidente Nato;
- III — Um (01) membro da Associação Empresarial de Trombudo Central;
- IV — Presidente da Câmara de Vereadores de Trombudo Central;
- V — Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Trombudo Central — CDL.

§ 1º — Por indicação do Presidente e mediante aprovação do próprio Conselho, a Presidência poderá ser exercida por outro Conselheiro.

§ 2º — Competirá ao Oficial Comandante da OPM a execução dos planos de aplicação do FUMMPOM, mediante diretrizes do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e aprovação do Conselho.

Artigo 5º — O FUMMPOM ficará vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a qual compete à execução de todos os atos necessários à administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros.

Parágrafo único — É vedada a concessão de gratificação ou qualquer tipo de remuneração aos componentes do Conselho Diretor e do serviço administrativo do FUMMPOM.

Artigo 6º — O Poder Executivo fixará, por Decreto, a competência a as atribuições dos membros do Conselho Diretor e do Quadro Administrativo do FUMMPOM.

Artigo 7º — A autorização para a aplicação dos recursos do FUMMPOM dependerá sempre de aprovação do Conselho Diretor, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Artigo 8º — Haverá, mensalmente, a prestação de contas da movimentação financeira do FUMMPOM, à Prefeitura do Município de Trombudo Central.

Artigo 9º — Os bens adquiridos pelo FUMMPOM serão destinados ao uso da OPM, no Município de Trombudo Central e transferidos ao patrimônio da Polícia Militar.

Artigo 10º — Para a realização das receitas do FUMMPOM, previstas no artigo 2º, incisos I desta Lei, ficam instituída a seguinte Taxa no Município de Trombudo Central:

II — Taxa de Segurança Preventiva — TSP.

§ 1º — A Taxa de Segurança Preventiva — TSP, tem como fato gerador a utilização, pelo contribuinte, de serviço específico e divisível, prestado de forma efetiva pela OPM, sediada no Município de Trombudo Central, tendo como contribuinte toda pessoa física ou jurídica que vier a solicitar a prestação de serviço público, de ato decorrente da atividade do Poder de Polícia, de acordo com a natureza do ato, serviço ou evento a ser atendido, de conformidade com o estabelecido no ANEXO I desta Lei, devendo ser paga antes da prestação do serviço ou prática do ato e recolhida na conta específica do FUMMPOM, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte.

Artigo 11º — Ficam isentos do pagamento de qualquer Taxa, instituída por esta Lei, a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como as Instituições declaradas de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, mediante comprovação de tal situação.

Artigo 12º — A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Artigo 13º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições contidas na Lei 1788 de 31 de Julho de 2013 e Lei Complementar 1803 de 12 de Novembro de 2014.

Trombudo Central, 29 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I LEI 1833 DE 29 DE ABRIL DE 2014

		UFM
	TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA	
1	Estadia de veículos automotores em pátio da OPM - por dia ou fração	0,06
2	Estadia, pousada, hospedagem, em estabelecimentos próprios da Polícia Militar - por pessoa/dia, ou outros atendimentos	0,10
3	Guinchamento ou remoção de veículos automotores - por Km ou fração	0,06
4	Certidões, atestados diversos, cópia de boletins de ocorrências - por expedição, respeitado o que preceitua a C.F. artigo 5º, inciso XXXIV, letras a e b.	0,06
5	Palestras, cursos, treinamento e seminários para o público externo, quando motivado por solicitação de particular - por Policial Militar/hora	0,20
6	Inscrição em concurso Policial-Militar - por inscrição	0,35

7	Utilização de instalações físicas e equipamentos desportivos da Polícia Militar - utilização por hora	0,35
8	Fotografias ou filmagens de locais de acidentes de trânsito e de ocorrências de bombeiros e policiais - por fotografia ou fita	0,25
9	Parecer técnico - por parecer	0,25
10	Cópia do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito - por cópia, respeitado o que preceitua a C.F. artigo 5º, inciso XXXIV, letras a e b.	0,25
11	Utilização de imóveis da Polícia Militar - por m²/mês	0,35
12	Fotocópia de qualquer documento autenticado - por folha, respeitado o que preceitua a C.F. artigo 5º, inciso XXXIV, letras a e b.	0,02
13	Apresentação de caráter social, cultural, artístico, educativo, e desportivo, quando motivado por solicitação de particular, contado do horário de início do deslocamento ao horário de retorno às unidades policiais militares - por Policial Militar/hora	0,15
14	Utilização das instalações físicas dos estandes de tiro da Polícia Militar - por hora	0,30
15	Estadia e adestramento de animais - por animal/dia	0,15
16	Atendimentos veterinários diversos - por atendimento	0,65
17	Segunda via de cédula de identidade militar - por cédula	0,07

	TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA	UFM
1	Serviços de segurança preventiva no âmbito interno dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição - Policial Militar/hora	0,07
2	Serviços de segurança preventiva no âmbito externo dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição - Policial Militar/hora	0,06
3	Serviços de segurança preventiva em leilões de jóias e de outras mercadorias - Policial Militar/hora	0,55
4	Serviço de segurança preventiva para transportes de valores, animais, prova de vestibular, obras de arte ou de outros materiais, calculado com base na soma do produto das seguintes variáveis: número de policiais militares, número de viaturas, quantidade de quilômetros rodados ou fração e o número de horas dispensado ou fração - somatório das variáveis	0,07
5	Serviço de vigilância eletrônica, como por exemplo, (tele alarme, linha especial de emergência) - por aparelho instalado/mês	0,60
6	Serviço de ronda programada em unidades familiares, comerciais, industriais, tipo operação - viagem por ronda	0,10
7	Serviço de monitoramento externo através de câmera de vídeo em unidades familiares, comerciais, industriais e bancárias - câmeras instaladas/mês	0,60
8	Serviços aéreos que não tenham relação com atividade fim da Polícia Militar - por hora, proporcionalmente	23,00

Trombudo Central, 29 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Lei Complementar 1834

LEI COMPLEMENTAR 1834 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR 1758 DE 12 DE MARÇO DE 2013 QUE INSTITUI VALORES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o Artigo 1º que fixa e atualizar valores cobrados pela prestação de serviços particulares, fornecimento de materiais e empréstimos de implementos agrícolas, de conformidade com a tabela abaixo:

SERVIÇO/MATERIAL	VALOR EM R\$
HORA RETRO-ESCAVADEIRA - AGRICULTURA	53,85
HORA RETRO - ESCAVADEIRA	75,59
HORA PÁ CARREGADEIRA	75,59
HORA TRATOR AGRÍCOLA TRAÇADO	53,85
HORA TRATOR AGRÍCOLA SIMPLES	41,18
EMPRÉSTIMO DE IMPLEMENTO AGRÍCOLA	21,11
CARGA DE ESTERCO LÍQUIDO	17,95
M³ AREIA AMARELA	4,19
M³ PEDRA ARDÓSIA	7,10
M³ BARRO	4,19

Artigo 2º - Mantido

Artigo 3º - Mantido

Artigo 4º - Mantido

Artigo 5º - Mantido

Artigo 6º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Lei 1835

LEI 1835 DE 19 DE MAIO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESENVOLVER AÇÕES E APORTE DE CONTRAPARTIDA MUNICIPAL, PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ENTIDADES RECURSOS FDS REGULAMENTADA PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO FDS, NÚMERO 194 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA NUMERO 14 DE 10 DE JULHO DE 2013 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para viabilizar a execução do programa habitacional para atendimento aos munícipes de baixa renda, implementados por intermédio da FECCOHASC e recurso do Programa Habitacional Popular Entidade - MCMV.

Artigo 2º - Para a implementação do programa, fica o Poder Executivo, na condição de agente fomentador, autorizado a doar o imóvel localizado na Rua Jorge Lacerda, Bairro Bracatinga II, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 13.273, destinado as famílias selecionadas pela Entidade Organizadora e a Secretaria da Assistência Social e Habitação, com financiamento aprovado para a construção do empreendimento denominado CONDOMÍNIO BRACATINGA II. As construções do residencial serão nos moldes preconizados pelas normas do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, regulamentado pelo Conselho Curador do FDS.

§ 1º Os beneficiários, atendendo as normas do programa, não poderão ser proprietários de imóveis residenciais no município e, nem detentores de financiamento ativo no SFH em qualquer parte do país, bem como não terem sido beneficiados com outros programas de habitação e, não ter renda superior a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), ou conforme determinado pelo Conselho Curador do FDS/Ministério das Cidades.

§ 2º Todas as famílias selecionadas deverão estar cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) e selecionadas pela equipe técnica social do município e de com atuação no ramo de habitação.

Artigo 3º - Os critérios para a escolha das famílias a serem beneficiadas são os seguintes:

I - Cadastro prévio

II - Estudo socioeconômico que comprove a baixa renda da família, utilizando-se dos critérios do FDS.

III - Residir no Município há pelo menos 03 (três) anos;

Artigo 4º Sempre que o número de interessados for maior do que a quantidade de terrenos, o Município e a entidade poderão utilizar-se do critério de prioridades: Mães chefes de famílias; Pessoas idosas ou portadoras de necessidades especiais, famílias residentes em áreas de risco ou aluguel social.

Artigo 5º - O beneficiário deverá utilizar o bem recebido em doação, exclusivamente para fins residenciais sendo vedada qualquer negociação, seja aluguel, venda ou alienação pelo prazo de 10 (dez) anos, exceto a decorrente do financiamento para aquisição objeto desta lei.

Artigo 6º - A construção das unidades habitacionais serão através de financiamento subsidiado direto para os beneficiários com recursos Federais do FDS.

Parágrafo único - No prazo máximo de 01 (um) ano deverão ser iniciadas as obras de construção da residência, sob pena de reversão da doação.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contidas na Lei 1813 de 03 de Dezembro de 2013.

Trombudo Central, 19 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1836

LEI 1836 DE 19 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXAS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder baixas de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, bens relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço público municipal.

Artigo 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Lei 1836 DE 19 DE MAIO DE 2014

DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA PATRIMÔNIO
Monitor AOC 15"	3310
Monitor LCD AOC 17"	2583
Microcomputador Intel Inside Pentium 4	3232
Liquidificador Britânia	1326
Aparelho de DVD CCE com USB	2124
Aparelho de DVD Omnicom RJ 1500 DVX	2126
Máquina de Escrever matricial Tenpo ET 112, cor preta	3192
Armário estante em fórmica 02 portas com puxador branco	1788
Armário estante em MDF 02 portas com puxador branco	1817
Mesa pré-escolar com banco acoplado em madeira colorida	1221

Mesa pré-escolar com banco acoplado em madeira colorida	1222
Mesa pré-escolar com banco acoplado em madeira colorida	1223
Estante em MDF com 02 portas e 03 prateleiras	1227
Escaninho em fórmica 20 nichos, azul, amarelo e laranja	1785

Trombudo Central, 19 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Lei 1837

LEI 1837 DE 20 DE MAIO DE 2014.

"INSTITUI O DIA DA MERENDEIRA"

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído no Município o "DIA DA MERENDEIRA", a ser comemorado anualmente no dia 14 de Outubro.

Parágrafo único: A data comemorativa passa a integrar o Calendário Oficial do Município.

Artigo 2º - Fica estabelecida a terceira semana do Mês de Outubro, em parceria com as unidades de ensino e a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, desenvolver atividades que visem à valorização do ofício desta profissão, além de exposições, palestras, capacitações, conferências e eventos afins.

Artigo 3º - Consideram-se Merendeiras para fins desta Lei, os profissionais das escolas da rede de ensino público e privado.

Artigo 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei Complementar 1838

LEI COMPLEMENTAR 1838 DE 27 DE MAIO DE 2014.

ALTERA OS ANEXOS II, III, V, VI e IX DA LEI COMPLEMENTAR 1830 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Altera o Anexo II que passará a vigorar com a seguinte redação:

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO	CARGOS	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
I	Contador	4	01
	Advogado	4	01
	Agente Legislativo	6	01

GRUPO	CARGOS	NÍVEIS	Nº DE VAGAS
II	Motorista	3	01
	Agente de Serviços Gerais	3	01

Artigo 2º - Altera o Anexo III que passará a vigorar com a seguinte redação:

CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO: CM/ANS

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Contador	20 h.	CM/ANS-1	4
01	Advogado	10 h.	CM/ANS-2	4

*Carga horária semanal.

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
CÓDIGO: CM/ANM

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Agente Legislativo	40 h.	CM/ANM-1	6

*Carga horária semanal.

GRUPO: SERVIÇOS GERAIS
CÓDIGO: CM/SG

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária*	Código	Nível
01	Motorista	40 h.	CM/SG-1	3
01	Agente de Serviços Gerais	40 h.	CM/SG-2	3

*Carga horária semanal.

Artigo 3º - Altera o Anexo V que passará a vigorar com a seguinte redação:

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

A) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

- SIGLA: CM/ANS

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO

CARGO EM COMISSÃO

NÍVEL: 5

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento em comissão a que seja inerentes às atividades de assessoramento na área de ciências humanas e sociais indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Câmara, para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso superior e registro no órgão de regulamentação da profissão, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento da Mesa Diretora da Câmara.

B) GRUPO PROFISSIONAL: ASSESSORAMENTO DE GABINETE - SIGLA: CM/AG

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

CARGO EM COMISSÃO

NÍVEL: 5

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento em comissão, a que é inerente à assistência direta e imediata ao presidente da Câmara e Mesa Diretora nos assuntos de sua competência, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento;

C) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - SIGLA: CM/ANS

CARGO: CONTADOR

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento efetivo, cuja atividade Profissional tem por finalidade os serviços Contábeis e outros correlatos, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de 3º. Grau, com habilitação, e inscrição do órgão da categoria o CRC; Para principalmente: Organizar, dirigir e executar os trabalhos de contabilidade, planejando, supervisionando, orientando sua execução, executando-os, de acordo com as exigências legais e administrativas no setor de contabilidade da Câmara Municipal.

D) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - SIGLA: CM/ANS

CARGO: ADVOGADO

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 10 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimentos efetivo, cuja atividade Profissional tem por finalidade os serviços Advocatícios e outros correlatos, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de 3º. Grau, com habilitação, e inscrição do órgão da categoria o OAB; Para principalmente análise de Projetos que tramitam na Câmara Municipal, orientando sobre o Processo Legislativo da Câmara Municipal.

E) GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO - SIGLA: CM/ANM

CARGO: AGENTE LEGISLATIVO

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 6

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Cargos de Provimento Efetivo, cuja atividade Técnico-Profissional tem por finalidade os serviços legislativos, administrativos, contábeis e outros correlatos, para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de Conclusão de 2º. Grau, com habilitação equivalente, em função da categoria funcional.

F) GRUPO PROFISSIONAL: SERVIÇOS GERAIS - SIGLA: CM/SG

CARGO: MOTORISTA

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 3

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Cargos de Provimento Efetivo inerentes às atividades operacionais, de motorista, para cujos cargos é exigido certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e experiência comprovada na área de atuação e ser portador de CNH - Carteira Nacional de Habilitação - categoria B.

G) GRUPO PROFISSIONAL: SERVIÇOS GERAIS - SIGLA: CM/SG

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGO EFETIVO

NÍVEL: 3

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimento efetivo inerentes às atividades operacionais, de manutenção e limpeza das instalações, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão da 4ª Série do 1º. Grau e /ou experiência comprovada na área de atuação.

Artigo 4º - Altera o Anexo VI que passará a vigorar com a seguinte redação:

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E NÍVEIS.

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - CM/ANS

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assessor Jurídico	5	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabela A, que é parte integrante desta Lei Complementar.

ASSESSORAMENTO DE GABINETE

SIGLA -CM/AG

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assessor Gabinete	5	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabela B, que é parte integrante desta Lei Complementar.

ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

CM/ANS e CM/ANM

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Contador	4	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabelas C, D e E, que é parte integrante desta Lei Complementar.
Advogado	4	
Agente Legislativo	6	

SERVIÇOS GERAIS

SIGLA - CM/SG

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Motorista	3	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo V, Tabelas F e G, que é parte integrante desta Lei Complementar.
Agente de Serviços Gerais	3	

Artigo 5º - Altera o Anexo IX que passará a vigorar com a seguinte redação:

TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS POR NÍVEL

Nível/R\$	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
1	530,75	552,72	575,55	599,38	624,22	650,01	676,92	704,94	734,08	764,49	796,13
2	849,20	884,36	920,87	959,00	998,74	1.040,02	1.083,07	1.127,91	1.174,53	1.223,19	1.273,80
3	1.076,03	1.120,58	1.166,85	1.215,16	1.265,52	1.317,82	1.372,37	1.429,19	1.488,26	1.549,92	1.614,05
4	1.302,06	1.355,96	1.411,95	1.470,41	1.531,35	1.594,63	1.660,64	1.729,39	1.800,88	1.875,48	1.953,09
5	1.379,95	1.437,08	1.496,42	1.558,38	1.622,96	1.690,02	1.759,99	1.832,85	1.908,61	1.987,68	2.069,93

6	1.432,25	1.491,55	1.553,13	1.617,44	1.684,47	1.754,08	1.826,69	1.902,31	1.980,95	2.063,01	2.148,38
7	1.592,25	1.658,17	1.726,64	1.798,13	1.872,65	1.950,03	2.030,76	2.114,83	2.202,24	2.293,48	2.388,38
8	1.857,63	1.934,53	2.014,41	2.097,82	2.184,75	2.275,03	2.369,21	2.467,30	2.569,28	2.675,72	2.786,44
9	2.123,00	2.210,89	2.302,18	2.397,50	2.496,86	2.600,04	2.707,67	2.819,77	2.936,32	3.057,97	3.184,50
10	2.653,75	2.763,62	2.877,73	2.996,88	3.121,08	3.250,05	3.384,59	3.524,71	3.670,40	3.822,46	3.980,63

Artigo 6º - Revogam-se os Anexos II, III, V, VI e IX da Lei Complementar 1830 de 10 de Abril de 2014.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1839

LEI 1839 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA A LEI 1811 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014 QUE AUTORIZA O TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL URBANO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Altera o Art.1º da Lei 1811 de 26 de Novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar o "Termo de Cessão de Uso de Imóvel Urbano" com o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da sua SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, 01 (um) imóvel urbano sem benfeitorias sito a Avenida Francisco Roesch, Bairro Centro, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Trombudo Central sob matrícula nº 16.081, denominado Lote B com área total de 646,00 m² (seiscentos e quarenta e seis metros quadrados), extremado a FRENTE com a Avenida Francisco Roesch em 19,00 metros, nos FUNDOS extremado com terras de Ingelore Rothbarth Decker em 19,00 metros, no LADO ESQUERDO extremado com terras de Jadir Antônio Beber em 34,00 metros e do LADO DIREITO extremado com o lote A em 34,00 metros.

Artigo 2º - Mantido

Artigo 3º - Mantido

Artigo 4º - Mantido

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Lei 1840

LEI Nº 1840, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o Pagamento de Diárias, Indenizações de Transporte no âmbito do Poder Legislativo Municipal e determina outras providências.

EDSON LUIZ MORAIS, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e com base no artigo nº 38, § 6º da lei orgânica municipal.

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu promulgo a seguinte Lei e seus anexos I, II, II

e IV:

Art. 1º O Presidente, os vereadores e os servidores da Câmara Municipal, quando a serviço da Câmara ou do Município, terão direito ao recebimento de diárias na forma estabelecida pela presente lei.

§ 1º A diária será integral quando a viagem incluir pernoite.

§ 2º Pagar-se-á meia diária, quando a viagem durar pelo menos quatro horas.

§ 3º As diárias serão pagas em importâncias que variam de acordo com o destino da viagem, ficando fixadas na forma dos valores constantes do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

§ 4º Os valores das diárias fixadas nesta Lei serão corrigidos monetariamente, anualmente, através de Decreto Legislativo, utilizando-se como dada base a data da publicação da presente lei, utilizando o Índice Geral de Preços Médios (IGPM) acumulado dos 12 meses anteriores.

Art. 2º Em substituição ao regime de diárias poderá ser adotado o ressarcimento das despesas de alimentação e pousada, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes, no prazo máximo de 72 horas após o término do evento.

Parágrafo Único. Para restituição dos valores para a Câmara Municipal, deverá ser realizado depósito identificado ou transferência do valor em conta nominal do servidor, funcionário ou vereador que recebeu o adiantamento, no prazo de 72 horas.

Art. 3º Não estão incluídas nas diárias as despesas de transporte e ligações telefônicas.

Art. 4º O Presidente da Câmara, vereadores e servidores da Câmara, farão jus à indenização de transporte quando utilizarem meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições do cargo, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do preço do litro de gasolina comum por quilômetro rodado, tomando-se por base o valor licitado pelo município para o exercício.

Parágrafo Único. Os deslocamentos serão autorizados na forma indicada nesta Lei, aos veículos devidamente cadastrados junto à Presidência da Câmara na forma do Anexo III, parte integrante da presente Lei.

Art. 5º. A Câmara Municipal indicará seus representantes em Congresso, Seminários e outros de interesse do Poder Legislativo.

§ 1º Para cada evento específico será fixado o número de participantes e formada a Delegação, regulamentando-se os encargos por Portaria.

§ 2º Fica o Presidente da Delegação obrigado a apresentar relatório escrito ou apresentado em plenário dos principais acontecimentos do evento, especialmente daqueles que interessam à comunidade local, em no máximo trinta dias após o evento.

Art. 6º Fica assegurada a participação de vereadores e servidores em Assembleias da UCAVI - União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - ou quaisquer outros eventos promovidos pela entidade, independentemente de autorização específica, ressarcindo-se todas as despesas, na forma desta Lei.

Art. 7º Para efeitos desta Lei, somente serão considerados como encargos da Câmara Municipal os deslocamentos que obedecerem as seguintes regras:

- a) Forem precedidos de autorização do Presidente;
- b) Houver apresentação posterior de relatório escrito ou apresentado em plenário, bem como as notas de comprovação das despesas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº. 1.449, de 14 de outubro de 2005, e demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Junho de 2014.

Edson Luiz Moraes

Presidente

ANEXO I

(Lei nº 1840 /2014)

TABELA DE DIÁRIAS

DESTINO DA VIAGEM	VALOR DA DIÁRIA
Região do Alto Vale do Itajaí	R\$ 290,00
Outras Regiões do Estado	R\$ 430,00
Outros Estados	R\$ 670,00
Distrito Federal	R\$ 822,00

OBS: Para deslocamento com veículo próprio, deverá ser feito o cadastro do veículo e do respectivo proprietário, junto à Mesa da Câmara, conforme modelo do Anexo III.

Decreto 001/14

DECRETO 001/14 DE 02 DE JANEIRO DE 2014.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DENOMINADO PREGÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Inciso IV do Artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - DESIGNA a Sra. MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI, servidora pública Municipal, para exercer a função de PREGOEIRA, na operacionalização da modalidade de licitação denominado PREGÃO.

Artigo 2º - Ficam igualmente designados os servidores públicos municipais Srta. BIANCA BARCHFELD, Sra. NEUSA MACHADO MENDES e Sr. ADILSON MATTEUSSI, para em conjunto exercerem a função de equipe de apoio.

Artigo 3º - As designações descritas nos Artigos 1º e 2º deste Decreto, terão vigência no exercício de 2014.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário

Trombudo Central, 02 de Janeiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 002/14

DECRETO 002/14 DE 02 DE JANEIRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 51 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEIA comissão permanente para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento de licitações para o exercício de 2014, conforme nominata abaixo descrita:

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI - (PRESIDENTE)
TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
NEUSA MACHADO MENDES
WILSON HOBUS

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário

Trombudo Central, 02 de Janeiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 003/14

DECRETO 003/14 DE 06 DE JANEIRO DE 2014.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 009/2013.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base no Edital do Concurso Público nº 009/2013

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGA inscrições para o Concurso Público Nº 009/2013, para os cargos de que trata o Edital, conforme relação descrita abaixo:

PROFESSOR II (ARTES) - 03 vagas

INSCRIÇÃO	NOME
101	MARLEIDE APARECIDA DE CAMPOS ROCHA
Total = 01	

PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FÍSICA) - 04 vagas

INSCRIÇÃO	NOME
002	NILVO DA SILVA
011	TAMARA KARINA THEIS
017	DENISE CARDOSO SCHAFER
064	RAQUEL DOS SANTOS PAUPITZ
076	ELISIANE FERREIRA

095	JANAINA BORGES DOS SANTOS
120	DIOGO MARCOS DEITOS
126	CHARLES STUEPP
129	GILBERTO DA SILVA
Total = 09	

PROFESSOR II (GEOGRAFIA) - 01 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
106	BIBIANA FRONZA SCHAFER
108	EDILSON MACHADO
125	AMAURI DE BARROS JUNIOR
Total = 03	

PROFESSOR II (ENSINO RELIGIOSO) - 01 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
	Nenhum inscrito
Total = 00	

PROFESSOR II (CIÊNCIAS) - 01 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
020	FATIMA APARECIDA DO AMARANTE COELHO ALVES
057	SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL
100	MICHELE CAROLINE WILL BAUER
Total = 03	

PROFESSOR II (SÉRIES INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL) - 08 vagas

INSCRIÇÃO	NOME
004	DIUVANA CORREA
006	LEONI SCHUSTER DE DEUS
008	JOSIANE VENANCIO
013	TATIANA DA SILVA ZWICKER
014	LAIS HÜBNER
019	LAIS FRANÇA KNISS
023	DEBORA DE SOUZA KLAUMANN
032	FABIANA DA CROCE
033	LENIR CASSIA KOERICH KLETTENBERG
036	SILVANA JORDINA GOEDERT
037	CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS
040	DEBORA KOCH
045	CARLA ROSANE HENN THOLL
049	MARINES STEUCK
050	DEBORA CEOLIN
053	ELQUI GRAHL
054	ALINE LIANA JABS
059	TAIINA KUSTER
062	SONIA DA VEIGA CORREA
063	KELIN PEREIRA
066	LUCIANE GAMBETA PASSIG

069	MARIA LUIZA DOS SANTOS
071	LUIZA CAROLINA SAMAGAIA
072	REGIANE MARIA SENES FRANZ
073	ROSIANI DE LOURENZI
074	SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM
075	SUELI SCHVAMBACH
078	LUCIA PASSAURA PEREIRA
080	GISLAINE SCHWAMBACH
081	SALETE ALVES
082	NEZI KOERICH BRUCH
086	ADRIANA RIBEIRO MUNIZ MAY
087	KATIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK
088	ROSALINA BRANDL
090	ELIZIANI SCHAFFER CORADINI
092	ROSEMERY EGER CACHOEIRA
094	SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS
102	DILVANA DILMARA BOLL
107	DANIELA TAMBANI DE OLIVEIRA KISTE
112	LUCIANA MEURER
116	DANIELI DUARTE DA SILVA
118	MARIA BEATRIS BUCHLING WIETZIKOSKI
127	JOELMA DA SILVA
Total = 43	

PROFESSOR II (PARA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, APOIO PEDAGÓGICO E REFORÇO) - 02 vagas

INSCRIÇÃO	NOME
041	VERA LÚCIA MENDES LENZI
058	DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO
089	DENISE DOS SANTOS
099	MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA
105	FERNANDA DELLAJUSTINA DALCANALE
119	MONICA DENZER
128	TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Total = 07	

AUXILIAR DE SALA - 15 vagas

INSCRIÇÃO	NOME
001	ELIZETE PLETSCH GRONER
003	MARLI MARIA FERNANDES PASOLD
005	JANINE PRESTES
010	GISELLE GEISLER HEDEL
012	MARISTELA BINI FERNANDES
015	ADRIANI ARNDT VIGNOLI
018	ROSANA CORDEIRO KRIEGER
022	SILVANA APARECIDA UESSLER
025	SALLETE BINI DE AZEVEDO
027	JUCELIA DOS SANTOS DA SILVA
029	NISSSELENE MENDES
030	ERICA ELEN BAASCH
031	REGIANE DALMOLIN WALTRICK

035	EDENIR KRAMBECK
038	JANAINA LUIZA JABS
039	CRISTIANE SOMMERFELD
042	ANDRESSA FERREIRA XAVIER
043	MARCONDES SILVEIRA DE SOUZA CARVALHO
044	IARA CAROLINA STETTER
046	NAIARA ANREAZZA
047	ADELITA AGUSTINI
048	MARCIO DE SOUZA
051	PRICILA DOERING
052	VIVIAN MEYER
055	ROSANGELA DIAS DE QUADRA
056	MAQUEL CARDOSO
061	NADIA SKOULA
068	ANDREIA KRIECK FARIAS
079	VIVIANE REGINA EIDT
083	MORGANA TAMARA WLOCH FABRIS
084	RAQUEL LUIZ
085	KATIA DE LIMA
091	JANAINA DOS SANTOS
096	SUELI DOS SANTOS
097	JULIANA BARCHFELD
098	ANDRESSA CAROLINE GOMES
103	SUELIN BORMANIERI
104	FRANCIELI APARECIDA LORENCINI PEREIRA
114	LINDA DJENIFER CANETE BEBER
117	SABRINA DOS SANTOS
121	DARCI MARIA DA LUZ KUHNEN
122	WALQUIRIA WLOCH FACCHINI
123	JANETE ALVES
124	MAIARA VAN DEN BOOM MOHR
Total = 44	

MÉDICO DO ESF - 01 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
065	ROSANE HAFEMANN
Total = 01	

TÉCNICO ENFERMAGEM - 02 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
021	ODAIR JOSE SERAFIM
024	MARIA IVONE DE LIMA
077	NEIRE KELLI PORTUGAL MONTEIRO
110	EDUARDA CRISTINA BAUER
130	ADEMAR ALVES DE LIMA
Total = 05	

ENFERMEIRO - 03 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
007	DANIELE FERNANDES
009	WALQUIRIA KARSTEN
016	ELENICE MARIA FOLGIARINI PERIN
026	SIRLENE DE LIMA PORTO
028	BOLIVAR BITTELBRUNN
060	ANA CLAUDIA SEVEGNANI
067	JEFFERSON DIRCEU BOMBILIO
070	TAINA PAULA BRITO
093	MATHEUS WOLFF ZACCARON
111	ANA CRISTINA DE SOUZA
113	ALEXANDRA PROCHNOW
115	JERUSA PALTE
Total = 12	

FARMACÊUTICO - 01 vaga

INSCRIÇÃO	NOME
034	KARIN ELIZA KRUGER
109	DANIEL RILO BITENCOURT
Total = 02	

Art. 2º - Ficam convocados os inscritos para a realização das provas nos Termos do Edital de Concurso Público nº 009/2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Janeiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 004/14

DECRETO 004/14 DE 15 DE JANEIRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.
SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.08 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.08 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA
04.08.12.365.0004.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Janeiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 005/14

DECRETO 005/14 DE 24 DE JANEIRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.
SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA
04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00
04.05 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT
04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00
04.04 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE
04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 40.000,00
04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL
04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL
04.06.12.361.0004.2.009-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00
04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA
04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00
04.05 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT
04.05.12.361.0004.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00
04.04 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE
04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 40.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Janeiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 006/14

DECRETO 006/14 DE 31 DE JANEIRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.01.15.451.0006.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.01.15.451.0006.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de Janeiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 007/14

DECRETO 007/14 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

DESIGNA ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO, o Art. 6º da Lei Municipal 1788 de 31 de Julho de 2013 e alterações na Lei Municipal 1803 de 12 de Novembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR o Sr. MARCOS RANULFO DE MELO, 1º

Tenente, Comandante da 3ª Companhia do 13º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Portador do RG nº 2.902.268 SC e CPF nº 001.589.809-13, para assinar em conjunto com o Prefeito de Trombudo Central, os cheques e outros atos provenientes da tesouraria municipal, tendo por finalidade a aplicação dos recursos financeiros do FUMMPOM (Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar)

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

Decreto 008/14

DECRETO 008/14 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 009/2013.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do Concurso Público 009/2013.

PROFESSOR II (ARTES) - 03 vagas		Nota	Nota	Nota	classificação
		prova	Prova	Final	final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
101	MARLEIDE APARECIDA DE CAMPOS ROCHA	4,70	4,20	4,60	aprovado
Total = 01					
PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FÍSICA) - 04 vagas		Nota	Nota	Nota	classificação
		Prova	Prova	Final	final
INSCRIÇÃO	NOME	Escrita	Títulos		
64	RAQUEL DOS SANTOS PAUPITZ	6,30	4,20	5,88	aprovado
126	CHARLES STUEPP	6,60	0,00	5,28	aprovado
95	JANAINA BORGES DOS SANTOS	5,50	4,20	5,24	aprovado
120	DIOGO MARCOS DEITOS	6,30	0,00	5,04	aprovado
17	DENISE CARDOSO SCHAFER	4,40	4,20	4,36	classificado
129	GILBERTO DA SILVA	5,00	0,00	4,00	classificado
11	TAMARA KARINA THEIS	4,50	0,00	3,60	classificado

76	ELISIANE FERREIRA	3,60	0,00	2,88	desclassif
2	NILVO DA SILVA	3,20	0,00	2,56	desclassif
Total =09					
PROFESSOR II (GEOGRAFIA) - 01 vaga		Nota	Nota	Nota	classificação
		prova	Prova	Final	final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
106	BIBIANA FRONZA SCHAFFER	5,50	0,00	4,40	aprovado
125	AMAURI DE BARROS JUNIOR	4,90	0,00	3,92	classificado
108	EDILSON MACHADO	3,90	3,60	3,84	classificado
Total = 03					
PROFESSOR II (ENSINO RELIGIOSO) - 01 vaga		Nota	Nota	Nota	classificação
		prova	Prova	Final	final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
	Nenhum inscrito				
Total = 00					
PROFESSOR II (CIÊNCIAS) - 01 vaga		Nota	Nota	Nota	classificação
		prova	Prova	Final	preliminar
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
100	MICHELE CAROLINE WILL BAUER	6,60	0,00	5,28	aprovado
20	FATIMA APARECIDA DO AMARANTE COELHO ALVES	5,90	0,00	4,72	classificado
57	SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL	4,80	4,20	4,68	classificado
Total = 03					
PROFESSOR II (SÉRIES INICIAS E EDUCAÇÃO INFANTIL) - 08 vagas		Nota	Nota	Nota	classificação
		prova	Prova	Final	final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
19	LAIS FRANÇA KNISS	7,50	3,90	6,78	aprovado
81	SALETE ALVES	7,30	4,20	6,68	aprovado
112	LUCIANA MEURER	7,10	3,90	6,46	aprovado
32	FABIANA DA CROCE	6,80	4,20	6,28	aprovado
72	REGIANE MARIA SENES FRANZ	6,80	3,90	6,22	aprovado
54	ALINE LIA-NA JABS	6,40	3,90	5,90	aprovado
87	KATIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK	7,20	0,00	5,76	aprovado

50	DEBORA CEOLIN	6,20	3,90	5,74	aprovado
88	ROSALINA BRANDL	6,10	3,90	5,66	classificado
78	LUCIA PASSAURA PEREIRA	6,10	3,60	5,60	classificado
127	JOELMA DA SILVA	6,90	0,00	5,52	classificado
71	LUIZA CAROLINA SAMAGAIA	5,90	3,90	5,50	classificado
94	SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS	5,80	4,20	5,48	classificado
45	CARLA ROSANE HENN THOLL	6,80	0,00	5,44	classificado
66	LUCIANE GAMBETA PASSIG	5,80	4,00	5,44	classificado
82	NEZI KOERICH BRUCH	5,60	4,20	5,32	classificado
116	DANIELI DUARTE DA SILVA	6,60	0,00	5,28	classificado
13	TATIANA DA SILVA ZWICKER	5,60	4,00	5,28	classificado
40	DEBORA KOCH	5,60	3,95	5,27	classificado
73	ROSIANI DE LOURENZI	6,50	0,00	5,20	classificado
75	SUELI SCHVAMBACH	5,40	4,40	5,20	classificado
69	MARIA LUIZA DOS SANTOS	5,40	4,20	5,16	classificado
8	JOSIANE VENANCIO	6,20	0,00	4,96	classificado
23	DEBORA DE SOUZA KLAUMANN	6,10	0,00	4,88	classificado
53	ELQUI GRAHL	6,10	0,00	4,88	classificado
59	TAINA KUSTER	6,10	0,00	4,88	classificado
62	SONIA DA VEIGA CORREA	6,00	0,00	4,80	classificado
102	DILVANA DILMARA BOLL	5,90	0,00	4,72	classificado
107	DANIELA TAMBANI DE OLIVEIRA KISTE	5,90	0,00	4,72	classificado
118	MARIA BEATRIS BUCHLING WIETZIKOSKI	5,00	3,60	4,72	classificado

37	CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SAN- TOS	4,90	3,90	4,70	classificado
74	SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	5,80	0,00	4,64	classificado
86	ADRIANA RIBEIRO MUNIZ MAY	5,50	0,00	4,40	classificado
36	SILVANA JORDINA GOEDERT	5,30	0,00	4,24	classificado
92	ROSEMERY EGER CA- CHOEIRA	5,20	0,00	4,16	classificado
63	KELIN PEREIRA	5,00	0,00	4,00	classificado
14	LAIS HÜB- NER	4,90	0,00	3,92	classificado
6	LEONI SCHUSTER DE DEUS	4,70	0,00	3,76	classificado
49	MARINES STEUCK	4,50	0,00	3,60	classificado
4	DIUVANA CORREA	4,50	0,00	3,60	classificado
33	LENIR CASSIA KOERICH KLETTEN- BERG	4,50	0,00	3,60	classificado
80	GISLAINE SCHWAM- BACH	4,30	0,00	3,44	classificado
90	ELIZIANI SCHAFFER CORADINI	4,20	0,00	3,36	classificado
Total = 43					
PROF. II (ATEND. EDUC. ESP. APOIO PEDAG. E REF.) - 02 vagas		Nota	Nota	Nota	classificação
INSCRIÇÃO		prova	Prova	Final	final
NOME		escrita	Títulos		
119	MONICA DENZER	6,00	10,00	6,80	aprovado
128	TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK	6,20	3,60	5,68	aprovado
105	FERNANDA DELLA- JUSTINA DALCANALE	5,70	4,20	5,40	classificado
99	MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA	5,70	3,80	5,32	classificado
89	DENISE DOS SAN- TOS	6,60	0,00	5,28	classificado
41	VERA LÚCIA MENDES LENZI	5,60	3,90	5,26	classificado

58	DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO	4,20	0,00	3,36	classificado
Total = 07					
AUXILIAR DE SALA - 15 vagas		Nota	Nota	classificação	
INSCRIÇÃO		prova	Final	final	
NOME		escrita			
124	MAIARA VAN DEN BOOM MOHR	6,70	6,70	aprovado	
3	MARLI MARIA FERNANDES PASOLD	6,30	6,30	aprovado	
25	SALLETE BINI DE AZEVEDO	5,60	5,60	aprovado	
117	SABRINA DOS SAN- TOS	5,50	5,50	aprovado	
121	DARCI MA- RIA DA LUZ KUHNEN	5,00	5,00	aprovado	
44	IARA CAROLINA STETTER	4,90	4,90	aprovado	
91	JANAINA DOS SAN- TOS	4,80	4,80	aprovado	
47	ADELITA AGUSTINI	4,80	4,80	aprovado	
98	ANDRESSA CAROLINE GOMES	4,80	4,80	aprovado	
1	ELIZETE PLETSCH GRONER	4,80	4,80	aprovado	
38	JANAINA LUIZA JABS	4,70	4,70	aprovado	
123	JANETE ALVES	4,70	4,70	aprovado	
83	MORGANA TAMARA WLOCH FABRIS	4,50	4,50	aprovado	
68	ANDREIA KRIECK FARIAS	4,40	4,40	aprovado	
85	KATIA DE LIMA	4,40	4,40	aprovado	
46	NAIARA ANREAZZA	4,30	4,30	classificado	
29	NISSELENE MENDES	4,20	4,20	classificado	
10	GISELLE GEISLER HEDEL	4,20	4,20	classificado	
18	ROSANA CORDEIRO KRIEGER	4,20	4,20	classificado	
12	MARISTELA BINI FER- NANDES	4,20	4,20	classificado	

39	CRISTIANE SOMMER-FELD	4,10	4,10	classificado	
114	LINDA DJENIFER CANETE BEBER	4,10	4,10	classificado	
104	FRANCIELI APARECIDA LORENCINI PEREIRA	4,10	4,10	classificado	
51	PRICILA DOERING	4,00	4,00	classificado	
55	ROSANGELA DIAS DE QUADRA	4,00	4,00	classificado	
52	VIVIAN MEYER	4,00	4,00	classificado	
97	JULIANA BARCHFELD	3,90	3,90	classificado	
79	VIVIANE REGINA EIDT	3,90	3,90	classificado	
15	ADRIANI ARNDT VIGNOLI	3,90	3,90	classificado	
31	REGIANE DALMOLIN WALTRICK	3,80	3,80	classificado	
43	MARCONDES SILVEIRA DE SOUZA CARVALHO	3,80	3,80	classificado	
35	EDENIR KRAMBECK	3,80	3,80	classificado	
56	MAQUEL CARDOSO	3,60	3,60	classificado	
30	ERICA ELEN BAASCH	3,60	3,60	classificado	
84	RAQUEL LUIZ	3,50	3,50	classificado	
103	SUELIN BORMA-NIERI	3,40	3,40	classificado	
48	MARCIO DE SOUZA	3,30	3,30	classificado	
27	JUCELIA DOS SANTOS DA SILVA	3,30	3,30	classificado	
96	SUELI DOS SANTOS	3,00	3,00	classificado	
122	WALQUIRIA WLOCH FACCHINI	3,00	3,00	classificado	
22	SILVANA APARECIDA UESSLER	2,90	2,90	desclassif.	
61	NADIA SKOULA	2,10	2,10	desclassif.	
5	JANINE PRESTES	0,00	0,00	desclassif.	
42	ANDRESSA FERREIRA XAVIER	0,00	0,00	desclassif.	

Total = 44					
MÉDICO DO ESF - 01 vaga		Nota prova	Nota Prova	Nota Final	classificação final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
65	ROSANE HAFEMANN	6,30	10,00	7,04	aprovado
Total = 01					
TÉCNICO ENFERMAGEM - 02 vaga		Nota prova	Nota Final		classificação final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita			
110	EDUARDA CRISTINA BAUER	6,20	6,20		aprovado
77	NEIRE KELLI PORTUGAL MONTEIRO	6,00	6,00		aprovado
130	ADEMAR ALVES DE LIMA	5,20	5,20		classificado
21	ODAIR JOSE SERAFIM	4,80	4,80		classificado
24	MARIA IVONE DE LIMA	3,80	3,80		classificado
Total = 05					
ENFERMEIRO - 03 vaga		Nota prova	Nota Prova	Nota Final	classificação final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
93	MATHEUS WOLFF ZACCARON	5,60	7,90	6,06	aprovado
28	BOLIVAR BITTELBRUNN	6,40	3,60	5,84	aprovado
115	JERUSA PALTE	5,80	5,10	5,66	aprovado
7	DANIELE FERNANDES	6,60	0,00	5,28	classificado
111	ANA CRISTINA DE SOUZA	6,30	0,00	5,04	classificado
67	JEFFERSON DIRCEU BOMBILIO	5,30	3,60	4,96	classificado
60	ANA CLAUDIA SEVEGNANI	4,80	3,60	4,56	classificado
9	WALQUIRIA KARSTEN	5,10	0,00	4,08	classificado
26	SIRLENE DE LIMA PORTO	4,80	0,00	3,84	classificado
16	ELENICE MARIA FOLGIARINI PERIN	4,80	0,00	3,84	classificado
70	TAINA PAULA BRITO	4,80	0,00	3,84	classificado
113	ALEXANDRA PROCHNOW	4,70	0,00	3,76	classificado

Total = 12					
FARMACÊUTICO - 01 vaga		Nota prova	Nota Prova	Nota Final	classificação final
INSCRIÇÃO	NOME	escrita	Títulos		
109	DANIEL RILO BI- TENCOURT	3,60	0,00	2,88	Desclassif.
34	KARIN ELI- ZA KRUGER	3,30	0,00	2,64	Desclassif.
Total = 02					

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 009/14

DECRETO 009/14 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte 00.01.2500 (conta recurso 213) - Convênio SSP - Bombeiros.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 010/14

DECRETO no 010/14 de 13 de Fevereiro de 2014

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência as áreas do município afetadas por ESTIAGEM.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, no uso das atribuições legais conferidas pelo art 52 da Lei Orgânica do Município, pelo Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925 de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924 de 11 de janeiro de 2006 e pela resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

- O período de ESTIAGEM verificado na região nos últimos trinta (30) dias e a elevação da temperatura, dificultando e prejudicando consideravelmente o setor agrícola do município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, à partir de 13 de Fevereiro do ano em curso.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Trombudo Central-SC, 13 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume.

VALDENIR SANDRINI
Presidente da COMDEC

Decreto 011/14

DECRETO 011/14 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR DE JODÔ EDITAL 001/2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 001/2014 para atuar nos Projetos especiais transitórios ao cargo de Professor de Judô.

PROFESSOR DE JODÔ

CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ALEXANDRE DUARTE	21,8	1º

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 012/14

DECRETO 012/14 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º- DECRETA ponto facultativo nas repartições públicas do Município no dia 03 de Março do corrente ano (segunda-feira), face às comemorações Carnavalescas.

Artigo 2º - Ficam mantidos os serviços nos Centros de Educação Infantil em regime integral no Município.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

Decreto 013/14

DECRETO 013/14 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Rua Adolfo Konder, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 7.748, de propriedade de JOÃO PINHEIRO, EDLA PINHEIRO, EDEONIR PINHEIRO e SIMONE MADRUGA DE OLIVEIRA PINHEIRO, com área total de 2.859,00 m² (dois mil, oitocentos e cinquenta e nove metros quadrados), com área a desmembrar em 02 (dois) Lotes urbanos, sendo um denominado LOTE 01 com 646,50 m² (seiscentos e quarenta e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE com a Rua Adolfo Konder em 17,20 m, nos FUNDOS extremado com terras de Moacyr Demarchi e Valéria do Nascimento Demarchi em 19,10 m, do LADO DIREITO extremado com terras de Moacyr Demarchi e Valéria do Nascimento Demarchi em 33,40 m e do LADO ESQUERDO extremado com o Lote 02 em 39,95 m, e outro denominado LOTE 02 com 965,50 m² (novecentos e sessenta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE com a Rua Adolfo Konder em 17,30 m, nos FUNDOS extremado com terras de Moacyr Demarchi, Valéria do Nascimento Demarchi, Kathia Kasulke, Douglas Kasulke e Margaret Schmalz Kasulke em 27,80 m, do LADO DIREITO extremado com o Lote 01 em 39,95 m e do LADO ESQUERDO extremado com área remanescente em 51,20 m, ficando área remanescente com 1.247,00 m² (um mil, duzentos e quarenta e sete metros quadrados).

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 014/14

DECRETO 014/14 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

RETIFICA O DECRETO 048/13 DE 30 DE ABRIL DE 2013 QUE NO-MEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CMAA) AO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA (PPAC).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica NOMEADA a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação (CMAA) ao Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC) - Gestão 2013-2016, cujos membros governamentais e não governamentais ficam assim compostos:

- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Catia Regina Marangoni Geremias - Secretária da Educação e do Esporte

Luana Aparecida Goedert Hasse - Secretária da Assistência Social e Habitação

Tania Bini Azevedo Waltrick - Secretária de Administração e Finanças

Alessandro Klug - Secretário da Saúde

Eduardo Brandl - Professor

- REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- Representante do Centro de Educação Infantil Menino Jesus:

Doraci Adriana Jeremias Kolm - PRESIDENTE

Cargo - Professora

CPF - 898.209.839-91

E'mail: dada.jeremias@hotmail.com

Fone: (47) 8868-9193

- Representante da Associação do Loteamento Alto Vale:

Laís França Kniess

- Representante do Grupo de Dança Corpus Studio Dance:

Marga Franz

- Representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Denise Cardoso Schafer

- Representante da Associação Unidos da Fé:

Mizael Brunner

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na

data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 015/14

DECRETO 015/14 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
NOMEIA O CONSELHO DIRETOR DO FUMMPOM (FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR).

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1788 de 31 de Julho de 2013 e Lei Complementar 1803 de 12 de Novembro de 2013;

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEIA membros do Conselho Diretor do FUMMPOM (Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar), que passa a vigorar assim constituído:

- REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
Sílvio Venturi - Presidente

- REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR (OPM):
Marcos Ranulfo de Melo - Vice-Presidente

- REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE TROMBUDO CENTRAL:
Fábio Müller

- REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TROMBUDO CENTRAL:
Renê Block

- REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:
Edson Luiz Moraes

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e ficam revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 016/14

DECRETO 016/14 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.09 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUIN HO DE GENTE
04.09.12.365.0004.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.09 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUIN HO DE GENTE
04.09.12.365.0004.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Fevereiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 017/14

DECRETO 017/14 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.06 FUNDO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
08.06.16.482.0008.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.06 FUNDO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
08.06.16.482.0008.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Fevereiro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 018/14

DECRETO 018/14 DE 05 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 200.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da fonte 00.01.4000 (conta recurso 177) - Convênio Estado.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 019/14

DECRETO 019/14 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Rua São Paulo, Bairro Jalisco, neste Município e Comarca, registrado no Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 16.360, de propriedade de SONHO MEU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com área total de 54.232,00 m² (cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois metros quadrados), com área a desmembrar em 06 (seis) Lotes urbanos, sendo um denominado Área a desmembrar 01 com 475,20 m² (quatrocentos e setenta e cinco metros e vinte decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 12,78 m, nos FUNDOS em linha reta com área remanescente desta matrícula em 12,70 m, do LADO DIREITO em linha reta com área a desmembrar 02 em 38,12 m e do LADO ESQUERDO em linha reta com terras de Laercio Schneider, Vanderlei José Schneider, Ivone Feuser Schneider, Ademar Schneider, Rogério Schneider, Diair Schneider, Graziella Schneider, Cleitson Schneider, Neri José Schneider, Marli Leal Schneider, Irma Schneider, João Schneider e Magali Schneider, matrícula 4.685 em 36,72 m, Área a desmembrar 02 com 489,51 m² (quatrocentos e oitenta e nove metros e cinquenta e um decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 12,72 m, nos FUNDOS em linha reta com área remanescente desta matrícula em 12,70 m, do LADO DIREITO em

linha reta com área a desmembrar 03 em 38,89 m e do LADO ESQUERDO em linha reta com área a desmembrar 01 em 38,12 m, Área a desmembrar 03 com 583,51 m² (quinhentos e oitenta e três metros e cinquenta e um decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 15,00 m, nos FUNDOS em linha reta com área remanescente desta matrícula em 15,00 m, do LADO DIREITO em linha reta com área remanescente desta matrícula em 38,89 m e do LADO ESQUERDO em linha reta com área a desmembrar 02 em 38,89 m, Área a desmembrar 04 com 570,49 m² (quinhentos e setenta metros e quarenta e nove decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 15,16 m, nos FUNDOS em linha reta com área remanescente desta matrícula em 15,00 m, do LADO DIREITO em linha reta com área a desmembrar 05 em 36,82 m e do LADO ESQUERDO em linha reta com área remanescente desta matrícula em 38,80 m, Área a desmembrar 05 com 447,09 m² (quatrocentos e quarenta e sete metros e nove decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 13,13 m, nos FUNDOS em linha reta com área remanescente desta matrícula em 12,70 m, do LADO DIREITO em linha reta com área a desmembrar 06 em 33,50 m e do LADO ESQUERDO em linha reta com área a desmembrar 04 em 36,82 m, Área a desmembrar 06 com 428,58 m² (quatrocentos e vinte e oito metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), (Faixa Non Aedificanti com 32,56 m + área privada com 396,02 m), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 15,66 m, nos FUNDOS em linha reta com área remanescente desta matrícula em 13,90 m, do LADO DIREITO em linha reta com terras de Leoberto Spiess, Eliane Moraes Spiess e Pâmela Cristina Spiess, matrícula 3.442 em 26,70 m e do LADO ESQUERDO em linha reta com área a desmembrar 05 em 33,50 m, ficando área remanescente A com 46.750,26 m² (quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta metros e vinte e seis decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva com o lado par da Rua São Paulo em 12,00 m, aos FUNDOS em linha reta com terras de Laercio Schneider, Vanderlei José Schneider, Ivone Feuser Schneider, Ademar Schneider, Rogério Schneider, Diair Schneider, Graziella Schneider, Cleitson Schneider, Neri José Schneider, Marli Leal Schneider, Irma Schneider, João Schneider e Magali Schneider, matrícula 4.685 em 94,00 m, do LADO DIREITO em três linhas retas e quebradas, sendo a primeira com área a desmembrar 04 em 38,80 m, a segunda medindo 41,60, sendo com área a desmembrar 04 em 15,00 m, com área a desmembrar 05 em 12,70 m, com área a desmembrar 05 13,90 m, a terceira com terras de Leoberto Spiess, Eliane Moraes Spiess e Pâmela Cristina Spiess, matrícula 3.442 em 496,25 m, do LADO ESQUERDO em três linhas retas e quebradas, sendo a primeira com área a desmembrar 03 em 38,89 m, a segunda medindo 41,40, sendo com área a desmembrar 03 em 15,00 m, com área a desmembrar 02 em 12,70 m e com área a desmembrar 01 em 12,70 m, a terceira com terras de Laercio Schneider, Vanderlei José Schneider, Ivone Feuser Schneider, Ademar Schneider, Rogério Schneider, Diair Schneider, Graziella Schneider, Cleitson Schneider, Neri José Schneider, Marli Leal Schneider, Irma Schneider, João Schneider e Magali Schneider, matrícula 4.685 em 496,28 m, ficando área remanescente B com 4.519,92 m² (quatro mil, quinhentos e dezenove metros e noventa e dois decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em linha curva e quebrada com o Rio Braço do Trombudo em 114,00 m, aos FUNDOS em linha curva com o lado ímpar da Rua São Paulo em 93,35 m, do LADO DIREITO em linha reta com terras de Leoberto Spiess, Eliane Moraes Spiess e Pâmela Cristina Spiess, matrícula 3.442 em 20,80 m, do LADO ESQUERDO em linha reta com terras de Laercio Schneider, Vanderlei José Schneider, Ivone Feuser Schneider, Ademar Schneider, Rogério Schneider, Diair Schneider, Graziella Schneider, Cleitson Schneider, Neri José Schneider, Marli Leal Schneider, Irma Schneider, João Schneider e Magali Schneider, matrícula 4.685 em 55,00 m, ficando área com faixa de domínio pela Rua São Paulo com 1.150,44 m² (um mil, cento e cinquenta metros e quarenta e

quatro decímetros quadrados).

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 020/14

DECRETO 020/14 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Rua Luiza Matteussi, Bairro Centro, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 15.888, de propriedade de ADILSON MNATTEUSSI, com área total de 811,75 m² (oitocentos e onze metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com área a desmembrar em 01 (uma) área urbana com 242,30 m² (duzentos e quarenta e dois metros e trinta decímetros quadrados), área a ser anexada na escritura pública de propriedade de Ingo Abel sob matrícula nº 3.534, extremado a FRENTE com terras de Ingo Abel e Carlos Roberto Stoll em 26,92 m, nos FUNDOS extremado com terras de Elio Ramos em 12,00 m, com área remanescente em 7,54 m e com área remanescente em 15,00 m e, do LADO DIREITO extremado com terras de Adilson Matteussi em 6,00 m e, do LADO ESQUERDO extremado com terras de Raul Krambeck em 13,00 m, ficando área remanescente com 569,45 m² (quinhentos e sessenta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), extremado a FRENTE com a Rua Luiza Matteussi em 15,00 m, nos FUNDOS extremado com área a desmembrar em 15,00 m, do LADO DIREITO extremado com terras de Elio Ramos 30,20 m, no LADO ESQUERDO extremado com terras de Adilson Matteussi em 30,20 m.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 021/14

DECRETO 021/14 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o REMEMBRAMENTO de áreas de terras no perímetro urbano, sito a Rua Hilário Buzzarello, Bairro Centro, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrículas nº 15.888 e 3.534, de propriedade de INGO ABEL, com (02) duas áreas a unificar sendo uma sob matrícula 15.888 com área de 242,30 m² (duzentos e quarenta e dois metros e trinta decímetros quadrados) e outra sob matrícula 3.534 com área de 380,00 m² (trezentos e oitenta metros quadrados) ficando com área total de 622,30 m² (seiscentos e vinte e dois metros e trinta decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE com a Rua Hilário Buzzarello em 19,00 metros, aos FUNDOS com terras de Elio Ramos em 12,00 m e com terras de Adilson Matteussi em 7,54 m + 15,00 m + 6,00 m e 5,50 m, do LADO DIREITO com terras de José Porto em 20,00 m e, do LADO ESQUERDO com terras de Carlos Roberto Stoll em 20,00 m e com terras de propriedade de Raul Krambeck em 13,42 m + 13,00 m.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 022/14

DECRETO 022/14 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DENOMINADO PREGÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Inciso IV do Artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - DESIGNA a Sra. MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI, servidora pública Municipal, para exercer a função de PREGOEIRA, na operacionalização da modalidade de licitação denominado PREGÃO.

Artigo 2º - Ficam igualmente designados os servidores públicos municipais Srta. BIANCA BARCHFELD, Sra. VERGÍNIA HÜBES e Sr. ADILSON MATTEUSSI, para em conjunto exercerem a função de equipe de apoio.

Artigo 3º - As designações descritas nos Artigos 1º e 2º deste Decreto, terão vigência no exercício de 2014.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário

Trombudo Central, 13 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 023/14

DECRETO 023/14 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 51 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEIA comissão permanente para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento de licitações para o exercício de 2014, conforme nominata abaixo descrita:

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI - (PRESIDENTE)

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

VERGÍNIA HÜBES

WILSON HOBUS

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 024/14

DECRETO 024/14 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA A COMISSÃO PARA COMPOR O GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL DO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA - (GTI).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

Artigo 1º - NOMEIA a comissão para compor Grupo de Trabalho Intersectorial do programa de saúde na escola, conforme nominata abaixo descrita:

Catia Regina Marangoni Geremias - Secretária da Educação e do Esporte.

Alessandro Klug - Secretário da Saúde.

Luana Aparecida Goedert Hasse - Secretária da Assistência Social e Habitação

Janice da Cunha - Enfermeira.

Daniela Braz Marçal Menegazzi - Nutricionista.

Nelson Guilherme Wacholz - Odontólogo.

Claudia Filomena Soares Semmer - Diretora C.E.B. Arthur Bruno

Jandt.

Giane Dilma Schweder - Diretora C.E.B. Eginolf Bell.

Maria Marlete Bini Marcelino - Diretora C.E.B. Erica Hasse.

Eduardo Brandl - Professor.

Terezinha Aparecida Tholl Almeida - Professora.

Hanelore Franz - Conselheira Tutelar.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 025/14

DECRETO 025/14 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADADO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

04.06.12.361.0004.2.009-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 3.000,00

04.05 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT

04.05.12.361.0004.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 28.500,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 31.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 026/14

DECRETO 026/14 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

HOMOLOGA O EDITAL COM A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 02/2014 PARA PROFESSOR NO ENSINO FUNDAMENTAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 02/2014 para o cargo de Professor no Ensino Fundamental - ano letivo de 2014.

PROFESSOR ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	CLASSIFICAÇÃO
SIRLANGE ESSER ROSA	155,6	1º
LÚCIA PASSAÚRA PEREIRA	140	2º
FATIMA APARECIDA DO AMARANTE COELHO ALVES	34,6	3º
CATIANE ALVES DA LUZ	27,6	4º

Trombudo Central, 17 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 027/14

DECRETO 027/14 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Rodovia SC 281 - Km 43, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 15.980, de propriedade de SILVEIRA & PROCHNOW LTDA ME, com área total de 47.980,68 m² (quarenta e sete mil, novecentos e oitenta metros e sessenta e oito décimos quadrados), com área a desmembrar em 03 (três) Lotes urbanos, sendo um denominado de área a desmembrar 01 com 5.704,62 m² (cinco mil, setecentos e quatro metros e sessenta e dois décimos quadrados), outro denominado área a desmembrar 02 com 1.004,95 m² (um mil, quatro metros e noventa e cinco décimos quadrados), e outro denominado de área a desmembrar 03 com 964,88 m² (novecentos e sessenta e quatro metros e oitenta e oito décimos quadrados), ficando área remanescente 04 com 40.306,23 m² (quarenta mil, trezentos e seis metros e vinte e três décimos quadrados).

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 028/14

DECRETO 028/14 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

RETIFICA O DECRETO 065/13 DE 03 DE JULHO DE 2013 QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS (FUNDEB).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei 1497 de 09 de abril de 2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Nomeia o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS (FUNDEB), no cumprimento do mandato até a data de 03 de Julho de 2015, com os referidos membros titulares e suplentes conforme nominata abaixo descrita.

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Titular: Daiana Becker

Suplente: Oziel Adalberto Schlemper

2) Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

Titular: Zenilda Pereira

Suplente: Taina Kuster

3) Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Josiane Venâncio

Suplente: Rosalina Brandl

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Claudia Filomena Soares Semmer

Suplente: Ezenilda Krambeck

5) Representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Neimar Terezinha Graciano de Moura

Suplente: Eni da Silva

Representantes dos Pais e Alunos das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Wanderson Schmoegel

Suplente: Neusa de Oliveira

Titular: Rolf Horstmann (Presidente)

Suplente: Dirce Alves Rodrigues

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública.

Titular: Patricia Hinz

Suplente: Rosane Aparecida Cardozo Schneider

Titular: Tania Maria Gutjar

Suplente: Ronaldo Adriano Haering

Representantes do Conselho Municipal de Educação.

Titular: Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos

Suplente: Jucélia Zoboli Ribas

Representantes do Conselho Tutelar.
Titular: Hanelore Franz (Vice - Presidente)
Suplente: Asta Wloch

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Março de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 029/14

DECRETO 029/14 DE 18 DE MARÇO DE 2014.
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL QUE PROCEDERÁ AVALIAÇÃO DOS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR TERCEIRIZADO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica NOMEADA a comissão municipal que procederá a avaliação dos veículos destinados ao transporte escolar terceirizado dos alunos da rede municipal de ensino, contratado pelo município através do Pregão Eletrônico 07/2012, conforme nominata abaixo descrita:

- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE:

Catia Regina Marangoni Geremias - Secretária da Educação e do Esporte
Paulo Sérgio Luciano - Motorista de Transporte Escolar

- REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:
Edson Luiz Moraes - Presidente da Câmara de Vereadores

- REPRESENTANTE DAS FORÇAS POLICIAIS:
Joatan Carlos Pereira - 3º Sargento da Polícia Militar - Comandante PM/GPPM.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Março de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 030/14

DECRETO 030/14 DE 28 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.
SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:
04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 120.000,00

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
08.06 FUNDO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
08.06.16.482.0008.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 1.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 120.000,00

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
08.02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.02.16.244.0012.1.016-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 1.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Março de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 031/14

DECRETO 031/14 DE 28 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.
SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:
04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.12 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS
04.12.12.365.0004.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL
04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

04.12 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS

04.12.12.365.0004.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 032/14

DECRETO 032/14 DE 28 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 DEPARTAMENTO DE FOMENTO À AGRICULTURA

06.01.20.601.0007.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 60.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 60.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 033/14

DECRETO 033/14 DE 31 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.50.00.00.00.00.00. -

Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.0003.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00. - Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de Março de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 034/14

DECRETO 034/14 DE 01 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 035/14

DECRETO 035/14 DE 01 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.04 DEPARTAMENTO DE GESTÃO

08.04.08.244.0012.2.045-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.04 DEPARTAMENTO DE GESTÃO

08.04.08.244.0012.2.045-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 036/14

DECRETO 036/14 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

RESTITUI VALORES DO IPTU

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 97º Item I Parágrafo 01 e 02, Artigo 99º, Artigo 101º e Artigo 102º da Lei 644 de 29 de Dezembro de 1986, (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizada a restituição no valor de R\$ 818,27 (oitocentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) ao ESPÓLIO DE NORBERTO HORSTMANN, relativo à importância recolhida espontaneamente e equivocadamente aos cofres públicos municipais, conforme documentação apresentada ao Departamento de Tributação do Município.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 037/14

DECRETO 037/14 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 1828 de 10 de Abril de 2014.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Trombudo Central, com nova nomeação de seus membros titulares e suplentes, por um período de 02 (dois) anos a partir da data da publicação deste Decreto, conforme nominata abaixo descritos:

I - GOVERNAMENTAIS

- Representantes da Assistência Social e Habitação

Luana Aparecida Goedert Hasse Titular

Marcia Debatim Suplente

- Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte

Catia Regina Marangoni Geremias Titular

Glauca Jaqueline Bodemüller Marcelino Suplente

- Representante da Secretaria Municipal da Saúde

Luana Machado Titular

Verlani Correa Suplente

II - NÃO GOVERNAMENTAIS

- Representantes da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Denise Cardoso Schäfer Titular

Dalva Tribess Mohr Suplente

- Representantes dos Usuários da Assistência Social

Adriana Passig Titular

Claricia Panassolo Nogueira Suplente

- Representantes dos Trabalhadores

Elizete Riques Titular

Letícia Feliciano Suplente

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

Decreto 038/14

DECRETO 038/14 DE 10 DE ABRIL DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEIA a Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado - Edital 003/2014 para admissão de Psicólogo em caráter temporário, conforme nominata abaixo descrita:

FABIANA CRISTINA VIEIRA - (PRESIDENTE)
CLARICE SCHLICKMANN PETRI
LILIANE KRUGER WESTPHAL

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

Decreto 039/14

DECRETO Nº 039/14 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Artigo 1º- Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais, (exceto nas Escolas e Creches municipais) no dia 17 de abril de 2014, no período vespertino, face a passagem pela comemoração da semana Santa.

§ 1º - A Secretaria Municipal da Saúde terá atendimento normal até as 15:00 hs.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 040/14

DECRETO 040/14 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, com base na Lei 1726 de 22 de Maio de 2012...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica NOMEADO o Conselho Municipal da Saúde de Trombudo Central, com mandato para o biênio 2014/2015, cuja composição das entidades e de seus membros titulares e suplentes passamos a descrever:

DO GOVERNO MUNICIPAL E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

- Representantes da Secretaria da Saúde:

Titular: Alessandro Klug

Suplente: Verlani Correia

- Representantes da Secretaria da Assistência Social e Habitação:

Titular: Fabiana Cristina Vieira

Suplente: Clarice Schlickmann Petri

- Representantes do Hospital Trombudo Central:

Titular: Dilcelaine Gomes dos Santos

Suplente: Camila Arceno

- DOS TRABALHADORES DA SAÚDE:

- Representantes da Enfermagem:

Titular: Janice da Cunha

Suplente: Jerusa Palte

- Representantes dos Médicos:

Titular: Rosane Hafemann

Suplente: Elias Klein

- Representantes dos Farmacêuticos e Bioquímicos:

Titular: Daniela Naiara Laindemann Werner

Suplente: Rubens Moretti

- DOS USUÁRIOS DO SUS:

- Representantes do Clube de Mães Dona Alice:

Titular: Odila Campregheer

Suplente: Hilda Bormanieri

- Representantes do Clube de Idosos Saudades:

Titular: Arthur dos Reis

Suplente: Ecilda Sasse

- Representantes da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Titular: Maren Müller Wilde

Suplente: Angela Mara Scheller Müller

- Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Luciana Rosa da Silva

Suplente: Antonio Cuchi

- Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

Titular: Agenor Fuzinato

Suplente: Maiara Bernardo

- Representantes da Associação Empresarial de Trombudo Central:

Titular: André Heinz Wilde

Suplente: Ronald Klug

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

Decreto 041/14

DECRETO 041/14 DE 16 DE ABRIL DE 2014.
NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOREM O COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 9º da Lei Federal nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os representantes para comporem o Comitê Gestor de Controle Social do Programa Bolsa Família para o controle do mesmo como segue:

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:
Janice da Cunha - Enfermeira
Isolde Campregher - Técnico em Enfermagem

Representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação:
Marcia Debatin - Agente de Serviços Gerais
Elizete Righes - Assistente Social

Representantes da Secretaria da Educação e do Esporte:
Eduardo Brandl - Professor
Glauca Jaqueline Bodemüller Marcelino - Professora

Art. 2º - Este comitê terá como responsabilidade informar os dados solicitados pelos aplicativos dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação.

Parágrafo Primeiro: Trocar informações entre os diferentes setores (saúde, assistência social e educação) para avaliar as ações efetuadas e manter os dados atualizados garantindo o fluxo de informações, junto aos respectivos Ministérios.

Parágrafo Segundo: Os representantes de cada secretaria têm o dever de informar os dados com fidedignidade pertinente a cada área, conforme Lei Federal nº 10.836/04.

Art. 3º Este deverá reunir-se ordinariamente bimestralmente ou extraordinariamente em casos excepcionais.

Art. 4º - A função dos representantes do Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família é considerado de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 042/14

DECRETO 042/14 DE 17 DE ABRIL DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
08.04 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
08.03.08.244.0012.2.049-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
08.04 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
08.03.08.244.0012.2.049-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de Abril de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 043/14

DECRETO 043/14 DE 17 DE ABRIL DE 2014.
INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas na forma da Lei Municipal 1692 de 04 de Outubro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Executivo do Município de TROMBUDO CENTRAL.

Parágrafo único. A partir do mês de Maio de 2014, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Artigo 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Artigo 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios. Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 044/14

DECRETO 044/14 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.11 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNE SCHÜTTE

04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 5.000,00

04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 12.000,00

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 15.000,00

04.08 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.08 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 10.000,00

04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 12.000,00

04.11 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNE SCHÜTTE

04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 5.000,00

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 045/14

DECRETO 045/14 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 046/14

DECRETO 046/14 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

RETIFICA O DECRETO 059/13 DE 18 DE JUNHO DE 2013 QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (CME).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 1593 de 05 de Junho de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º- RETIFICA o Decreto 059/13 de 18 de Junho de 2013 que nomeia o Conselho Municipal da Educação (CME), representados pelo pelos seus membros titulares e suplentes para cumprirem um mandato até 18 de Junho de 2015, conforme nominata abaixo descrita:

Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

Titular: Maria Marlete Bini Marcelino

Suplente: Glaucia Jaqueline Bodemüller Marcelino

2) Representantes dos Professores da Educação Infantil.

Titular: Jucélia Zóbolli Ribas

Suplente: Simone Deves Venturi

Representantes de Pais e Professores das APPs da Rede Municipal de Ensino.

Titular: Katia Luzia Heiden Bleichvel

Suplente: Marciane Basílio

4) Representantes dos Professores do Ensino Fundamental.

Titular: Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos

Suplente: Katia de Lima

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Titular: Marga Franz

Suplente: Elizete Righes

Representantes da Secretaria de Administração e Finanças.

Titular: Tania Bini Azevedo Waltrick

Suplente: Ronaldo Krüger

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde.

Titular: Alessandro Klug

Suplente: Verlani Correia

Representantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Titular: Rosmary Marcelino Steuck

Suplente: Mariane Uhlendorf

Representantes dos Professores da Educação Especial.

Titular: Vera Lucia Mendes Lenzi

Suplente: Denise dos Santos

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume, na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 047/14

DECRETO 047/14 DE 08 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA O EDITAL COM A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 04/2014 PARA PROFESSOR DE ARTES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 04/2014 para o cargo de Professor de Artes - ano letivo de 2014.

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ARTES - ANO LETIVO DE 2014

ARTES - ENSINO FUNDAMENTAL

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	CLASSIF.
FABIANA RAQUEL MAY	30,2	1º
ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA	18	2º
ELSA HELENA REIF	1,4	3º
LETÍCIA RAIMUNDO DE ANDRADE	01	4º

Trombudo Central, 08 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 047/14-A

DECRETO 047/14 - A DE 08 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA PESSOA JURÍDICA PARA ORGANIZAR, EXECUTAR E JULGAR O CONCURSO PÚBLICO 006/2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1 - Fica nomeada a Empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.072.361/0001-55, como banca na organização, execução e julgamento referente ao Concurso Público n 006/2014, destinado ao preenchimento de vagas aos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração direta Municipal.

Artigo 2 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, em 08 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 048/14

DECRETO 048/14 DE 08 DE MAIO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Rua Emilio Graubner, Bairro Vila Nova, neste Município e Comarca, registrado no Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 15.236, de propriedade de VALDENIR SANDRINI, com área total de 32.270,70 m² (trinta e dois mil, duzentos e setenta metros e

setenta decímetros quadrados), com área a desmembrar em 53 (cinquenta e três) Lotes urbanos, sendo assim denominados: Lote 01 com 360,77 m² (trezentos e sessenta metros e setenta e sete decímetros quadrados), Lote 02 com 479,81 m² (quatrocentos e setenta e nove metros e oitenta e um decímetros quadrados), Lote 03 com 361,10 m² (trezentos e sessenta e um metros e dez decímetros quadrados), Lote 04 com 360,99 m² (trezentos e sessenta metros e noventa e nove decímetros quadrados), Lote 05 com 361,24 m² (trezentos e sessenta e um metros e vinte e quatro decímetros quadrados), Lote 06 com 360,44 m² (trezentos e sessenta metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), Lote 07 com 360,35 m² (trezentos e sessenta metros e trinta e cinco decímetros quadrados), Lote 08 com 360,12 m² (trezentos e sessenta metros e doze decímetros quadrados), Lote 09 com 360,84 m² (trezentos e sessenta metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), Lote 10 com 361,39 m² (trezentos e sessenta e um metros e trinta e nove decímetros quadrados), Lote 11 com 360,33 m² (trezentos e sessenta metros e trinta e três decímetros quadrados), Lote 12 com 360,90 m² (trezentos e sessenta metros e noventa decímetros quadrados), Lote 13 com 360,08 m² (trezentos e sessenta metros e noventa e oito decímetros quadrados), Lote 14 com 360,72 m² (trezentos e sessenta metros e noventa e setenta e dois decímetros quadrados), Lote 15 com 360,56 m² (trezentos e sessenta metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), Lote 16 com 360,57 m² (trezentos e sessenta metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), Lote 17 com 361,19 m² (trezentos e sessenta e um metros e dezenove decímetros quadrados), Lote 18 com 361,18 m² (trezentos e sessenta e um metros e dezoito decímetros quadrados), Lote 19 com 457,06 m² (quatrocentos e cinquenta e sete metros e seis decímetros quadrados), Lote 20 com 375,10 m² (trezentos e setenta e cinco metros e dez decímetros quadrados), Lote 21 com 360,03 m² (trezentos e sessenta metros e três decímetros quadrados), Lote 22 com 379,95 m² (trezentos e setenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), Lote 23 com 379,24 m² (trezentos e setenta e nove metros e vinte e quatro decímetros quadrados), Lote 24 com 364,77 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e setenta e sete decímetros quadrados), Lote 25 com 374,32 m² (trezentos e setenta e quatro metros e trinta e dois decímetros quadrados), Lote 26 com 465,43 m² (quatrocentos e sessenta e cinco metros e quarenta e três decímetros quadrados), Lote 27 com 360,92 m² (trezentos e sessenta metros e noventa e dois decímetros quadrados), Lote 28 com 360,01 m² (trezentos e sessenta metros e um decímetro quadrado), Lote 29 com 360,11 m² (trezentos e sessenta metros e onze decímetros quadrados), Lote 30 com 360,04 m² (trezentos e sessenta metros e quatro decímetro quadrado), Lote 31 com 361,30 m² (trezentos e sessenta e um metros e trinta decímetros quadrados), Lote 32 com 450,89 m² (quatrocentos e cinquenta metros e oitenta e nove decímetros quadrados), Lote 33 com 374,96 m² (trezentos e setenta e quatro metros e setenta e noventa e seis decímetros quadrados), Lote 34 com 360,48 m² (trezentos e sessenta metros e quarenta e oito decímetros quadrados), Lote 35 com 362,84 m² (trezentos e sessenta metros e dois metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), Lote 36 com 360,66 m² (trezentos e sessenta metros e sessenta e seis decímetros quadrados), Lote 37 com 360,46 m² (trezentos e sessenta metros e quarenta e seis decímetros quadrados), Lote 38 com 360,21 m² (trezentos e sessenta metros e vinte e um decímetros quadrados), Lote 39 com 360,75 m² (trezentos e sessenta metros e setenta e cinco decímetros quadrados), Lote 40 com 360,23 m² (trezentos e sessenta metros e vinte e três decímetros quadrados), Lote 41 com 360,10 m² (trezentos e sessenta metros e dez decímetros quadrados), Lote 42 com 451,19 m² (quatrocentos e cinquenta e um metros e dezenove decímetros quadrados), Lote 43 com 450,20 m² (quatrocentos e cinquenta metros e vinte decímetros quadrados), Lote 44 com 445,37 m² (quatrocentos e quarenta e cinco metros e trinta e sete decímetros quadrados), Lote 45 com 465,45 m² (quatrocentos e sessenta e cinco metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), Lote 46 com 430,85 m²

(quatrocentos e trinta metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), Lote 47 com 385,92 m² (trezentos e oitenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados), Lote 48 com 385,92 m² (trezentos e oitenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados), Lote 49 com 373,24 m² (trezentos e setenta e três metros e vinte e quatro decímetros quadrados), Lote 50 com 374,50 m² (trezentos e setenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 51 com 393,92 m² (trezentos e noventa e três metros e noventa e dois decímetros quadrados), permanecendo ÁREA VERDE denominada Lote 52 com 2.155,52 m² (dois mil, cento e cinquenta e cinco metros cinquenta e dois decímetros quadrados) e, ÁREA PARA EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS denominada Lote 53 com 1.413,37 m² (um mil, quatrocentos e treze metros e trinta e sete decímetros quadrados).

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 048/14-A

DECRETO 048 - A DE 08 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o edital de Concurso Público Nº 006/2013 para o provimento de cargos efetivos junto á estrutura funcional do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão de acompanhamento e avaliação ao Concurso Público 006/2014, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração direta do Município de Trombudo Central, integrada pelos membros abaixo descritos:

- TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK - (Presidente)
- LILIANE KRUGER WESTPHAL
- RONALDO KRÜGER

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 049/14

DECRETO 049/14 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGRICULTURA

06.01.20.601.0007.2.034-3.3.50.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGRICULTURA

06.01.20.601.0007.2.034-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 050/14

DECRETO 050/14 DE 12 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA O EDITAL COM A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 05/2014 PARA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 05/2014 para o cargo de Professor de anos iniciais - Ensino Fundamental - ano letivo de 2014.

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ANOS INICIAIS- ANO LETIVO DE 2014
EDITAL 05/2014

ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	CLASSIF
ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA	112	1º
MARINÊS STEUCK	43	2º

Trombudo Central, 12 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Decreto 051/14

DECRETO 051/14 DE 12 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.04 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.04 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 052/14

DECRETO 052/14 DE 12 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEIA o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, no que se refere aos representantes Governamentais e Não-Governamentais, composta pelos seus membros titulares e suplentes, para cumprirem um mandato de 02 (dois) anos, conforme nominata abaixo descrita:

- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- Secretaria de Administração e Finanças:

Hanelore Hedler - Titular

Moacir Marcos Geremias - Suplente

- Secretaria do Planejamento Urbano:
Wilson Hobus - Titular
Alvaro Melchiorretto - Suplente

- Secretaria de Assistência Social e Habitação:
Luana Aparecida Goedert Hasse - Titular
Elizete Righes - Suplente

- REPRESENTANTES NÃO - GOVERNAMENTAIS:

- Associação Empresarial de Trombudo Central:
Salete Maria Piran Venturi - Titular
Jean Carlo Damasio - Suplente

- Associação de Moradores do Bairro Liberdade:
Alírio Menegazzi - Titular
Emerson Menegazzi - Suplente

- Igreja Evangélica Assembléia de Deus:
Débora Américo Zeferino - Titular
Dyonathan Zeferino - Suplente

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE
Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 053/14

DECRETO 053/14 DE 19 DE MAIO DE 2014.
NOMEIA COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

Artigo 1º - Fica NOMEADA a Comissão para a elaboração do Plano Municipal de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, formada por servidores públicos do Município, conforme nominata abaixo descrita:

CELSO MARCELINO - Controlador Interno (Presidente).
CLARICE SCHLICKMANN PETRI - Assistente Social
SONIA DA VEIGA CORREA - Crecheira
VERLANI CORREIA - Auxiliar Administrativo

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 054/14

DECRETO 054/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 190.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 190.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 055/14

DECRETO 055/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.
NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES - (CAI).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 3º da Lei 1814 de 10 de Dezembro de 2013 - (LAI);

Artigo 1º - Fica NOMEADA a Comissão de Avaliação de Informações - CAI, formada por servidores públicos efetivos do Município, conforme nominata abaixo descrita:

EDUARDO BRANDL - Professor (Presidente).
ZULNEI LUCHTENBERG - Encarregado do Departamento de Pessoal
MICHELLE SOUZA DE OLIVEIRA BOGO - Auxiliar Administrativo

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 056/14

DECRETO 056/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.

RETIFICA O DECRETO 088/13 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013 QUE NOMEIA OS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 1774 de 30 de Abril de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º- Ficam Nomeados os novos representantes dos órgãos governamentais e não governamentais, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para cumprirem o mandato até a data de 02 de Setembro de 2015, conforme nominata abaixo descrita:

- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.
Titular: Catia Regina Marangoni Geremias
Suplente: Sônia da Veiga Correa

2) Representantes da Saúde

Titular: Fernanda da Silva
Suplente: Alessandro Klug

3) Representantes da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Leirson Vicente
Suplente: Vilson Westphal

4) Representantes da Secretaria de Administração e Finanças.

Titular: Adilson Matteussi
Suplente: Tania Bini Azevedo Waltrick

Representante da Secretaria da Assistência Social e Habitação.

Titular: Luana Aparecida Goedert Hasse
Suplente: Eliane Cordeiro

- REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes do E.E.B. Hermann Blumenau

Titular: Bianca Schultz
Suplente: Marcondes Silveira de Souza

Representantes do C.E.B. Arthur Bruno Jandt

Titular: Greice Paltre da Silva
Suplente: Bernadete Rodrigues Ribeiro

Representantes do C.E.I. Cinderela

Titular: Eni da Silva
Suplente: Maura Maria May

Representantes do Grupo Korppus Studio Dance

Titular: Marga Franz
Suplente: Cassiana Cecília Kolm Deitos

Representantes do Botafogo Esporte Clube

Titular: Rivelino dos Santos
Suplente: Andréia Regina May dos Santos

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 057/14

DECRETO 057/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano, sito a Rua SD (Estrada Ribeirão Prada), Localidade de Tifa Prada, neste Município e Comarca, de propriedade de DEBORA AMERICO ZEFERINO e DYONATHAN ZEFERINO, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central, uma sob matrícula nº 12.609 com área de 22.258,00 m² (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e oito metros quadrados) e outra sob matrícula nº 12.610 com área de 15.669,00 m² (quinze mil, seiscentos e sessenta e nove metros quadrados), TOTALIZANDO ÁREA de 37.927,00 m² (trinta e sete mil, novecentos e vinte e sete metros quadrados), com áreas a desmembrar de 20.157,10m² (vinte mil, cento e cinquenta e sete metros e dez décimos quadrados) em 55 (cinquenta e cinco) Lotes urbanos, sendo denominada QUADRA "A" com Lote 01 com 633,40 m² (seiscentos e trinta e três metros e quarenta décimos quadrados), Lote 02 com 361,50 m² (trezentos e sessenta e um metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 03 com 361,50 m² (trezentos e sessenta e um metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 04 com 360,50 m² (trezentos e sessenta metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 05 com 362,50 m² (trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 06 com 393,00 m² (trezentos e noventa e três metros quadrados), Lote 07 (ÁREA PARA EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS) com 875,00 m² (oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), sendo denominada QUADRA "B" com Lote 08 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 09 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 10 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 11 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 12 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 13 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 14 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 15 com 514,50 m² (quinhentos e quatorze metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 16 com 369,00 m² (trezentos e sessenta e nove metros quadrados), Lote 17 com 478,00 m² (quatrocentos e setenta e oito metros quadrados), Lote 18 com 442,80 m² (quatrocentos e quarenta e dois metros e oitenta décimos quadrados), Lote 19 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote 20 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), Lote

21 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 22 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 23 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 24 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 25 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), sendo denominada QUADRA "C" com Lote 26 com 360,10 m² (trezentos e sessenta metros e dez decímetros quadrados), Lote 27 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 28 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 29 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 30 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 31 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 32 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 33 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 34 com 452,00 m² (quatrocentos e cinquenta e dois metros quadrados), Lote 35 com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), Lote 36 com 455,50 m² (quatrocentos e cinquenta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 37 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 38 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 39 com 364,50 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 40 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 41 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 42 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 43 com 361,80 m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), Lote 44 com 360,80 m² (trezentos e sessenta metros e oitenta decímetros quadrados), sendo denominada QUADRA "D" com Lote 45 com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), Lote 46 com 378,30 m² (trezentos e setenta e oito metros e trinta decímetros quadrados), Lote 47 com 384,50 m² (trezentos e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 48 com 384,50 m² (trezentos e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 49 com 384,50 m² (trezentos e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 50 com 384,50 m² (trezentos e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), Lote 51 com 454,00 m² (quatrocentos e cinquenta e quatro metros quadrados), Lote 52 com 364,30 m² (trezentos e sessenta e quatro metros e trinta decímetros quadrados), Lote 53 (ÁREA VERDE) com 2.202,00 m² (dois mil, duzentos e dois metros quadrados), Lote 54 (ÁREA PARA EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS) com 448,40 m² (quatrocentos e quarenta e oito metros e quarenta decímetros quadrados) e Lote 55 com 433,00 m² (quatrocentos e trinta e três metros quadrados), permanecendo área remanescente + área de APP (área de preservação permanente) com 6.444,50 m² (seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), áreas das Ruas a serem doadas com 4.155,76 m² (quatro mil, cento e cinquenta e cinco metros e setenta e seis decímetros quadrados) e área doada de domínio público com 3.644,24 m² (três mil, seiscentos e quarenta e quatro metros e vinte e quatro decímetros quadrados). Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

Decreto 058/14

DECRETO 058/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Avenida Francisco Roesch, Bairro Centro, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas de Trombudo Central sob matrícula nº 7.068, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, com área total de 1.679,50 m² (um mil, seiscentos e setenta e nove metros e cinquenta decímetros quadrados), com área a desmembrar denominada Lote B com área de 136,00 m² (cento e trinta e seis metros quadrados), extremado a FRENTE com a Avenida Francisco Roesch em 4,00 metros, nos FUNDOS extremado com terras de Ingelore Rothbarth Decker em 4,00 metros, no LADO ESQUERDO extremado com terras da Prefeitura Municipal de Trombudo Central em 34,00 metros e do LADO DIREITO extremado com o lote A em 34,00 metros, área esta a ser anexada ao imóvel sob matrícula nº 16.081 de propriedade da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, ficando área remanescente denominada Lote A com área de 1.543,50 m² (um mil, quinhentos e quarenta e três metros e cinquenta decímetros quadrados), extremado a FRENTE com a Avenida Francisco Roesch em 46,80 metros, nos FUNDOS extremado com terras de Ingelore Rothbarth Decker em 44,00 metros, no LADO ESQUERDO extremado com Lote B em 34,00 metros e do LADO DIREITO extremado com a Rua Santa Catarina em 34,30 metros.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO
Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 059/14

DECRETO 059/14 DE 20 DE MAIO DE 2014.
APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o REMEMBRAMENTO de áreas de terras no perímetro urbano, sito a Avenida Francisco Roesch, Bairro Centro, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrículas nº 16.081 e 7.068, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, com (02) duas áreas a

unificar sendo uma sob matrícula 16.081 com área de 510,00 m² (quinhentos e dez metros quadrados) e outra sob matrícula 7.068 com área de 136,00 m² (cento e trinta e seis metros quadrados) ficando com área total de 646,00 m² (seiscentos e quarenta e seis metros quadrados), confrontando-se a FRENTE com a Avenida Francisco Roesch em 19,00 metros, aos FUNDOS com terras de Ingelore Rothbarth Decker em 19,00 m, do LADO DIREITO com terras do Clube de Idosos em 34,00 m e, do LADO ESQUERDO com terras de Jadir Beber em 34,00 m.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO
Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 060/14

DECRETO 060/14 DE 28 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 159.500,00 (cento e cinquenta e nove mil e quinhentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.13 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER
04.13.12.365.0004.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 4.500,00
04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA
04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 80.000,00
04.05 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT
04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 40.000,00
04.08 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA
04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 35.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.08 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA
04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 35.000,00
04.13 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER
04.13.12.365.0004.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 4.500,00
04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA
04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 80.000,00

04.05 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT
04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 40.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 061/14

DECRETO 061/14 DE 28 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS
05.02.26.782.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Maio de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 062/14

DECRETO 062/14 DE 28 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 30.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Maio de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 063/14

DECRETO 063/14 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol no torneio da Copa do Mundo.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído horário especial de expediente aos servidores públicos vinculados às Secretarias do Município de Trombudo Central, nos dias 12, 17 e 23 de Junho de 2014, conforme abaixo descrito:

- Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria do Planejamento Urbano, Secretaria da Assistência Social e Habitação, Secretaria da Cultura e do Turismo, Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente:
Dias 12,17 e 23 - das 07h00min as 13h00min (turno único).

- Secretaria da Saúde:

Dia 12 - Até às 16h00min.

Dia 17 - Até às 15h00min.

Dia 23 - Até às 16h00min.

- Secretaria da Educação e do Esporte:

Dias 12,17 e 23 - das 07h00min as 13h00min (turno único).

Centros de Educação Fundamental Centros de Educação Infantil

Dias 12,17 e 23 - Até às 12h00min Dia 12 - Até às 16h00min.

Dia 17 - Até às 15h00min.

Dia 23 - Até às 16h00min.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Decreto 064/14

DECRETO 064/14 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sito a Rua São Paulo, s/nº, Bairro Jalisco, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 12.068, de propriedade de NADIR MENDES GRACIANO, com área total de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados), com área a desmembrar em 01 (um) Lote urbano com 735,81 m² (setecentos e trinta e cinco metros e oitenta e um decímetros quadrados), ficando área remanescente com 24.264,19 m² (vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro metros e dezenove decímetros quadrados).

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

Decreto 065/14

DECRETO 065/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 007/2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEIA a Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado - Edital 007/2014 para admissão de Operador de Máquina em caráter temporário, conforme nominata abaixo descrita:

ZULNEI LUCHTENBERG - (PRESIDENTE)

LILIANE KRÜGER WESTPHAL

MICHELLE SOUZA DE OLIVEIRA BOGO

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

Decreto 066/14

DECRETO 066/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 224.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 224.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 067/14

DECRETO 067/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 94.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 94.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 068/14

DECRETO 068/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 003/2014 PARA PSICÓLOGO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 003/2014 para o cargo de Psicólogo - ano letivo de 2014, para admissão em caráter temporário com atuação no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

CLASSIF.	INSCR.	NOME	NOTA PROVA	NOTA ENTREVISTA	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	002	JOELMA DA SILVA	5,20	2,72	7,92	Classificada
2º	010	SAMANA CARDOSO	5,00	2,72	7,72	Classificada
3º	008	LUISA CARINA GESSI RIPPEL	5,00	2,00	7,00	Classificada
4º	004	ALINE VIZENTAINER	5,20	1,60	6,80	Classificada
5º	009	ANA CLAUDIA LEHMCKUHL	5,00	1,60	6,60	Classificada
6º	003	CRISTINA SEVEGNANI	4,60	1,60	6,20	Classificado
7º	005	SUELEN REGUEIRA	3,80	1,00	4,80	Classificada
8º	001	JANAINA FRONZA	3,40	0,80	4,20	Classificada
-	006	MARCIA CORREA RIBEIRO	faltou	-	-	Desclassificada
-	007	JUCILENE MONTAGNA	faltou	-	-	Desclassificada

Trombudo Central, 03 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

Decreto 069/14

DECRETO 069/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

09 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO URBANO

09.01 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO

09.01.15.451.0013.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 614.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 614.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 070/14

DECRETO 070/14 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao quais adolescentes autores de ato infracional têm direito; CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas

socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Cleuseméri Rahn - representando a Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação;

Elizete Righes - representando a Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação;

Janice da Cunha - representando a Secretaria Municipal da Saúde;

Cátia Regina Marangoni Geremias - representando a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte;

Rafael Marian - representando a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter - representando a Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo.

Artigo 2º - A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e

encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Artigo 3º - O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até novembro de 2014.

Parágrafo Único: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

Decreto 071/14

DECRETO 071/14 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.021-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Turvo

PREFEITURA

Decreto 29/2014

DECRETO Nº 029/14, de 10 de Junho de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.334.000,00 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 - VIAS URBANAS PAVIM PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (078) - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (129) - Aplicações Diretas R\$ 334.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do superávit financeiro da fonte de recurso 0080 (Recurso Próprio) R\$ 334.000,00, e do excesso de arrecadação da fonte 0024 por conta da Proposta de nº 13.261 junto ao Governo do Estado no valor de R\$ 1.000.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 10 de Junho de 2014.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2198/2014

Lei nº 2.198/14, de 12 de Junho de 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com o Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ nº 86.513.124/0001-96, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o objetivo de auxiliar no custeio da folha de pagamento de funcionários e pagamento de fornecedores.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 12 de junho de 2014.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Tomada de Preços PMT 64/2014

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 64/2014 - Tomada de Preço nº 64/2014
Objeto: Pavimentação de trecho da Rua Luiz Miro Fascin, em Turvo/SC.

Entrega dos envelopes: até às 7h45min do dia 02/07/2014

Abertura da Sessão: às 8 horas do dia 02/07/2014

Informações e cópia do edital: departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Turvo, Rua Nereu Ramos, 588, Centro, Turvo/SC, das 7h30min as 11h30min e das 13h30min as 17 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo/SC, 12 de junho de 2014.

Nestor Reco

Presidente da C.J.L.

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 28/2014

Extrato de EDITAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 26 de junho de 2014 às 14h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de gasolina comum, óleo diesel e óleo diesel S10 através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 28/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 12 de junho de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 84/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 84/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETROELETRONICOS PARA RESEM UTILIZADOS PELO GRUPO DOCENTE E DICIENTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 24/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento das Propostas da TP Nº 08/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (C.A.U.Q) E DRENAGEM NO ACESSO BALNEÁRIO XV DE NOVEMVRO, (PARTE DA RUA DOMINGOS LOCATELLI), COM CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTRATO DE REPASSE Nº 777468/2012, restando vencedora a empresa Viga Pavimentações e Obras Ltda vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 248.881,37 (duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 11 de Junho de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Abertura das Propostas da TP Nº 10/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 18 de Junho de 2014 às 09:00 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Videira, 12 de Junho de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 131/2014**

PORTARIANº 131/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: FRANCISCO DECARLI

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,07 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-5 para o Nível IV-6, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
12 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 132/2014

PORTARIANº 132/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: IRIA WILHELM

Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,15 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível V-5 para o Nível V-6, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
12 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 133/2014

PORTARIANº 133/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: JEOVANA WINTER

Cargo: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,28 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível VIII-5 para o Nível VIII-6, dentro da Secretaria de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
12 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 134/2014

PORTARIANº 134/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: JOSÉ DA CRUZ

Cargo: FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,01 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível VI-3 para o Nível VI-4, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
12 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 135/2014

PORTARIANº 135/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: MARLY TEREZINHA MONTIBELLER

Cargo: ENFERMEIRO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,18 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível X-4 para o Nível X-5, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
12 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto N.º 032/2014

DECRETO 032/2014

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0866, de 19 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto de Saúde a Assistência Médico-Hospitalar

33000000 - Outras Despesas Correntes

33930000 - Transferências a Consórcios Públicos

0.1.6403 - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família R\$ 30.000,00

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção as Famílias Carentes

44000000 - Investimentos

44900000 - Aplicações Diretas

0.1.5200 - Outras Transf. Rec. Fundo de Assistência Social R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

Termo de Compromisso/Ata de Registro de Preços PP 37/2014 Pmxv

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SAQUETTI COMÉRCIO E CONsertos de Relógios LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 79.922.571/0001-33, nesta Ata representada pelo seu(ua) Administrador, Sr(a). ADELSON ANTONIO SAQUETTI, portador(a) do CPF nº 477.204.419-15 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 37/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de solução de tecnologia informatizada para implementação de registro eletrônico de frequência dos servidores lotados em todos os Departamentos do Município de Xavantina e Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, por meio de sistema de ponto eletrônico, compreendendo o fornecimento de software de gerenciamento, equipamentos para registro e leitura biométrica, serviços de instalação, treinamento, garantia de funcionamento e suporte técnico.

ÍTEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO EM R\$
			EQUIPAMENTO DE REGISTRO E LEITURA BIOMÉTRICA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ESTRUTURA COM DESIGN MODERNO E LEDS QUE INDICAM A CONFIRMAÇÃO DE REGISTROS. SISTEMA DE HIBERNAÇÃO QUANDO O EQUIPAMENTO ENCONTRA-SE SEM ENERGIA VINDA DA REDE ELÉTRICA. GRAVAR DADOS EM UM CARTUCHO USB. PROTEÇÃO CONTRA A PERDA DE DADOS CASO O EQUIPAMENTO VENHA A SOFRER ALGUMA PANEA OU DESCARGA ELÉTRICA. DUAS CAPACIDADES DE ARMAZENAMENTO DE DIGITAIS. OPÇÃO PARA 1900 DIGITAIS. PERMITE FORMATAÇÃO DA MEMÓRIA QUE SERÁ UTILIZADA PARA OS CADASTROS, PODENDO-SE DEFINIR O ESPAÇO PARA LISTA DE ACESSO, TABELAS DE HORÁRIOS, ESCALAS, FERIADOS, MENSAGENS ESPECÍFICAS, FUNÇÕES E ACIONAMENTOS, MOLDANDO-SE COMPLETAMENTE CONFORME AS NECESSIDADES DO CLIENTE. MEMÓRIA EXPANSÍVEL QUE PODE ARMAZENAR ATÉ 65.000 REGISTROS. AVISO NO DISPLAY DE QUANDO A MEMÓRIA DE REGISTROS ESTÁ 50 % E 100% OCUPADA. POSSUIR NO-BREAK INTERNO. O EQUIPAMENTO FUNCIONA COM OU SEM ENERGIA COM AVISO NO DISPLAY DA OCORRÊNCIA DA FALTA DE ENERGIA. DISPOSIÇÃO PARA A LIGAÇÃO DE ATÉ 3 RELES PARA ACIONAMENTO DE SIRENES, LÂMPADAS, FECHADURAS MAGNÉTICAS ENTRE OUTROS ACESSÓRIOS DE SINALIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO DO FIRMWARE (PROGRAMA RESIDENTE NA PLACA DO RELÓGIO) VIA SOFTWARE, EVITANDO A REMOÇÃO DE COMPONENTES DO EQUIPAMENTO. POSSUIR CALENDÁRIO PERPÉTUO, OPERA MESMO SE O EQUIPAMENTO FICAR DURANTE 1 ANO SEM ENERGIA, REALIZANDO O AJUSTE AUTOMÁTICO DE VIRADA DE DIA, SEMANA E MÊS, SEM PERDER A DATA E A HORA CONFIGURADAS. CONFIGURAÇÃO DO HORÁRIO DE VERÃO PARA MUDANÇA AUTOMÁTICA DO RELÓGIO. CONTENDO MENU INTERNO DE CONFIGURAÇÕES, PARA AJUSTAR O FUNCIONAMENTO DA COMUNICAÇÃO E REALIZAR CADASTRO DE DIGITAIS NO PRÓPRIO RELÓGIO. TRABALHAR COM VÁRIOS MODOS DE COMUNICAÇÃO. OPERAR EM VÁRIOS MODOS DE TRABALHO, PODENDO ESTAR EM COMUNICAÇÃO DIRETA COM UM COMPUTADOR (ONLINE) OU STANDALONE, SEM A NECESSIDADE DE ESTAR CONECTADO EM UM COMPUTADOR PARA CONTROLE DE ACESSO DOS FUNCIONÁRIOS, PODENDO TAMBÉM TRABALHAR NOS DOIS MODOS SIMULTANEAMENTE. SISTEMA DE FUNÇÕES ESPECÍFICAS, QUE PERMITE EXIBIR PARA MATRÍCULAS ESPECÍFICAS MENSAGENS POR MEIO DE FUNÇÕES CONFIGURADAS VIA SOFTWARE, A GRANDE VANTAGEM DESSE RECURSO É QUE A MENSAGEM PODE SER VISUALIZADA SEM A NECESSIDADE DA GERAÇÃO DO REGISTRO. POSSUIR SISTEMA PARA TRAVAMENTO DE FUNÇÃO, ONDE TODOS OS REGISTROS GERADOS SERÃO GRAVADOS COM A FUNÇÃO CONFIGURADA. CONFIGURAÇÃO DE AVISO SONORO AO UTILIZAR AS TECLAS DO TECLADO.	

01	15	UN	REALIZAR O CONTROLE DOS HORÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS POR MEIO DE TABELAS DE HORÁRIOS, PERÍODOS E ESCALAS. PERMITE A CONFIGURAÇÃO DE LISTA DE ACESSO PARA INDICAÇÃO DA OPERAÇÃO PARA MATRICULAS ESPECÍFICAS E CONFIGURAÇÕES DE ACESSO DO FUNCIONÁRIO NO EQUIPAMENTO. OPERAR COM AUTOON, FUNÇÃO QUE PERMITE REALIZAR A VERIFICAÇÃO DA DIGITAL SOMENTE COLOCANDO O DEDO NO SENSOR, SEM A NECESSIDADE DE DIGITAR A MATRICULA, UTILIZAR O CRACHÁ OU A TECLA DE VERIFICAÇÃO DISPONÍVEL NO TECLADO. ESSA FUNÇÃO PODE SER ATIVADA OU DESATIVADA VIA SOFTWARE OU PELA CONFIGURAÇÃO VIA MENU. VERIFICAR IMPRESSÃO DIGITAL EM MODO ONLINE SEM A NECESSIDADE DE CADASTRO DO FUNCIONÁRIO NO EQUIPAMENTO, SOMENTE NO COMPUTADOR ONDE O SOFTWARE ESTA OPERANDO. PERMITIR QUE A LEITORA POSSA SER CONFIGURADA PARA TRABALHAR COM CARTÕES QUE TENHAM UMA QUANTIDADE ESPECÍFICA DE DÍGITOS, ENTRE 3 E 20 DÍGITOS, SENDO QUE PELO PADRÃO DE OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO APENAS 8 SÃO VALIDOS. CONFIGURAÇÃO DE HORÁRIOS PARA ACIONAMENTO DE SIRENE, INDICANDO O INÍCIO DE EXPEDIENTE E O TÉRMINO DO MESMO, ENTRE OUTRAS INDICAÇÕES. RECURSO DE ANTI-PASSBACK PARA FUNCIONAMENTO OFFLINE, NÃO PERMITINDO QUE OS FUNCIONÁRIOS REGISTREM MAIS DE UMA VEZ O MESMO ACESSO. FAZER O CONTROLE DE REENTRADA ONLINE, COM CONFIGURAÇÕES FEITAS VIA SOFTWARE É POSSÍVEL CONTROLAR O ACESSO DUPLICADO E O TEMPO DE BLOQUEIO PARA REALIZAR OS ACESSOS. PERMITIR ATIVAR UMA SENHA DE SEGURANÇA, DEFINIDA VIA SOFTWARE DE 5 DÍGITOS. SOFTWARE PARA CONFIGURAÇÃO E GERENCIAMENTO FORNECIDO GRATUITAMENTE. GARANTIA DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 12 MESES. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO DE NO MÍNIMO 06 MESES SEM CUSTOS. INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO, DO SOFTWARE E TREINAMENTO PARA SERVIDORES SEM CUSTOS ADICIONAIS.	1.900,00
02	01	UN	SOFTWARE DE CONTROLE DE HORAS TRABALHISTAS (HORAS NORMAIS, FALTAS, EXTRAS, DSR, ADICIONAL NOTURNO, ETC.). SISTEMA COM SUPORTE TÉCNICO ONLINE PARA QUAISQUER DUVIDAS, CONFIGURAÇÕES E REINSTALAÇÃO, INCLUÍDO ATUALIZAÇÕES MENSAS AUTOMÁTICAS. CONTROLE DE DIAS DE FOLGA COM CÁLCULO ESPECIAL DE PERCENTUAL DE EXTRA; OPÇÃO PARA CÁLCULO DIFERENCIADO DE EXTRA PARA UM DIA E FUNCIONÁRIO ESPECÍFICO; CADASTRO DE ESCALAS CÍCLICAS OU MENSAS; RESTRIÇÕES POR USUÁRIOS PARA DETERMINADAS EMPRESAS, DEPARTAMENTOS E ABONOS; GRAVAÇÃO DO REGISTRO DE PONTO ORIGINAL E EQUIPAMENTO QUE ORIGINOU O REGISTRO; OPÇÃO PARA CONEXÃO COM BANCO DE DADOS MS SQL SERVER, ORACLE, ENTRE OUTROS. OTIMIZADO PARA CONEXÕES REMOTAS.	400,00
03	220	UN	CRACHÁ EM PVC COLORIDO MODELO PADRÃO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA COM LOGO, CÓDIGO DE BARRAS PARA LEITURA DE PONTO E FOTO DO SERVIDOR.	7,00

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 37/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 12 de junho de 2014.

SAQUETTI COMÉRCIO E CONSERTOS DE RELÓGIOS LTDA ME
Adelso Antonio Saquetti

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

IN 02/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Andre Ricardo Broglio, Assessor Jurídico deste Município, que declarou inexigível a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando os serviços para distribuição de dejetos líquidos para agricultores do Município de Xavantina/SC, em atendimento a Lei Complementar 025/2014 de 11/08/2005 e o Decreto 009/2014 de 03/01/2014, em favor dos Senhores: LEANDRO DE MARTINI, CPF nº 069.070.029-65, no valor de R\$ 5.332,80 (cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos); JULIANO CEZAR GROSBELLI, CPF nº 068.478.699-09, no valor de R\$ 5.332,80 (cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos); e ANTONIO GUERINI, CPF nº 626.826.289-15, no valor de R\$ 5.332,80 (cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

Xavantina/SC, em 09 de junho de 2014.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.**Ata CC 01-2014 Pmxv - Sessão 05 - 6ª Ata**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010. SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PARECER JURÍDICO REFERENTE AO RECURSO E CONTRA RAZÕES DAS PROPOSTAS TÉCNICAS (ENVELOPES Nº 1 E Nº 3), E DOS ENVELOPES Nº 2 e ENVELOPE Nº 04, REFERENTES À LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às as oito horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC, reuniu-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 005/2014, com a finalidade de efetuar o recebimento do parecer jurídico do pedido de INABILITAÇÃO DE PROPOSTA formulada pela empresa AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, em face da empresa FOCO PROPAGANDA LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 33/2014 PMXV, Modalidade Concorrência nº 01/2014 PMXV. Aberta a sessão após o recebimento e análise do Parecer elaborado pelo Assessor Jurídico do Município Sr. VALMOR DE SOUZA, a Comissão Permanente de Licitações, conforme orientação jurídica, resolve pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa FOCO PROPAGANDA LTDA. Assim, a nova ordem de classificação é: Em primeiro lugar fica a AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, com a nota final de 67,62 (sessenta e sete virgula sessenta e dois) pontos e em segundo lugar ficou a licitante AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA, com a nota final de 67,26 (sessenta e sete virgula vinte e seis) pontos. Pronunciado o julgamento da fase classificatória. convocam-se as licitantes, classificadas no certame a apresentar sua documentação de habilitação, exigido no item 10 do edital até o dia 23/06/2014 às 09:00 horas, convocando-se para sessão de abertura do envelope nº 05 - Documentação de Habilitação, para o dia 23/06/2014 às 10:00 horas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Joselino Luiz Naissinger
PregoeiroIzilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo
Membro da Equipe de ApoioSoraia Ellis Budke
Membro da Equipe de ApoioTaciane Caon
Membro da Equipe de Apoio

Xaxim

PREFEITURA

Portaria 01

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM

PORTARIA Nº 942/2014

Instaura Processo Administrativo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do art. 66 da Lei Orgânica Municipal; art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93; e,

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 053/2014 - Pregão Presencial nº 030/2014, o qual deu origem ao Contrato de nº 081/2014 entre o Contratante, Município de Xaxim - SC, e a Contratada, Empresa Telecopy Equipamentos LTDA, o qual tem por objeto contratação de empresa para aquisição parcelada de equipamentos e material permanente, destinadas às Secretarias Municipais;

CONSIDERANDO documento apresentado pela empresa requerendo adição no valor do produto, devido à vigência da portaria n.79 de fevereiro de 2011, a qual obriga certificação para a comercialização de colchões e colchonetes de espuma no Brasil;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 78, incisos I, II e XII combinado com o art. 79, I da Lei 8.666/93, os quais preceituam que "o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos constituem motivo para rescisão do contrato, podendo ser determinado por ato unilateral e escrito da Administração";

CONSIDERANDO o disposto no art. 78, Parágrafo Único, da referida Lei;

CONSIDERANDO que, os fundados indícios do não cumprimento das obrigações expressas no edital por parte da Contratada, configuram, em tese, motivos para rescisão contratual, e eventualmente aplicação de multa, suspensão de contratar e declaração de Inidoneidade;

e

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, III da Lei 8.666/93, os quais preceituam que, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, pela inexecução total ou parcial do contrato, aplicar a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento temporário de contratar com a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo, para apurar eventuais descumprimentos perpetrados pela Empresa Telecopy Equipamentos LTDA., quando da entrega de materiais em desacordo com as especificações do Edital; Além de eventual tentativa de mal uso do dinheiro público;

Art. 2º- Para exercer os trabalhos, fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula GirotoRissi;

II - CatianeCurtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º- Fixa-se o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão do Processo Administrativo;

Art. 4º- Determina-se à Comissão Processante o estrito

cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de maio de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás

Secretário Administrativo

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 261 - PGT - Painel

Extrato de Contrato nº 261/2014

Programa de Gestão Tributária - Painel

CONTRATANTE: Município de Painel

CNPJ: 01.608.820/0001-23

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 007/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 06 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 262 - Dom - Ponte Serrada

Extrato de Contrato nº 262/2014

Contrato de Rateio - Ponte Serrada

CONTRATANTE: Município de Ponte Serrada

CNPJ: 82.777.236/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01C/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Ponte Serrada e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 0057/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2014.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 263 - PGT - Sombrio

Extrato de Contrato nº 263/2014

Programa de Gestão Tributária - Sombrio

CONTRATANTE: Município de Sombrio

CNPJ: 82.963.216/0001-17

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 91/14

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 19 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 264 - PGT - Trombudo Central

Extrato de Contrato nº 264/2014

Programa de Gestão Tributária - Trombudo Central

CONTRATANTE: Município de Trombudo Central

CNPJ: 83.102.731/0001-75

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 109/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema de gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 265 - PGT - Campos Novos

Extrato de Contrato nº 265/2014
Programa de Gestão Tributária - Campos Novos
CONTRATANTE: Município de Campos Novos
CNPJ: 82.939.232/0001-74
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 203/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 06 de junho de 2014.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 266 - PGT - Tangará

Extrato de Contrato nº 266/2014
Programa de Gestão Tributária - Tangará
CONTRATANTE: Município de Tangará
CNPJ: 82.827.999/0001-01
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 283/14
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI

Resolução Nº 01, de 25/04/2014

RESOLUÇÃO nº 01, de 25/04/2014.

Autoriza o ressarcimento de recursos do CIM-AMAVI para a AMAVI.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais e por decisão da Assembleia Geral,

CONSIDERANDO:

O Contrato de Rateio firmado pelo CIM-AMAVI com Municípios Consorciados tendo como objeto o compartilhamento e o uso em comum de instrumentos a serem utilizados na seleção de pessoal para admissão em caráter temporário de professores para a rede pública municipal de ensino;

O contrato de prestação de serviços firmado entre o CIM-AMAVI e a Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI visando a elaboração de questões de prova;

Que por problemas orçamentários o Município de Rio do Sul não pôde honrar com o pagamento do rateio na data aprezada, tendo sido a respectiva parcela, a fim de cumprir o contrato firmado com a UNIDAVI, liquidada com recursos da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, eis que o CIM-AMAVI não dispõe de recursos próprios;

Que foi efetuado ao CIM-AMAVI o pagamento do respectivo rateio pelo Município de Rio do Sul, sendo necessário efetuar ressarcimento do valor à AMAVI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o ressarcimento à AMAVI do valor de R\$ 7.133,89 (sete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de abril de 2014.
José Constance
Presidente do CIM-AMAVI

Resolução Nº 02, de 09/06/2014

RESOLUÇÃO nº 02, de 09/06/2014.

Institui a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e dá outras providências.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI será composta pelos servidores:

Zulnei Luchtenberg
Encarregado Departamento de Recursos Humanos do Município de Trombudo Central
Matrícula Funcional 114
RG 2.498.875
CPF 732.297.509-00
adm@trombudocentral.sc.gov.br

Agnaldo Luis Bona
Agente Administrativo do Município de Ibirama
Matrícula Funcional 3049
RG 2.333.241
CPF 753.648.839-49
bona@ibirama.sc.gov.br

Claudinei Rech
Agente Administrativo do Município de José Boiteux
Matrícula Funcional 297623

RG 4.374.089
CPF 053.029.349-81
contabilidade@pmjb.sc.gov.br

Ivandro Anzini
Agente Administrativo Operacional do Município de Vitor Meireles
Matrícula Funcional 71030
RG 4.233.356
CPF 036.205.529-75
compras@vitormeireles.sc.gov.br

Valmir Batista
Assessor Contábil da AMAVI
RG 417.969
CPF 222.517.409-10
valmir@amavi.org.br

Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli
Contadora da AMAVI

RG 2.626.432
CPF 891.487.209-25
evelina@amavi.org.br

Walcy Mees da Rosa
Secretária Administrativa da AMAVI
RG 1.892.871
CPF 596.528.029-72
amavi@amavi.org.br

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI terá mandato de 1 (um) ano, cabendo ao Assessor Contábil da AMAVI, Valmir Batista, a Presidência da Comissão e à Secretária Administrativa da AMAVI, Walcy Mees da Rosa, a relatoria dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de junho de 2014.

José Constance
Presidente do CIM-AMAVI

CIMCATARINA

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0001/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Fraiburgo, durante o período de 12 de junho a 31 de julho de 2014.

FORNECEDOR:

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1752.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.06.2014 à 31.07.2014. PAL nº: 0001/2014. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 12 de junho de 2014.

Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

Resolução Nº 097, de 11 de Junho de 2014

RESOLUÇÃO Nº 097, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$380,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.003.0004.0695.0006.2003 - Gestão de Turismo

3339000000000000 - Aplicações Diretas

R\$ 75,00

3349000000000000 - Aplicações Diretas

R\$305,00

Total R\$380,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 11 de junho de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMFRI

Extrato de Credenciamento Nº. 04/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2014

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00
BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	02.11.06.001-1	24,24
Campimetria COMPUTADORIZADA	02.11.06.003-8	40,00
Mapeamento de Retina	02.11.06.012-7	24,24
Microscopia especular DE CORNEA	02.11.06.014-3	24,24
Paquimetria ULTRASSONICA	02.05.02.002-0	14,81
Tonometria	02.11.06.025-9	3,37
FACOEMULSIFICACAO (Catarata)	04.05.05.037-2	643,00
Epilação de CÍLIOS	04.05.01.006-0	22,93
Retirada de Corpo Estranho DA CORNEA	04.05.05.025-9	25,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: OFTALMO E OTORRINO DE EXCELENCIA SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA ME - CNPJ n. 20.110.040/0001-01.

Data de Assinatura: 14.05.2014.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

Extrato de Credenciamento Nº. 05/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2014

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	02.05.01.004-0	160,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DA AORTA ILIACAS		230,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER COLORIDO DE VASOS CAROTIDAS BILATERAL		160,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE ARTERIAS RENAIAS		250,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE AORTA E ARTERIAS ABDOMINAIS		300,00
ULTRASONOGRAFIA DOPPLER PROSTATA (TRANSRETAL)		130,00
ECOCARDIOGRAFIA FETAL		220,00
ECOCARDIOGRAFIA FETAL GEMELAR		300,00
ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	020502015-1	122,00
DENSITOMETRIA OSSEA DUO ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES)	02.04.06.002-8	55,10
MAMOGRAFIA BILATERAL	02.04.03.018-8	45,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: LAVIE ORTOPEDIA LTDA - CNPJ n. 19.209.777/0001-99.

Data de Assinatura: 29.05.2014.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMURES**Ata Nº 01/2014**

ATA Nº 01/2014

Aos (06) seis dias do mês de Janeiro de 2014, estiveram reunidos nas dependências da Amures, às 14:00 horas, os prefeitos dos municípios que compõem o consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. A referida reunião tinha como objetivo a posse da diretoria do CIS/AMURES, para o exercício 2014 e informações gerais. A reunião iniciou com trinta minutos de atraso e aconteceu juntamente com o ato de posse do CISAMA e Associação de Municípios da região Serrana - Amures. A reunião foi conduzida pela Secretária Executiva da Amures, Iraci Souza, Diretora Executiva do CIS/AMURES, Nalú Júlio e o diretor Executivo do CISAMA, Selênio, juntamente com os respectivos presidentes que estavam passando os cargos para os colegas eleitos, na última assembléia de 2013. Inicialmente, a diretora Nalú, lembrou aos prefeitos presentes, que conforme rege o estatuto do CIS/AMURES, iniciar-se-ia o ato de posse, assim sendo foi convidado o atual presidente, prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Topanotti. O qual cumprimentou aos presentes, agradeceu o apoio dos colegas prefeitos, no decorrer de 2013, quando estava a frente do CIS/AMURES, agradeceu a diretora executiva, do mesmo e em seu nome, agradeceu toda a equipe, falou que se orgulhava em dizer que o Consórcio de Saúde é modelo, não somente no estado, mas também no Ministério da Saúde, em seguida o presidente eleito, prefeito de Bocaina do Sul, Sr. Luís Carlos Schmuller. Ambos assinaram o termo de transmissão de Cargo e posse em seguida, o presidente empossado tomou a palavra, agradeceu pela confiança dos demais colegas, solicitou apoio dos mesmos, bem como da diretora Nalú e a respectiva equipe, elogiou os trabalhos já efetuados e disse que pretende investir em educação e saúde, a exemplo do que estava sendo feito no Outubro Rosa e Novembro Azul. Em seguida foram empossados o presidente do CISAMA, prefeito de Palmeira, Sr. José Valdori Henkemaier, e o presidente da Amures, prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Topanotti. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, com aplausos. Estiveram presentes: Sr. Edelvânio Topanotti, Prefeito de Bom Jardim da Serra; Sr. Sérgio Santos, Assessor da AMURES; Sr. Toni Duarte, Vice-prefeito de Lages; Sr. Luiz Carlos Freitas, Prefeito de Capão Alto; Sra. Sirlei Kley Varela, Prefeita de Cerro Negro; Sr. Flávio A. N. da Silva, Prefeito de Painel; Sr. Ademar De Bona Sartor, Prefeito de Rio Rufino; Sr. Zenalda M. Vanin, Assessora Jurídica do CIS/AMURES; Sr. Luiz Cláudio Barth, Secretário de finanças de Bom Jardim da Serra; Sr. Luiz Carlos Schmuller, Prefeito de Bocaina do Sul e Sra. Nalú Terezinha Júlio, Diretora Executiva CIS/AMURES.

Edelvânio Topanotti	Luiz Carlos Schmuller
Prefeito de Bom jardim da Serra	Prefeito de Bocaina do sul

Luiz Carlos Freitas	Sirlei kley Varela
Prefeito de Capão Alto	Prefeita de Cerro Negro

Flávio A. N. da Silva	Ademar de Bona Sartor
Prefeito de Painel	Prefeito de Rio Rufino

Toni Duarte Nalú	Terezinha Júlio
Vice-Prefeito de Lages	Diretora Executiva do CIS/AMURES

Ata Nº 02/2014

ATA Nº 02/2014

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze, estiveram reunidos em assembleia, os prefeitos dos municípios que compõem a Amures, bem como o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. Inicialmente a Secretária Executiva da Amures, Sra. Iraci Vieira de Souza, convidou os presidentes da AMURES, do CIS/AMURES e do CISAMA, para dirigirem-se até a mesa, em seguida passou a palavra para o presidente da Amures, Sr. Edelvânio Topanotti, que cumprimentou aos presentes, agradeceu as presenças e devolveu a palavra a secretária Iraci, que iniciou as informações gerais. Em seguida passou a palavra ao secretário Executivo da FECAM, Sr. Alexandre Alves, que por sua vez repassou informações pertinentes. Finalmente, iniciou - se os assuntos do CIS/AMURES. A diretora executiva, Nalú, cumprimentou aos presentes e devido ao adiantado da hora, iniciou rapidamente as informações: apresentou a sugestão de fazer o contrato de rateio dos municípios em um único documento para agilizar as assinaturas, tendo em vista que vários municípios ainda não enviaram ao CIS/AMURES os referidos contratos. E que é preocupante uma vez que se houver uma auditoria do tribunal de contas, os municípios não apresentarem os contratos de rateio e serviços devidamente assinados poderão receber multas e isto poderá causar sérios transtornos e devolução dos recursos financeiros e Consórcio não tem caixa, logo inviabiliza o Consórcio. Quem perde a população usuária. O prefeito de Rio Rufino, Sr. Ademar Sartor, solicitou a diretora Nalú relatasse os nomes dos municípios que ainda não haviam assinado os mencionados contratos. A Nalú sugeriu informar os que já haviam assinado. Sugestão aceita. Assim sendo foi informado os nomes dos municípios que já haviam assinados e enviados os contratos ao CIS/Amures. Dos os vinte e cinco municípios (25) consorciados, 10 (dez) ainda não haviam assinado. Então a sugestão do contrato ser assinado em conjunto ficou para ser discutida para o próximo exercício. A assessora jurídica do CIS/AMURES, Sra. Zenalda Vanin, informou que o Consórcio de Blumenau está adotando essa prática. O prefeito de Capão Alto, Sr. Luís Freitas, questionou o valor das consultas médicas terem passado para R\$ 30,00 (trinta reais)? A Nalú informou que o CIS/AMURES está prestes a perder profissionais médicos, devido aos baixos valores. Foi colocado em discussão e aprovado o referido valor (R\$30,00). O Prefeito Edelvânio falou que tem conversado com prefeitos de outras regiões e que os valores são maiores. A diretora lembrou aos prefeitos, que conforme aprovado em assembléia de Novembro de 2013, está sendo agilizado o concurso Público para contratação de funcionários do CIS/AMURES, que hoje estão com contrato temporário, a fim de adequar dentro da legislação pública. O prefeito de Capão alto, Sr. Luís Freitas, perguntou em que data seria o concurso e quais as categorias que seriam contratados, e quantas vagas? A Nalú lembrou que: 03 (três) vagas para técnicos em enfermagem, 06 (seis) auxiliares administrativos; 03 (três) auxiliares de Serviços gerais e 03 (três) digitadores. Falou ainda que na ata de aprovação das vagas para o concurso em novembro de 2013, houve um erro de digitação e ficou registrado apenas 02 (duas) vagas para digitador. Assim sendo solicitou permissão para corrigir. Foi aprovada por unanimidade pelos prefeitos presentes. Serão abertas para contrato, através do concurso público 03 (três) vagas para digitadores. Quanto a data do concurso público que o prefeito Luíz havia perguntado, a Nalú responde que dentro do previsto, será em Abril ou Maio próximo. Foi apresentada a proposta de reajuste de salários dos funcionários do CIS/Amures, média do INPCA, do ano anterior, 6,78 % (seis ponto setenta e oito percentuais). Proposta aprovada. Foi informado aos prefeitos que os recursos pleiteados pelos Secretários Municipais de Saúde do Estado, prometidos desde 2012, os famosos R\$ 0,30 (trinta centavos), habitantes/mês, serão repassados fundo a fundo aos municípios a partir de Fevereiro próximo, porém, retroativo a janeiro. Os referidos recursos serão destinados a compra de serviços especializados de média e alta complexidade, exemplo:

Tomografias, ressonâncias magnéticas, dentre outros. Encerrando os assuntos gerais a diretora Nalú, passou a palavra ao presidente do CIS/AMURES, prefeito de Bocaina do Sul, que tomou a palavra, agradeceu aos presentes, e sugeriu aos colegas prefeitos a parceria em propiciar campanhas educativas, mensalmente nos municípios juntamente com o CIS/AMURES. Os prefeitos aprovaram a sugestão, dentro das possibilidades de cada um. A diretora Nalú comprometeu-se em contatar os secretários municipais de Saúde para agilizar a parceria. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Estiveram presentes: Sr. Lauro Santos, assistente social de Lages; Sr. Joel F. Mello, Assessor de cultura - Lages; Sr. Amarildo Volpato, chefe de gabinete do Município de Correia Pinto; Sra. Sônia C. Oselame, Prefeita em exercício de Rio Rufino; Sra. Rita Silvana Costa, Vice-Prefeita de Capão Alto; Sra. Zenalda M. Vanin, Assessora Jurídica CIS/AMURES; Sr. Rubens Almeida, Assessor da Presidência da Amures; Sr. Marcos Beffart, Prefeito em exercício de Correia Pinto; Sr. Humberto Brighenti, Prefeito de São Joaquim; Sr. Selênio Sartori, Diretor Executivo CISAMA; Sra. Iraci Souza, Secretária Executiva AMURES; Sr. Silvano C. Antunes, Prefeito em exercício de Otacílio Costa; Sr. Luiz Carlos Freitas, Prefeito de Capão Alto; Sra. Márcia M. Fernandes, Prefeita em exercício de Bom Retiro; Pe. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul; Sr. Edelvânio Topanotti, Prefeito de Bom jardim da Serra; Sr. Flávio Antonio Neto da Silva, Prefeito de Painel; Sr. Luiz Carlos Schmuller, Prefeito de Bocaina do Sul e Sra. Nalú Terezinha Júlio.

Flávio Antônio Neto da Silva Sônia C. Oselame
Prefeito de Painel Prefeita em Exercício rio Rufino

Rita Silvana Costa
Vice-Prefeita de Capão Alto

Marcos Beffart
Prefeito em Exercício de Correia Pinto

Humberto Brighenti
Prefeito de São Joaquim

Silvano C. Antunes
Prefeito em Exercício de Otacílio Costa

Luiz Carlos Freitas Márcia M. Fernandes
Prefeito de Capão Alto Prefeita em Exercício de Bom Retiro

Pe. Edilson José de Souza Edelvânio Topanotti
Prefeito de Campo Belo do Sul Prefeito de Bom Jardim da Serra

Luiz Carlos Schmuller Nalú Terezinha Júlio
Prefeito de Bocaina do Sul Diretora Executiva CIS/AMURES

Parecer Conselho Fiscal Nº 01/2014

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, abaixo assinado, no desempenho de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial do resultado e demais integrantes da respectiva prestação de contas do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013, recebendo na ocasião, todas as informações pertinentes e solicitadas, as quais foram relatadas pela diretora executiva e contadora responsável pela contabilidade do CIS/AMURES. Após as referidas demonstrações financeiras, tendo os conselheiros fiscais, entendido que os dados financeiros apresentados refletem a posição patrimonial e financeira da entidade, recomendam a homologação da prestação de contas referente ao período supracitado.

Lages, 06 de março de 2014.

LUIZ CARLOS XAVIER PE. EDILSON JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Mun. Otacílio Costa Prefeito Mun. Campo Belo do Sul

LUIZ CARLOS ALVES FREITAS
Prefeito Mun. Capão Alto



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão



www.ciga.sc.gov.br